

**COLLEÇÃO**  
**DAS**  
**DECISÕES DO GOVERNO**  
**DO**  
**IMPERIO DO BRASIL**

**DE**  
**1870.**  
**TOMO XXXIII.**

BIBLIOTHECA DE CAMARA  
1870



**RIO DE JANEIRO.**  
**TYPOGRAPHIA NACIONAL.**  
**1870.**

# INDICE

DA

## COLLECCÃO DAS DECISÕES DO GOVERNO

DE

# 1870.

	PAGS.
N. 1. — IMPERIO. — Em 3 de Janeiro de 1870. — Ao Director da Faculdade de S. Paulo. — Resolve duvidas sobre o modo pratico dos exames de preparatorios.....	1
N. 2. — IMPERIO. — Em 5 de Janeiro de 1870. — Ao Presidente da Provincia do Rio de Janeiro. — Declara ser motivo de nullidade de eleição a omissão na respectiva acta dos nomes dos votantes que deixão de comparecer á 3. <sup>a</sup> chamada.....	3
N. 3. — IMPERIO. — Em 7 de Janeiro de 1870. — Ao Presidente da Provincia de Minas Geraes. — Declara que em uma parochia nova, apesar de achar-se já canonicamente instituida, e com o numero de eleitores designado, não pôde haver eleição de eleitores para Senador, se ainda não estiver concluida a respectiva qualificação....	3
N. 4. — GUERRA. — Em 8 de Janeiro de 1870. — Declara que é prohibido passar-se mais de uma via de qualquer titulo que possa servir para se pedir pagamento.....	4
N. 3. — IMPERIO. — Em 10 de Janeiro de 1870. — Ao Presidente da Provincia de Minas. — Declara como devem ser qualificados os habitantes de districto de uma freguezia incorporada a outra, quando as duas freguezias pertencem a collegios diversos.....	5

N.	6. — IMPERIO. — Em 11 de Janeiro de 1870. — Ao Presidente da Provincia do Rio Grande do Sul. — Declara que o cidadão eleito Vereador está sujeito ás disposições dos arts. 43 e 44 da Lei do 1.º de Outubro de 1828, enquanto não fór competentemente escuso o cargo.....	5
N.	7. — FAZENDA. — Em 11 de Janeiro de 1870. — Altera provisoriamente o valor official da Tarifa em vigor para a cobrança dos direitos da carne secca e do bacalhao.....	9
N.	8. — FAZENDA. — Em 12 de Janeiro de 1870. — Sobre um Precatorio expedido pelo Juizo Municipal da 2.ª vara a requerimento de um individuo, para a apprehensão na Alfandega da bagagem de sua mulher, chegada de Portugal.	10
N.	9. — FAZENDA. — Em 12 de Janeiro de 1870. — Sobre um Precatorio do Juizo Municipal da 1.ª vara para o sequestro, no Entrepasto da Saude, de uma machina de fazer gelo, sobre cuja propriedade pende litigio.....	10
N.	10. — IMPERIO. — Em 12 de Janeiro de 1870. — Ao Director da Faculdade de Medicina da Corte. — Declara que aos oppositores competem as gratificações devidas pelo exercicio das cadeiras, além da diaria por lição.....	11
N.	11. — JUSTIÇA. — Aviso de 13 de Janeiro de 1870. — Ao Presidente da Provincia de S. Paulo. — Declara que os Presidentes só podem conceder licença, além de tres mezes depois de decorrido um anno contado da ultima.....	12
N.	12. — IMPERIO. — Em 14 de Janeiro de 1870. — Ao Presidente da Provincia da Bahia. — Declara: 1.º, ser motivo de nullidade de eleição o ser feita clandestinamente; 2.º, ser válida a que se realiza fóra da matriz, quando esta se acha impedida, e em lugar legalmente designado, se seu processo correr legalmente.....	12
N.	13. — IMPERIO. — Em 15 de Janeiro de 1870. — Ao Presidente da Provincia da Bahia. — Declara serem motivos de nullidade de eleição: 1.º, ser feita fóra da matriz sem motivo legal e provado; 2.º, lavrar-se uma unica acta do processo das tres chamadas e da apuração dos votos.....	13
N.	14. — JUSTIÇA. — Aviso de 15 de Janeiro de 1870. — Declara que não é applicavel o Decreto n.º 3533 de 23 de Novembro de 1863 ao Official da Guarda Nacional que, antes da sua nomeação, já residia fóra do districto.....	14
N.	15. — FAZENDA. — Em 17 de Janeiro de 1870. — As cartas de naturalisação são isentas do pagamento do sello e emolumentos, quando concedidas a estrangeiros que vierem para o Brasil como emigrantes ou colonos, ou se contractarem para o serviço militar.....	15

	PAGS.
N. 16. — FAZENDA. — Em 17 de Janeiro de 1870. — O algodão, de produção nacional, transportado de umas para outras Províncias do Imperio não paga expediente.....	16
N. 17. — GUERRA. — Em 17 de Janeiro de 1870. — Declara que as segundas vias dos documentos de despeza militar devem ser identicas ás primeiras, para poderem produzir seus devidos effeitos.....	17
N. 18. — AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS. — Aviso n.º 1 de 19 de Janeiro de 1870. — O arbitramento instituido na condição 13.ª do contracto de 26 de Abril de 1857 deve ser feito por simples conferencia dos arbitros sem fórma de juizo.....	17
N. 19. — MARINHA. — Aviso de 19 de Janeiro de 1870. — Declara que as vistorias dos navios, de que trata o art. 43 da Lei n.º 336 de 25 de Junho de 1830, quando requeridas, devem ser feitas de conformidade com as disposições dos arts. 9.º, 10 e 14 do Decreto n.º 1324 de 3 de Fevereiro de 1834.....	18
N. 20. — GUERRA. — Em 21 de Janeiro de 1870. — Da providencias sobre o pagamento de vencimentos dos Officiaes addidos a corpos ou empregados em estabelecimentos militares, assim como dos que servirem em Conselhos de Guerra.....	19
N. 21. — FAZENDA. — Em 21 de Janeiro de 1870. — Manda sustar nas Províncias a execução do Decreto n.º 4450 de 8 do corrente, até que as Thesourarias recebam as necessarias instrucções do Thesouro.....	20
N. 22. — FAZENDA. — Em 21 de Janeiro de 1870. — Determina que não se pague a um ex-Thesoureiro o resto dos seus vencimentos, sem que elle satisfaça amigavelmente, ou por meio executivo, o sello, direitos e emolumentos do decreto de sua nomeação.....	20
N. 23. — FAZENDA. — Em 21 de Janeiro de 1870. — Manda restituir, de accôrdo com a disposição do art. 1.º da Lei n.º 1750 de 1869 e Aviso de 11 do corrente, a differença de directos pagos pela carne secca e bacalhão despachados nos primeiros dias deste anno.....	21
N. 24. — FAZENDA. — Em 22 de Janeiro de 1870. — Confirma a apprehensão de uma caixa com assucar, por ter sido na mesma encontrada materia heterogenea.....	22
N. 25. — IMPERIO. — Em 22 de Janeiro de 1870. — Ao Presidente da Provincia do Pará. — Declara ser motivo de nullidade de eleição — fazer-se a substituição de mesarios impedidos, no caso de que trata o art. 17 do Decreto n.º 1812 de 23 de Agosto de 1836, por modo diverso do que se acha estabelecido no mesmo artigo e no 1.º	23



N.	26. — FAZENDA. — Em 24 de Janeiro de 1870. — Declara que pertencem aos Juizes e Escrivães os emolumentos dos actos por elles expedidos.	24
N.	27. — FAZENDA. — Em 26 de Janeiro de 1870. — Aos Pilotos-Escrivães de navios do serviço das Alfandegas não é applicavel a disposição do art. 26 do Alvará de 7 de Janeiro de 1797, tit. 1.º	24
N.	28. — FAZENDA. — Em 26 de Janeiro de 1870. — Resolução de consulta declarando não ter lugar a pretensão da viuva de um Official, de ceder em favor de sua filha a pensão do Monte-pio de Marinha do marido, por já perceber pensão de igual importancia deixada por seu pai....	23
N.	29. — FAZENDA. — Em 26 de Janeiro de 1870. — As nomeações dos Administradores e Escrivães das Mesas de Rendas, submettidas á approvação do M.ºsterio da Fazenda, devem vir acompanhadas das propostas e informações das Thesourarias.....	28
N.	30. — FAZENDA. — Em 26 de Janeiro de 1870. — O Conselho de Estado não conhece das decisões do Tribunal do Thesouro como Tribunal superior de appellação, mas sim como um Tribunal de revista para os casos do art. 28 do Decreto n.º 2343 de 29 de Janeiro de 1859.....	23
N.	31. — JUSTIÇA. — Aviso de 26 de Janeiro de 1870. — Ao Presidente da Provincia da Parahyba. — Declara que os lugares de Avaliadores não são Offícios de Justiça, e que os de Contador e Distribuidor devem ser annexados ou desannexados conforme o disposto nas Leis Provinciaes....	30
N.	32. — AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS. — Em 27 de Janeiro de 1870 — Declara que não ha necessidade de remetter aos respectivos Ministerios as contas de passagens concedidas na estrada de ferro de D. Pedro II.	31
N.	33. — FAZENDA. — Em 28 de Janeiro de 1870. — Para a installação de um Banco ou Associação bancaria é indispensavel a carta de autorização.	31
N.	34. — FAZENDA. — Em 28 de Janeiro de 1870. — Declara que deve continuar a suspensão das nomeações de Fiscaes para os Bancos de depositos e descontos, até que o Poder Legislativo resolva definitivamente a semelhante respeito.....	32
N.	35. — JUSTIÇA. — Aviso de 28 de Janeiro de 1870. — Dá providencias em ordem a evitar que os paquetes saíam barra fora sem dar conhecimento da hora, em que têm de seguir viagem depois do sol posto.....	33
N.	36. — JUSTIÇA. — Aviso de 28 de Janeiro de 1870. — Declara que o Aviso de 21 de Novembro de 1866 deve tambem ser applicado aos casos de in-	

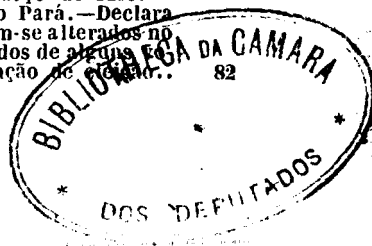
	fracção da Lei n.º 1099 de 18 de Agosto de 1860 relativamente a fracções de bilhetes de loterias legalmente autorizadas, seja qual for a forma dessas fracções.....	31
N.	37. — JUSTIÇA.—Aviso de 28 de Janeiro de 1870.— Declarando illegal a promoção de um Guarda Nacional a Cabo de Esquadra sem conhecimento e proposta do Commandante da respectiva companhia.....	33
N.	38. — FAZENDA. — Em 29 de Janeiro de 1870. — Sobre as taxas do imposto pessoal que devem pagar o arrematante da illuminação publica da cidade de Porto Alegre e o recebedor de pipas de aguardente, remunerados pelos cofres provinciaes.....	36
N.	39. — FAZENDA. — Em 29 de Janeiro de 1870. — Ordena ás Thesourarias de Fazenda que fação cobrar em Abril e Maio do corrente anno, dos empregados e funcionarios publicos da Provincia, a metade do imposto pessoal correspondente ao valor locativo dos predios que tiverem por sua conta.....	37
N.	40. — AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.— Em 31 de Janeiro de 1870.— Declara que o Governo Imperial não póde approvar a proposta da companhia para alugar o trapiche e a ponte da praça do Riachuelo.....	37
N.	41. — GUERRA. — Circular em 31 de Janeiro de 1870.— Aos Presidentes de Provincia—Dá Instrucções para as Repartições de Obras Militares.....	38
N.	42. — JUSTIÇA. — Aviso de 1.º de Fevereiro de 1870.—Ao Presidente da Provincia de Pernambuco. — Decide um conflicto positivo de jurisdicção entre o Juiz Municipal do termo do Bonito e o Juiz Commissario deste municipio e dos de Agua Preta e Serinhaem.....	47
N.	43. — IMPERIO.—Em o 1.º de Fevereiro de 1870.— Ao Presidente da Provincia do Amazonas. — Declara ser motivo de nullidade de eleição— verificar-se differença entre o numero dos votos apurados e o que devião conter as cédulas, quando dahi resulta alteração na ordem da collocação dos eleitos.....	48
N.	44. — IMPERIO.—Em o 1.º de Fevereiro de 1870.— Ao Presidente da Provincia da Bahia.—Declara ser motivo de nullidade de eleição—a impossibilidade de realizarem-se, no tempo em que se dizem feitas, as chamadas dos votantes, ou a apuração dos votos.....	48
N.	45. — IMPERIO. — Em 3 de Fevereiro de 1870. — Ao Presidente da Provincia do Ceará.—Declara ser motivo de nullidade de eleição—realizar-se em casa particular sem motivo justificado...	49

N.	46. — IMPERIO. — Em 3 de Fevereiro de 1870. — Ao Presidente da Provincia de Minas Geraes. — Declara que os votantes de parochias creadas e canonicamente instituidas, mas nas quaes não se tiver feito ainda a qualificação, devem concorrer á eleição na parochia, da qual foi desmembrado o territorio em que residem .....	30
N.	47. — IMPERIO. — Em 4 de Fevereiro de 1870. — Ao Presidente da Provincia da Bahia. — Declara serem motivos de nullidade de eleição: — 1.º realizar-se fóra da matriz sem motivo justificado; 2.º a impossibilidade de realizarem-se regularmente os trabalhos no tempo em que se dizem feitos; 3.º a falta de menção, na acta, dos votantes que não acudirão á 3.ª chamada.....	31
N.	48. — IMPERIO. — Em 4 de Fevereiro de 1870. — Ao Presidente da Provincia do Maranhão. — Declara que os votantes só devem entregar duas cedulas, sendo uma para Vereadores e outra para Juizes de Paz do seu districto.....	32
N.	49. — IMPERIO. — Em 7 de Fevereiro de 1870. — Ao Presidente da Provincia de S. Paulo. — Declara que a omissão na acta do resultado da apuração dos votos para Juizes de Paz, constando esta, porém, do edital logo affixado, e não havendo reclamação, não é motivo de nullidade de eleição.....	33
N.	50. — FAZENDA. — Em 7 de Fevereiro de 1870. — Autoriza os Thezourarias de Fazenda para despendem no corrente exercicio, por conta do Ministerio da Guerra, as quantias com que se achão contempladas na tabella junta.....	34
N.	51. — FAZENDA. — Em 8 de Fevereiro de 1870. — A taxa dos escravos não estão sujeitos os de estabelecimentos situados fóra dos limites das povoações .....	35
N.	52. — FAZENDA. — Em 8 de Fevereiro de 1870. — A taxa do sello dos passaportes é a de 200 réis, ainda que os—Vistos—das autoridades excedão a meia folha em que os mesmos passaportes forem escriptos.....	35
N.	53. — JUSTIÇA. — Aviso de 9 de Fevereiro de 1870. — Declarando como se deve proceder a respeito de Guardas Nacionais destacados no quartel do Corpo Militar de Policia, que se ausentão por dous, ou mais dias, e contra os quaes fór inefficaz a pena de prisão pelo dobro do tempo da ausencia.....	36
N.	54. — JUSTIÇA. — Aviso de 9 de Fevereiro de 1870. — Declara que um individuo, que se achava ha mais de tres annos no gozo de sua liberdade e como livre serviu na Armada, não só não deve ser entregue a senhora, que o reclama como escravo, mas deve ser immediatamente solto, cumprindo aquella intentar em Juizo a acção a que tiver direito .....	37

- N. 55. — JUSTIÇA. — Aviso de 9 de Fevereiro de 1870. — Declarando abusiva a pratica das companhias de vapores transatlanticos, que nas viagens dos portos da Grã-Bretanha para o Imperio exigem dos passageiros como condição indispensavel para o pagamento da passagem a apresentação prévia do passaporte dado pela respectiva Legação ou Agentes Consulares..... 57
56. — IMPERIO. — Em 9 de Fevereiro de 1870. — Ao Ministro da Fazenda. — Declara que, não se applicando aos funcionarios ecclesiasticos as regras relativas as licenças dos empregados civis, deve abonar-se a congrua aos Vigarios licenciados, nos termos das respectivas Portarias ..... 58
57. — IMPERIO. — Em 9 de Fevereiro de 1870. — Declara ao Presidente da Provincia do Rio Grande do Sul que, a vista do art. 2.º § 1.º n.º 3 da Lei de 22 de Setembro de 1829, competindo ao Juiz de 1.ª instancia autorizar a subrogação de bens inalienaveis, a elle deve recorrer o Vigario da Freguezia de S. Luiz de Mostardas, que pediu licença para vender um terreno doado em 1773 para paçal dos Vigarios ..... 59
58. — JUSTIÇA. — Aviso de 11 de Fevereiro de 1870. — Ao Presidente da Provincia do Paraná. — Declara, como instrucção para a boa execução da lei, que os filhos de um colono, que falleceu devendo á Fazenda Publica e com seus bens á ella hypothecados, tem direito á esses bens como seus herdeiros necessarios, subsistindo porém o onus da hypotheca..... 60
59. — FAZENDA. — Em 14 de Fevereiro de 1870. — Sobre o pagamento das lettras ou bilhetes do Thesouro a respeito de cuja propriedade haja reclamações..... 61
- N. 60. — IMPERIO. — Em 14 de Fevereiro de 1870. — Ao Presidente da Provincia do Rio Grande do Norte. — Declara que, faltando a authentica de algum collegio, deve a Camara Municipal adiar a apuração geral dos votos para membros da Assembléa Provincial até que essa authentica lhe seja presente..... 61
- N. 61. — AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS. — Em 15 de Fevereiro de 1870. — Autoriza um desvio no ramal das Larangeiras. 63
- N. 62. — IMPERIO. — Em 15 de Fevereiro de 1870. — Ao Presidente da Provincia do Rio Grande do Sul. — Declara que, não estando ainda approvados os eleitores da respectiva parochia, deve ser convocado para fazer parte do conselho de recurso o eleitor mais votado da parochia mais vizinha ..... 65
- N. 63. — IMPERIO. — Em 16 de Fevereiro de 1870. — Ao Presidente da Provincia do Ceará. — Declara

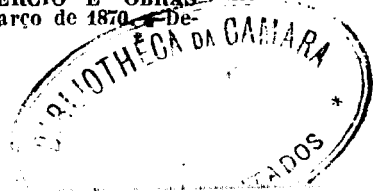
	serem motivos de nullidade de eleição — 1.º a incompetencia do Juiz que a preside ; 2.º ser feita fóra da matriz sem motivo justificativo ; 3.º fazer-se a substituição de membros da mesa por cidadãos chamados pelo Juiz de Paz ; 4.º ser feita a chamada por qualificação anterior a ultima concluida ; 5.º presidir a Juiz de Paz de districto diverso com preterição dos do districto proprio.....	66
N.	64. — FAZENDA. — Em 16 de Fevereiro de 1870. — Declara, a proposito de duas reclamações contra o lançamento para a cobrança do imposto de industrias e profissões, que as Thesourarias não podem transferir uma industria para classe diversa daquella em que deve ser comprehendida .....	68
N.	65. — FAZENDA. — Em 17 de Fevereiro de 1870. — Os caixeiros de negociantes não matriculados, que exhibirem os seus titulos regularmente registrados no Registro do Commercio, podem agenciar nas Alfandegas os negocios das casas de que são prepostos .....	68
N.	66. — IMPERIO. — Em 17 de Fevereiro de 1870. — Ao Presidente da Provincia do Maranhão. — Declara que o excesso de cédulas encontradas na urna so é motivo de nullidade de eleição quando influe no resultado desta.....	69
N.	67. — IMPERIO. — Em 18 de Fevereiro de 1870. — Ao Governador do Bispado do Rio de Janeiro. — Declara que o Vigario collado, licenciado por tempo indeterminado, que volta espontaneamente ao exercicio do cargo, não pôde mais gozar da licença que renunciou.....	70
N.	68. — GUERRA. — Em 22 de Fevereiro de 1870. — Declara o modo por que se deve proceder em relação aos Voluntarios da Patria e Guardas Nacionaes, que regressarão da Republica do Paraguay, para recolher-se ao seio de suas familias.....	71
N.	69. — IMPERIO. — Em 24 de Fevereiro de 1870. — Ao Presidente da Provincia das Alagoas. — Declara que as Camaras Municipaes não têm faculdade para prohibir a exportação de generos alimenticios em caso algum .....	72
N.	70. — JUSTIÇA. — Aviso de 24 de Fevereiro de 1870. — Decide que não ha incompatibilidade em servir o Chefe de Estado Maior da Guarda Nacional do municipio o lugar de presidente do conselho de revista, embora tivessem sido membros dos de qualificação um, ou mais de seus irmãos, com tanto que não funcione em relação as decisões, em que estes houverem tomado parte.....	73
N.	71. — JUSTIÇA. — Aviso de 25 de Fevereiro de 1870. — Ao Juiz de Orphãos da Corte. — Declara	

	que aos Porteiros de auditorios compete pela venda de escravos unicamente os emolumentos do art. 168 do Regimento de custas.....	73
N. 72.	—FAZENDA. — Em 25 de Fevereiro de 1870. — Indeferê um recurso sobre um despacho de reexportação de mercadorias, desta Corte para a Provincia de Santa Catharina, as quaes pagão alli direitos de importancia muito inferior a caucionada.....	74
N. 73.	— IMPERIO. — Em 26 de Fevereiro de 1870. — Ao Presidente da Provincia da Bahia. — Declara que não podem effectuar-se actos eleitoraes em parochia constituída com territorios desmembrados de outras parochias pertencentes a collegios diversos.....	75
N. 74.	— IMPERIO. — Em 26 de Fevereiro de 1870. — Ao Presidente da Provincia da Bahia. — Declara serem motivos de nullidade de eleição: 1.º a incompetencia do Juiz que a preside; 2.º a precipitação nos actos do seu processo.....	75
N. 75.	— FAZENDA. — Em 28 de Fevereiro de 1870. — Não tem lugar a arrecadação dos bens de defuntos e ausentes por parte dos representantes da Fazenda Nacional, quando os interessados se fizerem representar no Juizo competente...	77
N. 76.	— FAZENDA. — Em 28 de Fevereiro de 1870. — Sobre o registro dos Decretos de nomeação dos Empregados da Administração Geral.....	78
N. 77.	— FAZENDA. — Em 28 de Fevereiro de 1870. — Sujeita o dono de armazem em que se recolhe e vende algodão ensacado, ás taxas fixa e proporcional do imposto relativo a mercador por grosso de café.....	79
N. 78.	— FAZENDA. — Em o 1.º de Março de 1870. — Declara que a disposição do § 6.º do art. 1.º da Lei n.º 1750 do anno passado só deve ser applicada ás causas sentenciadas de Janeiro do corrente anno em diante.....	79
N. 79.	— FAZENDA. — Em 2 de Março de 1870. — Declara que a Fazenda Nacional não pôde figurar na liquidação da massa fallida de A. J. A. Souto & C.ª, senão como simples credor chirographario...	80
N. 80.	— IMPERIO. — Em 2 de Março de 1870. — Ao Presidente da Provincia de S. Paulo. — Declara: 1.º que a falta do livro da qualificação da parochia para o processo de revisão pôde ser supprida por livro especial nos termos do art. 16 das Instruções de 28 de Junho de 1849; 2.º que não podem ser continuados os trabalhos eleitoraes, depois de longo intervallo.....	81
N. 81.	— IMPERIO. — Em 3 de Março de 1870. — Ao Presidente da Provincia do Pará. — Declara que o simples facto de acharem-se alterados no livro da qualificação os appellidos de alguns habitantes, não basta para annullação de actas...	82



N.	82. — GUERRA. — Em 4 de Março de 1870. — Declara que o Commandante e Officiaes do destacamento do Presidio de Fernando de Noronha não estão comprehendidos no numero dos empregados do dito Presidio, para gozarem da distribuição das rações.....	83
N.	83. — JUSTIÇA. — Aviso de 4 de Março de 1870. — Declara como devem os Juizes, a cuja disposição se achem reos militares indiciados em crimes communs, fazel-os chegar á sua presença ou audiencia.....	84
N.	84. — FAZENDA. — Em 4 de Março de 1870. — Trata de uma reclamação da Companhia Hydraulica Porto Allegrense sobre resituição do expediente que pagara de materiaes importados para o seu serviço, e declara que as reclamações desta natureza devem ser dirigidas ao Tribunal do Thesouro por meio de recurso.....	85
N.	85. — MARINHA. — Aviso de 8 de Março de 1870. — Solve duvidas sobre o computo do tempo de serviço e a gratificação, que toca aos Imperiaes Marinheiros, em certos casos.....	85
N.	86. — FAZENDA. — Em 9 de Março de 1870. — Approva a decisão da Thesouraria de Minas, de mandar tributar por assemelhação, como comprehendidas na tabella A do Regulamento n.º 4346 de 1869, as casas particulares que na Cidade Diamantina comprão diamantes.....	87
N.	87. — FAZENDA. — Em 9 de Março de 1870. — Sujeita a industria de torrar e moer café, por machina, ás taxas das tabellas A e D, 3.ª classe, do Regulamento n.º 4346 de 1869, applicaveis ao empresario de fabrica de despolar café.....	87
N.	88. — FAZENDA. — Em 11 de Março de 1870. — Sobre o lançamento de uma Igreja protestante para pagar o imposto pessoal.....	88
N.	89. — IMPERIO. — Em 12 de Março de 1870. — Ao Presidente da Provincia de Santa Catharina. — Declara que não ha incompatibilidade entre os cargos : 1.º de Vereador e de Procurador Fiscal ; 2.º de Vereador e Official da Guarda Nacional, salvo estando destacado e vencendo soldo.....	89
N.	90. — AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS. — Em 14 de Março de 1870. — O empregado que só tem gratificação não goza do direito de opção.....	89
N.	91. — FAZENDA. — Em 15 de Março de 1870. — Approva uma decisão—assemelhando os alugadores de carros puxados a bois, aos empresarios de carroças de aluguel, comprehendidos na 3.ª classe da tabella A do Regulamento n.º 4346 de 1869.....	90
N.	92. — FAZENDA. — Em 15 de Março de 1870. — Approva a decisão da Thesouraria das Alagoas—	

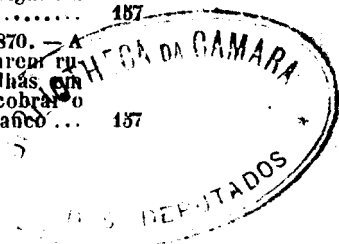
	assemelhando á industria de corretores, para pagamento das respectivas taxas, a de um qualificador de amostras de algodão em rama segundo o estylo do commercio da Provincia.....	91
N. 93.	— FAZENDA. — Em 16 de Março de 1870. — Das gratificações extraordinarias concedidas como augmento de vencimentos de lugares creados por lei, é devida a differença de sello, emolumentos e direitos de 5 %.....	91
N. 94.	— IMPERIO. — Em 16 de Março de 1870. — Ao Presidente da Provincia do Maranhão. — Declara que não se pôde fazer qualificação em parochia creada em territorio desmembrado de outras pertencentes a collegios diversos.....	92
N. 95.	— FAZENDA. — Em 17 de Março de 1870. — Sobre a restituição de quantias em deposito, provenientes de espolios, arrecadados na Provincia de Mato Grosso, de differentes Officiaes e praças de pret.....	93
N. 96.	— JUSTIÇA. — Aviso de 18 de Março de 1870. — Declara que os Capitães designados para servirem de Majores fiscaes não deixão vago o commando de suas companhias, nem têm direito aos vencimentos correspondentes a esta patente.	94
N. 97.	— IMPERIO. — Em 18 de Março de 1870. — Ao Presidente da Provincia de Santa Catharina. — Declara: 1.º que é necessaria renuncia do cargo de Ju z Municipal supplente para que possa quem o occupa assumir o de Vereador; 2.º que não é modo legal de escusa deste ultimo cargo a simples declaração de renunciar-o...	95
N. 98.	— IMPERIO. — Em 19 de Março de 1870. — Ao Presidente da Provincia do Espirito Santo. — Declara serem motivos de nullidade de eleição: 1.º concorrer a mesma pessoa para a eleição dos representantes de ambas as turmas; 2.º não se lavrarem actas da 1.ª e da 2.ª chamadas e não se supprir esta falta na da 3.ª.....	96
N. 99.	— MARINHA. — Aviso de 21 de Março de 1870. — Resolve duvidas sobre pagamento de soldos e fardamento a praças da armada, que tiverem sido prisioneiras.....	97
N. 100.	— FAZENDA. — Em 23 de Março de 1870. — Remette, a bem da uniformidade dos trabalhos estatísticos das Alfandegas, exemplares da nomenclatura e modelos dos mappas da importação directa de mercadorias estrangeiras.....	98
N. 101.	— AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS. — Em 28 de Março de 1870. — Sustenta a doutrina do Aviso de 31 de Janeiro que negou approvação ao contracto do arrendamento do armazem e ponte do Riachuelo.....	99
N. 102.	— AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS. — Em 29 de Março de 1870. — De-	





	clara que a companhia da Estrada de Ferro de S. Paulo tem o direito de reter as cargas e as mercadorias até o effectivo pagamento do frete e armazenagem .....	100
N. 103.	— AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.—Em 29 de Março de 1870.—Approva provisoriamente as Instrucções para o serviço da Estrada de Ferro de D. Pedro II.....	101
N. 104.	— IMPERIO.—Aviso de 2 de Abril de 1870.—Expedem-se Instrucções para o arrolamento da população do Município da Côte.....	132
N. 105.	— AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.—Em 6 de Abril de 1870.—Declara que os Presidentes de Província não podem comprehender nos contractos de navegação os privilegios dos rios que se estendem a mais de uma Província .....	138
N. 106.	— FAZENDA.—Em 9 de Abril de 1870.—Deferimento de um recurso ácerca do imposto de uns cascos de madeira eapparelhos de dous vapores, vindos da Europa por encomenda da Companhia de alvarengas e reboques da Província da Bahia.....	139
N. 107.	— GUERRA.—Circular em 11 de Abril de 1870.—Declara que ás contas de fornecimentos feitos pelo Ministerio da Guerra ao da Marinha devem acompanhar conhecimentos em fôrma ..	140
N. 108.	— FAZENDA.—Em 11 de Abril de 1870.—Remette ás Thesourarias de Fazenda o Decreto n.º 4499 de 2 do corrente, a fim de ser executado do 1.º de Julho em diante.....	140
N. 109.	— JUSTIÇA.—Aviso de 11 de Abril de 1870.—Ao 2.º Juiz de Paz da Freguezia da Lagoa.—Declara que os Juizes de Paz se substituem mutuamente sendo o substituto do mais votado o seu immediato em votos.....	141
N. 110.	— JUSTIÇA.—Aviso de 12 de Abril de 1870.—Ao Presidente da Província de Santa Catharina.—Declara que, na falta de quem sirva o officio de Escrivão do Juizo de Paz, deve ser chamado o do Juizo Municipal e na falta deste o do Juizo de Paz do districto vizinho.....	141
N. 111.	— FAZENDA.—Em 12 de Abril de 1870.—Determina que o Decreto n.º 4303 de 9 do corrente seja executado oito dias depois da sua publicação nas Províncias .....	142
N. 112.	— FAZENDA.—Em 18 de Abril de 1870.—Declara extinta a isenção de direitos de consumo concedida as Emprezas do encanamento das aguas, e da illuminação a gaz da Capital da Província da Bahia .....	142
N. 113.	— IMPERIO.—Aviso de 18 de Abril de 1870.—Ao Presidente da Província do Rio de Janeiro.—	

- Declara que o eleitor de algum districto da  
Provincia do Rio de Janeiro, que mudar seu  
domicilio para o Municipio da Corte, não deve  
see substituido pelo respectivo supplente..... 143
- N. 114. — IMPERIO. — Em 19 de Abril de 1870. —  
Ao Presidente da Provincia de S. Pedro — De-  
clara que é motivo de nullidade de eleição ser  
feita a substituição de mesarios por modo diverso  
do que estabelece o art. 29 das Instruções de  
31 de Dezembro de 1868, na hypothese a que se  
refere este artigo ..... 150
- N. 115. — FAZENDA. — Em 19 de Abril de 1870. —  
As certidões extrahidas de livros ou documentos  
findos pagão de busca 300 réis por anno, e este  
emolumento deve ser cobrado de todos os annos  
a contar do seguinte áquelle em que os papeis  
ou livros estiverem findos, excluindo-se o em  
que se passar a certidão..... 151
- N. 116. — FAZENDA. — Em 22 de Abril de 1870. —  
Determina que continue a ser observada a Cir-  
cular de 11 de Janeiro deste anno, não obstante  
ter de principiar de Julho proximo futuro a  
execução das alterações feitas á Tarifa das Al-  
fandegas..... 151
- N. 117. — IMPERIO. — Em 23 de Abril de 1870. — Ao  
Presidente da Provincia da Bahia. — Declara  
que não ha incompatibilidade entre os cargos  
de Contador e Partidor e o de Procurador da  
Camara Municipal..... 152
- N. 118. — FAZENDA. — Em 23 de Abril de 1870. —  
Indefere uma reclamação dos negociantes e em-  
pregados do fóro da Capital do Ceará concer-  
nente á arrecadação do sello do papel e venda  
de estampilhas..... 153
- N. 119. — AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS  
PUBLICAS. — Em 23 de Abril de 1870. — Dá  
instruções para o engenheiro Eduardo José  
de Moraes proseguir nos trabalhos da estrada  
D. Francisca..... 154
- N. 120. — FAZENDA. — Em 26 de Abril de 1870. —  
As procurações para a venda de escravos estão  
sujeitas ao sello fixo de 200 réis, e os substa-  
belecimentos das mesmas á taxa de 20\$000 se  
tratarem de um só escravo..... 156
- N. 121. — FAZENDA. — Em 27 de Abril de 1870. —  
O Empregado aposentado tem direito ao seu  
vencimento, quando mesmo — como Official da  
Guarda Nacional — esteja percebendo vantagens  
por serviços que a dita Guarda é obrigada a  
prestar..... 157
- N. 122. — FAZENDA. — Em 28 de Abril de 1870. —  
A revalidação dos livros que não se acharem cu-  
bricados, só tem lugar quanto ás folhas em  
que houver escripturação, devendo-se cobrar o  
sello simples das que estiverem em branco... 157

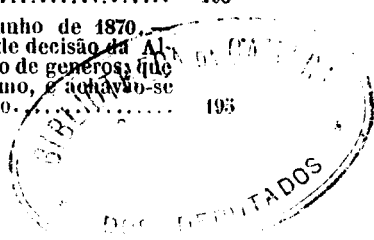


N.	123. — FAZENDA. — Em 2 de Maio de 1870. — Pro- videncia para a substituição das antigas moedas de cobre.....	158
N.	124. — FAZENDA. — Em 2 de Maio de 1870 — Restabe- lece a disposição da advertencia 2.ª da tabella anexa á Lei n.º 243 de 30 de Novembro de 1844, e regula o modo pratico de se levarem a effeito os descontos de que trata a mesma advertencia.....	159
N.	125. — FAZENDA. — Em 3 de Maio de 1870. — Dá providimento ao recurso de um Empregado da Alfandega da Cidade do Rio Grande a respeito do sello e emolumentos da sua nomeação.....	162
N.	126. — FAZENDA. — Em 3 de Maio de 1870. — Sobre a exportação para os portos do Imperio dos generos de produção da Provincia de Mato Grosso.....	163
N.	127. — JUSTIÇA. — Aviso de 3 de Maio de 1870. — Ao Ministro da Guerra. — Firma a competencia do Ministerio da Justica para marcar prazo e ajuda de custo á um Juiz de Direito nomeado Auditor de Guerra.....	164
N.	128. — JUSTIÇA. — Aviso de 4 de Maio de 1870. — Ao 2.º Juiz de Paz da freguezia da Lagoa. — Declara que as Instruccões de 13 de Dezembro de 1832 regulão o modo de preencher os lugares de Juiz de Paz, quando nao houver quatro ju- ramentados.....	165
N.	129. — FAZENDA. — Em 20 de Maio de 1870. — A isenção de direitos concedida a Companhia de carris de ferro do Jardim Botânico deve ser regulada pelo disposto no art. 6.º de seus Es- tatutos.....	165
N.	130. — FAZENDA. — Em 21 de Maio de 1870. — Isenção de direitos de madeira apparelhada, mandada vir da America do Norte por um particular em virtude de contracto com a Repartição da Ma- rinha.....	166
N.	131. — JUSTIÇA. — Aviso de 21 de Maio de 1870. — Ao Presidente de Mato Grosso. — Declara que nao pôde ser sustada a deliberacão, pela qual a Assembléa Legislativa dessa Provincia de- cretou, como tribunal de justica, a demissão do Juiz Municipal supplente do termo de Villa Maria, José Augusto Ferreira Leite: não restando contra esse acto senão o recurso ao poder mo- derador.....	166
N.	132. — MARINHA. — Aviso de 21 de Maio de 1870. — Resolve duvidas sobre a posição dos medicos contractados, que servem nas companhias de Aprendizes Marinheiros.....	167
N.	133. — FAZENDA. — Em 24 de Maio de 1870. — Ins- truccões para o processo dos despachos de transi- to, reexportação ou baldação.....	168

	PAGS.
N. 134. — FAZENDA. — Em 27 de Maio de 1870. — Approva uns termos de fiança, mandando, porém, revalidal-os, no caso de não ter sido pago o sello, e impôr ao Fiscal da Thesouraria de Fazenda a multa de 10\$000 a 50\$000 .....	171
N. 135. — IMPERIO. — Em 28 de Maio de 1870. — Ao Presidente da Provincia do Maranhão. — Declaram irregularidades substanciaes no processo eleitoral: 1.º a incompetencia do Presidente da Mesa; 2.º a organização desta com infracção do art. 14 do Decreto n.º 1812 de 23 de Agosto de 1856.....	172
N. 136. — FAZENDA. — Em 30 de Maio de 1870. — Os títulos de dividas das praças de pret não pagão sello.....	173
N. 137. — AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS. — Em 31 de Maio de 1870. — As Assembléas Provincias têm a faculdade de legislar sobre as linhas telegraphicas dentro dos limites das respectivas provincias, etc.....	173
N. 138. — FAZENDA. — Em 1 de Junho de 1870. — Declara depender da approvação do Poder Legislativo a importação livre de direitos dos objectos necessarios a Companhia de carris de ferro da Tipica.....	175
N. 139. — FAZENDA. — Em 2 de Junho de 1870. — Sobre o sello que devem pagar os livros de commerciantes e agentes de leilões.....	175
N. 140. — GUERRA. — Em 3 de Junho de 1870. — Resolve algumas duvidas sobre o exercicio e vencimentos dos Auditores e Officiaes membros de Conselhos de Guerra .....	176
N. 141. — FAZENDA. — Em 4 de Junho de 1870. — Sobre a isenção de direitos concedida á empresa da linha ferrea da Barroquinha ao engenho da Conceição, na Provincia da Bahia...	177
N. 142. — FAZENDA. — Em 4 de Junho de 1870. — Manda observar nas Alfandegas das Provincias o Aviso de 21 de Janeiro ultimo, relativo aos direitos da carne secca e do bacalhão.....	177
N. 143. — FAZENDA. — Em 4 de Junho de 1870. — Como devem as Thesourarias de Fazenda escripturar os saques que entre si fazem as Administrações do Correio.....	178
N. 144. — FAZENDA. — Em 4 de Junho de 1870. — Como devem proceder as Thesourarias de Fazenda, quando precisarem de notas de pequenos valores .....	179
N. 145. — GUERRA. — Em 6 de Junho de 1870. — Permite que um Offical de Artilharia, que tem mais de duas approvações simples nos dous primeiros annos da Escola Militar, estude o curso de sua arma, á vista das circumstancias especiaes em que se acha.....	179

N. 146.	— FAZENDA. — Em 8 de Junho de 1870. — O attestado de que trata o art. 29, § 2.º do Decreto n.º 4153 de 6 de Abril de 1868, deve ser exigido, quando as faltas durante o mez, seguidas ou hão, excederem de tres .....	180
N. 147.	— FAZENDA. — Em 8 de Junho de 1870. — Os Avisos concedendo gratificações por serviços extraordinarios são isentos de emolumentos, e os sujeitos a este imposto devem ser remettidos á Recebedoria para o competente averbamento. ....	180
N. 148.	— FAZENDA. — Em 10 de Junho de 1870. — Declara em vigor no exercicio de 1870—71 a distribuição dos creditos autorizada pela Ordem de 24 de Agosto de 1868 .....	181
N. 149.	— FAZENDA. — Em 10 de Junho de 1870. — Da provimento ao recurso de um capitão de navio a respeito de multa por acrescimo de mercadorias, visto ter o recorrente, na occasião da entrada do navio, declarado voluntariamente a existencia do acrescimo .....	181
N. 150.	— FAZENDA. — Em 11 de Junho de 1870. — As doações feitas á Fazenda Nacional devem ser insinuadas .....	183
N. 151.	— FAZENDA. — Em 11 de Junho de 1870. — Approva a multa imposta a diversos commandantes da Companhia de vapores da linha de Liverpool por infracção do art. 382 do Regulamento das Alfandegas .....	183
N. 152.	— FAZENDA. — Em 11 de Junho de 1870. — As contas de objectos fornecidos ás diversas Reparições pelas do Ministerio da Guerra, devem ser satisfeitas do mesmo modo que o são as de qualquer outro fornecimento .....	184
N. 153.	— AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS. — Em 11 de Junho de 1870. — As praças de qualquer guarda ou destacamento tem direito a passagem gratuita nos carros da Companhia Rio de Janeiro Street Railway desde que estiverem em serviço .....	185
N. 154.	— FAZENDA. — Em 13 de Junho de 1870. — Instrucções para a escripturação das operações relativas á emissão, transferencia e pagamento dos juros das apolices da divida interna fundada, e do emprestimo nacional de 1868 .....	186
N. 155.	— FAZENDA. — Em 13 de Junho de 1870. — No lancamento para a cobrança do imposto pessoa, devem ser comprehendidas, além da casa de residencia ordinaria do contribuinte, as que elle possuir para recreio nos subúrbios da cidade .....	189
N. 156.	— FAZENDA. — Em 13 de Junho de 1870. — Declara a Administração Provincial do Rio de Janeiro sujeita ao foro annual de 12\$800 de um terreno de Indios, que comprara, da extincta Aldeia de S. Lourenço .....	189

- N. 157. — FAZENDA. — Em 14 de Junho de 1870. — As certidões e contas correntes para a cobrança da divida activa devem ser assignadas, nas Thesourarias de Fazenda de 1.<sup>a</sup> ordem, pelos respectivos Contadores, e nas de 2.<sup>a</sup> ordem pelos Inspectores..... 189
- N. 158. — JUSTIÇA. — Aviso de 15 de Junho de 1870. — Declara que o facto de ter sido praça na Armada um individuo recolhido como escravo a Casa de Correccão constitue uma presumpção de liberdade; e sem que esta seja illidida em juizo competente, não pôde elle continuar preso; cumprindo aos interessados usar dos direitos, que possão ter contra o dito individuo..... 190
- N. 159. — JUSTIÇA. — Aviso de 17 de Junho de 1870. — Decide que os officiaes reintegrados nos postos, em que forão reformados sem o pedirem, não necessitão de novas patentes para entrarem no exercicio dos mesmos postos..... 191
- N. 160. — JUSTIÇA. — Aviso de 17 de Junho de 1870. — Ao Presidente da Provincia do Amazonas. — Declara, como instrucção para o bom cumprimento da lei, que uma vez preso um individuo por crime inafiançavel e iniciado o processo, só pôde ser solto em virtude de sentença favoravel ou de *habeas-corpus*..... 191
- N. 161. — JUSTIÇA. — Aviso de 17 de Junho de 1870. — Ao Presidente da Provincia de S. Paulo. — Declara os emolumentos que competem ao Juiz Municipal e ao respectivo escrivão pela venda englobada de 21 escravos, em que se lavrou um só termo de arrematação..... 192
- N. 162. — FAZENDA. — Em 17 de Junho de 1870. — Sobre o sello dos termos de fiança lavrados nos livros de Repartições Publicas..... 193
- N. 163. — FAZENDA. — Em 17 de Junho de 1870. — As medições e plantas de terrenos de marinhãs ja aforados, inclusive os da extincta Aldeia de S. Lourenço podem ser feitas por qualquer engenheiro apresentado pela parte e accito pelo Collector; mas as dos terrenos devolutos só o podem ser pelo engenheiro designado pela Presidencia..... 194
- N. 164. — FAZENDA. — Em 18 de Junho de 1870. — As certidões negativas de responsabilidade e do *quantum* das fianças que os exactores juntão aos processos de especialisação, estão sujeitas aos emolumentos de 50 réis por linha de trinta letras..... 195
- N. 165. — FAZENDA. — Em 18 de Junho de 1870. — Da providencia a um recurso de decisão da Alfandega denegando a baldeação de generos, que tinham pago direitos de consumo, e achavão-se despachados para reexportação..... 195



	PÁGS.
N. 166. — IMPÉRIO. — Em 18 de Junho de 1870. — Ao Presidente da Província de S. Paulo. — Declara que é motivo de nullidade de eleição fazerem parte da Mesa cidadãos não eleitos segundo as disposições vigentes.....	196
N. 167. — GUERRA. — Circular em 18 de Junho de 1870. — Declara que as Repartições do Ministerio da Guerra, quando fornecerem objectos ás dos outros Ministerios, devem apresentar contas e exigir indemnizações das mesmas.....	198
N. 168. — JUSTIÇA. — Aviso de 20 de Junho de 1870. — Declarando que devem subsistir as nomeações de Officiaes de um corpo irregularmente feitas sobre proposta de um Capitão, que o commandava interinamente.....	198
N. 169. — JUSTIÇA. — Aviso de 20 de Junho de 1870. — Resolve várias duvidas relativas a officiaes da Guarda Nacional da Província.....	199
N. 170. — JUSTIÇA. — Aviso de 21 de Junho de 1870. — Ao Presidente da Província de Minas Geraes. — Declara que os Escrivães de Orphãos têm direito ás custas e estada, nos inventarios feitos dentro das villas e cidades.....	200
N. 171. — FAZENDA. — Em 21 de Junho de 1870. — Deferimento de um recurso sobre restituição de direitos de mais pagos em um despacho de velas de stearina por equívoco na declaração da unidade do peso.....	201
N. 172. — FAZENDA. — Em 21 de Junho de 1870. — Approva uma restituição de direitos de mais pagos por cem saccos com assucar, que haviam sido despachados como se contivessem algodão.	201
N. 173. — FAZENDA. — Em 22 de Junho de 1870. — Determina que do 1.º de Agosto proximo futuro em diante se cobrem direitos de ancoragem de todos os vapores das Companhias de linhas regulares de navegação estrangeira.....	202
N. 174. — FAZENDA. — Em 22 de Junho de 1870. — Declara isentos do sello proporcional e dos emolumentos as fianças prestadas pelas habilitandas ao meio soldo, e pelos militares para a percepção do soldo provisório.....	203
N. 175. — FAZENDA. — Em 22 de Junho de 1870. — Devolve á Thesouraria de Fazenda da Bahia o processo de habilitação da viuva de um Official, para que sejam suppridas as faltas que menciona.	204
N. 176. — FAZENDA. — Em 22 de Junho de 1870. — Indica os casos em que as Mesas de Rendas e Collectorias podem pagar despezas dos processos de arrematação de bens pertencentes a heranças jacentes .....	205
N. 177. — FAZENDA. — Em 22 de Junho de 1870. — Declara quaes os objectos que a Companhia de	

	PAGS.
carris de ferro do Jardim Botânico pôde despachar livres de direitos.....	206
N. 178. — FAZENDA. — Em 25 de Junho de 1870. — Provimto de um recurso de decisão da Alfandega da Bahia, sujeitando a pagamento de direitos papeis de envoltório que acompanharão, separados, varias peças de seda.....	206
N. 179. — FAZENDA. — Em 23 de Junho de 1870. — Solve duvidas do Presidente do Banco Commercial do Maranhão ácerca da eleição da respectiva Directoria.....	207
N. 180. — FAZENDA. — Em 27 de Junho de 1870. — Trata de um recurso sobre multa que a Alfandega de Albuquerque impuzera em 1863 ao Commandante do Vapor <i>Marquez de Olinda</i> , pela supposta falta de um fardo do respectivo carregamento.....	208
N. 181. — IMPERIO. — Aviso de 28 de Junho de 1870. — Ao Presidente da Provincia do Ceará. — Declara serem motivos de nullidade de eleição : 1.º a falta de acta especial da 3.ª chamada dos votantes ; 2.º a interrupção, por dias, dos trabalhos electoraes ; 3.º a precipitação nestes....	209
N. 182. — FAZENDA. — Em 30 de Junho de 1870. — Declara que não pôde ser cumprido um officio do Juiz Municipal de Rezende, para a entrega do producto integral de uma herança, por não estar completa a habilitação da herdela.....	210
N. 183. — IMPERIO. — Em 30 de Junho de 1870. — Ao Presidente da Provincia das Alagoas. — Declara que para relevação de multa, imposta por factos relativos a trabalhos electoraes, deve haver decisão especial, não se podendo entender que a annullação destes trabalhos traga forçosamente aquella relevação.....	211
N. 184. — JUSTIÇA. — Aviso de 30 de Junho de 1870. — Ao Juiz de Paz da freguezia do Espirito Santo. — Resolve duvidas á respeito da faculdade de serem os Escrivães de Paz procuradores em outro Juizo; e dos casos em que lhes compete fazer instrumentos de procuração nos respectivos districtos.....	212
N. 185. — FAZENDA. — Em 1 de Julho de 1870. — Ao empregado que exerce interinamente lugar — não vago — compete sómente a gratificação do mesmo lugar e não o vencimento integral....	212
N. 186. — GUERRA. — Em 2 de Julho de 1870. — Declara que as praças de pret do Exercito, elevadas aos postos de Inferiores, ou reconhecidas Cadetes durante a Campanha, devem ser como taes reconhecidas nos respectivos Corpos, ficando aggregadas, se não houver vagas.....	213
N. 187. — FAZENDA. — Em 4 de Julho de 1870. — Manda promover a reforma das sentenças pro-	

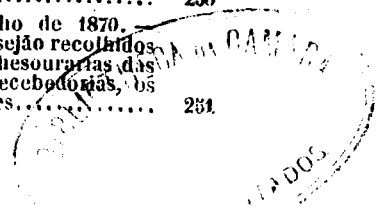
CAMARÁ

213



	PÁGS.
feridas nos processos de fiança de dous exactores da Fazenda, por omissão de certos requisitos essenciaes .....	213
N. 188. — FAZENDA. — Em 4 de Julho de 1870. — Trata de um recurso relativo aos direitos cobrados pela Alfandega da Bahia em um despacho de taboas de pinho.....	214
N. 189. — FAZENDA. — Em 6 de Julho de 1870. — Declara que os requerimentos feitos pelos Officiaes e praças do Exercito e da Armada e outros em serviço no Paraguay, ou em diversos pontos do Imperio, estão sujeitos ao sello, visto não os ter o novo Regulamento isentado expressamente de tal imposto.....	215
N. 190. — FAZENDA. — Em 7 de Julho de 1870. — Sobre o lançamento, para a cobrança do imposto de industrias e profissões, das casas que comprão e vendem couros vacunos e outros productos do paiz.....	216
N. 191. — FAZENDA. — Em 7 de Julho de 1870. — Approva a assemelhação das fabricas de refinação de assucar em que se emprega o serviço braçal, as que são movidas a vapor ou por agua.....	217
N. 192. — FAZENDA. — Em 7 de Julho de 1870. — Concessão de favores aos contractantes da preparação do leite, collocação de lastro e construcção das estações da estrada de ferro de Jundiahy a Campinas.....	218
N. 193. — FAZENDA. — Em 7 de Julho de 1870. — Trata de um recurso acerca da revalidação de uma letra, do qual o Tribunal do Thesouro não tomou conhecimento por ter sido interposto fóra de tempo na 1.ª instancia.....	218
N. 194. — FAZENDA. — Em 7 de Julho de 1870. — Instruções para a escripturação das operações relativas a emissão, transferencia e pagamento dos juro das apolices da divida interna fundada, e substituição do papel moeda.....	219
N. 195. — JUSTIÇA. — Aviso de 7 de Julho de 1870. — Decidindo que deve ser considerado estrangeiro e como tal eliminado do serviço da Guarda Nacional o individuo que, embora naturalisado cidadão brasileiro, não tiver solicitado a respectiva carta e prestado juramento.....	221
N. 196. — JUSTIÇA. — Aviso de 7 de Julho de 1870. — Ao Presidente da Provincia de Minas Geraes. — Declara que, em vista do recurso estabelecido no art. 182 do Regimento de Custas, nada ha que resolver sobre a consulta do Escrivão do Registro Geral de Hypothecas da Comarca de Ouro Preto, se os livros á seu cargo abertos, encerrados, numerados e rubricados pelo Juiz de Direito entram na excepção do art. 21 do mesmo Regimento.....	221

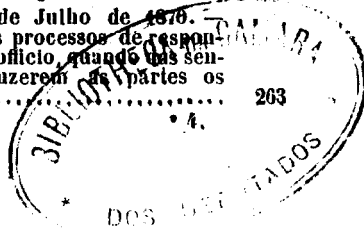
- N. 197. — JUSTIÇA. — Aviso de 7 de Julho de 1870. — Ao Presidente da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul. — Declara que são claras as disposições do Decreto n.º 1693 de 15 de Setembro de 1869, que prohibe em todas as vendas de escravos, sob pena de nullidade, separar o marido da mulher, o filho do pai ou mãe, salvo se os filhos forem maiores de 13 annos, deve o Juiz Municipal applicar-as aos casos occurrentes, independentemente de instrução ou decisão do Governo..... 212
- N. 198. — JUSTIÇA. — Aviso de 7 de Julho de 1870. — Ao Presidente da Provincia de Minas Geraes. — Declara que nas partilhas entre orphãos podem separar-se bens para pagamento de credores, realisando-se este ou pela venda dos bens em praça ou pela adjudicação, se não houverem arrematantes..... 213
- N. 199. — JUSTIÇA. — Aviso de 7 de Julho de 1870. — Declarando que o Capitão da Guarda Nacional, logo que obtenha a gradação de Tenente Coronel deve ficar aggregado ao corpo deixando vago o commando da companhia..... 214
- N. 200. — FAZENDA. — Em 11 de Julho de 1870. — Manda proceder a substituição das notas de 29000 da 3.ª estampa ..... 214
- N. 201. — FAZENDA. — Em 12 de Julho de 1870. — Dá provimento, em parte, ao recurso do capitão da barca americana *Pursuit* acerca de despesas feitas com os salvados do mesmo navio, e recommenda a fiel observancia das disposições respectivas..... 215
- N. 202. — FAZENDA. — Em 14 de Julho de 1870. — Sobre a renovação das Directorias das associações bancarias..... 216
- N. 203. — FAZENDA. — Em 14 de Julho de 1870. — Determina que nas Alfandegas do Imperio se observe a seguinte Tabela de redução das toneladas e lasts das principaes nações em toneladas brasileiras..... 217
- N. 204. — FAZENDA. — Em 16 de Julho de 1870. — Concessão de favores a companhia — The Glasgow and South America Steamship..... 219
- N. 205. — FAZENDA. — Em 18 de Julho de 1870. — Como deve ser inutilizado o sello adhesivo das certidões e outros papeis passados pelos Consulados estrangeiros ..... 230
- N. 206. — FAZENDA. — Em 19 de Julho de 1870. — Sobre o sello de um contracto de arrendamento de terreno nacional..... 230
- N. 207. — FAZENDA. — Em 19 de Julho de 1870. — Determina que d'ora em diante sejam recolhidos directamente aos cofres das Thesourarias das Provincias, onde não houver Recebedorias, os dinheiros de defuntos e ausentes..... 231



N. 208. — FAZENDA. — Em 20 de Julho de 1870. — Providencia para serem os Arsenaes de Guerra indemnizados promptamente dos objectos que fornecerem, ou serviços que prestarem ás Thesourarias de Fazenda e a quaesquer outras Repartições.....	232
N. 209. — FAZENDA. — Em 20 de Julho de 1870. — Deferimento de um recurso ácerca do pagamento dos direitos de 15 %, exigidos pela Alfandega da Bahia, sobre o valor do casco de um pequeno vapor de ferro construido na Inglaterra por conta e para negocio do recorrente .....	233
N. 210. — JUSTIÇA. — Aviso de 20 de Julho de 1870. — Ao Presidente da Provincia do Piahy. — Declara que nada ha que resolver sobre as duvidas suscitadas pelo Promotor Publico da comarca da capital com referencia ao processo do Capitão Clemente de Souza Fortes, visto achar-se affecto ao poder judiciario.....	233
N. 211. — JUSTIÇA. — Aviso de 21 de Julho de 1870. — Ao Presidente da Provincia do Maranhão. — Declara que o 1.º supplente da 2.ª vara municipal da capital não perdeu o lugar pelo facto de ter accitado e exercido o cargo de Presidente do Piahy .....	234
N. 212. — JUSTIÇA. — Aviso de 21 de Julho de 1870. — Ao Chefe de Policia da Corte. — Declara que o Promotor Publico deve intentar a queixa e requerer as diligencias necessarias, quando lhe forem remettidos por um Juiz papeis relativos á offensas physicas praticadas contra pessoa miseravel.....	235
N. 213. — FAZENDA. — Em 21 de Julho de 1870. — Declara que ao Chefe da 1.ª Secção da Alfandega do Pará compete servir de Ajudante do Inspector, a vista do art. 1.º do Regulamento de 20 de Abril ultimo.....	265
N. 214. — FAZENDA. — Em 22 de Julho de 1870. — Deferimento de um recurso sobre multa de direitos dobrados pela falta de um fardo que a parte declarara ter chegado no vapor <i>Tycho Brahe</i> , fóra do manifesto, visto reconhecer-se que o dito fardo viera, pouco tempo antes, no vapor <i>Ptolemy</i> .....	236
N. 215. — FAZENDA. — Em 22 de Julho de 1870. — Declara isentos do imposto sobre industrias — os individuos que extrahem o leite ou resina da arvore da gomma elastica; sujeitos por assemelhação, as taxas das fabricas de destillação — os que transformão essa materia prima nos differentes productos em que a mesma é affeiçãoada; e comprehendidos no art. 13 do Regulamento n.º 4346 do anno passado — os que se apresentam em pequenas embarcações a vender generos e comprar gomma elastica..	237

- N. 216. — FAZENDA. — Em 22 de Julho de 1870. —  
Nega approvação ao acto da Thesouraria da  
Provincia de S. Pedro, que mandou compre-  
hender uma fabrica de charutos, para a co-  
brança do imposto de industrias, em classes  
diversas daquellas em que estão expressamente  
comprehendidos os fabricantes e mercadores  
de charutos..... 258
- N. 217. — FAZENDA. — Em 23 de Julho de 1870. —  
Approva uma deliberação da Thesouraria da  
Provincia de S. Pedro relativa ao lançamento  
dos armazens de deposito de herva-mate, para  
a cobrança do imposto de industrias e pro-  
fissões..... 258
- N. 218. — FAZENDA. — Em 23 de Julho de 1870. —  
Dá provimento ao recurso de uns negociantes  
de Porto Alegre ácerca do lançamento de sua  
casa de negocio e armazem de deposito, man-  
dando que se proceda, quanto á taxa fixa, nos  
termos do art. 14 do Regulamento n.º 4346 do  
anno passado, e, quanto á proporcional, na  
conformidade do art. 16..... 259
- N. 219. — FAZENDA. — Em 23 de Julho de 1870. —  
Aos Presidentes de Provincias compete impôr  
as multas em que incorrerem os Collectores  
pelas infracções previstas no art. 47 do Regu-  
lamento do Sello de 17 de Abril do anno pas-  
sado, e os Chefes das Alfandegas e Recebe-  
dorias pelas de que trata o art. 48 § 4.º do  
mesmo Regulamento..... 260
- N. 220. — FAZENDA. — Em 23 de Julho de 1870. —  
Sobre a commissão devida aos empregados das  
Estações Fiscaes pela venda de estampilhas do  
sello adhesivo..... 261
- N. 221. — FAZENDA. — Em 23 de Julho de 1870. —  
Sobre o abono dos novos vencimentos dos Des-  
embargadores e Juizes de Direito, e escriptu-  
ração dos ordenados e gratificações dos Chefes  
de Policia..... 261
- N. 222. — FAZENDA. — Em 26 de Julho de 1870. —  
Fixa a intelligencia da Circular n.º 537 de 3 de  
Dezembro ultimo, relativa á isenção de direitos  
concedida a diversas companhias e sociedades. 262
- N. 223. — FAZENDA. — Em 27 de Julho de 1870. —  
Confirma uma decisão da Thesouraria de Ser-  
gipe remittindo parcialmente do imposto de  
industrias e profissões a um individuo estabe-  
lecido com loja de charutos, e manda cobrar  
a taxa proporcional de conformidade com a  
Tabella B do respectivo Regulamento..... 263
- N. 224. — FAZENDA. — Em 28 de Julho de 1870. —  
Estão sujeitos ao sello os processos de respon-  
sabilidade instaurados ex-officio, quando as sen-  
tenças proferidas interpuzerem as partes os  
recursos legais..... 263

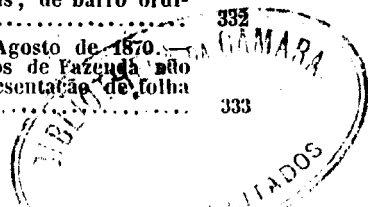
DECISÕES.



N.	225.	— IMPERIO. — Em 29 de Julho de 1870. — A' Directoria da Faculdade de Medicina da Corte. — Permite que um Oppositor faça as herborizações ordenadas pelo art. 103 dos Estatutos, sendo consideradas como lições.....	264
N.	226.	— GUERRA. — Em 29 de Julho de 1870. — Declara quaes os vencimentos, que competem aos Voluntarios da Patria, que desistirem da baixa, e se engajarem para o serviço do Exercito....	265
N.	227.	— IMPERIO. — Em 30 de Julho de 1870. — Ao Presidente da Provincia de Sergipe. — Declara que o cidadão que aceita, depois de eleito Vereador, emprego de Fazenda, renuncia tacitamente aquelle cargo.....	266
N.	228.	— IMPERIO. — Em 30 de Julho de 1870. — Ao Presidente da Provincia do Espirito Santo. — Declara: 1.º que, procedendo-se a novas eleições de Juizes de Paz por annullação das anteriormente feitas no tempo legal, competem as presidencias das mesas aos Juizes do quadriennio lido; 2.º que são competentes, para intervirerem nas organizações das mesas, os eleitores reconhecidos pela Camara dos Deputados, posto que oriundos de eleições feitas sob a presidencia de Juizes de Paz, posteriormente annulladas pelo Governo.....	266
N.	229.	— AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS. — Em 30 de Junho de 1870. — Approva provisoriamente as Instruções para o serviço da estrada de ferro da Bahia.....	267
N.	230.	— FAZENDA. — Em o 1.º de Agosto de 1870. — Nota omissão de uma clausula, que devia ser litteralmente expressa no contracto celebrado na Thesouraria do Para para o arrendamento da fazenda — S. Pedro —, e indica o modo por que deve ser supprida.....	322
N.	231.	— JUSTIÇA. — Aviso de 2 de Agosto de 1870. — Ao Presidente da Provincia do Ceara. — Declara que o Governo Imperial não tem que providenciar sobre o facto de achar-se recolhido, desde muito tempo, a cadeia de Sobral um individuo pobre e chefe de numerosa familia, por falta de pagamento de custas.....	323
N.	232.	— FAZENDA. — Em 3 de Agosto de 1870. — Determina que, respeitada a decisão de um Juiz Municipal supplente, relativa a multas impostas a Jurados, se proceda quanto aos mesmos na conformidade do paragrapho unico do art. 4.º do regulamento n.º 4181 de 6 de Maio de 1868.	324
N.	233.	— JUSTIÇA. — Aviso de 6 de Agosto de 1870. — Ao Presidente da Provincia da Bahia. — Resolve duvida sobre a competencia do Juiz Municipal para a nomeação do serventuario interino dos Offícios de Contador e Distribuidor.....	324

PACS.

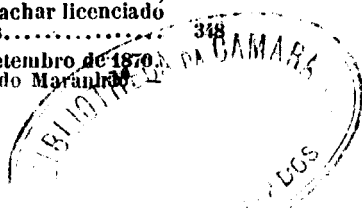
- N. 234. — FAZENDA. — Em 8 de Agosto de 1870. —  
Manda contar os prazos das letras que tem de  
assignar o arrematante da fazenda—Mocambo—  
do extincto vinculo do Jaguará e os respectivos  
juros, da data da assignatura das letras, sob a  
condição que indica ..... 325
- N. 235. — FAZENDA. — Em 8 de Agosto de 1870. —  
Os Collectores e seus Escrivães podem entrar  
em exercicio mediante fianças provisórias, ou  
quando a fiança assignado o termo pelo fiador,  
dependa ainda da especialisação e inscripção da  
hypotheca legal ..... 326
- N. 236. — FAZENDA. — Em 9 de Agosto de 1870. —  
Os pertences de navios arribados só estão su-  
jeitos aos direitos de importação, quando são  
destinados ao consumo do paiz..... 327
- N. 237. — FAZENDA. — Em 9 de Agosto de 1870. —  
As Thesourarias de Fazenda não devem pres-  
cindir da basta publica nos arrendamentos de  
proprios nacionaes, cujos contractos, para sur-  
tirem seus effeitos, dependem da approvação do  
Thesouro ..... 328
- N. 238. — FAZENDA. — Em 10 de Agosto de 1870. —  
Os manifestos das embarcações devem ser re-  
mettidos pelos Agentes Consulares do Imperio  
em carta fechada e lacrada, com o sello do  
Consulado, ao Inspector da Alfandega de porto  
a que as mesmas embarcações se destinarem.. 329
- N. 239. — JUSTIÇA. —Aviso de 12 de Agosto de 1870. —  
Declarando que compete ao Tenente Coronel  
nomeado pelo Governo o exercicio interino do  
Commando Superior de preferencia ao que se  
acha servindo aquelle posto por nomeação in-  
terina da Presidencia, não confirmada ainda  
pelo Governo Imperial..... 329
- N. 240. — FAZENDA. — Em 17 de Agosto de 1870. —  
Determina que as Thesourarias paguem aos Em-  
pregados do Ministério da Agricultura, que ti-  
verem titulos, os vencimentos nestes marcados  
sem dependencia de novas ordens ..... 330
- N. 241. — FAZENDA. — Em 17 de Agosto de 1870. —  
Declara que os serventuarios dos lugares de  
Collectorias extinctas não têm direito a estip-  
endio algum dos cofres do Estado, visto que  
as Collectorias não podem ser consideradas re-  
partições publicas das de que trata o art. 36  
§ 3.º da Lei n.º 1307 de 26 de Setembro de 1867.. 331
- N. 242. — FAZENDA. — Em 18 de Agosto de 1870. —  
Da provimento a um recurso relativo ao des-  
pacho de umas botijas vãsias, de barro ordi-  
nario ..... 332
- N. 243. — FAZENDA. — Em 18 de Agosto de 1870. —  
Os concorrentes a empregos de Fazenda não  
estão mais obrigados a apresentação de folha  
corrida..... 333



N. 244.	— FAZENDA. — Em 18 de Agosto de 1870. — Os officios das Presidencias de Provincias participando demissões e nomeações de Officiaes de Descarga supranumerarios, devem vir acompanhados de cópia authentica da representação da Alfandega respectiva, e informação da Thesouraria de Fazenda.....	334
N. 245.	— FAZENDA. — Em 18 de Agosto de 1870. — Sobre a despeza com a iluminação interna dos Palacios das Presidencias.....	334
N. 246.	— JUSTICA. — Aviso de 18 de Agosto de 1870. — Mandando proceder de conformidade com o art. 56 da Lei n.º 602 de 19 de Setembro de 1830 a respeito de varios officiaes da Guarda Nacional que, tendo sido agraciados com postos honorarios do exercito, deixarão de apresentar-se a seus respectivos corpos, por se julgarem dispensados de todo o serviço.....	335
N. 247.	— FAZENDA. — Em 20 de Agosto de 1870. — Nas Alfandegas de 3.ª ordem compete ao Chefe da 1.ª Secção servir de Ajudante do Inspector, mas com os vencimentos de seu lugar de Chefe.	336
N. 248.	— FAZENDA. — Em 20 de Agosto de 1870. — As cartas de concessão de pensões a pessoas residentes nas Provincias devem sempre ser remettidas ao Thesouro para o competente assentamento e autorização do pagamento.....	337
N. 249.	— FAZENDA. — Em 22 de Agosto de 1870. — Nas relações que acompanhão as notas substituidas devem as Thesourarias declarar, além da quantidade e valor das mesmas notas, o desconto que cada uma soffreu e o exercicio a que pertencem.....	338
N. 250.	— JUSTICA. — Aviso de 22 de Agosto de 1870. — Ao Presidente da Provincia da Parahyba. — Resolve a consulta do Escrivão do crime da Capital sobre os casos, em que devem os Escrivães dar ás partes instrumentos de cartas testemunháveis.....	338
N. 251.	— FAZENDA. — Em 23 de Agosto de 1870. — Provimto de um recurso ácerca da restituição de direitos de mais pagos, por differença de qualificação, em um despacho de 1440 pares de botinas de lã.....	339
N. 252.	— AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS. — Em 29 de Agosto de 1870. — O Delegado das Terras Publicas não pôde servir de Juiz commissario.....	340
N. 253.	— FAZENDA. — Em 29 de Agosto de 1870. — A isenção de direitos concedida aos contractantes da preparação do leito da estrada de ferro de Jundiaby a Campinas, refere-se unicamente aos de importação, e não comprehende a pol- vora.....	340

Paes.

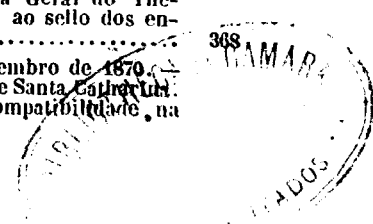
- N. 254. — FAZENDA. — Em 29 de Agosto de 1870. — A conferencia dos despachos deve ser feita pelo individuo que despachar a mercadoria, ou seja dono, ou consignatario, ou seu preposto..... 341
- N. 255. — FAZENDA. — Em 30 de Agosto de 1870. — Sem ordem do Ministerio da Fazenda não devem as Presidencias de Provincias conceder despacho livre aos objectos de que tratão o § 22 do art. 312 do Regulamento das Alfandegas, e o § 25 do art. 4.º das Disposições preliminares da Tarifa ..... 342
- N. 256. — JUSTIÇA. — Aviso de 30 de Agosto de 1870. — Ao Presidente da Provincia do Espirito Santo. — Declara nullo o juramento prestado por um supplente do Juiz Municipal perante o Juiz de Direito, visto não se ter dado caso de urgencia. 342
- N. 257. — GUERRA. — Em 30 de Agosto de 1870. — Declara como devem ser contadas as licenças concedidas aos Officiaes e praças do Exercito. 343
- N. 258. — GUERRA. — Em 30 de Agosto de 1870. — Declara que o Official condemnado à suspensão de exercicio tem direito ao soldo por inteiro. 344
- N. 259. — IMPERIO. — Aviso de 31 de Agosto de 1870. — Ao Presidente da Provincia do Pará. — Declara que o domicilio para o exercicio do direito de votar, é o do lugar onde o cidadão tem sua familia, e não daquelle onde trabalha durante o dia ..... 344
- N. 260. — FAZENDA. — Em o 1.º de Setembro de 1870. — Ordena as Thesourarias que não fação encomendas de objectos de expediente senão por intermedio do Thesouro ..... 346
- N. 261. — JUSTIÇA. — Aviso de 2 de Setembro de 1870. — Ao Presidente da Provincia de Santa Catharina. — Declara que um supplente do Juiz Municipal não pôde servir com Escrivão seu parente, devendo passar a vara ao immediato..... 346
- N. 262. — IMPERIO. — Em 3 de Setembro de 1870. — Ao Presidente da Provincia de S. Pedro. — Declara que na disposição dos arts. 43 e 44 da Lei do 1.º de Outubro de 1828 se comprehende o Vereador em exercicio..... 347
- N. 263. — FAZENDA. — Em 9 de Setembro de 1870. — Rectifica um erro havido na publicação do Aviso a Alfandega do Rio de Janeiro, de 23 do mez passado, acerca de um despacho de botinas de la ..... 347
- N. 264. — JUSTIÇA. — Aviso de 9 de Setembro de 1870. — Declara que não compete ao Juiz Municipal supplente em exercicio a 5.ª parte do ordenado, que perceber o effectivo por se achar licenciado ou substituindo a outros Juizes..... 348
- N. 265. — JUSTIÇA. — Aviso de 10 de Setembro de 1870. — Ao Presidente da Provincia do Maranhão.....





	Resolve a consulta do Presidente do Tribunal do Commercio sobre as providencias, que deve tomar quando um deputado commercial, á pretexto de proceder á syndicancias secretas, nega-se a votar sobre materia da competencia do tribunal, sujeita á seu conhecimento e regularmente instruida.....	349
N. 266.	— FAZENDA.—Em 12 de Setembro de 1870.—Quando na Collectoria não ha Escrivão affiancado, pôde o Collector nomeado entrar em exercicio antes da especialisação da hypotheca...	350
N. 267.	— FAZENDA.—Em 13 de Setembro de 1870.—Os juros sobre alcances provenientes de differenças encontradas na escripturação, contão-se do dia em que termina o prazo marcado para o recolhimento da respectiva importancia .....	351
N. 268.	— FAZENDA.—Em 14 de Setembro de 1870.—Provimento de um recurso relativo ao despacho de pap l proprio para impressão, typographia ou fabrica de estamparia, que a Alfandega sujeitara á taxa de 160 réis por kilo-ramma.....	352
N. 269.	— GUERRA.—Em 14 de Setembro de 1870.—Declara que ás Companhias de operarios militares não são extensivas as disposições que regulão o abono de premio ás praças engajadas do Exército.....	352
N. 270.	— FAZENDA.—Em 15 de Setembro de 1870.—Declara que a disposição do § 11 art. 542 do Regulamento das Alfandegas é applicavel aos generos nacionaes que tendo sido exportados, e voltando ao Imperio, onde pagarão expediente de 3 %, sahirem de novo para qualquer porto estrangeiro .....	353
N. 271.	— JUSTIÇA.—Aviso de 15 de Setembro de 1870.—Ao Presidente da Provincia de Sergipe.—Declara que não pôde ser cassado, por não estar comprehendido no espirito e letra do Decreto n.º 1884 de 7 de Fevereiro de 1837, o provimento de um Juiz de Direito em correição prohibindo aos Escrivães fazerem citações fóra da villa e seus arrabaldes.....	354
N. 272.	— JUSTIÇA.—Aviso de 17 de Setembro de 1870.—Ao Presidente da Provincia das Alagoas.—Declara que é da competencia do poder judiciario conhecer da justificação sobre identidade de réos presos nas cadeias publicas.....	355
N. 273.	— JUSTIÇA.—Aviso de 19 de Setembro de 1870.—Declarando que os officiaes subalternos do Corpo Militar de Policia, que forão agraciados pelo Governo Imperial com as patentes de Capitães honorarios, podem usar dos distinctivos dellas no exercicio dos postos effectivos, que occupão no referido Corpo.....	356
N. 274.	— FAZENDA.—Em 19 de Setembro de 1870.—Resolve acerca do imposto sobre industrias e	

	profissões nos casos de exercício de diferentes indústrias no mesmo estabelecimento.....	336
N. 273.	— AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS. — Em 21 de Setembro de 1870.— Crea um collegio para meninos indígenas.....	338
N. 276.	— AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS. — Em 21 de Setembro de 1870.— Crea no Araguaya um estabelecimento sob a denominação de — Collegio Isabel — destinado a instrução religiosa e profissional dos meninos das diversas tribus daquella região.....	361
N. 277.	— AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS. — Em 21 de Setembro de 1870.— Da providencias para o estabelecimento de uma missão encarregada da catechese da tribu — Chambioas.....	362
N. 278.	— FAZENDA. — Em 22 de Setembro de 1870.— O exactor da Fazenda interino, quando no- meado effectivo deve, em regra, prestar desde logo o juramento da effectividade do lugar, embora se afiance depois no prazo que lhe for marcado.....	363
N. 279.	— FAZENDA. — Em 23 de Setembro de 1870.— Nos contractos de arrendamento de bens na- cionaes deve-se exigir a caução real do arren- datario ou seu fiador.....	364
N. 280.	— FAZENDA. — Em 23 de Setembro de 1870.— Declara que a gratificação que se deve abonar aos Juizes Municipaes e de Orphãos na confor- midade do art. 13 da Lei n.º 1764 de 28 de Junho ultimo, depende de acto do Ministerio da Justiça.....	365
N. 281.	— JUSTICA. — Aviso de 23 de Setembro de 1870. — Declara que ao Juiz Municipal supplente em exercício do lugar de Juiz de Direito competem os vencimentos que a este não forem devidos.	365
N. 282.	— FAZENDA. — Em 26 de Setembro de 1870.— Do producto das arrematações de mercadorias impugnadas ou apprehendidas não é devido o expediente de 5 %, e nem o de 1 %.....	366
N. 283.	— FAZENDA. — Em 26 de Setembro de 1870.— Manda proceder contra os individuos que têm invadido as terras pertencentes outrora ás Al- deas de Mecejana, Arronches e Soure, na parte em que não estiverem occupadas por afora- mento, ou em virtude de posse mantida pelo Governo.....	367
N. 284.	— FAZENDA. — Em 27 de Setembro de 1870.— Solve duvidas da Thesouraria Geral do The- souro Nacional relativamente ao sello dos en- dossos de letras.....	368
N. 285.	— IMPERIO. — Em 27 de Setembro de 1870.— Ao Presidente da Provincia de Santa Catharina. — Declara que não ha incompatibilidade, na	



	acumulação dos cargos de Vereador e Juiz de Paz, tanto durante o anno de serventia de Juiz de Paz, como nos tres de substituição.....	369
N. 285.	— GUERRA. — Em 20 de Setembro de 1870. — Declara que não pôde ser approvada a pena de cinco pontos imposta pela Congregação da Escola Central aos alumnos, que deixarão de comparecer sem causa justificada a exames, visto não se achar comprehendida nas que podem ser applicadas pela mesma Congregação .....	370
N. 287.	— FAZENDA. — Em 10 de Outubro de 1870. — Condições do arrendamento concedido ao Dr. Daniel Pedro Ferro Cardoso, do terreno accrescido da Praça de D. Pedro II adjacente ás obras centraes da Alfandega .....	371
N. 288.	— FAZENDA. — Em 11 de Outubro de 1870. — Não se abre assentamento a quem exerce interinamente algum emprego sem titulo de nomeação; não sendo tambem neste caso exigivel o sello para o pagamento dos vencimentos correspondentes .....	372
N. 289.	— FAZENDA. — Em 12 de Outubro de 1870. — Dá provimento a um recurso acerca do pagamento da taxa de heranças e legados, por não se considerar o caso comprehendido na ordem n.º 136 de 24 de Maio de 1854.....	372
N. 290.	— FAZENDA. — Em 12 de Outubro de 1870. — Fixa a intelligencia do art. 42 do Decreto n.º 2343 de 1839, declarando que as gratificações de que trata o mesmo artigo não têm limitação de tempo para sua fruição, estando os concessionarios em effectivo exercicio dos seus empregos .....	374
N. 291.	— GUERRA. — Em 14 de Outubro de 1870. — Dá explicações sobre abono de vencimentos e transporte a officiaes encarregados de comissões de engenharia militar.....	375
N. 292.	— FAZENDA. — Em 13 de Outubro de 1870. — Confirma a apprehensão de uma caixa com assucar mascavado, por conter materia heterogenea.....	376
N. 293.	— FAZENDA. — Em 15 de Outubro de 1870. — Indeferimento de um recurso acerca da restituição de direitos e multa cobrados, por accrescimento de peso, em um despacho de xarque estrangeiro.....	376
N. 294.	— FAZENDA. — Em 17 de Outubro de 1870. — Concessão de favores a Companhia—Clyde Line of Steamers to Brasil and River Plate.....	378
N. 295.	— FAZENDA. — Em 18 de Outubro de 1870. — Faz extensiva aos carros da linha ferrea da Companhia—Botanical Gardens Rail Road—a isenção do imposto de que trata o Aviso de 11 de Abril de 1839.....	379

N.	296.	— FAZENDA. — Em 20 de Outubro de 1870. — Trata de um recurso sobre multa de direitos em dobro por accrescimo encontrado, por occasiao da conferencia do despacho, no peso de uma caixa contendo agulhas para costura.....	379
N.	297.	— FAZENDA. — Em 20 de Outubro de 1870. — Da providencias para que as cartas de pensões não sejam entregues aos agraciados, ou remetidas as Provincias antes do assentamento no Thesouro .....	380
N.	298.	— FAZENDA. — Em 20 de Outubro de 1870. — Sobre um despacho de bonecas mencionadas na respectiva nota como brinquedos francezes....	381
N.	299.	— GUERRA. — Em 20 de Outubro de 1870. — Manda fornecer as Secretarias de Commando de Fronteira os mesmos utensilios que se fornecem as Secretarias do Corpo do Exercito...	391
N.	300.	— FAZENDA. — Em 21 de Outubro de 1870. — Deferimento de um recurso sobre multa de direitos em dobro por accrescimo de 50 cascos com vinho, encontrado na conferencia da sabida de uma partida do mesmo genero, despachado sobre agua .....	392
N.	301.	— FAZENDA. — Em 21 de Outubro de 1870. — Approva uma decisao sobre restituicao de direitos de mercadorias estrangeiras comprehendidas na disposicao do Aviso de 30 de Dezembro de 1869 .....	393
N.	302.	— FAZENDA. — Em 22 de Outubro de 1870. — Declara, corrigindo a tabella annexa a Circular de 14 de Julho ultimo, que a tonelada dos navios austriacos é equivalente a tonelada franceza de 1.000 kilogrammas ou a 1,26 da tonelada brasileira .....	393
N.	303.	— FAZENDA. — Em 22 de Outubro de 1870. — Faz extensiva aos carros da linha ferrea da companhia — Rio de Janeiro Street Railway — a isencao do imposto de que trata o Aviso de 11 de Abril de 1859.....	394
N.	304.	— FAZENDA. — Em 24 de Outubro de 1870. — Os generos estrangeiros de embarcações arribadas, que forem vendidos para reparal-as ou despachados para consumo, estão sujeitos aos direitos de importação.....	395
N.	305.	— FAZENDA. — Em 27 de Outubro de 1870. — Confirma uma decisao da Thesouraria da Bahia, que julgou nulla a arrematacao de um lote de terreno diamantino por falta de certas formalidades.....	396
N.	306.	— FAZENDA. — Em 31 de Outubro de 1870. — Determina as Thesourarias que na presente guerra entre a Franca e a Prussia, se regulem pelas Instruções do Ministerio dos Negocios Estrangeiros abaixo transcriptas.....	396

- N. 307. — FAZENDA. — Em 31 de Outubro de 1870. — O pretendente ao alfandegamento de trapiches deve apresentar título de fiel depositario, e declarar quaes os generos que pretende depositar. 388
- N. 308. — FAZENDA. — Em 31 de Outubro de 1870. — Nos casos de arrematação de salvados constantes de mercadorias já nacionalizadas, ou de productos nacionaes, nao tem lugar a cobrança de direitos de consumo. .... 389
- N. 309. — GUERRA. — Em 31 de Outubro de 1870. — Declara que só na falta absoluta de inferiores habilitados pôde um paisano servir de Amanuense da sala das ordens de uma presidencia de Provincia, cabendo-lhe em tal caso a gratificação mensal de 20\$000 ..... 389
- N. 310. — AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS. — Em 3 de Novembro de 1870. — Decide que as companhias de seguros e em geral as sociedades anonymas nao carecem de prévia declaração do Governo para considerarem-se legalmente constituidas e comecarem a exercer as respectivas funcções ..... 390
- N. 311. — FAZENDA. — Em 5 de Novembro de 1870. — Approva a creação de uma Collectoria na villa do Rosario, Provincia de Mato Grosso. .... 391
- N. 312. — FAZENDA. — Em 7 de Novembro de 1870. — Confirma a apprehensão de uns volumes com fumo picado e roupa feita no estrangeiro, menos na parte concernente a multa, que manda reduzir á metade do valor das mercadorias. .... 392
- N. 313. — GUERRA. — Em 7 de Novembro de 1870. — Declara o modo por que devem ser descontados os adiantamentos feitos a Officiaes que já tenham divida proveniente de abono de cavalgaduras.. 393
- N. 314. — FAZENDA. — Em 8 de Novembro de 1870. — A disposição do art. 33 do Decreto n.º 4510 deste anno nao é applicavel aos Officiaes e Guardas das Alfandegas. .... 393
- N. 315. — FAZENDA. — Em 8 de Novembro de 1870. — Restituição de direitos cobrados na Alfandega desta Corte, sobre um despacho de banha de porco exportada de Porto Alegre para Montevideo, de onde veio nos mesmos envoltorios e dentro do prazo permitido. .... 394
- N. 316. — FAZENDA. — Em 8 de Novembro de 1870. — Reforma uma decisão da Thesouraria da Bahia confirmando a da Alfandega, que exigiu os novos impostos do Decreto Legislativo n.º 1750 de 1869, de mercadorias importadas e submettidas a despacho antes da promulgação do mesmo Decreto. 395
- N. 317. — FAZENDA. — Em 8 de Novembro de 1870. — Resolve não só sobre a applicação do imposto de industrias e profissões aos que exercem a Medicina, legalmente ou nao, e aos Despa-

PAGS.

	chantes que accumulão o exercicio de outra profissão ou industria, mas tambem acerca da sonegação da siza.....	396
N. 318.	— FAZENDA. — Em 9 de Novembro de 1870. — A execução dos actos do Governo publicados no <i>Diário Official</i> não depende de comunicação expressa ás Autoridades competentes.....	397
N. 319.	— FAZENDA. — Em 9 de Novembro de 1870. — Da provimento a um recurso da decisão da Alfandega da Corte, que assemelhou á musse-linas 68 peças de fazendas submettidas a despacho como melins.....	397
N. 320.	— FAZENDA. — Em 10 de Novembro de 1870. — Não compete ao Thesouro e Thesourarias de Fazenda arbitrar a gratificação que devem perceber os Juizes Municipaes e de Orphãos em virtude da Lei n.º 1764 de 28 de Junho ultimo, art. 13.....	398
N. 321.	— FAZENDA. — Em 11 de Novembro de 1870. — Os generos estrangeiros já despachados para consumo, e os nacionaes transportados de uns para outros portos do Imperio, não estão sujeitos a imposto algum.....	399
N. 322.	— FAZENDA. — Em 12 de Novembro de 1870. — Sobre a cobrança do imposto de ancoragem com o augmento que lhe deu o § 3.º do art. 1.º da Lei n.º 1750 de 20 de Outubro de 1869..	399
N. 323.	— FAZENDA. — Em 12 de Novembro de 1870. — Sobre o pagamento de ordenado aos Juizes Municipaes supplentes.....	400
N. 324.	— FAZENDA. — Em 13 de Novembro de 1870. — As Portarias de approvação dos Estatutos de Sociedades litterarias e beneficentes estão sujeitas ao sello de 2\$000.....	401
N. 325.	— FAZENDA. — Em 13 de Novembro de 1870. — Como devem proceder as Thesourarias de Fazenda nos casos de adiantamentos de quantias para as despesas futuras, ou que se tiverem de realizar fóra das mesmas Repartições.....	401
N. 326.	— JUSTIÇA. — Em 13 de Novembro de 1870. — Ao Presidente da Provincia do Maranhão. — Declara irregular a concessão de provisão a pessoa não formada para advogar indistinctamente em qualquer dos termos do districto de Relação..	402
N. 327.	— GUERRA. — Em 13 de Novembro de 1870. — Declara que o escripturario de um deposito de artigos bellicos só tem direito á gratificação mensal de 30\$000.....	404
N. 328.	— FAZENDA. — Em 16 de Novembro de 1870. — Sobre a remessa de notas substituidas.....	404
N. 329.	— FAZENDA. — Em 16 de Novembro de 1870. — A disposição do art. 35 do Decreto n.º 4510 de 20 de Abril ultimo não é applicavel á força dos Guardas.....	405

N. 330.	— FAZENDA. — Em 17 de Novembro de 1870. — Sobre o reconhecimento das firmas das procurações e dos subestabelecimentos, e das assignaturas dos Tabelliaes, quando não são bem conhecidas.....	406
N. 331.	— FAZENDA. — Em 17 de Novembro de 1870. — O imposto de transmissão de propriedade não é devido no caso de simples reposição entre coherdeiros.....	406
N. 332.	— FAZENDA. — Em 19 de Novembro de 1870. — Dá provimento ao recurso da Companhia Beberib, de Pernambuco, acerca do despacho livre de diversos objectos que a mesma importára para o encanamento de agua potavel, de que é empregaria, na capital da Provincia.....	407
N. 333.	— FAZENDA. — Em 21 de Novembro de 1870. — Determina que as Thesourarias de Fazenda, durante a guerra entre a França e a Prussia, observem as disposições do Ministerio dos Negocios Estrangeiros abaixo declaradas.....	408
N. 334.	— FAZENDA. — Em 21 de Novembro de 1870. — Provimento de um recurso sobre a classificação de certa fazenda que a parte submetten a despacho como panninho de algodão de mais de 15 fios, e foi considerada pela Alfandega como cambraia de algodão.....	410
N. 335.	— FAZENDA. — Em 21 de Novembro de 1870. — A concessão das vantagens de paquete só é permitida ás Companhias transatlanticas, que estabelecerem serviço identico ao da Real Companhia de Southampton.....	411
N. 336.	— FAZENDA. — Em 22 de Novembro de 1870. — Declara não ter lugar a concessão das vantagens de paquetes a uns vapores de navegação costeira.....	412
N. 337.	— FAZENDA. — Em 23 de Novembro de 1870. — Sobre a cobrança dos 5 e 20 %, de que tratão as Instruções de 2 de Maio ultimo.....	412
N. 338.	— FAZENDA. — Em 23 de Novembro de 1870. — Indefere um recurso acerca dos direitos de objectos submettidos a despacho antes da execução das alterações feitas á Tarifa pelo Decreto n.º 4399 deste anno.....	413
N. 339.	— FAZENDA. — Em 24 de Novembro de 1870. — Os Fieis dos Thesoureiros interinos não têm direito aos vencimentos e vantagens que competem aos Fieis dos Thesoureiros effectivos.....	414
N. 340.	— FAZENDA. — Em 24 de Novembro de 1870. — Dá provimento a um recurso sobre restituição de direitos de 20,700 kilogrammas de quina da Bolivia, despachada em transitio para a Europa.....	414
N. 341.	— FAZENDA. — Em 24 de Novembro de 1870. — As notas de apresentação dos escravos vindos de fóra do Municipio com passaportes, são isentas de imposto do sello.....	415

- N. 342. — FAZENDA.—Em 26 de Novembro de 1870.—  
Autoriza a venda dos volumes das Imperiaes  
Resoluções de Consulta da Secção de Fazenda  
do Conselho de Estado, e manda que se observe  
a tal respeito a Circular n.º 6 de 6 de Fevereiro  
de 1867..... 416
- N. 343. — FAZENDA.—Em 26 de Novembro de 1870. —  
Sobre a gratificação que compete aos Voluntarios da Patria que, desistindo da baixa, se  
engajarão para o serviço do Exercito..... 417
- N. 344. — FAZENDA.—Em 26 de Novembro de 1870. —  
Responde á representação da Illma. Camara Mun-  
icipal contra o arrendamento concedido ao  
Dr. Daniel Pedro Ferro Cardoso, do terreno  
acrescido da Praça de D. Pedro II, junto às  
officinas das obras da Alfandega..... 417
- N. 345. — FAZENDA.—Em 26 de Novembro de 1870. —  
Nega despacho livre a diversos objectos impor-  
tados pela—Companhia Ituana—, visto não serem  
exclusivamente applicaveis a estradas de ferro. 421
- N. 346. — MARINHA.—Aviso de 26 de Novembro de 1870.  
—Manda abonar as maiorias, de que trata a se-  
gunda observação da tabella de 24 de Novembro  
de 1860, aos Officiaes da Armada desempregados,  
quando servirem de vogaes nos Conselhos de  
Guerra..... 421
- N. 347. — FAZENDA.—Em 28 de Novembro de 1870.—  
No cofre de orphãos não se deve dar entrada  
a quantias pertencentes a maiores..... 422
- N. 348. — FAZENDA.—Em 28 de Novembro de 1870. —  
Os titulos dos Empregados das Secretarias da  
Policia nomeados pelos respectivos Chefes, estão  
sujeitos ao pagamento de emolumentos..... 423
- N. 349. — FAZENDA.—Em 29 de Novembro de 1870.—  
A isenção de direitos concedida ás mercadorias  
e objectos, a que se refere o § 21 art. 512 do  
Regulamento das Alfandegas, não comprehende  
o expediente ..... 423
- N. 350. — MARINHA.—Aviso de 3 de Dezembro de 1870.  
—Regula o modo de proceder-se com as praças,  
que tiverem de ser dispensadas do serviço activo  
ou escusas por incapacidade physica..... 424
- N. 351. — FAZENDA.—Em 3 de Dezembro de 1870. —  
A expedição dos Titulos de nomeação dos Offi-  
ciaes inferiores, Guardas e Vigias das Alfandegas  
compete aos Inspectores das mesmas Repar-  
tições..... 426
- N. 352. — FAZENDA.—Em 3 de Dezembro de 1870.—  
Sobre pagamento de gratificações aos empre-  
gados que fiscalisão o embarque de generos  
para o exterior nos portos interiores não ha-  
bilitados..... 426
- N. 353. — FAZENDA.—Em 3 de Dezembro de 1870.—  
Sobre a competencia das Thesourarias para pro-



	videnciarem acerca da venda do gado das fazendas nacionaes .....	427
N. 331.	— IMPERIO. — Em 7 de Dezembro de 1870. — Declara que deve ser considerada nulla a prova escripta a respeito da qual se tenha dado qualquer dos factos que o art. 13 das Instruções de 30 de Outubro previne.....	428
N. 333.	— FAZENDA. — Em 9 de Dezembro de 1870. — Manda reformar um processo de arbitramento relativo ao despacho de 600 chapéos de lá por ter-se no mesmo processo infringido o § 4.º do art. 377 do Regulamento das Alfandegas.....	429
N. 336.	— FAZENDA. — Em 10 de Dezembro de 1870. — Dá provimento ao recurso de um negociante de Porto Alegre acerca do lançamento de sua casa de negocio, para a cobrança do imposto de industrias e profissões.....	429
N. 337.	— FAZENDA. — Em 13 de Dezembro de 1870. — Sobre a armazenagem que devem pagar os objectos apprehendidos e depositados nas Estações da Estrada de Ferro de D. Pedro II....	430
N. 338.	— FAZENDA. — Em 14 de Dezembro de 1870. — Recurso ex-officio acerca da restituição dos direitos de consumo exigidos pela Alfandega de Uruguayana sobre um despacho de aguardente e assucar procedente da Provincia de Pernambuco, e alli importado por via de Montevideo.....	431
N. 339.	— FAZENDA. — Em 16 de Dezembro de 1870. — A apprehensão de caixas com assucar contendo materia heterogenea, só tem lugar quando a quantidade desta for tal, que revele intenção de fraude.....	432
N. 360.	— FAZENDA. — Em 16 de Dezembro de 1870. — Indefere a representação da Associação Commercial da Provincia do Ceará, pedindo que o imposto do sello seja alli arrecadado pelo Correo.....	432
N. 361.	— MARINHA. — Aviso de 16 de Dezembro de 1870. — Declara que, não sendo militares os serviços resultantes do mandato legislativo, não podem ser contados para a concessão da Ordem de S. Bento de Aviz.....	433
N. 362.	— FAZENDA. — Em 17 de Dezembro de 1870. — Declara que aos Inspectores das Alfandegas fica competindo, d'ora em diante, a concessão de licenças aos Guardas das mesmas repartições.	434
N. 363.	— FAZENDA. — Em 19 de Dezembro de 1870. — Não tem lugar a imposição de multa ao exactor responsavel por demora na entrega dos dinheiros a seu cargo, quando a demora se der por culpa da Thesouraria.....	435
N. 364.	— FAZENDA. — Em 21 de Dezembro de 1870. — Declara que o last de arqueação dos navios da	

- Hollanda—*sheep*—corresponde a 2,38 toneladas do Brasil..... 433
- N. 365. — FAZENDA.—Em 22 de Dezembro de 1870.—  
Nota a irregularidade com que procedem um  
Delegado de Polícia relativamente aos objectos  
salvados do naufragio de um navio estrangeiro.. 436
- N. 366. — GUERRA.—Em 22 de Dezembro de 1870. —  
Declara o modo por que devem ser considerados  
nos mappas dos corpos, a que pertencem, os  
Officiaes inferiores do Exercito commissionados  
nos postos de 2.º Tenente ou Alferes..... 437
- N. 367. — GUERRA.—Em 24 de Dezembro de 1870. —  
Declara o modo por que devem ser contadas  
as licenças dos empregados do Ministerio da  
Guerra..... 437
- N. 368. — FAZENDA.—Em 26 de Dezembro de 1870.—  
Determina que as Thesourarias remetão á Se-  
cretaria da Justiça, no fim de cada anno civil,  
uma relação dos Juizes de Direito que nao  
perceberão a gratificação de exercicio..... 438
- N. 369. — FAZENDA.—Em 27 de Dezembro de 1870.—  
Declara que o nojo permittido aos Empregados  
de Fazenda é extensivo aos casos de morte de  
descendentes puberes, e aos de sogro, sogra,  
genro e nora..... 438
- N. 370. — FAZENDA.—Em 27 de Dezembro de 1870.—  
Revoga os arts. 4.º das Instruções de 15 de  
Janeiro e 3.º, 2.ª parte, das de 12 de Fevereiro  
de 1869, e quaesquer outras disposições que  
estabeleção a responsabilidade do Pagador do  
Thesouro Nacional e seus Fieis pela identidade  
das pessoas incluídas nas folhas de pagamento,  
ou nas relações de fêria..... 439
- N. 371. — FAZENDA.—Em 27 de Dezembro de 1870.—  
Reforma a decisão da Thesouraria da Bahia sobre  
o lançamento do imposto de industrias e pro-  
fissões aos Directores da Caixa Reserva Mer-  
cantil da mesma Provincia..... 440
- N. 372. — FAZENDA.—Em 28 de Dezembro de 1870.—  
Os mercadores de charutos e cigarros só estão  
sujeitos ao pagamento da taxa proporcional do  
imposto de industrias e profissões ..... 441
- N. 373. — FAZENDA.—Em 29 de Dezembro de 1870.—  
Manda cumprir um officio requisitorio do Juizo  
competente para a entrega do producto de uma  
herança ao legítimo representante da mesma,  
e declara que só os militares de alta gradação  
se considerão emancipados antes de 21 annos. 442
- N. 374. — FAZENDA.—Em 30 de Dezembro de 1870.—  
As quantias recolhidas aos cofres publicos como  
pertencentes a herança jacente devem ser entre-  
gues ao representante legítimo, logo que assim  
o requisitar o Juizo competente, e independen-  
temente de habilitação ..... 443

	PAGS.
N. 373. — FAZENDA.—Em 31 de Dezembro de 1870.— Declara prescripto o direito da Irmandade de S. Pedro da Cidade de Marianna á 2. <sup>a</sup> das lo- terias que lhe foram concedidas, por não ter re- querido a confirmação da mesma.....	444
N. 376. — FAZENDA.—Em 31 de Dezembro de 1870.— Dá provimento a um recurso sobre restituição dos direitos de materiaes importados para a construção de uma ponte no rio Parahyba, Provincia do Rio de Janeiro, mandando porém deduzir o expediente de 5 %.....	445
N. 377. — JUSTIÇA.—Aviso de 31 de Dezembro de 1870. Ao Presidente da Provincia de Minas Geraes.— Declara que deve ser mantida a classificação das comarcas, que, em uma nova decisão judiciaria, embora tenham mudado de nome, soffrerão apenas alterações, que nao influem sobre a sua importancia; continuando a ter por Juizes os que nellas já servião: e que para as comarcas já existentes ou creadas de novo com os territorios das que foram supprimidas devem ser designados os Juizes, que nestas servião: attendendo-se a sua opção no caso, em que, subsistentes as suas comarcas, tenham sido desmembrados dellas ter- ritorios importantes para formação de outras.	446

## ADDITIONNEL.

N. 4. — IMPERIO.—Em 26 de Abril de 1870.—De- termina que no concurso para provimento dos lugares de Amanuenses do Archivo Publico do Imperio, se observem as Instruções de 12 de Maio de 1868, com algumas alterações.....	2
--	---

# COLLECCÃO

DAS

## DECISÕES DO GOVERNO

DE

# 1870.

---

N. 1. — IMPERIO. — EM 3 DE JANEIRO DE 1870.

Ao Director da Faculdade de S. Paulo—Resolve duvidas sobre o modo pratico dos exames de preparatorios.

3.ª Secção.—Ministerio dos Negocios do Imperio.—Rio de Janeiro, em 3 de Janeiro de 1870.

Respondendo ao officio de 19 de Novembro em que V. S. consulta sobre diversos pontos de execução das Instrucções de 30 de Outubro ultimo, e do Decreto n.º 4431 da mesma data, pelo qual se tornárão extensivas ás Faculdades de Direito e de Medicina da Bahia, declaro a V. S. que:

1.º Os exames de historia e geographia, e os de arithmetica, algebra e geometria, que o art. 6.º das citadas Instrucções manda fazer separadamente, devem effectuar-se em dias diversos, e só poderão realizar-se no mesmo dia, quando, exgotada a lista dos estudantes inscriptos para os exames em uma das materias, houver tempo para se começarem em outra;

2.º O substituto da cadeira de preparatorios que não tiver, por impedimento do effectivo, de desempenhar nos exames as funcções de professor assistente, pôde ser nomeado examinador;

3.º Os Professores são obrigados a examinar nas materias ainda diversas das das respectivas cadeiras, salvo si allegarem não terem nellas as convenientes habilitações; os lentes da Faculdade podem servir de examinadores e convém que sirvão pelos motivos que V. S. pondera;

4.º A doutrina do Aviso n.º 62 de 5 de Abril de 1859 é a que firma a verdadeira intelligencia dos estatutos das Faculdades, e portanto fica sem effecto a determinação do Aviso n.º 19 de 22 de Janeiro de 1862;

5.º No impedimento do commissario do Governo deve essa Directoria solicitar logo da Presidencia da Provincia nomeação de quem faça suas vezes, continuando os exames na presença do novo nomeado. Dada a falta do Presidente ou do Professor assistente, designará V. S. immediatamente quem o substitua, conforme a ultima parte do art. 8.º das Instrucções, de modo que não se interrompão os exames;

6.º A acta exigida pelo art. 28 das Instrucções citadas deve ser especial para os trabalhos de cada mesa de exames, lavrada pelo Secretario, ou por qualquer outro empregado da Secretaria da Faculdade por V. S. designado, recebendo os apontamentos necessarios dos commissarios do Governo, conforme se pratica nos exames feitos perante a Inspectoria Geral da Instrução primaria e secundaria do municipio da Corte;

7.º Convém declarar na acta a hora tanto do começo da terminação dos trabalhos de cada uma das mesas de exame, e tudo que disser respeito ao andamento dos mesmos exames;

8.º As actas devem ser lançadas em livro especial, e como dellas ha de constar o julgamento dos exames, escusados se tornão os termos de approvação e reprovação de que trata o art. 27 do Regulamento Complementar dos Estatutos das Faculdades de Direito.

Deus Guarde a V. S. — *Paulino José Soares de Souza*. —  
Sr. Director da Faculdade de Direito de S. Paulo.

## N. 2.— IMPERIO. — EM 5 DE JANEIRO DE 1870.

Ao Presidente da Provincia do Rio de Janeiro.— Declara ser motivo de nullidade de eleição a omissão na respectiva acta dos nomes dos votantes que deixão de comparecer á 3.<sup>a</sup> chamada.

2.<sup>a</sup> Secção.— Ministerio dos Negocios do Imperio.— Rio de Janeiro, em 5 de Janeiro de 1870.

Ilm. e Exm. Sr.— Foi presente a Sua Magestade o Imperador o officio de 9 de Dezembro de 1868, a que acompanhãrão as actas da eleição de Vereadores e Juizes de Paz, a que se procedeu nas Freguezias de Capivary e Correntezas, e no Curato de Gaviões.

Verificando-se que, contra a terminante disposição do art. 49 da Lei n.º 387 de 19 de Agosto de 1846, deixarão de ser mencionados na acta respectiva os nomes dos votantes do Curato de Gaviões, que perdêrão o direito de votar, por não terem acudido á 3.<sup>a</sup> chamada, Houve por bem o Mesmo Augusto Senhor, conformando-se com o parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, mandar annullar a eleição daquelle Curato.

O que communico a V. Ex. para os fins convenientes.

Deus Guarde a V. Ex.— *Paulino José Soares de Souza.*

—Sr. Presidente da Provincia do Rio de Janeiro.

---

## N. 3.— IMPERIO.— EM 7 DE JANEIRO DE 1870.

Ao Presidente da Provincia de Minas Geraes.— Declara que em uma parochia nova, apezar de achar-se já canonicamente instituida, e com o numero de eleitores designado, não pôde haver eleição de eleitores para Senador, se ainda não estiver concluida a respectiva qualificação.

2.<sup>a</sup> Secção.— Ministerio dos Negocios do Imperio.— Rio de Janeiro, em 7 de Janeiro de 1870.

Ilm. e Exm. Sr.— Em officio de 29 de Dezembro ultimo submetteu V. Ex. á approvação do Governo

o acto da mesma data pelo qual declarou, em resposta á consulta feita pelo Presidente da Camará Municipal de Sabará, que, apesar de achar-se canonicamente instituida e com o numero de eleitores já designado a nova parochia da Venda Nova, ultimamente creada, não pôde comtudo haver alli eleição de eleitores para Senador, se ao tempo em que se verificar, não estiver concluida a respectiva qualificação.

E' approvedo o acto de V. Ex., que se acha de accôrdo com a doutrina do Aviso n.º 377 de 17 de Junho de 1861, e com o disposto no § 3.º do art. 91 das Instrucções de 31 de Dezembro de 1868.

Deus Guarde a V. Ex. — *Paulino José Soares de Souza*.  
— Sr. Presidente da Provincia de Minas Geraes.

#### N. 4. — GUERRA. — EM 8 DE JANEIRO DE 1870.

Declara que é prohibido passar-se mais de uma via de qualquer titulo que possa servir para se pedir pagamento.

Ministerio dos Negocios da Guerra. — Rio de Janeiro, em 8 de Janeiro de 1870.

Senhor. — Sirva-se Vossa Alteza expedir as necessarias ordens, a fim de que o Commandante do 7.º batalhão de infantaria informe que destino teve a primeira via da guia de soccorrimento do ex-soldado daquelle batalhão Felix Fernandes Jeronymo, que ora requer ajustamento de suas contas, convido recommendar-se que é prohibido passar mais de uma via de qualquer titulo, que possa servir para se pedir pagamento, e que, quando por ordem superior se passar segunda via de taes titulos, deve declarar-se em observação quando se passou a primeira via, e a quem foi entregue.

Deus Guarde a Vossa Alteza. — *Barão de Muritiba*. —  
A Sua Alteza o Sr. Marechal de Exercito Conde d'Eu.

## N. 5.—IMPERIO.—EM 10 DE JANEIRO DE 1870.

Ao Presidente da Provincia de Minas.—Declara como ~~de~~ em ser qualificados os habitantes de districto de ~~uma~~ freguezia incorporada a outra, quando as duas freguezias pertencem a collegios diversos.

2.<sup>a</sup> Secção.—Ministerio dos Negocios do Imperio.—Rio de Janeiro, em 10 de Janeiro de 1870.

Ilm. e Exm. Sr.—Em officio de 30 de Dezembro ultimo submetten V. Ex. á approvação do Governo o acto da mesma data, pelo qual declarou, em resposta á consulta feita pelo Juiz de Paz mais votado da Parochia do Cajuru, que os votantes do districto da Saude devião ser qualificados naquella parochia e alli votar, não podendo ter execução, na parte eleitoral, a Lei n.º 1196 que incorporou seu territorio á freguezia do Bom Despacho, visto pertencer esta freguezia ao 6.º, e aquella ao 8.º collegio eleitoral do 2.º districto dessa Provincia.

E' approvedo o acto de V. Ex., que se acha de accôrdo com o disposto no art. 20 do Decreto n.º 2621 de 22 de Agosto de 1860, com a doutrina do Aviso n.º 365 de 5 de Setembro de 1868, e art. 93 das Instrucções de 31 de Dezembro do mesmo anno.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza.*  
—Sr. Presidente da Provincia de Minas Geraes.

---

N. 6.—IMPERIO.—EM 11 DE JANEIRO DE 1870.

Ao Presidente da Provincia do Rio Grande do Sul.—Declara que o cidadão eleito Vereador está sujeito ás disposições dos arts. 43 e 44 da Lei do 1.º de Outubro de 1828, enquanto não fôr competentemente escuso o cargo..

Ministerio dos Negocios do Imperio.—Rio de Janeiro, em 11 de Janeiro de 1870.

Ilm. e Exm. Sr.—Foi ouvida a Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado sobre o officio de 4 de Setembro ultimo, em que V. Ex. consulta si,



à vista do art. 44 da Lei do 1.º de Outubro de 1828, o Tenente-Coronel Joaquim Gomes de Carvalho, Presidente, eleito da Camara Municipal da Cachoeira, mas que deixou de entrar em exercicio do cargo, pôde tomar a si obras municipaes.

Conformando-se Sua Magestade o Imperador, por Sua Immediata Resolução de 29 do mez findo, com o parecer da dita Secção em consulta de 11 do mesmo mez, que por cópia passo ás mãos de V. Ex.: assim o Communico a V. Ex., recommendando-lhe que expede as necessarias ordens para observancia da Imperial Resolução.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza*.—Sr. Presidente da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul.

**Consulta a que se refere este Aviso.**

Senhor.—Vossa Magestade Imperial Houve por bem Ordenar, por Aviso de 20 de Outubro ultimo, que a Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado consulte com seu parecer o incluso officio do Presidente da Provincia do Rio Grande do Sul, relativo ao contracto para a construcção do matadouro da cidade da Cachoeira; e bem assim sobre si' polem os Vereadores encarregar-se das obras de que trata o art. 47 da Lei do 1.º de Outubro de 1828.

A Secção vai respeitosaente cumprir a ordem Imperial, e começará pela transcripção do officio, cujo teor é o seguinte:

« N. 51.—Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul.—3.ª Secção.—Palacio do Governo em Porto Alegre, 4 de Setembro de 1869.

« Ilm. e Exm. Sr.—O Tenente Coronel Joaquim Gomes de Carvalho apresentou á Assembléa Legislativa Provincial uma proposta para a construcção do matadouro publico da cidade da Cachoeira.

« Pelo art. 42 da Lei do orçamento municipal n.º 655 de 9 de Dezembro de 1867 foi a Camara Municipal da Cachoeira autorizada a contractar com o referido Tenente Coronel ou com quem melhores vantagens offerecesse, a construcção do mencionado matadouro, ficando o contracto dependendo da approvação desta Presidencia.

« Posta em hasta publica a construcção dessa obra,  
« aceitou a Camara, em 16 de Fevereiro deste anno,  
« a proposta apresentada pelo Tenente Coronel Joaquim  
« Gomes.

« Tendo, porém, o dito Tenente Coronel sido eleito  
« em 7 de Setembro ultimo, Vereador Presidente da  
« Camara, consulto a V. Ex. se, não obstante não haver  
« elle entrado no exercicio do cargo, está impossibili-  
« tado de contractar com a Camara em vista da dis-  
« posição do art. 44 da Lei do 1.º de Outubro de 1828.

« Deus Guarde a V. Ex.—Ilm. e Exm. Sr. Con-  
« selheiro Paulino José Soares de Souza, Ministro e  
« Secretario de Estado dos Negocios do Imperio.—*João*  
« *Sertorio*.

Dois são os pontos sujeitos pelo Aviso á apreciação da Secção: 1.º O contracto para a construcção do matadouro; 2.º A questão, se os Vereadores podem encargar-se das obras de que trata o art. 47 da Lei do 1.º de Outubro de 1828.

Quanto ao 1.º a Secção tem a honra de declarar que nada pôde dizer sobre o contracto, porque, além de não lhe serem presentes as condições delle, é este objecto totalmente provincial, e como tal da exclusiva competencia do presidente respectivo.

O 2.º (que em outros termos quer dizer:—se os Vereadores podem ser empreiteiros das obras municipaes—) a Secção não hesita em pronunciar a negativa, em presença dos arts. 43 e 44 da lei citada.

« Art. 43. Obtida a faculdade, as vendas se farão  
« sempre em leilão publico, e a quem mais der, ex-  
« cluidos os officiaes que servirem então nas camaras  
« e aquelles que tiverem feito a proposta, e exigin-  
« to-se fianças idoneas, quando se fizerem a paga-  
« mentos, por se não poderem realizar logo á dinheiro  
« pena de responsabilidade pelo prejuizo dahi resul-  
« tante. »

« Art. 44. Da mesma fôrma, e com as mesmas cau-  
« telas e responsabilidade præscriptas no artigo an-  
« tecedente, se farão os arrendamentos dos bens dos  
« conselhos; mas estes contractos poderão as Camaras  
« celebrar por deliberação sua, e serão confirmados  
« pelos Presidentes das Provincias em Conselho e na  
« Côrte pelo Ministro do Imperio.

Estas conclusões procedem para com os Vereadores em exercicio.

Resta, porém, examinar se o Tenente Coronel Joaquim Gomes de Carvalho está comprehendido na disposição

da lei, visto como, embora eleito Vereador, não foi juramentado, não tomou posse, e não entrou no exercício do cargo.

Este é o ponto positivo da consulta do Presidente da Província de S. Pedro, e a Secção o resolve do modo seguinte:

Ao cidadão eleito para o munus publico, como é o de membro da Camara Municipal, não é livre deixar de exercel-o por méra vontade sua; a lei a isso o obriga por meio de multas. E' pois necessario que para se eximir delle se verifiquem as condições prescriptas na lei, e que se obtenha escusa na fôrma por ella determinada.

Não consta destes papeis que o Tenente Coronel Joaquim Gomes de Carvalho fosse pelos meios competentes compelli lo á prestação do juramento, e então, ou antes allegasse e fossem attendidos motivos para a escusa nos termos do art. 20 da Lei.

Por tanto, entende a Secção que emquanto não constar da escusa competentemente concedida elle deve ser considerado Vereador e sujeito ás disposições dos arts. 43 e 44 da Lei.

E' este o seu parecer.

Vossa Magestade Imperial Resolverá como houver por bem.

Sala das Conferencias da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, em 44 de Dezembro de 1869.—*Visconde de Sapucahy.*—*Marquez de Olinda.*—*Bernardo de Souza Franco.*

#### RESOLUÇÃO.

Como parece.

Paço, em 29 de Dezembro de 1869.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Paulino José Soares de Souza.*

## N. 7.—FAZENDA.—EM 11 DE JANEIRO DE 1870.

Altera provisoriamente o valor official da Tarifa em vigor para a cobrança dos direitos da carne secca e do bacalhão.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, em 11 de Janeiro de 1870.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, transmite aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda das Províncias em que ha Alfandegas, a fim de que tenha a devida execução nestas Repartições, o Aviso desta data, junto por cópia, alterando provisoriamente o valor official da Tarifa em vigor para a cobrança dos direitos da carne secca (xarque) e do bacalhão.

*Visconde de Itaborahy.*

Cópia do Aviso a que se refere a Circular acima.

1.<sup>a</sup> Secção. — N. 8. — Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, em 11 de Janeiro de 1870.

Ilm. e Exm. Sr. — Havendo-se reconhecido que na Tarifa em vigor é demasiadamente elevado o valor official para a cobrança dos direitos da carne secca (xarque) e do bacalhão, tenho resolvido que sejam provisoriamente os referidos direitos cobrados na razão de 40 % de 200 réis por kilogramma para o primeiro dos ditos gencros, e de 100 réis para o segundo, enquanto não forem, como vão ser brevemente, decretadas as alterações que a experiencia tem já demonstrado necessarias.

O que communico a V. Ex. para a devida intelligencia e execução.

Deus Guarde a V. Ex. — *Visconde de Itaborahy.* —  
A S. Ex. o Sr. Inspector da Alfandega da Corte.

## N. 8.—FAZENDA.—EM 12 DE JANEIRO DE 1870.

Sobre um Precatorio expedido pelo Juizo Municipal da 2.<sup>a</sup> Vara a requerimento de um individuo, para a apprehensão na Alfandega da bagagem de sua mulher, chegada de Portugal.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 12 de Janeiro de 1870.

Ilm. e Exm. Sr.—Communico a V. Ex., para seu conhecimento e devidos effeitos, que sendo ouvida a Secção de Fazenda do Conselho de Estado sobre a questão suscitada nessa Alfandega a respeito do cumprimento do Precatorio que lhe dirigira o Juiz Municipal da 2.<sup>a</sup> Vara, para que os Officiaes de Justiça pudessem ali apprehender a bagagem de Carlota Joaquina Leal, vinda de Portugal, conforme o mandado que se expedira a requerimento de seu marido Antonio Joaquim Pacheco: Houve Sua Magestade o Imperador por bem Decidir, por immediata Resolução de 8 do mez corrente, que o art. 208 do Regulamento das Alfandegas não permite apprehensão ou embargo no caso de que se trata.

Deus Guarde a V. Ex. — *Visconde de Itaborahy*. — A S. Ex. o Sr. Inspector da Alfandega da Córte.

---

## N. 9.—FAZENDA.—EM 12 DE JANEIRO DE 1870.

Sobre um Precatorio do Juizo Municipal da 1.<sup>a</sup> Vara para o sequestro, no Entrepasto da Sande, de uma machina de fazer gelo, sobre cuja propriedade pendia litigio.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 12 de Janeiro de 1870.

Ilm. e Exm. Sr.—Communico a V. Ex., para os devidos effeitos, que consultando a Secção de Fazenda do Conselho de Estado, de ordem de Sua Magestade o Imperador, ácerca do requerimento em que Antonio Francioni pediu providencias para que essa Alfandega cumprisse o Precatorio que a favor do mesmo lhe fôra

dirigido pelo Juizo Municipal da 1.<sup>a</sup> vara, a fim de ser sequestrada no Entreposto da Saude uma machina de fazer gelo, que alli se acha, sobre cuja propriedade pendente litigio em Juizo entre o dito Francioni e Francisco Biron : Houve o Mesmo Augusto Senhor por bem Decidir, por immediata Resolução de 8 do mez corrente, que o art. 208 do Regulamento das Alfandegas não permite arresto ou embargo no caso sujeito.

Deus Guarde a V. Ex.—*Visconde de Itaborahy*. — A S. Ex. o Sr. Inspector da Alfandega da Córte.



N. 10. — IMPERIO. — EM 12 DE JANEIRO DE 1870.

Ao Director da Faculdade de Medicina da Córte. — Declara que aos oppositores competem as gratificações devidas pelo exercicio das cadeiras, além da diaria por lição.

3.<sup>a</sup> Secção. — Ministerio dos Negocios do Imperio. — Rio de Janeiro, em 12 de Janeiro de 1870.

Ilm. e Exm. Sr. — No requerimento que V. Ex. remetteu informado, com seu officio de 9 do mez passado, pedem os oppositores dessa faculdade, Drs. Joaquim Monteiro Caminhoá, Luiz Pientznauer e Matheus Alves de Andrade, que lhes sejam abonadas as gratificações devidas pelo effectivo exercicio das cadeiras, além da diaria que lhes compete por lição, na fórma da tabella annexa aos estatutos vigentes.

E porque este pedido acha fundamento na disposição da parte final do art. 130 dos mesmos estatutos, em virtude do qual as ditas gratificações pertencem em todo caso a quem tem a seu cargo a regencia das cadeiras, resolvi attender aos supplicantes, devendo portanto V. Ex. incluir em folha, para a percepção tambem da referida gratificação, os oppositores que estiverem no caso de que se trata.

Deus Guarde a V. Ex. — *Paulino José Soares de Souza*. — Sr. Director da Faculdade de Medicina da Córte.



## N. 11.—JUSTIÇA.—AVISO DE 13 DE JANEIRO DE 1870.

Ao Presidente da Província de S. Paulo.—Declara que os Presidentes só podem conceder licença, além de três mezes, depois de decorrido um anno contado da ultima.

Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro, em 13 de Janeiro de 1870.

Ilm. e Exm. Sr.—Em officio n.º 262 de 27 de Dezembro ultimo consultou V. Ex.—se um Promotor Publico, obtendo tres mezes de licença, na fórma do Decreto n.º 247 de 15 de Novembro de 1842, pôde de novo ser licenciado dentro do mesmo anno, caso seja demittido desse cargo e pouco depois nomeado para outro semelhante.

Em resposta declaro a V. Ex. que a consulta está resolvida pelo art. 2.º do decreto citado, em virtude do qual os Presidentes de Províncias só podem conceder novas licenças, além da de tres mezes, depois que tiver decorrido um anno, contado do termo das ultimas.

Deus Guarde a V. Ex. — *Joaquim Octavio Nobis* — Sr. Presidente da Província de S. Paulo.

## N. 12.—IMPERIO.—EM 14 DE JANEIRO DE 1870.

Ao Presidente da Província da Bahia.— Declara: 1.º, ser motivo de nulidade de eleição o ser feita clandestinamente; 2.º, ser válida a que se realiza fóra da matriz, quando esta se acha impedida, e em lugar legalmente designado, se seu processo correr legalmente.

2.ª Secção.— Ministerio dos Negocios do Imperio.— Rio de Janeiro, em 14 de Janeiro de 1870.

Ilm. e Exm. Sr.—Tendo Ouvido a Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, sobre as duas eleições para Vereadores e Juizes de Paz a que se procedeu; em Setembro de 1868, na Parochia de S. Felix do Município da Cachoeira, uma presidida pelo 1.º Juiz de

Paz do districto da mesma parochia, e outra pelo 4.º da de Nossa Senhora do Desterro do Outeiro Redondo do mesmo municipio, como consta das actas e mais papeis que acompanhárão o officio de V. Ex. de 16 de Dezembro do dito anno; Sua Magestade o Imperador Manda declarar que é approvedo o acto pelo qual V. Ex. julgou nulla a presidida pelo 1.º Juiz de Paz e válda a que se realizou sob a presidencia do da parochia vizinha.

A que se diz presidida pelo 1.º Juiz de Paz foi clandestinamente feita em sua casa, e não póde portanto prevalecer.

A que se effectuou na igreja do Rosario, local designado por V. Ex., por achar-se impedida a matriz, correu regularmente e foi competentemente presidida pelo 4.º Juiz de Paz da parochia limitrophe de Nossa Senhora do Desterro do Outeiro Redondo, nos termos do art. 4.º das Instrucções de 28 de Junho de 1849.

O que communico a V. Ex. para os effeitos legais.

Deus Guarde a V. Ex. — *Paulino José Soares de Souza*.  
— Sr. Presidente da Provincia da Bahia.

---

N. 13. — IMPERIO. — EM 15 DE JANEIRO DE 1870.

Ao Presidente da Provincia da Bahia. — Declara serem motivos de nullidade de eleição: 1.º, ser feita fóra da matriz sem motivo legal e provado; 2.º, lavrar-se uma unica acta do processo das tres chamadas e da apuração dos votos.

2.ª Secção. — Ministerio dos Negocios do Imperio. — Rio de Janeiro, em 15 de Janeiro de 1870.

Illm. e Exm. Sr. — Forão presentes a Sua Magestade o Imperador o officio que V. Ex. me dirigiu em 23 de Novembro de 1868, e as actas e mais papeis relativos ás duas eleições de Vereadores e Juizes de Paz a que se procedeu, no dia 7 de Setembro do mesmo anno, na Parochia de Nossa Senhora da Madre de Deus de Pirajubia, no Municipio de Jaguaripe, uma sob a presidencia do 1.º Juiz de Paz do 1.º districto, na capella da fazenda denominada — Sobrado —, de sua residencia, e outra na matriz, presidida pelo 1.º Juiz de Paz do 2.º districto.



E o Mesmo Augusto Senhor, Tendo Ouvido a Secção dos Negócios do Imperio do Conselho de Estado, Manda declarar que é approvedo o acto de 23 de Novembro do referido anno, pelo qual V. Ex. julgou nullas as ditas eleições.

A primeira, por se haver effectuado fóra da matriz, em uma casa particular, sem motivo legal e provado.

A segunda, pelas irregularidades que a vicião, entre as quaes a inversão na chamada dos votantes, lavrar-se uina unica acta do processo das tres chamadas e da apuração dos votos, contra o disposto nos arts. 49, 54 e 55 da Lei n.º 387 de 19 de Agosto de 1846.

O que communico a V. Ex. para os fins convenientes.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza*.  
— Sr. Presidente da Provincia da Bahia.

#### N. 14.—JUSTIÇA:—AVISO DE 15 DE JANEIRO DE 1870.

Declara que não é applicavel o Decreto n.º 3333 de 23 de Novembro de 1863 ao Official da Guarda Nacional que, antes da sua nomeação, já residia fóra do districto.

Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro, em 15 de Janeiro de 1870.

Hm. e Exm. Sr.—Foi presente a Sua Magestade o Imperador o officio de V. Ex. de 18 de Outubro do anno findo, sob n.º 195, no qual V. Ex. consultou : 1.º se, nos termos do Decreto n.º 3333 de 23 de Novembro de 1863, póde proceder contra o Barão de Pitanguy, que, antes de sua nomeação para Commandante Superior de Barbacena, já residia, e depois della continuou a residir fóra do districto de seu commando ; 2.º se, em execução do art. 2.º do citado Decreto, deve elle ser chamado por editaes ao quartel do mesmo Commando, ou á Capital dessa Provincia ; 3.º qual a séde do Conselho de investigação, que tem de verificar a sua ausencia :

Houve por bem o Mesmo Augusto Senhor Mandar declarar a V. Ex. para seu conhecimento que, não se achando comprehendido aquelle Official na disposição do art. 63 da Lei n.º 692 de 19 de Setembro de

1850, não lhe é applicavel o Decreto n.º 3535 de 25 de Novembro de 1865, o qual, tendo em vista prevenir a injustiça que pôde haver na privação de postos dos Officiaes, que se ausentão do districto de seus corpos, creou Conselhos de investigação para verificar a ausencia por elles commettida; sendo que aquelle, a quem se refere a consulta, não ausentou-sê, por já se achar fóra do districto do commando, quando foi nomeado. E, com quanto tal circumstancia torne irregular sua nomeação, attenta a disposição do art. 53 da lei mencionada, o Governo Imperial nada tem que deliberar a esse respeito, não só porque elle solicitou em tempo a sua patente e occupou o posto, como porque, estando actualmente suspenso e não, sendo chamado a serviço, não é obrigado a residir no seu respectivo districto.

Deus Guarde a V. Ex.— *Joaquim Octavio Nebias*.—  
Sr. Presidente da Provincia de Minas Geraes.

---

N. 15.—FAZENDA.—EM 17 DE JANEIRO DE 1870.

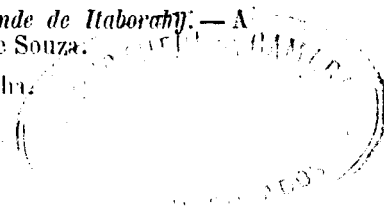
As cartas de naturalisação são isentas do pagamento do sello e emolumentos, quando concedidas a estrangeiros que vierem para o Brasil como emigrantes ou colonos, ou se contractarem para o serviço militar.

Ministerio dos Negócijs da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 17 de Janeiro de 1870.

Ilbn. e Exm. Sr.—Communico a V. Ex., em resposta ao seu Aviso de 6 de Novembro ultimo, que a carta pela qual foi naturalisado cidadão brasileiro o carpinteiro da armada Joaquim Fernandes, está sujeita ao pagamento do sello e emolumentos por não estar comprehendida na disposição do paragrapho unico do art. 4.º da Lei n.º 1101 de 20 de Setembro de 1860, nem nas excepções do art. 19 § 10 do Regulamento de 17 de Abril do anno passado, e do § 54 da tabella annexa ao Regulamento de 24 do mesmo mez de Abril.

Deus Guarde a V. Ex.— *Visconde de Itaboraity*.—A  
S. Ex. o Sr. Paulino José Soares de Souza.

Identico ao Ministerio da Marinha.



N. 46.—FAZENDA.—EM 17 DE JANEIRO DE 1870.

O algodão, de produção nacional, transportado de umas para outras Províncias do Imperio não paga expediente.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 17 de Janeiro de 1870.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia de Pernambuco, em resposta ao seu officio n.º 282, de 19 de Novembro do anno findo, que o mesmo Tribunal resolveu deferir o recurso interposto por José Manoel de Araujo & Irmão e José Antonio de Araujo da decisão da referida Thesouraria confirmatoria da respectiva Alfandega, que negou-lhes a isenção de direitos de expediente para o algodão de procedencia da Provincia das Alagoas, importado nessa capital, bem como a restituição dos direitos que havião pago de 1.234 sacos com o mesmo genero e da mesma procedencia; cumprindo-lhe, portanto, restituir aos ditos recorrentes o que tiverem pago de expediente pelo mencionado algodão; porquanto, segundo a Ordem n.º 599 de 20 de Dezembro de 1862 e Consulta do Conselho de Estado de 19 de Novembro do citado anno, estava a referida mercadoria isenta daquelles direitos, como foi considerada na Alfandega desta Corte pela Portaria de 19 de Junho de 1863, em virtude do art. 623 § 3.º, excepção 6.ª, do Regulamento das Alfandegas, que comprehende o presente caso. E por esta occasião, lhe recommenda que expeça as convenientes ordens a fim de que naquella Repartição não se continue a cobrar direitos de expediente dos generos constantes da relação que acompanhou a supracitada Portaria.

*Visconde de Itaborahy.*

## N. 17.—GUERRA.—EM 17 DE JANEIRO DE 1870.

Declara que as segundas vias dos documentos de despeza militar devem ser idênticas ás primeiras, para poderem produzir seus devidos effeitos.

Ministerio dos Negocios da Guerra.—Rio de Janeiro, em 17 de Janeiro de 1870.

Manda Sua Magestade o Imperador, por esta Secretaria de Estado, declarar ao Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de Mato Grosso, em solução ao seu officio de 9 de Outubro ultimo sob n.º 27, em que consulta se pôde accitar segundas vias dos documentos de despeza militar sem o—visto—ou rubrica do Commandante das armas, que servindo as primeiras vias para justificar a despeza dos Thesoureiros ou Pagadores perante as Thesourarias ou Estações, que tem de lhes tomar conta, e as segundas para justificar as despêzas das Thesourarias ou Estações por onde ellas correm, e devidos exames das Repartições Fiscaes, cumpre que as segundas vias sejam idênticas ás primeiras, para poderem produzir os seus devidos effeitos.

*Barão de Muritiba.*

## N. 18.—AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.—AVISO N.º 4 DE 19 DE JANEIRO DE 1870.

O arbitramento instituido na condição 13.ª do contracto de 26 de Abril de 1837 deve ser feito por simples conferencia dos arbitros sem fórma de juízo.

4.ª Secção.—N. 1.—Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.—Rio de Janeiro, em 19 de Janeiro de 1870.

Illm. e Exm. Sr.—Em resposta ao officio de 11 do corrente mez, em que V. Ex. consulta se deve ser instituido o juizo arbitral nos termos da condição 15.ª

do contracto de 26 de Abril de 1857, para que possa ter lugar o arbitramento; ou se este deve ser dado sem fórma de juízo, e por meio de simples conferencia dos arbitros; como parece deduzir-se da condição 13.ª do mesmo contracto: declaro-lhe que, não se referindo as citadas condições ás formalidades estabelecidas na legislação commercial para o julgamento arbitral, e convindo, além disso, que haja toda a celeridade nòs processos administrativos; a commissão a cargo de V. Ex. deverá proceder por meio de simples conferencia dos arbitros.

Deus Guarde a V. Ex. — *Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque*.—Sr. Joaquim de Souza Reis.

---

N. 19.—MARINHA.—AVISO DE 19 DE JANEIRO DE 1870.

Declara que as vistorias dos navios, de que trata o art. 48 da Lei n.º 556 de 23 de Junho de 1850, quando requeridas, devem ser feitas de conformidade com as disposições dos arts. 9.º, 10 e 11 do Decreto n.º 1324 de 3 de Fevereiro de 1834.

N. 486.—3.ª Secção—Ministerio dos Negocios da Marinha.—Rio de Janeiro, em 19 de Janeiro de 1870.

Hlm. e Exm. Sr.—Convindo regular o serviço das vistorias nos navios do commercio, reclamadas pelo art. 459 da Lei n.º 556 de 23 de Junho de 1850; e tendo em consideração o que informára a Capitania do Porto da Córte, em officio n.º 8 de 12 do corrente sobre representação dos consignatarios dos patachos *Almirante e Perry*, em consequencia de demora havida em attender-se aos exames que requerêrão naquelles navios, a fim de poderem cumprir o preceituado no supradito artigo; declaro a V. Ex., para os devidos effeitos, e execução na parte que lhe toca, que, toda a vez que fór solicitada a referida vistoria pelo proprietario, consignatario, gerente de companhias, commandante ou mestre, terá ella lugar dentro de 24 horas, sendo a commissão encarregada de proceder a

esse acto a mesma de que trata o art. 9.º do Decreto n.º 1324 de 5 de Fevereiro de 1851, quando o navio fór movido a vapor; e quando fór de vela, compôr-se-ha do Ajudante de V. Ex., do Director das construcções navaes, referidos, e do Mestre do apparelho deste Arsenal; competindo-lhes, n'um e n'outro caso, a observancia do disposto nos §§ 1.º, 2.º e 3.º do art. 10 do ultimo Decreto citado, e como retribuição a cada um dos membros a estabelecida no art. 14.

Deus Guarde a V. Ex.—*Barão de Cotejipe*.—Sr. Conselheiro de Guerra, Inspector do Arsenal de Marinha da Côrte.

---

N. 20.—GUERRA.—EM 21 DE JANEIRO DE 1870.

Dá providencias sobre o pagamento de vencimentos dos Officiaes addidos a corpos ou empregados em estabelecimentos militares, assim como dos que servirem em Conselhos de Guerra.

Ministerio dos Negocios da Guerra.—Rio de Janeiro, em 21 de Janeiro de 1870.

Declaro a Vm., para seu conhecimento e execução, que fica approvada a medida por Vm. proposta em o seu officio datado de 6 de Dezembro proximo passado, de proceder-se ao pagamento de vencimentos dos Officiaes addidos a corpos, ou empregados em estabelecimentos militares, independentemente de communicação especial ou publicação em Ordem do Dia, uma vez que apresentem attestado de exercicio, ou estejam contemplados nas folhas dos corpos; e bem assim dos que servirem em Conselhos de Guerra, com tanto que exhibão recibos rubricados pelo Ajudante General, além do attestado de exercicio.

Deus Guarde a Vm.—*Barão de Muritiba*.—Sr. Domingos José Alvares da Fonseca.

---

## N. 21.—FAZENDA.—EM 21 DE JANEIRO DE 1870.

Manda sustar nas Províncias a execução do Decreto n.º 4450 de 8 do corrente, até que as Thesourarias recebam as necessárias instruções do Thesouro.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 21 de Janeiro de 1870.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, recommenda aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda que não fação dar execução nas Alfandegas, sem que tenham recebido instruções do Thesouro, ao Decreto n.º 4450 de 8 do corrente, regulando a concessão de titulos de garantia das mercadorias depositadas nos armazens das Alfandegas e Companhias de dócas.

*Visconde de Itaborahy.*

## N. 22.—FAZENDA.—EM 21 DE JANEIRO DE 1870.

Determina que não se pague a um ex-Thesoureiro o resto dos seus vencimentos, sem que elle satisfaça amigavelmente, ou por meio executivo, o sello, direitos e emolumentos do decreto de sua nomeação.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 21 de Janeiro de 1870.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia da Parahyba que bem procedeu não pagando a Angelo de Fojaz Corrêa Cesar o resto dos vencimentos do lugar, que exerceu, de Thesoureiro da Policia da mesma Provincia, visto não ter elle apresentado o seu decreto de nomeação para a devida cobrança do sello, direitos, e emolumentos; e que, tendo sido declarado á respectiva Presidencia pelo Aviso do Ministerio da Justiça de 11 de Setembro de 1837, junto por

cópia, que o vencimento que competia ao dito Thesoureiro era a gratificação marcada na tabella que acompanhou o Decreto n.º 1898 de 21 de Fevereiro do mesmo anno, cumpre-lhe exigir do referido Fojaz o pagamento dos direitos, sello, e emolumentos do decreto de sua nomeação, que é de 5 de Setembro de 1857, embora não se encontre registro delle na Secretaria da Justiça, por ter sido solicitado para o pagamento dos direitos e não mais entregue para o registro, como foi communicado a este Ministerio pelo Aviso de 29 de Dezembro do anno findo, do qual consta também que fôra o dito Fojaz demittido daquelle lugar por Decreto de 9 de Outubro de 1867; recommendando-lhe que, no caso de que elle se recuse ao pagamento amigavelmente, promova a cobrança pelo meio executivo, liquidando-se os vencimentos em divida para lhe serem abonados, logo que se achem indemnizados os direitos do citado Decreto.

*Visconde de Itaborahy.*

N. 23.—FAZENDA.—EM 21 DE JANEIRO DE 1870.

Manda restituir, de accôrdo com a disposição do art. 1.º da Lei n.º 1730 de 1869 e Av. de 11 do corrente, a differença de direitos pagos pela carne secca e bacalhão despachados nos primeiros dias deste anno.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 21 de Janeiro de 1870.

Ilm. e Exm. Sr.—Em resposta ao officio de V. Ex. n.º 17 de 13 do corrente, no qual consulta se deve restituir a alguns negociantes, que despacharão nos primeiros dias deste anno carne secca e bacalhão, a differença dos direitos que pagarão entre os valores officiaes da Tarifa em vigor e os direitos de 200 e 100 réis por kilogramma provisoriamente estabelecidos pelo meu Aviso n.º 8 de 11 deste mez, communico a V. Ex. que pôde fazer a restituição dos direitos reclamados pelos.



referidos negociantes, visto ter sido intenção do Governo realizar essa alteração do principio do corrente anno em diante, de accordo com a disposição do art. 1.º da Lei n.º 1750 de 20 de Outubro do anno passado.

Deus Guarde a V. Ex.—*Visconde de Itaborahy*.—  
A S. Ex. o Sr. Inspector da Alfandega da Corte.

---

N. 24.—FAZENDA.—EM 22 DE JANEIRO DE 1870.

Confirma a apprehensão de uma caixa com assucar, por ter sido na mesma encontrada materia heterogenea.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 22 de Janeiro de 1870.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia da Bahia, que o mesmo Tribunal resolveu indeferir o recurso interposto por Manoel José Lopes da Silva & Sobrinhos da decisão da referida Thesouraria que sustentou a da respectiva Alfandega, considerando bem feita a apprehensão de uma caixa com assucar, submettida a despacho pelos recorrentes, e na qual foi encontrada materia heterogenea, visto ter sido ella feita de conformidade com o disposto nos arts. 257 e 642 § 7.º do Regulamento das Alfandegas de 19 de Setembro de 1860, como consta do respectivo processo, a que acompanhou o seu officio n.º 188 de 25 de Novembro do anno findo.

*Visconde de Itaborahy.*

---

## N. 25.— IMPERIO.—EM 22 DE JANEIRO DE 1870.

Ao Presidente da Provincia do Pará.— Declara ser motivo de nullidade de eleição: fazer-se a substituição de mesarios impedidos, no caso de que trata o art. 17 do Decreto n.º 1812 de 23 de Agosto de 1856, por modo diverso do que se acha estabelecido no mesmo artigo e no 8.º

2.ª Secção.— Ministerio dos Negocios do Imperio.— Rio de Janeiro, em 22 de Janeiro de 1870.

Ilm. e Exm. Sr.— Levei ao alto conhecimento de Sua Magestade o Imperador as deliberações dessa Presidencia, datadas de 6 de Outubro de 1868, pelas quaes forão annulladas as eleições de Vereadores e Juizes de Paz, a que em Setembro se procedêra nas parochias de Mojú, Acará e Santa Anna da Campina, do municipio da Capital da Provincia.

Do exame das actas e documentos que acompanharão as citadas deliberações se vê que dos motivos allegados só é procedente o que se refere á organização da mesa parochial de Mojú, reconhecendo incompetentes dous de seus membros. Tendo-se declarado impedidos, logo depois de eleitos, dous mesarios representantes da turma dos eleitores, antes de se fazer a eleição dos da outra turma, na acta se declara que a mesa, a qual ainda não estava constituida, chamou para substitui-los dous cidadãos, que tomárão ássento, quando a providencia era effectuar-se nova eleição pelos mesmos eleitores, nos termos da 2.ª parte do art. 17 do Decreto n.º 1812 de 23 de Agosto de 1856, e tendo-se estes retirado, pelo immediato em votos ao dito Juiz de Paz, como determina o art. 8.º do mencionado decreto.

E o Mesmo Augusto Senhor, depois de ouvida a Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, Houve por bem Mandar declarar nulla a eleição desta parochia, e válidas as do Acará e de Santa Anna da Campina, para a nullidade das quaes baseou-se essa Presidencia em protestos sem provas que lhe forão apresentados.

O que communico a V. Ex. para os fins convenientes.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza.*  
— Sr. Presidente da Provincia do Pará.

---

## N. 26.—FAZENDA.—EM 24 DE JANEIRO DE 1870.

Declara que pertencem aos Juizes e Escrivães os emolumentos dos actos por elles expedidos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 24 de Janeiro de 1870.

Communico a V. S., para que se sirva declarar ao Administrador da Mesa de Rendas do Municipio de Itaguahy, em resposta ao officio que dirigiu a essa Directoria em 10 de Agosto ultimo, que os emolumentos dos actos expedidos pelos Juizes e Escrivães pertencem a estes Empregados, são arrecadados em virtude do Regimento de 3 de Março de 1835, e não se achão contemplados na tabella annexa ao Regulamento que acompanhou o Decreto n.º 4336 de 24 de Abril do anno passado, nem pôdião achar-se em vista do art. 3.º § 6.º do mesmo Regulamento.

Deus Guarde a V. S.—*Visconde de Itaborahy*.—Sr. Conselheiro Director Geral interino das Rendas Publicas.

---

## N. 27.—FAZENDA.—EM 26 DE JANEIRO DE 1870.

Aos Pilotos-Escrivães de navios do serviço das Alfandegas não é applicavel a disposição do art. 26 do Alvará de 7 de Janeiro de 1797, tit. 1.º

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 26 de Janeiro de 1870.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia do Maranhão, em resposta ao seu officio n.º 100 de 31 de Julho do anno findo, que foi indeferido o requerimento de Caetano José de Âbreu, Piloto-Escrivão do hiate *Cruzeiro* do serviço da Alfandega da mesma Provincia, pedindo que se lhe abone a terça parte dos vencimentos de Escrivão, na fórma do dis-

posto no art. 26 do Alvará de 7 de Janeiro de 1797, titulo 1.º, por exercer as funcções de Piloto conjunctamente com as de Escrivão; visto não serem applicaveis as disposições do art. 26 do citado Alvará ao referido Abreu, que exerce cumulativamente as respectivas funcções, não por substituição, mas sim por serem inherentes ao cargo de Piloto-Escrivão.

*Visconde de Itaborahy.*

N. 28.--FAZENDA.—EM 26 DE JANEIRO DE 1870.

Resolução de consulta declarando não ter lugar a pretensão da viuva de um Official, de ceder em favor de sua filha a pensão do Monte-pio de Marinha do marido, por já perceber pensão de igual importancia deixada por seu pai.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 26 de Janeiro de 1870.

Remetto a V. S., para seu conhecimento e devidos effeitos, a cópia junta da Imperial Resolução de Consulta da Secção de Fazenda do Conselho de Estado de 10 do corrente mez, pela qual Sua Magestade o Imperador Houve por bem Indeferir o requerimento em que José de Oliveira Coutinho, na qualidade de tutor da menor Phida Rita de Vasconcellos Nascimento, pedia que a dita menor fosse considerada pensionista do Monte-pio da Marinha, como filha legitima do Capitão do extincto corpo de artilharia de marinha e Major reformado do exercito Hermenegildo Machado do Nascimento, não obstante ter ainda viva sua mãe.

Deus Guarde a V. S.—*Visconde de Itaborahy*.—Sr. Conselheiro Director Geral da Contabilidade.

Senhor.—Mandou Vossa Magestade Imperial que a Secção de Fazenda do Conselho de Estado consultasse com seu parecer sobre a materia do requerimento incluso de José de Oliveira Coutinho, na qualidade de tutor da menor Phida Rita de Vasconcellos Nascimento, filha legitima do Capitão do extincto corpo de artilharia de

marinha e Major reformado do exercito Hermenegildo Machado do Nascimento.

Allega o dito tutor que não obstante estar ainda viva a esposa do referido official, mãe de sua tutelada, como ella goza de pensão do Monte-pio da Marinha, que lhe deixára seu pai, igual á que ora lhe cabia por parte de seu marido, fizera renuncia desta, e que desde então deve tal pensão pertencer á sobredita menor, á quem a lei a devolve desde que sua mãe legítima não goza: e consequentemente pede que assim se mande observar.

Sendo ouvido os Empregados do Thesouro, opinou o Director Geral de contabilidade em 26 de Maio ultimo nos seguintes termos:

« Em face das disposições do Plano de 23 de Setembro de 1793 e dos Decretos n.º 1039 de 3 de Novembro de 1852 e n.º 3607 de 10 de Fevereiro de 1866 não procedem as razões que se allegão para abonar-se desde já á habilitanda D. Phida Rita de Vasconcellos Nascimento, o monte-pio de seu fallecido pai o Capitão do extincto corpo de artilharia de Marinha Hermenegildo Machado do Nascimento.

« As pensões do Monte-pio de Marinha, como as de meio soldo do Exercito, não constituem um direito hereditario, mas simplesmente um beneficio que se transmitta por escala ás familias dos officiaes fallecidos, á saber: 1.º ás viúvas; 2.º ás filhas; 3.º ás viúvas mães dos officiaes; 4.º ás irmãs.

« Esta escala não admittre alteração, pois não é dado á nenhum dos indicados na ordem das precedencias ceder á outrem o seu direito.

« A mãe da habilitanda não podia, pois, fazer cessão da pensão de seu marido em favor de sua filha, a habilitanda referida.

« Nem favorece o direito desta a opção que fez sua mãe da pensão que já percebia de seu pai.

« Do art. 6.º do Plano se manifesta que a filha que gozando de pensão de seu pai se casa com official militar, e deste enviúva (caso em que se acha a mãe da habilitanda) deve perceber a de seu marido e não mais a de seu pai, salvo se a deste excede á daquelle, porque então lhe é permittido *receber a maior quantia*.

« Mas isto não quer dizer que fica vaga a pensão do marido, para immediatamente abonar-se á filha, porque no mesmo artigo se determina que se *suspenda a quantia menor*.

« Nada importa que na hypothese presente se dê igualdade nas pensões, quer do pai, quer do marido, da mãe

da habilitanda ; porquanto a doutrina do citado art. 0.º é a repetição da do art. 3.º, no qual, com relação á viúva que passa a segundas nupcias com official e torna a enviuvar, se manda abonar sómente o meio soldo do 2.º marido, *suspendendo-se-lhe o que recebia do 1.º*.

« Ora sendo invariavel a regra de que por fallecimento do official á sua viúva compete entrar no gozo do monte-pio d'elle, parece fóra de duvida :

« 1.º Que não póde ser aceita para o effeito que se pretende, a opção que fez a dita mãe da habilitanda da pensão que tinha antes do seu casamento.

« 2.º Que não póde ter lugar por ora a concessão á habilitanda do monte-pio de seu pai, por estar viva e considerar-se no gozo d'elle sua mãe, á quem compete, embora sem se ter habilitado, por ser isso dispensavel .

« 3.º Que só se poderá conceder á habilitanda o monte-pio de seu pai, depois do fallecimento de sua mãe, ou, no caso de inhabilidade desta para recebê-lo, por causas previstas na Lei .

« E' este o meu parecer, e concordo com a 3.ª contadoria na parte em que considera applicavel á hypothese de que se trata, o disposto na Ordem de 12 de Novembro de 1831 e no art. 10 do citado Decreto de 10 de Fevereiro de 1856. »

A Secção entende que as razões produzidas são procedentes, e que a não serem ellas attendidas, dar-se-hia contra o Monte-pio o inconveniente ou despeza que o respectivo Plano quiz evitar—da accumulção de diversas pensões, gravosa para os seus recursos.

Em verdade quem tem direito por agora á pensão deixada pelo finado Nascimento não é sua filha, e sim sua viúva.

Se esta em vez de preferir a de seu pai, preferisse a de seu fallecido marido, é claro que sua filha nem um direito teria á allegar, e o Monte-pio não pagaria senão uma pensão.

Ella porém, preferiu a de seu pai igual á de seu marido, e consequentemente perdeu o direito á de seu esposo, e o Monte-pio não tem porque pagar esta a ninguém enquanto viva fór aquella a quem pertencia, e que não a percebe porque não póde accumulal-as.

E' visto, pois, que não póde renunciar em beneficio de sua filha um direito que não tem, nem esta reclamar um direito que ainda não lhe pertence, e que para o Monte-pio produziria o mesmo effeito prejudicial das accumulções.

Talvez a equidade em alguns casos pedisse outra so-

lução, e a hypothese não está litteralmente prevista; mas dos princípios estabelecidos pelas disposições em vigor, parece que outra não pôde ser a solução derivada, não só para o caso vertente, como para a generalidade que elle constituiria.

Este é o pensar da Secção: Vossa Magestade Imperial, porém, mandará o que fôr mais justo.

Sala das Conferencias. 22 de Dezembro de 1869. —  
*Visconde de S. Vicente. — Francisco de Sales Torres Homem.*

Como parece. Paço em 10 de Janeiro de 1870.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Visconde de Itaborahy.*

N. 29. — FAZENDA. — EM 26 DE JANEIRO DE 1870.

As nomeações dos Administradores e Escrivães das Mesas de Rendas, submettidas á approvação do Ministerio da Fazenda, devem vir acompanhadas das propostas e informações das Thesourarias.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, em 26 de Janeiro de 1870.

Ilm. e Exm. Sr. — Transmitto a V. Ex., para seu conhecimento e fins convenientes, o incluso Titulo desta data, pelo qual foi nomeado o Guarda da Mesa de Rendas geraes de Tabatinga, nessa Provincia, Bento José Ribeiro Chrisostomo, para o lugar de Escrivão da referida Mesa, ficando assim definitivamente approvada a nomeação interina que V. Ex., sobre proposta da respectiva Thesouraria de Fazenda, fez o dito Chrisostomo para aquelle lugar, conforme participou-me em seu officio de 4 de Dezembro do anno findo; re-commendando-lhe, por esta occasião, que as nomeações de Administradores e Escrivães de Mesas de Rendas,

submettidas á approvação deste Ministerio, devem vir acompanhadas das propostas e informações da Thesouraria de Fazenda, na fórma da Circular de 8 de Abril de 1861.

Deus Guarde a V. Ex.—*Visconde de Itaborahy*.—A S. Ex. o Sr. Presidente da Provincia do Amazonas.

---

N. 30.—FAZENDA.—EM 26 DE JANEIRO DE 1870.

O Conselho de Estado não conhece das decisões do Tribunal do Thesouro como Tribunal superior de appellação, mais sim como um Tribunal de revista para os casos do art. 28 do Decreto n.º 2343 de 29 de Janeiro de 1859.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 26 de Janeiro de 1870.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia de Minas Geraes, em resposta ao seu officio n.º 123 de 22 de Dezembro do anno findo, que não póde ter provimento o recurso interposto para o Conselho de Estado por João Nepomuceno de Aguiar da decisão do Tribunal do Thesouro, mandando renovar por mais nove annos o contracto de arrendamento feito com a companhia de mineração de diamantes em um lote de terrenos situados em uma das vertentes do rio Caethé-merim, de que são successores os herdeiros do Major Francisco Gomes Ribeiro e outros; visto como nos termos do Decreto n.º 2343 de 29 de Janeiro de 1859, art. 28, o Conselho de Estado, ou a respectiva Secção, para quem cabe o recurso de revista, não conhece das decisões do referido Tribunal como Tribunal superior de appellação ou da apreciação do facto e direito, e só sim como um Tribunal de revista para o effeito de cassar ou annullar taes decisões nos unicos casos de incompetencia, excesso de poder, violação da lei, ou de formulas essenciaes, como hem opinou o respectivo Procurador Fiscal no parecer que acompanhou o seu citado officio.

*Visconde de Itaborahy.*

---



## N. 31.—JUSTIÇA.— AVISO DE 26 DE JANEIRO DE 1870.

Ao Presidente da Província da Parahyba.—Declara que os lugares de Avaliadores não são officios de Justiça, e que os de Contador e Distribuidor devem ser annexados ou desannexados conforme o disposto nas Leis Provinciaes.

2.ª Secção.—Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro, em 26 de Janeiro de 1870.

Hon. e Exm. Sr.—Tendo sido presente a Sua Magestade o Imperador o officio de V. S., datado de 27 de Outubro ultimo, sob o qual remetteu ontro do Juiz Municipal do termo de Arca, de 29 de Setembro, consultando sobre as seguintes duvidas:

1.ª Se, não obstante os Avisos n.ºs 185 de 19 de Outubro de 1854 e 396 de 31 de Outubro de 1857, deve pôr a concurso os lugares de Avaliadores creados pela Lei Provincial n.º 12 de 21 de Setembro do dito anno, art. 1.º

2.ª Se nos termos do art. 2.º da mesma lei, devem os officios de Contador e Distribuidor ser annexados a cada um dos de Partidor ou reunidos em um só dos respectivos serventurarios:

Houve por bem o mesmo Augusto Senhor, em conformidade da Sua Imperial e Immediata Resolução de 19 do corrente, tomada sobre consulta da Secção de Justiça do Conselho de Estado, Mandar declarar a V. Ex., para fazer constar ao dito Juiz, quanto á primeira duvida que, em vista dos citados avisos, não sendo considerados officios de Justiça os lugares de Avaliadores, convém que a autoridade se abstenha de pô-los em concurso, devendo continuar a praxe da nomeação pelas partes interessadas em cada causa; e quanto á segunda duvida, que não se dando a mesma razão a respeito dos officios de Contador e Distribuidor, deve ser mantido o disposto no art. 2.º da Lei Provincial, enquanto não fór competentemente revogado.

Deus Guarde a V. Ex. — *Joaquim Octavio Nebias*. — Sr. Presidente da Província da Parahyba.

**N. 32.—AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.—EM 27 DE JANEIRO DE 1870**

Declara que não ha necessidade de remetter aos respectivos Ministerios as contas de passagens concedidas na Estrada de Ferro de D. Pedro II.

N. 5.—3.<sup>a</sup> Secção.—Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.—Rio de Janeiro, em 27 de Janeiro de 1870.

As despezas provenientes de passagens nessa estrada, concedidas por conta deste, ou de qualquer dos outros Ministerios deverão ser creditadas em conta corrente de cada um, não para o fim de serem cobradas, mas para a conveniente fiscalização da renda da mesma estrada: o que lhe communico para sua intelligencia, e em resposta ao officio de V. S. de 10 de Julho do anno findo, que acompanhou a conta das passagens concedidas por este Ministerio, durante o 2.<sup>o</sup> semestre de 1868.

Deus Guarde a V. S.—*Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque*.—Sr. Director da Estrada de Ferro de D. Pedro II.

---

**N. 33.—FAZENDA.—EM 28 DE JANEIRO DE 1870.**

Para a installação de um Banco ou Associação bancaria é indispensavel a carta de autorização.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 28 de Janeiro de 1870.

Ilm. e Exm. Sr.—Sciente pelo officio de V. Ex. de 20 de Dezembro ultimo, n.<sup>o</sup> 34, de terem sido observadas por parte dos interessados no Banco Commercial dessa Provincia todas as formalidades legais para a installação deste, com excepção da carta de autorização, que não fôra requerida, nem V. Ex. exigira, por parecer-lhe que podia o Banco ser installado, como foi no dia 4.<sup>o</sup> do citado mez, independente della, e só em presença do decreto que approvou os respectivos es-

tatutos; e, vista a duvida proposta no dito officio— si a carta póde ainda ser solicitada, ou si é insanavel a falta da mesma, e neste caso si tem o effeito de prejudicar o seu acto que deu por constituido o referido Banco; declaro a V. Ex. :

Quanto á 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> parte—que a carta de authorização deve ser solicitada pela administração do Banco, com o que ficará sanada a irregularidade de achar-se elle em exercicio sem outro titulo mais que a cópia do decreto que lhe modificou os estatutos, o qual tanto não devia ser o seu titulo, que podião os interessados não accital-o, desde que não admittissem a modificação feita pelo Conselho de Estado.

Nem é licito ao Governo dispensar a referida carta, porque importaria isso prejuizo dos direitos, a que tem jus a Fazenda Nacional por semelhantes titulos.

E quanto á 3.<sup>a</sup>—que não tendo, por um lado, o acto de V. Ex. atacado os direitos do Banco, visto como não foi este obrigado a constituir-se com estatutos contrarios a seus interesses, caso em que não teria accitado a modificação do Governo; e, por outro lado, não devendo o mesmo acto causar prejuizo á Fazenda, desde que fôr impetrada a carta, que falta para legalizar a existencia do estabelecimento de que se trata, não ha motivos de valor tal que obriguem a declaral-o nullo.

Deus Guarde a V. Ex.— *Visconde de Itaborahy.*—  
A S. Ex. o Sr. Presidente da Provincia do Maranhão.

#### N. 34.— FAZENDA.—EM 28 DE JANEIRO DE 1870.

Declara que deve continuar a suspensão das nomeações de Fiscaes para os Bancos de Depositos e Descontos, até que o Poder Legislativo resolva definitivamente a semelhante respeito.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 28 de Janeiro de 1870.

Ilm. e Exm. Sr.—Tenho presente o officio que V. Ex. dirigiu-me a 49 de Novembro ultimo, sob n.º 27, dando conta da resolução que tomára de nomear o Ba-

charel Joaquim Rodrigues de Souza Filho para exercer interinamente o lugar de Fiscal do Banco Commercial dessa Provincia; attentas as razões constantes do mesmo officio: e em resposta cabe-me declarar a V. Ex. que, á vista das Ordens n.ºs 596 e 598 de 21 de Dezembro de 1861 que fizerão cessar o exercicio dos Fiscaes dos Bancos de Depósitos e Descontos, da dispensa do Fiscal do Banco Rural, estabelecido nesta Córte, e do do Banco de Pernambuco, e da creação do Banco Commercial do Rio de Janeiro e do Banco de Campos sem o onus de um Fiscal nomeado pelo Governo e pagos pelos ditos Estabelecimentos, é fóra de duvida que deve continuar a suspensão das nomeações de taes funcionarios por inúteis, até que o Poder Legislativo revogue o § 7.º do art. 1.º da Lei n.º 1083 de 22 de Agosto de 1860 que os creou; tanto mais porque, em caso de malversação, ou de qualquer infração dos Estatutos, que devão ser cohibidas, tem o Governo e os Presidentes das Provincias no Decreto n.º 2711 de 19 de Dezembro de 1860 os meios necessarios para conhecer dos males que precisem de remedio prompto e efficaz.

Deus Guarde a V. Ex. — *Visconde de Itaborahy*. — A S. Ex. o Sr. Presidente da Provincia do Maranhão.

#### N. 35.—JUSTIÇA.—AVISO DE 28 DE JANEIRO DE 1870.

Dá providencias em ordem a evitar que os paquetes saião barra fóra sem dar conhecimento da hora, em que têm de seguir viagem depois do sol posto.

3.ª Secção — Ministerio dos Negocios da Justiça. — Rio de Janeiro, em 28 de Janeiro de 1870.

Remetto a V. S., para os devidos effeitos, uma cópia do Aviso, que em 11 do corrente dirigiu-me o Sr. Ministro dos Negocios da Marinha, communicando as providencias, que tomou para cohibir o abuso praticado por alguns commandantes de paquetes, os quaes, dando á fortaleza de Villegaignon conhecimento da hora em que pretendem sahir depois do sol posto, não seguem barra fóra senão muito tempo depois, com prejuizo da fiscalização, a que estão sujeitos.

Deus Guarde a V. S. — *Joaquim Octavio Nebias*. — Sr. Chefe da Policia da Córte.

Cópia a que se refere o Aviso supra.

3.ª Secção. — N. 498. — Ministerio dos Negocios da Marinha. — Rio de Janeiro, em 11 de Janeiro de 1870.

Ilm. e Exm. Sr. — Tornando-se indispensavel dar providencias para evitar o abuso praticado por alguns commandantes de paquetes, que navegação para este porto, os quaes, prevenindo a fortaleza de Villegaignon da hora em que pretendem sair depois de sol posto, entretanto seguem barra fóra muito tempo depois, com prejuizo da fiscalização a que estão justa e legalmente sujeitos, na presente data determinei á Repartição competente, que faça effectiva a execução do que a tal respeito dispõe o art. 7.º do Decreto n.º 4307 de 26 de Dezembro de 1868, o qual artigo, dando aos commandantes dos paquetes a faculdade de escolher a sua hora de sahida durante a noite, por isso mesmo lhes impõe o dever da pontualidade; sendo que do adiamento resultaria illicite-se o pensamento da citada disposição.

Está portanto terminada que, deixando de sair o Paquete á hora marcada, não o poderá fazer depois sem outra vez prevenir a fortaleza, ficando sujeito a nova multa, e a pena de recolhimento. O que tenho a honra de communicar a V. Ex. para os devidos effectos.

Deus Guarde a V. Ex. — *Barão de Cotegipe*. — Sr. Concelheiro Joaquim Octavio Rebias.

N. 36. — JUSTIÇA. — AVISO DE 28 DE JANEIRO DE 1870.

Declara que o Aviso de 21 de Novembro de 1866 deve tambem ser applicado aos casos de infracção da Lei n.º 1099 de 18 de Agosto de 1869 relativamente a fracções de bilhetes de loterias legalmente autorizadas, seja qual fór a forma dessas fracções.

3.ª Secção — Ministerio dos Negocios da Justiça. — Rio de Janeiro, em 28 de Janeiro de 1870.

Em officio n.º 20 de 12 do corrente consultou V. S. sobre o que lhe cumpria fazer em relação á especulação, que se tem desenvolvido, no li Córte, de venderem-se

fracções de bilhetes de loterias legalmente autorizadas, sob a fôrma de cessão de interesse das mesmas ou emissão de títulos manuscriptos, representando sociedade nos referidos bilhetes, visto como a V. S. parece tal especulação contraria ao espirito da Lei n.º 1099 de 18 de Agosto de 1860.

Em resposta declaro a V. S. que, como já foi determinado a um de seus antecessores em Aviso de 21 de Novembro de 1866, deve V. S. perseguir, por se acharem incursos no art. 1.º da referida lei, não só os individuos, que venderem fracções de bilhetes, como os que emitirem títulos manuscriptos sujeitos á sorte dos bilhetes das loterias autorizadas.

Deus Guarde a V. S. — *Joaquim Octavio Nebias.* — Sr. Chefe de Policia da Corte.

---

N. 37.—JUSTIÇA.—AVISO DE 28 DE JANEIRO DE 1870.

Declarando illegal a promoção de um Guarda Nacional a Cabo de Esquadra sem conhecimento e proposta do Commandante da respectiva companhia.

Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro, em 28 de Janeiro de 1870.

Recorreu ao Governo Imperial o Major Alfredo Deocleciano da Silva Tavares da decisão proferida em seu requerimento, em que se queixava do Tenente Coronel Commandante do 4.º batalhão da Guarda Nacional Antonio de Oliveira Fernandes, por haver promovido um guarda da 1.ª companhia, sob seu commando, á Cabo de Esquadra da 3.ª, promoção que lhe fôra communiçada muitos dias depois de já usar o dito guarda dos distinctivos do posto.

Exigindo o art. 46 da Lei de 19 de Setembro de 1859, que os inferiores e Cabos sejam nomeados sobre proposta dos Commandantes de suas companhias, foi illegal aquella promoção, porque, ainda quando não houvesse na 3.ª companhia praça alguma nas condições de exercer o posto, devia o respectivo Commandante entender-se

previamente com o supplicante para que, requerida e effectuada a transferencia do guarda de uma para outra companhia, pudesse ter lugar a promoção.

Convém, portanto, que V. S., fazendo constar ao referido Tenente Coronel esta decisão do Governo Imperial, mande cancellar a reprehensão ou censura infligida ao recorrente, visto não ter elle commettido falta alguma, representando em termos convenientes, e de conformidade com a lei, contra um acto, que de qualquer modo lhe tirava a força moral para com seus subordinados.

Deus Guarde a V. S.—*Joaquim Octavio Nebias*.—Sr. Coronel Commandante Superior Interino da Guarda Nacional da Côte.

N. 33. — FAZENDA.— Em 29 DE JANEIRO DE 1870.

Sobre as taxas do imposto pessoal que devem pagar o arrematante da iluminação publica da Cidade de Porto Alegre, e o receptor de pipas de aguardente, remunerado pelos cofres provinciaes.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro, em 29 de Janeiro de 1870.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de S. Pedro, em resposta ao seu officio n.º 167 de 29 de Julho do anno findo, que o arrematante da iluminação publica da Cidade de Porto Alegre está comprehendido na 2.ª classe da Tabella **DD** do Regulamento n.º 4346 de 23 de Março do citado anno—como contractador de obras; e o receptor de pipas de aguardente, e fiscal dos respectivos direitos, remunerado pelos cofres provinciaes, na Tabella **A**, 1.ª classe—como empregario de escriptorio de Commissões, e na Tabella **DD**, 1.ª classe, escriptorio de Commissões: ambas do citado Regulamento: e sujeitos portanto, um e outro às taxas estabelecidas nas referidas Tabellas.

*Visconde de Itaborahy.*

## N. 39.—FAZENDA.—EM 29 DE JANEIRO DE 1870.

Ordena ás Thesourarias de Fazenda que fação cobrar em Abril e Maio do corrente anno, dos empregados e funcionarios publicos da Provincia, a metade do imposto pessoal correspondente ao valor locativo dos predios que tiverem por sua conta.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, em 29 de Janeiro de 1870.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, ordena aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, que em cumprimento do disposto na Lei de 20 de Outubro do anno passado, fação cobrar em Abril e Maio do corrente anno dos empregados e funcionarios publicos da Provincia a metade do imposto pessoal correspondente ao valor locativo dos predios que tiverem por sua conta, arrendados ou proprios, fixado no lançamento, a que se deve ter procedido para o corrente exercicio, segundo o disposto nos arts. 12 e 15 do Decreto n.º 4052 de 28 de Dezembro de 1867, e modelo n.º 1, a elle annexo; arrecadando o imposto sobre vencimentos devido até o ultimo de Dezembro proximo findo, nos termos da ordem circular n.º 4 de Novembro anterior, dos que o não tiverem pago.

*Visconde de Itaborahy.*

---

N. 40.—AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.—EM 31 DE JANEIRO DE 1870.

Declara que o Governo Imperial não póde approvar a proposta da companhia para alugar o trapiche e a ponte na praça do Riachuelo.

N. 4.—3.ª Secção.—Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.—Rio de Janeiro, em 31 de Janeiro de 1870.

Ilm. e Exm. Sr.—Accuso o recebimento do officio de V. Ex. datado de 24 do mez proximo findo sob n.º 15, em que communica-me haver approvado pro-



visoriamente a proposta do Superintendente da companhia da estrada de ferro dessa Provincia para alugar ao Governo o trapiche e a ponte de embarque construida pela mesma companhia na praça do Riachuelo, pagando-se 7% do capital despendido em sua construcção, e levando-se a receita e despesa respectiva á conta do custeio da estrada.

Em resposta cabe-me declarar que o Governo Imperial sente divergir do pensamento de V. Ex. á respeito deste assumpto não só por entender que as condições propostas importão em augmento da garantia de juros para o que não está elle autorizado, como por não julgar conveniente misturar as contas de receita e despesa do trapiche e ponte, obras particulares da companhia, com as da estrada.

Deus Guarde a V. Ex.—*Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque*.—Sr. Presidente da Provincia da Bahia.

N. 41.—GUERRA.—Circular em 31 de Janeiro de 1870.

Aos Presidentes de Provincia—Dá Instrucções para as Repartições de Obras Militares.

Ministerio dos Negocios da Guerra.—Rio de Janeiro, em 31 de Janeiro de 1870.

Ilm. e Exm. Sr.—Determinando Sua Magestade o Imperador que nas Repartições de Obras Militares na Corte e Provincias sejam observadas as Instrucções desta data, das quaes remetto a V. Ex. o incluso exemplar; assim o declaro a V. Ex. para seu conhecimento e execução.

Deus Guarde a V. Ex.—*Borão de Mariliba*.—Sr. Presidente da Provincia de.....

No mesmo sentido a Directoria de Obras Militares da Corte.

**Instruções para as Repartições de Obras Militares da  
Côrte e Provincias, mandadas observar pela Circular  
de 31 de Janeiro de 1870.**

Art. 1.º As Directorias de Obras Militares têm a seu cargo a organização dos planos e orçamentos, e a direcção, inspecção, e fiscalisação das obras de construcção pertencentes ao Ministerio da Guerra.

Art. 2.º Para o desempenho deste serviço haverá na Côrte uma Repartição, com o seguinte pessoal: um Director, Official superior do Corpo de Engenheiros: dous Ajudantes, Officiaes subalternos do mesmo Corpo, até dous Desenhistas, dous Escripturnarios, e um Porteiro servindo ao mesmo tempo de Continuo da Repartição.

Art. 3.º Nas Provincias, onde fôr necessario estabelecer Directorias de Obras Militares, será este serviço desempenhado por um Official de Engenheiros, da nomeação do Ministerio da Guerra, e segundo o exigir a importancia das obras, que nellas se executarem, ou conforme as distancias, em que se acharem umas em relação a outras, poderão as Presidencias, com approvação do Ministerio da Guerra, nomear, para coadjuvar os Directores, um ou mais Ajudantes, Officiaes subalternos do Corpo de Engenheiros, ou na falta destes, Officiaes de outras armas, que possuão as habilitações precisas para encarregarem-se da sub-direcção ou condução das mesmas obras.

Art. 4.º Aos Directores de obras, e seus Ajudantes, abonar-se-hão os vencimentos de commissão activa de Engenheiros: ao Desenhista da Directoria das Obras Militares da Côrte os de commissão de Estado Maior de 1.ª classe, e se fôr paisano os que competirem á patente de Alferes do Estado Maior de 1.ª classe em commissão desta arma, e aos mais empregados os mesmos vencimentos, que estão marcados para os de igual categoria da Repartição de Quartel-Mestre General.

Art. 5.º Aos Directores de Obras Militares incumbem:

1.º Organizar os planos e orçamentos das obras comprehendidas na circumscripção das respectivas directorias.

2.º Fazer as especificações, estabelecer as condições e formular os contractos para a execução das mesmas obras por arrematação.

3.º Inspeccionar e fiscalisar o modo de execução das referidas obras, e exigir dos empreiteiros a fiel observância de tudo quanto houver sido estipulado nos respectivos contractos.

4.º Prestar as informações e esclarecimentos, que lhe forem exigidos sobre o ramo do serviço a seu cargo, ou sobre outro qualquer objecto de sua competencia como Engenheiros Militares.

5.º Distribuir por seus Ajudantes e mais empregados, os trabalhos de que fôr incumbido, e regular o modo por que deve ser desempenhado o serviço.

Art. 6.º As obras, sobre cuja autorização o Ministerio da Guerra tiver de resolver, virão sempre acompanhadas dos competentes planos e orçamentos, devidamente organizados pelas Directorias, por onde correr a execução das mesmas obras.

Nas Provincias, porém, onde não houver Directorias de Obras, serão estes trabalhos organizados por qualquer outro Engenheiro militar ou civil, a quem as Presidencias os incumbirem.

Art. 7.º Os planos das obras serão desenhados na escala conveniente, e comprehenderão:

1.º A planta e mais secções horisontaes da edificação ou construcção projectada.

2.º O alçado e mais perfis ou secções verticaes, que forem precisas, para, conjunctamente com a planta e secções horisontaes, darem uma perfeita idéa da configuração e disposições, tanto exteriores como interiores da construcção.

3.º Os detalhes, ou os planos e secções correspondentes das partes da construcção, que não tiverem sido completamente definidos nos planos principaes, de que tratão os numeros antecedentes, ou que, para o serem, exijão desenhos mais detalhados, e em uma escala maior do que a adoptada para aquelles.

Art. 8.º Todos estes planos, além de serem desenhados nas relações de grandeza das respectivas escalas, deverão ter distinctamente cotadas todas as suas dimensões de modo que, independentemente da apreciação pela escala, possa-se tambem, pelas cotas, obter os dados precisos para a execução da parte da obra que representão.

Art. 9.º Os orçamentos comprehenderão:

1.º A descripção da construcção projectada.

2.º A tabella dos preços de suas diferentes unidades de obras.

3.º O detalhe estimativo dos meios e tempo necessários para ser levada a effecto.

4.º Finalmente, a especificação das clausulas quér para o contracto de fornecimentos de materiaes, quando a obra tenha de ser feita por administração, quér para o de arrematação da mesma obra, quando tenha de effectuar-se por empreitada.

Art. 10. A descripção mencionará a situação e dimensões da construcção, a natureza do terreno sobre que tem de elevar-se o preparo do sólo, os trabalhos de fundação e os de demolição, no caso de uma reparação ou reconstrucção, as dimensões das escavações e aterros, as dos massiços, muralhas e paredes de cantaria, alvenaria ou qualquer outra especie, dos vãos das abobadas, arcadas, portas, janellas e vedetas; o systema, a disposição e dimensões dos madeiramentos dos tectos e coberturas, dos barroteamentos e vigamentos dos forros e soalhos, dos lageamentos e calçamentos; a extensão superficial dos rebocos e emboços, caliação, pintura e forramento de papel; a forma das portadas, hobreiras e vergas, a das portas, janellas e caixilhos, etc.; enfim a natureza e qualidade dos materiaes, que deverão ser empregados em todas estas obras.

Art. 11. A tabella dos preços comprehenderá:

1.º Sob o titulo de —preços elementares— o custo de cada especie de material, e os jornaes das diversas classes de operarios, que têm de concorrer para a execução da obra.

Esta parte será organizada tendo-se em consideração os preços correntes no lugar da obra, e as alternativas que possam occorrer durante a execução.

2.º Sob o titulo de —preços compostos— todos os mais preços, que fôr preciso calcular, combinando os preços elementares, para poder se chegar ao de cada unidade de obra.

3.º A apuração do numero de jornaes de cada classe de operarios, e da quantidade de cada especie de material, que entra em cada unidade de obra.

Art. 12. O detalhe estimativo comprehenderá:

1.º A demonstração da despeza total organizada por parcelas, que mencionem, cada uma, o numero de unidades de obra, os dados ou dimensões que as produzirão, o preço e a importancia correspondente.

2.º A da quantidade dos materiaes.

Esta demonstração organizar-se-ha por artigos distinctos, notando-se, com referencia ao numero de uni-

dades de obra de cada parcella da demonstração antecedente, a quantidade que nella entra de cada artigo.

3.º A do numero de jornaes.

Organizar-se-ha por classe de operarios, notando-se igualmente, com referencia ao numero de unidades de obra de cada parcella da primeira demonstração o numero de jornaes de cada classe de operarios.

4.º Finalmente, o prazo de execução da obra, que se calculará combinando a totalidade dos jornaes de cada classe de operarios, o numero que convirá adoptar-se, e com que se poderá contar em serviço diário e effectivo, a marcha da obra e o fornecimento de materiaes, de modo que todos os trabalhos se acompanhem, e terminem dentro do referido prazo.

Art. 13. A especificação das clausulas dos contractos deverá precisar, no tocante a fornecimentos, a natureza, a qualidade e quantidade dos materiaes, que compõem o fornecimento, o lugar onde serão entregues, os exames a que deverão ser sujeitos no acto do recebimento, os prazos parciaes e o total dos mesmos fornecimentos, etc., e pelo que respeita às empreitadas, além das condições relativas á parte technica da obra, definidas nos respectivos planos e orçamentos, a especificação fixará a qualidade dos materiaes, que nella tem de ser empregados, o destino que terão os provenientes de desmancho ou demolição, a marcha e ordem dos trabalhos, o prazo ou prazos, em que deverão ficar concluidas toda a obra ou as differentes partes em que fôr dividida, o modo por que se exercerá a fiscalização dos trabalhos durante sua execução, etc., e em geral as habilitações que deverão possuir e garantias que deverão prestar os contractantes; as condições dos pagamentos, as multas e penas em que hão de incorrer, ou por falta de cumprimento das estipulações de contracto, ou em consequencia de abandono da obra, e enfim os casos e condições, em que poderá ter lugar a rescisão do contracto.

Art. 14. Para maior simplicidade das especificações, e uniformidade do que concerne á parte technica das construcções, as Directorias de Obras tratarão de organizar, por artigos distinctos e sob o titulo de—Condições geraes—tudo quanto deve ser adoptado e observado relativamente a dimensões, formas, proporções, systemas e modo de execução das partes ou elementos communs a todas as obras, taes como : a composição e preparação das argamassas, ordinarias ou hydraulicas, para a construcção dos massicos, paredes, emboços e

rebocos; fôrma e dimensões das portadas, hobreiras, vergas, sacadas, cimalthas e platibandas; a disposição das peças de cantaria, e dos tijolos nos paramentos das paredes, as dimensões transversaes das vigas, barrotes, pernas de serra e sarrafos, que deverão ser empregados nos vigamentos e barroteamento dos soalhos, forros, e no encaibramento e enripamento dos tectos; as distancias que deyrão guardar entre si estas diferentes peças; os systemas de madeiramento das tesouras; a fôrma e dimensões das peças de ferro, que as armão ou reforção, o modo de samblar, emendar e juntar as diversas peças dos madeiramentos, e as taboas dos soalhos e forros; o modelo dos portões, portas, janellas e caixilhos, suas ferragens, etc.

Tambem deverão organizar tabellas dos preços das diversas peças de construcção.

Art. 15. As condições geraes, de que trata o artigo antecedente, reunidas aos desenhos explicativos e mais representações graphicas, que fôr preciso addicionarlhes para mostrarem a disposição, e definirem as fôrmas e dimensões dos projectos, sobre que versarem as mesmas condições, serão coordenadas e numeradas para as referencias, que a ellas se fizerem nas especificações das clausulas dos contractos, e deverão estar sempre patentes e á disposição dos concurrentes, que quizerem examinal-as.

As Directorias de Obras, logo que as organizarem, enviarão, por intermedio do Commando e Directoria do Archivo Militar, cópia das mesmas condições á Secção de Obras do referido Archivo, a fim de que as tenha presentes nos exames e revisões dos orçamentos, que lhe são incumbidos.

Art. 16. Os planos e orçamentos das obras, que houverem de ser autorizadas pelo Ministerio da Guerra, antes de lhe serem presentes, irão á Secção de Obras do Archivo Militar, a fim de examinar cuidadosamente estes trabalhos, e infermar se forão feitos em regra, se deu-se algum engano, que deva ser corrigido, ou omissão que deva ser attendida, indicar as disposições viciosas, que porventura note no projecto da mesma obra, e propôr finalmente as modificações ou alterações, que julgue conveniente adoptarem-se, e que, sem prejudicarem a solidez e elegancia da construcção, importem todavia em redução de despeza e economia para os cofres publicos.

Art. 17. As obras a cargo das Directorias respectivas serão executadas por empreitada, mas, em casos espe-

cias, precedendo ordem escripta do Ministério da Guerra, poderão ser feitas por administração.

As empreitadas serão dadas, por arrematação em hasta publica, á quem se propuzer fazel-as em condições mais vantajosas, precedendo para isso os convenientes annuncios pelas folhas de maior circulação, convidando os concorrentes a virem examinar os competentes planos, orçamentos e especificações das clausulas dos respectivos contractos, e apresentarem suas propostas em lugar, dia e hora marcados.

Art. 18. Na Córte este concurso terá lugar perante um Conselho composto do Director das Obras Militares, um dos seus Ajudantes, e um Escripturario servindo de Secretario; nas Provincias, porém, será feito em presença do mesmo Director de Obras, ou não o havendo, do Engenheiro, que tiver de ser encarregado da fiscalisação da obra, e de mais dous outros empregados, que forem designados pela Presidencia, servindo um d'elles de Secretario.

Art. 19. Quando não apparecerem concorrentes, que se propoñão tomar de empreitada a obra posta em arrematação, ou quando estes apresentarem propostas, que por seu elevado preço ou por qualquer outra circumstancia não possam ser acceitas, ou finalmente quando, segundo a natureza da obra, não convier dal-a de empreitada, será então executada por administração. Neste caso incumbirá aos Directores:

1.º Contractar o fornecimento dos materiaes precisos para a mesma obra, nas quantidades determinadas no respectivo orçamento, conforme a demonstração, que d'elle faz parte.

2.º Propôr os Administradores, Acontadores e Mestres, com a indicação dos respectivos vencimentos, preferindo para os dous primeiros lugares Officiaes ou praças de linha reformados, que tiverem as precisas habilitações.

3.º Ajustar os Contramestres, Peitores e Operarios que forem precisos, tendo em vista regular a despesa de jornaes e outros vencimentos, conforme a consignação marcada para a obra.

4.º Visitar frequentemente os trabalhos em andamento, tanto para fiscalisal-os, como para dar as ordens e instruções necessarias á boa direcção e execução dos mesmos trabalhos.

5.º Dar de empreitada, quando julgar conveniente, secções da mesma obra, com tanto que os preços dessas empreitadas não excedão os do orçamento.

6.º Remetter no principio de cada mez, na Côte à Repartição Fiscal, e nas Provincias às respectivas Thesourarias, as fêrias documentadas da despesa feita no mez antecedente, a fim de serem processadas e pagas.

7.º Enviar, trimensalmente, á Secretaria de Estado um relatório circumstanciado do andamento das obras no decurso do trimestre precedente, acompanhado do mappa do pessoal e do material empregado, e da demonstração de toda a despesa feita durante o mesmo trimestre.

Art. 20. Haverá na Repartição de Quartel-Mestre General um registro, no qual se fará:

1.º A inscripção de todos os edificios e proprios nacionaes, que estiverem a cargo do Ministerio da Guerra.

2.º Em seguimento da inscripção de cada edificio, ou proprio nacional, se irão notando chronologicamente as ordens que autorizam obras, concertos ou reparações nos mesmos edificios, as importancias em que forão orçadas, a execução que tiverão taes ordens, e as quantias, que effectivamente se despendêrão com as referidas obras, de modo que, além de outras declarações, que adiante se mencionão, possa o governo saber a todo o tempo, por estes assentamentos, as mudanças e transformações, por que tem passado cada edificio, as despesas que com elle se tem feito, e o seu estado provavel de conservação.

Art. 21. Para ser cumprido o disposto na parte 1.ª do artigo antecedente, relativamente ao registro dos edificios e proprios nacionaes a cargo do Ministerio da Guerra, as Directorias de Obras Militares enviarão á Repartição de Quartel-Mestre General, á medida que forem apromptando para cada proprio nacional, a descripção, os planos e mais esclarecimentos, que se fazem precisos para a sua inscripção no registro.

Na descripção mencionarão a localidade, em que está situado o edificio ou proprio nacional, o estabelecimento de que faz parte, a configuração, dimensão e extensão superficial do terreno que elle occupa, e a do terreno exterior que lhe pertence, com sua demarcação, confrontação e designação de todas as bemfeitorias, a natureza da construcção do mesmo edificio, a espessura de suas paredes, o numero de andares e de frentes, de portas e janellas de peitoril ou grades em cada frente ou lado, e enume-



ração de todas as divisões e compartimentos de cada pavimento, o estado de conservação, os reparos de que necessita, o valor que pôde ter o mesmo prédio ou proprio nacional, e a importancia em que é orçada a despeza com os reparos indispensaveis, o destino que teve, o serviço que presta; e no caso de estar habitado, occupado ou usufruido por particulares, em que qualidade ou titulo e com que onus lhe foi isso concedido, desde quando, e em virtude de que ordem ou autorização.

A esta descripção annexar-se-hão a planta do terreno com demarcação e extensão superficial de todo o seu perimetro, e os planos do edificio com as plantas onde venhão figuradas as divisões, compartimentos e communicações internas de cada pavimento.

Art. 22. Para cumprimento do que dispõe a parte 2.<sup>a</sup> do mesmo art. 20, as Directorias de Obras não farão subir orçamento algum de obra, concerto ou reparação em edificio ou proprio nacional pertencente ao Ministerio da Guerra, sem que previamente tenham remettido á Repartição de Quartel-Mestre General, ou o fação na occasião de enviarem o orçamento, a descripção de que trata o artigo antecedente. Além disso, dêpois que se der começo á execução da obra, ou ella tenha sido autorizada pelo Ministerio da Guerra, ou pelas Presidencias de Provincias, enviarão á mesma Repartição de Quartel-Mestre General, no principio de cada semestre, uma conta corrente, authenticada pelo Chefe da Repartição por onde tiver corrido o pagamento das despesas feitas, no decurso do semestre anterior, com as mesmas obras, na qual se declare detalhadamente a importancia despendida em férias de Operarios e fornecimento de materiaes, quando a obra correr por administração, e a despendida em prestações ao contractante, quando for empreitada.

Art. 23. Nas Provincias, onde não houver Directorias de Obras, as Presidencias prescreverão e expedirão suas ordens, para que seja cumprido pelos Engenheiros, a quem incumbirem o orçamento e execução de quaesquer obras militares, tudo quanto se estabeleceu nas presentes instrucções, a tal respeito, nos arts. 6.<sup>o</sup> a 13, e enviarão á Secretaria da Guerra, para terem o conveniente destino, os papeis, que as mesmas Directorias terião de remetter directamente á Repartição de Quartel-Mestre General.

Palacio do Rio de Janeiro, em 31 de Janeiro de 1870.  
—Barão de Muritiba.

## N. 42.—JUSTIÇA.—AVISO DO 1.º DE FEVEREIRO DE 1870.

Ao Presidente da Provincia de Pernambuco.—Decide um conflicto positivo de jurisdicção entre o Juiz Municipal do termo do Bonito e o Juiz Commissario desse municipio e dos de Agua Preta e Serinhaem.

2.ª Secção.—Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro, em 1.º de Fevereiro de 1870.

Ilm. e Exm. Sr.—Em officio n.º 254 de 16 de Setembro do anno passado, o antecessor de V. Ex. remetteu a este Ministerio, com os papeis relativos ao conflicto positivo de jurisdicção estabelecido entre o Juiz Municipal do termo do Bonito e o Juiz Commissario do respectivo municipio e dos de Agua Preta e Serinhaem, a decisão, que, na conformidade do § 11 do art. 5.º da Lei de 3 de Outubro de 1834, proferira provisoriamente com declaração de haver bem procedido o segundo daquelles Juizes, deixando de cumprir uma carta avocatoria expedida pelo primeiro, por isso que julgava-se competente para proseguir nos termos da demarcação das terras da Sesmaria do Verde, não obstante a opposição dos confinantes José Corrêa Pessoa de Mello e sua mulher.

Sendo presentes os ditos papeis á Sua Magestade o Imperador, e examinados pela Secção de Justiça do Conselho de Estado, o mesmo Augusto Senhor Houve por bem decidir que o Juiz Commissario é o competente para conhecer dos embargos oppostos pelos confinantes, como resolvêra o antecessor de V. Ex., em vista do Decreto n.º 2105 de 13 de Fevereiro de 1858, que alterou os arts. 19 e 60 do Regulamento de 30 de Janeiro de 1854.

Deus Guarde a V. Ex.—*Joaquim Octavio Nebias*.—Sr. Presidente da Provincia de Pernambuco.

---

## N. 43.—IMPERIO.—EM 1.º DE FEVEREIRO DE 1870.

Ao Presidente da Província do Amazonas.—Declara ser motivo de nulidade de eleição—verificar-se differença entre o numero dos votos apurados e o que devião conter as cédulas, quando dahi resulta alteração na ordem da collocação dos eleitos.

2.ª Secção.—Ministerio dos Negocios do Imperio.—Rio de Janeiro, em 1.º de Fevereiro de 1870.

Ilm. e Exm. Sr.—Foi presente a Sua Magestade o Imperador o acto dessa presidencia de 31 de Outubro de 1868, que annullou a eleição de Vereadores e Juizes de Paz, feita em Setembro, na parochia de Alvellos, do município de Tefé.

Verificando-se do exame das actas que, com infracção do art. 109 da lei n.º 337 de 19 de Agosto de 1846, foram recebidas 139 cédulas para Juizes de Paz e 79 para Vereadores, e que o resultado da apuração destas ultimas, segundo a acta respectiva, apresenta um excesso de votos correspondente a 20 cédulas, os quaes, se fossem proporcionalmente descontados de cada um dos cidadãos eleitos, alterarião a ordem de sua collocação: Houve por bem o Mesmo Augusto Senhor, depois de Ouvida a Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, Mandar confirmar o acto dessa presidencia.

O que communico a V. Ex. para os fins convenientes.

D'us Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza*.—Sr. Presidente da Província do Amazonas.

## N. 44.—IMPERIO.—EM 1.º DE FEVEREIRO DE 1870.

Ao Presidente da Província da Bahia.—Declara ser motivo de nulidade de eleição—a impossibilidade de realizarem-se, no tempo em que se dizem feitas, as chamadas dos votantes, ou a apuração dos votos.

2.ª Secção.—Ministerio dos Negocios do Imperio.—Rio de Janeiro, em 1.º de Fevereiro de 1870.

Ilm. e Exm. Sr.—Foi presente a Sua Magestade o Imperador o officio de 18 de Janeiro do anno findo, em que V. Ex. dá conhecimento de acto da mesma data,

pelo qual annullou as duas eleições que se fizeram, em Setembro antecedente, para Vereadores e Juizes de Paz na parochia de Santa Anna da Serrinha, do municipio da Purificação, uma presidida pelo 1.º, e a outra pelo 2.º Juiz de Paz.

E o Mesmo Augusto Senhor, Tendo Ouvido a Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, Houve por bem Confirmar a annullação das referidas eleições, nas quaes occorrêrão as seguintes irregularidades, que lhes viciãrão o processo :

Na que foi presidida pelo Juiz de Paz mais votado, a impossibilidade de, no mesmo dia 7 de Setembro, em que se organizou a mesa parochial, effectuar-se a 1.ª e 2.ª chamadas de 1.370 votantes qualificados, sem preterição das prescripções legais.

Na que presidiu o 2.º Juiz de Paz, além da incompetencia deste, estando o mais votado em exercicio, deu-se a circumstancia de mencionar-se na acta como apuradas em nove horas 2.662 cédulas para Vereadores e Juizes de Paz, quando era naturalmente impossivel realizar-se nesse espaço de tempo semelhante trabalho.

O que communico a V. Ex. para os fins convenientes, observando, de accôrdo com a doutrina dos avisos de 9 de Setembro e 6 de Novembro ultimos, que em 18 de Janeiro não podia ser exercida por essa presidencia a attribuição conferida pelo art. 118 da lei regulamentar das eleições, por não se dar mais a hypothese nelle figurada.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza*.—  
Sr. Presidente da Provincia da Bahia.

N. 43.—IMPERIO.—EM 3 DE FEVEREIRO DE 1870.

Ao Presidente da Provincia do Ceará.—Declara ser motivo de nullidade de eleição—realizar-se em casa particular sem motivo justificado.

2.ª Secção.—Ministerio dos Negocios do Imperio.—  
Rio de Janeiro, em 3 de Fevereiro de 1870.

Ilm. e Exm. Sr.—Sua Magestade o Imperador, Ouvida a Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, Houve por bem Approvar o acto do antecessor

de V. Ex. declarando nulla a eleição a que, para Vereadores e Juizes de Paz, se procedeu em Setembro de 1868 na Freguezia de Canindé sob a presidencia do Juiz de Paz mais votado e válida a que fôra presidida pelo 4.º

Além de outras irregularidades, vicia radicalmente a primeira das referidas eleições a realização em casa particular sem motivo justificado.

A eleição presidida pelo 4.º Juiz de Paz no local designado pela lei, a igreja matriz, correu com regularidade tendo o dito Juiz legitimamente assumido a direcção dos trabalhos na falta dos mais votados, que não comparecerão.

O que communico a V. Ex. em resposta ao officio n.º 48 de 16 de Novembro de 1868.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza*.—  
Sr. Presidente da Provincia do Ceará.

N.º 46.—IMPERIO.—EM 3 DE FEVEREIRO DE 1870.

Do Presidente da Provincia de Minas Geraes.—Declara que os votantes de parochias creadas e canonicamente instituidas, mas nas quaes não se tiver feito ainda a qualificação, devem concorrer a eleição na parochia, da qual foi desmembrado o territorio em que residem.

2.ª Secção.—Ministerio dos Negocios do Imperio.—  
Rio de Janeiro, em 3 de Fevereiro de 1870.

Ilm. e Exm. Sr.—Accusando o recebimento do officio de V. Ex. de 11 do mez findo, no qual submette á apreciação do Governo Imperial a decisão que deu á duvida suscitada pela Camara Municipal do Pomba, sobre dever-se ou não proceder á eleição de eleitores especiaes nas Parochias de S. José do Paraopéba e Nosso Senhor do Bomfim, ultimamente creadas e canonicamente instituidas, mas onde não se havia feito ainda qualificação; cabe-me declarar a V. Ex. que é approvado o acto pelo qual V. Ex. resolveu que os respectivos votantes concorressem á eleição na parochia da qual foi desmembrado o territorio em que residem, elegendo a dita parochia o numero de eleitores que dava antes da desmembração.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza*.—  
Sr. Presidente da Provincia de Minas Geraes.

## N. 47.—IMPERIO.—EM 4 DE FEVEREIRO DE 1870.

Ao Presidente da Provincia da Bahia.—Declara serem motivos de nullidade de eleição : — 1.º realizar-se fóra da matriz sem motivo justificado ; 2.º a impossibilidade de realizarem-se regularmente os trabalhos no tempo em que se dizem feitos ; 3.º a falta de menção, na acta, dos votantes que não acudirão á 3.ª chamada.

2.ª Secção.—Ministerio dos Negocios do Imperio.—Rio de Janeiro, em 4 de Fevereiro de 1870.

Hlm. e Exm. Sr.—Em officio de 14 de Novembro de 1868, submetteu V. Ex. ao conhecimento do Governo Imperial o acto pelo qual declarou válida a eleição de Vereadores e Juizes de Paz feita em Setembro na Freguezia de Nossa Senhora Mãe dos Homens, do Municipio da Villa do Monte Alto, sob a presidencia do 1.º Juiz de Paz, e nulla a que foi presidida pelo 2.º

Onvida a Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, de conformidade com seu parecer, Houve por bem Sua Magestade o Imperador Mandar annullar ambas as eleições.

Invalidão a eleição presidida pelo 1.º Juiz de Paz :

1.º A realização fóra da igreja matriz, não prevalecendo o motivo que se allegou de estar este templo impedido, pois que nelle effectuou-se na mesma occasião a outra eleição ;

2.º A circumstancia de figurarem as actas, começada no dia 7 depois de organizada a mesa e concluida no mesmo dia a 1.ª chamada, sendo 1.619 os cidadãos qualificados. E' manifesto que este trabalho não podia ser feito regularmente em tão pouco tempo.

A eleição presidida pelo 2.º Juiz de Paz não póde subsistir pela irregularidade substancial da falta de menção, na acta, dos nomes dos votantes que não acudirão á 3.ª chamada (avisos n.ºs 492, 495 e 508 de 14, 16 e 21 de Novembro de 1868, e outros).

Haja V. Ex., portanto, de mandar proceder á nova eleição na fôrma da lei.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza.*—Sr. Presidente da Provincia da Bahia.

---

N. 48. — IMPÉRIO — EM 4 DE FEVEREIRO DE 1870.

Ao Presidente da Província do Maranhão. — Declara que os votantes só devem entregar duas cédulas, sendo uma para Vereadores e outra para Juizes de Paz do seu districto.

2.<sup>a</sup> Secção. — Ministerio dos Negocios do Imperio. — Rio de Janeiro, em 4 de Fevereiro de 1870.

Ilm. e Exm. Sr. — Do officio dessa Presidencia de 7 de Novembro de 1868, e documentos annexos relativos ás eleições feitas em Setembro do mesmo anno nas Parochias de S. Bento e S. Felix de Balsas do Municipio de Pastos Bons consta :

1.<sup>o</sup> Que foi annullada a eleição feita na Parochia de S. Bento, bem como a que se realizou na de S. Felix de Balsas sob a Presidencia do 2.<sup>o</sup> Juiz de Paz, me-recendo a approvação do antecessor de V. Ex. a presi-sida pelo 1.<sup>o</sup> Juiz de Paz.

2.<sup>o</sup> Que foi designado a 4.<sup>a</sup> domingo de Dezembro do mesmo anno para se proceder á nova eleição de Juizes de Paz da Parochia de S. Bento e a de Ve-readores em todo o municipio, por conter a Parochia de S. Bento a maioria dos votantes do mesmo mu-nicipio.

Sua Magestade o Imperador, a Quem foi presente o referido officio, ouvida a Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, Houve por bem Mandar declarar a V. Ex.:

1.<sup>o</sup> Que acertada foi a decisão dessa Presidencia ácerca das duas eleições da Parochia de S. Felix de Balsas.

2.<sup>o</sup> Que tambem foi acertada a decisão dessa Pre-sidencia, quanto á eleição da Parochia de S. Bento, porém unicamente na parte em que annullou a eleição de Juizes de Paz. Dos fundamentos dessa decisão só prevalece o de terem os votantes entregado tres ce-dulas, sendo uma para Vereadores, outra para Juizes de Paz do 1.<sup>o</sup> districto e terceira para os do 2.<sup>o</sup> dis-tricto da parochia, quando, nos termos do art. 100 da Lei n.<sup>o</sup> 387 de 19 de Agosto de 1846, cada vo-tante só deve entregar duas cédulas, uma para Ve-readores e outra para Juizes de Paz de seu districto. Esta irregularidade em nada influe sobre a eleição de Vereadores.

Cumprê, portanto, que V. Ex. expeça as necessarias ordens para que tomem posse os Vereadores eleitos em Setembro de 1868, e se proceda á nova eleição de Juizes de Paz na Parochia de S. Bento.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza*.  
—Sr. Presidente da Provincia do Maranhão.

---

N. 49.—IMPERIO.—EM 7 DE FEVEREIRO DE 1870.

Ao Presidente da Provincia de S. Paulo.—Declara que a omissão na acta de resultado da apuração dos votos para Juizes de Paz, constando esta, porém, do edital logo affixado, e não havendo reclamação, não é motivo de nullidade de eleição.

2.<sup>a</sup> Secção.—Ministerio dos Negocios do Imperio.—Rio de Janeiro, em 7 de Fevereiro de 1870.

Ilm. e Exm. Sr.—Considerando o Governo Imperial válida a eleição feita em Outubro ultimo na Parochia de S. José da Parahyba para Vereadores e Juizes de Paz, não obstante a omissão, que se nota na acta respectiva, do resultado da apuração dos votos para Juizes de Paz, o qual consta entretanto do edital que logo se affixou; visto não ter havido reclamação alguma contra a veracidade do que nesta se declara, nem contra a regularidade do processo eleitoral; assim o communico a V. Ex., para os devidos effeitos, e em resposta aos officios ns. 56 e 57 de 20 e 26 de Novembro.

Não convindo, porém, que passe desaperccebida semelhante omissão, que se neste caso não foi inspirada pela fraude pôde sel-o em outros, recommendo a V. Ex. a observancia do art. 126, § 1.<sup>o</sup> n.<sup>o</sup> 5.<sup>o</sup> da Lei n.<sup>o</sup> 387 de 19 de Agosto de 1846.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza*.  
—Sr. Presidente da Provincia de S. Paulo.

---



N. 59. — FAZENDA. — EM 7 DE FEVEREIRO DE 1870.

Autoriza as Thesourarias de Fazenda para despendarem no corrente exercicio, por conta do Ministerio da Guerra, as quantias com que se achão contempladas na tabella junta.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro, em 7 de Fevereiro de 1870.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, de conformidade com o Aviso do Ministerio da Guerra de 29 de Outubro ultimo, autoriza os Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda para despendarem no presente exercicio de 1869—70, por conta do dito Ministerio, as quantias com que vão contempladas na tabella junta; prevenindo outrossim aos Srs. Inspectores de que quanto á verba « Obras Militares, » que não vai contemplada na referida tabella, devem prevalecer os credits abertos até esta data.

*Visconde de Itaborahy.*

## N. 51. — FAZENDA. — EM 8 DE FEVEREIRO DE 1870.

A taxa dos escravos não estão sujeitos os de estabelecimentos situados fóra dos limites das povoações.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, em 8 de Fevereiro de 1870.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda de Minas Geraes, que o mesmo Tribunal, tomando conhecimento do recurso de I. N. Gordon, Superintendente da Companhia de mineração denominada — S. João d'El-Rei — estabelecida no Morro Velho, Freguezia de Congonhas do Municipio do Sabará, interposto da decisão da Thesouraria confirmatoria da da Collectoria do dito Municipio, que considerou sujeitos á respectiva taxa os escravos da mencionada Companhia; resolveu dar-lhe provimento, visto achar-se o estabelecimento da Companhia fóra da povoação de Congonhas, conforme a demarcação feita pela Commissão de limites da mesma povoação.

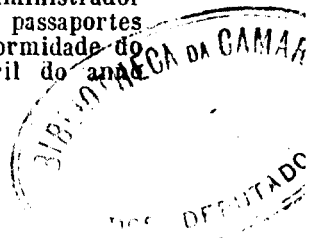
*Visconde de Itaborahy.*

## N. 52. — FAZENDA. — EM 8 DE FEVEREIRO DE 1870.

A taxa do sello dos passaportes é a de 200 réis, ainda que os — Vistos — das Autoridades excedão a meia folha em que os mesmos passaportes forem escriptos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, em 8 de Fevereiro de 1870.

Em deferimento á petição de Barros & Ferreira, proprietarios do patacho nacional S. João Baptista, declarou a V. S., para o fazer constar ao Administrador da Mesa de Rendas de Cabo Frio, que os passaportes devem pagar a taxa de 200 réis na conformidade do art. 19 do Regulamento de 17 de Abril do anno



passado, e que não flicão sujeitos a nenhum outro sello, ainda que os —Vistos— das Autoridades excedão a meia folha, em que taes passaportes forem escriptos.

Deus Guarde a V. S.—*Visconde de Itaborahy*.—  
Sr. Conselheiro Director Geral interino das Rendas Publicas.

---

N. 53.—JUSTIÇA.—AVISO DE 9 DE FEVEREIRO DE 1870.

Declarando como se deve proceder a respeito de Guardas Nacionaes destacadados no quartel do Corpo Militar de Polícia, que sê ausentão por dous, ou mais dias, e contra os quaes fôr inefficaz a pena de prisão pelo dobro do tempo da ausencia.

Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro,  
em 9 de Fevereiro de 1870.

Em officio de 22 de Novembro ultimo Vm. representou a respeito de diversos Guardas Nacionaes destacadados no quartel desse corpo, que continuão a ausentar-se por dous e mais dias, e solicitou autorização para proceder contra elles com mais rigor, visto não lhe parecer efficaz a prisão pelo dobro dos dias de ausencia.

Não podendo ser imposta aos referidos guardas pena maior de oito dias de prisão, Vm., nos casos de reincidencia, deve requisitar do Commandante Superior que os mande substituir, e submeter a conselho de disciplina, de conformidade com o art. 69 da Lei de 19 de Setembro de 1850.

Deus Guarde a Vm.—*Joaquim Octavio Nebias*.—Sr.  
Tenente Coronel Commandante do Corpo Militar de Policia da Côte.

---

## N. 54.—JUSTIÇA.—AVISO DE 9 DE FEVEREIRO DE 1870.

Declara que um individuo, que se achava ha mais de tres annos no gozo de sua liberdade e comb livre serviu na Armada, não só não deve ser entregue á senhora, que o reclama como escravo, mas deve ser immediatamente solto, cumprindo aquella intentar em Juizo a acção a que tiver direito.

3.ª Secção.—Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro, em 9 de Fevereiro de 1870.

Em officio n.º 43 de 18 de Janeiro ultimo expõe V. S. a duvida, em que se acha sobre a entrega do pardo Manoel Pereira de Souza; que depois de ter servido tres annos na Armada Imperial teve baixa por incapacidade physica e é actualmente reclamado como escravo do finado Antonio Moreira Pontes pela viuva deste D. Maria Umbelina de Siqueira Pontes. Tendo sido preso aquelle individuo como suspeito de desertor, consulta V. S. se pôde restituil-o como escravo á reclamante.

Em resposta declaro a V. S. que, achando-se esse individuo no gozo de sua liberdade ha mais de tres annos, e tendo como homem livre servido na Armada Nacional, não só não pôde ser entregue como escravo á supplicante, como deve ser immediatamente solto; cumprindo a esta intentar em Juizo competente a acção, a que tiver direito, para que depois o Governo possa resolver o que melhor entender.

Deus Guarde a V. S.—*Joaquim Octavio Nêbias*. — Sr. Chefe de Policia da Córte.

## N. 55.—JUSTIÇA.—AVISO DE 9 DE FEVEREIRO DE 1870.

Declarando abusiva a pratica das companhias de vapores transatlanticos, que nas viagens dos portos da Grã-Bretanha para o Imperio exigem dos passageiros como condição indispensavel para o pagamento da passagem a apresentação prévia do passaporte dado pela respectiva Legação ou Agentes Consulares.

3.ª Secção.—Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro, em 9 de Fevereiro de 1870.

Com o Aviso n.º 1 de 13 do corrente V. Ex. dignou-se remetter-me uma cópia do officio documentado n.º 42,

no qual a Legação do Brasil em Londres communicou, em data de 6 do mez ultimo, que diversas companhias de vapores transatlanticos, em viagem dos portos da Grã-Bretanha para o Imperio, exigem dos passageiros como condição indispensavel para o pagamento da passagem a apresentação prévia de passaporte dado por aquella Legação ou pelos respectivos Agentes Consulares.

Tomando em consideração o citado Aviso de V. Ex. tenho a honra de reiterar o que a 22 de Dezembro de 1868 meu antecessor declarou ao Ministerio a cargo de V. Ex. em resposta ao Aviso n.º 5 de 3 de Novembro anterior. A doutrina do referido Aviso foi então reproduzida na Circular de 3 de Fevereiro do anno findo, sendo aquella a unica providencia, que me cumpre tomar sobre semelhante assumpto.

A pratica adoptada pelas companhias de vapores transatlanticos, é, além de abusiva, contraria ao espirito liberal do Decreto n.º 4176 de 6 de Maio de 1868; convindo portanto que seja corrigida.

Aproveito a occasião para apresentar a V. Ex. os protestos de minha perfeita estima e muita distincta consideração.—*Joaquim Octavio Nebias*.—A Sua Ex. o Sr. Barão de Cotegipe.

---

N. 56. — IMPERIO. — EM 9 DE FEVEREIRO DE 1870

Ao Ministro da Fazenda.— Declara que, não se applicando aos funcionarios ecclesiasticos as regras relativas ás licenças dos empregados civis, deve abonar-se a congrua aos Vigarios licenciados, nos termos das respectivas Portarias.

4.ª Secção.— Ministerio dos Negocios do Imperio.— Rio de Janeiro, em 9 de Fevereiro de 1870.

Ilm. e Exm. Sr.— O Padre Manoel Florentino Casiano de Campos, Vigario collado da Freguezia de Nossa Senhora da Conceição do Porto das Caixas, obteve, por Portaria de 3 de Novembro do anno proximo passado, prorrogação por seis mezes da licença que por igual

empo lhe havia sido concedida em 18 de Janeiro do mesmo anno, com o vencimento da respectiva congrua, para tratar de sua saude, deixando sacerdote idoneo que substituisse, approvedo pelo Diocesano.

Apresentando-se o referido sacerdote no Thesouro Nacional, a 3.ª Contadoria, firmada no art. 93 do Tit. 6.º ap. unico da Lei de 24 de Outubro de 1832, recusou agarr-lhe integralmente a congrua, julgando-o com ireito a receber sómente a metade: Contra essa decisão eclamou o reverendo Vigario.

Não sendo applicaveis aos empregados ecclesiasticos as regras relativas ás licenças dos funcionarios civis, conforme a doutrina da Ordem do Thesouro Nacional de 4 de 10 de Janeiro de 1834 e disposição do Aviso este Ministerio n.º 368 de 29 de Agosto de 1861; e sendo o reverendo reclamante deixado em seu lugar acerdote por elle estipendiado, não resultando de sua usencia duplicata de despeza, digne-se V. Ex. de ordenar que ao dito Vigario se pague integralmente a congrua, sem dependencia de attestado de exercicio, como determina a Ordem do Thesouro n.º 201 de 3 de Setembro de 1833.

Deus Guarde a V. Ex. — *Paulino José Soares de Souza*.  
— A S. Ex. o Sr. Visconde de Itaborahy.

# I. 57. — IMPERIO. — EM 9 DE FEVEREIRO DE 1870.

Declara ao Presidente da Provincia do Rio Grande do Sul que, á vista do art. 2.º § 1.º n.º 3 da Lei de 22 de Setembro de 1828, competindo ao Juiz de 1.ª instancia autorizar a subrogação de bens inalienaveis, a elle deve recorrer o Vigario da Freguezia de S. Luiz de Mostardas, que pediu licença para vender um terreno doado em 1773 para paçal dos Vigarios.

4.ª Secção. — Ministerio dos Negocios do Imperio, — Rio de Janeiro, em 9 de Fevereiro de 1870.

Ilm. e Exm. Sr. — Foi apresentado ao Governo Imperial o requerimento, transmittido com officio dessa residencia de 15 de Abril ultimo, em que o Padre Vicente de Argenisio, Vigario encommendado da Freguezia de S. Luiz de Mostardas, dessa Provincia, pede

licença para vender um terreno que existe naquella Freguezia, doado em 1773 para paçal dos Vigarios, sendo o seu producto applicado á compra de uma casa destinada ao uso-fructo dos parochos.

Em resposta declaro a V. Ex., para o fazer constar áquelle Vigario, que á vista do art. 2.º § 1.º n.º 3 da Lei de 22 de Setembro de 1828, aos Juizes da 1.ª instancia compete autorizar a subrogação de bens inalienaveis, como o de que se trata.

Deus Guarde a V. Ex. — *Paulino José Soares de Souza*.  
— Sr. Presidente da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul.

N. 58. — JUSTIÇA. — AVISO DE 11 DE FEVEREIRO DE 1870.

Ao Presidente da Provincia do Paraná.—Declara, como instrucção para a boa execução da lei, que os filhos de um colono, que falleceu devendo á Fazenda Publica e com seus bens a ella hypothecados, tem direito á esses bens como seus herdeiros necessarios, subsistindo porém o onus da hypotheca.

Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro, em 11 de Fevereiro de 1870.

Ilm. e Exm. Sr.—Em officio n.º 197 de 11 de Dezembro do anno findo, submetteu V. Ex. á approvação do Governo Imperial a decisão por V. Ex. proferida sobre consulta do Delegado do Director Geral das Terras Publicas, declarando que os filhos de um colono, que morreu devendo á Fazenda Publica e com seus bens a ella hypothecados, tem direito a esse bens como seus herdeiros necessarios, subsistindo, porém, o onus da hypotheca; e que o Juiz de Orphãos do termo á que pertence a colonia, é o competente para proceder ao inventario, caso sejam menores os filhos.

Em resposta declaro a V. Ex. que approvo a decisão como instrucção para a boa execução da lei; competindo, porém, ao Poder Judiciario conhecer da legalidade do acto para seus effeitos juridicos.

Deus Guarde a V. Ex. — *Joaquim Octavio Nebias*.—Sr. Presidente da Provincia do Paraná.

N. 59. — FAZENDA. — EM 14 DE FEVEREIRO DE 1870.

Sobre o pagamento das letras ou bilhetes do Thesouro a respeito de cuja propriedade haja reclamações.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, em 14 de Fevereiro de 1870.

Transmitto a V. S., para o devido conhecimento e execução, a Imperial Resolução de 9 do corrente, tomada sobre Consulta da Secção de Fazenda do Conselho de Estado de 21 de Dezembro ultimo, junta por cópia, ácerca do objecto do officio de 16 de Setembro do anno passado, em que a Directoria da Associação Commercial desta praça, tratando do facto de se ter no Thesouro Nacional recusado pagar aos negociantes Strack & C., depois de vencida, a letra do mesmo Thesouro n.º 1646 da quantia de 2:000\$000, por não estar liquidada uma questão anteriormente suscitada quanto á propriedade dessa letra, e que motivou o embargo e deposito do respectivo valor, representou contra a praxe do Thesouro de admittir embargos de terceiro ao pagamento de letras suas, aliás passadas ao portador.

De conformidade, pois, com a referida Resolução, cabe-me declarar a V. S.:

1.º Que as letras ou bilhetes do Thesouro devem ser pagos na Thesouraria Geral, na época do vencimento, ao portador, sem embargo de reclamações que possam apparecer a respeito de sua propriedade; salvo o caso de decisão e precatório da Autoridade Judicial.

2.º Que no caso de apparecer alguém, antes do pagamento de qualquer letra, reclamando sobre sua propriedade, dever-se-ha tomar nota da reclamação e bem assim do nome do portador da dita letra, a quem venha a ser paga na época do vencimento, a fim de se poder auxiliar a acção da justiça nas investigações a que tenha de proceder a semelhante respeito.

Deus Guarde a V. S. — Visconde de Itaborahy. — Sr. Conselheiro Director Geral da Contabilidade.

Consulta a que se refere o Aviso acima.

SENHOR. — Mandou Vossa Magestade Imperial que a Secção de Fazenda do Conselho de Estado consultasse com o seu parecer sobre a inclusa representação da





rectoria da Associação Commercial desta praça datada de 16 de Setembro proximo passado.

O assumpto a que se refere essa representação é algum tanto singular, já em seu começo, já em suas consequências.

O Dr. Lourenço de Souza Godinho, tendo de receber do Thesouro Nacional alguns bilhetes de 2:000\$000 cada um, autorizou a Severino Ferreira da Motta Machado, com quem tinha contas, para realizar isso.

Este seu procurador tendo-os recebido, pôz alguns delles em circulação, inclusive o de n.º 1646, que foi ter ás mãos de Lallemand & C.<sup>a</sup>, e posteriormente ás de Strack & C.<sup>a</sup>

No entretanto o Dr. Godinho, como seu successor Eduardo Antonio Domingues da Luz, confessa no seu requerimento incluso, fez annuncios e avisos á Thesouraria dando esses bilhetes por desencaminhados, visto que estava em questão com o dito seu procurador, e dessa arte obteve que não fosse o de n.º 1646, que é o de que se trata, pago ao tempo de seu vencimento.

Strack & C.<sup>a</sup>, que tinham por sua vez descontado esse bilhete, tiveram, vista a opposição do Thesouro, de pagal-o e ficar no desembolso até tempo ulterior.

Em consequencia requerêrão á dita Directoria da Associação Commercial que representasse ao Governo de Vossa Magestade Imperial sobre os graves inconvenientes resultantes da praxe que o Thesouro tem admittido a semelhante respeito.

A Directoria, usando do direito que seus estatutos com muita razão lhe conferem, dirigiu com effeito essa representação, e nella pondera quanto esse systema é prejudicial ao Commercio e ao proprio Thesouro, e opposto á natureza de titulos passados ao portador, que devem ter livre circulação.

Na hypothese de que se trata, a Secção pensa como a a referida Directoria, por isso que entende que não havia razão sufficiente para embargar o pagamento.

Com effeito não se dava o caso de perda, nem de furto propriamente dito, ou roubo.

Dava-se por ventura um caso de abuso de confiança, ou uma questão entre um mandante e seu mandatario, que deveria ser por elles ventilada em Juizo, mas que nada tinha de procedente contra terceiros para que impedisse o pagamento de um bilhete passado a favor do portador.

Com effeito qualquer que seja o nome que se queira dar aos bilhetes do Thesouro de que se trata, elles não são senão rigorosamente — bilhetes ao portador.

Desde então independente de endosso, cessão ou qualquer outra transferencia escripta, figurão como propriedade daquelles que os apresentão no dia do seu vencimento; por isso mesmo que a posse vale titulo e presumpção de dominio, sem que seja de mister demonstrar de quem, ou como houverão essa posse.

Se assim não fosse, taes bilhetes deixarião na realidade de ser passados a favor do portador, perderião esse character, e com elles a facilidade de transmissão e de livre circulação. O Commercio desde então não negociaria taes titulos, e o Thesouro Nacional perderia as vantagens que delles deduz.

Não ha duvida que no caso de perda, furto ou roubo, aquelle que allega essa opposição ao pagamento deve ser admittido a provar taes factos, e com elles a má fé do portador, mas para suspender o pagamento é de mister que a prova seja feita antes de realizar-se o pagamento, e feita em Juizo.

O facto do simples aviso e os annuncios por si sós parece que não bastão, por isso mesmo que isso depende apenas da vontade de qualquer. E' o que se vê verificado na hypothese vertente, e que não tinha fundamento real.

Godinho occultou a verdade, e deu por perdido o bilhete n.º 1646 para o fim de impedir o pagamento contra quem havia recebido esse effeito na maior boa fé e confiança publica.

Este abuso pôde ser reproduzido por qualquer, e causaria grande mal ao Commercio e ao Thesouro Nacional, como é obvio e fica ponderado. Parece, pois, que convem alterar o expediente seguido pelo Thesouro por outro mais reflectido.

Parece que o aviso feito ao Thesouro por si só não deve servir para impedir o pagamento, e só sim para que se tome o nome do portador e se reconheça sua personalidade, a fim de que o pretendido dono possa contra ella intentar a sua acção de reivindicacção.

A par disto nada impede que o pretendido dono faça a sua justificação ou prova pelo Juizo competente com citação pessoal quando saiba quem seja o detentor, ou com citação por editos no caso contrario, de sorte que o Thesouro só deixe de realizar o pagamento quando, depois de feita a prova, receber para isso precatório do Juizo.

Este é, Senhor, o parecer da Secção; Vossa Magestade Imperial, porém, Mandará o que fór mais acertado.

Sala das Conferencias, em 21 de Dezembro de 1869.  
— *Visconde de S. Vicente.* — *Francisco de Salles Torres Homem.*

#### RESOLUÇÃO.

Como parece. — Paço, em 9 de Fevereiro de 1870.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Visconde de Itaborahy.*

#### N. 60. — IMPERIO. — EM 14 DE FEVEREIRO DE 1870.

Ao Presidente da Provincia do Rio Grande do Norte. — Declara que, fallando a authentica de algum collegio, deve a Camara Municipal adiar a apuração geral dos votos para membros da Assembléa Provincial até que essa authentica lhe seja presente.

2.ª Secção. — Ministerio dos Negocios do Imperio.  
— Rio de Janeiro, em 14 de Fevereiro de 1870.

Ilm. e Exm. Sr. — Declaro a V. Ex. que acertada foi a decisão por V. Ex. dada em resposta á Camara Municipal dessa capital, que o consultára se devia proceder á apuração geral dos votos para membros da Assembléa Legislativa Provincial, apesar de faltar a authentica do collegio de Pão dos Ferros.

Não podia a mesma camara, na conformidade dos avisos n.ºs 222 de 20 de Maio de 1861 e 419 de 6 de Setembro de 1862, deixar de adiar a apuração até que lhe fosse presente a referida authentica, pois que o inconveniente resultante desse adiamento é muito menor do que o de não se apurar a authentica de um collegio, cujos votos podem talvez influir no resultado da eleição.

Fica assim respondido o officio de V. Ex. sob n.º 35 de 26 do mez findo.

Deus Guarde a V. Ex. — *Paulino José Soares de Souza.*  
Sr. Presidente da Provincia do Rio Grande do Norte.

N. 61.—AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.—EM 15 DE FEVEREIRO DE 1870.

Autoriza um desvio no ramal das Larangeiras.

N. 7.—Secção.—Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.—Rio de Janeiro, em 15 de Fevereiro de 1870.

Tendo por despacho desta data, e á vista do parecer da Illustrissima Camara Municipal concedido a autorização que pediu a Companhia de Carris de Ferro do Jardim Botânico para construir um desvio no ramal das Larangeiras entre o largo do Machado e a rua Guanabara; assim lhe communico para sua intelligencia e fins convenientes.

Deus Guarde a V. S. — *Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque*.—Sr. Engenheiro Fiscal da companhia de Carris de Ferro do Jardim Botânico.

N. 62.—IMPERIO.—EM 15 DE FEVEREIRO DE 1870.

Ao Presidente da Provincia do Rio Grande do Sul.—Declaro que, não estando ainda approvados os electores da respectiva Parochia, deve ser convocado para fazer parte do conselho de recurso) o elector mais votado da parochia mais vizinha.

2.ª Secção.—Ministerio dos Negocios do Imperio.—Rio de Janeiro, em 15 de Fevereiro de 1870.

Illm. e Exm. Sr.—O Governo Imperial approva o acto pelo qual V. Ex. declarou ao Juiz Municipal do termo de Santa Anna do Livramento que, não estando approvados pelo poder competente os electores da parochia do mesmo nome, devia o dito Juiz, nos termos do aviso n.º 247 de 6 de Junho de 1860, convocar para fazer parte do conselho municipal de recurso, que se tem de reunir na 3.ª dominga do mez

DECISÕES DE 1870.

de Abril vindouro, o eleitor mais votado da parochia mais vizinha á de S. João Baptista de Quarahim.

O que communico a V. Ex. em resposta ao officio de 7 do mez findo sob n.º 4.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza.*  
—Sr. Presidente da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul.

N. 63.—IMPERIO.—EM 16 DE FEVEREIRO DE 1870.

Ao Presidente da Provincia do Ceará.—Declara serem motivos de nullidade de eleição—1.º a incompetencia do Juiz que a preside; 2.º ser feita fóra da matriz sem motivo justificativo; 3.º fazer-se a substituição de membros da mesa por cidadãos chamados pelo Juiz de Paz; 4.º ser feita a chamada por qualificação anterior á ultima concluida; 5.º presidir a Juiz de Paz de districto diverso com preterição dos do districto proprio.

2.ª Secção.—Ministerio dos Negocios do Imperio.  
—Rio de Janeiro, em 16 de Fevereiro de 1870.

Ilm. e Exm. Sr.—Sobre as eleições que, em duplicata, se fizeram para Vereadores e Juizes de Paz em Setembro de 1868 nas Parochias da Granja, Santo Antonio de Iboassú e Varzea Grande, communicou o antecessor de V. Ex., em officio de 24 de Fevereiro do anno findo:

1.º Que declarára válidas as que se realizárão na Parochia da Granja sob a presidencia do 1.º Juiz de Paz José Maria Ferreira Lobo, e na do Iboassú sob a do 2.º Juiz de Paz da Granja João Félix de Lima.

2.º Que julgava insubsistentes as que se effectuárão na 1.ª das referidas parochias sob a presidencia do 3.º Juiz de Paz João Pereira Jacintho Cavalcanti; na 2.ª sob a presidencia de Vicente Lopes Freire, Juiz de Paz do districto de S. Pedro de Ibiapina, do Municipio de Villa Viçosa; e as duas da Parochia da Varzea Grande das quaes foi uma presidida pelo 1.º Juiz de Paz Antonio Gregorio Moreira, e a outra por Honorio Luiz Dourado; Juiz de Paz do referido districto de S. Pedro de Ibiapina.

O Governo Imperial sustenta taes actos do antecessor de V. Ex., porquanto:

Merecem approvação as eleições das Parochias da Granja e de Iboassú, cuja validade foi reconhecida, por ter corrido regularmente seu processo, e das arguições contra ellas feitas, serem umas improcedentes e outras destituidas de provas.

Nas eleições annulladas derão-se irregularidades que se referem á essencia de seu processo.

A manifesta incompetencia do Juiz que a presidiu, e a realização fóra da igreja matriz sem motivo justificativo, vicião radicalmente a eleição da Freguezia da Granja presidida pelo 3.º Juiz de Paz João Pereira Jacintho Cavalcanti.

Radicalmente viciada ficou tambem a eleição da Parochia de Iboassú, presidida por Vicente Lopes Freire, Juiz de Paz do districto de S. Pedro do Municipio de Villa Viçosa, pela illegalidade com que se organizou a mesa parochial. Constituirão-se membros da mesa, com infracção do art. 14 do Decreto n.º 1812 de 23 de Agosto de 1856, os dous cidadãos chamados pelo Juiz de Paz presidente para substituir os eleitores e supplentes, que não comparecerão; quando nos termos do mesmo artigo só lhes competia a nomeação dos representantes das respectivas turmas:

Invalidaria a eleição da Parochia da Varzea Grande presidida pelo 1.º Juiz de Paz Antonio Gregorio Moreira a irregularidade de se ter feito a chamada dos votantes pela qualificação de 1866, quando a de 1867 estava concluida e fóra declarada válida por essa Presidencia, se do exame dos documentos que acompanhárão o officio a que respondo, não transparecesse que tal eleição foi clandestina.

Quanto á outra eleição feita na mesma parochia, determina sua annullação a circumstancia de, na falta dos Juizes de Paz do districto da matriz, ter sido chamado para dirigir os trabalhos eleitoraes o cidadão Honorio Luiz Dourado, Juiz de Paz do districto de S. Pedro de Ibiapina, do Municipio de Villa Viçosa, quando aos Juizes de Paz do districto desta villa, que é o mais vizinho, competia a substituição, nos termos do art. 17 do citado Decreto n.º 1812 e do § 4.º das Instrucções de 28 de Junho de 1849.

Haja V. Ex., portanto, de mandar proceder á nova eleição nesta ultima parochia, observadas as disposições em vigor.

Deus Guardê a V. Ex. — *Paulino José Soares de Souza.*  
— Sr. Presidente da Provincia do Ceará.

---

**N. 64.—FAZENDA.— EM 16 DE FEVEREIRO DE 1870.**

Declara, a proposito de duas reclamações contra o lançamento para a cobrança do imposto de indústrias e profissões, que as Thesourarias não podem transferir uma industria para classe diversa daquella em que deve ser comprehendida.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 16 de Fevereiro de 1870.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo presentes os officios da Thesouraria da Provincia de S. Pedro de 26 e 27 de Agosto do anno findo, sob n.º 185 e 186, aos quaes acompanhâo os requerimentos do relojoeiro Jacob Frederico Schuler e de Virginia Eturnan, fabricante de flores artificiaes, reclamando contra o lançamento que por parte da Alfandega de Porto Alegre fôra feito em suas casas; declara ao Sr. Inspector da referida Thesouraria que os reclamantes não estão sujeitos ao imposto sobre industrias em virtude do art. 4.º § 5.º do Regulamento de 23 de Março do citado anno, mas, ainda quando estivessem, não podia a mesma Thesouraria transferir a industria que elles exercem da classe em que devião ser comprehendidos para classe diversa.

*Visconde de Itaborahy.*

---

**N. 65.—FAZENDA.—EM 17 DE FEVEREIRO DE 1870.**

Os caixeiros de negociantes não matriculados, que exhibirem os seus titulos regularmente registrados no Registro do Commercio, podem agenciar nas Alfandegas os negocios das casas de que são prepostos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 17 de Fevereiro de 1870.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, deferindo o requerimento em que a Associação Commercial de Mació, na Pro-

vincia das Alagoas, representa contra o acto da Thesouraria de Fazenda da mesma Provincia que, interpretando o art. 648 § 2.º do Regulamento das Alfandegas, decidiu que os caixeiros dos negociantes não matriculados não podião agenciar na respectiva Alfandega os negocios especiaes ás casas de que são prepostos; declara ao Sr. Inspector da dita Thesouraria que fica revogada a sua decisão: pois que, obrigando as disposições do Código Commercial, tit. 1.º cap. 2.º, a todos os commerciantes, matriculados ou não (Av. n.º 168 de 20. de Julho de 1853), e pertencendo os titulos de nomeação dos caixeiros despachantes á classe dos documentos, cujo registro é obrigatorio nos termos do art. 10 § 2.º, comprehendido naquelle Titulo e capitulo do Código, e a que faz referencia o art. 74; é claro que, na fórma do art. 648 § 2.º do Regulamento das Alfandegas, estão habilitados para agenciar os negocios de seus patrões ou amos os caixeiros das casas commerciaes não matriculadas, que exhibirem os seus titulos regularmente registrados no Registro do Commercio.

*Visconde de Itaborahy.*

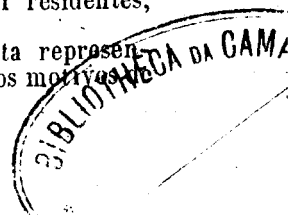
N. 66.—IMPERIO.—EM 17 DE FEVEREIRO DE 1870.

o Presidente da Provincia do Maranhão.—Declara que o excesso de cédulas encontradas na urna só é motivo de nullidade de eleição quando influe no resultado desta.

2.ª Secção.—Ministerio dos Negocios do Imperio.—Rio de Janeiro, em 17 de Fevereiro de 1870.

Ilm. e Exm. Sr.—Com officio de 5 de Dezembro do anno findo, enviou-me V. Ex., acompanhada das actas a eleição de Vereadores e Juizes de Paz feita na Parochia e S. José dos Guimarães, em Outubro do dito anno, ma representação de varios cidadãos alli residentes, edindo a nullidade da mesma eleição.

Em resposta declaro a V. Ex. que a dita representação não póde ser attendida, porquanto dos motivos





nullidade que forão allegados, só teria procedencia o que se referé ao excesso de 91 cédulas encontradas na urna, se tal excesso influísse no resultado da eleição, o que não se verifica.

Deus Guarde a V. Ex. — *Paulino José Soares de Souza*.  
— Sr. Presidente da Provincia do Maranhão.

---

N. 67. — IMPERIO. — EM 18 DE FEVEREIRO DE 1870.

Ao Governador do Bispado do Rio de Janeiro. — Declara que o Vigario collado, licenciado por tempo indeterminado, que volta espontaneamente ao exercicio do cargo, não pôde mais gozar da licença que renunciou.

4.ª Secção. — Ministerio dos Negocios do Imperio. — Rio de Janeiro, em 18 de Fevereiro de 1870.

Em resposta ao officio de 7 do corrente mez declaro a V. S. Illma. que fico inteirado de ter o Padre Gregorio José Lopes Nunes, Vigario collado da Freguezia de S. José do Rio Preto, renunciado a licença que por tempo indeterminado lhe havia sido concedida; não podendo o mesmo Vigario gozar mais dessa licença, porque, segundo a regra estabelecida no Aviso n.º 13 de 15 de Janeiro de 1861, sómente se não considerão renunciadas, pelo facto de volta ao exercicio das funcções do emprego, as licenças cuja interrupção provenha de serviço determinado por ordem superior, ou de qualquer outro independente da vontade dos licenciados.

Deus Guarde a V. S. Illma. — *Paulino José Soares de Souza*. — Sr. Governador do Bispado de S. Sebastião do Rio de Janeiro.

---

## N. 68. — GUERRA. — EM 22 DE FEVEREIRO DE 1870.

Declara o modo por que se deve proceder em relação aos Voluntarios da Patria e Guardas Nacionaes, que regressarão da Republica do Paraguay, para recolher-se ao seio de suas familias.

Ministerio dos Negocios da Guerra. — Rio de Janeiro, em 22 de Fevereiro de 1870.

Ilm. e Exm. Sr. — Submettendo V. Ex. á consideração deste Ministerio a consulta apresentada pelo Commandante das Armas dessa Provincia, relativamente ao modo por que devem ser considerados os Voluntarios da Patria e Guardas Nacionaes, que tiverem de recolher-se ao seio de suas familias, se fazendo ainda parte do Exercito, e assim com direito aos respectivos vencimentos, ou então se dispensados do serviço; cabe-me declarar a V. Ex., para seu devido conhecimento, e em resposta ao seu officio reservado de 30 de Janeiro proximo findo, que devem ser considerados dispensados do serviço, no caso de ser reformados, os que se tiverem inutilisado por ferimento recebido em combate, e com direito á pensão aquelles que, em inspecção de saúde, forem julgados não poder obter meios de subsistencia; cumprindo, outrossim, declarar que os Guardas Nacionaes, se tiverem sido coagidos e não estiverem inhabilitados para o serviço, fazem parte do Exercito, e devem servir o tempo marcado de conformidade com os arts. 133 e 134 da Lei n.º 602 de 19 de Setembro de 1850, e com a ultima parte do Aviso do Ministerio da Justiça de 28 de Setembro de 1868.

Deus Guarde a V. Ex. — *Barão de Muritiba*. — Sr. Presidente da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul.

---

N. 69.— IMPERIO. — EM 24 DE FEVEREIRO DE 1870.

Ao Presidente da Provincia das Alagoas.—Declara que as Camaras Municipaes não têm faculdade para prohibir a exportação de generos alimenticios em caso algum.

2.ª Secção.—Ministerio dos Negocios do Imperio.—  
Rio de Janeiro, em 24 de Fevereiro de 1870.

Ilm. e Exm. Sr.—Em resposta ao officio de V. Ex. datado de 28 do mez findo, no qual, pergunta se as Camaras Municipaes podem, fundadas no § 10 do art: 66 da Lei do 1.º de Outubro de 1828, prohibir a exportação de generos alimenticios que alguns especuladores, aproveitando-se do alto preço que elles têm nos lugares assolados pela secca, comprão em diversos pontos para irem vendel-os alli, tenho de dizer a V. Ex. que, á vista dos termos em que é concebida aquella disposição da lei, não têm as camaras faculdade para determinar semelhante prohibição, que importaria restricção á ampla liberdade que têm os donos daquelles generos de dispôr delles como lhes aprouver; liberdade esta que as palavras finaes do artigo e paragrapho citados garantem positivamente de accôrdo com o principio constitucional do art. 179, § 22.

As posturas municipaes, a que V. Ex. se refere, tratão de hypotheses diversas, pois que regulão a venda nos mercados publicos e prohibem o atravessamento dos generos nas estradas, desviando-os dos povoados a que os levarião seus conductores.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza*.—Sr. Presidente da Provincia das Alagoas.

---

## N. 70.—JUSTIÇA.—AVISO DE 24 DE FEVEREIRO DE 1870.

Decide que não ha incompatibilidade em servir o Chefe de Estado Maior da Guarda Nacional do municipio o lugar de Presidente do conselho de revista, embora tivessem sido membros dos de qualificação um, ou mais de seus irmãos, com tanto que não funcione em relação ás decisões, em que estes houverem tomado parte.

3.ª Secção.—Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro, em 24 de Fevereiro de 1870.

Ilm. e Exm. Sr.—Participa V. Ex., em seu officio de 2 de Setembro ultimo, que sobre consulta do Juiz Municipal de Itaguahy decidiu não haver incompatibilidade em servir o Tenente Coronel chefe de estado maior da guarda nacional daquelle municipio o lugar de Presidente do conselho de revista, embora tivessem sido membros dos de qualificação das diversas parochias um ou mais irmãos do referido Tenente Coronel, com tanto que não funcione em relação ás decisões, em que houverem tomado parte os mesmos irmãos.

O Governo Imperial approva esta decisão de V. Ex. por estar conforme com o que se pratica em todos os tribunaes de recurso.

Deus Guarde a V. Ex.—*Joaquim Octavio Nebias*.—Sr. Presidente da Provincia do Rio de Janeiro.

## N. 71.—JUSTIÇA.—AVISO DE 25 DE FEVEREIRO DE 1870.

Ao Juiz de Orphãos da Córte.—Declara que aos Porteiros de auditorios competem pela venda de escravos unicamente os emolumentos do art. 168 do Regimento de Custas.

2.ª Secção.—Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro, em 25 de Fevereiro de 1870.

Em officio do 1.º de Dezembro do anno findo consultou Vm. ao Governo Imperial se, á vista do Decreto n.º 1695 de 15 de Setembro anterior, o Por-

teiro dos auditorios, não obstante deixar de fazer os pregões nas vendas de escravos, deve continuar a perceber a porcentagem marcada no art. 169 do Regimento de Custas pela publicação de edital e a respectiva certidão.

Em resposta declaro a Vm. que dos actos praticados pelo Porteiro na venda publica dos escravos restando depois da Lei sómente a certidão, que passão da affixação dos editaes, deve por ella perceber o Porteiro a quantia de quatrocentos réis, marcada no art. 168 para caso semelhante.

Deus Guarde a Vm.—*Joaquim Octavio Nebias*.—Sr. Juiz de Orphãos da Córte.

N. 72.—FAZENDA.—EM 25 DE FEVEREIRO DE 1870.

Indefere um recurso sobre um despacho de reexportação de mercadorias, desta Córte para a Provincia de Santa Catharina, as quaes pagarão alli direitos de importancia muito inferior á caucionada.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, em 25 de Fevereiro de 1870.

Illm. e Exm. Sr. — Communico a V. Ex. para os devidos effeitos, que pelo Tribunal dô Thesouro Nacional foi indeferido o recurso interposto por Fiorita & Tavolara da decisão dessa Inspectoria, que lhes negou a restituição da quantia de 449\$768, differença de direitos, que se encontrou entre os de 693\$690 que tinham caucionado na Alfandega da Córte para reexportar duas caixas, uma com vestimentas e roupas para crianças, n.º 96, vinda do Havre pelo navio *Commerce de Paris*, e outra com tiras bordadas, n.º 74, vinda pelo navio *Normandie*, e os de 243\$922 que effectivamente pagarão, quando fizerão o despacho das mesmas mercadorias na Alfandega da Provincia de Santa Catharina, para onde forão reexportadas aquellas caixas a bordo do vapor nacional *Brasil*, como consta das notas n.ºs 719 e 720 de 4 de Julho de 1863.

Deus Guarde a V. Ex.—*Visconde de Itaborahy*. — A S. Ex. o Sr. Inspector da Alfandega da Córte.

## N. 73.—IMPERIO.—EM 26 DE FEVEREIRO DE 1870.

Ao Presidente da Provincia da Bahia.—Declara que não podem effectuar-se actos eleitoraes em parochia constituída com territorios desmembrados de outras parochias pertencentes a collegios diversos.

*Eleição*

2.<sup>a</sup> Secção.—Ministerio dos Negocios do Imperio.—Rio de Janeiro, em 26 de Fevereiro de 1870.

Illm. e Exm. Sr.—O Governo Imperial approva o acto pelo qual V. Ex., firmado na doutrina do Aviso n.º 365 de 5 de Setembro de 1868, declarou ao cidadão José Vieira de Santa Anna, residente na nova Parochia de Nossa Senhora do Bom Conselho da Serra Preta, creada com territorios desmembrados das Parochias Santa Anna da Villa do Camisão, Nossa Senhora da Conceição do Riachão de Jacuipe e Senhor do Bonfim, que sendo as duas ultimas pertencentes ao collegio eleitoral da Feira de Santa Anna, e a primeira ao do Camisão, não podião effectuar-se actos eleitoraes na sobre-dita parochia, visto ser constituída com territorios pertencentes a collegios eleitoraes diversos. Nos termos expostos ficará de nenhum effeito a eleição a que porventura se procedesse contra a ordem por V. Ex. expedida em 20 de Novembro ultimo.

Fica assim respondido o officio n.º 21 de 12 do mez findo, do qual nesta data dou conhecimento á Camara dos Deputados, para resolver sobre a parte que é de sua competencia.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza*.  
—Sr. Presidente da Provincia da Bahia.

## N. 74.—IMPERIO.—EM 26 DE FEVEREIRO DE 1870.

Ao Presidente da Provincia da Bahia.—Declara serem motivos de (nullidade de) eleição: 1.º a incompetencia do Juiz que a preside; 2.º a precipitação nos actos do seu processo.

2.<sup>a</sup> Secção.—Ministerio dos Negocios do Imperio.—Rio de Janeiro, em 26 de Fevereiro de 1870.

Illm. e Exm. Sr.—Foi presente a Sua Magestade o Imperador o officio de 22 de Dezembro de 1868,

em que V. Ex. dá conhecimento do acto pelo qual resolveu annullar a eleição feita em Setembro do mesmo anno para Vereadores e Juizes de Paz na Parochia do Divino Espirito Santo do Municipio de Inhambupe, sob a presidencia do 1.º Juiz de Paz do districto da matriz, Manoel Pinto de Carvalho, e approvar a presidida pelo 1.º Juiz de Paz do districto da Conceição, Manoel de Araujo Cavalcanti.

E o Mesmo Augusto Senhor, Ouvindo a Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, Houve por bem Declarar válida a 1.ª, e nulla a 2.ª das referidas eleições.

Das actas da eleição presidida pelo 1.º Juiz de Paz do districto da Matriz e dos documentos que vierão annexos ao officio de V. Ex. reconhece-se que correu regularmente o processo eleitoral não se achando provados os factos allegados de haverem muitos cidadãos votado duas e tres vezes, e de ter-se feito a eleição em dia posterior ao designado na lei.

A eleição presidida pelo 1.º Juiz de Paz do districto da Conceição não pôde subsistir, não só pela incompetencia manifesta deste Juiz, como pela precipitação com que se executarão os trabalhos. Consta das actas que no dia 7 se fizerão a 1.ª e 2.ª chamadas; no dia 8 a 3.ª e mais actos accessorios, lavrando-se a acta respectiva em que se transcreverão muitas centenas de nomes de votantes que não comparecerão; e no dia 10 se apurarão todas as cédulas recebidas em numero de 1.220 para Vereadores e outras tantas para Juizes de Paz.

Sendo tão avultado o numero dos cidadãos qualificados e das cédulas recebidas, é fóra de duvida que na realização de tal serviço em tão pouco tempo, não podião ser observadas as formalidades da lei.

O que communico a V. Ex. para os devidos effeitos.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza*.  
—Sr. Presidente da Provincia da Bahia.

---

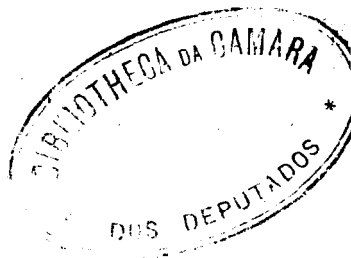
## N. 75.—FAZENDA.—EM 28 DE FEVEREIRO DE 1870.

Não tem lugar a arrecadação dos bens de defuntos e ausentes por parte dos representantes da Fazenda Nacional, quando os interessados se fizerem representar no Juízo competente.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 28 de Fevereiro de 1870.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia de Pernambuco, em resposta ao seu officio n.º 284 de 22 de Novembro do anno findo, que o mesmo Tribunal, deferindo o recurso da viuva e herdeiros de Bernardino José Monteiro, curador á herança jacente do Desembargador Francisco Vieira da Costa, resolveu que as recorrentes não têm de prestar contas nessa Thesouraria da quantia de 129,208 de saldo presumido e contestado proveniente da arrecadação daquella herança; porquanto, tendo a viuva do referido Desembargador requerido e obtido do Juizo de Orphãos da Côte precatorio ao Juiz de Ausentes do Recife para entrega dos bens já arrecadados, e instituido procurador na mesma cidade do Recife ao Bacharel Joaquim de Souza Reis para arrecadar o que porventura restasse e receber do curador nomeado o que ainda estivesse sob sua guarda, devia cessar a intervenção administrativa por competir aos interessados presentes, por si ou seus legitimos representantes, acautelar e fiscalisar a arrecadação e inventario dos bens da herança, nos termos em que já foi resolvido pela ordem n.º 333 de 31 de Julho de 1861.

*Visconde de Itaborahy.*





## N. 76.º— FAZENDA.—EM 28 DE FEVEREIRO DE 1870.

Sobre o registro dos Decretos de nomeação dos Empregados da Administração Geral.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 28 de Fevereiro de 1870.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia de Mato Grosso :

1.º Que bem procedeu não sujeitando ao registro na mesma Thesouraria os dous Decretos de nomeação dos Empregados dessa Repartição, a que se refere no seu officio n.º 82 de 19 de Novembro do anno findo, visto ter sido supprimido, pela Circular n.º 15 de 15 de Junho de 1868, o registro obrigatorio de taes titulos ;

2.º Que os Decretos de nomeação dos Empregados da Administração Geral podem ter o—Cumpra-se—da Presidencia da Provincia antes do pagamento do sello e emolumentos a que estiverem sujeitos, e ser pela mesma Presidencia remettidos á essa Thesouraria os que forem de seus Empregados, para proceder-se nos termos da Decisão do Thesouro n.º 15 de 16 de Janeiro de 1854, e da de 15 de Junho de 1868 expedida á Thesouraria da Bahia sob n.º 92, que acompanhou a citada Circular ;

3.º Que as disposições dos Regulamentos Geraes, ora vigentes, não alterão a pratica seguida na Secretaria da referida Presidencia, quanto ao registro dos ditos Decretos, no caso de haver Lei Provincial que a isso os obrigue ou quando as partes o solicitarem ;

4.º Finalmente, que só póde ter lugar a exigencia de emolumentos do registro de titulos na mencionada Thesouraria, quando os interessados o solicitarem, nos termos do § 100 da Tabella de 24 de Abril de 1869.

*Visconde de Itaborahy.*

---

## N. 77. — FAZENDA. — EM 28 DE FEVEREIRO DE 1870.

Sujeita o dono de armazem em que se recolhe e vende algodão ensacado, ás taxas fixa e proporcional do imposto relativo a mercador por grosso de café.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, em 28 de Fevereiro de 1870

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia de Pernambuco, em resposta ao seu officio n.º 222 de 23 de Setembro do anno findo, que confirma a decisão que deu á Consulta que lhe fôra feita pelo Collector do Municipio de Goyanna, determinando que por assemelhação, nos termos do art. 5.º do Regulamento que baixou com o Decreto n.º 4346 de 23 de Março do dito anno, fosse collectado o dono do armazem em que se recolhe e vende de conta propria e alheia, algodão ensacado nas taxas fixa e proporcional do imposto relativo a — mercador por grosso de café —, visto não se achar aquella industria designada nas tabellas do citado Regulamento.

*Visconde de Itaborahy.*

---

## N. 78. — FAZENDA. — EM 1 DE MARÇO DE 1870.

Declara que a disposição do § 6.º do art. 1.º da Lei n.º 1750 do anno passado só deve ser applicada ás causas sentenciadas de Janeiro do corrente anno em diante.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, em 1 de Março de 1870.

Declaro a V. S., para o fazer constar ao Administrador da Mesa de Rendas do Municipio de Itaguahy, em resposta ao officio que dirigiu a essa Directoria em 5 de Fevereiro findo, que a disposição do § 6.º do art. 1.º da Lei n.º 1750 de 20 de Outubro do anno pas-

sado só deve ser applicada ás causas que forem sentenciadas a contar do mez de Janeiro do corrente anno em diante, como explicou a Circular de 3 de Novembro ultimo, por isso que trata da abolição de um imposto; estando todas as causas, que tiverem sido sentenciadas antes e depois da publicação da lei até o dia 31 de Dezembro de 1869, sujeitas ao pagamento da dizima.

Deus Guarde a V. S. — *Visconde de Itaborahy*. — Sr. Conselheiro Director Geral interino das Rendas Publicas.

---

N. 79. — FAZENDA. — EM 2 DE MARÇO DE 1870.

Declara que a Fazenda Nacional não póde figurar na liquidação da massa fallida de A. J. A. Souto & C.<sup>a</sup>, senão como simples credor chirographario.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, em 2 de Março de 1870.

Communico a V. S., para sua intelligencia e devidos effectos, que Sua Magestade o Imperador, Conformando-se com o parecer da Secção de Fazenda do Conselho de Estado, exarado em Consulta de 24 de Janeiro proximo preterito, a respeito do officio que V. S. dirigiu-me a 1 de Dezembro ultimo — pedindo se lhe declare como deve ser pago pela massa fallida de A. J. A. Souto & C.<sup>a</sup> o credito da Fazenda Nacional proveniente da transacção de letras ou cambiaes havidas da dita firma, e que sendo pagas só em parte, constituem o Thesouro ainda credor pela restante e despezas consequentes: Houve por bem Decidir por Sua Imperial Resolução de 23 do mez findo — que a Fazenda Nacional não póde figurar na hypothese dada senão como simples credor chirographario, devendo por conseguinte entrar no rateio com os demais credores da referida massa; visto não se tratar de uma divida activa de character administrativo ou fiscal, e sim de character e direito commum e privado, e que, portanto, não póde ser regido senão por este.

Deus Guarde a V. S. — *Visconde de Itaborahy*. — Sr. Guilherme Pinto de Magalhães.

---

## N. 80.—IMPERIO.—EM 2 DE MARÇO DE 1870.

Ao Presidente da Província de S. Paulo.—Declara: 1.º que a falta do livro da qualificação da parochia para o processo de revisão pôde ser supprida por livro especial nos termos do art. 16 das Instrucções de 28 de Junho de 1849; 2.º que não podem ser continuados os trabalhos eleitoraes, depois de longo intervallo.

*Electora*

2.ª Secção.—Ministerio dos Negocios do Imperio.  
—Rio de Janeiro, em 2 de Março de 1870.

Illm. e Exm. Sr.—O Governo Imperial approva a decisão, de que V. Ex. dá conhecimento em officio de 26 de Janeiro ultimo, pela qual declarou ao 4.º Juiz de Paz da Parochia da cidade de Cunha, que a falta do livro da qualificação de votantes da mesma parochia para o processo de revisão, a que se tem de proceder; podia ser supprida, nos termos do art. 16 das Instrucções de 28 de Junho de 1849, por um livro especial, aberto, numerado, rubricado e encerrado pelo presidente da junta.

Quanto á parte do mesmo officio, em que V. Ex. submette á deliberação do Governo Imperial a questão relativa á não apuração, em Setembro de 1868, das cédulas para Vendedores e Juizes de Paz da mesma parochia, declaro a V. Ex. que os trabalhos eleitoraes realizados não podem subsistir para depois do longo intervallo de 16 mezes mandar-se continuar no respectivo processo, sendo de notar a demora que houve em trazer-se aquella occurrencia ao conhecimento do Governo.

E porque forão suspensos os mesmos trabalhos pela mesa parochial sem motivos que justifiquem esta deliberação, recommendo a V. Ex. a observancia do art. 126 § 4.º n.º 5 da Lei n.º 387 de 19 de Agosto de 1846.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza*.  
—Sr. Presidente da Província de S. Paulo.



## N. 81.—IMPERIO.—EM 3 DE MARÇO DE 1870.

Ao Presidente da Província do Pará.—Declara que o simples facto de acharem-se alterados no livro da qualificação os appellidos de alguns votantes, não basta para annullação de eleição.

2.<sup>a</sup> Secção.—Ministerio dos Negocios do Imperio.  
—Rio de Janeiro, em 3 de Março de 1870.

Ilm. e Exm. Sr.—Foi ouvida a Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado sobre a eleição de Vereadores e Juizes de Paz, a que se procedeu em 7 de Setembro de 1868 na Freguezia de Salvaterra, do Municipio de Soure, dessa provincia; e Sua Magestade o Imperador, de conformidade com o parecer da mesma Secção, e á vista do officio do antecessor de V. Ex. de 11 de Fevereiro do anno passado, e dos documentos que o acompanhárão, Houve por bem Mandar declarar válida a sobredita eleição, por não serem bastantes para sua annullação os factos allegados de acharem-se alterados no livro da qualificação, pela qual se effectuárão as chamadas, os appellidos de nove dos votantes da parochia, e não se provar dos exames que, por ordem do mesmo antecessor de V. Ex., mandou fazer no dito livro o chefe de policia, que taes alterações se tivessem realizado antes da eleição; não podendo influir no resultado della, ainda quando descontados de quem porventura os obtivesse, os votos de seis cidadãos, que comparecêrão, e cujos nomes suppõe-se acrescentados.

O que communico a V. Ex. para os devidos effeitos.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza*.  
—Sr. Presidente da Província do Pará.

---

## N. 82.-- GUERRA.—EM 4 DE MARÇO DE 1870.

Declara que o Commandante e Officiaes do destacamento do Presidio de Fernando de Noronha não estão comprehendidos no numero dos empregados do dito Presidio, para gozarem da distribuição das rações.

Ministerio dos Negocios da Guerra.—Rio de Janeiro, em 4 de Março de 1870.

Ilm. e Exm. Sr.—Foi presente á Sua Magestade o Imperador o officio de 18 de Outubro do anno proximo passado, em que essa Presidencia, remettendo cópia do que lhe dirigira o Commandante do Presidio de Fernando de Noronha, em 15 de Setembro anterior, consulta se o Commandante e Officiaes do destacamento do mesmo Presidio estão comprehendidos no numero dos empregados, para gozarem da distribuição de rações de que trata o § 10 do art. 4.<sup>o</sup> do Regulamento que baixou com o Decreto n.º 3403 de 11 de Fevereiro de 1865, e da faculdade concedida para entretenimento pelo art. 16 do referido Regulamento; e o Mesmo Augusto Senhor, Tendo Ouvido a Secção de Guerra e Marinha do Conselho de Estado, Houve por bem, por Sua Immediata e Imperial Resolução de 23 do mez proximo passado, Decidir que o Commandante e Officiaes do destacamento do mencionado Presidio, não estão comprehendidos no numero dos empregados do dito Presidio para gozarem da distribuição de rações, de que trata o § 10 do citado art. 4.<sup>o</sup> do respectivo Regulamento; mas não lhes é vedada a faculdade concedida para entretenimento pelo art. 16 do mesmo Regulamento: o que declaro a V. Ex. para seu conhecimento e devidos effeitos.

Deus Guarde a V. Ex.—*Barão de Muritiba*.—Sr. Presidente da Provincia de Pernambuco.

---

N. 83.—JUSTIÇA.—AVISO DE 4 DE MARÇO DE 1870.

**Declara como devem os Juizes, a cuja disposição se achem réos militares indiciados em crimes communs, fazel-os chegar a sua presença ou audiência.**

Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro, em 4 de Março de 1870.

Ilm. e Exm. Sr.—Participa V. Ex., em seu officio de 15 de Outubro ultimo, que o Juiz de Direito da Comarca de Piratiny e o Delegado de Policia da Cidade de Jaguarão representarão contra o commandante da guarnição da mesma cidade por ter sustentado o acto do commandante da guarda da respectiva cadeia, o qual não consentira que della sahisse, sem ordem do seu superior, a fim de comparecer na audiência do mesmo Juiz de Direito, como indiciado em crime de homicidio, o desertor do 3.º regimento de cavallaria ligeira; soldado Mariano Vieira, que alli se achava á requisição do commandante da guarnição com assentimento daquelle magistrado, por não offerecer o quartel a necessaria segurança. Acrescenta V. Ex. que á vista dos Avisos do Ministerio da Guerra de 29 de Agosto de 1837 e 17 de Julho de 1855, e Provisões de 19 de Agosto de 1837 e 18 de Janeiro de 1843, decidira que bem tinha procedido o commandante da guarda da cadeia; porque, quando mesmo não estivesse o referido soldado preso para responder por crime militar, qual o de deserção, mas sómente para ser proceessado pelo de homicidio, ainda assim o Juiz, á cuja disposição, por esse facto accidentalmente se achava, só o poderia fazer chegar á sua presença ou audiência, requisitando-o pela maneira prescripta nos referidos avisos e provisões.

De tudo inteirado declaro em resposta a V. Ex. que o Governo Imperial approva o modo, por que V. Ex. resolveu este conflicto, visto como, só depois de condemnado, fica o réo militar á disposição exclusiva do juizo civil para execução da sentença.

Deus Guarde a V. Ex.—*Joaquim Octavio Nebias*.—Sr. Presidente da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul.

## N. 84.—FAZENDA.—EM 4 DE MARÇO DE 1870.

Trata de uma reclamação da Companhia Hydraulica Porto Alegreense sobre (restituição do expediente) que pagára de materiaes importados para o seu serviço, e declara que as reclamações desta natureza devem ser dirigidas ao Tribunal do Thesouro por meio de recurso.

*de fazenda*

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 4 de Março de 1870.

Illm. e Exm. Sr.—Communico a V. Ex. que foi indeferida a reclamação da directoria da Companhia Hydraulica Porto Alegreense, que acompanhou o officio dessa Presidencia n.º 57 de 15 de Novembro ultimo, contra o despacho da Thesouraria de Fazenda que lhe negou a restituição que pretendia da quantia de 6:666\$834, correspondente ao expediente dos materiaes importados para o serviço da mesma Companhia, e porcentagem deduzida para os empregados da Alfandega, visto estar aquellâ decisão de accôrdo com as Resoluções Legislativas de 12 de Junho e 17 de Julho de 1867, que só isentárão os referidos materiaes dos direitos de consumo.

Devo, outrosim, ponderar a V. Ex. que as reclamações desta natureza, segundo a legislação em vigor, devem ser dirigidas ao Tribunal do Thesouro por meio de recurso, e por intermedio das Thesourarias.

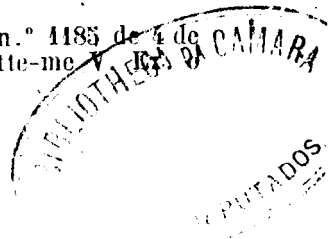
Deus Guarde a V. Ex. — *Visconde de Itaborahy*.—A S. Ex. o Sr. Presidente da Provincia do Rio Grande do Sul.

## N. 85.—MARINHA.—AVISO DE 8 DE MARÇO DE 1870.

Solve duvidas sobre o computo do tempo de serviço e a gratificação, que toca aos Imperiaes Marinheiros, em certos casos.

N. 1534.—2.ª Secção.—Ministerio dos Negocios da Marinha.—Rio de Janeiro, em 8 de Março de 1870.

Illm. e Exm. Sr.—Com seu officio n.º 1185 de 4 de Dezembro do anno passado, transmitti-me





requerimento do forriell do corpo de imperiaes marinheiros Francisco Manoel Accioli, pèdindo o pagamento da quantia de 213\$666, proveniente da sua gratificação de primeira praça, relativa ao exercicio de 1864 a 1865. Com a opinião apresentada por esse quartel general conformou-se o conselho naval, divergindo de ambos a contadoria de marinha, não sómente a respeito do tempo de serviço do referido forriell, como da gratificação, que lhe compete, por haver excedido o prazo marcado na lei para conservar-se nas fileiras.

Considerando as razões expostas pelas citadas autoridades e o que determinão as disposições legaes, que regem a materia, Manda Sua Magestade o Imperador, a Cujo Alto Conhecimento levei os alludidos papeis, declarar a V. Ex.:

1.º Que ao referido forriell, que procede do recrutamento, não se deve descontar o tempo passado no hospital, visto como è isso condição unicamente para as praças voluntarias do corpo de imperiaes marinheiros, de que trata o art. 23 das Instrucções que baixarão com o Decreto n.º 1591 de 14 de Abril de 1855;

2.º Que, não se achando o forriell Francisco Manoel Accioli no caso previsto pelos arts. 5.º da Lei n.º 534 de 3 de Maio de 1850 e 7.º do Decreto n.º 1465 de 25 de Outubro de 1855, por não ter feito a declaração prévia de querer continuar no serviço, exigida por aquelles artigos, a gratificação, que lhe cabe, è a designada para os soldados do exercito, que, acabado o seu tempo de serviço, continuão nas fileiras sem engajamento, por falta de substitutos, que preenchão suas vagas, conforme preceitua o Decreto n.º 1658 de 17 de Outubro de 1855, applicado ao corpo de imperiaes marinheiros e batalhão naval pelo Aviso de 16 de Dezembro de 1857.

O que tudo communico a V. Ex. para os devidos effeitos.

Deus Guarde a V. Ex.—*Barão de Cotequipe*.—Sr. Vice-Almirante Encarregado do Quartel General da Marinha.

---

## N. 86.—FAZENDA.—EM 9 DE MARÇO DE 1870.

Approva a decisão da Thesouraria de Minas, de mandar tributar por assemelhação, como comprehendidas na tabella A do Regulamento n.º 4346 de 1869, as casas particulares que na Cidade Diamantina comprão diamantes.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 9 de Março de 1870.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de Minas Geraes, em resposta ao seu officio n.º 89 de 6 de Setembro do anno findo, que foi approvada a deliberação, que tomára, de mandar tributar por assemelhação, como comprehendidos na tabella A do Regulamento de 23 de Março do dito anno, os escriptorios e casas particulares, que na Cidade Diamantina dessa Provincia comprão diamantes; observando-lhe, porém, que as casas, que effectivamente têm escriptorio, não precisão ser assemelhadas, visto se acharem claramente comprehendidas nas tabellas A e D do citado Regulamento, e sujeitas ao pagamento das taxas fixa e proporcional das mencionadas tabellas, nos termos dos arts. 2.º e 3.º do referido Regulamento.

*Visconde de Itaborahy.*

## N. 87.—FAZENDA.—EM 9 DE MARÇO DE 1870.

Sujeita a (industria de torrar e moer) café, por machina, ás taxas das tabellas A e D, 3.ª classe, do Regulamento n.º 4346 de 1869, applicaveis ao empresario de fabrica de despolar café.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 9 de Março de 1870.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia de S. Pedro, em resposta ao seu officio n.º 163 de 28 de Julho do anno

findo, que, foi confirmada a decisão da mesma The-souraria, approvando a assemelhação que fizera a Alfandega de Porto Alegre da industria, de que usa Joaquim Vieira da Rocha, que tem uma machina de moer café por sua conta, ou mediante retribuição por arroba do dito genero, que lhe entregão para torrar e moer, á do empresario de fabrica de despolpar café, de que tratão as tábellas **A** e **D**, 3.<sup>a</sup> classe, do Regulamento de 23 de Março de 1869, a fim de sujeitar semelhante industria ao imposto que lhe é relativo.

*Visconde de Itaborahy.*

N. 88.—FAZENDA.—EM 11 DE MARÇO DE 1870.

Sobre o lançamento de uma Igreja protestante para pagar o imposto pessoal.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 11 de Março de 1870.

Illm. e Exm. Sr.—Em resposta ao Aviso de 8 de Outubro ultimo, com que V. Ex. transmittiu-me por cópia a nota do Sr. George Buckley Mathiew, Ministro de S. M. Britannica nesta Corte, reclamando contra o facto de ter a Recbedoria de Pernambuco comprehendido no lançamento do imposto pessoal a Igreja Anglicana da capital da mesma Provincia, cabe-me declarar a V. Ex. que julgo não ser devido o imposto no caso de que se trata; mas que á parte interessada compete usar dos meios prescriptos nos Regulamentos fiscaes, a fim de que a dita Igreja seja eliminada do lançamento.

Deus Guarde a V. Ex.—*Visconde de Itaborahy.*—A S. Ex. o Sr. Ministro e Secretario de Estado dos Negocios Estrangeiros.

## N. 89.—IMPERIO.—EM 12 DE MARÇO DE 1870.

Ao Presidente da Província de Santa Catharina.—Declara que não ha incompatibilidade entre os cargos: 1.º de Vereador e de Procurador Fiscal; 2.º de Vereador e official da Guarda Nacional, salvo estando destacado e vencendo soldo.

2.ª Secção.—Ministério dos Negocios do Imperio.  
—Rio de Janeiro, em 12 de Março de 1870.

Ilm. e Exm. Sr.—O Governo Imperial, á vista do disposto na Ordem do Thesouro de 23 de Dezembro de 1833, Portaria de 4 de Agosto de 1834, e Avisos n.ºs 408 e 603 de 22 de Setembro e 31 de Dezembro de 1860, approva as decisões pelas quaes V. Ex. declarou ao Presidente da Camara Municipal dessa capital que não ha incompatibilidade entre os cargos de Vereador e de Procurador Fiscal da Thesouraria de Fazenda, bem como entre o primeiro destes cargos e o de Tenente Coronel Chefe do Estado Maior da Guarda Nacional, salvo se estiver destacado e vencendo soldo o cidadão que os accumular.

O que communico a V. Ex. em resposta a seu officio n. 6 de 17 de Janeiro ultimo.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza*.  
—Sr. Presidente da Província de Santa Catharina.

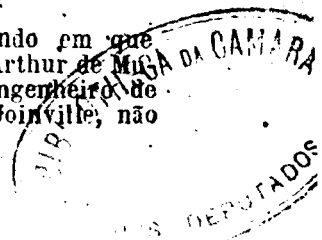
N. 90.—AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.—EM 14 DE MARÇO DE 1870.

O empregado que só tem gratificação não goza do (direito de) opção:

N. 15.—3.ª Secção.—Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.—Rio de Janeiro, em 14 de Março de 1870.

De posse do officio de 12 do mez findo em que Vm. consultou se ao Engenheiro José Arthur de Muga rinelly competem os vencimentos de Engenheiro de 2.ª classe como Fiscal da Estrada de Joinville, não

DECISÕES DE 1870. 12



obstante achar-se na capital em serviço de gabinete; e bem assim, se, na qualidade de membro da Assembléa Provincial, pôde optar por aquelles vencimentos; declaro-lhe quanto ao 1.º ponto que ao dito Engenheiro competem os vencimentos designados no respectivo titulo, de conformidade com o que foi declarado pelos Avisos Circulares de 7 de Maio e 31 de Dezembro de 1868; e quanto ao 2.º que não é admissivel, que o empregado em comissão vencendo gratificação pelo effectivo desempenho della goze do direito de opção de que trata o art. 23 do Acto Adicional.

Por ultimo devo advertil-o de que na fórma das ordens em vigor não deve dirigir-se a este Ministerio senão por intermedio da Presidencia da Provincia.

Deus Guarde a Vm.—*Diogo Velho, Cavalcanti de Albuquerque*.—Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda do Paraná.

N. 91.—FAZENDÁ.—EM 15 DE MARÇO DE 1870:

Approva uma decisão—assemelhando os alugadores de carros puxados a bois, aos emprezarios de carroças de aluguel, comprehendidos na 3.ª classe da tabella A do Regulamento n.º 4346 de 1869.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 15 de Março de 1870.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia do Espirito Santo, em resposta ao seu officio n.º 54 de 24 de Julho do anno passado, que foi approvada a deliberação que tomou em sessão da Junta, sobre consulta do Collector da Villa da Serra, de assemelhar os alugadores de carros puxados a bois aos emprezarios de carroças de aluguel comprehendidos na 3.ª classe da tabella A annexa ao Regulamento n.º 4346 de 23 de Março do dito anno, para o pagamento do respectivo imposto.

*Visconde de Itaborahy.*

## N. 92.—FAZENDA.—EM 15 DE MARÇO DE 1870:

Approva a decisão da Thesouraria das Alagoas—assemelhando a industria de corretores, para pagamento das respectivas taxas, a de um qualificador de amostras de algodão em rama segundo o estylo do commercio da Provincia.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 15 de Março de 1870.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda das Alagoas, em resposta ao seu officio n.º 83 de 2 de Agosto ultimo, que fica approvada a decisão da Alfandega de Maceió—assemelhando á industria de corretores, para pagamento das respectivas taxas, a que é ali exercida por Candido Venancio dos Santos, e que consiste em tirar amostras de algodão em rama depositado nos trapiches e armazens particulares, para qualificar o segundo o estylo do commercio da Provincia, ganhando cem réis por fardo de algodão que qualifica, o que lhe dá, um rendimento annual de oito a nove contos de réis.

*Visconde de Itaborahy.*

## N. 93.—FAZENDA.—EM 16 DE MARÇO DE 1870.

Das gratificações extraordinarias concedidas como augmento de vencimentos de lugares creados por lei, é devida a differença de sello, emolumentos e direitos de 3 %.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 16 de Março de 1870.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia do Amazonas, em resposta ao seu officio n.º 102 de 23 de Outubro do anno findo, que approva a resolução tomada em Junta pela mesma The-

souraria—de cobrar do dito Sr. Inspector a differença de sello, emolumentos, e direitos de 5.º da gratificação extraordinaria que lhe foi marcada, visto ser ella um augmento de vencimentos que se abonão a empregado que serve, embora temporariamente, lugar creado por lei, e de character de emprego publico.

*Visconde de Itaboraity.*

N. 94.—IMPERIO.—EM 16 DE MARÇO DE 1870.

Ao Presidente da Provincia do Maranhão.—Declara que não se pôde fazer qualificação em parochia creada em territorio desmembrado de outras pertencentes a collegios diversos.

2.ª Secção.—Ministerio dos Negocios do Imperio.  
—Rio de Janeiro, em 16 de Março de 1870.

Hlm. e Exm. Sr.—Foi approvada pelo Governo Imperial a decisão de que trata o officio n.º 5 de 19 do mez findo, pela qual V. Ex. declarou ao 1.º Juiz de Paz da Parochia de S. Bento dos Perizes que nos termos do Aviso n.º 365 de 5 de Setembro de 1868 e do art. 93 das Instrucções de 31 de Dezembro do mesmo anno, não se podia proceder á qualificação de votantes na Parochia de S. Bento de Bacurituba, visto ter sido creada com territorio desmembrado da sobre dita parochia e da de S. Vicente Ferrer, pertencentes a collegios eleitoraes diversos.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza.*  
—Sr. Presidente da Provincia do Maranhão.

N. 93.—FAZENDA.—EM 17 DE MARÇO DE 1870.

Sobre a restituição de quantias em deposito, provenientes de espolios, arrecadados na Provincia de Mato Grosso, de diferentes Officiaes e praças de pret.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 17 de Março de 1870.

Illm. e Exm. Sr.—Em resposta ao Aviso de V. Ex. de 14 de Fevereiro findo, relativo á quantia de 18:534\$669, que, por occasião do ajustamento de contas dos Officiaes constantes da relação remettida com o dito Aviso, V. Ex. mandou entregar pela Pagadoria das Tropas nesta Corte por conta da somma de 21:967\$859, proveniente do espolio de diferentes Officiaes e praças de pret, arrecadada e depositada no Cofre do Juizo de Ausentes da Capital da Provincia de Mato Grosso pela Caixa Militar das forças expedicionarias á dita Provincia, e depois recolhida pela respectiva Presidencia aos cofres da Thesouraria; communico a V. Ex. para os fins convenientes:

1.º Que, com quanto não devesse a Pagadoria das Tropas ter effectuado os pagamentos de que se trata, visto como houve arrecadação judicial dos espolios, contudo o Thesouro vai expedir as necessarias ordens á Thesouraria de Mato Grosso; a fim de regularisar a respectiva escripturação.

2.º Que para isso é indispensavel classificar a mesma Pagadoria, em seu balanço, como—Movimento de fundos—dinheiro entregue ao Thesouro,—a quantia de 18:534\$669, importancia daquelles pagamentos, se foram realizados no corrente exercicio, embora a tenha já considerado sob outro titulo, por ser em taes circumstancias admissivel o estorno.

3.º Que, tornando-se necessario, em consequencia da arrecadação judicial, o cumprimento das disposições do Decreto n.º 2433 de 15 de Junho de 1859, não pôde ficar na Thesouraria á disposição do Ministerio a cargo de V. Ex. a quantia de 3:433\$190.

4.º Que, ainda quando se cõtenda, attentas as circumstancias especiaes em que se achão os Officiaes e praças do Exercito no Paraguay e Mato Grosso, que a arrecadação dos espolios e sua restituição pôde continuar a ser feita administrativamente, não deve esta ser realizada



por intermedio da Pagadoria das Tropas, por não ser permittido o pagamento de depositos senão ao Thesouro e Thesourárias de Fazenda.

Deus Guarde a V. Ex. — *Visconde de Itaborahy*. — A S. Ex. o Sr. Barão de Marituba.

N.º 93. — JUSTIÇA. — AVISO DE 18 DE MARÇO DE 1870.

Declara que os Capitães designados para servirem de Majores fiscaes não deixão vago o commando de suas companhias, nem têm direito aos vencimentos correspondentes a esta patente.

Ministerio dos Negocios da Justiça. — Rio de Janeiro, em 18 de Março de 1870.

Mm. o Exm. Sr. — Participou V. Ex., em officio de 8 de Novembro ultimo, que indelerira o requerimento no qual o Major designado do 1.º batalhão de infantaria da Guarda Nacional da capital dessa Provincia Camillo de Lemos Pinto, solicitava o abono de vencimentos correspondentes áquella patente, e bem assim decidira sobre consulta do respectivo Commandante Superior que pelo facto de tal designação não se devia considerar vago o commando de sua companhia.

Em resposta declaro a V. Ex. que o Governo Imperial approva esta sua deliberação, por isso que, não havendo sido o mesmo official nomeado de conformidade com o art. 9.º do Decreto n.º 2029 de 18 de Novembro de 1857, mas sim designado nos termos do Decreto n.º 1745 de 5 de Abril de 1856, para exercer as funcções de fiscal, não tem direito algum, nem deixa vago o commando da companhia a que pertence, ao qual deve tornar quando dispensado daquella commissão.

Deus Guarde a V. Ex. — *Joaquim Octavio Nebias*. — Sr. Presidente da Provincia do Rio Grande do Sul.

N.º 97.—IMPERIO.—EM 18 DE MARÇO DE 1870,

Ao Presidente da Provincia de Santa Catharina.—Declara: 1.º que é necessaria renuncia do cargo de Juiz Municipal supplente para que possa quem o occupa assumir o de Vereador; 2.º que não é modo legal de escusa deste ultimo cargo a simples declaração de renuncial-o.

2.ª Secção.—Ministerio dos Negocios do Imperio.—Rio de Janeiro, em 18 de Março de 1870.

Ilm. e Exm. Sr.—Em officio de 18 de Janeiro ultimo participa V. Ex. ter, em solução de duvidas propostas pelos cidadãos José Henrique Flores e Victorino José Coelho, declarado:

1.º Que nos termos do Aviso n.º 103 de 2 de Março de 1865, não podia o primeiro dos referidos cidadãos deixar o exercicio do cargo de Juiz Municipal supplente da Villa de Itajahy, para assumir o de Vereador, sem renunciar aquelle cargo;

2.º Que devia o segundo entregar a presidencia da Camara Municipal da mesma villa ao 2.º Vereador Nicolau Malburg, por estar impedido o mais votado, visto não ser modo legal de escusa do cargo de Vereador, a declaração de que o renunciava, feita pelo dito Malburg ao portei-ro da Camara (art. 20 da Lei do 1.º de Outubro de 1828).

Approvando as decisões de V. Ex., observo-lhe quanto á 1.ª que, na parte que se refere á renuncia do cargo de Juiz Municipal supplente pelo cidadão que deixa o respectivo exercicio para assumir o de Vereador, sendo objecto da competencia do Ministerio da Justiça, nesta data lhe deu conhecimento do acto de V. Ex.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza*.  
—Sr. Presidente da Provincia de Santa Catharina.



## N. 98.—IMPERIO.—EM 19 DE MARÇO DE 1870.

Ao Presidente da Provincia do Espirito Santo.—Declara serem motivos de nullidade de eleição: 1.º concorrer a mesma pessoa para a eleição dos representantes de ambas as turmas; 2.º não se lavrarem actas da 1.ª e da 2.ª chamadas e não se supprir esta falta na da 3.ª

2.ª Secção.—Ministerio dos Negocios do Imperio.—Rio de Janeiro, em 19 de Março de 1870.

Illm. e Exm. Sr.—Tendo ouvido a Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, sobre as eleições de Vereadores e Juizes de Paz, realizadas em Setembro de 1868 nas Parochias de S. Pedro do Cachoeiro de Itapemirim e de Nossa Senhora da Penha dos Alegres, do municipio daquelle nome; Sua Magestade o Imperador, de conformidade com o parecer da mesma Secção, e á vista do officio dessa Presidencia de 30 de Novembro do mesmo anno, e dos documentos que o acompanharão, Houve por bem Mandar declarar a V. Ex.:

1.º Que não póde subsistir nenhuma das duas eleições feitas na matriz da primeira das referidas parochias, uma presidida pelo 1.º e a outra pelo 2.º Juiz de Paz.

Na primeira deu-se o vicio substancial de, no acto da formação da mesa, concorrer o Dr. Joaquim Antonio de Oliveira Seabra para a eleição, tanto dos representantes da turma dos Eleitores como da dos suppletes, sob o fundamento de ser ao mesmo tempo Eleitor e o quinto votado para Juiz de Paz; em contrario ao que estabelece o § 1.º do Aviso n.º 195 de 3 de Agosto de 1859. E' falta insanavel a incompetência do Juiz de Paz que presidiu a segunda.

2.º Que tambem não póde subsistir a eleição da Freguezia de Nossa Senhora da Penha dos Alegres, porque, além da irregularidade da organização da mesa, omissão do numero e dos nomes dos Eleitores e suppletes que comparecerão, accresce que não se lavrarão actas da primeira e segunda chamadas, faltã não supprida na especial da terceira chamada, não constando, portanto, a observancia dos arts. 48 e 61 da Lei n.º 387 de 19 de Agosto, de 1846.

Cumpre, pois, que V. Ex. expeça as convenientes

ordens para que se proceda a novas eleições nas paróchias de que se trata, tendo em consideração o que determina o Aviso n.º 62 de 21 de Fevereiro de 1853.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza*.  
—Sr. Presidente da Provincia do Espirito Santo.

N. 99.—MARINHA.—AVISO DE 21 DE MARÇO DE 1870.

Resolve duvidas sobre pagamento de soldos e fardamento a praças da armada, que tiverem sido prisioneiras.

N. 1822.—2.ª Secção.—Ministerio dos Negocios da Marinha.—Rio de Janeiro, em 21 de Março de 1870.

Ilm. e Exm. Sr.—Foi presente a Sua Magestade o Imperador a duvida suscitada pelo Commandante Geral do corpo de imperiaes marinheiros, sobre o direito ao abono de soldos e fardamentos, que possa assistir a varias praças do mesmo corpo, que estiverão prisioneiras dos Paraguayos. E Tendo Ouvido a Secção de Guerra e Marinha do Conselho de Estado, por Sua Immediata e Imperial Resolução de 23 do mez passado, tomada sobre Consulta do dia 10, Houve por bem Mandar declarar a V. Ex.:

1.º Que, em vista do que dispõe o § 42 do Regimento de 29 de Agosto de 1845, não alterado até hoje, cabe sem duvida alguma ás praças de nossa armada, que forem prisioneiras, o vencimento do respectivo soldo durante o tempo da prisão;

2.º Que, sendo principio do direito das gentes e pratica das nações civilizadas fornecer o governo aos seus prisioneiros vestuario e alimentação, cuja despesa lhe é posteriormente indemnizada, segundo convenções ou tratados, que se celebrão, é tambem direito das alludidas praças o vencimento do fardamento, que por lei lhes é devido, e da ração de porão, satisfeitos pela maneira dita.

Assim, pois, aos imperiaes marinheiros, a quem se refere o Commandante Geral do corpo, deve-se pagar o

soldo correspondente ao prazo, em que estiverão em poder do governo do Paraguay, e como este, faltando a todos os preceitos das leis divinas e humanas, o que se acha evidentemente provado, pessimamente os alimentava e nunca os vestiu, deve-se igualmente pagar aos referidos imperiaes marinheiros o fardamento e ração de porão, que vencêrão durante o dito prazo.

O que tudo communico a V. Ex., para seu conhecimento e em resposta ao officio n.º 862, que me dirigiu a 22 de Agosto ultimo.

Deus Guarde a V. Ex. — *Barão de Cotegipe*. — Sr. Vice-Almirante Encarregado do Quartel General da Marinha.

N. 100. — FAZENDA. — Em 23 de Março de 1870.

Remette, a bem da uniformidade dos trabalhos estatísticos das Alfandegas, (exemplares da nomenclatura e modelos dos mappas da importação directa de mercadorias estrangeiras.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, em 23 de Março de 1870.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, remette aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda das Provincias onde existem Alfandegas, para os devidos effeitos, os exemplares da nomenclatura e modelo dos mappas estatísticos da importação directa de mercadorias estrangeiras despachadas para consumo, de conformidade com a Tarifa das Alfandegas de 22 de Março de 1869.

*Visconde de Itaborahy.*

**N. 101.—AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.—EM 28 DE MARÇO DE 1870.**

Sustenta a doutrina do Aviso de 31 de Janeiro que negou approvação ao contracto do arrendamento do armazem e ponte do Riachuelo.

**N. 10.—3.ª Secção.—Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.—Rio de Janeiro, em 28 de Março de 1870.**

Illm. e Exm. Sr.—Com o officio de V. Ex. de 10 do mez findo recebi o do Engenheiro Fiscal da Estrada de Ferro dessa Provincia, de 8 do dito mez, ambos relativos ao arrendamento do armazem e ponte do Riachuelo, e á approvação das tarifas do serviço marítimo creado e mantido pela companhia emprezaria da mesma estrada.

Procurou o Engenheiro Fiscal demonstrar a conveniencia da revogação dos Avisos deste Ministerio de 31 de Janeiro ultimo que denegarão approvação ao mencionado contracto e á tarifa dos transportes marítimos.

Abundando nas mesmas idéas, V. Ex. faz sentir a necessidade de providencias especiaes, differentes dos que vigorão para outras emprezas do mesmo genero, que minorem os inconvenientes da situação da referida estrada de ferro.

O Governo Imperial faz justiça aos sentimentos de V. Ex., reconhece sua provada dedicação ao serviço publico, maxime no que respêita á Provincia a seu cargo; todavia entende que não lhe é facultado ultrapassar as attribuições, que lhe forão marcadas na lei.

Embora em distancia podem-se apreciar bem os factos quando relatados com a proficiencia de um zeloso funcionario.

Neste caso está a estrada de ferro dessa Provincia, cujas circumstancias são devidamente conhecidas pelo Governo á vista dos relatorios do respectivo Fiscal e das informações de V. Ex.

E nem quaesquer que fossem essas circumstancias poderião autorizar um acto contrario á lei, como é sem duvida a approvação de que se trata.

O contracto de arrendamento importa um augmento de capital garantido, para cuja concessão não está o Governo autorizado, conforme declarou o Aviso citado de 31 de Janeiro ultimo.

A aprovação da tarifa por parte do Governo não tem razão de ser desde que o serviço dos transportes marítimos não foi objecto attendido no contracto de concessão.

O Governo Imperial não quer, não pôde querer o prejuizo da companhia em seus legitimos interesses, e nem attinge como haja inconveniente em deixar-lhe ampla liberdade no emprego das medidas que meliores lhe pareça para minorar os males actuaes.

Se, como se vê das peças officiaes, a que respondo, e como acredito, o custeio da ponte e armazem do Riachuelo, e o serviço dos transportes marítimos têm dado vantagens, não é justo que, por uma interferencia indebita em assumptos desta ordem, o Governo prive dellas a companhia, que as promoveu e creou; ao passo que se desvantagens e prejuizos são de receiar não deve comprometter nelles os interesses do Thesouro.

A doutrina dos Avisos expedidos deixando á companhia o direito de gerir seus negocios particulares, como entender conveniente, e declarando a incompetencia do Governo em aceitar a proposta, e approvar a tarifa, firma os verdadeiros principios reguladores desta materia, sendo que não se podem adduzir contra ella os factos anteriores; porquanto os abusos, como V. Ex. sabe, nada legitimão.

Deus Guarde a V. Ex.—*Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque*.—Sr. Presidente da Província da Bahia.

---

N. 102. — AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.—EM 29 DE MARÇO DE 1870.

Declara que a companhia da Estrada de Ferro de S. Paulo tem o direito de reter as cargas e as mercadorias até o effectivo pagamento do frete e armazenagem.

N. 11.—3.<sup>a</sup> Secção.—Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.—Rio de Janeiro, em 29 de Março de 1870.

Ilm. e Exm. Sr.—Conformando-se Sua Magestade o Imperador com o parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, exarado em con-

sulta de 24 de mez passado, á respeito da cobrança de armazenagem das cargas depositadas nas estações da Estrada de Ferro de S. Paulo, além do tempo estipulado no art. 15 das Instrucções approvadas pela Portaria de 12 de Dezembro de 1866: Houve por bem o Mesmo Augusto Senhor Declarar por Sua Imediata e Imperial Resolução de 23 do corrente, que á companhia compete o direito de reter as cargas até o effectivo pagamento do frete e armazenagem visto ser obrigatorio o prazo estabelecido no artigo supracitado, cuja disposição está de accôrdo com a do art. 96 do Codigo do Commercio.

O que communico a V. Ex. para seu conhecimento e governo, ficando assim respondidos os officios dessa Presidencia datados de 21 de Janeiro e 12 de Março do anno passado sobre este assumpto.

Deus Guarde a V. Ex.—*Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque*. — Sr. Presidente da Provincia de S. Paulo.

#### N. 103. — AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS. — Em 29 DE MARÇO DE 1870.

Approva provisoriamente as Instrucções para o serviço da Estrada de Ferro de D. Pedro II.

Sua Magestade o Imperador, Attendendo ao que lhe representou o Director da Estrada de Ferro de D. Pedro II, Ha por bem Approvar e Mandar que sejam provisoriamente observadas, para o transporte de passageiros, animaes e mercadorias na mesma estrada, as instrucções e tarifas que abaixo seguem-se.

Palacio do Rio de Janeiro, em 29 de Março de 1870.—*Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque*.

#### Tarifas.

1.º As taxas das tabellas 1, 2 e 3 são por individuos.  
As das tabellas 11, 12 e 13 são applicaveis aos transportes de cada um dos animaes nellas mencionados.



As da tabella 14 são para os pequenos animaes, aves soltas ou em manadas, que são taxadas por duzia ou fracção de duzia.

2.º As taxas das tabellas 4 a 8 são por unidades indivisiveis de 10 kilogrammas.

Qualquer peso menor é cotado como 10 kilogrammas.

3.º As taxas das tabellas 17 a 20 são por tonelada metrica (1.000 kilogrammas).

Conta-se como meia tonelada qualquer fracção menor deste peso ; e excedendo a meia tonelada é cotada como uma inteira.

4.º As taxas das tabellas 22 e 23 são por wagons completos com carga até 7.500 kilogrammas em peso ou 20 metros cubicos em volume.

A carga ou descarga neste caso são feitas pelos expedidores e consignatarios, ou pela estrada de ferro, mediante a taxa adicional de 2\$000 pela carga, e 1\$000 pela descarga, devendo esta ser effectuada nas 24 horas que se seguirem á chegada do trem.

5.º As taxas serão applicadas conforme as indicações da pauta annexa ás tabellas.

6.º Nos casos em que vem indicadas na pauta as tabellas 17 a 20 ; a 1.ª é applicavel aos transportes do interior para a Côte e, a 2.ª da Côte para o interior.

7.º Quando os generos taxados nas tabellas 17, 18, 19 e 20 não perfizerem pelo menos uma unidade da tarifa, serão taxados pela tarifa 8.

8.º Tambem se cobrará pela tabella 8 a taxa dos generos cotados para as tabellas 22 e 23 quando não perfizerem carga equivalente á taxa de um wagon por esta tabella ; mas sómente no caso de poderem esses generos ser conduzidos nos wagons ordinarios com outras mercadorias sem avariar ou damnificar-as.

9.º Todas as taxas mencionadas nas tabellas, á excepção das de n.ºs 1, 2, 3, referem-se a transportes pelos trens de mercadorias.

10. Podem ser conduzidos nos trens de viajantes :

1.º saccos vasio gratis.

2.º Dinheiro, joias, metaes e pedras preciosas pagando taxa *ad valorem*.

3.º Volumens de ovos, fructas, verduras, leite e miudezas alimenticias, pagando frete duplo.

4.º Animaes de montaria, idem.

5.º Vitelas, carneiros e cães amordaçados, idem.

6.º Peixe fresco do mar e agua doce, carne fresca,

acondicionada á vontade de quem remetter e por sua conta e risco (tabella 4).

7.º Pequenos volumes de encomenda até 50 kilogr. (tabella 4)

### Viajantes.

11. As taxas de passagens de 1.ª, 2.ª e 3.ª classes por qualquer trem á excepção dos de suburbios serão cobradas pelas tabellas 1, 2 e 3 respectivamente.

12. Aos viajantes de idade menor de 8 annos se concederá metade de um lugar, pagando metade da taxa.

13. Os viajantes menores de 3 annos de idade, conduzidos ao collo, terão passagem gratts.

14. Os viajantes só tem entrada nos carros com um bilhete ou passe de circulação em fôrma, dado por um agente da administração.

15. A venda de bilhetes cessa 5 minutos antes da hora indicada para a partida do trem; e 2 minutos antes da mesma hora fecha-se a porta de entrada para a plataforma de embarque.

16. Os bilhetes e passes devem ser apresentados na entrada para a plataforma das estações e conservados para ser entregues ou exhibidos sempre que isso fôr exigido pelos empregados da administração.

17. Os bilhetes só dão direito á passagem no trem, dia, classe e até a estação nelles indicados.

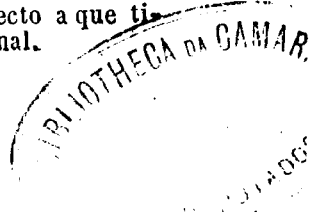
18. Os passes concedidos em serviço do governo ou da estrada de ferro não são transferíveis; e os seus portadores não podem viajar em carro de classe superior á nelles designada, ainda mesmo pagando a differença correspondente.

19. A administração tem o direito de tomar qualquer dos bilhetes ou passes de que trata o artigo antecedente, quando apresentados por pessoas, outras que as nelles indicadas, cobrando o duplo da passagem.

Nos casos de reincidencia os passes de circulação temporaria serão considerados de nenhum valor.

20. Os viajantes sem bilhete, portadores de bilhetes não carimbados pela administração ou que tenham carimbo de outro dia ou trem, salvas as disposições relativas aos trens de passeio, pagarão o preço de sua viagem, contada do ponto da partida do trem.

21. Os viajantes que excederem o trajecto a que tiverem direito pagarão a viagem adicional.



22. Os que viajarem em carro de classe immediatamente superior á indicada em seu bilhete pagarão uma viagem adicional de 3.<sup>a</sup> classe; se porém um viajante de 3.<sup>a</sup> classe viajar em 1.<sup>a</sup>, pagará uma viagem adicional de 2.<sup>a</sup> classe, sendo estas entre os mesmos pontos indicados no cartão que apresentar.

23. O passageiro que ficar em qualquer ponto, á quem do designado em seu bilhete, deve fazer entrega deste ao agente da estação e perde o direito ao resto da viagem, que só pôde effectuar, comprando novo bilhete.

24. Os doentes que viajarem deitados e os alienados devem ser acompanhados por pessoas que os vigiem e só podem ser transportados em carros separados, nos quaes pagarão taxa dupla por passageiro, nunca menos porém de metade da lotação do carro.

25. Os viajantes de qualquer classe que occuparem um carro inteiro, poderão levar consigo cães e aves sem pagamento adicional.

26. E' expressamente prohibido a qualquer viajante:

1.<sup>o</sup> Viajar em classe superior á que designar o seu bilhete, salvo pagando a differença da passagem.

2.<sup>o</sup> Passar de um para outro carro estando o trem em movimento.

3.<sup>o</sup> Viajar nas varandas dos carros ou debruçar-se para fóra.

4.<sup>o</sup> Viajar nos carros de 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> classes estando descalço.

5.<sup>o</sup> Entrar ou sahir dos carros estando o trem em movimento.

6.<sup>o</sup> Entrar ou sahir sem ser pela portinhola que o guarda designar e abrir.

7.<sup>o</sup> Sahir em qualquer lugar que não seja nos pontos da estação, pela plataforma e porta para esse fim designada.

8.<sup>o</sup> Fumar durante a viagem, excepto em carros designados para esse fim, se a administração julgar conveniente estabelecer; e nas salas das estações emquanto ahi permanecerem senhoras, salvo se a sala tiver aquelle destino especial.

27. A entrada dos trens é interdicta:

1.<sup>o</sup> A's pessoas embriagadas ou indecentemente vestidas.

2.<sup>o</sup> Aos portadores de armas carregadas, materias inflammaveis ou objectos cujo odor possa incommodar os viajantes.

28. Ninguém pôde transportar consigo nos trens

mais de uma arma de fogo, a qual deve ser apresentada ao agente da estação para verificar si se acha descarregada.

Esta disposição não comprehende os agentes da força publica que viajarem em serviço do governo.

29. O viajante que infringir as presentes instrucções e depois de advertido pelos empregados da estrada de ferro persistir na infracção, terá de retirar-se da estação, restituindo-se-lhe o valor do bilhete que houver comprado, se não tiver começado a viagem.

Se a infracção fór commettida durante a viagem, o viajante incorrerá na multa de 20 a 50\$000; e no caso de recusar-se a pagá-la ou se depois desta satisfeita não corrigir-se, o chefe do trem o entregará ao agente da estação mais proxima para remetter-o á autoridade policial, em conformidade com o regulamento geral.

### Bagagens.

30. Nenhum viajante poderá levar consigo, livre de frete, mais que um volume com roupa, artigos de toilette ou objecto de uso, durante o tracto, devendo, porém, tal volume ser inferior a 125 litros ou 30 kilogrammas, e poder ser accommodado debaixo de seu lugar sem incommodar os outros viajantes.

31. A demais bagagem, de qualquer ordem, será despachada e conduzida em carro especial, e pagará no acto do despacho as taxas da tabella n.º 4.

32. O recebimento e despacho da bagagem cessa 15 minutos antes da hora marcada para a partida do trem.

33. A bagagem pelos trens mixtos pagará pela tarifa 5.

34. Os volumes de bagagem a conduzir pelos trens de viajantes não poderão ter mais de 100 kilogrammas.

35. A bagagem deverá ser arrecadada mediante a apresentação do talão de despacho, logo á chegada do trem.

A administração não se responsabilisa pela avaria ou troca de volumes, se fór demorado o recebimento, e cobrará 100 réis de armazenagem por cada 10 kilogrammas e dia de demora.

### Animaes.

36. Os animaes serão transportados pelos trens de cargas e mixtos, e pagaráo no acto do despacho pelas tabellas seguintes:

- 1.º Animaes de sèlla (tabella 11).
- 2.º Bois e vaccas (tabella 12).
- 3.º Vitelas, carneiros, porcos, cães e mais quadrupedes de maior ou menor tamanho (tabella 13).
- 4.º Perús, gansos e aves soltas ou em manadas, por duzia ou fracção de duzia (tabella 14).
37. Os animaes de sella e cães amordaçados poderão ser transportados pelos trens de viajantes, pagando taxa dupla da indicada nas mesmas tabellas.
38. Os animaes deverão ser apresentados a despacho até meia hora antes da indicada para a partida dos trens.
39. Os animaes deverão ser recebidos á chegada dos trens; caso não o sejão, serão remettidos para uma cocheira para ser tratados á custa do consignatario, sem responsabilidade da estrada.
40. As capoeiras de gallinhas e os pequenos animaes ou aves, em gaiolas ou caixões engradados, estão sujeitos ás mesmas condições de despacho e recebimento de animaes e pagarão por volume até 60 kilogrammas ou 250 litros a taxa de 60 kilogrammas pela tabella 10, conduzidos pelos trens mixtos, ou de cargas, e o dobro pelos trens de viajantes.
41. O expeditor que desejar effectuar o transporte de grande numero de animaes deverá prevenir á administração, com antecedencia de 24 horas pelo menos.

### **Mercadorias.**

42. O despacho de mercadorias principiará ás 8 horas da manhã e finalizará ás 4 da tarde; e a entrega começará ás 6 horas da manhã e terminará ás 4 da tarde, com excepção da estação da Corte, onde se estenderá até ás 6 horas.
43. As mercadorias entradas nas estações antes ou depois das horas marcadas para despacho, ficarão depositadas sem responsabilidade alguma da administração, até que sejão conferidas e despachadas nas horas de expediente.
44. Toda a expedição de mercadoria apresentada para ser despachada, será acompanhada de uma nota de expedição, declarando a data da apresentação, procedencia e destino, nomes do remettente e consignatario, numeração, marca, quantidade, designação dos volumes, peso em kilogrammas e natureza da mercadoria.

45. Os volumes devem estar em bom estado de acondicionamento para transporte; aquelles que o não estão, poderão ser recusados ou aceitos sómente sob a responsabilidade do remettente, com declaração assignada na nota de expedição.

46. As mercadorias serão entregues ao consignatario mediante a apresentação do avlso de despacho entregue ao remettente, ou do aviso de recepção que obterá da estação expeditora se aquelle se houver extraviado.

47. As mercadorias despachadas seguirão pelos primeiros trens de cargas na ordem em que tiverem sido apresentadas.

48. As mercadorias entregues na estação da Côte ou nas estações do interior para a Côte até as 2 horas da tarde cada dia, se acharão no dia seguinte em seu destino, á disposição dos consignatarios, salvos sómente casos extraordinarios e de força maior.

49. As pessoas que incluírem em caixotes, barricas ou em quaesquer volumes de generos a expedir para o interior, phosphoros, vitriolo, agua-raz, polvora ou outras materias inflammaveis, são obrigadas a manifestal-as; e não o fazendo, ficarão taes objectos sujeitos á apprehensão, inutilisadas as materias inflammaveis; e as outrás mercadorias vendidas, entregue seu producto á parte com deducção de 50 % de multa.

50. Quando o mesmo volume contiver generos sujeitos a diversas taxas, será pago o frete de todo o volume pela maior destas.

51. Se no acto da conferencia, tanto na estação de procedencia como na destinataria, forem encontrados generos com designação diversa da que lhe compete, com o fim de obter taxa inferior á devida, cobrar-se-ha o duplo da tabella correspondente por todo o peso do volume em que fór encontrado.

52. As massas indivisas, que tiverem mais de 200 kilogrammas, pagarão uma taxa addicional de 1,000 por cada 100 kilogrammas de excesso até uma tonelada.

53. Os volumes de peso maior que uma tonelada podem ser recusados ou aceitos por frete convertido.

54. Os objectos de muito pouco peso pela sua natureza ou pelo modo de acondicionamento, classificados ou não, serão taxados por peso nunca menor de 200 kilogrammas por metro cubico pela tarifa 9 (o mesmo calculo do peso da madeira dividido por 5).

55. Nenhum despacho de um ou mais volumes pagará menos de 200 rs., que é considerado o minimum de inscrição para um transporte qualquer.

### Despachos especiaes.

56. Os metaes e pedras preciosas em bruto, e o dinheiro serão despachados pagando a taxa de  $1\frac{1}{4}\%$  *ad valorem* além da taxa do peso pela tabella 4.

57. As joias, metaes e pedras preciosas em obra pagarão a taxa de  $1\frac{1}{2}$  por cento *ad valorem* além da taxa do peso pela tabella 4.

58. Madeira em tóros rectilíneos, falquejada ou serrada em pranchões ou em taboas amarradas, nelleas tabellas 47 e 48.

Despachar-se-ha calculando o peso de cada peça do modo seguinte:

Mede-se:

1.º O maior diametro horizontal ou largura em centímetros;

2.º O maior diametro vertical ou altura em centímetros;

3.º O comprimento total em metros; multiplique-se estas tres dimensões, divida-se por 10 e ter-se-ha o peso em kilogrammas (que dividido por 1000, é a unidade da tarifa).

O minimum do despacho de madeiras, em relação ao comprimento é o seguinte:

Até 2,50 metros qualquer peso.

De 2,50 a 5,00..... 6 toneladas.

De 5,00 a 10,00..... 10 ditas.

De 10,00 a 15,00..... 13 ditas.

De 15,00 a 20,00..... 16 ditas:

Será considerado como comprimento em qualquer carga o da mais comprida peça que contiver.

A carga e descarga são feitas pelos expedidores ou consignatarios ou pela estrada a razão de 15000 por tonelada para carga, e 200 por tonelada para descarga; devendo esta ser effectuada dentro de 24 horas a partir da chegada do trem.

59. Madeiras curvas:

Despachão-se nas mesmas condições do artigo antecedente; somente as dimensões para o calculo são tomadas

do espaço rectangular que occupar a carga nos wagons (tabellas 17 e 18).

60. Caibros, varas, ripas, moirões, taboas soltas e peças de pequena secção de madeira curva ou rectifinea, despachão-se nas mesmas condições do art. 59 (tabellas 17 e 18).

61. Mobilia paga, quando encaixotada ou engradada, as taxas constantes da tarifa 6.

A mobilia não engradada paga pela tarifa 5.

O peso da mobilia será calculado, nunca menor de 250 kilogrammas por metro cubico ou  $1/4$  de tonelada (o mesmo calculo da madeira dividido por 4).

A mobilia envernizada, ou contendo vidros ou vidraças, será despachada pela tarifa 5.

Quando não venha engradada ou encaixotada, a administração não assume pela avaria responsabilidade de natureza alguma.

62. Caixas, bahús, pipas e barricas vazias, banheiras e obras de folha de Flandres engradadas:

Será calculado o peso do mesmo modo que se calcula o da madeira, dividindo-o por 4.

63. Lenha, calcula-se o peso do mesmo modo que o da madeira, tomando-se as dimensões do volume occupado no carro.

64. Ovos, verduras, fructas, leite e miudezas próprias para alimentação, inclusive capoeiras de gallinhas e aves ou pequenos animaes engaiolados, despachão-se por volume até 60 kilogrammas ou 250 litros pela tabella 10.

Sendo maiores ou mais pesados os volumes pagarão pela tabella 8.

Deverão ser arrecadados dentro de 24 horas a partir das chegadas dos trens.

65. Tijolos, telhas, parallelipipedos e semelhantes, despachão-se calculando o peso do milheiro na proporção do peso de dez dos de maiores dimensões da remessa.

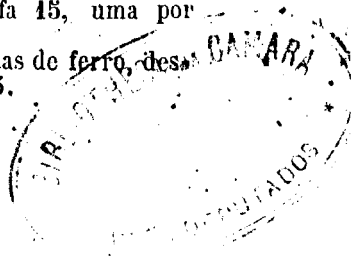
66. Aguardente, liquidos em pipas, regulão para Entre-Rios ás taxas do Decreto n.º 4334 de 13 de Fevereiro de 1869.

Para as demais estações se applicará a tabella 6 e mais metade da taxa adicional do art. 52.

67. Carros e carroças, despachão-se, as de duas rodas pela tarifa 15, podendo-se conduzir dous em 1 wagon.

De quatro rodas pela mesma tarifa 15, uma por wagon.

68. Carretas e vehiculos para estradas de ferro, despachão-se, desmontados, pela tarifa 15.





69. Locomotivas rebocadas, despachão-se pela tarifa 16.

70. Carros para estradas de ferro, rebocados, despachão-se por metade da tarifa 15.

71. Os cadáveres serão transportados em wagons de cargas cobertos, pagando pelos trens de cargas ou mixtos, metade da lotação de um carro de 3.<sup>a</sup> classe.

72. Os animais ferozes ou bravios só poderão ser transportados pelos trens de cargas por taxa convencional.

### Trens de passeio.

73. Os bilhetes de passeio dão direito á viagem por preço reduzido, tendo por ponto de partida a Corte para os passeios ao interior e por destino a Corte para os passeios do interior.

74. Os cartões de ida e volta para os trens de passeio dão direito a uma só viagem em cada sentido, por qualquer trem entre as duas estações mencionadas nos cartões, desde sabbado até segunda feira immediata.

75. Pagarão por estes cartões os preços seguintes:

<i>Estações.</i>	<i>1.<sup>a</sup> classe.</i>	<i>2.<sup>a</sup> classe.</i>
Rodeio.....	8\$000	6\$000
Mendes.....	10\$000	8\$000
Sant'Anna.....		
Barra.....		
Ypiranga.....	12\$000	10\$000
Vassouras.....		
Desengano.....		
Commercio.....		
Vargem Alegre.....	12\$000	10\$000
Pinheiros.....		
Volta Redonda.....	13\$000	11\$000
Barra Mansa.....		
Uba.....	14\$000	12\$000
Parahyba.....		
Entre Rios.....	15\$000	13\$000
Santa Fé.....	17\$000	15\$000
Chiador.....		
Sapucaia.....	19\$000	17\$000
Conceição.....		
Porto Novo.....	20\$000	17\$000

76. No caso de não voltarem os viajantes até a segunda feira immediata, o bilhete é ainda válido para a primeira segunda feira seguinte.

77. Os viajantes de passeio só poderão entrar para os trens nas estações mencionadas nos seus cartões, quer para ida, quer para volta.

No caso de quererem parar em qualquer estação nos limites de seu bilhete, este mesmo não lhes dá mais direito a continuar a viagem por outro trem, e só será recebido para volta, se o viajante ao sahir do trem na ida, tiver exigido do agente da estação que declare no verso de seu bilhete — vale para a volta da estação — N —

### **Trens especiaes de viajantes.**

78. Podem ser concedidos trens especiaes de viajantes, pelos quaes se pagará durante o dia a razão de 4\$000 por kilometro ou fracções de kilometro.

Este preço comprehende o de tres carros de qualquer classe ou de bagagem.

Os passageiros, além dos que se contiverem na locação acima, pagarão pelos preços das tabellas 1, 2 e 3.

79. O minimum do preço de um trem especial é 100\$000.

80. Os trens especiaes das 6 horas da noite ás 6 da manhã seguinte custarão mais 50 % do preço acima indicado.

81. Os trens especiaes de volta que tiverem lugar dentro das 12 horas a partir da chegada do primeiro trem, terão 50 % de abatimento das taxas dos arts. 78 e 80.

82. As distancias para applicação da taxa kilometrica serão contadas a partir do deposito de machinas mais proximo.

### **Serviço de suburbios.**

83. Os viajantes de suburbios pagarão taxas de passagem e bagagens pela tabella especial de suburbios.

84. Os transportes de mercadorias são feitos somente entre as estações da Corte, Engenho Novo e Cascadura.

85. Nenhum viajante poderá conduzir, livre de frete, senão embrulhos de pequenas dimensões que possa levar sobre os joelhos, sem incommodar os mais viajantes.

86. Os volumes de bagagem taxados a 100 réis, poderão ser conduzidos pelos viajantes debaixo de seus lugares, sempre que não incomodem, e o queirão fazer.

87. Concedem-se passes de assignatura para ida e volta pelos trens de suburbios, entre estações determinadas, pelos preços seguintes :

Para um mez o valor de duas viagens por dia.

Para três mezes o mesmo valor com o desconto de 20 %.

Para seis mezes o mesmo valor com o desconto de 30 %.

Para um anno o mesmo valor com o desconto de 50 %.

88. Os bilhetes de assignatura dão direito á passagem em todos os trens de suburbios; em qualquer sentido entre as estações e na classe para que tiverem sido concedidos.

Para outros trens ou estações que os designados, terão os assignantes de pagar as taxas das tabellas.

89. Os bilhetes de assignatura são intransferiveis ; o assignante assignará no verso do bilhete, e caso não seja conhecido dos empregados da estrada, poderá este exigir nova assignatura em sua presença para reconhecer a identidade de pessoa.

Os passes para escravos serão regularizados pela assignatura do senhor, e não são nominaes.

90. São applicaveis ao serviço de suburbios todas as clausulas destas instrucções que não forão especialmente prejudicadas pelas de n.<sup>os</sup> 83 a 89.

### **Armazenagem.**

91. As mercadorias de tarifas 5 a 8 poderão ser conservadas livres de armazenagem na estação da Côte 48 horas; e 10 dias nas estações do interior, depois da chegada dos trens que as conduzirem.

92. Para não haver demora na recepção dos avisos de despacho na Côte, poderão estes ser remettidos diariamente aos consignatarios, em carta fechada e sellada, pela mala especial da estrada de ferro que se abre 1/4 de hora depois da chegada dos trens da serra, fazendo-se entrega das cartas ás pessoas presentes e affixandó-se nas salas de espera a lista das que não tiverem sido reclamadas.

93. As mercadorias que não tiverem sido reclamadas dentro do prazo marcado, pagarão de armazenagem de cada 10 kilogrammas e dia de demora nos 10 primeiros dias 20 rs., nos 20 seguintes 50 e nos seguintes até completarem 90, 100 rs.

94. Pela armazenagem paga se dará recibo de talão impresso.

95. Passados 90 dias de armazenagem serão as mercadorias vendidas em leilão publico pela administração da estrada e o producto, deduzido o que fôr devido, será recolhido á caixa á disposição do consignatario.

96. Os generos das tarifas 17, 18, 19, 20, 22 e 23 deverão ser recebidos pelos consignatarios á chegada dos trens.

A administração não se responsabilisa pelas avarias que occorrerem por ficarem elles expostos ao tempo.

97. Decorrido um mez depois de feito o transporte, serão as mercadorias de que trata o artigo antecedente vendidas, ficando seu valor á disposição do consignatario.

### Indemnizações.

98. A estrada não responde por esgoto de liquidos ou diminuição de peso dos objectos conduzidos a frete, salvo provando-se malversação.

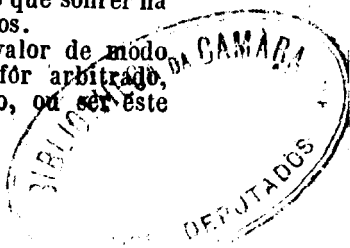
Igualmente não responde pela avaria dos generos encaixotados ou enfardados, salvo mostrando-se na caixa ou involucro signaes exteriores de estragos, devidos á culpa ou negligencia dos empregados.

99. As mercadorias susceptiveis de se deteriorarem em pouco tempo, serão despachadas depois de pago o frete; e a estrada não é responsavel pelo estado em que chegarem a seu destino.

100. No caso de extravio de um volume de bagagem, o proprietario terá o direito ao pagamento de 10\$000 por cada 10 kilogrammas de peso.

101. No caso de extravio, damno ou avaria por falta do pessoal ou do serviço da estrada, terá o consignatario direito a ser indemnizado do prejuizo que soffrer na importancia que justificar por documentos.

Quando não puder demonstrar este valor de modo satisfactorio, só terá direito ao que fôr arbitrado, e no caso de não ser declarado o genero, ou ser este



de valor incerto, essa indemnização nunca poderá ser superior a 5\$000 por kilogramma, salvo a disposição do art. 103.

102. A estrada sómente se responsabilisa pelos danos ou perdas no transporte de animaes, provando-se que por culpa de seus empregados forão elles extraviados, demorados mais tempo que o necessario, maltratados durante a viagem, ou excedida a lotação dos respectivos carros.

Neste caso não será, porém, obrigada á indemnização superior á seguinte :

Para animaes de montaria...	100\$000.
Bois, vaccas, etc.....	50\$000.
Bezerros, carneiros, cães e	
porcos.....	10\$000.
Aves e animaes pequenos.....	1\$000.

Salvo sómente a disposição do art. 103.

103. A estrada responsabilisa-se nas condições dos arts. 101 e 102 pelos valores de estimação dos animaes, e bem assim pelos valores declarados de quaesquer objectos de transporte, sempre que, além dos fretes, tiver sido paga a taxa adicional de seguro de 1 % *ad valorem*.

O minimum deste seguro é de 1\$000 por expedição.

104. Os extravios de objectos de valor, de ouro ou prata, pedras preciosas e metaes em bruto e dinheiro serão pagos pelo valor declarado.

105. Das faltas encontradas no acto da entrega das mercadorias ao consignatario, o encarregado do armazem fará declaração circumstanciada na nota de expedição que tem de entregar.

106. As reclamações em caso de extravio ou avaria serão feitas pelos consignatarios ou remetentes em modelo impresso, que lhes será fornecido pela agencia, por cujo intermedio irão á inspectoría geral com a informação que o caso exija, onde aguardarão despacho.

A nota de expedição acompanhará a reclamação.

107. Por erro em peso ou applicação de tarifa e erros de calculo de que resulte prejuizo ás partes, será a indemnização de prompto verificada, restituindo-se o que fór devido mediante a reclamação impressa de que trata o artigo antecedente.

**Disposições geraes.**

108. Nenhum agente ou empregado da estrada de ferro poderá fornecer ao publico documento viciado por emendas feitas sobre os algarismos ou indicações, nem raspaduras.

Qualquer emenda deverá ser feita em tempo por declaração com tinta encarnada.

109. Qualquer documento fornecido pela estrada e que seja depois por qualquer titulo apresentado, si se achar viciado, será retido, bem como qualquer transporte que delle depender, dando a agencia immediato conhecimento á inspeccoria geral para resolver conforme o caso exigir.

110. As passagens e fretes de tudo quanto fôr expedido pelos trens de viajantes, serão arrecadados em cada uma das estações sem excepção, no acto da emissão dos bilhetes ou conhecimentos.

A mesma regra se applica a todos os objectos expedidos pelos trens de cargas da estação da Côte para as do interior, ou de uma destas para outra.

Ao remettente, porém, de qualquer estação para a da Côte pelos trens de cargas, é livre pagar o frete ou deixar que o faça o consignatario ao receber o genero.

Se este, comtudo, fôr de facil deterioração ou de valor insignificante, poderá a administração em qualquer caso exigir o frete adiantado.

111. Os empregados da estrada de ferro devem ministrar aos expeditores todas as informações necessarias para intelligencia e cumprimento das presentes instrucções.

112. Os agentes da estrada de ferro não podem exigir outros fretes ou retribuição de qualquer natureza que não se achem especificadas neste regulamento e de accordo com as tarifas annexas.

Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, em 29 de Março de 1870.—  
O Director Geral, *José Agostinho Moreira Guimarães*.

---

## Paula para applicação das novas tarifas.

### A.

Abelhas.....	5
Aboboras.....	10
Açafates e semelhantes.....	6
Acidos mineraes.....	5
Aço.....	6
Acordeons.....	5
Aduélas.....	17 e 18
Aguas medicinaes.....	6
Agua-raz.....	5
Aguardente do paiz.....	6
Alabastro em bruto.....	8
Alabastro em obras.....	5
Alcohol.....	6
Alambiques e pertenças.....	21
Alcatrão, pixe, etc.....	6
Algodão.....	8
Alhos.....	6
Almofadas.....	6
Almofarizes de pedra, cobre ou metal semelhante.....	6
Almofarizes de ferro ou madeira.....	6
Alpiste.....	6
Alvaiade.....	6
Amendoim.....	7
Ancoras.....	6
Angico, resina, gomma ou folhas.....	6
Anil.....	6
Animaes pequenos engaiolados.....	10
Animaes pequenos soltos.....	13
Animaes empalhados ou embalsamados.....	5
Animaes de sella.....	11
Animaes ferozes.....	
Arados e instrumentos de utilidade á lavoura.....	21
Arame de latão ou metal semelhante.....	6
Araruta.....	6
Archotes.....	6
Arco de ferro ou madeira.....	6
Ardosia.....	19 e 20

Arêa.....	22 e 23
Argila.....	22 e 23
Armações para chapéos de sol.....	6
Armações para igrejas.....	5
Armações envernizadas com vidros para lo- jas.....	5
Armamento.....	5
Arreios.....	6
Arroz.....	8
Artigos de folhas de Flandres não classificados	9
Artigos de luxo não classificados.....	5
Artigos de pacotilha não classificados.....	6
Arvores e arbustos vivos....	22 e 23
Asphalto.....	19 e 20
Assucar.....	8
Aves engaioladas.....	10
Aves soltas.....	14
Aves empalhadas.....	5
Azarcão.....	6
Azeite doce.....	6
Azeite de mamona, de peixe e outros não classificados.....	6
Azeitonas.....	6
Azulejos.....	6

## B.

Bacalhão.....	8
Bacias de arame ou metal semelhante.....	6
Bagagens pelos trens de viajantes.....	4
Bagagens pelos trens de cargas.....	5
Bahús vasios.....	9, 22 e 23
Balaies.....	6, 22 e 23
Balaies do paiz.....	6, 22 e 23
Balas.....	6
Baldes.....	6
Baleceiras.....	9
Balões.....	6
Bambinellas.....	6
Bambú (v. madeiras).....	17 e 18
Banha de porco.....	8
Banheiras.....	9
Barricas e barris vasios.....	22 e 23
Barro.....	22 e 23



Barrote (v. madeira).....	17 e 18
Batatas alimenticias.....	8
Bajonetas.....	5
Bestas e burros.....	11
Bilhares e bagatellas.....	5
Boiões vasiaos.....	6, 22 e 23
Bois e vaccas.....	12
Bolacha ordinaria.....	6
Bolsas de viagem vasiaas.....	6
Bombas.....	6
Botijas vasiaas.....	6, 22 e 23
Brinquedos.....	6
Brochas para pintar ou caiar.....	6
Bronze em bruto.....	6
Bronze em objectos de arte.....	5
Burras de ferro.....	6
Bustos.....	5

## C.

Cabeçadas.....	6
Cabeções para animaes.....	6
Cabello.....	7
Cabos.....	6
Cabriolets.....	15
Cabritos.....	13
Caça.....	10
Cacão.....	6
Cachimbo.....	6
Cadaveres.....	
Cães.....	13
Café em grão.....	7
Café moido.....	6
Caibros (v. madeiras).....	17 e 18
Caixas de guerra.....	5
Caixas vazias de madeira, folha e papelão.....	9, 22 e 23
Caixões funebres.....	9
Caixões vazios.....	9, 22 e 23
Caixilhos com vidros.....	5
Caixilhos sem vidros.....	9
Cal.....	19 e 20
Calcado.....	6
Caldeiras de cobre ou metal semelhante.....	21
Caldeiraria (artigos não classificados).....	6

Camphora.....	6
Canna da Índia (v. madeiras).....	17 e 18
Canna de assucar.....	7
Canella.....	6
Cangalhas.....	6
Canôas.....	22 e 23
Canos de cobre.....	6
Canos de barro.....	22 e 23
Canos de chumbo, ferro ou zinco.....	6
Capachos.....	6
Capoeiras vazias.....	22 e 23
Capim ....	22 e 23
Carnaúba.....	6
Carne fresca, secca ou salgada.....	8
Carneiros.....	13
Caroços de algodão.....	7
Carros funebres.....	15
Carros de mão.....	6, 22 e 23
Carros de passeio.....	15
Carroças.....	15
Carroças desmontadas.....	6
Carvão animal ou vegetal.....	24
Carvão mineral.....	19 e 20
Cascas de arvores para atamar couros.....	7
Cascas de cocos.....	22 e 23
Cavallos.....	11
Cavernas para embarcações.....	17 e 18
Cebolas e cebolinhas.....	6
Centeio.....	6
Cêra em bruto ou em velas.....	6
Cêra em obras, não classificadas.....	5
Cerveja.....	6
Cevada.....	6
Chá.....	6
Champagne.....	6
Chapas de ferro, zinco, etc. para cobrir casas.....	6
Chapas para fogões.....	6
Chapéos.....	6
Chapelaria (artigos não classificados).....	6
Charutos.....	6
Chifres em bruto.....	22 e 23
Chocolate.....	6
Chouriças.....	6
Chumbo em bruto.....	6
Chumbo de munição.....	6
Chumbo em obras não classificadas.....	6
Cigarros.....	6

Cimento.....	19 e 20
Cocos seccos ou verdes.....	6
Cofres de ferro.....	6
Coke.....	19 e 20
Colchões de palha e capim.....	6
Colla.....	6
Confeitaria (artigos não classificados).....	6
Conservas em latas não classificadas.....	6
Conservas em vidros não classificadas.....	6
Cordas de embira e outras do paiz.....	7
Cordas diversas.....	6
Correame para tropa.....	6
Correntes de latão ou metal semelhante....	6
Correntes de ferro.....	6
Cortiça em obras não classificadas.....	9
Cortiça em bruto.....	22 e 23
Couçoeiras (v. madeiras).....	17 e 18
Couros frescos, seccos ou salgados.....	7
Couros trabalhados, envernizados, etc.....	6
Crina em colxões.....	7
Crystaes.....	5
Crystaes em bruto.....	8
Cubas para distillações, engenhos, etc.....	21
Cubos, pinas e raios para rodas.....	6
Cutellaria (artigos não classificados).....	6
Cylindros de ferro.....	6

## D.

Dinheiro 1/4 por %, <i>ad valorem</i> .....	
Doces estrangeiros.....	6
Doces do paiz.....	6
Dormentes de madeira ou ferro (v. madeiras)	17 e 18

## E.

Eixos.....	6
Embira.....	22 e 23
Encerados para tapetes.....	6
Encerados ordinarios.....	6
Encommendas pelos trens de viajantes.....	4
Enxadas.....	21

Enxergões.....	9
Enxofre.....	6
Equipamento militar não classificado.....	6
Escadas de mão (v. madeiras).....	17 e 18
Escadas para casas (desmontadas).....	6
Escaleres.....	22 e 23
Espadas.....	6
Especiarias não classificadas.....	6
Espelhos.....	5
Espingardas.....	6
Espiritos não classificados.....	5
Essencias não classificadas.....	5
Estacas para cercas.....	22 e 23
Estampas.....	6
Estanho em bruto.....	6
Estanho em obras não classificadas.....	6
Estatuas.....	5
Esteiras da India.....	6
Esteiras para cangalhas.....	22 e 23
Estojes de instrumentos cirurgicos, mathe- maticos, etc.....	6
Estopa em bruto.....	6
Estopa em obras não classificadas.....	6
Estrume.....	22 e 23
Estivas.....	22 e 23
Extractos não classificados.....	6

## F

Fachina. (varas de).....	22 e 23
Farelo.....	8
Farinha de mandioca, milho, trigo e outras nutricivas.....	8
Fazendas de seda.....	6
Fazendas diversas (não classificadas).....	6
Feijão.....	8
Feltro.....	6
Feno.....	22 e 23
Ferragens ordinarias não classificadas.....	6
Ferraduras para animaes.....	6
Ferramentas de carapinas, ferreiros, marce- neiros, torneiros, etc. não classificadas...	6
Ferrolhos.....	6
Ferro em barra ou vergas dobradas.....	6

Ferros de engommar.....	6
Ferro em bruto ou em obra, não classificado	6
Ferro velho ou em arco, chapa, barra ou verga	6
Fios.....	6
Flores artificiaes.....	5
Flores naturaes.....	5
Flor de canna e outras para enchimento....	6, 22 e 23
Fogareiros.....	6
Fogos artificiaes.....	5
Fogões de ferro.....	6
Folhas medicinaes.....	7
Folles.....	6
Forjas portateis.....	6
Fôrmas para assucar.....	21
Fôrmas diversas.....	6
Fornalhas e fornos de ferro.....	21
Fornalhas para engenho.....	21
Fouces.....	21
Frutas frescas.....	10
Frutas seccas ou em doce.....	6
Fumo do paiz.....	6
Fumo de qualquer outra qualidade.....	6

## G.

Gaiolas... ..	10
Gallinhas .....	10
Gamellas.....	6
Gansos.....	10 e 14
Garrafas ordinarias vasias.....	6, 22 e 23
Garrafões vasis.....	6, 22 e 23
Gatos.....	10 e 13
Gaz liquido.....	5
Gelatinas.....	6
Geléas.....	6
Gelo.....	6
Genebra.....	6
Generos de perigo ou cuidado, não classifi- cados.....	5
Generos de importação não classificados....	6
Generos de exportação não classificados....	7
Generos alimentícios de 1. <sup>a</sup> necessidade não classificados.....	8
Gengibre.....	6

Gesso.....	6
Gigós e cascos vazios.....	9, 22 e 23
Giz.....	6
Globos de vidro ou louça.....	5
Globos geographicos.....	5
Gomma arabica e outras não classificadas...	6
Gomma de mandioca e outras do paiz.....	6
Grades de ferro ou madeira.....	6
Granadas.....	5
Graxa animal.....	6
Graxa para calçado.....	6
Grelias de ferro.....	6
Guano.....	22 e 23
Guarda roupa, musicas, papeis, etc.....	5 e 6
Guindastes.....	6, 22 e 23

## H.

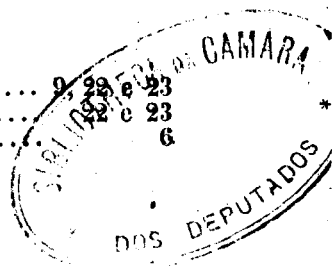
Harpas.....	5
Herva-mate.....	6
Hervas medicinaes e outras não classificadas.	7
Hortalicas frescas.....	10

## I.

Imagens.....	5
Impressos.....	6
Incenso.....	6
Inhame e outras raizes semelhantes.....	10
Instrumentos de cirurgia, engenharia e me- dicina.....	5
Instrumentos de musica, optica e semelhantes	5
Instrumentos uteis á lavoura.....	21

## J.

Jacás.....	9, 22 e 23
Jangadas.....	22 e 23
Jarros de louça, vidro e barro, etc.....	6



Jóias 1/2 % <i>ad valorem</i> .....	
Jumentos.....	11
Junco da Índia (v. madeiras).....	17 e 18
Junco do paiz (v. madeiras).....	17 e 18

## K.

Kerosene.....	5
Kerosene manifestado em latas encaixotadas	6

## L.

Lã em bruto.....	6
Lã em obras não classificadas.....	6
Lacre.....	6
Ladrilho de barro, louza, etc.....	8
Ladrilho de azulejo ou marmore.....	8
Lages.....	19 e 20
Lampeões.....	6
Lanternas.....	6
Latão velho ou em bruto.....	6
Latão em obras não classificadas.....	6
Lavatorios envernizados.....	5 e 6
Lavatorios de ferro ou madeira ordinarios..	6
Legumes frescos.....	10
Leite fresco.....	10
Leitões.....	10 e 13
Lenha.....	22 e 23
Lentilhas.....	8
Licores.....	6
Limalha de ferro.....	6
Limas de aço.....	6
Linguas frescas, salgadas ou seccas.....	6
Linguças.....	6
Linha para costura.....	6
Linhaça.....	6
Liteiras.....	15
Livros.....	6
Lixa.....	6
Lombo de porco salgados.....	8
Louça.....	5

Louça de barro do paiz.....	6
Louça em barricas, caixas ou gigos.....	6
Louza.....	8
Louza para escrever.....	6

## M.

Macacos de ferro.....	6
Macarrão e outras massas alimenticias.....	6
Machados.....	21
Machinas de copiar cartas.....	6
Machinas de costura.....	5
Machinas photographicas.....	5
Machinas de fazer farinha e suas pertencas..	21
Machinas de descarregar algodão.....	21
Machinas pequenas, não classificadas.....	7
Machinas grandes, não classificadas.....	
Madeiras.....	17 e 18
Malas de viagem vazias.....	6
Malhos para ferreiro.....	6
Mamona.....	8
Mangas de vidro.....	5
Mandioca.....	8
Manteiga.....	6
Mappas e manuscriptos.....	5
Mariscos.....	6
Marfim.....	6
Marmore.....	8
Marquezas.....	6
Marrecos.....	10
Marroquim.....	6
Martelos.....	6
Massas.....	6
Materiaes de construcção não classificados..	19 e 20
Medicamentos não classificados.....	6
Medidas diversas.....	6
Mel de abelhas.....	6
Mel do paiz.....	6
Meninos de menos de 8 annos de idade.. 1/2, de 1, 2 e 3	
Meninos de menos de 3 annos de idade ao collo	gratis.
Mesas envernizadas.....	5 e 6
Mesas de ferro ou madeira ordinarias.....	5 e 6
Milho.....	8
Mochos envernizados.....	5 e 6



Mochos ordinarios.....	5 e 6
Mobilia.....	5 e 6
Mobilia ordinaria, usada e em mão estado..	5 e 6
Modellos.....	5
Moendas para engenho e pertenças.....	21
Moinhos para café, pimenta, etc.....	6
Moinhos para lavoura.....	21
Moirões (v. madeiras).....	17 e 18
Moitões e cadernaes.....	6
Molas.....	6
Molduras.....	5
Moringues de barro.....	6
Mós.....	21
Musicas.....	6

## N.

Nozes.....	6
------------	---

## O.

Objectos preciosos d'arte.....	5
Objectos de luxo, de ferro, cobre, bronze ou qualquer outra qualidade.....	5
Objectos de cuidado ou perigo.....	5
Objectos manufacturados não classificados.	6
Objectos de marcenaria e carpintaria des- montados.....	6
Obras de cabelleireiro não classificadas....	6
Oleados.....	6
Oleo de amendoas doces.....	6
Oleo de linhaça.....	6
Oleo de qualquer qualidade não classificado.	6
Oratorios.....	5
Orgãos.....	5
Ornamentos para igrejas.....	5
Ossos.....	22 e 23
Ouro em bruto $1/4\%$ <i>ad valorem</i> .....	
Ouro em obras $1/2\%$ <i>ad valorem</i> .....	
Ovas frescas, seccas ou salgadas.....	6
Ovos.....	10

## P.

Pacas.....	40
Padiolas.....	22 e 23
Paños.....	6
Painço.....	6
Palanquins.....	45
Palhas de coqueiro ou palmeira.....	22 e 23
Palhas do Chile e outras de valor semelhante para chapéus.....	6
Palhas de trigo de canna e outras.....	22 e 23
Pandeiros.....	5
Panellas de cobre ou ferro esmaltadas.....	6
Panellas de ferro ou barro ordinarias.....	6
Panno de qualquer qualidade.....	6
Pão.....	8
Papel de qualquer qualidade.....	6
Papelão.....	6
Pás.....	21
Passas.....	6
Passaros empalhados.....	5
Passaros vivos.....	10 e 14
Pastas de papel ou papelão.....	6
Patos.....	10 e 14
Patronas.....	6
Peanhas.....	6
Pedras de afiar ou amolar.....	6
Pedras de cantaria calcareas e outras para edificação e calçamento.....	19, 20, 22 e 23
Pedras de filtrar.....	6
Pedras lithographicas e de porcellana para escrever.....	5
Peixes frescos, salgados ou seccos.....	8
Pelles em bruto.....	6
Pelles preparadas.....	6
Pendulas para relógios.....	6
Peneiras de cabello ou seda.....	6
Peneiras de arame, tela metallica.....	6
Peneiras de palha do paiz.....	6
Pennas para enchimentos e outras.....	6
Perfumarias.....	6
Perolas 1/2 % <i>ad valorem</i> .....	
Perús.....	10 e 14
Pesos para balanças de latão.....	6
Pesos de ferro.....	6

Petrechos bellicos.....	6
Petrechos de caça.....	6
Petrolco.....	5
Pez.....	6
Phosphoros.....	5
Pianos.....	5
Piassava.....	22 e 23
Picaretas.....	21
Pimenta do Reino.....	6
Pimenta do paiz.....	40
Pinceis.....	6
Pipas varias.....	9, 22 e 23
Pistolas.....	6
Pixe.....	6
Platina em bruto, em obra $1\frac{1}{2}\%$ <i>ad valorem</i> .....	
Plumas.....	6
Poltronas.....	5 e 6
Polvora e artigos inflammaveis.....	5
Polvorinhos.....	6
Pomadas para cabello.....	6
Pombos.....	40
Porcellana.....	5
Porcos.....	13
Porcos da India.....	40
Portas, portões, portadas e janellas de madeira ou ferro.....	6
Porteiras de madeira ou ferro.....	6
Potassa e perlassa.....	6
Potes de barro do paiz.....	6
Potes diversos.....	6
Pranchões (v. madeiras).....	17 e 18
Prata em bruto $1\frac{1}{4}\%$ <i>ad valorem</i> .....	
Prata em obras $1\frac{1}{2}\%$ <i>ad valorem</i> .....	
Prata ingleza em obras.....	6
Prateleiras envernizadas.....	5 e 6
Prateleiras de ferro ou madeira ordinarias.....	6
Pratos de louça ou vidro.....	5
Pratos de madeira, folha, estanho, etc.....	6
Pregos de cobre ou metal semelhante.....	6
Pregos de ferro.....	6
Prélos.....	6
Prensas para algodão e outras.....	21
Presuntos.....	6
Productos chimicos e preparações pharmaceuticas.....	6
Punhaes.....	6
Puchadores para gavetas, portas, etc.....	6

## Q.

Quadros.....	5
Quadrupedes pequenos soltos.....	13
Queijos.....	8
Quinquilharias.....	6

## R.

Rabecas e rabecões.....	5
Raios, pinas e cubos para rodas.....	6
Rapaduras.....	8
Rapé.....	6
Raspas de ponta de veado.....	6
Realejos.....	5
Redes.....	6
Redomas de vidro.....	5
Reguas.....	6
Relógios.....	5
Relógios de ouro ou prata 1/2 % <i>ad valorem</i>	
Resinas não classificadas.....	6
Retortas de vidro ou louça.....	5
Retortas de cobre.....	6
Retratos de familia .....	5
Retretes.....	6
Ripas (v. madeiras).....	17 e 18
Rodas para carros ou carroças.....	6, 22 e 23
Rodas e rodetes para machinas.....	21
Rolhas.....	9
Roupa.....	6

## S.

Sabão ordinario.....	6
Sabonetes.....	6
Saccos de algodão e outros do paiz.....	
Sagú.....	6
Salames.....	6
Sal ordinario.....	8
Sal refinado.....	6

Salitre.....	6
Sanguesugas.....	6
Sapatos.....	6
Sapé.....	22 e 23
Sebo.....	6
Sedas.....	6
Sellins e pertenças.....	6
Sementes.....	6
Serpentinas de vidro, crystal, etc.....	5
Serpentinas para alambiques.....	21
Sinos.....	6
Sipó.....	22 e 23
Soda.....	6
Sola.....	6
Sola do paiz.....	6
Suadores para sellins.....	6
Substancias de pouco valor uteis á lavoura.....	22 e 23

## T.

Tabaco.....	6
Taboado (v. madeiras).....	17 e 18
Tabocas.....	17 e 18
Taboetas.....	5 e 6
Tabolas de gamão.....	5 e 6
Tachos de cobre ou metal semelhante.....	6
Tachos de ferro.....	6
Talhas de barro para agua, engradadas.....	6
Tamancos.....	6
Tambores de musica.....	5
Tambores para engenhos.....	21
Tanques de cobre para alambiques.....	21
Tanques de ferro, zinco ou madeira, etc. para engenhos.....	21
Tapiocas.....	6
Tapetes.....	6
Tecidos diversos.....	6
Tela metallica.....	6
Telhas de barro.....	19 e 20
Telhas de vidro.....	5
Tijolos de barro, ou ardósia.....	19 e 20
Tijolos de marmore ou louça.....	8
Tijolos de limpar facas.....	6
Tinas.....	9, 22 e 23

Tinta de qualquer qualidade.....	6
Toucinho.....	8
Tapos!.....	6
Traves e travetas (v. madeiras).....	17 e 18
Travesseiros.....	6
Trens de cozinha de cobre ou ferro esmaltados	6
Túmulos.....	5
Typos.....	6

## U.

Unguentos.....	6
Unhas de animaes.....	6, 22 e 23
Urucú.....	10
Urnas.....	5
Utensílios de casa, de pouco valor e em máo estado.....	9, 22 e 23

## V.

Vaccas.....	12
Varas (v. madeiras).....	17 e 18
Varandas de ferro.....	6
Vassouras de cabello ou crina.....	6
Vassouras de palha, piassava e outras do paiz.....	6
Velas.....	6
Venezianas. ....	5 e 6
Verduras.....	10
Verniz.....	6
Viajantes de 1.ª classe.....	4
Ditos de 2.ª dita.....	2
Ditos de 3.ª dita.....	3
Vidros.....	5
Vigas (v. madeiras).....	17 e 18
Vimes.....	6, 22 e 23
Vinagre.....	6
Vinho.....	6
Vitelas.....	12

## X.

Xaropes.....	6
Xergas para animaes.....	9

## Z.

Zinco em bruto ou em obras.....	6
---------------------------------	---

Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, em 29 de Março de 1870.—  
O Director Geral, *José Agostinho Moreira Guimarães*.



N. 104. — IMPERIO. — AVISO DE 2 DE ABRIL DE 1870.

Expedem-se Instrukções para o arrolamento da população do  
Município da Côte.

Ministerio dos Negocios do Imperio.—Rio de Janeiro, em 2 de Abril de 1870.

Transmittindo a V. S. o incluso exemplar das instrucções desta data, pelas quaes se ha de proceder ao arrolamento da população da Côte, communico-lhe que foi V. S. designado Presidente da Commissão central, a que se refere o art. 3.º das mesmas instrucções.

Para levar a effeito este importante trabalho, o Governo conta com a boa vontade daquelles a quem cabe ministrar os dados de que tratão as listas, que se hão de distribuir na fórma do art. 10 das ditas instrucções, e com a efficaz coadjuvação da referida commissão central, das commissões de districto, e das autoridades policiaes. Espero, confiado no concurso e no zelo de todos, que farão quanto estiver a seu alcance para que no prazo fixado esteja concluido o mencionado arrolamento, e seja elle o mais exacto e completo que fôr possível.

Deus Guarde a V. S.—*Paulino José Soares de Sousa*.—  
Sr. Conselheiro Jeronymo Martiniano Figueira de Mello.

Sua Magestade o Imperador, Attendendo á conveniência de proceder-se desde já a um arrolamento da população do Município da Córte, com especificação da condição, idade, religião, estado e profissões dos habitantes, trabalho este que, interessante sob varios aspectos para o estudo e apreciação de muitos factos sociaes, é imprescindivel para regular-se convenientemente a distribuição do ensino primario garantido pelo art. 179 § 32 da Constituição, e para effectuar-se uma melhor divisão e organização administrativa do mesmo Município: Ha por bem que na execução do referido trabalho sejam observadas as seguintes

### **Instruções para levar-se a effeito o arrolamento da população do Município da Córte.**

Art. 1.º O arrolamento da população do Município da Córte, a que se ha de proceder no dia 17 do corrente mez de Abril, será feito por moradas ou fogos, tomando-se por morada ou fogo cada casa ou parte della em que habita alguma pessoa ou familia com economia separada, de maneira que um edificio póde conter dous ou mais fogos.

Art. 2.º A divisão do territorio do Município da Córte para as operações do arrolamento será a estabelecida para o serviço e organização policial, em districtos, subdivididos estes em quarteirões.

Art. 3.º A direcção do serviço é encarregada a uma commissão central composta de cinco membros, cada um dos quaes terá a seu cargo certo numero de districtos, e se entenderá pessoalmente para os esclarecimentos de que precisarem e sobre o andamento dos trabalhos nos mesmos districtos com as commissões respectivas. Um dos membros da commissão servirá de presidente e outro de secretario, expedindo-se em nome da commissão com a assignatura do primeiro a correspondência que fôr precisa e ficando a cargo do segundo a guarda de todos os papeis do arrolamento até terminar-se o serviço.

Art. 4.º As commissões de districto compôr-se-hão de 3 a 5 membros, sendo um presidente e outro secretario na fórma do disposto para a commissão central no artigo antecedente, dividido por todos o trabalho e incumbindo-se cada um dos membros da direcção



do arrolamento nos quarteirões que lhe forem especialmente attribuidos pela commissão.

A designação do presidente e do secretario, assim como a distribuição do trabalho que deve tocar a cada um de seus membros, será feita pela commissão em sua primeira reunião no dia 9 de Abril ou no seguinte, se por qualquer motivo não fór possível effectuar-se a reunião no dia 9.

Art. 5.º O inspector de cada quarteirão formará até ao dia 9 de Abril uma relação individuada de todos os edificios sitos no quarteirão, distribuindo-os logo no mappa sob n.º 1.

Na relação dos edificios as casas de residencia particular serão indicadas pela denominação das ruas, praças, beccos, cães, estradas, etc. em que forem situadas e pelos numeros que tiverem, ou pelos nomes dos chefes das familias que nellas morarem e denominação do sitio (casa de F... em tal lugar) quando não haja numeração, estejam distante do arruamento ou não tenham terreno no alinhamento da estrada. Declarar-se-hão sempre os fogos que cada uma contém.

Art. 6.º Do dia 9 ao dia 16 de Abril o inspector, entendendo-se com os chefes ou cabeças de cada morada de seu quarteirão, ou com quem os representar, a cada um entregará uma lista impressa, conforme o modelo n.º 2, na qual aquelle que a receber deverá no dia 17 de Abril lançar por escripto, de modo intelligivel e com as especificações exigidas, os esclarecimentos precisos para o arrolamento, se não preferir ministerial-os de viva voz para serem tomados pelo inspector.

Antes de distribuir as listas o inspector encherá os claros do alto de cada uma declarando o numero, a rua, praça, estrada, etc. da morada a que a destinar, ou designando-a por outro caracteristico (art. 5.º *in fine*).

Art. 7.º Logo no dia 17 de Abril e nos tres immediatos tratarão os inspectores de recolher as listas dos que as tiverem promptas, examinando-as e verificando a exactidão dos dados fornecidos á medida que as forem recebendo, fazendo em cada uma no lugar apropriado as observações que entenderem.

Art. 8.º Por occasião de recolherem as listas, os inspectores procurarão logo obter os esclarecimentos desejados, com relação áquellas moradas ou fogos cujos chefes as não restituírem ou cujas listas se acharem defectivas, colligindo-os de qualquer dos moradores, de pessoas da vizinhança ou por outro modo conveniente,

e lançará em novas listas correspondentes e especiaes a cada morada os dados que conseguirem.

Art. 9.º Cada lista conterá:

1.º Os nomes de todas as pessoas que occuparem habitualmente aquella morada, tanto as que propriamente constituem a familia, como os aggregados e escravos;

2.º O sexo, condição, idade, religião, nacionalidade, estado e profissão de cada uma.

Art. 10. As listas serão fornecidas pelo Ministerio do Imperio e entregues aos inspectores pelo subdelegado em exercicio no districto, a quem as enviará o chefe de policia.

Art. 11. Não serão comprehendidos nas listas:

1.º Os militares que residirem nos quartéis, estiverem em guarnição ou destacamento. Os guardas nacionaes, ainda que destacados, serão dados a rol no quartelirão de sua residencia;

2.º Os alumnos dos internatos sob a immediata sujeição do governo, como o internato do collegio de Pedro II, as escolas militar e de marinha, os institutos dos cegos e dos surdos-mudos, o estabelecimento dos menores do arsenal de guerra, o deposito de aprendizes artilheiros, a companhia de aprendizes marinheiros, etc.;

3.º Os alumnos internos do episcopal seminario de S. José;

4.º Os doentes em tratamento nos hospitaes militar e de marinha, nos da Santa Casa da Misericordia e nos das ordens terceiras;

5.º Os presos de qualquer classe;

6.º Os religiosos, religiosas e mais pessoas que residirem nos conventos;

7.º Os que residirem nas casas occupadas pelas repartições e estabelecimentos publicos.

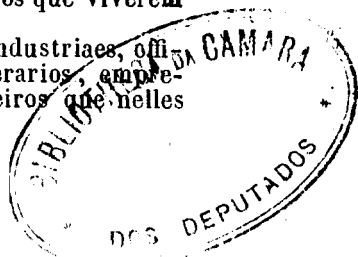
Art. 12. Serão dados a rol:

1.º Nos collegios e quaesquer casas de educação os alumnos internos;

2.º Nos hospitaes, exceptuados os do artigo antecedente, casas de caridade e de saude, os que nelles estiverem em tratamento;

3.º Nos estabelecimentos respectivos os que viverem em commum;

4.º Nas fabricas, estabelecimentos industriaes, officinas, e casas de commercio, os operarios, empregados, aprendizes, guarda-livros e caixeiros que nelles morarem.



5.º Nos hotéis os que nelles se acharem aposentados.

Art. 13. No dia 21 de Abril serão entregues pelos inspectores ao membro da commissão de districto, a cujo cargo estiver o respectivo quarteirão, as listas que tiverem recebido cheias pelos chefes das diversas moradas, e as que tiverem enchido na fórma do art. 8.º, acompanhadas das observações que tiverem feito.

Art. 14. No dia 22, reunida a commissão do districto, examinará se estão feitos com exactidão os mappas n.º 1 de cada quarteirão e passará a confrontar com o numero de fogos ou moradas o das listas recebidas.

Art. 15. Feitas nos mappas n.º 4 de todos os quarteirões as correções e acrescentamentos de que precisarem, a commissão procederá até ao dia 29 á organização das listas que faltarem, verificando a exactidão de todos os dados obtidos, corrigindo-os e completando-os, de modo a tornar o arrolamento de cada quarteirão o mais exacto e completo que fór possível.

Art. 16. No dia 30 a commissão apurará no mappa n.º 3 os dados de cada quarteirão, fazendo a final no mesmo dia ou no dia 1.º de Maio a somma dos mappas dos quarteirões no mappa n.º 4 comprehensivo de todo o districto.

Art. 17. No dia 2 de Maio serão remettidos á commissão central tanto o mappa geral do districto, como os de todos os quarteirões, e bem assim as listas convenientemente emmassadas, e quaesquer documentos e esclarecimentos, que tenham servido para os trabalhos, com as observações que occorrerem.

Art. 18. Recebidos pela commissão central os papéis de que trata o artigo antecedente, feitos os precisos exames, exigirá ella, se necesarios forem, novos dados e informações das comissões de districto, procedendo no mais breve prazo á apuração geral.

Art. 19. A commissão central, além do que fica determinado, incumbe :

1.º Auxiliar as comissões parochiaes no desempenho das funcções que lhes são encarregadas, dando-lhes instruções, e resolvendo as duvidas e difficuldades que occorrerem.

2.º Solicitar do Ministerio do Imperio as medidas e providencias que julgar precisas, e as informações que possam dar quaesquer autoridades.

3.º Reunir todos os esclarecimentos e dados precisos para correção dos erros ou preenchimento das lacunas que por ventura se derem nos trabalhos apresentados pelas comissões de districto.

Art. 20. Além do que fica determinado, incumbê as commissões de districto:

1.º Dirigir os trabalhos do arrolamento do districto, dando aos inspectores de quarteirão as precisas instrucções para o desempenho de sua tarefa, coadjuvando-os no intuito de conseguirem os mais amplos e exactos esclarecimentos, e resolvendo as duvidas e difficuldades que sobrevierem.

2.º Procurar o concurso das pessoas honestas e verdadeiras, conhecedoras do districto, para obtenção dos esclarecimentos a que se refere o § 1.º, e para tudo mais que interessar ao serviço do arrolamento.

3.º Solicitar da commissão central quaesquer medidas e providencias tendentes a facilitar a execução do serviço, e solução das duvidas que propuzerem.

4.º Reclamar a cooperação de quaesquer autoridades que no districto possam auxiliar a marcha do serviço.

Art. 21. Serão comprehendidos no alistamento de cada quarteirão os que nelle residirem, menos que se achem de passagem ou temporariamente, tendo residencia efectiva em outro, no qual se darão a rol.

Serão tambem comprehendidos os que, embora ausentes temporariamente, conservarem no quarteirão por sua conta casa de habitação arrendada ou propria.

Art. 22. Organizado o mappa geral da população da Côte, a commissão remettel-o-ha ao Ministerio do Imperio, acompanhado da exposição circumstanciada de quaesquer difficuldades encontradas na execução do serviço, das medidas e providencias que a pratica lhe tiver feito conhecer como mais adequadas a removel-as e a facilitar e melhorar o serviço, e de quaesquer outras observações que julgar convenientes.

Art. 23. Os dados relativos aos palácios de residencia da Familia Imperial, aos predios em que estão alojados repartições e estabelecimentos publicos e ás casas de residencia dos membros do corpo diplomatico serão competentemente requisitados e enviados á commissão central pela Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio.

Art. 24. Todos os papeis que tiverem servido para organização do arrolamento da população da Côte serão devidamente classificados e guardados no ~~Ar~~chivo Publico.

Palacio do Rio de Janeiro, em 2 de Abril de 1870.—  
*Paulino José Soares de Sousa.*

**N. 105.—AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.—EM 6 DE ABRIL DE 1870.**

Declara que os Presidentes de Provincia não podem comprehender nos (contractos de) navegação os privilegios dos Rios que se estendem a mais de uma Provincia.

**N. 15. 3.ª Secção.—Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.—Rio de Janeiro, em 6 de Abril de 1870.**

Ilm. e Exm. Sr.—Foi presente a Sua Magestade o Imperador o officio de V. Ex. de 19 de Outubro do anno findo, sob n.º 56, transmittindo ao Ministerio a meu cargo cópia do acto da mesma data, pelo qual na forma dos arts. 26 e 27 da Lei Provincial n.º 46 de 21 de Abril de 1863, e n.º 27 de 3 de Abril de 1866, V. Ex. concedeu a João da Costa Gomes Leitão e ao Dr. Joaquim Floriano de Godoy, privilegio exclusivo por 90 annos, quér para o melhoramento e navegação do Rio Parahyba desde a Cachoeira, no Municipio de Lorena, até Jacarehy, quér para construcção e custeamento de uma estrada de ferro entre este ultimo ponto e a Estação do Rio Grande na Estrada de Ferro de Santos a Jundiahy.

No mesmo officio solicitou V. Ex. nos termos do art. 28 da citada Lei de 1863 que o Governo Imperial reforçasse a garantia da Provincia, e outorgasse á respectiva empreza os favores e concessão da competencia do mesmo Governo autorizando-o para consignal-os no contracto que tiver de celebrar com os concessionarios.

E o Mesmo Augusto Senhor, ouvindo a Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, Manda declarar a V. Ex. que dependendo de despacho do Governo Imperial o requerimento do Barão de Mauá e João Ribeiro dos Santos Camargo, concessionarios do ramal ferreo do Rio Grande, no qual pedirão prorogação do prazo marcado na clausula 5.ª do Decreto n.º 3622 de 28 de Fevereiro de 1866 para começo dos respectivos trabalhos, não devia essa Presidencia conceder aquelle privilegio para a Estrada de Ferro de Jundiahy.

Tendo sido porém indeferida a pretensão dos concessionarios Mauá e Camargo, e por Aviso que nesta data dirijio a V. Ex. declarado nullo e de nenhum

vigor o privilegio que lhes foi concedido pelo referido Decreto, está essa Presidencia habilitada a proceder á tal respeito como entender melhor, convindo entretanto que, em qualquer contracto que houver de celebrar attenda para a inconveniencia de incravar a navegação do Rio Parahyba, a qual não pertence a essa Provincia por não ser a unica ribeirinha, em um privilegio que irá interromper a navegação de longo curso daquelle rio.

Deus Guarde a V. Ex.—*Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque*.—Sr. Presidente da Provincia de S. Paulo.

---

N. 106. — FAZENDA. — EM 9 DE ABRIL DE 1870.

Deferimento de um (recurso ácerca do imposto) de uns cascos de madeira eapparelhos de dous vapores, vindos da Europa por encomenda da Companhia de alvarengas e reboques da Provincia da Bahia.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 9 de Abril de 1870.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia da Bahia, em resposta ao seu officio n.º 91 de 9 de Junho do anno passado, que o mesmo Tribunal resolveu deferir o recurso interposto pelos negociantes Ribeiro & Costa, representantes da Companhia de alvarengas e reboques, da decisão da referida Thesouraria confirmatoria da da respectiva Alfandega, sujeitando ao imposto de 15 % os cascos de madeira e apparelhos de dous vapores—1.º e 2.º *União*, que mandarão construir na Europa para aquelle *serviço* e negocio de sua firma social.

*Visconde de Itaborahy.*

---

## N. 107.—GUERRA.—CIRCULAR EM 11 DE ABRIL DE 1870.

Declara que ás contas de fornecimentos feitos pelo Ministerio da Guerra ao da Marinha ~~devem~~ acompanhar conhecimentos em fôrma.

Ministerio dos Negocios da Guerra.—Rio de Janeiro, em 11 de Abril de 1870.

Ilm. e Exm. Sr.—Declaro a V. Ex., para seu conhecimento e fins convenientes, que ás contas de fornecimentos, que pela Repartição da Guerra forem feitas nessa Provincia ao Ministerio da Marinha, devem acompanhar conhecimentos em fôrma dos mesmos fornecimentos, em vez dos recibos, que se costumão cobrar das pessoas encarregadas de recebê-los; conforme solicita o Sr. Ministro da Marinha em seu Aviso n.º 1983 de 29 de Março proximo passado.

Deus Guarde a V. Ex.—*Barão de Muritiba*.—Sr. Presidente da Provincia de.....

## N. 108.—FAZENDA.—EM 11 DE ABRIL DE 1870.

Remette ás Thesourarias de Fazenda o Decreto n.º 1499 de 2 do corrente, a fim de ser executado do 1.º de Julho em diante.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 11 de Abril de 1870.

O Visconde de Itaboraity, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, remette aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda alguns exemplares do Decreto n.º 1499 de 2 do corrente mez, alterando os direitos taxados em diversos artigos da Tarifa das Alfandegas, a fim de ter execução do 1.º de Julho futuro em diante.

*Visconde de Itaboraity.*

## N. 109.—JUSTIÇA.—AVISO DE 11 DE ABRIL DE 1870.

Ao 2.º Juiz de Paz da Freguezia da Lagôa.—Declara que os Juizes de Paz se substituem mutuamente, sendo o substituto do mais votado o seu immediato em votos.

Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro, em 11 de Abril de 1870.

Em officio de 8 de Março ultimo, de 5 do corrente, consultou Vm. ao Governo Imperial a quem deveria passar a vara, quando tivesse de ser substituido no cargo de 2.º Juiz de Paz da Freguezia da Lagôa, visto terem perdido o lugar o 3.º e o 4.º por falta de juramento.

Em resposta declaro a Vm. que a mencionada consulta está resolvida pelo Aviso de 13 de Julho de 1843, em virtude do qual os Juizes se substituem mutuamente, sendo o substituto do mais votado o seu immediato em votos.

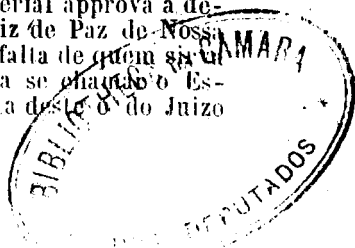
Deus Guarde a Vm.—*Joaquim Octavio Nebias*.—Sr. 2.º Juiz de Paz da Freguezia da Lagôa.

## N. 110.—JUSTIÇA.—AVISO DE 12 DE ABRIL DE 1870.

Ao Presidente da Provincia de Santa Catharina.—Declara que, na falta de quem sirva o officio de Escrivão do Juizo de Paz, deve ser chamado o do Juizo Municipal e na falta deste o do Juizo de Paz do districto vizinho.

Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro, em 12 de Abril de 1870.

Ilm. e Exm. Sr.—O Governo Imperial approva a decisão de V. Ex., declarando ao Juiz de Paz de Nossa Senhora da Gloria do Sahy que, na falta de quem sirva o cargo de Escrivão do Juizo, devia se chamar o Escrivão do Juizo Municipal, e na falta deste o do Juizo





de Paz do districto vizinho, por ser juridica e estar de conformidade com a doutrina do Aviso de 16 de Outubro de 1854; ficando assim respondida a consulta constante do officio de V. Ex., de 21 de Janeiro lido.

Deus Guarde a V. Ex.—*Joaquim Octavio Nebias*.—  
Sr. Presidente da Provincia de Santa Catharina.

N. 441.—FAZENDA.—EM 12 DE ABRIL DE 1870.

Determina que o Decreto n.º 4303 de 9 do corrente seja executado oito dias depois da sua publicação nas Provincias.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 12 de Abril de 1870.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, remette aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, para os devidos effectos, os exemplares do Decreto n.º 4303 de 9 do corrente, dando regulamento para a arrecadação do imposto do sello, a fim de ser executado oito dias depois da publicação nas respectivas Provincias.

*Visconde de Itaborahy.*

N. 442.—FAZENDA.—EM 18 DE ABRIL DE 1870.

Declara extinta a isenção de direitos de consumo concedida as Emprezas do encauamento das aguas, e da illuminação a gaz da Capital da Provincia da Bahia.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 18 de Abril de 1870.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Bahia, em solução á consulta constante do seu officio n.º 527 de 21 de Novembro de

1868, que achando-se concluidas as obras do encanamento das aguas e as da empresa de illuminação a gaz da Capital da mesma Provincia, e em exercicio desde muito as Companhias que a isso se propuzerão, deve-se considerar extincta a isenção de direitos de consumo concedida á primeira das ditas Companhias, pelo art. 19 da Lei n.º 149 de 28 de Setembro de 1853, para os tubos e mais objectos que importasse com destino á construcção dos aqueductos, e á segunda, pelo art. 16 da Lei n.º 1040 de 14 de Setembro de 1859, para os objectos destinados á realisação da empresa.

*Visconde de Itaborahy.*

N. 113.— IMPERIO. — AVISO DE 18 DE ABRIL DE 1870:

Ao Presidente da Provincia do Rio de Janeiro.— Declara que o eleitor de algum districto da Provincia do Rio de Janeiro, que mudar seu domicilio para o Municipio da Côte, não deve ser substituido pelo respectivo supplente.

2.ª Secção.—Ministerio dos Negocios do Imperio.— Rio de Janeiro, em 18 de Abril de 1870.

Illm. e Exm. Sr.—Consultou V. Ex., em officio de 16 de Julho do anno passado, se o eleitor do 2.º, 3.º ou 4.º districtos dessa Provincia, que mudar seu domicilio para o Municipio da Côte, deve ser substituido pelo respectivo supplente.

Ouvida a Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, Houve por bem Sua Magestade o Imperador, por Sua Immediata Resolução de 23 do mez findo, decidir negativamente a questão pelas razões com que fundamentou seu parecer o Relator da dita Secção na consulta do 1.º de Fevereiro ultimo, junta por cópia.

O que communico a V. Ex. para os fins convenientes.

Deus Guarde a V. Ex.— *Paulino José Soares de Sousa.*  
—Sr. Presidente da Provincia do Rio de Janeiro.

**Consulta a que se refere este Aviso.**

Senhor.—Vossa Magestade Imperial foi servido mandar remetter com o Aviso de 27 de Outubro proximo passado a Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado o officio do Presidente da Provincia do Rio de Janeiro de 16 de Julho ultimo, a fim de que ella consulte com seu parecer sobre a seguinte questão: se o eleitor geral ou especial, que se muda da Provincia do Rio de Janeiro para o Municipio neutro, está comprehendido na disposição do art. 63 da Lei n.º 387 de 19 de Agosto de 1846 para o effeito de ser substituido.

A Secção tem a honra de executar a ordem de Vossa Magestade Imperial, começando pela transcripção do officio, que é do teor seguinte:

« Ilm. e Exm. Sr.—Palacio do Governo da Provincia do Rio de Janeiro. Nictheroy, 16 de Julho de 1859.

« Em officio de 17 do mez proximo passado consultou-me o 1.º Juiz de Paz da Freguezia de S. João Baptista de Nictheroy—se para a eleição, a que se vai proceder para preenchimento da vaga que deixou na camara temporaria o Conselheiro Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato, hoje Senador do Imperio, devia ser convocado o Dr. Josino do Nascimento Silva Filho, que mudou seu domicilio para a Córte, ou o seu respectivo supplente, e, no caso de comparecerem ambos ao collegio eleitoral, qual delles devia ser admittido a votar para a organização da mesa, sob sua presidencia interina. E em resposta declarei ao mesmo Juiz de Paz que, á vista do disposto no Aviso n.º 368 de 24 de Novembro de 1859 sobre resolução da Consulta da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, está comprehendido na disposição do art. 63 da lei regulamentar das eleições, para o effeito de ser substituido, o eleitor que tiver transferido seu domicilio desta Provincia para o Municipio neutro: pelo que não deve ser convocado nem admittido a votar para a organização da mesa, quando compareça no collegio eleitoral.

« Levando esta decisão ao conhecimento de V. Ex., rogo a V. Ex. se sirva de esclarecer-me se o eleitor mudado para a Corte, ao qual se refere a consulta do Juiz de Paz de Nictheroy, deve ser substituído também no caso de se proceder, durante a presente legislatura, a uma eleição de Senador, pois que elle é igualmente eleitor especial.

« A Lei de 19 de Agosto de 1846, no art. 74, comprehendem o Municipio Neutro na Provincia do Rio de Janeiro para os effeitos eleitoraes, excluindo-o apenas na eleição de Deputados Provinciaes; ainda foi elle assim considerado no Decreto n.º 1828 do 1.º de Outubro de 1856, art. 1.º, que dividiu esta Provincia em doze districtos, e no Decreto n.º 2638 de 5 de Setembro de 1860, art. 1.º, que a dividiu em quatro districtos, concorrendo todos os districtos simultaneamente para a eleição do mesmo Senador. Parece-me pois que a mudança de um eleitor desta Provincia para o 1.º districto, tanto importa como para qualquer outro: entretanto o Governo Imperial resolverá como fór mais acertado.

« Deus Guarde a V. Ex.—Illm. e Exm. Sr. Con-  
« selheiro Paulino José Soares da Sousa, Ministro e  
« Secretario de Estado dos Negocios do Imperio.—  
« *Diogo Teixeira de Macedo.* »

Entrando no exame da questão a Secção tem a honra de expôr o seguinte:

O art. 65 da lei regulamentar das eleições dispõe:

« Nenhum eleitor poderá votar senão no collegio eleitoral em cujo circulo estiver a freguezia pela qual foi eleito.

« Não se chamará supplente senão para substituir o eleitor que tiver fallecido ou mudado seu domicilio para fóra da Provincia ou que, por ausente della, se ache inhibido de comparecer no dia da eleição. »

A chamada de supplente, á vista deste artigo, só tem lugar: 1.º no caso de fallecimento do eleitor; e 2.º no de ter este mudado seu domicilio *para fóra da Provincia.*

Toda a questão versa portanto sobre—se a Corte, eleitoralmente considerada, fórma parte da Provincia do Rio de Janeiro.

Nenhuma duvida houve sobre este ponto antes da promulgação da Lei n.º 842 de 19 de Setembro de 1855.

Até então os eleitores do Município da Córte votavam tanto para Senadores, como para Deputados da Província do Rio de Janeiro. Não concorrião para a eleição de membros da Assembléa Legislativa da mesma Província, porque o Acto addicional assim o determinou no art. 1.º

Depois da promulgação daquella lei, o Aviso n.º 368 de 24 de Novembro de 1839, expedido para execução da Imperial Resolução tomada sobre consulta da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, declarou:

« Que está comprehendido na disposição do art. 65 da lei regulamentar das eleições, para o effeito de ser substituído, o eleitor que tiver transferido o seu domicilio da Província do Rio de Janeiro para o Município da Córte, visto que este não fórma parte daquella, e a Lei n.º 842 de 19 de Setembro de 1853, que alterou a de 19 de Agosto de 1846, fez no § 16 do art. 1.º uma separação completa e perfeita entre os districtos eleitoraes da Província do Rio de Janeiro e da Córte, devendo por consequencia cessar a decisão do Aviso n.º 277 de 25 de Novembro de 1851, que é de data anterior áquella lei, no qual se declarou, em circumstancia identica, que devia ser convocado para uma eleição um eleitor de Nictheroy mudado para a Córte. »

O Relator, implorada a necessaria venia, vai respeitosamente expór os motivos, pelos quaes acredita que não devia ter sido revogada a disposição do citado Aviso de 1851, n.º 277, e que cumpre restabelece-la.

A Lei n.º 842 de 1853, que dividiu as Províncias em tantos districtos eleitoraes, quantos os seus Deputados, assim como a de n.º 1082 de 18 de Agosto de 1860, que dividiu as Províncias em districtos eleitoraes de tres Deputados cada um, respeitárão o principio de que, com a excepção indicada, a Córte, eleitoralmente considerada, faz parte da Província do Rio de Janeiro.

Este principio foi formalmente estabelecido no art. 1.º do Acto addicional, quando diz: « A autoridade da Assembléa Legislativa da *Província em que estiver a Córte* não comprehenderá a mesma Córte nem o seu Município. »

E' assim que o Decreto n.º 1828 do 1.º de Outubro de 1856 expedido em execução da Lei n.º 842, e o Decreto n.º 2638 de 5 de Setembro de 1860, expedido em execução da Lei n.º 1082, dividindo em dis-

trictos eleitoraes a Provincia do Rio de Janeiro, considerárão os da Córte como os primeiros da mesma Provincia.

O Decreto n.º 1828 diz no art. 1.º: « *A Provincia do Rio de Janeiro fica dividida em 12 districtos eleitoraes.* »

O Decreto n.º 2638 diz no art. 1.º: « *A Provincia do Rio de Janeiro fica dividida em quatro districtos eleitoraes.* »

Tanto um como outro incluem os districtos eleitoraes da Córte entre os da Provincia do Rio de Janeiro.

Ora, a mudança do eleitor de um para outro districto não autoriza a chamada do respectivo supplente. Esta chamada só se dá quando a mudança é de uma para outra Provincia.

A Córte, eleitoralmente considerada, está na Provincia do Rio de Janeiro (art. 1.º do Acto Adicional).

A mudança do primeiro para o segundo, terceiro ou quarto districtos da mesma Provincia ou vice-versa não está comprehendida na de que trata o art. 65 da lei regulamentar das eleições.

A Córte é presentemente o 1.º districto eleitoral da Provincia do Rio de Janeiro. Só não tem, como os outros districtos, o direito de concorrer para a formação da Assembléa Legislativa da mesma Provincia. Mas não o tem por expressa disposição da lei.

Não se encontra na legislação fundamento nenhum para considerar a Córte uma Provincia distincta. Os seus eleitores são, e não podem deixar de ser, á vista do art. 90 da Constituição, eleitores de Provincia. De que Provincia? Da do Rio de Janeiro, onde está a Córte. Não se considera portanto mudado de Provincia o eleitor de Nictheroy, que transfere seu domicilio para a Córte. Não pôde a sua mudança autorizar a substituição pelo respectivo supplente.

Não sendo assim, seguir-se-hia que o mesmo cidadão, sendo a um tempo eleitor geral e eleitor especial de Senador, considerar-se-hia no primeiro caso mudado, e no segundo não. No primeiro caso chamar-se-hia o supplente para o substituir, no segundo não. Mas, se está mudado n'um caso, deve estar no outro. Em ambos a questão tem de ser decidida pelo art. 65 da Lei de 19 de Agosto de 1846. A razão de decidir é a mesma, a decisão não pôde ser differente. De outra sorte teríamos o absurdo do *simul esse et non pesse*.

Entende portanto o Relator que a decisão Primeira do Aviso n.º 368 de 24 de Novembro de 1859 deve ser

alterada por outra, em que se mantenhão os principios que ficão estabelecidos, e que, em seu conceito, são os verdadeiros.

Releva acrescentar: o Aviso n.º 386 de 1859 diz que a Lei n.º 842 de 1853, que alterou a de 19 de Agosto de 1846, faz no § 16 do art. 1.º *uma separação completa e perfeita* entre os districtos eleitoraes da Provincia do Rio de Janeiro e da Côte. Da analyse do art. 1.º § 16 da Lei n.º 842 tira a Secção diversa consequencia.

Ahi se diz: « A Assembléa Provincial do Rio de Janeiro terá tantos membros quantos derem os seus districtos á razão de cinco, exceptuados o districto ou districtos da Côte e seu Municipio. »

Se estes districtos nada tivessem de commum com os outros de que trata o § 16, a que vinha a excepção? Que necessidade havia de fazel-a?

Concluindo, o Relator resolve a questão negativamente: « O eleitor geral ou especial, que se muda dos districtos da Provincia do Rio de Janeiro, que estão fóra do Municipio Neutro, para os districtos sitos dentro do mesmo Municipio, não está comprehendido na disposição do art. 65 da lei regulamentar das eleições, para o effeito de ser substituido. »

E' este o seu parecer, em consequencia do qual não deve mais vigorar a disposição do Aviso n.º 368 de 24 de Novembro de 1859.

A maioria da Secção, composta dos Conselheiros de Estado Bernardo de Souza Franco e Marquez de Olinda, entende que não ha fundamento legal para alterar a Resolução Imperial da consulta de 22 de Outubro de 1859, que declarou que a mudança de um eleitor, que reside na Provincia do Rio de Janeiro, para o Municipio da Côte, dá direito para chamar-se o seu supplente:

O art. 65 da lei regulamentar das eleições é muito expresso, quando diz « ou mudado seu domicilio para fóra da Provincia. » E, sendo o quesito do Aviso Imperial de 27 de Outubro proximo passado: « Se o eleitor geral ou especial, que se muda da Provincia do Rio de Janeiro, para o Municipio Neutro, está comprehendido na disposição do art. 65 da lei para o effeito de ser substituido », traz elle comsigo a sua resposta affirmativa nas palavras « que se muda da Provincia do Rio de Janeiro para o Municipio Neutro. »

Sem contestação possivel o Municipio da Côte está separado da Provincia do Rio de Janeiro e não faz parte della para nenhum acto administrativo. Logo, o eleitor que se muda da Provincia do Rio de Janeiro

para o Municipio da Córte, muda de Provincia, muda o domicilio e está comprehendido nos termos do art. 63 citado.

E' certo que o art. 1.º do Acto Adicional diz « que a autoridade da Assembléa Legislativa da *Provincia em que estiver a Córte...* »; e que dahi se quer concluir que a Córte do Imperio está na Provincia do Rio de Janeiro.

Mas tambem o mesmo primeiro artigo diz *em todas as Provincias* se estabelecerão Assembléas Provinciaes; e, se a da Provincia do Rio de Janeiro não tem autoridade sobre o Municipio da Córte, fica entendido que este não faz parte daquella.

De facto o Municipio da Córte e a Provincia do Rio de Janeiro estão totalmente separados, e aquelle nada tem de commum com esta e nem faz parte desta. E a separação é tão completa, que pela Lei de 1846 os actos electoraes são no Municipio da Córte dirigidos pelo Governo Imperial e não pelo Presidente da Provincia do Rio de Janeiro, o que foi de novo regulado no § 10 do art. 1.º do Decreto Legislativo n.º 1082 de 18 de Agosto de 1860.

E, se de alguns dos decretos e regulamentos do Governo se podem tirar algumas illações em contrario, o que se segue é que estes são os que devem ser reformados e postos de accôrdo com as leis.

Conclue pois, pela affirmativa, que o eleitor geral ou especial, que muda seu domicilio da Provincia do Rio de Janeiro para o Municipio da Córte, está comprehendido na disposição do art. 63 da Lei n.º 387 de 19 de Agosto de 1846.

Vossa Magestade Imperial resolverá como houver por bem.

Sala das Conferencias da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, em o 1.º de Fevereiro de 1870.—*Visconde de Sapucahy*.—*Bernardo de Souza Franco*.—Foi voto o Conselheiro de Estado *Marquez de Olinda* na maioria.—*Visconde de Sapucahy*.

#### RESOLUÇÃO.

Como parece ao Conselheiro Viscondé de Sapucahy.

Paço, em 23 de Março de 1870.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Paulino José Soares de Sousa.*





N. 111.—IMPERIO.—EM 19 DE ABRIL DE 1870.

Ao Presidente da Provincia de S. Pedro.—Declara que é motivo de nullidade de eleição ser feita a substituição de mesarios por modo diverso do que estabelece o art. 29 das Instrucções de 31 de Dezembro de 1868, na hypothese a que se refere este artigo.

2.ª Secção.—Ministerio dos Negocios do Imperio.  
Rio de Janeiro, em 19 de Abril de 1870.

Illm. e Exm. Sr.—Sua Magestade o Imperador, a quem foi presente o officio n.º 39 de 14 de Julho do anno passado, em que V. Ex. participa ter annullado a eleição de Vereadores e Juizes de Paz effectuada em Maio do mesmo anno na Parochia de Nossa Senhora da Conceição do Arroio, do Municipio de igual nome; Houve por bem, ouvida a Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, confirmar o acto de V. Ex. á vista das seguintes irregularidades que se derão na sobredita eleição e constão das actas e documentos que acompanharão aquelle officio :

1.ª Terem sido os substitutos dos mesarios João de Oliveira Lima e Diogo de Araujo Quadros, que não comparecerão no 3.º dia, nomeados unicamente pelo Juiz de Paz presidente da mesa, e não por eleição dos tres mesarios presentes, como dispõe o art. 29 das Instrucções de 31 de Dezembro de 1868;

2.ª Terem sido inutilizadas as cédulas antes de lavrada e assignada a acta da apuração, escripta em casa particular, pelo que não quiz assignal-a o Juiz de Paz presidente; deixando estas faltas, por sua natureza suspeitar a existencia de fraude no processo da apuração.

Haja V. Ex. portanto de mandar proceder a nova eleição de Vereadores e Juizes de Paz na Parochia de que se trata, e á de Vereadores sómente na de S. Domingos das Torres do mesmo Municipio, a qual, como V. Ex. informa, não contém a maioria dos cidadãos do Municipio.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza*.  
—Sr. Presidente da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul.

---

## N. 115.—FAZENDA.—EM 19 DE ABRIL DE 1870.

As certidões extrahidas de livros ou documentos findos pagão de busca 500 réis por anno, e este emolumento deve ser cobrado de todos os annos a contar do seguinte áquelle em que os papeis ou livros estiverem findos, excluindo-se o em que se passar a certidão.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 19 de Abril de 1870.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector, da Thesouraria de Fazenda do Pará, em resposta ao seu officio n.º 78 de 17 de Junho ultimo, que não procedeu regularmente decidindo que devia subsistir o termo de 20 annos como limite á contagem das buscas para cobrança dos emolumentos das certidões extrahidas de livros ou documentos findos; porquanto o § 108 da tabella annexa ao Decreto n.º 4356 de 24 de Abril de 1869, que trata de taes emolumentos, não contém a clausula limitativa da Lei de 4 de Outubro de 1844, art. 41, e aquelle Decreto, expedido em virtude de autorização legislativa, dispõe no art. 10 que ficão revogadas as disposições em contrario.

Cumpre, pois, que o Sr. Inspector, revogando a sua decisão, determine que as buscas sejam d'ora em diante cobradas de todos os annos a contar do seguinte áquelle em que os papeis e livros se acharem findos, excluindo-se o em que se passar a certidão.

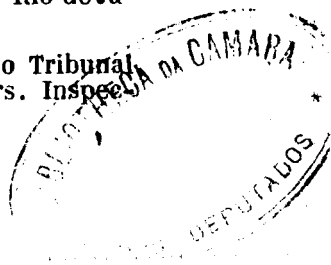
*Visconde de Itaborahy.*

## N. 116.—FAZENDA.—EM 22 DE ABRIL DE 1870.

Determina que continue a ser observada a Circular de 11 de Janeiro deste anno, não obstante ter de principiar de Julho proximo futuro a execução das alterações feitas á Tarifa das Alfandegas.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 22 de Abril de 1870.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara aos Srs. Inspectores



tores das Thesourarias de Fazenda, a fim de que o fação constar aos das Alfandegas, para os fins convenientes, que, não obstante ter de principiar de Julho proximo futuro em diante a execução das alterações á Tarifa, que baixarão com o Decreto n.º 4499 de 2 do corrente, deve continuar a ser observado o disposto na Circular de 11 de Janeiro deste anno, a respeito da cobrança dos direitos da carne secca (xarque) e do bacalhão.

*Visconde de Itaborahy.*

---

N. 117.—IMPERIO.—EM 23 DE ABRIL DE 1870.

Ao Presidente da Provincia da Bahia.—Declara que não ha incompatibilidade entre os cargos de Contador e Partidor e o de Procurador da Camara Municipal.

2.ª Secção.—Ministerio dos Negocios do Imperio.—Rio de Janeiro, em 23 de Abril de 1870.

Illm. e Exm. Sr.—Consultou o Presidente da Camara Municipal da villa de Ilhéos se podia o Procurador, o qual é tambem Contador e Partidor, defender perante os Juizes do termo os interesses da mesma Camara, não obstante a doutrina dos Avisos de 7 de Março de 1862 e 25 de Fevereiro de 1864, que estabelecerão a incompatibilidade do officio de Advogado com os de Contador e Partidor.

O antecessor de V. Ex., dando solução á consulta, decidiu que os Juizes do sobredito termo não podião prohibir que o referido Procurador defendesse os interesses da Camara na conformidade do § 3.º do art. 81 da Lei do 1.º de Outubro de 1828; e que, não obstante haver incompatibilidade dos cargos de Partidor e Contador, que elle igualmente occupa, com o exercicio da Advocacia, contudo, não estando determinada a do de Procurador da Camara com os de Contador e Partidor, não podemos Presidentes de Provincia declarar-a á vista do disposto nos Avisos de 7 de Agosto de 1860 n.º 330, e de 7 de Fevereiro de 1861 n.º 64.

Ouvida a Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, foi de parecer que a decisão dessa Presidencia está no caso de ser approvada.

Conformando-se Sua Magestade o Imperador com este parecer, por Sua Immediata Resolução de 23 do mez findo, Houve por bem mandar declarar que, não existindo incompatibilidade entre os cargos de Contador e Partidor e o de Procurador da Camara Municipal, não se pôde tolher que este, em cumprimento do dever que lhe impõe o § 3.º do art. 81 da citada lei, defenda os direitos da Camara perante as autoridades e justicas ordinarias, nos termos do Aviso n.º 513 de 5 de Novembro de 1862.

O que communico a V. Ex. para os fins convenientes.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Sousa*.  
—Sr. Presidente da Provincia da Bahia.

#### N. 118.—FAZENDA.—EM 25 DE ABRIL DE 1870

Indefere uma reclamação dos negociantes e empregados do fóro da Capital do Ceará concernente á arrecadação do sello do papel e venda de estampilhas.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 25 de Abril de 1870.

Ilm. e Exm. Sr.—Communico a V. Ex., para os fins convenientes, que a reclamação dos negociantes e empregados do fóro da Capital dessa Provincia contra a ordem do Thesouro n.º 11 do 1.º de Fevereiro ultimo, que transferiu da Repartição do Correio para a Alfandega a arrecadação do sello do papel e venda das estampilhas, foi indeferida por despacho de 11 do corrente mez, pois que a arrecadação do sello por qualquer fórma, inclusive a venda de estampilhas, não pôde nessa Provincia deixar de estar a cargo da Alfandega em virtude do art. 44 do Regulamento de 17 de Abril do anno passado; carecendo de fundamento a allegação dos recla-

mantas de estar a Alfandega distante do centro do commercio, porque o art. 28 do citado Regulamento permite a venda de estampilhas em casas particulares para isso devidamente autorizadas.

Deus Guarde a V. Ex.—*Visconde de Itaboraahy*.—A S. Ex. o Sr. Presidentê da Provincia do Ceará.

N. 149.—AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.—EM 23 DE ABRIL DE 1870.

Dá instrucções para o Engenheiro Eduardo José de Moraes proseguir nos trabalhos da estrada D. Francisca.

N. 27. — 2.<sup>a</sup> Secção.—Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.—Rio de Janeiro, em 23 de Abril de 1870.

Tendo sido dispensado o Engenheiro Francisco Antonio Pimenta Bueno da direcção dos trabalhos da estrada que da colonia D. Francisca, na Provincia de Santa Catharina, se dirige á do Paraná, tenho nesta data resolvido nomear Vm. em sua substituição, convindo que com a maxima brevidade siga para seu destino.

Pelos Avisos de Instrucção de 7 de Dezembro de 1868 e 12 de Agosto do anno passado, que Vm. encontrará por cópia junta a este aviso, comprehenderá a natureza e extensão dos trabalhos, que são commettidos á sua actividade e zelo.

Convindo, porém, ser mais explicito a respeito de certos pontos, no proprio interesse da commissão e da marcha regular do serviço, declaro-lhe o seguinte:

1.<sup>o</sup> Em tudo quanto disser respeito aos trabalhos da estrada, deverá dirigir-se Vm. ou a esta Secretaria de Estado ou á Presidencia da Provincia do Paraná.

2.<sup>o</sup> Para auxiliar-o nos trabalhos de sua commissão, servirá sob suas ordens o ajudante, que foi do Engenheiro Pimenta Bueno, Horacio de Magalhães, o qual na sua ausencia ficará incumbido de ir dando cumprimento a uma parte das suas instrucções, principal-

mente no que diz respeito aos reparos da estrada, na parte já construída.

3.º Não convindo preterir os trabalhos da construção da estrada do Corrego Secco até à Encruzilhada, pelo do levantamento das plantas, que se pôde hir com mais vagar executando, seu primeiro cuidado ao chegar á colonia D. Francisca será percorrer a estrada entre estes dous pontos, e verificar, se o traçado escolhido pôde ser definitivo, ou carece de rectificação. Todos os trabalhos technicos relativos a esta estrada encontrará Vm. em poder do seu ajudante, Horacio de Magalhães.

4.º Reconhecendo que não ha traçado melhor, e que o escolhido pôde com vantagem ser adoptado, organizará as diversas turmas de irabalhadores e proseguirá na abertura do caminho, sem prejuizo dos reparos, a que se estão procedendo na parte já construída, para o que foi decretado credito especial.

5.º Assumindo tambem a direcção dos trabalhos de reparação, dar-lhe-ha a organização, que mais conveniente fôr, a fim de que fiquem terminados no menor tempo, que fôr possível, e possa concentrar toda a sua força e actividade de trabalho nas obras novas da abertura do caminho.

6.º Se o credito de 10:000\$000, que se mandou pôr á disposição da Presidencia do Paraná para as obras da reparação, fôr insufficiente, officiará logo, exigindo o maximo do credito, que lhe parecer necessario.

7.º Tambem distribuiu-se credito á Provincia do Paraná, na hypothese de começarem neste exercicio as obras do prolongamento da estrada; mas estando este a terminar, será um dos seus primeiros cuidados indicar o credito, de que carecer no exercicio futuro para as obras que vai emprehender até á Encruzilhada.

8.º Nos trabalhos, de que se trata, serão exclusivamente empregados os colonos de D. Francisca. Vm. os requisitará do respectivo director, sempre que fôr preciso, sendo conveniente dar emprego ao maior numero, que as obras puderem admittir.

9.º Organizados e em andamento os trabalhos da estrada procurará dar Vm. cumprimento á ultima parte das Instrucções de 12 de Agosto de 1869 no menor tempo que lhe fôr possível. Na sua ausencia deixará as precisas instrucções ao seu ajudante Horacio de Magalhães, a fim de poder sem difficuldade e embaraços haver-se na direcção do serviço.

- 10. As contas das despesas, que fizer, serão por Vm. ou pelo seu ajudante prestadas na Thesouraria da Fazenda do Paraná.

11. Logo que chegar á colonia D. Francisca dará cópia destas Instrucções ao respectivo director.

Deus Guarde a Vm.—*Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque*.—Sr. Engenheiro Eduardo José de Moraes.

---

N. 120.—FAZENDA.—EM 26 DE ABRIL DE 1870.

As procurações para a venda de escravos estão sujeitas ao sello fixo de 200 réis, e os substabelecimentos das mesmas á taxa de 20\$000 se tratarem de um só escravo.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 26 de Abril de 1870.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia de Sergipe, em resposta ao seu officio n.º 10 de 4 de Fevereiro ultimo, que approva a deliberação, que tomou, de mandar restituir a José Rodrigues de Barros Lima a quantia de 59\$400, indevidamente paga, e liquida de 600 réis do sello a que unicamente estavam sujeitas as tres procurações nas quaes o dito Barros Lima conferia poderes a um negociante da Bahia para promover a venda de tres escravos seus, visto que o Regulamento de 17 de Abril de 1869, exige o sello fixo de 200 réis genericamente pelas procurações e *apud-acta*, e o de 20\$000 especificadamente pelos substabelecimentos das que outorgarem poderes para a venda de escravos; e bem assim de determinar ao Collector da cidade de Maroim que recolhesse aos cofres publicos a quantia de 14\$850, igual á de 25 %<sub>o</sub>, que lhe havia tocado e ao seu Escrivão pela cobrança indevidamente feita do citado sello.

*Visconde de Itaborahy.*

---

## N. 121. — FAZENDA. — EM 27 DE ABRIL DE 1870

O Empregado <sup>6</sup>aposentado tem direito ao seu <sup>do</sup>vencimento, quando mesmo — como Official da Guarda Nacional — esteja percebendo vantagens por serviços que a dita Guarda é obrigada a prestar.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, em 27 de Abril de 1870.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia do Amazonas, para os fins convenientes, em resposta ao officio n.º 26 de 7 de Fevereiro ultimo, que bem procedeu mandando abonar ao Inspector aposentado da mesma Thesouraria, Alvaro Botelho da Cunha, o ordenado a que tem direito, não obstante achar-se percebendo as vantagens de Capitão da Guarda Nacional commandando o destacamento de Santo Antonio do Rio Madeira, visto não exercer nesta qualidade emprego ou commissão propriamente dita, e estar a esse serviço de natureza especial obrigado pela Lei, como Official da Guarda Nacional; pelo que não lhe é applicavel a disposição do art. 17 do Decreto n.º 4153 de 6 de Abril de 1868, que teve por fim obstar que os Empregados uma vez aposentados pudessem voltar ao serviço em novos empregos ou commissões civis.

*Visconde de Itaborahy.*

---

## N. 122. — FAZENDA. — EM 28 DE ABRIL DE 1870.

A revalidação dos livros que não se acharem rubricados, só têm lugar quanto ás folhas em que houver escripturação, devendo-se cobrar o sello simples das que estiverem em branco.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, em 28 de Abril de 1870.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo em vista o officio do Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia do Maranhão de 31



de Janeiro do corrente anno, a que acompanhou a representação que lhe fôra dirigida por José Ferreira da Silva Junior, na qualidade de Curador Fiscal da massa fallida do negociante Pedro Luiz de Azevedo Troça, sobre o objecto de haver levado ao Tribunal do Commercio para ser sellado, de conformidade com o disposto no § 6.º do art. 44 do Regulamento de 17 de Abril do anno passado, o livro — Diario — do sobredito negociante, e de querer o referido Tribunal revalidar todas as folhas do dito livro, inclusive as folhas em branco, apesar de não se achar elle rubricado; declara ao dito Sr. Inspector que confirma a decisão que deu a mesma Thesouraria á mencionada representação, declarando que o sello do referido livro — Diario — fosse cobrado como determina o Aviso deste Ministerio n.º 369 de 26 de Novembro de 1859; isto é, que fosse revalidado quanto ás folhas em que houvesse escripturação, devendo-se cobrar o sello simples das que estivessem em branco.

*Visconde de Itaborahy.*

---

N. 123. — FAZENDA. — EM 2 DE MAIO DE 1870.

Providencia para a substituição das antigas moedas de cobre.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, em 2 de Maio de 1870.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, ordena aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda que vão substituindo as antigas moedas de cobre, que forem recebidas pelas mesmas Thesourarias, pelas de bronze, não emittindo de novo as primeiras senão em absoluta falta das segundas.

Os Srs. Inspectores das Thesourarias das Províncias maritimas deverão remetter ao Thesouro de res em tres mezes as moedas de cobre que forem assim arrecadadas, e as das demais Províncias

communicarão trimensalmente quæes as sommas que em taes moedas existirem em seus cofres, a fim de se providenciar como fôr conveniente sobre o seu transporte.

Para que não haja falta de moedas de bronze para a operação ora determinada, os Srs. Inspectores deverão realamar em tempo as sommas que dellas precisarem para semelhante fim.

*Visconde de Itaborahy.*

---

N. 124.—FAZENDA.—EM 2 DE MAIO DE 1870.

Restabelece a disposição da advertencia 2.<sup>a</sup> da tabella annexa á Lei n.º 243 de 30 de Novembro de 1844, e regula o modo pratico de se levarem a effeito os descontos de que trata a mesma advertencia.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. Rio de Janeiro, em 2 de Maio de 1870.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, transmitta aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, para que tenha a devida execução, o Aviso desta data, abaixo transcripto, restabelecendo a disposição da advertencia 2.<sup>a</sup> da tabella annexa, á Lei n.º 243 de 30 de Novembro de 1844, e regulando ao mesmo tempo o modo pratico de se levarem a effeito os descontos de que trata a mesma advertencia, no acto do pagamento dos vencimentos dos Empregados.

*Visconde de Itaborahy.*

**Aviso a que se refere a Circular supra.**

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 2 de Maio de 1870.

Illm. e Exm. Sr.—Em resposta ao officio de V. Ex. n.º 31 de 3 de Novembro ultimo, cabe-me declarar-lhe que, com quanto seja expresso na ad-

advertencia 2.<sup>a</sup> da tabella annexa á Lei de 30 de Novembro de 1844, que o pagamento dos direitos de que trata a 4.<sup>a</sup> parte da mesma tabella se realise por descontos mensaes, durante o primeiro anno do vencimento, nas pagadorias e Estações Publicas; todavia é certo que na Córte e em muitas Provincias, por pratica desde muito admittida e sustentada pelo Thesouro, os direitos de 5 % sobre os vencimentos dos Empregados civis e outros, e os de 30 % sobre os de Justiça e Ecclesiasticos, percebidos dos cofres geraes, tem sido pagos nas Recebedorias e Estações de arrecadação, sempre em prestações pela duodecima parte do imposto annual: e assim bem procedeu o Inspector da Thesouraria de Fazenda dessa Provincia, determinando que pela Alfandega se effectuasse a arrecadação de taes direitos.

Entretanto, como a alludida pratica não tenha produzido bons resultados e convenha por isso alteral-a fazendo-se effectiva a disposição da supracitada advertencia 2.<sup>a</sup> da tabella de 1844; nesta data expeço ordem restabelecendo-a, e regulando ao mesmo tempo o modo pratico de se levarem á effecto os descontos no acto do pagamento dos vencimentos; e dessa ordem remetto a V. Ex. o exemplar junto, para seu conhecimento e fins convenientes.

Deus Guarde a V. Ex.—*Visconde de Itaborahy*.—  
A' S. Ex. o Sr. Presidente da Provincia do Amazonas.

**Instrucções para a arrecadação dos direitos de 5 % dos vencimentos dos Empregados civis e outros, e os de 30 % dos de Justiça e Ecclesiasticos.**

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 2 de Maio de 1870.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, no intuito de melhorar a arrecadação dos direitos de 5 % dos vencimentos dos Empregados Civis e outros, e os de 30 % dos de Justiça e Ecclesiasticos, que são pagos pelos Cofres geraes, determina que, revogada a pratica até agora seguida a tal respeito, se observe a disposição da advertencia 2.<sup>a</sup> da tabella annexa á Lei

n.º 243 de 30 de Novembro de 1841, de accôrdo com as seguintes instrucções :

1.ª Os direitos que forem devidos, em virtude da referida tabella, de vencimentos pagos pelos cofres geraes, serão d'orá em diante arrecadados nas proprias Repartições pagadoras, por descontos mensaes durante o primeiro anno da percepção de taes vencimentos, na razão da duodecima parte dos ditos direitos, conforme a citada advertencia 2.ª da mesma tabella.

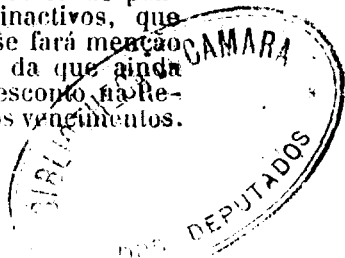
2.ª Quando se abrir assentamento no Thesouro e Thesourarias dos titulos de vencimento, se lançará na Folha respectiva nota especial da importancia dos direitos de um anno a deduzir, indicando-se a quota exigivel mensalmente, e o mez em que ha de cessar a deducção. A quota mensal dos direitos não soffrerá alteração, ainda no caso de ser o vencimento pago com abatimento por qualquer outro motivo.

3.ª Emquanto durar o desconto, só se pagará o vencimento liquido dos direitos, e o producto destes será carregado na receita do respectivo Thesoureiro ou Pagador, e escripturado nos balanços como prescreve a Ordem Circular n.º 61 de 19 de Novembro de 1867. Nas quitações que as partes assignarem se fará declaração da importancia total do vencimento, da quota do desconto, e do liquido pagavel, segundo as verbas lançadas na Folha pela Secção de assentamento.

4.ª E' permittido aos contribuintes saldar o seu debito antes de doze mezes, por descontos de quantias excedentes á duodecima parte dos direitos, se assim lhes convier.

5.ª Logo que se completar a arrecadação dos direitos, os interessádos apresentarão os seus titulos na referida Secção, para nelles se averbar a importancia recebida com declaração da Repartição em que se fez o desconto, sua quota mensal, e mez em que teve lugar. Estas verbas serão datadas e assignadas pelo chefe competente.

6.ª Nas guias que se expedirem em favor de pensionistas e funcionarios activos e inactivos, que não estiverem quites dos direitos, se fará menção da quantia arrecadada por conta, e da que ainda restarem, a fim de proceder-se ao desconto na Repartição em que passarem a receber os vencimentos.



7.<sup>a</sup> Os direitos actualmente em divida serão desde já notados nas Folhas, e cobrados na fôrma acima determinada.

8.<sup>a</sup> A's Recebedorias e outras Estações de arrecadação só competirá, d'ora em diante, arrecadar os direitos dos titulos de funcionarios que não perceberem vencimentos dos cofres publicos.

*Visconde de Itaborahy.*

N. 125.—FAZENDA.—EM 3 DE MAIO DE 1870.

Dá provimento ao recurso de um Empregado da Alfandega da Cidade do Rio Grande a respeito do sello e emolumentos da sua nomeação.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 3 de Maio de 1870.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de S. Pedro, para seu conhecimento e devidos effeitos, que o mesmo Tribunal :

Visto o recurso interposto pelo 1.<sup>o</sup> Escriptuario da Alfandega da Cidade do Rio Grande Manoel Augusto de Figueiredo, da decisão da Thesouraria que o obrigou a pagar o sello e emolumentos da sua nomeação para o referido lugar pelos novos Regulamentos n.<sup>os</sup> 4354 e 4356 de 17 e 24 de Abril do anno passado ;

Visto o officio n.<sup>o</sup> 274 de 22 de Novembro ultimo e papeis annexos, com que o Sr. Inspector informou o recurso, dos quaes consta que o recorrente, nomeado por Decreto de 26 de Agosto de 1868, entrára em exercicio a 11 de Setembro, e que no dia seguinte a Alfandega enviára á Thesouraria o Decreto para o competente assentamento; que dependendo este de certos esclarecimentos relativamente aos direitos devidos pelas anteriores nomeações, os exigira a Thesouraria, sendo entretanto abonados na Alfandega ao recorrente

os seus vencimentos, contra o preceito do art. 113 § 2.º do Regulamento de 26 de Dezembro de 1860, pois que só a 23 de Agosto de 1869 effectuou elle o pagamento dos supracitados impostos, verificando-se a inclusão do seu nome na folha da Thesouraria a 23 de Setembro subsequente:

Resolveu dar provimento ao mesmo recurso: por quanto, uma vez que o titulo de nomeação foi remetido em tempo para o assentamento, bem cobrados forão os emolumentos e sello pelas tabellas de 19 de Abril de 1844 e 26 de Dezembro de 1860, por serem as que vigoravão quando teve lugar a nomeação; não procedendo o argumento da demora na satisfação dos impostos de que se trata, por não provir ella só do recorrente, mas tambem da Thesouraria que teve necessidade de esclarecer-se; nem podendo ser objecto de duvida o abono dos vencimentos antes de aberto o assentamento, porque nas Repartições de fóra das Capitães não é possível demorar-se tal abono enquanto se abre nas Thesourarias o assentamento dos titulos; devendo considerar-se preenchida essa exigencia da lei, logo que os mesmos titulos lhes são enviados para esse fim.

*Visconde de Itaborahy.*



N. 126.—FAZENDA.—EM 3 DE MAIO DE 1870.

Sobre a exportação para os portos do Imperio dos generos de produção da Provincia de Mato Grosso.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 3 de Maio de 1870.

Ilhm. e Exm. Sr.—A bem da regularidade do serviço, sirva-se V. Ex. dar as convenientes ordens para que a Collectoria de Albuquerque, se já estiver installada e em exercicio, faça acompanhar de guia todos os generos de produção dessa Provincia, que dahi forem exportados com destino a qualquer dos portos do Imperio com escala pelos das Republicas do Prata.

No caso, porém, de que não esteja ainda installada a referida Repartição, V. Ex. se servirá requisitar do Consul do Brasil em Assumpção, no Paraguay, que vise e rubrique os conhecimentos de carga de taes generos, que lhe deverão ser para esse fim apresentados pelos Capitães ou Mestres das embarcações em que forem carregados em algum dos portos dessa Província com semelhante destino.

Deus Guarde a V. Ex. — *Visconde de Itaborahy*. — A V. Ex. o Sr. Presidente da Provincia de Mato Grosso.



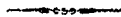
N. 127. — JUSTIÇA. — AVISO DE 3 DE MAIO DE 1870.

do Ministro da Guerra. — Firma a competencia do Ministerio da Justiça para marcar prazo e ajuda de custo á um Juiz de Direito nomeado Auditor de Guerra.

Ministerio dos Negocios da Justiça. — Rio de Janeiro, em 3 de Maio de 1870.

Ilm. e Exm. Sr. — Tenho a honra de communicar a V. Ex. que ao Juiz de Direito Manoel de Araujo Cunha, nomeado por Decreto de 4 de Março deste anno Auditor de Guerra da Córte, foi marcado o prazo de tres mezes e a ajuda de custo de 400\$000 para assumir o exercicio das respectivas funcções.

Deus Guarde a V. Ex. — *Joaquim Octavio Nebias*. — Sr. Barão de Muritiba.



## N. 128. — JUSTIÇA. — AVISO DE 14 DE MAIO DE 1870.

Ao 2.º Juiz de Paz da Freguezia da Lagôa. — Declara que as Instrucções de 13 de Dezembro de 1832 regulão o modo de preencher os lugares de Juiz de Paz, quando não houver quatro juramentados.

Ministerio dos Negocios da Justiça. — Rio de Janeiro, em 14 de Maio de 1870.

Respondendo o officio de Vm., de 14 de Abril ultimo, em que reclama providencias sobre a falta de preenchimento do cargo de Juiz de Paz dessa Freguezia, visto acharem-se juramentados sómente dous Juizes, cabe-me declarar-lhe que á Illustrissima Camara Municipal compete esse Juizo representar; a fim de, realizada a hypothese das Instrucções de 13 de Dezembro de 1832, serem ellas cumpridas, na conformidade do Aviso n.º 67 de 21 de Abril de 1838, e n.º 147 de 20 de Junho de 1859, que mandão, em casos analogos, recorrer ao principio geral estabelecido naquellas Instrucções, sendo a doutrina do Aviso de 16 de Julho de 1843 applicavel aos impedimentos meramente temporarios.

Deus Guarde a Vm. — *Joaquim Octavio Nebias*. — Sr. 2.º Juiz de Paz da Freguezia de S. João Baptista da Lagôa.

---

## N. 129. — FAZENDA. — EM 20 DE MAIO DE 1870.

A isenção de direitos concedida á Companhia de carris de ferro do Jardim Botânico deve ser regulada pelo disposto no art. 6.º de seus Estatutos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, em 20 de Maio de 1870.

Declaro a V. S., para os fins convenientes que a isenção de direitos a favor dos objectos destinados á Companhia de carris de ferro do Jardim Botânico deve ser regulada pelo disposto no art. 6.º dos Estatutos da mesma Companhia, que baixarão com o Decreto n.º 3001 de 18 de Novembro de 1862.

Deus Guarde a V. S. — *Visconde de Rorobahy*. — Sr. Director Geral interino das Rendas Publicas.

---



## N. 130.—FAZENDA.—EM 21 DE MAIO DE 1870.

Isenção de direitos de madeira aparelhada, mandada vir da America do Norte por um particular em virtude de contracto com a Repartição da Marinha.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 21 de Maio de 1870.

Ilm. e Exm. Sr.—De conformidade com a requisição feita pelo Ministerio da Marinha em Aviso n.º 4534 de 6 do corrente, sirva-se V. Ex. mandar despachar, livres de direitos e expediente, 192 páos quadrados de pinho de resina que, por conta de maior porção, chegarão da America do Norte no vapor *Skid* e forão encommendados para a Repartição da Marinha a Manoel de Miranda Castro, que se obrigou a mandal-os vir, mediante contracto, em que se estipulou como uma das clausulas a isenção dos referidos direitos.

Deus Guarde a V. Ex.—*Visconde de Itaborahy*. — A S. Ex. o Sr. Inspector da Alfandega da Côrte.

## N. 131.—JUSTIÇA.—AVISO DE 21 DE MAIO DE 1870.

Ao Presidente de Mato Grosso.—Declara que não pôde ser sus-tada a deliberação, pela qual a Assembléa Legislativa dessa provincia decretou, como tribunal de justiça, a demissão do Juiz Municipal supplente do termo de Villa Maria, José Augusto Pereira Leite; não restando contra esse acto senão o recurso ao poder moderador.—

Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro, em 21 de Maio de 1870.

Ilm. Exm. Sr.—Foi presente a Sua Magestade o Imperador o officio do antecessor de V. Ex. sob o n.º 24 do 1.º de Dezembro do anno passado, ao qual acompanhou copia de uma resolução da Assembléa Legislativa dessa Provincia, decretando a demissão do supplente do Juiz Municipal do Termo de Villa Maria, José Augusto Pereira Leite, por violencias e graves abusos de que se quei-

xava Joaquim José Villas Boas. E, Conformando-se o Mesmo Augusto Senhor por Sua immediata e Imperial Resolução de 20 de Abril proximo findo com o parecer da Secção de Justiça do Conselho de Estado, que foi ouvida sobre esta materia, Manda declarar a V. Ex. que bem procedeu essa Presidencia abstendo-se de intervir na deliberação da Assembléa, e publicando-a para que produzisse seus effeitos; porquanto:

1.º Esse Decreto é conforme art. 11 §.º 7.º do Acto Adicional e arts. 5.º e 6.º da Lei de 12 de Maio de 1840:

2.º Os supplentes dos Juizes Municipaes são magistrados, porque exercem jurisdicção, como já foi explicado em Aviso de 12 de Março de 1836:

3.º A duvida suscitada pela Consulta do Conselho de Estado de 18 Junho de 1846 e ainda affecta ao Poder Legislativo, sobre a competencia das Assembléas Provinciaes para legislarem ácerca do processo de suspensão ou demissão dos Magistrados, não autoriza o Governo a sustar o acto exercido pela Assembléa dessa Provincia, como Tribunal de Justiça (art 179 § 12 da Constituição).

4.º Finalmente, não resta outro recurso contra o mesmo acto senão o recurso ao Poder moderador (art. 101 § 8.º da Constituição).

O que communico a V. Ex. para sua intelligencia.

Deus Guarde a V. Ex.—*Joaquim Octavio Nebias*.—Sr. Presidente da Provincia do Mato Grosso.

---

N. 132.— MARINHA.— AVISO DE 21 DE MAIO DE 1870.

Resolve duvidas sobre a posição dos medicos contratados que servem nas companhias de aprendizes marinheiros.

2.ª Secção.— Ministerio dos Negocios da Marinha.  
Rio de Janeiro em 21 de Maio de 1870.

Os medicos contractados para servirem nas companhias de aprendizes marinheiros, não tem gradação alguma, nem estão sujeitos aos regulamentos militares; mas, por isso, não ficam isentos de cum-

prir fielmente as ordens emanadas das autoridades competentes, em tudo que disser respeito aos deveres do cargo, que occupão, de preferência a quaesquer outras funcções. Quando por ~~ven~~ra commettão faltas, serão advertidos pelo commandante e poderão os vencimentos ser-lhes suspensos, conforme a gravidade das mesmas faltas, devendo porém neste ultimo caso ter immediatamente parte a Sécetaria de Estado para providenciar.

Afóra do que fica previsto, podem os alludidos medicos empregar-se no que melhor lhes convier.

Por esta fórma solvo as duvidas por Vm. expendidas em seu officio de 23 do mez passado, e approvo que tenha permittido que o cirurgião contratado dessa companhia sirva na commissão sanitaria.

Deus Guarde a Vm. — *Barão de Cotegipe.* — Sr. Commandante interino da companhia de aprendizes marinheiros da Provincia do Paraná.

---

N. 133.—FAZENDA.—EM 24 DE MAIO DE 1870.

Instrucções para o processo dos despachos de trânsito, reexportação ou baldeação.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 24 de Maio de 1870.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, transmitta aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda das Provincias, em que ha Alfandegas, para a devida intelligencia e execução, as Instrucções desta data, constantes dos exemplares juntos, regulando o processo dos despachos de transito, réexportação ou baldeação.

*Visconde de Itaborahy.*

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 24 de Maio de 1870.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo em vista as disposições dos Decretos n.º 1750 de 20 de Outubro de 1869, art. 1.º § 5.º, e 4510 de 20 de Abril do corrente anno, art. 2.º, ordena que no processo dos despachos de transito, reexportação ou baldeação se observem as seguintes instruções:

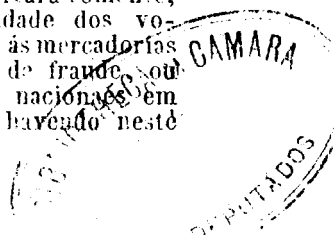
Art. 1.º A parte que pretender fazer despachos de transito, reexportação ou baldeação deverá apresentar na 1.ª secção uma nota em duplicata, na qual declare com exactidão o porto da procedencia, as marcas, contramarcas, numero, qualidade, quantidade e conteúdo dos volumes, incorrendo na multa de 1\$ a 20\$ a juizo do Inspector, em favor do Empregado que verificar qualquer divergencia desta natureza.

Art. 2.º Em ambas as vias da nota será lançada a competente numeração, e averbada a entrada do despacho no respectivo manifesto; em seguida se procederá, na 3.ª secção, á assignatura de um termo de responsabilidade, que será averbado na 1.ª via da nota, pelo qual o dono ou consignatário da mercadoria se obriga a apresentar, dentro do prazo que lhe fór marcado na forma do art. 23 do Decreto de 20 de Abril proximo passado, os documentos justificativos da effectiva descarga ou destino das mesmas mercadorias de conformidade com os arts. 618 e 619 do Regulamento de 19 de Setembro de 1869.

Paragrapho unico. A falta da apresentação dos documentos justificativos no prazo marcado, sujeitará a pessoa que houver assignado o termo de responsabilidade ao pagamento dos direitos de consumo das mercadorias que despachar.

Art. 3.º Preenchidas as formalidades do artigo antecedente, a 1.ª via da nota será apresentada ao Inspector para designar o Conferente de sahida, e ao Guarda-mór para nomear o Official de descarga que tiver de acompanhar os volumes para bordo, depois de conferidos.

Art. 4.º A conferencia de sahida versará sómente, nos casos ordinarios, sobre a identidade dos volumes despachados, estendendo-se porém ás mercadorias quando houver suspeita ou denuncia de fraude, ou quando forem expedidas para portos nacionaes em transito por territorio estrangeiro; havendo neste



caso todo o cuidado em que os volumes não se estraguem, nem as mercadorias se damnifiquem.

§ 1.º Quando, dada a suspeita, ou denuncia, se verificar diferença entre o conteúdo declarado nas notas dos despachos e o existente nos volumes, pagará a parte direitos de consumo em dobro da diferença verificada, sendo metade para o descobridor da fraude.

§ 2.º A conferencia de sabida será feita no lugar em que estiverem depositados os volumes, seguindo elles dahi immediatamente para bordo.

A conferencia deverá assistir o Official de descarga nomeado para acompanhá-los.

§ 3.º Nos casos de baldeação de um para outro navio ou de reexportação no mesmo navio, a conferencia se fará a bordo, dispensando-se a nomeação do Official de descarga, e competindo ao Conferente designado pelo Inspector nos termos do art. 3.º todo o processo do despacho.

Art. 5.º A 1.ª via da nota servirá de guia para o embarque, e nella se lançará, não só a verba de conferencia de sabida e a declaração do embarque assignada pelo Official de descarga, mas também o recibo passado pelo Capitão dos volumes entregues a seu bordo. Feito isto, será a dita 1.ª via devolvida pelo Official de descarga á 1.ª Secção no mesmo dia, ou o mais tardar, no dia seguinte, sob pena de suspensão do emprego.

Art. 6.º A 2.ª via ficará na 1.ª Secção, a fim de acompanhar os documentos a que se refere o art. 7.º do citado Decreto n.º 4510 de 20 de Abril, depois de feita pelo Empregado respectivo a declaração de haverem sido cumpridas as formalidades prescriptas nestas instruções.

Art. 7.º Finalizado o processo do despacho será a 1.ª via da nota remettida logo pela 1.ª Secção á 3.ª, ficando a cargo e sob a responsabilidade do Chefe desta, o qual deverá em tempo opportuno representar á Inspectoria, promovendo a cobrança dos respectivos direitos no caso de faltas de apresentação dos documentos justificativos nos prazos marcados nos termos de responsabilidade.

Art. 8.º Quando a pessoa que pretender despachar mercadorias em transitio, reexportação ou baldeação não fór conhecida, ou não offerecer sufficientes garantias para o pagamento das multas em que porventura incorrer, será exigida, além da sua, a assign-

natura de um fiador idoneo no termo de responsabilidade de que trata o art. 2.º

Art. 9.º Nas Alfandegas, que tiverem a seu cargo o serviço de armazenagem e capatazias, seguir-se-ha o mesmo processo com as seguintes modificações: 1.ª antes de apresentadas á 1.ª Secção, será averbada em ambas as vias da nota a data da entrada dos volumes para o armazem respectivo; 2.ª o calculo da armazenagem e o de quaesquer outras despesas será feito em ambas as vias da nota pelo despachante, sendo o da 1.ª via revisto pelo Empregado que fór designado para a conferencia da sahida; 3.ª á distribuição desta conferencia deverá preceder o pagamento da referida armazenagem e mais despesas.

Art. 10. Continuarão a ser observadas as disposições dos arts. 617, 620 e 621 do Regulamento de 19 de Setembro de 1860.

*Visconde de Itaborahy.*

---

N. 131.—FAZENDA.—EM 27 DE MAIO DE 1870.

Approva uns termos de fiança, mandando, porém, revalidal-os, no caso de não ter sido pago o sello, e impor ao Fiscal da Thesouraria de Fazenda a multa de 10\$000 a 50\$000.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 27 de Maio de 1870.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia do Espirito Santo, em resposta ao seu officio n.º 33 de 5 de Abril do corrente anno, que approva os termos de fianças prestados na mesma Thesouraria pelo Padre Joaquim de Santa Maria Magdalena Duarte, e José Marcellino da Silva Lima a favor do Administrador do Correio da referida Provincia, e do Escrivão da Collectoria das Rendas Geraes da Villa de S. Pedro da Cachocira; não constando, porém, dos citados

termos, o pagamento do sello das mencionadas fianças, recommenda ao dito Sr. Inspector que, se não foi pago, faça revalidal-o, impondo ao Fiscal a multa de 10\$000 a 50\$000 na fórma do art. 48 § 4.º do Regulamento n.º 4334 de 17 de Abril de 1863, por ter assignado o termo sem o prévio pagamento deste imposto.

*Visconde de Itaboraí.*

N. 135.—IMPERIO.—EM 28 DE MAIO DE 1870.

Ao Presidente da Provincia do Maranhão.—Declara serem irregulares substanciaes no processo eleitoral: 1.º a incompetencia do Presidente da Mesa; 2.º a organização desta com infracção do art. 14 do Decreto n.º 1812 de 23 de Agosto de 1856.

2.ª Secção. — Ministerio dos Negocios do Imperio.  
—Rio de Janeiro, em 28 de Maio de 1870.

Ilm. e Exm. Sr.—Tendo-se effectuado em Setembro do anno passado duas eleições para Vereadores e Juizes de Paz na villa de Santa Maria de Anajatuba, dessa Provincia, uma sob a presidencia do Juiz de Paz mais votado do districto da matriz, Christovão de Santiago Vieira, e outra presidida pelo 3.º Juiz de Paz do 2.º districto da mesma villa, João Constancio Boged; Sua Magestade o Imperador, a quem forão presentes o officio dessa Presidencia de 21 de Outubro do dito anno e documentos annexos relativos a essas eleições, Houve por bem mandar declarar válida a 1.ª e nulla a 2.ª

Realizou-se a 1.ª sob a presidencia do Juiz de Paz mais votado, com observancia dos preceitos legaes no decurso do seu processo; na 2.ª derão-se ás irregularidades substanciaes da incompetencia de quem a presidiu, e do vicio da organização da Mesa, que se constituiu com infracção do art. 14 do Decreto n.º 1812 de 23 de Agosto de 1856, porquanto, não tendo comparecido os eleitores e supplentes, nem os immediatos na lista dos Juizes de

Paz ao Presidente da Mesa, forão por este chamados para representarem as respectivas turmas, não dous, porém quatro cidadãos, os quaes nomearão os membros da Mesa.

O que communico a V. Ex. para seu conhecimento e devidos effeitos.

Deus Guarde a V. Ex. — *Paulino José Soares de Sousa*.  
—Sr. Presidente da Provincia do Maranhão.

N. 136.—FAZENDA.—EM 30 DE MAIO DE 1870.

Os titulos de dividas das praças de pret não pagão sello.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 30 de Maio de 1870.

Ilm. e Exm. Sr.—Communico a V. Ex., para seu conhecimento, que os titulos de dividas das praças de pret não estão sujeitos ao imposto do sello.

Deus Guarde a V. Ex. — *Visconde de Itaboraity*. — A S. Ex. o Sr. Barão de Muritiba.

N. 137.—AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.—EM 31 DE MAIO DE 1870.

As Assembléas Provincias têm a faculdade de legislar sobre as linhas telegraphicas dentro dos limites das respectivas provincias, etc.

*Telegraphica*

2

N. 8. 3.<sup>a</sup> Secção.—Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.—Rio de Janeiro, em 31 de Maio de 1870.

Ilm. e Exm. Sr.—Com o officio de 3 de Outubro do anno findo, transmittio V. Ex., cópia do § 6.<sup>o</sup> do art. 9.<sup>o</sup> da Lei Provincial n.<sup>o</sup> 694 de 6 de Setembro ultimo, autorizando essa Presidencia a despendar até



a quantia de 40:000\$000 com os estudos e principio de uma linha telegraphica de Porto Alegre á Uruguayana e conclusão, da do Rio Grande á Capital, depois de entender-se com o Governo Imperial a fim de ficarem pertencendo á Provincia as linhas telegraphicas, e neste caso ser organizada a repartição competente.

Submettendo o assumpto á apreciação do Governo Imperial, V. Ex. ponderava que lhe parecia justo e conveniente satisfazer as intenções dos Legisladores Provinciaes, ainda pagando a Provincia o preço dos fios, isoladores eapparelhos das linhas existentes, cuja construcção fôra auxiliada por ella com a quantia de 40:000\$000, e pelos moradores de Pelotas e do Rio Grande com a de 5:000\$000.

Sua Magestade o Imperador, Tendo Ouvido a Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, sobre a questão preliminar de saber: se as Assembléas Provinciaes têm a faculdade de legislar sobre Telegraphos Electricos, e conformando-se por sua Imperial e Immediata Resolução de 19 do mez findo, exarada em consulta de 4 de Março do corrente anno, Houve por bem declarar:

1.º Que estando as linhas telegraphicas nas mesmas condições das estradas e outras vias de communicação, têm as Assembléas Provinciaes competencia sobre ellas, quando se circumscreverem á Provincia, assim como as municipalidades dentro dos limites do Municipio, sendo em taes casos, suas leis exequiveis independentemente do acto do Governo Imperial.

2.º Que se as linhas provinciaes tiverem direcção que sirva ás communicações geraes ou internacionaes é constitucional a intervenção do Governo Imperial para quando aproveite ás provincias interessadas.

Quanto á cessão das linhas telegraphicas á essa Provincia, o Governo Imperial não a julga opportuna, parecendo-lhe mais proficuo, no estado actual deste ramo de serviço, applicar os auxilios votados á construcção das linhas mais uteis e urgentes á cargo da Repartição Geral dos Telegraphos, onde já existem e preparão-se meios de execução que fallecem á mesma Provincia.

O que tudo communico a V. Ex. para sua intelligencia e em solução ao seu mencionado officio.

Deus Guarde a V. Ex.—*Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque*.—Sr. Presidente da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul.

---

## N. 138. — FAZENDA. — EM 1 DE JUNHO DE 1870.

Declara depender da approvação do Poder Legislativo a importação livre de direitos dos objectos necesarios á Companhia de carris de ferro da Tijuca.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, em 1 de Junho de 1870.

Declaro a V. S., para os fins convenientes, que, á vista da ultima das condições que baixarão com o Decreto n.º 4133 de 28 de Março de 1868, não pôde a Companhia de carris de ferro entre esta Cidade e a serra da Tijuca importar livres de direitos os objectos concernentes ao serviço de sua empresa, sem que sejam approvadas nesta parte pelo Poder Legislativo as referidas condições.

Deus Guarde a V. S. — *Visconde de Itaborahy*. — Sr. Director Geral interino das Rendas Publicas.

---

## N. 139. — FAZENDA. — EM 2 DE JUNHO DE 1870.

Sobre o sello que devem pagar os livros de commerciantes e agentes de leilões.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, em 2 de Junho de 1870.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia do Maranhão, que bem procedeu deliberando que, á vista da disposição generica do final do § 2.º do art. 18 do Regulamento que baixou com o Decreto n.º 4334 de 17 de Abril de 1869, se deverá cobrar por folha de livros de commerciantes e agentes de leilões a taxa de 40 réis, quando não exceder a 33 centimetros de comprimento e 22 de largura, porque, excedendo estas dimensões, deverá pagar o dobro; o que se acha tambem expressamente determinado no novissimo Regulamento de 9 de Abril do corrente anno, art. 13 § 2.º: ficando assim respondido o officio do Sr. Inspector, datado de 17 de Agosto do anno passado, sob n.º 106.

*Visconde de Itaborahy*.

---

## N. 149.—GUERRA.—EM 3 DE JUNHO DE 1870.

Resolve algumas duvidas sobre o exercício e vencimentos dos Auditores e Officiaes membros de Conselhos de Guerra.

Ministerio dos Negocios da Guerra.—Rio de Janeiro, em 3 de Junho de 1870.

Hlm. e Exm. Sr. — Em solução ás duvidas propostas pelo Tenente Coronel reformado Isaltino José Mendonça de Carvalho, na carta que dirigiu a V. Ex., e ácerca das quaes informou a Repartição de Ajudante General em 8 de Abril proximo passado; declaro a V. Ex., para seu conhecimento e fins convenientes :

1.º Que as vantagens, que percebem os membros dos Conselhos, devem ser contadas da data da installação dos mesmos Conselhos.

2.º Que o Auditor e os Officiaes reformados membros de Conselho de Guerra não soffrem descontos em seus vencimentos nos dias, em que o Conselho não funcçãoa, na fórma da Imperial Resolução de 3 de Março de 1860, tomada sobre Consulta da Secção de Guerra e Marinha e de Fazenda do Conselho de Estado, e Aviso de 6 do mesmo mez.

3.º Finalmente que com a terminação e remessa do processo á autoridade competente para seus tramites cessa o exercício do Official membro do Conselho, até que seja nomeado para outro, ou que venha ainda a servir no mesmo Conselho, na hypothese de devolução daquelle processo, em cujo caso a percepção das vantagens começará tambem da data da installação.

Por esta occasião recomendo a V. Ex. que só na falta absoluta de Officiaes effectivos sejam chamados para servir em Conselhos, os reformados, como é de Lei.

Deus Guarde a V. Ex.—*Barão de Marituba*.—Sr. João Frederico Caldwell.

## N. 141.—FAZENDA.—EM 4 DE JUNHO DE 1870

Sobre a isenção de direitos concedida à empresa da linha ferrea da Barroquinha ao engenho da Conceição da Província da Bahia.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 4 de Junho de 1870.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia da Bahia, para os fins convenientes, e em resposta ao seu officio n.º 64 de 22 de Abril proximo passado, que, dos objectos constantes da relação que acompanhou o requerimento dos empresarios da linha ferrea da Barroquinha até ao engenho da Conceição, só podem ser despachados livres de direitos, na forma da Lei n.º 1728 de 29 de Setembro de 1869, as novê milhas de trilhos com suas panellas, etc., e quatro toneladas de ferro e meia dila de aço de diferentes qualidades e bitolas; visto determinar a referida Lei que a empresa de que se trata, gozará de isenção de direitos para todo o material importado e que se importar para a construcção daquella linha ferrea, e seus ramaes, cessando a isenção logo que esteja constituída a mesma linha.

*Visconde de Itaborahy.*

## N. 142.—FAZENDA.—EM 4 DE JUNHO DE 1870.

Manda observar nas Alfandegas das Provincias o Aviso de 21 de Janeiro ultimo, relativo aos direitos da carne secca e do bacalhão.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 4 de Junho de 1870.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, remette aos Srs. Inspectores das

DECISÕES DE 1870. 23



Thesourarias de Fazenda das Provincias onde existem Alfandegas, para os fins convenientes, a inclusa cópia do Aviso de 24 de Janeiro ultimo (\*) expedida á Alfandega da Corte.

*Visconde de Itaborahy.*

N.º 143.—FAZENDA.—EM 4 DE JUNHO DE 1870:

Como devem ás Thesourarias de Fazenda escripturar os saques que entre si fazem as Administrações do Correio.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 4 de Junho de 1870.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, ordena aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda que classifiquem os saques, que entre si fazem as Administrações do Correio, em receita do capitulo — Movimento de fundos — como remessa recebida da Thesouraria de Fazenda da Provincia em que fór effectuado o pagamento, que será lançado no mesmo capitulo como remessa feita, devendo figurar apenas no titulo—Renda do Correio Geral— o premio dos ditos saques, e nessa conformidade ser organizado o balanço definitivo do exercicio de 1868—1869.

*Visconde de Itaborahy.*

(\*) Vid. pag. 21 desta collecção.

## N. 144.—FAZENDA.—EM 4 DE JUNHO DE 1870.

Como devem proceder as Thesourarias de Fazenda, quando precisarem de notas de pequenos valores.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 4 de Junho de 1870.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda que, quando precisarem de notas de pequenos valores, devem remetter ao Thesouro quantias iguaes ás que requisitarem em notas de grandes valores, para serem trocadas na Caixa da Amortização.

*Visconde de Itaborahy.*

## N. 145.—GUERRA.—EM 6 DE JUNHO DE 1870.

Permitte que um Official de Artilharia, que tem mais de duas approvações simples nos dous primeiros annos da Escola Militar, estude o curso de sua arma, á vista das circumstancias especiaes em que se acha.

Ministerio dos Negocios da Guerra.—Rio de Janeiro, em 6 de Junho de 1870.

Ilhm. e Exm. Sr.—Declaró a V. Ex., para seu conhecimento e devidos effeitos, que, nesta data, se permite que o Capitão de Artilharia Antonio Joaquim da Costa Guimarães, estude o curso daquella arma, independente de ter mais de duas approvações simples nos dous primeiros annos da Escola Militar; attentas as circumstancias excecçionaes em que se acha de ter, marchando para a campanha, alli obtido accesso até o referido posto, e haver sempre prestado serviço na dita arma; na fórma do parecer que V. Ex. prestou em seu officio p.º 163 de 11 de Maio proximo passado, acerca do requerimento, em que o mesmo Official pediu tal graça.

Deus Guarde a V. Ex.—*Barão de Muritiba.*—Sr. Visconde de Santa Thereza.

## N. 146.—FAZENDA.—EM 8 DE JUNHO DE 1870.

O attestado de que trata o art. 29, § 2.º do Decreto n.º 4153, de 6 de Abril de 1868, deve ser exigido, quando as faltas durante o mez, seguidas ou não, excederem de três.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 8 de Junho de 1870.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia do Amazonas que não pôde ser approvada a decisão constante de seu officio n.º 417 de 3 de Dezembro do anno findo, visto que a Circular n.º 4 de 3 de Janeiro de 1860 acha-se revogada pelo Decreto n.º 4153 de 6 de Abril de 1868, art. 29, § 2.º, na parte em que exige que sejam provadas com attestado de medico as faltas por moléstia quando excederem de tres em cada mez; não sendo por conseguinte necessario que ellas sejam seguidas para exigir-se o referido documento.

*Visconde de Itaborahy.*

## N. 147.—FAZENDA.—EM 8 DE JUNHO DE 1870.

Os Avisos concedendo gratificações por serviços extraordinarios são isentos de emolumentos, e os sujeitos a este imposto devem ser remetidos á Recebedoria para o competente averbamento.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 8 de Junho de 1870.

Ilma. e Exm. Sr.—Declaro a V. Ex.ª, em resposta ao seu Aviso de 23 de Agosto ultimo, que pelo § 91 n.º 1 do Regulamento de 24 de Abril do anno passado são isentos de emolumentos os Avisos, que concedem gratificações por serviços extraordinarios; mas não podem deixar de

ser remettidos á Recebedoria do Rio de Janeiro, os Avisos sujeitos ao referido imposto, para a competente averbação, nos termos do art. 5.º do mesmo Regulamento.

Deus Guarde a V. Ex. — *Visconde de Itaboraá*. — A. S. Ex. o Sr. Barão de Muritiba.

N. 148:—FAZENDA.—EM 10 DE JUNHO DE 1870.

Declara em vigor no exercício de 1870—71 a distribuição dos créditos autorizada pela Ordem de 24 de Agosto de 1868.

Ministério dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 10 de Junho de 1870.

O Visconde de Itaboraá, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda que continúa em vigor no futuro exercício de 1870—71, emquanto não se determinar o contrario, a distribuição dos créditos autorizada pela ordem de 24 de Agosto de 1868, com as alterações feitas no corrente exercício.

*Visconde de Itaboraá.*

N. 149:—FAZENDA.—EM 10 DE JUNHO DE 1870.

Dá provimento ao recurso de um capitão de navio a respeito de multa por accrescimento de mercadorias, visto ter o recorrente, na occasião da entrada do navio, declarado voluntariamente a existencia do accrescimento.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 10 de Junho de 1870.

O Visconde de Itaboraá, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communicá ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de S. Pedro, em resposta ao seu officio n.º 198 de 14 de Agosto de 1868, que



foi presente ao Tribunal do Thesouro o recurso interposto por Agostinho Bancarali, Capitão do Patacho italiano *Paulo*, procedente de Genova, da decisão da referida Thesouraria, confirmatoria da da Alfandega da Cidade do Rio Grande, que o multou na quantia de 1:900\$000 por acrescimo em seu manifesto de 18 pacotes com 18 libras de retroz, e um outro contendo libra e meia de bórdados de seda; e o mesmo Tribunal:

Considerando que a declaração voluntaria das differenças de mercadorias feita pelo Capitão deve ser aceita para o effeito de não se imporem as penas comminadas nos Regulamentos, em qualquer occasião, excepto na de busca, exame e conferencia, ou quando o Chefe da Repartição tem conhecimento official ou denuncia de taes factos, como determina o art. 45 do Decreto de 31 de Dezembro de 1863;

Considerando que foi o proprio Capitão, voluntariamente e não em acto de busca, quem ao chegar ao ancoradouro do Rio Grande, e ao dar entrada, declarou a existencia do acrescimo que foi notado em seu manifesto, na forma do art. 410 do Regulamento;

Considerando que, embora apprehendidos alguns objectos no Pontal da Barra, essa apprehensão não comprehendeu aquelles outros, que, só depois, e muito espontaneamente forão declarados pelo Capitão;

Considerando que, se aos objectos declarados pelo Capitão ao chegar ao Rio Grande se devesse applicar o mesmo rigor que aos primeiros encontrados na Barra em acto de busca, a pena a impôr seria tambem a apprehensão, e não a multa do art. 422, o que não praticou a Inspectoria daquella Alfandega, posto declarasse na sua informação ter denuncia e conhecimento da existencia a bordo de taes objectos;

Considerando que a multa imposta, na razão de cem mil réis por volume, é insustentavel, não só porque recahiu sobre pequenos pacotes, sendo um delles de libra e meia, os quaes não podião ser considerados volumes no sentido dos Regulamentos, achando-se todos mettidos dentro de um sacco; mas ainda por que, excedendo extraordinariamente a importancia dos direitos, e não guardando a menor proporção com ella, não deverá ser applicada (Ord. de 10 de Agosto de 1865), e por sua exorbitancia tornou-se mais grave do que se fosse imposta a pena de apprehensão;

Resolveu dar provimento ao recurso de que se trata.

*Visconde de Itaborahy.*

N. 150.—FAZENDA.—EM 11 DE JUNHO DE 1870.

As doações feitas á Fazenda Nacional devem ser insinuadas.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro;  
em 11 de Junho de 1870.

Ilm. e Exm. Sr.—Remetto a V. Ex. a inclusa escriptura de doação de uma morada de casa, terras e bemfeitorias que á Fazenda Nacional faz Joaquim Pinto de Magalhães, Vice-Consul de Portugal em Mangaratiba, de que trata o Aviso de V. Ex. n.º 27, de 20 de Maio proximo passado, a fim de que V. Ex. se sirva requizer do doador que promova a respectiva insinuação dentro do prazo de dous mezes, a contar da data da dita escriptura, perante o Juizo commum, como prescreve a Lei de 22 de Setembro de 1828, formalidade esta a que se achão também sujeitas as doações feitas á Fazenda Nacional, como declara a Ordem de 29 de Agosto de 1866; importando a omissão de tal formalidade a nullidade da doação na parte excedente a 360\$000, na fórma da Ord. Liv. 4.º Tit. 62.

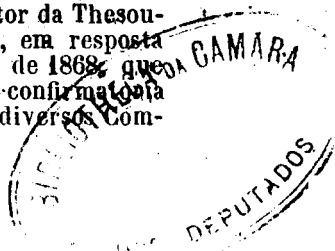
Deus Guarde a V. Ex.—Visconde de Itaboraí.—A  
S. Ex. o Sr. Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque.

N. 151.—FAZENDA.—EM 11 DE JUNHO DE 1870.

approva a multa imposta a diversos Commandantes da Companhia de vapores da linha de Liverpool por infracção do (art. 382 do Regulamento das Alfandegas.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro,  
em 11 de Junho de 1870.

O Visconde de Itaboraí, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia da Bahia, em resposta ao seu officio n.º 201 de 10 de Outubro de 1868, que approva a decisão da mesma Thesouraria, confirmatoria da da respectiva Alfandega, que impoz a diversos Com-



mandantes da Companhia dos vapores da linha de Liverpool a multa de 660\$000, na razão de 10\$000 por cada um dos 66 despachos de mercadorias nelles effectivamente embarcadas, e cujas primeiras vias não voltarão á Alfandega; porquanto, o art. 382 do Regulamento de 19 de Setembro de 1860 determina que os Commandantes das embarcações mercantes, ou seus prepostos, apenas receberem a bordo algum volume ou mercadoria, lançarão no despacho que a acompanhar a nota de — Recebido — que assignarão; e logo no mesmo dia, ou ao mais tardar no seguinte, sob pena de multa de 10\$000 até 40\$000, a arbitrio do respectivo Inspector, remetterão o mesmo despacho ao Commandante do ancoradouro, e este lhes passará um recibo e enviará o despacho no dia seguinte com o seu — Visto — á competente Repartição que o tiver expedido. E com quanto pela ordem n.º 34 do 1.º de Fevereiro de 1867 se concedesse á referida Companhia os favores de que gozão nas Alfandegas do Imperio os Paquetes a vapor de finhas regulares, não se acha incluído entre esses favores o de isentar a essa Companhia da obrigação imposta pelo citado artigo do Regulamento.

*Visconde de Itaboraí.*

N. 152. — FAZENDA. — EM 11 DE JUNHO DE 1870.

As (contas de) objectos fornecidos ás diversas Repartições pelas do Ministerio da Guerra, devem ser satisfeitas do mesmo modo que o são as de qualquer outro fornecimento.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, em 11 de Junho de 1870.

Illm. e Exm. Sr. — Rogo a V. Ex. se digne ordenar ás Repartições do Ministerio a seu cargo que, quando fornecerem objectos a outras pertencentes a qualquer dos Ministerios, apresentem as contas e exijão a indemnisação das que serão suppridas, as quaes procederão neste caso como nã de outro qualquer fornecimento

recebido, dispensando-se assim o longo expediente, a que tem dado lugar os fornecimentos feitos pelo Arsenal de Guerra à Thesouraria de Fazenda da Provincia de Pernambuco.

Deus Guarde a V. Ex.—*Visconde de Itaborahy*.—A S. Ex. o Sr. Barão de Muritiba.

---

N. 153.—AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.—EM 11 DE JUNHO DE 1870.

As praças de qualquer guarda ou destacamento têm direito a passagem gratuita nos carros da Companhia Rio de Janeiro Street Railway desde que estiverem em serviço.

N. 36.—3.ª Secção.—Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.—Rio de Janeiro, em 11 de Junho de 1870.

Declaro a Vm. em resposta ao seu officio de 10 do mez findo, que na conformidade do art. 17 das condições que baixarão com o Decreto n.º 4383 de 23 de Junho de 1869, as praças de qualquer guarda ou destacamento têm direito a passagem gratuita nos carros da Companhia Rio de Janeiro Street Railway, desde que estiverem em serviço e apresentarem o passe de seus commandantes, cumprindo entretanto que Vm. tome as providencias necessárias para prevenir abusos desta medida.

Deus Guarde a Vm.—*Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque*.—Sr. Engenheiro fiscal da Companhia Rio de Janeiro Street Railway.

---

## N. 154.—FAZENDA.—EM 13 DE JUNHO DE 1870.

Instrucções para a escripturação das operações relativas á emissão, transferencia e pagamento dos juros das apolices da divida interna fundada, e do emprestimo nacional de 1868.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 13 de Junho de 1870.

Convindo simplificar a escripturação das operações relativas á emissão, transferencia e pagamento dos juros das apolices da divida interna fundada e do emprestimo nacional de 1868, declaro a V. S. que, do 1.º de Julho proximo futuro em diante, deverão ser observadas na Caixa da Amortização as seguintes instrucções:

Art. 1.º Haverá tantos livros de assentamento ou de contas correntes dos possuidores quantas são as letras do alphabeto, sendo traçados e escripturados conforme o modelo n.º 1; para cada taxa de juro haverá um jogo especial de livros, e para cada letra um indice.

Art. 2.º Continuarão a ser escripturados como até agora o livro das transferencias, as folhas para o pagamento dos juros e o livro de receita especial, enquanto não fór abolida a cobrança dos assignados da Alfandega pela Caixa da Amortização.

Art. 3.º As propostas para transmissão dos titulos de divida continuarão a ser lavradas do mesmo modo por que o tem sido até hoje.

Art. 4.º O livro — Cofre Geral — será escripturado, levando-se ao debito não só as quantias recebidas do Thesouro, mas tambem as provenientes da cobrança dos assignados, e ao credito, segundo as diversas taxas de juros, as importancias totaes dos pagamentos diarios, effectuados durante o prazo da lei nos dous semestres de cada exercicio.

Findo o prazo de 15 dias, dar-se-ha balanço ao cofre e lavrado o termo, em que assignarão os membros da Junta, passar-se-ha o saldo para o cofre de juros em deposito. Haverá livro especial para cada exercicio. (mod. n.º 2)

Art. 5.º O livro-Cofre de juros em deposito—deixará de ser dividido em tantos volumes, quantas são as taxas dos juros, passando a ser escripturado, segundo o modelo n.º 3, isto é, o debito comprehenderá o saldo que existir dos diversos juros em 31 de Dezembro, e bem

assim os restos a pagar no fim dos quinze dias da lei; e o credito será formado da totalidade dos juros pagos em todos os sabbados, excepto os comprehendidos no prazo da lei. As totalidades dos juros serão levadas á columna da respectiva taxa. Lavar-se-ha semestralmente um termo em que assignaráõ os membros da Junta, transportando-se o saldo ou para o semestre seguinte, ou para novo exercicio.

Cada exercicio terá livro distincto.

Art. 6.º O preparo das folhas e o pagamento dos juros continuarão a ser feitos como o forão no primeiro semestre de 1869—1870, devendo porém os cheques, que substituirão os conhecimentos nominativos, ser numerados á proporção que se entregarem aos possuidores.

Art. 7.º Crear-se-hão tantos livros auxiliares de despeza para o cofre geral e para o de juros em deposito, quantas são as taxas de juros. Lançar-se-ha nelles o pagamento diario com designação do numero do cheque, ou nome do possuidor, semestre a que pertence e importância paga.

Estes livros serão escripturados na Thesouraria da Caixa por um Empregado da Contadoria da mesma Repartição.

Art. 8.º Ficão supprimidos os livros — Diario, Mestre, Catalogo, Registro de officios recebidos e Registro de officios expedidos—, passando tanto uns como outros officios a ser encadernados, por annos civis, em volumes distinctos.

Art. 9.º As operações concernentes ás apolices de 5 % emittidas pelas Provincias em satisfação de dividas inscriptas no Grande Livro da divida publica, e bem assim o pagamento dos respectivos juros, deixarão de formar series distinctas.

Art. 10. Para a escripturação do emprestimo nacional de 1868 adoptar-se-ha o systema ora estabelecido, com as modificações necessarias.

Deus Guarde a V. S.— *Visconde de Itaborahy*.—Sr. Inspector interino da Caixa da Amortização.

---

## N. 155.—FAZENDA.—EM 13 DE JUNHO DE 1870.

No lançamento para a cobrança do imposto pessoal devem ser comprehendidas, além da casa de residência ordinaria do contribuinte, as que elle possuir para recreio nos suburbios da cidade.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 13 de Junho de 1870.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia de S. Pedro, em resposta ao seu officio n.º 97 de 12 de Maio do anno passado, que approva a decisão tomada pela mesma Thesouraria ácerca da consulta, que lhe fôra feita pela Alfandega de Porto Alegre, se devia lançar para a cobrança do imposto pessoal as casas que nos respectivos suburbios possuem para recreio alguns individuos que já pagão o imposto daquellas em que ordinariamente residem nessa Capital; visto achar-se a referida decisão de accôrdo com o disposto nos arts. 1.º, 2.º e 17 do Regulamento n.º 4032 de 28 de Dezembro de 1867, e com o que foi resolvido pela ordem n.º 463 de 13 de Maio de 1868, em relação aos individuos residentes nesta Côrte que vão passar o verão em Petropolis.

*Visconde de Itaborahy.*

---

## N. 156.—FAZENDA.—EM 13 DE JUNHO DE 1870.

Declara a Administração Provincial do Rio de Janeiro sujeita ao fóro annual de 12\$800 de um terreno de Indios, que comprara, da extincta Aldêa de S. Lourenço.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 13 de Junho de 1870.

Ilm. e Exm. Sr.—Sirva-se V. Ex. expedir as convenientes ordens a fim de que seja pago á Fazenda Nacional o fóro annual de 12\$800 de um terreno de Indios, com frente á rua do Marquez de Paraná, nessa Capital,

comprado pela Fazenda Provincial a D. Maria Joaquina de Paiva Andrade, e ao qual fica a mesma sujeita, em vista do que decidirão as ordens de 11 de Abril de 1862 e de 9 de Novembro de 1863 sobre fóros de terrenos nacionaes occupados pelas Administrações Provinciaes, disposições applicaveis aos dos Indios da extincta Aldêa de S. Loureço, como são os de que se trata, na fórma do Aviso de 18 de Novembro de 1867.

Deus Guarde a V. Ex. — *Visconde de Itaborahy*. — A S. Ex. o Sr. Presidente da Provincia do Rio de Janeiro.

---

N. 157.—FAZENDA.—EM 14 DE JUNHO DE 1870.

As certidões e contas correntes para a cobrança da divida activa devem ser assignadas, nas Thesourarias de Fazenda de 1.<sup>a</sup> ordem, pelos respectivos Contadores, e nas de 2.<sup>a</sup> ordem pelos Inspectores.

Ministerio dos Negocios da Fazenda —Rio de Janeiro, em 14 de Junho de 1870.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia do Amazonas, em resposta ao seu officio n.º 33, de 21 de Fevereiro do corrente anno, que o art. 29 das Instrucções do Contencioso de 24 de Dezembro de 1866 não revogou nem ao menos alterou a doutrina da Circular n.º 34 de 6 de Fevereiro de 1864, porque esta determina por quem são assignadas as certidões e contas correntes que se remettem para o Juizo dos Feitos nas Provincias, e o citado art. 29 das Instrucções apenas se refere ao modo pratico de transmittil-as á Secção do Contencioso: recommenda-lhe, pois, que assigne as ditas certidões e contas correntes, na fórma da referida Circular.

*Visconde de Itaborahy.*

---



N. 158. — JUSTIÇA. — AVISO DE 15 DE JUNHO DE 1870.

Declara que o facto de ter tido praça na Armada um individuo recolhido como escravo á Casa de Correção constitue uma presumpção de liberdade; e sem que esta seja illidida em juizo competente, não póde elle continuar preso; cumprindo aos interessados usar dos direitos, que possão ter contra o dito individuo.

3.<sup>a</sup> Secção. — Ministerio dos Negocios da Justiça. — Rio de Janeiro, em 15 de Junho de 1870.

Accuso o recebimento do officio n.º 209 de 25 de Abril ultimo, no qual V. S. participou a este Ministerio, que achava-se na Casa de Correção da Côte o preto João, escravo do finado major Sabino Lopes do Babo e que, tendo obtido baixa do serviço da Armada em 9 de Fevereiro de 1866, para o qual havia sido recrutado sob o nome de João Antonio Ferreira em Agosto de 1865, fóra considerado escravo e como tal recolhido áquelle estabelecimento pela administração do Banco do Brasil na qualidade de liquidante da firma Leal & Santos, credora do dito major. — Em resposta cumpre-me declarar a V. S. que o facto de ter tido praça o individuo em questão constitue uma presumpção de liberdade, e sem que esta seja illidida em juizo competente não póde estar recolhido como escravo o mesmo individuo. Deve ser, portanto, posto em liberdade, dando-se conhecimento ao Banco do Brasil, para usar dos direitos, que lhe possão assistir contra o referido preto.

Deus Guarde a V. S. — *Barão de Muritiba*. — Sr. Chefe de Polícia da Côte.

## N. 159.— JUSTIÇA.— AVISO DE 17 DE JUNHO DE 1870.

Decide que os officiaes reintegrados nos postos, em que *forão* reformados sem o pedirem, não necessitam de novas patentes para entrarem no exercicio dos mesmos postos.

Ministerio dos Negocios da Justiça.— Rio de Janeiro, em 17 de Junho de 1870.

Ilm. e Exm. Sr.—Sua Magestade o Imperador, attendendo ao que lhe representou o Chefe do Estado-Maior da Guarda Nacional do municipio da Purificação, José Cupertino Simões, Ha por bem mandar declarar a V. Ex. que os officiaes da Guarda Nacional reintegrados nos postos, em que *forão* reformados, sem o requererem, não necessitam de novas patentes para entrarem no exercicio dos mesmos postos, o que communico a V. Ex. para seu conhecimento.

Deus Guarde a V. Ex.—*Barão de Muritiba*.— Sr. Presidente da Provincia da Bahia.

---

## N. 160.— JUSTIÇA.— AVISO DE 17 DE JUNHO DE 1870.

Ao Presidente da Provincia do Amazonas.—Declara, como instrução para o bom cumprimento da lei, que uma vez preso um individuo(por crime inafiançavel)e iniciado o processo, só póde ser solto em virtude de sentença favoravel ou de *habeas-corpus*.

Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro, em 17 de Junho de 1870.

Ilm. e Exm. Sr.—Em officio de 8 de Fevereiro ultimo submetteu essa Presidencia á approvação do Governo Imperial a decisão, que deu á consulta do Juiz de Direito da Capital, declarando-lhe que uma vez preso um individuo, indiciado em crime inafiançavel e iniciado o processo, só por effeito de sentença favoravel

ou por *habeas-corpus* é que pôde aquelle ser solto. Em resposta declaro que o Governo Imperial approva a decisão dessa Presidencia como instrucção para o bom cumprimento da lei; competindo, porém, ao Poder Judiciario resolver a materia, quando applicar a lei aos casos occurrentes.

Deus Guarde a V. Ex.—*Barão de Muritiba*.—Sr. Presidente da Provincia do Amazonas.



N. 161.—JUSTIÇA.—AVISO DE 17 DE JUNHO DE 1870.

Ao Presidente da Provincia de S. Paulo.—Declara os emolumentos que competem ao Juiz Municipal e ao respectivo escrivão pela venda englobada de 21 escravos, em que se lavrou um só termo de arrematação.

Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro, em 17 de Junho de 1870.

Illm. e Exm. Sr.—Approvo a solução por V. Ex. dada á consulta do Juiz Municipal supplente do termo de S. Sebastião, declarando que pela venda englobada dos vinte e um escravos, em que se lavrou um só termo de arrematação, compete ao Juiz a quantia de cinco mil réis, e ao respectivo Escrivão a de seis mil réis, emolumentos taxados nos arts. 23 e 142 do Regimento de Custas.

Deus Guarde a V. Ex.—*Barão de Muritiba*.—Sr. Presidente da Provincia de S. Paulo.



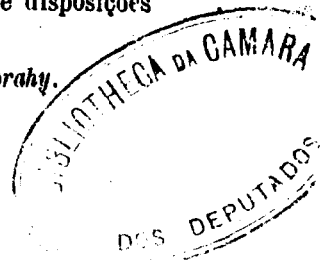
## N. 162.— FAZENDA. — EM 17 DE JUNHO DE 1870.

Sobre o sello dos termos de fiança lavrados nos livros de Repartições Publicas.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, em 17 de Junho de 1870.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia do Piahy, em resposta ao seu officio n.º 112, de 9 de Dezembro do anno findo, que approva a decisão da mesma Thesouraria, autorizando a restituição do sello que de mais pagou Clementino de Souza Fortes, na qualidade de fiador de Benedicto José do Rego, Collector das Rendas Geraes do Municipio da União, por conta da respectiva fiança, visto que, tendo sido esta fixada em 1:500\$000 pagou 30\$000, conforme a tabella da 4.ª classe do Regulamento de 17 de Abril de 1869, applicavel sómente ás apolices ou letras de seguros e contractos ou letras de risco, em vez de 2\$000, sello fixado na tabella da 1.ª classe, a que estão sujeitos os titulos nella expressamente especificados, como escriptos ou escripturas publicas de fiança, e tambem por dispôr generica e exemplificativamente, os que a elles se equiparão, como os termos de fiança lavrados nos livros de Repartições Publicas, os quaes têm força de escriptura publica, na fórma da Ord. Liv. 3.º Tit. 6.º § 2.º E quando não fosse claro que a tabella da 4.ª classe sómente é applicavel ás apolices de seguro, etc., unicos titulos que ella comprehende, bastava a consideração de que nos arts. 2.º a 9.º, que a ella se seguem, e que o Fiscal julgára á mesma subordinados, se dispõe sobre titulos expressamente especificados na 1.ª e 2.ª classe, que têm tabellas especiaes, como, por exemplo, os contractos de sociedade, de arrendamento e as notas ao portador e á vista; observando-lhe mais que a doutrina expendida quanto á especie de que se trata, é applicavel ao novo Regulamento de 9 de Abril do corrente anno, por conter nesta parte disposições identicas ás do anterior.

Visconde de Itaborahy.




## N. 163. — FAZENDA. — EM 17 DE JUNHO DE 1870.

As (medições e plantas de) terrenos de marinhas já aforados, inclusive os da extincta Aldeia de S. Lourenço, podem ser feitas por qualquer Engenheiro apresentado pela parte e aceito pelo Collector; mas as dos terrenos devolutos só o podem ser pelo Engenheiro designado pela Presidência.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, em 17 de Junho de 1870.

Hlm. e Exm. Sr. — Tendo presente o officio de V. Ex. de 11 de Março findo, a que acompanhou uma reclamação do Engenheiro João Maria de Almeida Portugal, encarregado por V. Ex. das medições e levantamento das plantas dos terrenos de marinhas do extincto aldeamento dos Indios de S. Lourenço, hoje pertencente á Fazenda Nacional, pedindo que o Governo Imperial resolva se as medições dos mesmos terrenos podem ser encarregadas pelas partes interessadas á outros Engenheiros ou se sómente á elle, visto ter sido incumbido daquelle serviço; declaro a V. Ex. que sempre que se tratar de terrenos de marinhas já aforados e pela necessidade que ha da apresentação da planta, por ocasião da primeira transferencia delles ou quando se peça ao Thesouro titulo dos de Indios já aforados, qualquer Engenheiro apresentado pela parte e aceito pelo Collector, póde fazer a planta verificando a extensão; porém quando se tiver de aforar terrenos devolutos, neste caso tem de ser feito este trabalho pelo Engenheiro designado pela Presidência, porque então é processo inteiramente novo e cumpre que seja feito observadas as disposições que regulão os aforamentos. A não ser assim terá um mesmo terreno de ser medido com todas as formalidades da lei uma immensidade de vezes, e as partes obrigadas a fazer despezas que avultão em todas as occasiões que tiverem de vir ao Thesouro para tratar de questões dos mencionados terrenos; observando á V. Ex. que as desmembrações podem ser designadas nas respectivas plantas, declarando-se a extensão e confrontação.

Deus Guarde a V. Ex. — *Visconde de Itaborahy*. — A S. Ex. o Sr. Presidente da Provincia do Rio de Janeiro.



## N. 164.—FAZENDA.—EM 18 DE JUNHO DE 1870.

As certidões negativas de responsabilidade e do *quantum* das fianças que os exactores juntão aos processos de especialisação, estão sujeitas aos emolumentos de 30 réis por linha de trinta letras.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 18 de Junho de 1870.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, para sua intelligencia e devidos effeitos, de conformidade com a decisão dada nesta data á Thesouraria de Minas Geraes, que ás certidões negativas de responsabilidade e do *quantum* das fianças, que os Exactores juntão aos processos de especialisação na fórmula da lei, nenhuma applicação pôde ter, como entendeu a referida Thesouraria, o art. 8.º do Regulamento n.º 4336 de 24 de Abril do anno passado; pois que o mesmo artigo só isenta dos emolumentos os actos, que, estando a elles sujeitos, forem preparatorios para a concessão de quaesquer titulos que os devão pagar, ou necesarios para que os mesmos produzão seus effeitos, e como taes não podem ser consideradas as certidões de que se trata, que pelo contrario estão sujeitas, como quaesquer outras extrahidas de livros, de actos e documentos publicos, aos emolumentos de 50 réis por linha de trinta letras, fixados no § 108 da tabella annexa ao mencionado Regulamento.

*Visconde de Itaborahy.*

---

## N. 165. — FAZENDA. — EM 18 DE JUNHO DE 1870.

Dá provimento a um recurso de decisão da Alfandega denegando a baldeação de generos, que tinham pago direitos de consumo, e achavão-se despachados para reexportação.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, em 18 de Junho de 1870.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da

Thesouraria de Fazenda da Provincia da Bahia, que o mesmo Tribunal, tendo presente o recurso de Manoel José de Carvalho e Oliveira, interposto de decisão da dita Thesouraria, confirmatoria da da respectiva Alfandega, que lhe denegou a baldeação para o patacho nacional *Perola*, que seguia para o Rio Grande do Sul, de mil barricas de bacalhão, procedentes de S. John no patacho inglez *Ida*, e já depachadas a bordo para consumo, atracando um dos navios ao outro; resolveu dar-lhe provimento á vista dos arts. 440 e 611 § 3.º do Regulamento de 19 de Setembro de 1860, que permittem as baldeações, tanto mais porque já tinha o recorrente pago os direitos de consumo e achava-se o genero despachado para reexportação: cumprindo que o dito Sr. Inspector declare ao da Alfandega que nos casos futuros deve observar a pratica seguida até agora na da Corte, de permittir as baldeações em circumstancias identicas, mediante as cautelas fiscaes.

*Visconde de Itaboraity.*

---

N. 166.—IMPERIO.—EM 18 DE JUNHO DE 1870.

Ao Presidente da Provincia de S. Paulo.—Declara que é motivo de (nullidade de) eleição fazerem parte da Mesa cidadãos não eleitos segundo as disposições vigentes.

2.ª Secção.—Ministerio dos Negocios do Imperio.  
—Rio de Janeiro, em 18 de Junho de 1870.

Ilm. e Exm. Sr.—Com officio de V. Ex., de 4 de Setembro do anno passado, sob n.º 47, forão-me presentes as representações que a essa Presidencia dirigirão os cidadãos José Nunes Vieira e Joaquim Leonel Ferreira, este contra a validade da eleição de Vereadores e Juizes de Paz, a que se procedeu em Setembro do anno anterior na Parochia de Itapetininga, sob a presidencia do 2.º Juiz de Paz Ludovico Antonio Homem de Mello, aquelle contra a da Parochia de Sarapuby, ambas do municipio de Itapeti-

ninga, vindo as ditas representações acompanhadas das actas e documentos que V. Ex. remetteu, dos quaes consta a existencia de uma duplicata de eleição na primeira das ditas parochias, presidida pelo 2.º Juiz de Paz do districto de Paranapanema Francisco Ferreira de Proença.

Ouvida a Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, Sua Magestade o Imperador, conformando-se com o respectivo parecer dado em consulta de 26 de Abril ultimo, houve por bem mandar declarar:

1.º Que é válida a eleição da Parochia de Itapetininga; feita sob a presidencia do 2.º Juiz de Paz Homem de Mello, no processo da qual não se encontrão irregularidades que a inquiram de nullidade, carecendo de prova as allegações feitas pelo cidadão Joaquim Leonel Ferreira na representação contra a qualificação de 1868, que serviu para a chamada dos votantes desta eleição.

A que se diz effectuada sob a presidencia do 2.º Juiz de Paz de Paranapanema não pôde subsistir, porquanto, além da incompetencia manifesta deste para assumir aquella presidencia, figurão como fazendo parte da Mesa, constituida sem terem sido eleitos, segundo as disposições vigentes, dous cidadãos, que na Mesa de que era Presidente o Juiz de Paz Homem de Mello, havião sido eleitos membros della, como representantes da turma dos supplentes.

2.º Que é igualmente válida a eleição da Parochia de Sarapuhy, por não serem procedentes, á vista das actas e documentos apresentados, as arguições contra ella formuladas pelo cidadão José Nunes Vieira.

O que communico a V. Ex. para os fins convenientes.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Sousa*.  
—Sr. Presidente da Provincia de S. Paulo.





## N. 167.—GUERRA.—CIRCULAR EM 18 DE JUNHO DE 1870.

Declara que as Repartições do Ministerio da Guerra, quando fornecerem objectos ás dos outros Ministerios, devem apresentar contas e exigir indemnizações das mesmas.

Ministerio dos Negocios da Guerra.—Rio de Janeiro, em 18 de Junho de 1870.

Ilm. e Exm. Sr.—Expeça V. Ex. as precisas ordens para que as Repartições subordinadas a este Ministerio, existentes nessa Provincia, quando fornecerem objectos a outras pertencentes a qualquer dos Ministerios, apresentem as contas, e exijão a indemnização das que forem supprimidas, as quaes procederão neste caso como no de outro qualquer fornecimento recebido, dispensando-se assim longo expediente no Thesouro Nacional, conforme representou o Sr. Ministro da Fazenda em Aviso de 11 do corrente.

Deus Guarde a V. Ex.—*Barão de Muritiba*.—Sr. Presidente da Provincia de.....



## N. 168.—JUSTIÇA.—AVISO DE 20 DE JUNHO DE 1870.

Declarando que devem subsistir as nomeações de Officiaes de uma corporação irregularmente feitas sobre proposta de um Capitão, que o commandava interinamente.

Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro, em 20 de Junho de 1870.

Ilm. e Exm. Sr.—Consulta V. Ex. em seu officio de 3 de Janeiro ultimo se, á vista do Aviso de 20 de Dezembro do anno passado, devem subsistir as nomeações de Officiaes para o 4.º batalhão de infantaria da Guarda Nacional, feitas sobre proposta do capitão Felippe Márques de Almeida quando no exercicio de commandante interino do mesmo batalhão.

Em resposta declaro a V. Ex. que, embora fosse irregular o procedimento daquelle Capitão organizando

a proposta contra o disposto nos Avisos de 23 de Dezembro de 1854 e 5 de Novembro de 1857, devem todavia prevalecer as nomeações resultantes da referida proposta, visto ter sido approvada por acto dessa presidencia, e acharem-se já os officiaes de posse de suas patentes.

Deus Guarde a V. Ex.—*Barão de Muritiba*.—Sr. Presidente da Provincia das Alagóas.

---

N. 169.—JUSTIÇA.—AVISO DE 20 DE JUNHO DE 1870.

Resolve varias duvidas relativas a officiaes da Guarda Nacional da Provincia.

Ministerio dos Negocios da Justiça. — Rio de Janeiro, em 20 de Junho de 1870.

Ilm. e Exm. Sr.—Foi presente a Sua Magestade o Imperador o officio, n.º 48, de 16 de Março ultimo, acompanhado de cópia do que dirigira a V. Ex. o Com-mandante Superior da Guarda Nacional do Municipio de Pelotas, que consultou sobre os seguintes pontos:

1.º Como deve considerar a diversos officiaes do corpo n.º 33, creado com a Guarda Nacional do de n.º 21 e dissolvido na fronteira de Bagé; visto como os mesmos officiaes chamados a serviço desobede-cêrão, devolvendo os officios, ou não os respondendo; e bem assim aos do 3.º esquadrão avulso do Boqueirão, do qual sahirão tambem alguns officiaes e praças para aquelle corpo n.º 33.

2.º Como deve proceder a respeito de cinco officiaes do 5.º batalhão de infantaria, que achão-se sus-pensos por tempo indeterminado e resolvidos a não servirem, ainda quando sejam reintegrados: se deve conservar-lhes nas respectivas companhias os seus lugares, ou propôr outros, que os substituão.

3.º Se pôde incluir na proposta, que tem de or-ganisar, uma vez que tenham as qualidades exigidas por lei, os officiaes e praças que regressão do Para-guay ou alli se achão em postos obtidos na guerra.

E o Mesmo Augusto Senhor Manda declarar a V. Ex., em solução á primeira duvida que, de conformidade

com a Lei de 19 de Setembro de 1850, devem ser privados dos postos nos termos do art. 65, os officiaes, que não se apresentarem fardados e promptos para o serviço dentro do prazo marcado no art. 20 do Decreto n.º 1354 de 6 de Abril de 1854.

Quanto á segunda, que incorrem nas mesmas penas os que, depois de reintegrados, não entrarem no exercício de seus postos.

E quanto á 3.ª, que podem ser contemplados nas propostas feitas pelo Commandante Superior os officiaes que tiverem obtido postos de commissão na guerra contra o Paraguay; com tanto que se observe o disposto no art. 48 da lei citada.

O que V. Ex. fará constar ao mesmo Commandante Superior para sua intelligencia.

Deus Guarde a V. Ex.—*Barão de Muritiba*.—Sr. Presidente da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul.



#### N. 170.—JUSTIÇA.—AVISO DE 21 DE JUNHO DE 1870.

Ao Presidente da Provincia de Minas Geraes.—Declara que os Escrivães de Orphãos têm direito ás custas de estada, nos inventarios feitos dentro das villas e cidades.

Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro, em 21 de Junho de 1870.

Ilm. e Exm. Sr.—Approvo a decisão, que o antecessor de V. Ex. deu á consulta do Juiz de Direito da Comarca do Rio de S. Francisco, declarando que os Escrivães de Orphãos, nos inventarios feitos dentro das villas e cidades, têm direito ás custas de estada, conforme preceitua o art. 108 do Regimento de Custas, visto estar aquella decisão em harmonia com o que dispõem os Avisos n.ºs 227 e 233 de 16 e 21 de Agosto de 1855, n.º 58 de 28 de Fevereiro de 1856 e n.º 402 de 16 de Dezembro de 1859.

Deus Guarde a V. Ex.—*Barão de Muritiba*.—Sr. Presidente da Provincia de Minas Geraes.



## N. 171. — FAZENDA. — EM 21 DE JUNHO DE 1870.

Deferimento de um recurso sobre restituição de direitos de mais pagos em um despacho de velas de stearina por equívoco na declaração da unidade do peso.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, em 21 de Junho de 1870.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de S. Paulo, para os fins convenientes, e em resposta ao seu officio n.º 24, de 42 de Março ultimo, que, de conformidade com o disposto na 2.ª parte do art. 603 do Regulamento de 19 de Setembro de 1860, foi deferido pelo mesmo Tribunal o recurso interposto por Otto Helm & C.ª da decisão da Alfandega de Santos, que negou-lhes a restituição dos direitos que de mais pagarão por 300 caixas da marca O H & C.ª, contendo velas de stearina, vindas de Hamburgo no patacho allemão *Joana Haydorn*; visto haver o Tribunal reconhecido terem os recorrentes declarado por equívoco na respectiva nota do despacho pesarem as caixas 5.400 kilogrammas, em vez de 5.400 libras que, com a devida redução, davão 2.470 kilogrammas, vindo assim a pagar direitos de 2.921 kilogrammas de mais, na importancia de 1:643\$063, que lhes deverá ser restituída.

*Visconde de Itaborahy.*

## N. 172. — FAZENDA. — EM 21 DE JUNHO DE 1870.

Approva uma restituição de direitos de mais pagos por cem saccos com assucar, que haviam sido despachados como se contivessem algodão.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, em 21 de Junho de 1870.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia das Alagoas, para

os fins convenientes, e em resposta ao seu officio n.º 405, de 16 de Setembro de 1869, que o mesmo Tribunal resolveu approvar o acto da Junta de Fazenda dessa Provincia, confirmando o despacho do Inspector da Alfandega de Maceió, que mandou restituir a W. W. Robilliard a quantia de 613\$887, que de mais pagou de direitos por cem saccos com 9.786  $\frac{1}{2}$  kilogrammas de assucar por elle exportados no Brigue inglez *Titania*, em consequencia de ter-se depois verificado que os referidos saccos haviam sido despachados como se conti- vessem algodão.

Outrosim declara ao Sr. Inspector que, a indemnisação ou restituição na especie figurada no art. 603 do Regulamento das Alfandegas, depende de decisão da Inspectoria, e sendo ella favoravel á parte, deve ter lugar o recurso ex-officio de que trata o art. 763 do mesmo Regulamento se a restituição fór de quantia excedente á alçada, e quando se der qualquer dos casos a que se refere o art. 32 do Decreto n.º 3217 de 31 de Dezembro de 1863.

*Visconde de Itaborahy.*

N. 173.—FAZENDA.—EM 22 DE JUNHO DE 1870.

Determina que do 1.º de Agosto proximo futuro em diante se cobrem/direitos de ancoragem de todos os vapores das Com- panhias de linhas regulares de navegação estrangeira.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Ja- neiro, em 22 de Junho de 1870.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara aos Srs. Inspec- tores das Thesourarias de Fazenda, para a devida intelligencia e execução, que do 1.º de Agosto proximo futuro em diante se deverão cobrar direitos de ancoragem, na fórmula do art. 663 do Regula- mento de 19 de Setembro de 1860, de todos os Vapores das companhias de linhas regulares de na- vegação estrangeira, que até o presente estavam isentas deste imposto.

A cobrança do dito imposto deverá ser feita no primeiro porto do Imperio, em que entrarem os

Vapores, do qual deverão os respectivos commandantes trazer documento que prove este pagamento, a fim de que lhes não seja de novo exigido nos outros portos de escala.

*Visconde de Itaborahy.*

---

N. 174.—FAZENDA.—EM 22 DE JUNHO DE 1870.

Declara isentos do sello proporcional e dos emolumentos as fianças prestadas pelas habilitandas ao meio soldo, e pelos militares para a percepção do soldo provisório.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 22 de Junho de 1870.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, para os fins convenientes, que estão isentas do sello proporcional e dos emolumentos, de que trata o § 104 da Tabella annexa ao Regulamento n.º 4356 de 24 de Abril de 1869, as fianças prestadas pelas habilitandas ao meio soldo, e pelos militares para percepção do seu soldo provisório até apresentarem as respectivas patentes, e para garantia do pagamento dos direitos destas: do sello, por não haver base para o arbitramento do valor dellas, pois a obrigação que das mesmas resulta, além de não ser por tempo certo, é para garantir a restituição do meio soldo e soldo que de mais fôr pago, e essa restituição quanto ao primeiro pôde comprehender todo ou parte delle, se o Thesouro julgar definitivamente que a nenhum tem direito, ou que lhe cabe menor quantia do que a marcada provisoriamente; e dos emolumentos, porque, além de estarem as concessões do meio soldo e de reforma dos militares isentas delles, como declara o § 9.º n.ºs 7 e 8 do dito Regulamento, o termo de fiança em ambos os casos considera-se acto preparatorio para percepção do meio soldo e soldo de reforma, embora provisórios, isentos portanto de emolumentos, na fôrma do art. 8.º do referido Regulamento.

*Visconde de Itaborahy.*

---

N. 173.—FAZENDA.—EM 22 DE JUNHO DE 1870.

Devolve á Thesouraria de Fazenda da Bahia o processo de habilitação da viuva de um Official, para que sejam suppridas as faltas que menciona.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, em 22 de Junho de 1870.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, devolve ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia da Bahia o processo de habilitação de D. Mathilde Hermelinda Helena Paulino Rabello, viuva do Major de artilharia a pé Antonio Maria Rabello, visto não poder ser julgado definitivamente por não se ter observado na justificação que delle faz parte a doutrina do Decreto n.º 3607 de 10 de Fevereiro de 1866.

Com effeito as testemunhas da justificação nada disserão sobre o estado actual da habilitanda, e na ausencia da prova de viuvez, expressamente exigida, não é possível proceder-se á apreciação do seu direito ao meio soldo de seu finado marido.

Além disto a fê de officio do referido official está incompleta, circumstancia que motiva duvida quanto á effectividade do posto de Major, em que elle falleceu.

Torna-se, portanto, indispensavel que o Sr. Inspector proceda nos termos do citado Decreto, não só quanto á justificação, mas tambem ao complemento da fê de officio.

Outrosim declara ao Sr. Inspector que as fianças prestadas pelas habilitandas ao meio soldo estão isentas do pagamento do sello proporcional, que foi exigido da que prestou a referida habilitanda, e bem assim dos emolumentos do respectivo termo, fixados no § 104 da tabella annexa ao Regulamento n.º 4356 de 24 de Abril de 1869, como se declara ás Thesourarias de Fazenda em Circular n.º 20 desta data.

*Visconde de Itaborahy,*

## N. 176.— FAZENDA.— EM 22 DE JUNHO DE 1870.

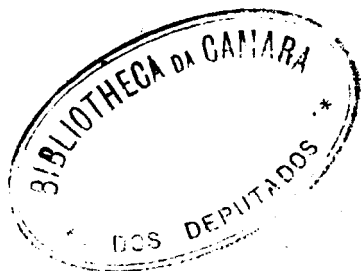
Indica os casos em que as Mesas de Rendas e Collectorias podem pagar despesas dos processos de arrematação de bens pertencentes a heranças jacentes.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 22 de Junho de 1870.

Ilm. e Exm. Sr.— Não convindo aos interesses da Fazenda, o que a pratica tem demonstrado, que nas Mesas de Rendas e Collectorias se continue a observar com a maior amplitude a ordem n.º 342 de 8 de Novembro de 1859, relativa ás despesas dos processos de arrematação dos bens pertencentes a heranças jacentes; resolvi, de accôrdo com os pareceres das Directorias Geraes da Tomada de Contas e do Contencioso do Thesouro Nacional, mandar declarar nesta data aos Administradores das ditas Mesas e Collectores que só devem realizar taes despesas emquanto nos cofres das Estações a seu cargo estiverem os dinheiros das heranças, e quando a importancia das mesmas despesas tiver sido requisitada por officio do Juizo e não exceda de 200\$; cumprindo, no caso contrario, que os Juizes dirijão suas requisições ao Thesouro Nacional.

O que communico a V. Ex. para seu conhecimento, e para que se digne expedir a semelhante respeito as ordens que julgar necessarias para que esta providencia tenha execução por parte das Autoridades de Justiça a quem competir.

Deus Guarde a V. Ex.— *Visconde de Itaborahy*.— A S. Ex. o Sr. Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça.





## N. 177.—FAZENDA.—EM 22 DE JUNHO DE 1870.

Declara quaes os objectos que a Companhia de carris de ferro do Jardim Botânico pôde despachar livres de direitos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 22 de Junho de 1870.

Hlm. e Exm. Sr.—Communico a V. Ex., em resposta ao seu Aviso n.º 29 de 31 de Maio findo, que a isenção de direitos a favor dos objectos destinados á Companhia de carris de ferro para o Jardim Botânico deve ser regulada pelo disposto no art. 6.º dos Estatutos da mesma Companhia, que baixarão com o Decreto n.º 3001 de 18 de Novembro de 1862; e que, segundo esse artigo, só gozão do despacho livre designadamente os seguintes objectos—obras de ferro, trilhos, cimento, locomotivas, coque, carros ou wagons. Não pôde, portanto, ser entre elles incluída a madeira, como pretende o Presidente da dita Companhia; sendo que pelo Decreto n.º 3633 de 13 de Abril de 1866, condição 13, foi prohibido o emprego de locomotivas, e por consequente devem estas ser supprimidas do referido art. 6.º dos Estatutos.

Pelo que toca ao Decreto n.º 1733 de 12 de Março de 1856, é fóra de duvida estar elle em vigor com as modificações que lhe fizerão Decretos posteriores, porque a ella se refere o já citado de 18 de Novembro de 1862, que approvou os estatutos da Companhia.

Deus Guarde a V. Ex.—*Visconde de Itaborahy*.—A S. Ex. o Sr. Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque.

## N. 178.—FAZENDA.—EM 23 DE JUNHO DE 1870.

Provimto de um recurso de decisão da Alfandega da Bahia, sujeitando a pagamento de direitos papeis de envoltório que acompanharão, separados, varias peças de seda.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 23 de Junho de 1870.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da

Thesouraria de Fazenda da Provincia da Bahia, para a devida intelligencia e execução, que o mesmo Tribunal, tomando conhecimento do recurso de revista interposto por Velloso, Irmão & C.<sup>a</sup> da decisão da Alfandega da mesma Provincia, que os obrigou ao pagamento de direitos dos papeis que acompanhárão, separados, varias peças de seda, que submettêrão a despacho, resolveu dar-lhe provimento: visto que o art. 30 das Disposições Preliminares da Tarifa, em que baseou sua decisão a Inspectoria da Alfandega, longe de favorecel-a, permite, ao contrario, na ultima parte, separar os tecidos de seda dos papeis grossos, em que se acharem envolvidos.

*Visconde de Itaborahy.*

---

N. 179.—FAZENDA.—EM 23 DE JUNHO DE 1870.

Solve duvidas do Presidente do Banco Commercial do Maranhão ácerca da eleição da respectiva Directoria.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 23 de Junho de 1870.

Ilm. e Exm. Sr. — Em resposta ao officio de V. Ex. sob n.º 6, datado de 20 do mez proximo passado, ácerca das duvidas apresentadas pelo Presidente do Banco Commercial dessa Provincia, quanto á eleição da respectiva Directoria, tenho de declarar o seguinte:

1.º Que a Lei n.º 1083 de 22 de Agosto de 1860, pela qual se devem entender os Estatutos dos Bancos nos pontos em que pareça haver discordancia dos mesmos Estatutos com a citada Lei, não exige senão a substituição da quinta parte da Directoria, sendo desnecessaria a reeleição obrigada dos quatro quintos della:

2.º Que eleitos agora dous Directores em substituição dos dous que não querem continuar, contarão os rechem-eleitos menor antiguidade do que seus companheiros, e por isso não podem ser contemplados no sorteio daquelles que forão eleitos anteriormente em uma mesma época.

Deus Guarde a V. Ex.—*Visconde de Itaborahy.*—A S. Ex. o Sr. Presidente da Provincia do Maranhão.

---

N. 180.— FAZENDA.— EM 27 DE JUNHO DE 1870.

Trata de um recurso sobre multa que a Alfandega de Albuquerque impuzera em 1863 ao Commandante do Vapor *Marquez de Olinda*, pela supposta falta de um fardo do respectivo carregamento.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro, em 27 de Junho de 1870.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de Mato Grosso, em resposta ao seu officio n.º 62, de 6 de Maio de 1864, que o mesmo Tribunal resolveu deferir o recurso interposto por Joaquim Timotheo Ribeiro, na qualidade de fiador e agente da Companhia de navegação a vapor do Alto Paraguay, da decisão da referida Thesouraria confirmatoria da da Alfandega de Albuquerque, que multou o Commandante do Vapor *Marquez de Olinda*, 2.º Tenente Hypolito de Simas Bittencourt, pela falta de um fardo manifestado em 6 de Abril de 1863 e não desembarcado, nos termos do art. 423 do Regulamento de 19 de Setembro de 1860: visto não se ter dado a falta arguida, e sim enganos resultantes das irregularidades com que procedêrão tanto o Official de Descarga e o Comandante, que não observârão o disposto no art. 442 § 1.º do citado Regulamento, como os Conferentes dos manifestos, que limitârão-se á verificação das marcas, sem attenderem a que o numero dos volumes manifestados era o mesmo descarregado: observando além disto ao Sr. Inspector, que, quando existisse a falta imputada, a pena a impôr seria a do art. 433 (pagamento de direitos de exportação) e não a do art. 423, que foi applicada, visto como o conteúdo do volume consistia em mercadorias já despachadas para consumo na Alfandega da Côte, e que seguirão por cabotagem para a dita Provincia.

*Visconde de Itaborahy.*

---

## N. 181.—IMPERIO.—AVISO DE 28 DE JUNHO DE 1870.

Ao Presidente da Provincia do Ceará. — Declara serem motivos de nullidade de eleição : 1.º a falta de acta especial da 3.ª chamada dos votantes; 2.º a interrupção, por dias, dos trabalhos eleitoraes; 3.º a precipitação nestes.

2.ª Secção.—Ministerio dos Negocios do Imperio.—  
Rio de Janeiro, em 28 de Junho de 1870.

Illm. e Exm. Sr.—Tendo em consideração as irregularidades constantes das actas da eleição para Vereadores e Juizes de Paz, a que se procedeu em Fevereiro do corrente anno na Parochia da Imperatriz, bem como as arguições que contra a mesma eleição fizeram diversos cidadãos em uma representação dirigida a essa Presidencia; resolveu V. Ex. annullar a dita eleição, dando conhecimento deste acto ao Governo Imperial em officio de 17 do mez findo, ao qual acompanhão aquellas actas e representação.

Resultando do exame de todos esses documentos que houve na mesma eleição as seguintes irregularidades:

1.ª Não se ter lavrado acta especial da 3.ª chamada, mas uma apenas das tres chamadas, na qual se narra confusamente tudo quanto occorreu no decurso de taes trabalhos;

2.ª Ter a mesma acta a data de 9 de Fevereiro em que se figura terminado o recebimento, contagem e emmassamento das cédulas, ao passo que a da apuração, datada de 15, dá como iniciado este processo nesse mesmo dia 15, demonstrando portanto que houve, sem razão que a justifique, uma interrupção de cinco dias nos trabalhos eleitoraes;

3.ª Figurarem-se como apuradas no referido dia 15 todas as cédulas recebidas em numero de 1.487 para Vereadores e outras tantas para Juizes de Paz, o que era impossivel executar em tão curto prazo, se fossem observados o preceito do art. 54 da Lei n.º 387 de 19 de Agosto de 1846, e mais disposições concernentes a este acto;

Tendo o Governo Imperial confirmado o acto de V. Ex., assim o communico para os devidos effeitos.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Sousa*,  
—Sr. Presidente da Provincia do Ceará.



## N. 182. — FAZENDA. — EM 30 DE JUNHO DE 1870.

Declara que não pôde ser cumprido um officio do Juiz Municipal de Rezende, para a entrega do producto integral de uma herança, por não estar completa a habilitação da herdeira.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, em 30 de Junho de 1870.

Communico a Vm., para os fins convenientes, que não pôde ser cumprido o seu officio de 4 do corrente em que pede para entregar-se a D. Maria Francisca da Rocha, viuva de Antonio Rodrigues de Castro, ou a seu procurador Francisco Monteiro Pinto, a quantia de 327,650 recolhida ao Thesouro: porquanto, se bem que a interessada provasse, na respectiva habilitação, ser viuva do dito Castro e caber-lhe a devolução da herança em 4.º grão por successão natural, na fôrma da Ord. Liv. 4.ª Tit. 94, visto não terem apparecido herdeiros que a devessem preferir e forão convidados por editaes, na conformidade do art. 32 do Regulamento de 15 de Junho de 1859, a saber — descendentes legitimos ou legitimados successiveis, ascendentes, collateraes até o 10.º grão, contado segundo o direito canonico; commtudo é deliciente a prova testemunhal da habilitação, pois nada declara sobre a não existencia desses herdeiros, requisito que cumpria ter sido articulado e provado, e não foi, não o dispensando por certo o facto da publicação dos editaes, e do não comparecimento de quaesquer interessados até a época em que se intentou a habilitação; pois, a existirem esses herdeiros, não perdem por isso o seu direito de habilitarem-se depois de serem julgadas por sentença as heranças vacantes e devolutas ao Estado, como se vê do art. 52 do dito Regulamento.

Portanto, em vista da ordem de 29 de Abril de 1862, pela qual se declarou a esse Juizo não se poder cumprir um precatorio de levantamento por irregularidades, como a de que se trata, além de outras, não é possivel tambem ser satisfeita a referida requisição; communicando entretanto a Vm. que metade da quantia existente nos cofres se poderá pagar já, pois constitue a meação da herdeira habilitada e que lhe pertence como viuva meeira que é.

Deus Guarde a Vm. — *Visconde de Itaborahy*. — Sr. Juiz Municipal da Cidade de Rezende.

---

## N. 183.—IMPERIO.—EM 30 DE JUNHO DE 1870.

Ao Presidente da Provincia das Alagoas.—Declara que para relevação de(multa, imposta por factos relativos a trabalhos electorales, deve haver decisão especial, não se podendo entender que a annullação destes trabalhos traga forçosamente aquella relevação.

*Elucid.*

2.<sup>a</sup> Secção.—Ministerio dos Negocios do Imperio.—Rio de Janeiro, em 30 de Junho de 1870.

Illm. e Exm. Sr.—Pelo Ministerio da Fazenda foi-me transmittido, por cópia, o officio n.º 49 de 26 de Novembro de 1868, no qual V. Ex., entre outras duvidas, consultou sobre o seguinte: « Se a disposição do Aviso n.º 293 de 3 de Julho de 1863, que annullou os trabalhos de uma Junta de qualificação, e declarou que por este facto não podia subsistir a multa, imposta pela mesma Junta a um de seus membros, refere-se unicamente ao caso de que cogitou, ou é tão generica que comprehenda quaesquer outros, para dar lugar á relevação da multa, uma vez que se verifique a circumstancia de annullação dos trabalhos, que derão lugar á imposição da dita multa. »

A Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, ouvida sobre o assumpto, foi de parecer, em 14 de Março ultimo, que a determinação do aviso citado é restricta ao caso a que se refere, e que para relevação da multa deve haver decisão especial cada vez que fôr imposta; porquanto, sendo aquella pena um correctivo contra as faltas commettidas nos trabalhos das juntas de qualificação, não deve a annullação destes trabalhos trazer forçosamente a relevação da multa, cuja effectividade é indispensavel nos casos em que a nullidade provém de faltas imputaveis aos membros das mesmas juntas.

Com este parecer Sua Magestade o Imperador houve por bem conformar-se por Sua Immediata Resolução de 15 do corrente: o que communico a V. Ex. para os devidos effeitos.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Sousa*.—Sr. Presidente da Provincia das Alagoas.

## N. 184. — JUSTIÇA. — AVISO DE 30 DE JUNHO DE 1870.

Ao Juiz de Paz da Freguezia do Espirito Santo. — Resolve duvidas á respeito da faculdade de serem os Escrivães de Paz procuradores em outro Juizo; e dos casos em que lhes compete fazer instrumentos de procuração nos respectivos districtos.

Ministerio dos Negocios da Justiça. — Rio de Janeiro, em 30 de Junho de 1870.

Foi presente a Sua Magestade o Imperador o seu officio de 24 de Maio ultimo, consultando:

1.º Se um Escrivão do Juiz de Paz pôde ser Procurador em outro Juizo.

2.º Se é extensivo á todos os Escrivães de Juiz de Paz lavrarem procuração, sem ser por termo de apud-acta.

O Mesmo Augusto Senhor Manda declarar a Vm. que a primeira duvida está resolvida pelo Aviso de 23 do corrente, e que quanto á 2.ª, só nos casos da Lei de 30 de Outubro de 1830 é que compete aos Escrivães fazer instrumentos de procuração nos seus respectivos districtos, porque são elles Tabelliães de Notas cumulativamente com os Tabelliães do Termo.

Deus Guarde a Vm. — *Barão de Muritiba*. — Sr. Juiz de Paz da Freguezia do Espirito Santo.

## N. 185. — FAZENDA. — EM 1 DE JULHO DE 1870.

Ao empregado que exerce interinamente lugar — não vago — compete sómente a gratificação do mesmo lugar e não o vencimento integral.

Ministerio dos Negocios da Fazenda: — Rio de Janeiro, em 1 de Julho de 1870.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de Minas Geraes.

em resposta ao seu officio n.º 76 de 17 do mez proximo passado, que bem procedeu mandando abonar ao Official da Secretaria da mesma Thesouraria Antonio Hermogenes Pereira Rosa sómente a gratificação do lugar de Official-Maior, que elle exerce interinamente, visto não ter direito ao vencimento integral, por não estar vago o mencionado lugar.

*Visconde de Itaborahy.*

---

**N. 186. — GUERRA. — EM 2 DE JULHO DE 1870.**

Declara que as praças de pret do Exercito, elevadas aos postos de Inferiores, ou reconhecidas Cadetes durante a Campanha, devem ser como taes reconhecidas nos respectivos Corpos, ficando aggregadas, se não houver vagas.

Ministerio dos Negocios da Guerra. — Rio de Janeiro, em 2 de Julho de 1870.

As praças de pret do Exercito, que na campanha foram elevadas aos postos de Inferiores, ou reconhecidas Cadetes nos corpos em que servirão, devem ser como taes reconhecidas nos seus respectivos corpos, ficando aggregadas, caso não hajão vagas.

*Barão de Muritiba.*

---

**N. 187. — FAZENDA. — EM 4 DE JULHO DE 1870.**

Manda promover a reforma das sentenças proferidas nos (processos de) fiança de dous exactores da Fazenda, por omissão de certos requisitos essenciaes.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, em 4 de Julho de 1870.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional. communica ao Sr. Inspector da



**Thesouraria de Fazenda da Provincia do Pará, em resposta aos seus officios n.º 7 de 31 de Janeiro e n.º 66 de 18 de Maio do corrente anno, que não consta das sentenças proferidas nos processos de especialisação das hypothecas que garantem as fianças do Thesoureiro dessa Repartição, Hilario Honorato da Cunha Meninêa, e do da Alfandega, Domingos de Oliveira Gomes, a declaração do domicilio dos fiadores e da freguezia em que se achão os immoveis, requisitos que não podem deixar de ser mencionados na sentença, porque em vista della e dos respectivos extractos se faz a inscripção, e esta os deve conter, sob pena de nullidade, por serem essenciaes, na fórma do art. 235 do Regulamento de 26 de Abril de 1865; não podendo essa omissão ser supprida nos extractos, que não devem conter o que não consta do titulo de que são o resumo.**

Cumpre, portanto, que o Sr. Inspector promova a reforma das sentenças, quanto aos referidos quesitos, por meio de petição embargante, sendo depois inscriptas as hypothecas se o não tiverem sido, ou fazendo-se no caso affirmativo, com a sentença addicional, a competente averbação nas inscripções primitivas.

*Visconde de Itaborahy.*

---

N. 188. — FAZENDA — EM 4 DE JULHO DE 1870.

Trata de um recurso relativo aos direitos cobrados pela Alfandega da Bahia em um despacho de taboas de pinho.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, em 4 de Julho de 1870.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia da Bahia, em resposta ao seu officio n.º 187 de 15 de Novembro do anno proximo findo, que pelo mesmo Tribunal foi approvada a decisão tomada em sessão da Junta da dita Thesouraria de 5 de Outubro ultimo, sobre o recurso de J. B. Witt

& C.<sup>a</sup>, relativamente á taxa que devião pagar na respectiva Alfandega 5.403 taboas de pinho com 20.328 metros de comprimento e 23 centímetros de grossura: por considerar o mesmo Tribunal que o taboado allí submettido a despacho pelo recorrente está sujeito a 300 réis por metro quadrado, visto como, além da taxa de 400 réis correspondente a tres centímetros de grossura estabelecida no art. 415 da tarifa, fica ainda sujeito a mais de 100 réis por cada dous centímetros de excesso.

*Visconde de Itaborahy.*

N. 189.—FAZENDA.—EM 6 DE JULHO DE 1870.

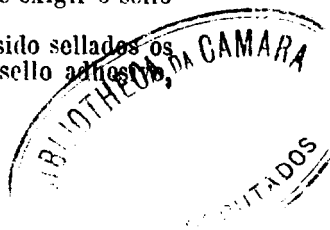
Declara que os requerimentos feitos pelos Officiaes e praças do Exército e da Armada e outros em serviço no Paraguay, ou em diversos pontos do Imperio, estão sujeitos ao sello, visto não os ter o novo Regulamento isentado expressamente de tal imposto.

(assinado de)

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 6 de Julho de 1870.

Ilm. e Exm. Sr.—Communico a V. Ex., em resposta ao seu Aviso de 11 de Junho findo, que tendo caducado o Regulamento n.º 3139 de 13 de Agosto de 1863 com a publicação dos de n.ºs 4505 de 17 de Abril do anno passado e 4354 de 9 de Abril ultimo, e não havendo estes isentado expressamente do sello os requerimentos feitos pelos Officiaes e praças do Exército, que se achão no Paraguay ou em diversos pontos do Imperio, como isentava aquelle no art. 31 § 1.º os desses Officiaes e praças e da Armada, Corpos Policiaes e Guarda Nacional, que se achassem em serviço fóra do Municipio da Córte e das capitães das Provincias, quando feitos no proprio nome e não a favor de terceiros ou cessionarios, é claro que, em ambos estes casos, se deve exigir o sello de taes requerimentos.

Na hypothese, porém, de não terem sido sellados os ditos requerimentos com estampilha do sello adhesional,



se, em vista dos despachos nelles proferidos, forem expedidos os titulos de que trata o art. 56 e seus paragrafos do Regulamento de 9 de Abril ultimo, dever-se-ha cobrar o sello desses requerimentos com os dos mesmos titulos, observando-se as formalidades prescriptas no citado artigo; e se produzirem desde logo os seus effectos os despachos lançados em taes requerimentos, ficão estes dependentes, na fórma do art. 37 do mesmo Regulamento, do pagamento do sello, que poderá ser satisfeito pelas pessoas encarregadas de promover o andamento e decisão dos requerimentos, como se resolveu em 16 de Setembro do anno passado, relativamente ás certidões passadas pelas Repartições sujeitas aos differentes Ministerios e requeridas por pessoas residentes nas Províncias.

Deus Guarde a V. Ex.—*Visconde de Itaborahy*.—A S. Ex. o Sr. Barão de Muritiba.

N. 190.—FAZENDA.—EM 7 DE JULHO DE 1870.

Sobre o lançamento, para a cobrança do imposto de indústrias e profissões, das casas que comprão e vendem couros vaccuns e outros productos do paiz.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 7 de Julho de 1870.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de S. Pedro para os devidos effectos, e em resposta ao seu officio n.º 232 de 30 de Outubro de 1869, que não pôde ser approvedo o acto da Junta de Fazenda dessa Provincia mandando comprehender nas Tabellas A. e D., 3.ª classe, do Regulamento que acompanhou o Decreto n.º 4346 de 23 de Março do mesmo anno, a casa de comprar e vender couros vaccuns e outros productos do paiz, pertencente a Aleixo Mosqueira, visto estar semelhante industria terminantemente comprehendida

na 2.<sup>a</sup> classe, Tabellas **A.** e **D.**, annexas ao mencionado Regulamento; podendo, porém, no caso de que se trata ser concedida a remissão parcial da taxa de 2.<sup>a</sup> classe, Tabella **A.**, e permanecendo o lançamento da Tabella **D.**, de conformidade com o disposto no art. 26 do sobredito Regulamento.

*Visconde de Itaborahy.*

---

**N. 191.—FAZENDA.—EM 7 DE JULHO DE 1870.**

Approva a assemelhação das (fabricas de) refinação de assucar em que se emprega o serviço braçal, ás que são movidas a vapor ou por agua.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 7 de Julho de 1870.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia do Maranhão, para os devidos effeitos, que foi approvado o acto da Junta de Fazenda dessa Provincia—assemelhando as fabricas de refinação de assucar, em que se emprega o serviço braçal, ás que são movidas a vapor ou por agua, conforme dá conta em officio n.º 149 de 15 de Novembro de 1869; cumprindo que use da faculdade de que trata o art. 26 do Regulamento de 23 de Março de 1869, nos casos de escassez de renditos.

*Visconde de Itaborahy.*

---

## N. 192.—FAZENDA.—EM 7 DE JULHO DE 1870.

Concessão de favores aos contractantes da preparação do leito, collocação de lastro e construção das estações da estrada de ferro de Jundiaby a Campinas.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 7 de Julho de 1870.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de S. Paulo, para os fins convenientes, que na forma do Decreto n.º 4428 de 27 de Outubro de 1869, clausulas 2.ª e 3.ª, é concedido a Angelo Thomaz do Amaral, João Pereira Darrigue Faro e Heitor Radmaker Grúnewald, contractantes da preparação do leito, collocação de lastro e construção das estações da estrada de ferro de Jundiaby a Campinas, o uso gratuito das madeiras e outros materiaes existentes nos terrenos nacionaes devolutos, e bem assim a isenção de direitos de importação para os trilhos, machinas, materiaes e instrumentos que se destinarem á construção da referida estrada.

*Visconde de Itaborahy.*

## N. 193.—FAZENDA.—EM 7 DE JULHO DE 1870.

Trata de um recurso ácerca da revalidação de uma letra, do qual o Tribunal do Thesouro não tomou conhecimento por ter sido interposto fóra de tempo na 1.ª instancia.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 7 de Julho de 1870.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia do Pará, para seu conhecimento e devidos effeitos, e em resposta

ao officio n.º 119 de 28 de Setembro do anno proximo passado, que o mesmo Tribunal resolveu não tomar conhecimento do recurso interposto por João Maria de Moraes, na qualidade de liquidante da extincta Caixa filial do Banco do Brasil nessa Provincia, da decisão da Thesouraria, confirmando a da Alfandega, que o sujeitou ao pagamento da quantia de 3:500\$000 de revalidação de uma letra de 70:000\$000 sacada em 13 de Novembro de 1863 pelo Thesouro contra a mesma Thesouraria e a favor do recorrente; visto ter sido o recurso interposto na primeira instancia fóra do prazo legal, isto é, passados quasi seis mezes contados da data do pagamento da revalidação da letra, de que se trata, até o dia da apresentação do recurso á Alfandega; sendo, portanto, considerados nulos e de nenhum effeito os interpostos para as instancias superiores.

*Visconde de Itaborahy.*

---

N. 194.—FAZENDA.—EM 7 DE JULHO DE 1870.

Instruções para a escripturação das operações relativas a emissão, transferencia e pagamento dos juros das apolices da divida interna fundada, e substituição do papel moeda.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 7 de Julho de 1870.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda que, na escripturação das operações relativas á emissão, transferencia e pagamento dos juros das apolices da divida interna fundada, e substituição do papel moeda, dever-se-ha d'ora em diante observar o seguinte:

Art. 1.º Para as apolices da divida interna crear-se-hão os livros de—Assentamento dos possuidores—Transferencias—Cofre especial—Cofre dos juros em deposito—Folha de pagamento dos juros—Auxiliares de despeza.

Art. 2.º O assentamento ou conta corrente, escripturado por debito e credito, servirá para se abrir conta a cada pessoa que possuir apolices. No debito dar-se-ha entrada ás apolices adquiridas, e no credito sahida ás que passarem por qualquer causa a novo possuidor. Para cada taxa de juro haverá assentamento distincto, dividido em tantos livros quantas são as letras do alphabeto, acompanhados do respectivo indice (modelo n.º 1).

Art. 3.º As transferencias feitas mediante propostas assignadas pelos contractantes, serão lançadas no respectivo livro, onde assignaráõ os mesmos contractantes e o Procurador Fiscal da Thesouraria (modelos n.ºs 2 e 3), na conformidade do Regulamento n.º 416 de 15 de Janeiro de 1842.

Art. 4.º Sendo transferido o pagamento dos juros para a Côte ou Provincia diversa, expedir-se-ha um conhecimento nos termos do modelo n.º 4.

Art. 5.º No debito do—Cofre especial—lançar-se-hão as quantias applicadas ao pagamento dos juros dos semestres para que fôr destinado o livro, e no credito a totalidade da despesa diaria com o pagamento dos mesmos juros segundo suas taxas (modelo n.º 5).

Cada exercicio terá livro distincto.

Findos os prazos da lei, dar-se-ha balanço ao respectivo cofre, lavrando-se um termo que será assignado pelos Membros da Junta, e passando-se o saldo para o cofre dos juros em deposito.

Art. 6.º O debito do—Cofre dos juros em deposito—será formado da importancia que existir no dia 31 de Dezembro de cada anno, e bem assim da que ficar por pagar no fim dos prazos da lei. O credito compôr-se-ha das importancias totaes dos pagamentos realizados nos dias não comprehendidos naquelles prazos, sendo levadas ás columnas dos juros a que pertencerem. Lavrar-se-ha termo no fim do exercicio, passando-se o saldo para o seguinte (modelo n.º 6).

Art. 7.º Para o preparo da folha dos juros semestraes, extrahir-se-hão dos livros de assentamento os nomes dos possuidores, e nella se lavrará um termo de abertura, assignado pelo Inspector da Thesouraria, no qual se deverá declarar a importancia dos juros que houverem de ser pagos no respectivo semestre, inscrevendo-se alphabeticamente os possuidores com especificação das quantidades e valores das apolices, capitães representados e juros correspondentes.

Cada taxa de juro terá folha separada, comprehen-

dendo esta em suas paginas o maior numero possivel de nomes (modelo n.º 7), e nessas mesmas folhas se continuará a fazer o abono dos juros que ficarem por pagar no prazo legal.

A' margem de cada nome escrever-se-ha o numero que lhe competir, extrahindo-se para o pagamento dos juros um conhecimento de numero igual.

Art. 8.º Os conhecimentos serão impressos com os claros precisos, e numerados á medida que se forem extrahindo (modelo n.º 8).

Art. 9.º No livro auxiliar de despeza serão escripturados desenvolvidamente os pagamentos diarios, com declaração do numero do conhecimento, semestre a que respeita o juro e importancia paga (modelo n.º 9).

Haverá livro especial para cada taxa de juro.

Art. 10. Para a substituição do papel moeda crear-se-ha um livro escripturado por debito e credito. Ne debito designar-se-ha diariamente por valores a quantidade de notas substituidas e a importancia total, e no credito a remessa para o Thesouro, seguindo-se o mesmo systema (modelo n.º 10).

*Visconde de Itaborahy.*



**MODELO N. 1.**

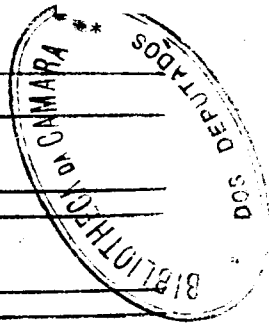
**Manoel José Joaquim.**

**REBIBO.**

**CERTIFICATE.**

[illegible]

(Received 10 July 1971)



## MODELO N. 2.

### JUROS DE..... POR CEN

O abaixo assignado F. (por si, ou como procurador,  
tutor, etc.).....

.....possuidor de

..... Apolices de 1:000\$ de numeros.....

.....

.....

.....

..... Apolices de 800\$ numeros .....

..... Apolices de 600\$ numeros .....

..... Apolices de 500\$ numeros .....

..... Apolices de 400\$ numeros .....

..... Apolices de 200\$ numeros .....

.....

transfere-as ao Sr. F.....

ao preço de.....

.....

e para esse fim apresenta as ditas Apolices. Rio de Ja-  
neiro em.... de..... de 187....

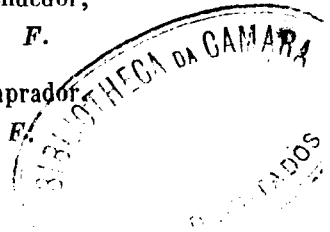
..... Livro de c/c—folhas....

Vendedor,

F.

Comprador

F.



**MODELO N. 3.****TERMOS DE TRANSFERENCIAS DE APOLICES.**

Aos..... de..... de 187.... nesta Thesouraria de Fazenda, presente o Sr. Procurador Fiscal F., comparecerão F. e F., o primeiro, possuidor de..... apolices de        §    n.º..... e o segundo, comprador das mesmas apolices, como consta da proposta que exhibirão; e sendo pelo dito Sr. Procurador Fiscal reconhecida a identidade das pessoas e a legalidade dos titulos, passarão estes ao poder do comprador, depois de pago o competente sello, e notado o respectivo assentamento; do que, para constar, lavrou-se o presente termo que eu F. (empregado da Secção do Contencioso) escrevi, e vai assignado pelas pessoas acima mencionadas.

Procurador Fiscal,

*F.*

Vendedor,

*F*

Comprador,

*F.*

## MODELO N. 4.

### CONHECIMENTO OU GUIA PARA TRANSFERENCIA DO PAGAMENTO DOS JUROS.

N.º.....

THESSOURARIA DE FAZENDA DE.....

A fls..... do Livro..... de assentamento dos possuidores de apolices da divida interna fundada do juro de..... por cento, letra....., fica lançada a seguinte nota na conta corrente de F. :

« Por despacho de..... mandou-se passar conhecimento a este possuidor para receber na Caixa d'Amortização (ou na Thesouraria de Fazenda de.....) os juros do..... semestre do exercicio de..... e os mais que se vencerem de..... apolices de § n.º..... »

E, tendo sido observadas as disposições do Regulamento n.º 116 de 13 de Janeiro de 1842, extrahiu-se o presente conhecimento em fôrma, para os devidos effeitos. Eu F. (Escripturario) o escrevi em..... de..... de 187... E eu F. (Contador) o fiz escrever.

O Inspector,

*F.*

O Procurador Fiscal,

*F.*

## MODELO

## O cofre especial de juros da divida

**Deve:**

30 de Dezembro de 1870.		
Recbido da Caixa Geral por conta do supprimento para o pagamento dos juros do semestre corrente: vinte contos de réis.....		20:000\$000
O Thesoureiro,	O Escripturario,	
F.	F.	
3 de Janeiro de 1871.		
Idem para a continuação do pagamento dos juros: vinte cinco contos de réis.....		25:000\$000
O Thesoureiro,	O Escripturario,	
F.	F.	
18 de Janeiro.		
Idem por saldo do supprimento destinado para o pagamento dos juros deste semestre: quinze contos de réis .....		15:000\$000
O Thesoureiro,	O Escripturario,	
F.	F.	
		60:000\$000

N. 5.

interna fundada a cargo do Thesoureiro F.

**Haver :**

	JUROS.			TOTAL.
	De 6 %.	De 5 %.	De 4 %.	
2 de Janeiro de 1871.				
Pago hoje a diversos: nove contos de réis.....	9:000\$000	.....	.....	9:000\$000
O Escripturario, F.				
3 de Janeiro.				
Importancia paga hoje: dous contos de réis.....	2:000\$000	.....	.....	2:000\$000
O Escripturario, F.				
4 de Janeiro.				
Importancia paga hoje: um conto e quinhentos mil réis.....	1:500\$000	.....	.....	1:500\$000
O Escripturario, F.				
5 de Janeiro.				
Importancia paga hoje: dous contos de réis.....	2:000\$000	.....	.....	2:000\$000
O Escripturario, F.				
9 de Janeiro.				
Importancia paga hoje: um conto e quatrocentos mil réis.....	.....	1:000\$000	400\$000	1:400\$000
O Escripturario, F.				
	14:500\$000	1:000\$000	400\$000	16:900\$000

**Deve :**

Transporte,.....

60.000\$000

---

60.000\$000

**Haver:**

	JUROS.			TOTAL.
	De 6 %.	De 5 %.	De 4 %.	
Transporte...	11:500\$000	1:000\$000	400\$000	13:900\$000
10 de Janeiro de 1871.				
Importancia paga hoje: tres contos e quinhentos mil reïs.....	3:500\$000	.....	.....	3:500\$000
O Escriptuario, F.				
11 de Janeiro.				
Importancia paga hoje: cin- co contos e seiscentos mil reïs.....	5:600\$000	.....	.....	5:600\$000
O Escriptuario, F.				
12 de Janeiro.				
Importancia paga hoje: dous contos e trescentos mil reïs	2:300\$000	.....	.....	2:300\$000
O Escriptuario, F.				
13 de Janeiro.				
Importancia paga hoje: seis contos e setecentos mil reïs.....	6:700\$000	.....	.....	6:700\$000
O Escriptuario, F.				
	32:600\$000	1:000\$000	400\$000	34:000\$000



**Deve:**

Transporte .....

60:000\$000

---

60:000\$000

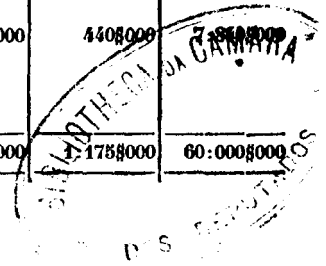
**Haver:**

	JUROS.			TOTAL.
	De 6 %.	De 5 %.	De 4 %.	
Transporte...	32:600\$000	1:000\$000	400\$000	34:000\$000
14 de Janeiro de 1871.				
Importancia paga hoje: tres contos e trescentos mil réis.	3:300\$000	.....	.....	3:300\$000
O Escriptuario,				
F.				
16 de Janeiro.				
Importancia paga hoje: dous contos quatrocentos e ses- senta mil réis .....	.....	2:125\$000	333\$000	2:460\$000
O Escriptuario,				
F.				
17 de Janeiro.				
Importancia paga hoje: qua- trocentos mil réis .....	400\$000	.....	.....	400\$000
O Escriptuario,				
F.				
18 de Janeiro.				
Importancia paga hoje: dous contos e duzentos mil réis.	2:200\$000	.....	.....	2:200\$000
O Escriptuario,				
F.				
	38:300\$000	3:125\$000	733\$000	42:300\$000



**Mover :**

	JUROS.			TOTAL.
	De 6 %.	De 5 %.	De 4 %.	
Transporte...	38:500\$000	3:123\$000	733\$000	42:360\$000
19 de Janeiro de 1871.				
Importancia paga hoje: seis contos e tresentos mil réis.	6:300\$000	.....	.....	6:300\$000
O Escriptuario, F.				
23 de Janeiro.				
Importancia paga hoje: tres contos e quinhentos mil réis.....	3:500\$000	.....	.....	3:500\$000
O Escriptuario, F.				
	48:300\$000	3:123\$000	733\$000	52:160\$000
23 de Janeiro.				
Saldo que passa para o co- fre dos juros em deposito: sete contos oitocentos e quarenta mil réis.....	6:200\$000	1:200\$000	440\$000	7:840\$000
O Escriptuario, F.				
	54:500\$000	4:323\$000	1:173\$000	60:000\$000



## MODELO

## O cofre de juros em deposito da divida in

**Deve:**

2 de Janeiro de 1871.	
Saldo dos juros não reclamados até 31 de Dezembro do anno proximo findo, vinte contos de réis.....	20:000\$000
O Thesoureiro,	O Escriptuario,
F.	F.
23 de Janeiro.	
Passado do cofre especial proveniente de juros não reclamados no 1.º semestre de 1870 — 71, sete contos oitocentos e quarenta mil réis.....	7:840\$000
O Thesoureiro,	O Escriptuario,
F.	F.

N. 6.

terna fundada a cargo do Thesoureiro F.

**Haver:**

	JUROS.			TOTAL.
	De 6 %.	De 5 %.	De 4 %.	
28 de Janeiro de 1871.				
Importancia paga hoje a diversos: quatro contos e quinhentos mil réis.....	4:000\$000	350\$000	150\$000	4:500\$000
O Escriptuario,				
F.				
4 de Fevereiro.				
Importancia paga hoje: um conto de réis.....	1:000\$000	.....	.....	1:000\$000
O Escriptuario,				
F.				

# MODELO N. 7.

60 %

## N. 1.—Manoel José Joaquim.

							CAPITAL.	JUROS
Apólices de	1:000\$	800\$	600\$	500\$	400\$	200\$		
	130	1	4	33	5	103	173:900\$	5:21\$

Recebi. Thesouraria de Fazenda de...em....de....  
..... de 187....

*Manoel José Joaquim.* O Escripturario,  
F.

## N. 2.—José Antonio da Silva.

Apólices de	1:000\$	800\$	600\$	500\$	400\$	200\$	24:000\$	720\$
	20	5						

Recebi. Thesouraria de Fazenda de...em....de....  
..... de 187....

*José Antonio da Silva.* O Escripturario,  
F.

## N. 3.—Pedro José da Silva.

Apólices de	1:000\$	800\$	600\$	500\$	400\$	200\$	6:000\$	180\$
	3		5					

Recebi. Thesouraria de Fazenda de...em....de....  
..... de 187....

*Pedro José da Silva.* O Escripturario,  
F.

**MODELO N. 8.****JUROS DE..... POR CENTO.****THESSOURARIA DE.....**

N..... (numero da inscripção da Folha).

..... *Semestre de 187...* — 187...Capital.....  $\frac{\text{R}}{\text{R}}$ Juros.....  $\frac{\text{R}}{\text{R}}$ O Sr.....  
recebe a importancia de juros acima mencionada.

Em....de.....de 187....

O Escripturario,

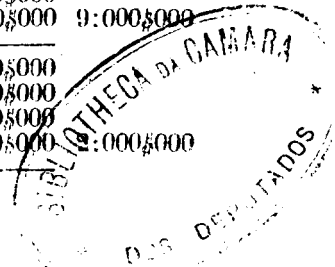
F.

N. B.—Quando o pagamento fôr feito a procurador se acrescentaráõ, depois da palavra—mencionada, — as seguintes — por seu procurador F.

**MODELO N. 9.****LIVRO AUXILIAR DE DESPEZA.**

1871.

Janeiro	2	Conhecimento n.º	1	5:217\$000	
"	"	"	2	720\$000	
"	"	"	3	180\$000	
"	"	"	20	1:600\$000	
"	"	"	63	283\$000	
"	"	"	35	1:000\$000	9:000\$000
"	3	"	4	500\$000	
"	"	"	20	360\$000	
"	"	"	42	810\$000	
"	"	"	64	300\$000	2:000\$000











## N. 193.—JUSTIÇA.—AVISO DE 7 DE JULHO DE 1870.

Decidindo que deve ser considerado estrangeiro e como tal eliminado do serviço da Guarda Nacional o individuo que, embora naturalisado cidadão brasileiro, não tiver solicitado a respectiva carta e prestado juramento.

Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro, em 7 de Julho de 1870.

Foi presente a Sua Magestade o Imperador o requerimento e mais papeis, que acompanharão o officio de V. S. de 23 de Janeiro ultimo e em que Narciso Ferreira da Silva Sobrosa, allegando ter-se naturalisado cidadão brasileiro, mas não haver solicitado carta, nem prestado juramento, pede isenção do serviço da Guarda Nacional.

O Mesmo Augusto Senhor, tendo ouvido o Conselheiro Procurador da Corôa, e conformando-se com seu parecer, Ha por bem mandar declarar a V. S. que em vista da terminante disposição do art. 9.º da Lei de 23 de Outubro de 1832 e Avisos do 1.º de Agosto de 1849 e 28 de Setembro de 1863, deve aquelle individuo ser considerado estrangeiro e como tal eliminado do (alistamento da) Guarda Nacional: o que communico a V. S. para seu conhecimento e execução.

Deus Guarde a V. S.—*Barão de Muritiba*.—Sr. Coronel Commandante Superior interino da Guarda Nacional da Córte.

## N. 193.—JUSTIÇA.—AVISO DE 7 DE JULHO DE 1870.

Ao Presidente da Provincia de Minas Geraes.—Declara que, em vista do recurso estabelecido no art. 182 do (Regimento de) Custas, nada ha que resolver sobre a consulta do Escrivão do Registro Geral de Hypothecas da Comarca de Ouro Preto, se os livros á seu cargo abertos, encerrados, numerados e rubricados pelo Juiz de Direito entrão na excepção do art. 21 do mesmo Regimento.

Ministerio dos Negocios da Justiça. — Rio de Janeiro, em 7 de Julho de 1870.

Ilm. e Exm. Sr.—Foi presente a Sua Magestade o Imperador o officio dessa Presidencia, de 28 de Abril

ultimo, submettendo á decisão do Governo Imperial a consulta do Official do Registro Geral de Hypothecas da Comarca de Ouro Preto; se, na conformidade do Aviso n.º 376 de 4 de Dezembro de 1855, estão contemplados na excepção do art. 21 do Regimento de Custas os livros dos Officiaes do Registro de Hypothecas abertos, encerrados, numerados e rubricados pelos Juizes de Direito.

O Mesmo Augusto Senhor Manda declarar a V. Ex. que estando disposto no art. 182 do Regimento de Custas o recurso de que poderá lançar mão a parte que se julgar lezada, nada ha que resolver sobre a mencionada consulta.

Deus Guarde a V. Ex.—*Barão de Muritiba*.—Sr. Presidente da Provincia de Minas Geraes.

—...—

N. 197.—JUSTIÇA.—AVISO DE 7 DE JULHO DE 1870.

Ao Presidente da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul.—Declara que sendo claras as disposições do Decreto n.º 1695 de 15 de Setembro de 1869, que prohibe em todas as vendas de escravos, sob pena de nullidade, separar o marido da mulher, o filho do pai ou mãe, salvo se os filhos forem maiores de 15 annos, deve o Juiz Municipal applicar-as aos casos occurrentes, independentemente de instrucção ou decisão do Governo.

Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro, em 7 de Julho de 1870.

Ilm. e Exm. Sr.—Foi presente a Sua Magestade o Imperador o officio de V. Ex. n.º 81 de 9 de Maio ultimo, submettendo á decisão do Governo Imperial a seguinte consulta do Juiz Municipal e de Orphãos do Termo de S. José do Norte, nessa Provincia—se, á vista do art. 2.º do Decreto n.º 1695 de 15 de Setembro de 1869, o qual determina que em todas as vendas de escravos, quér particulares, quér judicarias não se póde separar, sob pena de nullidade, o marido da mulher, o filho do pai ou mãe, salvo sendo os filhos maiores de quinze annos, deve o Juiz applicar essa disposição aos escravos, que têm de ser partilhados.

E o Mesmo Augusto Senhor Houve por bem mandar declarar a V. Ex. que, sendo claras as disposições do referido Decreto deve o Juiz Municipal applical-as aos casos occurrentes, independentemente de instrucção ou decisão por parte do Governo.

Deus Guarde a V. Ex.—*Barão de Muritiba*.—Sr. Presidente da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul.

---

N. 198.—JUSTIÇA.—AVISO DE 7 DE JULHO DE 1870.

Ao Presidente da Provincia de Minas Geraes.—Declara que nas partilhas entre orphãos podem separar-se bens para pagamento de credores, realisando-se este ou pela venda dos bens em praça ou pela adjudicação, se não houverem arrematantes.

Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro, em 7 de Julho de 1870.

Ilm. e Exm. Sr.—Em officio n.º 229 de 30 de Novembro ultimo, communicou o antecessor de V. Ex. que sobre consulta do Juiz Municipal e de Orphãos do termo de Ayuruoca, decidira que nas partilhas entre orphãos pôde-se separar bens para pagamento de credores, uma vez que esteja comprovado o direito delles e justificada a divida com accôrdo pleno dos interessados, realisando-se o pagamento, ou pela venda dos bens em praça ou pela adjudicação, não havendo arrematantes; e que seria contrario ás leis e aos interesses dos orphãos o processo de novas partilhas, por insufficiencia dos ditos bens ou falta de arrematação.

Sua Magestade o Imperador, a cujo conhecimento levei esta decisão, manda declarar a V. Ex. que ella é da competencia exclusiva do poder judiciario; o que V. Ex. fará constar ao referido Juiz.

Deus Guarde a V. Ex.—*Barão de Muritiba*.—Sr. Presidente da Provincia de Minas Geraes.

---

## N. 199.—JUSTIÇA.—EM 7 DE JULHO DE 1870.

Declarando que o Capitão da Guarda Nacional, logo que obtenha a graduação de Tenente-Coronel deve ficar aggregado ao corpo deixando vago o commando da companhia.

Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro, em 7 de Julho de 1870.

Ilm. e Exm. Sr.—Sua Magestade o Imperador, á quem foi presente o officio n.º 31 de 28 de Maio ultimo, em que V. Ex. consulta se um Capitão commandante de companhia, a quem forão concedidas as horas de Major e posteriormente as de Tenente-Coronel, deve ou não ficar sujeito ao Major fiscal do corpo, Ha por bem mandar declarar a V. Ex. que o Capitão da Guarda Nacional, logo que obtenha a graduação de Tenente-Coronel, deve ficar aggregado ao corpo considerando-se vago o commando da companhia : o que communico a V. Ex. para seu conhecimento e em resposta ao mencionado officio.

Deus Guarde a V. Ex.—*Barão de Muritiba*.—Sr. Presidente da Provincia do Maranhão.



## N. 200.—FAZENDA.—EM 11 DE JULHO DE 1870.

Manda proceder á substituição das notas de 28000 da 3.ª estampa.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 11 de Julho de 1870.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo resolvido a substituição das notas de 28000 da 3.ª estampa, ordena aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda que mandem publicar esta resolução por annuncios nos periodicos das Provincias, e por editaes affixados em todos os Municipios ; procedão á referida substituição com o producto da renda das respectivas Thesourarias, solicitando a re

messa dos fundos precisos no caso de deficiencia da mesma renda; e remettão mensalmente ao Thesouro as notas que se forem substituindo, devidamente carimbadas e inutilizadas.

Nos annuncios e editaes deverão fazer a declaração de que do 1.º de Julho de 1871 em diante começará o desconto de 10 % mensaes no valor das notas que não tiverem sido substituidas até 30 de Junho desse anno.

*Visconde de Itaborahy.*

---

N. 201.—FAZENDA.—EM 12 DE JULHO DE 1870.

Dá provimento, em parte, ao recurso do capitão da barca americana *Pursuit* ácerca de despezas feitas com os salvados do mesmo navio, e recommenda a fiel observancia das disposições respectivas.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 12 de Julho de 1870.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia da Parahyba, para os fins convenientes, e em resposta ao seu officio n.º 19 de 16 de Março do anno proximo passado, que foi presente ao mesmo Tribunal o recurso interposto por George A. Bigilow, da decisão dessa Thesouraria confirmando o acto da Alfandega que o obrigou ao pagamento da quantia de 1:582\$000, proveniente de despezas feitas com os salvados da barca americana *Pursuit*, de que era capitão o recorrente; e o Tribunal:

Considerando que o recolhimento dos salvados ao armazem de Victorino Pereira Maia & C.ª foi originado pela falta de espaço na Alfandega, e que não obstante terem deixado de ser ouvidos o referido capitão e o consignatario do navio, podião estes ter reclamado o que julgassem a bem de seu direito; resolveu entretanto dar provimento ao recurso nesta parte, reduzindo de 1:000\$000 a 500\$000 a importancia da armazenagem, permanecendo, porém, a decisão recorrida quanto às outras despezas, pelo que ficão os interessados sujeitos ao pagamento de 1:082\$000 em vez de 1:582\$000,



devendo a differença de 500\$000 ser tirada dos direitos cobrados na importância de 3:003\$921.

Por esta occasião recommenda ao Sr. Inspector da Thesouraria, para o fazer constar ao da Alfandega, que na arrecadação dos salvados, seu acondicionamento e deposito, deve ter muito em vista as disposições dos arts. 335 e 336 do Regulamento das Alfandegas, e os arts. 731 e 734 do Código do Commercio, não preterindo a desistencia ou consentimento dos capitães ou consignatarios dos navios a bem dos interesses que elles representam nos salvados, e para evitar reclamações de indemnisações que possam ser procedentes pela falta de observancia dessas formalidades.

*Visconde de Itaborahy.*

N. 292.—FAZENDA.—EM 11 DE JULHO DE 1870.

Sobre a renovação das directorias das associações bancarias.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 14 de Julho de 1870.

Ilm. e Exm. Sr.—Em solução á consulta constante de seu officio de 2 de Abril ultimo, cabe-me declarar a V. Ex. que a Lei de 22 de Agosto de 1860, dispondo que as administrações bancarias sejam todos os annos substituidas, e de tal modo que no fim de cinco annos se obtenha uma renovação completa, teve em vista conseguir, ainda mesmo nos estabelecimentos novissimos, essa renovação parcial no fim de seu primeiro anno, não obstante ter o Director ou Directores a substituir apenas um anno de exercicio.

Não é, pois, preciso que um Director tenha cinco annos de existencia administrativa para ser substituido; basta que seja o mais antigo na occasião de realisar-se a substituição annual, dada a hypothese de compôr-se a administração de cinco ou de mais de cinco membros.

O Aviso deste Ministerio de 6 de Setembro de 1869, quando diz que os Directores com cinco annos de administração não podem ser reeleitos, ainda que antes da

votação se hajão demittido, e que aos outros menos antigos é permittida a eleição, de modo algum se oppõe a esta doutrina.

A pergunta a que respondeu o mesmo Aviso não dava conta da antiguidade dos Directores, a que se referia, e pareceu então que n'um Banco, que tem de existencia mais de dez annos, haverião alguns com o exercicio de cinco annos, e serião esses os demissionarios sobre quem assentava a pergunta.

Para computar-se a antiguidade de um Director parte-se da data de sua posse. O supplente que entra em exercicio, serve como Director, e conta sua antiguidade como tal, desde que tomou parte na gerencia do estabelecimento onde obteve votos; pois que o tempo do supplente sem exercicio não é computavel para formar a antiguidade que tem de ser attendida nas substituições.

Se o Banco da Bahia, em lugar de nova administração quizer reeleger os actuaes Directores, deverá fazer excepção do mais antigo, que não póde continuar na Directoria.

Pelo que respeita a questão do tempo em que se devião reunir os accionistas para a eleição da directoria, é claro, á vista do disposto no Decreto n.º 2711 de 19 de Dezembro de 1860, art. 13, como bem decidiu essa Presidencia, que só podia esse acto ter lugar depois de sessenta dias da publicação dos novos estatutos do mesmo Banco.

Deus Guarde a V. Ex.—*Visconde de Itaborahy*. — A S. Ex. o Sr. Presidente da Provincia da Bahia.

---

N. 203.—FAZENDA.—EM 14 DE JULHO DE 1870.

Determina que nas Alfandegas do Imperio se observe a seguinte Tabella de (reducção das toneladas e lasts das principaes nações em) toneladas brasileiras.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 14 de Julho de 1870.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, transmittte aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda das Provin-

cias onde ha Alfandegas, a fim de que seja convenientemente observada, a Tabella junta de redução das toneladas e lasts das principaes nações em toneladas brasileiras de 793,15 kilogrammas.

*Visconde de Itaborahy.*

## TABELLA

**de redução das toneladas e lasts das principaes nações em toneladas brasileiras de 793,15 kilogrammas (54 ars.)**

NAÇÕES.	TONELADAS E LASTS ESTRANGEIROS.	TONELADAS BRASILEIRAS.
Austria.....	1 Tonelada.....	1,40
Belgica.....	1       ".....	1,26
Chile.....	1       ".....	1,26
Confederação da Allemanha do Norte.....	1 Commerce-last....	3,78
Idem.....	1 Schiffs-last .....	2,52
Dinamarca.....	1 Last.....	3,85
Idem.....	1 Commerce-last....	3,28
Idem.....	1 Tonelada.....	1,28
Estados-Unidos .....	1       ".....	1,28
França.....	1       ".....	1,26
Hespanha.....	1       ".....	1,16
Hollanda.....	1 Last.....	3,78
Inglaterra.....	1 Tonelada.....	1,28
Italia.....	1       ".....	1,26
Mexico.....	1       ".....	1,26
Noruega.....	1 Last.....	3,27
Perú.....	1 Tonelada.....	1,26
Portugal.....	1       ".....	1,26
Republica Argentina.....	1       ".....	1,26
Republica Oriental de Uru- guay.....	1       ".....	1,16
Russia.....	1       ".....	1,30
Suecia.....	1 Ny-last.....	5,36

*Matheus da Cunha.*

N. 204.—FAZENDA.—EM 16 DE JULHO DE 1870:

Concessão de favores á Companhia — The Glasgow and South America Steamship.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 16 de Julho de 1870.

*Receber*

Ilm. e Exm. Sr.—Sirva-se V. Ex. dar as precisas ordens para que os vapores da Companhia — The Glasgow and South America Steamship Company —, que pretende estabelecer navegação regular entre o porto de Glasgow, Bahia, Rio de Janeiro e Rio da Prata, e vice-versa, tenham nessa Alfandega as seguintes facilidades e favores :

Serem admittidos á immediata descarga pelo seu manifesto e a despacharem nova carga que houverem de receber sem ficarem sujeitos á escala, tendo assim preferencia sobre navios de vela ;

Serem visitados finda a descarga com o resto dos sobressalentes a bordo sem obrigação de deposital-os nessa Repartição ;

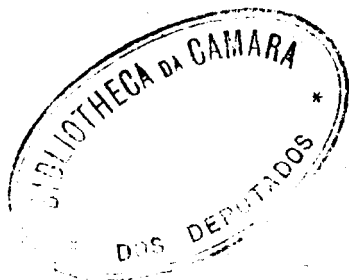
Poderem sair a qualquer hora do dia ou da noite, observados os regulamentos da policia do porto ;

Poderem os Agentes responsabilisar-se pelo pagamento de qualquer multa ou direito que, em virtude dos regulamentos fiscaes, forem devidos pelos Commandantes dos vapores, no intuito de evitar demora no seu desembarço.

A esta Companhia não é concedida isenção de quaesquer direitos.

Deus Guarde a V. Ex.—*Visconde de Itaborahy*.—A S. Ex. o Sr. Inspector da Alfandega do Rio de Janeiro.

— Identicos ás Presidencias das Provincias de Pernambuco, Bahia, e S. Paulo.



## N. 205.—FAZENDA.—EM 18 DE JULHO DE 1870.

Como deve ser inutilisado o sello adhesivo das certidões e outros papeis passados pelos Consulados estrangeiros.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 18 de Julho de 1870.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de Santa Catharina, para os fins convenientes, e em resposta ao seu officio n.º 140 de 13 de Dezembro do anno proximo passado, que foi approvado o acto da Junta de Fazenda dessa Provincia decidindo que o sello adhesivo das certidões e outros papeis passados pelos Consulados estrangeiros deve ser inutilisado pelo modo prescripto no n.º 15 § 1.º do art. 25 do Regulamento que acompanhou o Decreto n.º 4354 de 17 de Abril de 1869.

*Visconde de Itaborahy.*

## N. 206.—FAZENDA.—EM 19 DE JULHO DE 1870.

Sobre o sello de um contracto de arrendamento de terreno nacional.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 19 de Julho de 1870.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de Santa Catharina, para os fins convenientes, e em resposta ao seu officio n.º 136 do 1.º de Dezembro do anno proximo passado, que se deve considerar certo e fixo, para o pagamento do sello, o prazo de nove annos mencionado no contracto do arrendamento de seis braças e tres palmos do terreno onde esteve edificada outr'ora a Alfandega da Capital, feito a Jorge de Souza Continho; visto que a clausula

de que o Governo Imperial se reserva o direito de exigir o mesmo terreno em todo e qualquer tempo que delle precisar, é apenas uma cautela para o caso de extrema necessidade, que raras vezes se verifica, sendo que dado elle, tem a parte direito á restituição da quota do sello correspondente ao tempo que possa faltar para o complemento do contracto.

*Visconde de Itaborahy.*

---

N. 207.—FAZENDA.—EM 19 DE JULHO DE 1870.

Determina que d'ora em diante sejam recolhidos directamente aos cofres das Thesourarias das Provincias, onde não houver Recebedorias, os dinheiros de defuntos e ausentes.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 19 de Julho de 1870.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, ordena aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda das Provincias onde não ha Recebedorias, que d'ora em diante fação recolher directamente aos cofres das mesmas Thesourarias os dinheiros de defuntos e ausentes; cessando, portanto, o abono da porcentagem de 1 % que por semelhante motivo se fazia ás Collectorias e outras estações de arrecadação.

*Visconde de Itaborahy.*

---

N. 208. — FAZENDA. — EM 20 DE JULHO DE 1870.

Providencia para serem os Arsenaes de Guerra indemnizados promptamente dos objectos que fornecerem, ou serviços que prestarem ás Thesourarias de Fazenda e a quaesquer outras Repartições.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, em 20 de Julho de 1870.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, autoriza o Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de Pernambuco para, por incio de jogo de contas, indemnizar o Ministerio da Guerra da somma de 316\$537, proveniente de diversos objectos fornecidos pelo Arsenal de Guerra dessa Provincia á mesma Thesouraria, em virtude de ordem da Presidencia, conforme as contas juntas, remettidas ao Thesouro com Avisos datados de 23 e 24 de Dezembro proximo passado, depois que verificar a realidade dos fornecimentos a que ellas se referem, levando a despeza á rubrica competente do exercicio de 1868—1869 e annullando-a na verba do § 6.º do orçamento daquelle Ministerio.

Por esta occasião recommenda ao Sr. Inspector que, para evitar trabalho e delongas de expediente, todas as vezes que o Arsenal de Guerra fornecer á Thesouraria ou outra qualquer Repartição algum objecto ou executar serviço que caiba nas forças do credito aberto á rubrica pela qual deva a despeza ser paga, se faça a indemnização na mesma Thesouraria, ou por jogo de contas, creditando a rubrica do Ministerio que tiver prestado o material ou serviço, e debitando a verba do Ministerio supprido a que tenha de ser levado o valor do objecto, ou pagando a conta apenas apresentada com requerimento do Chefe da Estação ou officina suppridora, a qual neste caso ficará nas mesmas condições de outro qualquer fornecedor; prescindindo-se assim da interveção do Ministerio para effectuar-se o pagamento.

*Visconde de Itaborahy.*

---

## N. 209.—FAZENDA.—EM 20 DE JULHO DE 1870.

Deferimento de um recurso ácerca do pagamento dos direitos de 15 %, exigidos pela Alfandega da Bahia, sobre o valor do casco de um pequeno vapor de ferro construido na Inglaterra por conta e para negocio do recorrente.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 20 de Julho de 1870.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia da Bahia, em resposta ao seu officio n.º 81 de 19 de Maio ultimo, que o mesmo Tribunal resolveu deferir o recurso interposto por Caetano Lourenço de Seixas da decisão da referida Thesouraria confirmatoria da da respectiva Alfandega, que o sujeitou ao pagamento da quantia de 3:000\$000 de direitos de 15 %, correspondente ao valor do casco de um pequeno vapor de ferro que mandou construir por sua conta na Inglaterra para o serviço de reboque no porto da capital da dita Provincia, visto não ter-se dado transferencia de dominio da referida embarcação.

*Visconde de Itaborahy.*

---

## N. 210.—JUSTIÇA.—AVISO DE 20 DE JULHO DE 1870.

Ao Presidente da Provincia do Piauhy.—Declara que nada ha que resolver sobre as duvidas suscitadas pelo Promotor Publico da comarca da capital com referencia ao processo do Capitão Clemente de Souza Fortes, visto achar-se affecto ao poder judiciario.

Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro, em 20 de Julho de 1870.

Ilm. e Exm. Sr.—Foi presente a Sua Magestade o Imperador o officio de V. Ex., de 23 de Abril ultimo, submettendo á decisão do Governo Imperial as seguintes



consultas do Promotor Publico da comarca da capital, relativamente ao processo instaurado ao Capitão Clemente de Souza Fortes, por offensas physicas praticadas em seus escravos Romualdo e Evaristo :

1.º Se se deve considerar o escravo pessoa miseravel para ter lugar a applicação do art. 73 do codigo do Processo Criminal, e se o Ministerio publico é competente para reconhecer esta qualidade nos acima mencionados ;

2.º Se, sendo leves as referidas offensas physicas, podem ser qualificadas crime tendo sido feitas pelo proprio senhor.

O mesmo Augusto Senhor houve por bem mandar declarar que nada ha a resolver, visto achar-se a questão affecta ao Poder Judiciario.

Deus Guarde a V. Ex.—*Barão de Muritiba*.—Sr. Presidente da Provincia do Piauhy.



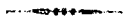
N. 211.—JUSTIÇA.—AVISO DE 21 DE JULHO DE 1870.

Ao Presidente da Provincia do Maranhão.—Declara que o 1.º supplente da 2.ª vara municipal da capital não perdeu o lugar pelo facto de ter accitado e exercido o cargo de Presidente do Piauhy.

Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro, em 21 de Julho de 1870.

Ilm. e Exm. Sr.—Approvo o acto de V. Ex., constante do seu officio de 8 de Abril ultimo, no qual declara que, á vista do art. 7.º do Decreto n.º 2012 de 4 de Novembro de 1857, o Dr. Augusto Olympio Gomes de Castro, pelo facto de ter accitado e exercido o cargo de Presidente da Provincia do Piauhy, não perdeu o lugar de 1.º supplente da 2.ª vara municipal da capital dessa Provincia.

Deus Guarde a V. Ex.—*Barão de Muritiba*.—Sr. Presidente da Provincia do Maranhão.



## N. 212.—JUSTIÇA.—AVISO DE 21 DE JULHO DE 1870.

Ao Chefe de Policia da Côte.—Declara que o Promotor Publico (Chefe de ) deve intentar a queixa e requerer as diligencias necessárias, quando lhe forem remettidos por um Juiz papeis relativos a offensas physicas praticadas contra pessoa miseravel.

Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro, em 21 de Julho de 1870.

Foi presente a Sua Magestade o Imperador o officio de V. S., datado de 6 do corrente mez, no qual expõe que, tendo remettido ao 1.º Promotor Publico, a fim de dar a competente queixa, os papeis relativos a offensas physicas, praticadas em Manoel Angelo Pinto, pessoa miseravel, forão-lhe devolvidos os mesmos papeis, por entender esse funcionario que ás autoridades policiaes cabe processar ex-officio em semelhantes casos. E o Mesmo Augusto Senhor Houve por bem Decidir que, sendo expresso no art. 73 doCodigo do Processo Criminal que o Promotor Publico deve intentar a queixa no caso sujeito, verificado o exigido pelo Aviso de 30 de Agosto de 1863, não foi regular a devolução que fez dos papeis, por V. S. remettidos, a quem aliás podia elle requisitar especificadamente a indicação das testemunhas necessarias para dar a queixa e requerer quaesquer diligencias no mesmo sentido e não exigir, como fez, que o Juiz procedesse ex-officio.

Deus Guarde a V. S.—Barão de Muritiba.—Sr. Chefe de Policia da Côte.

## N. 213.—FAZENDA.—EM 21 DE JULHO DE 1870.

Declara que ao Chefe da 1.ª Secção da Alfandega do Pará compete servir de Ajudante do Inspector, á vista do art. 1.º do Regulamento de 20 de Abril ultimo.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 21 de Julho de 1870.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da



Thesouraria de Fazenda da Provincia do Pará, em resposta ao seu officio n.º 89 de 27 de Junho ultimo, que, á vista do art. 1.º do Regulamento de 20 de Abril do corrente anno, não ha duvida de que deve servir de Ajudante do Inspector da Alfandega da mesma Provincia o Chefe da 1.ª Secção.

*Visconde de Itaborahy.*

---

N. 214.—FAZENDA.—EM 22 DE JULHO DE 1870.

Deferimento de um recurso sobre multa de direitos dobrados pela falta de um fardo que a parte declarára ter chegado no vapor *Tycho Brahe*, fóra do manifesto, visto reconhecer-se que o dito fardo viera, pouco tempo antes, no vapor *Ptolemy*.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 22 de Julho de 1870.

Ilm. e Exm. Sr.—Communico a V. Ex., para os fins convenientes, que pelo Tribunal do Thesouro Nacional foi deferido o requerimento em que Estevão Busk & C.ª, como Agentes da companhia de paquetes « *Liverpool Brasil and River Plate Steamers*, » recorrerão do despacho dessa Inspectoria de 20 de Junho ultimo, que lhes impóz a multa de direitos em dobro, na importancia de 493\$400, por terem declarado em Fevereiro do corrente anno no acto de darem entrada do vapor inglez *Tycho Brahe*, que a bordo deste existia um fardo de marca . . . , n.º 3930, não mencionado no respectivo manifesto, visto haver o Tribunal reconhecido que o dito fardo não viera no referido vapor, mas sim no paquete inglez *Ptolemy*, entrado em 26 de Janeiro ultimo, como consta do officio n.º 277 dessa Inspectoria de 30 de Junho findo, e da declaração feita pelos negociantes Frederico Strack & C.ª, unicos consignatarios dos volumes daquella marca.

Deus Guarde a V. Ex.— *Visconde de Itaborahy*.—  
A S. Ex. o Sr. Inspector da Alfandega da Côrte.

---

## N. 213.—FAZENDA.—EM 22 DE JULHO DE 1870.

Declara isentos do imposto sobre indústrias — os indivíduos que extraem o leite ou resina da arvore da gomma elastica; sujeitos por assemelhação, ás taxas das fabricas de distillação—os que transformão essa materia prima nos differentes productos em que a mesma é affeiçãoada; e comprehendidos no art. 13 do Regulamento n.º 4346 do anno passado—os que se apresentam em pequenas embarcações a vender generos e comprar gomma elastica.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 22 de Julho de 1870.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo presente o officio n.º 103 do Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia do Amazonas de 23 de Outubro de 1869, communicando que em Sessão da Junta de 7 do mesmo mez resolvêra assemelhar a extracção da gomma elastica á fabrica de distillação, e os negociantes que se apresentam em pequenas embarcações vendendo generos, e comprando gomma elastica, como comprehendidos no art. 13 do Regulamento de 23 de Março do anno passado, para pagamento do imposto sobre indústrias e profissões; declara ao mesmo Sr. Inspector que não estão sujeitos a este imposto as pessoas que extraem o leite ou a resina da arvore da gomma elastica, e sim as que transformão essa materia prima nos differentes productos em que ella é affeiçãoada, embora não tenham fabricas ou estabelecimentos fixos e regularmente montados: ficando nestes termos approvada a assemelhação feita pela dita Thesouraria para aquella industria, bem como para a dos regatões. Observa, porém, ao Sr. Inspector que deverá conceder remissão total ou parcial do imposto, facultada pelo art. 26 do supracitado Regulamento de 23 de Março do anno passado, todas as vezes que se der escassez de redditos dessas e semelhantes indústrias.

*Visconde de Itaborahy.*



## N. 216.—FAZENDA.—EM 22 DE JULHO DE 1870.

Nega approvação ao acto da Thesouraria da Provincia de S. Pedro, que mandou comprehender uma fabrica de charutos, para a cobrança do imposto de industrias, em classes diversas daquellas em que estão expressamente comprehendidos os fabricantes e mercadores de charutos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 22 de Julho de 1870.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de S. Pedro, para os fins convenientes, e em resposta ao seu officio n.º 237 de 5 de Novembro do anno proximo passado, que, em vista do art. 3.º do Regulamento que acompanhou o Decreto n.º 4346 de 23 de Março do mesmo anno, não pôde ser sustentada a deliberação mandando comprehender nas Tabellas A, 2.ª classe, e D, 3.ª, annexas ao referido Regulamento, a fabrica de charutos de José Szcypinski, por não tratar nenhuma daquellas classes de fabricantes e mercadores de charutos, comprehendidos sómente na 1.ª classe da Tabella A, e 2.ª da Tabella D; ficando, porém, concedida a redução de 25 % na taxa fixa da classe em que está contemplada a industria a que se refere o mencionado officio.

*Visconde de Itaborahy.*

## N. 217.—FAZENDA.—EM 23 DE JULHO DE 1870.

Approva uma deliberação da Thesouraria da Provincia de S. Pedro relativa ao lançamento dos armazens de deposito de herva-mate, para a cobrança do imposto de industrias e profissões.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 23 de Julho de 1870.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da

Thesouraria de Fazenda da Provincia de S. Pedro, em resposta ao seu officio n.º 144 de 9 de Julho do anno proximo passado, que foi approvada a deliberação que tomou de comprehender na disposição dos arts. 15 e 16 do Regulamento que acompanhou o Decreto n.º 4346 de 23 de Março do mesmo anno, os armazens de deposito de herva-mate, pertencentes a individuos que exercem conjunctamente outro qualquer genero de industria, e assemelhando-os aos depositos de café mencionados na Tabella A., annexa áquelle Regulamento, no caso de terem os referidos individuos simplesmente taes armazens.

*Visconde de Itaborahy.*

N. 218.—FAZENDA.—EM 23 DE JULHO DE 1870.

Dá provimento ao recurso de uns negociantes de Porto Alegre acerca do lançamento de sua casa de negocio e armazem de deposito, mandando que se proceda, quanto á taxa fixa, nos termos do art. 14 do Regulamento n.º 4346 do anno passado, e, quanto á proporcional, na conformidade do art. 16.

*Segue a decisão  
e a proporcional*

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 23 de Julho de 1870.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de S. Pedro, para os fins convenientes, e em resposta ao seu officio n.º 210 de 15 de Setembro proximo passado, que foi presente ao mesmo Tribunal o recurso interposto por Jayme Paradedá & Filhos, da decisão dessa Thesouraria que reformou a da Alfandega da cidade de Porto Alegre, pela qual fôra attendida a reclamação dos recorrentes contra o lançamento feito sobre uma das casas em que elles fazem girar o seu negocio, e sobre o armazem de deposito de mercadorias pertencentes á mencionada firma, comprehendidos na 1.ª classe das Tabellas A. e D., annexas ao Regulamento que acompanhou o Decreto n.º 4346 de 23 de Março de 1839; e o Tribunal:

Attendendo a que, estando as casas de negocio dos recorrentes situadas todas na cidade de Porto Alegre, dever-se-hia proceder ácerca do imposto a que estão sujeitas, de conformidade com a disposição do art. 14 do referido Decreto, quanto á taxa fixa, e nos termos do art. 16 quanto á proporcional, resolveu, para este effeito, dar provimento ao recurso; cumprindo, portanto, que seja reformada neste sentido a decisão recorrida.

*Visconde de Itaborahy.*

---

N. 219.—FAZENDA.—EM 23 DE JULHO DE 1870.

Aos Presidentes de Proviúcias compete impôr as multas em que incorrerem os Collectores pelas infracções previstas no art. 47 do Regulamento do Sello de 17 de Abril do anno passado, e os Chefes das Alfandegas e Recebedorias pelas de que trata o art. 48 § 4.º do mesmo Regulamento.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 23 de Julho de 1870.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de Pernambuco, para os fins convenientes, e em resposta ao seu officio n.º 236 de 19 de Outubro do anno proximo passado que, na fórma do § 2.º do art. 52 do Regulamento do sello de 17 de Abril do mesmo anno, compete aos Presidentes de Proviúcias impôr as multas em que possam incorrer pelas infracções previstas no art. 47 do referido Regulamento os Collectores, e no art. 48 § 4.º os Inspectores das Alfandegas e Administradores das Recebedorias, quando attenderem officialmente a papeis ou documentos não sellados.

*Visconde de Itaborahy.*

---

## N. 220. — FAZENDA. — EM 23 DE JULHO DE 1870.

Sobre a comissão devida aos empregados das Estações Fiscaes pela venda de estampilhas do sello adhesivo.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, em 23 de Julho de 1870.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de Minas Geraes, para os fins convenientes, e em resposta ao seu officio n.º 116 de 10 de Dezembro de 1869, que a comissão a abonar aos empregados das Estações Fiscaes pela venda das estampilhas do sello adhesivo, deve ser a que elles percebem pela arrecadação dos outros impostos; cumprindo que não se ponhão á venda em qualquer outra Repartição que não esteja encarregada da cobrança do sello, conforme já foi communicado á Thesouraria de Fazenda da Provincia da Parahyba pela ordem n.º 7 de 27 de Janeiro do corrente anno, junta por cópia..

*Visconde de Itaborahy.*

## N. 221. — FAZENDA. — EM 23 DE JULHO DE 1870.

Sobre o abono dos novos vencimentos dos Desembargadores e Juizes de Direito, e escripturação dos ordenados e gratificações dos Chefes de Policia.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, em 23 de Julho de 1870.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, de conformidade com o Aviso do Ministerio da Justiça de 16 do corrente, declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda que os vencimentos dos Desembargadores e Juizes de Direito



devem-lhes ser abonados do 1.º deste mez em diante na fórma da vigente lei de orçamento; e outrosim que os ordenados e gratificações dos Chefes de Policia, d'ora em diante, devem ser escripturados na verba—Pessoal e material da Policia.

*Visconde de Itaborahy.*

---

N. 222.—FAZENDA.—EM 26 DE JULHO DE 1870.

Fixa a intelligencia da Circular n.º 557 de 3 de Dezembro ultimo, relativa á isenção de direitos concedida a diversas companhias e sociedades.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 26 de Julho de 1870.

Ilm. e Exm. Sr.—Declaro a V. Ex. em resposta ao seu officio sob n.º 21 de 23 de Janeiro proximo passado, acompanhando por cópia a representação do superintendente da estrada de ferro dessa Provincia, relativamente á execução da Circular do Thesouro Nacional n.º 557 de 3 de Dezembro de 1869, que a mesma Circular não fixa o tempo em que as companhias e sociedades devem apresentar a relação da quantidade e qualidade dos objectos de que possam precisar para seu uso; limitando-se apenas a declarar que não será concedida isenção de direitos a estes objectos, sem que primeiramente e quando convier ás referidas companhias e sociedades seja a mencionada relação exhibida no Thesouro, e por este determinada a quantidade e qualidade delles no periodo de um anno; cumprindo portanto á estrada de ferro de que se trata apresentar por intermedio do respectivo superintendente a relação dos materiaes e objectos, cujo consumo a experiencia e o conhecimento de taes empresas aconselharem como certo e provavel naquelle periodo.

Deus Guarde a V. Ex.—*Visconde de Itaborahy.*—A S. Ex. o Sr. Presidente da Provincia da Bahia.

---

## N. 223.—FAZENDA.—EM 27 DE JULHO DE 1870.

Confirma uma decisão da Thesouraria de Sergipe remittindo parcialmente do imposto de industrias e profissões a um individuo estabelecido com loja de charutos, e manda cobrar a taxa proporcional de conformidade com a Tabella D do respectivo Regulamento.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 27 de Julho de 1870.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de Sergipe, para os fins convenientes, e em resposta ao seu officio n.º 74 de 11 de Setembro de 1865, que foi approvada a deliberação que tomou de conceder remissão parcial do imposto de industrias e profissões a Raymundo Augusto Botelho, estabelecido com loja de charutos, visto ter provado escassez de renditos; não podendo, porém, ser sustentada a decisão sujeitando aquelle collectado ao imposto de doze mil e oitocentos réis ( 12,800 ) que pagava antes da execução do Regulamento que acompanhou o Decreto n.º 4346, de 23 de Março do anno proximo passado: cumprindo, portanto, lançar a taxa proporcional de conformidade com a Tabella D, isto é, dez por cento sobre o valor locativo do predio que serve para o exercicio da industria de que se trata.

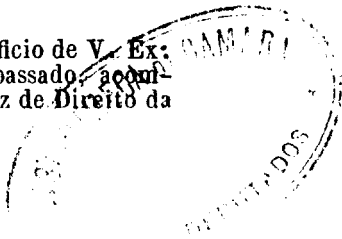
*Visconde de Itaborahy.*

## N. 224.—FAZENDA.—EM 28 DE JULHO DE 1870.

Estão sujeitos ao sello os processos de responsabilidade instaurados ex-officio, quando das sentenças proferidas interpuzerem as partes os recursos legais.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 28 de Julho de 1870.

Illm. e Exm. Sr.—Em resposta ao officio de V. Ex. sob n.º 3273 de 4 do mez proximo passado, acompanhado da cópia do telegramma do Juiz de Direito da



Comarca de S. João do Principe, nessa Provincia, consultando se, em vista dos arts. 13, 15 e 59 do Decreto n.º 4505 de 9 de Abril do corrente anno, nos processos de responsabilidade formados *ex-officio*, devem os réos condemnados na 1.ª instancia e que *appellão* das respectivas sentenças, pagar o sello dos autos e tambem do traslado antes de seguir a *appellação* para o Tribunal da Relação; declaro a V. Ex., para os fins convenientes, que, á vista da disposição generica do referido art. 59, deve cobrar-se o sello tanto dos processos criminaes policiaes, por queixa ou denuncia particular, como em casos semelhantes ao de que trata o mencionado officio, em que ha *appellação* interposta pela parte, de sentença proferida em processo formado *ex-officio*, depois de findos os mesmos processos na 1.ª ou 2.ª instancia; sendo que o pagamento do imposto fica garantido com a providencia contida no art. 37, 2.ª parte, do sobredito Regulamento, que fez dependentes daquelle pagamento os effeitos dos despachos proferidos nestes e em outros processos de que trata, não influindo a circumstancia de não serem pobres os réos condemnados e *appellantes*, sobre a qual versa o officio de V. Ex. datado de 16 do corrente mez.

Deus Guarde a V. Ex.—*Visconde de Itaborahy*.— A S. Ex. o Sr. Presidente da Provincia do Rio de Janeiro.

---

N. 225.—IMPERIO.—EM 29 DE JULHO DE 1870.

A' Directoria da Faculdade de Medicina da Côrte.— Permite que um Oppositor faça as herborisações ordenadas pelo art. 103 dos Estatutos, sendo consideradas como lições.

3.ª Secção.—Ministerio dos Negocios do Imperio.— Rio de Janeiro, em 29 de Julho de 1870.

Foi presente ao Governo Imperial o officio de V. S. de 12 do corrente, ao qual acompanhou o requerimento em que o Oppositor Dr. Joaquim Monteiro Caminhoá, actualmente encarregado da regencia da cadeira de Botanica dessa Faculdade, pede: 1.º permissão para em um dia de cada semana fazer as herborisações de que trata o art. 103 dos Estatutos vigentes, logo que no curso respectivo começar o estudo das familias das plan-

tas; 2.º que este] serviço seja considerado como lição, para nessa qualidade incluir-se nas folhas de vencimentos; 3.º que se tornem extensivas aos alumnos, que deverem assistir a taes lições, as obrigações impostas pelas disposições regulamentares relativamente ás lições dadas no recinto da Faculdade; 4.º que sempre que tiver de ensinar praticamente por aquella fórma as materias do curso, seja posto á sua disposição um servente que o auxilie.

E o mesmo Governo, attendendo a que as herborisações, ordenadas pelo citado art. 103, não podem deixar de ser consideradas como lições, resolveu deferir razoavelmente o dito requerimento.

O que communico a V. S. para seu conhecimento e execução, e para que declare ao referido Oppositor que, na designação dos dias para aquellas lições, nas quaes será acompanhado de um Bedel, como V. S. indica em sua informação, deve ter muito em attenção que os estudantes não fiquem privados de assistir a outras aulas a que sejam obrigados.

Deus Guarde a V. S. — *Paulino José Soares de Sousa*.  
— Sr. Vice-Director da Faculdade de Medicina da Corte.

#### N. 223. — GUERRA. — EM 29 DE JULHO DE 1870.

Declara quaes os vencimentos, que competem aos Voluntarios da Patria, que desistirem da baixa, e se engajarem para o serviço do Exercito.

Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Guerra, em 29 de Julho de 1870.

Declaro a Vm., em solução á primeira parte do seu officio datado de 12 do corrente, que os Voluntarios da Patria, que desistirem da baixa e se engajarem, nos termos do art. 7.º do Decreto n.º 3371 de 7 de Janeiro de 1863, têm direito a perceber a gratificação de soldo dobrado de engajado, de conformidade com o disposto na Lei n.º 493 de 27 de Julho de 1848, e não a de 300 rs. diarios, cujo abono dependia do exercicio em campanha, como já o declarou o Aviso de 9 de Maio de 1867.

Deus Guarde a Vm. — *Barão de Muritiba*. — Sr. Domingos José Alvares da Fonseca.

N. 227.—IMPERIO.—EM 30 DE JULHO DE 1870.

Ao Presidente da Provincia de Sergipe.—Declara que o cidadão que aceita, depois de eleito Vereador, emprego de Fazenda, renuncia tacitamente aquelle cargo.

2.ª Secção.—Ministerio dos Negocios do Imperio.  
—Rio de Janeiro, em 30 de Julho de 1870.

Ilm. e Exm. Sr.—Em resposta ao officio n.º 28 de 14 do mez findo, no qual V. Ex. submette á decisão do Governo Imperial a consulta que lhe dirigiu o Presidente da Camara Municipal dessa Capital sobre a incompatibilidade do emprego de Thesoureiro da Alfandega com o cargo de Vereador; declaro a V. Ex., de conformidade com o Aviso de 26 de Abril de 1849 § 2.º, que o cidadão que aceita, depois de eleito para o cargo de Vereador, emprego de Fazenda, renuncia tacitamente o mesmo cargo, e não mais pôde exercel-o; se a hypothese porém é a inversa, devem ser observadas as ordens do Thesouro e decisões a que se referem o sobre-dito Aviso e o de n.º 162 de 21 de Junho de 1864.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Sousa*.  
—Sr. Presidente da Provincia de Sergipe.

N. 228.—IMPERIO.—EM 30 DE JULHO DE 1870.

Ao Presidente da Provincia do Espirito Santo.—Declara: 1.º que, procedendo-se a novas eleições de Juizes de Paz por annullação das anteriormente feitas no tempo legal, competem as presidencias das mesas aos Juizes do quadriennio findo; 2.º que são competentes, para intervirem nas organizações das mesas, os eleitores reconhecidos pela Camara dos Deputados, posto que oriundos de eleições feitas sob a presidencia de Juizes de Paz, posteriormente annulladas pelo Governo.

2.ª Secção.—Ministerio dos Negocios do Imperio.  
—Rio de Janeiro, em 30 de Julho de 1870.

Ilm. e Exm. Sr.—Communico a V. Ex., em resposta ao officio n.º 24 de 25 de Maio ultimo, que são approvadas as decisões que V. Ex. deu á consulta do

Presidente interino da Camara Municipal da Villa de S. Pedro do Cachoeiro de Itapemerim, declarando:

1.º Que a presidencia das mesas parochiaes nas novas eleições de Juizes de Paz, a que se tinha de proceder no dia 2 do corrente nas Parochias da dita villa e do Alegre, por annullação das que se fizerão em Setembro de 1868, competia aos Juizes de Paz do quadriennio findo, embora os das eleições annulladas já tivessem prestado juramento e entrado no exercicio do cargo em virtude da approvação provisoria que lhes deu essa presidencia (Avisos n.º 191 de 5 de Maio de 1862 e n.º 303 de 6 de Julho de 1863);

2.º Que a chamada dos votantes para as mesmas eleições devia ser feita pela qualificação do corrente anno, se até o dia designado estivesse concluida nos termos do art. 41 das Instrucções de 23 de Junho de 1849, e 55 das de 31 de Dezembro de 1858;

3.º Que são competentes para intervir na organização das mesas parochias os eleitores actuaes, reconhecidos pela Camara dos Deputados, posto que oriundos de eleições feitas sob a presidencia de Juizes de Paz, posteriormente annulladas pelo Governo Imperial.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Sousa.*  
—Sr. Presidente da Provincia do Espirito Santo.



#### N. 22). — AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.—EM 30 DE JULHO DE 1870.

Approva provisoriamente as Instrucções para o serviço da  
Estrada de Ferro da Bahia.

Sua Magestade o Imperador Ha por bem Approvar e Mandar que sejam provisoriamente observadas, para o transporte de passageiros, animaes\* e mercadorias na estrada de ferro da Bahia ao rio de S. Francisco, as instrucções e tarifas que abaixo seguem-se, organizadas pelo respectivo engenheiro fiscal, de accôrdo com o superintendente da companhia.

Palacio do Rio de Janeiro, em 30 de Julho de 1870.—*Diogo Velho Caralcanti de Albuquerque.*

## TARIFAS E REGULAMENTO DO TRAFEGO.

### PARTE PRIMEIRA.

#### TRAFEGO DE PASSAGEIROS.

#### CAPITULO I.

##### PASSAGENS ORDINARIAS.

##### § 1.º *Passagens simples.*

1.º Os preços dos bilhetes simples comprados nas estações são baseados nos fretes kilometricos que constão do annexo n.º 4.

2.º Aos passageiros encontrados sem bilhetes, ou em classe superior à do bilhete comprado, vender-se-ha no trem bilhetes especiaes cujos preços, no primeiro caso, excederão de 10 % os dos bilhetes ordinarios da mesma classe, procedencia e destino, e no segundo representarão a differença entre os preços dos bilhetes das duas classes consideradas, calculada esta, como se fossem aquelles comprados nas estações ou no trem, conforme fôr ou não previamente autorizada pelo chefe de trem a mudança de classe.

Se houver duvida a respeito da estação onde principiou a irregularidade suppôr-se-ha, no primeiro caso, que foi na da procedencia do trem e no segundo na do bilhete primitivo.

3.º Os bilhetes comprados no trem por não ter sido possível à companhia vendel-os nas estações não serão sujeitos ao excedente do preço acima estipulado.

##### § 2.º *Passagens multiplas.*

4.º Serão vendidos, porém, exclusivamente nas estações (salvo caso de força maior) bilhetes de

ida e volta com abatimento de 25 % sobre o preço de duas passagens simples, devendo a volta ser effectuada no mesmo dia, se as horas do trem o permittirem, ou, quando fôr isso impossivel, no dia immediato.

Poder-se ha, todavia, regressar dentro do prazo de quatro dias restituindo-se os 25 % do abatimento citado, isto é, a metade de uma passagem simples.

5.º Ficão exceptuados da primeira destas disposições:

1.º Os bilhetes comprados em vespera de dia santo, os quaes serão ainda válidos no dia immediato ao feriado.

2.º Os comprados para Alagoinhas, na sexta-feira, os quaes terão ainda vigor na proxima segunda-feira.

6.º Quem comprar 26 bilhetes de ida e volta da mesma classe, entre duas estações determinadas, têm o prazo de 6 mezes para fazer uso delles, não podendo porém transferil-os.

7.º Se o comprador se comprometter a usal-os no prazo de 1, 2 ou 3 mezes, pagará no 2.º caso, apenas o preço de bilhetes simples, o qual será diminuido no 1.º e augmentado, no 3.º, de 25 %.

8.º Partidas de 12 pessoas para cima, em passeio, têm bilhetes de ida e volta pelo preço de bilhetes simples.

9.º Partidas de menos de 12 pessoas, cujas passagens de ida e volta excederem o preço de 12 passagens simples pagarão apenas esta ultima quantia.

10. Vendem-se bilhetes periodicos trimensaes, semestraes, e annuaes que darão direito a viajar em todos os trens entre duas estações designadas, mas nunca em classe superior a do bilhete.

A importancia destes bilhetes será em geral calculada na razão de tres viagens de ida e volta por semana e ao preço do mesmo numero de passagens simples para os bilhetes trimensaes, concedendo-se, além disto, aos semestraes e annuaes, abatimentos respectivos de 25 e 33  $\frac{1}{3}$  % (  $\frac{1}{4}$  e  $\frac{1}{3}$  )

11. Para os bilhetes periodicos entre duas quaesquer das quatro primeiras estações, partindo da Bahia, foi calculada a respectiva importancia na razão de uma viagem de ida e volta por dia ao preço de uma passagem simples, gozando dos abatimentos de 25, 33  $\frac{1}{3}$  ou 50 % (  $\frac{1}{4}$ ,  $\frac{1}{3}$  ou  $\frac{1}{2}$  ) conforme fôr o bilhete trimensal, semestral ou annual.



42. Todo bilhete periodico será considerado preterido quando antes do prazo marcado estiver realizado o numero de passagens pelo qual foi calculado o respectivo preço.

43. Quem quizer, porém, utilizar-se diariamente de um bilhete periodico, não sub-urbano, e gozar do maior abatimento concedido aos sub-urbanos, deverá comprar aquelle bilhete por um preço calculado segundo a regra especial indicada para estes.

44. Pelo contrario, quem se comprometter a usar só tres vezes por semana de um bilhete periodico sub-urbano pagará apenas o preço constante da applicação da regra geral.

45. Os bilhetes *trimensaes* são pagos adiantados: os *semestraes* em dous pagamentos successivos, no principio de cada trimestre, sendo o 1.º igual ao preço de um bilhete trimensal, e os *annuaes* em tres, sendo os dous primeiros iguaes aos de um bilhete semestral e nas mesmas datas, e o 3.º no principio do 2.º semestre.

Na falta de um destes pagamentos na data estipulada o bilhete ficará sem vigor.

46. Quem quizer alugar um carro para viagem simples pagará a importancia dos bilhetes correspondentes á lotação do mesmo com abatimento de 25 %; querendo, porém, para viagem de ida e volta pagará apenas a importancia dos bilhetes simples, se fizer a competente declaração no acto de alugar o carro.

47. Exceptuão-se destas regras geraes:

1.º O carro-salão, por cujo aluguel cobrar-se-ha toda a importancia dos bilhetes de 1.ª classe, quer simples, quer de ida e volta, correspondente á lotação do mesmo, inclusive o compartimento separado. Será, porém, licito á companhia, no caso de poder utilizar-se parcial ou totalmente deste, abater as respectivas passagens.

2.º O de dormir, cuja lotação é mui variavel, conforme o uso que delle se pretende fazer, podendo ser apenas utilisado por oito pessoas durante a noite, mas prestando-se ao transporte de 30.

O minimo do aluguel deste carro será igual ao de um carro ordinario de 1.ª classe e dará direito a 24 passagens cobrando-se, além disto, 1\$ rs. por pessoa e por noite que delle se utilizar, e as passagens que excederem até completar 30, na mesma razão das 24 primeiras.

3.º Os carros de 3.ª classe de lotação superior a 43, cujo aluguel minimo (constante da tabela) será baseado nesta ultima lotação, cobrando-se, porém, as passagens que excederem na mesma razão das 43 primeiras.

18. Os carros alugados para as viagens de ida e volta deverão regressar dentro do prazo marcado para as passagens isoladas da mesma categoria.

19. Se se desejar, porém, conservar o carro até quatro dias deverá previamente ser feita a declaração neste sentido, cobrando então a companhia um excedente de aluguel de 50 % para os carros ordinarios ou de dormir e 33 1/2 % para o carro-salão, o que em ambos os casos completa o duplo do aluguel do mesmo carro para viagem simples.

20. Expirado este segundo prazo, ou na falta da formalidade acima prescripta, só se poderá voltar mediante novo aluguel ou compra de bilhetes.

21. Se no fim do primeiro prazo a companhia não puder ceder, até o 4.º dia, os carros-salão ou de dormir, facultará aos passageiros a volta em carro de 1.ª classe por um preço calculado na razão de meia passagem por cada pessoa.

22. A lotação de um carro alugado nunca póde ser excedida.

23. Nenhum passageiro embarcado em carro alugado poderá viajar em outro sem prévia autorização do chefe do trem, sob pena de ser considerado embarcado sem bilhete.

### § III.—Disposições diversas.

24. Os meninos menores de oito annos accomodando-se, se fôr preciso, dous em cada assento, pagarão meia passagem, e os meninos de tres annos, trazidos ao collo, terão passagem gratuita.

25. Os menores de 12 annos não podem viajar sem serem acompanhados, ou (de 8 a 12) munidos da autorização escripta de seus pais ou tutores.

26. Em alguns casos excepçionaes taes como missões, regozijos publicos, etc., será licito á companhia:

1.º Vender os bilhetes de ida e volta pelo preço de bilhetes simples e estes pela metade do preço ordinario daquelles.

2.º Prorogar até quatro dias, sem augmento de preço, o prazo marcado para a validade dos primeiros,

27. Tem direito a passagem gratuita :

1.º Em carro de 1.ª classe as irmãs de caridade e os padres em missão.

2.º Em carro de 2.ª classe os donos das boiadas que excederem de 30 cabeças.

3.º Em carro de 3.ª classe todo conductor de gado de qualquer especie que encher deste, um ou mais wagons.

Nos dous ultimos casos, os passes serão de ida e volta, devendo a viagem de ida ser realizada no mesmo trem em que forem os animaes, e a de volta dentro do prazo de dous dias cõin a faculdade de prorogal-o até quatro mediante pagamento de meia passagem.

28. A venda dos bilhetes nas estações principiará 30 minutos e cessará tres minutos antes da partida dos trens.

29. Os passageiros só poderão entrar nos carros depois que se abrirem as portinholas, o que terá lugar, pelo menos, cinco minutos antes da partida.

30. Os passageiros devem mostrar ou entregar seus bilhetes ou passes todas as vezes que os empregados da companhia o requisitarem.

31. Será permittido a cada viajante levar comsigo, livre de frete, um ou mais volumes consistindo exclusivamente em objectos de uso pessoal, com tanto que o peso ou volume total dos mesmos não exceda de 44 kylogrammas ou 128 decimetros cubicos, sendo o excedente taxado como encomenda e sujeito ás respectivas regras, ás quaes são tambem applicaveis, assim como a taxa *ad valorem do dinheiro e objectos preciosos*, ás bagagens não excedentes dos limites acima marcados.

32. As meias passagens só dão direito a meia bagagem.

33. Ficão sujeitas a todas as regras acima as bagagens dos passageiros que viajão gratuitamente.

34. A recepção da bagagem começará 45 minutos, e cessará 15 minutos antes da partida de cada trem.

35. Em caso algum responsabilisar-se-ha a companhia pela bagagem por quantia maior de 50\$000, salvo se o seu valor fôr especialmente declarado e o frete correspondente pago.

36. A companhia tambem não será responsavel pela bagagem não registrada e conservada pelo passageiro por sua conta e risco.

## CAPITULO II.

## PASSAGENS ESPECIAES.

§ 1.—*Trens especiaes.*

37. Conta-se em geral o percurso de um trem especial, quer simples, quer de ida e volta, desde a sahida da locomotiva do deposito mais proximo do ponto da partida do trem até o que estiver mais vizinho do destino do mesmo trem.

No caso, porém em que a companhia se possa aproveitar de parte deste percurso para outro qualquer serviço seu, ser-lhe-ha licito fazer o competente desconto.

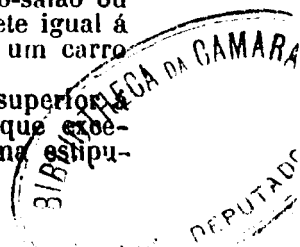
38. O frete de um trem especial, exclusivamente composto da locomotiva e de um carro ordinario de qualquer das tres classes, á escolha dos passageiros, resulta da combinação do percurso determinado pelas regras acima com os fretes fixo e kylometricos que constão do annexo n.º 2.

39. Quando a viagem fôr de ida e volta, conceder-se-ha gratuitamente cinco horas de demora no ponto terminal do trajecto de ida, sendo cobradas a \$5000 cada uma, as horas, ou fracções de horas, que excederem; não podendo, porém, correr o trem sobre a linha depois do pôr do sol, nem sendo contadas as horas desde esse momento até o romper do dia; salvos os casos de força maior ou tendo havido prévio accôrdo com a companhia.

40. Quando a demora fôr maior de cinco horas poderão os passageiros abandonar o trem especial e regressar pelo trem ordinario, no carro em que vierão, gratuitamente ou pagando meia passagem, segundo fôr a volta dentro do prazo marcado, ordinariamente para os bilhetes de ida e volta ou no de quatro dias.

41. Se os passageiros preferirem o carro-salão ou o de dormir pagarão um excedente de frete igual á diferença entre o aluguel deste e o de um carro ordinario de 1.ª classe.

42. Se o numero de passageiros fôr superior á lotação de um carro, pagarão aquelles que excederem, independentemente do frete acima estipul-



lado, suas passagens, ou o aluguel de um ou mais carros supplementares, segundo lhes fôr mais conveniente.

43. Levando-se animaes ou carga, pagar-se-ha os respectivos fretes conforme a tabella n.º 2.

44. A companhia poderá conceder, no frete total calculado pela fôrma acima, abatimento até 50 % para qualquer trem especial e 75 % para os de recreio.

§ II.—*Transportes funebres e de doentes.*

45. Os transportes funebres e de doentes effectuados por trem especial ficão sujeitos ás disposições que regulão estes ultimos.

46. Quando fôr o transporte realizado no trem ordinario, pôde ser o cadaver depositado em um carro alugado ou em um wagon especial.

Na primeira hypothese será o cadaver considerado como occupando quatro lugares, ficando o resto da lotação á disposição das pessoas que fazem parte do cortejo.

Na segunda hypothese cobrar-se-ha um frete especial baseado nos fixo e kylometricos que constão do annexo n.º 2, ficando, porém, as pessoas que acompanharem o cadaver obrigadas a comprar suas passagens.

47. As pessoas em estado de demencia ou com enfermidades taes que possão incommodar aos outros passageiros, exigindo constante cuidado, só poderão viajar devidamente acompanhadas, e em carro alugado.

Se fôr o preço do aluguel superior a 20\$ e o numero de pessoas que acompanhão o doente inferior á meia lotação do carro, conceder-se-ha um abatimento de 50 %.

Se fôr o mesmo preço comprehendido entre 10\$ e 20\$ (ficando sempre cumprida a ultima condição acima) cobrar-se-ha apenas a primeira destas duas quantias.

48. Enfim poderá tambem ser transportado o doente acompanhado de duas pessoas em carro ou wagon apropriado á escolha da companhia pela tarifa especial dos transportes funebres.

### § III. Transportes em trolleys.

49. Os transportes em trolleys, só por excepção e em casos extremos, depois da autorização formal do superintendente, serão facultados aos passageiros que o reclamarem, não devendo, porém, exceder jámais de 30 kilometros a distancia a percorrer (já na ida já na volta).

Cobrar-se-ha então um frete baseado nos fixo e kilometricos que constão do annexo n.º 2.

50. Se a viagem fôr de ida e volta conceder-se-ha gratuitamente uma demora de meia hora no ponto extremo do trajecto de ida, cobrando-se por cada meia hora ou fracção de meia hora que exceder um frete adicional de 1\$.

### § IV. Observação geral.

51. A companhia poderá exigir o pagamento adiantado de qualquer passagem especial.

## PARTE SEGUNDA.

### TRAFFICO DE MERCADORIAS, ENCOMMENDAS, E EXCEDENTE DE BAGAGEM.

#### CAPITULO I.

##### ENCOMMENDAS E EXCEDENTES DE BAGAGEM.

52. A carga enviada como *encommenda* é recebida nas estações de passageiros de 45 a 45 minutos antes da partida de cada trem, e por este mesmo remetida.

53. Não serão aceitas como *encommendas*, nem poderão ser incluídas em qualquer volume expedido como tal:

1.º Polvora e outras substancias de condução perigosa.

2.º Generos de mão cheiro, em porção sufficiente para incommodar aos passageiros.

51. Póde também ser recusado o transporte como encomenda de massas indivisíveis, cujo peso ou volume exceda 147 kilogrammas ou 532 decímetros cubicos, e, em geral, de qualquer carga cujo embarque ou desembarque possa occasionar demoras ao trem.

55. As bagagens ou encomendas não reclamadas até 45 minutos, depois da chegada na estação do destino, ficarão à disposição ulterior do dono ou consignatario das oito horas da manhã às cinco da tarde, salvo nos dias feriados e no prazo de 45 minutos antes da partida e depois da chegada de cada trem.

56. As encomendas são em geral taxadas por peso (tarifa A) conforme as bases indicadas no anexo n.º 3.

57. No caso, porém, da encomenda pesar menos de 340 kilogrammas por metro cubico, será ordinariamente mais vantajoso e, então, licito á companhia taxal-a por volume, applicando-lhe o maior frete das mercadorias assim taxadas, isto é, o de mobilia de luxo.

58. Se a encomenda contiver dinheiro ou objectos preciosos, cobrar-se-ha, além do respectivo frete por peso ou por volume um excedente de  $\frac{1}{4}$  % *ad valorem* para os referidos dinheiros ou objectos.

59. Qualquer encomenda cujo frete calculado fôr inferior a 460<sup>m</sup> por volume pagará esta ultima quantia.

60. Se fôr, porém, a remessa diaria e os volumes enviados de peso e valor insignificantes, reduzir-se-ha a 40<sup>m</sup> o minimo cobrado por cada um delles.

## CAPITULO II.

### MERCADORIA S.

61. A carga enviada como *mercadoria* será recebida nos respectivos depositos, todos os dias uteis, de seis horas da manhã às quatro da tarde, e, no dia immediato ao da recepção, transportada até a estação do destino; sendo nesta posta à disposição do consignatario, também todos os dias uteis, de seis horas da manhã às cinco horas e 30 minutos da tarde.

62. As mercadorias são taxadas por peso (tarifas **B** a **L**) ou por volume (tarifas **J** a **N**) conforme as categorias indicadas, com os respectivos fretes fixos e kilometricos, nos annexos de n.<sup>os</sup> 4 e 5.

63. Polvora e outras substancias de conducção perigosa pagão frete duplo.

Estas materias não podem ser transportadas nos trens de passageiros nem permanecer nos armazens da companhia, e, portanto, só serão aceitas quando fôr possível remettel-as immediatamente por um trem auxiliar, quér de mercadorias, quér de lastro, material ou inspecção da linha; devendo, por consequente, o carregador e consignatario entender-se previamente com a companhia para a fixação dos dias e horas da recepção e entrega.

Quem esconder taes substancias em qualquer volume será multado em 50\$: além disto a companhia procederá judicialmente contra o delinquente, se assim lhe convier.

64. Machinas e caldeiras para engenho (tarifa **E**) têm abatimento de 25 % a 50 % mediante prévio ajuste.

65. A companhia fica autorizada a cobrar um excedente de frete de 34 <sup>m</sup>, por myriagramma, no assucar das estações do Sitio Novo e Alagoinhas enquanto vigorar o contracto feito por ella com o major Moreira Rego.

66. Assucar em caixas, procedente das estações sitas entre Bahia e Matta, ou a ellas destinado, pagará (não sendo a companhia no primeiro destes casos responsavel por qualquer demora na expedição) um excedente de frete de 14 réis por myriagramma, salvo se a remessa fôr igual á lotação de um ou mais wagons apropriados ao dito fim, e a carga ou descarga effectuada exclusivamente pelo pessoal do carregador ou consignatario sem se utilizar dosapparelhos nem armazens da companhia, devendo, além disto, no segundo caso, ser o percurso maior de 60 kilometros.

Serão strictamente observadas nos referidos casos as disposições geraes relativas aos pedidos e estadas dos wagons.

67. Os fretes com abatimento concedidos a certos districtos productores continuarão a vigorar, ficando, porém, substituidos por seus equivalentes no systema metrico decimal, conforme a tabella avulsa n.<sup>o</sup> III.



Para gozar-se destes abatimentos nos generos devem os volumes destinados aos referidos districtos trazer o endereço por extenso, podendo a companhia exigir outras provas da realidade do destino indicado.

Quem usar de endereços falsos será multado em 50\$, além das penas estipuladas no art. 418 do Regulamento Geral.

68. A mobilia de luxo (pianos, espelhos grandes, etc.) paga frete duplo.

69. As tarifas **K** e **L** só serão applicadas quando o frete total resultante fôr igual ou superior a 10\$: se fôr menor applicar-se-ha a tarifa **J**, cobrando-se então o novo frete assim determinado, se fôr tambem menor de 10\$, e no caso contrario, esta ultima quantia.

Exceptuão-se, porém, desta regra geral o *capim* e folhas, que em qualquer porção e para qualquer distancia pagão pela tarifa **L**.

70. Enchendo-se com generos taxados pelas tarifas **J**, **K** ou **L** um wagon descoberto cuja lotação normal é de 7<sup>m</sup>,<sup>3</sup> 667, gozar-se-ha, em geral, de um abatimento de 30 % com tanto que o frete assim reduzido fique maior de 10\$, pois, no caso contrario, pagar-se-hia esta ultima quantia.

Os fretes de estação a estação de um wagon nessas condições vão já calculados com os respectivos abatimentos e minimo, arredondados em multiplos de 4\$ nas tarifas especiaes **J**, **K**, **L**, as quaes são tambem applicaveis; a primeira, no caso de transporte de mobilia, aos wagons cobertos, cuja lotação nominal é de 47<sup>m</sup>,<sup>3</sup> 465, mas que em razão do espaço perdido é considerada effectivamente não exceder a de um wagon descoberto; e as duas ultimas aos wagons especiaes para madeira (timber tract) ainda que a respectiva lotação não passe de 6<sup>m</sup>,<sup>3</sup> 279.

Vem a ser assim o abatimento concedido, pouco mais ou menos, igual, no primeiro caso, a 70, e no segundo a 16 %: justificando-se a inferioridade deste ultimo por serem os wagons a que se refere exclusivamente usados em numero superior a um para as madeiras compridas, em cujo caso concede-se a cada um delles, salvo o primeiro, um abatimento supplementar de 50 % como fica abaixo mais geralmente estipulado. (77)

71. O frete de um wagon para lastro cuja lotação é apenas de 3<sup>m</sup>, 3 167 (mas que póde ser preferido, já obrigatoriamente para os generos de peso excessivo taes como *pedras, tijolos*, telhas, etc. já em virtude de um prévio accôrdo entre o carregador e a companhia) é inferior de 40 % ao de um wagon descoberto para mercadorias, nas mesmas circunstancias de carga e percurso.

72. Concede-se igual abatimento suplementar aos wagons descobertos, conduzindo generos taxados pela tarifa **L**, excepto *carvão de madeira, piassaba e madeiras brancas*.

73. Pelo transporte da cal em wagons cobertos, quér especiaes, da mesma lotação que os descobertos, quér ordinarios parcialmente carregados até a lotação daquelles, cobrar-se-ha o respectivo frete pela tarifa **L**, quando o percurso fôr inferior a 41 kil. Se fôr, porém, este comprehendido entre 41 e 60 kil., cobrar-se-ha um frete uniforme de 16\$, e de 60 kil. para cima os fretes da tarifa **L** com abatimento de 20 %.

74. As caixas para assucar que devem voltar cheias pela via ferrea por conta do dono das mesinas têm abatimento de 50 %.

75. Para qualquer carga de comprimento tal que necessite o emprego de dous ou mais wagons, cobrar-se-ha por inteiro o frete do primeiro (constante de sua lotação em peso, ou la applicação das regras que precedem, conforme fôr a carga por peso ou por volume) e por metade o de cada um dos excedentes; ficando, porém, as partes não utilizadas destes e daquelles wagons á disposição respectiva da companhia e do carregador.

76. Serão gratuitamente transportados :

1.º Em ambos os sentidos, os saccoes vãos e usados, vindos ou tendo de voltar cheios pela estrada de ferro com generos pertencentes ao mesmo dono.

2.º Exclusivamente para o interior, as *malas, caixas* (até meio metro cubico) *barricas* e outros cascos vãos, nas condições do precedente paragrapho, e bem assim a caixaria para os Srs. de engenho que costumão mandar seus productos pela estrada de ferro.

## CAPITULO III.

## DISPOSIÇÕES GERAES.

§ 4.º *Disposições regulamentares.*

77. O carregador deve assignar e entregar á companhia um despacho declarando seu nome, o do consignatario, o numero de volumes, o conteúdo destes e mais quaesquer observações que possam coadjuvar a execução do presente regulamento, inclusive, para certos generos, o valor intrinseco dos mesmos a fim de regular a indemnização em caso de perda.

78. A companhia poderá abrir qualquer volume que ella suspeitar ter sido despachado com declarações falsas, sendo considerada como tal (e, portanto, sujeita ás comminações do art. 118 do regulamento geral) a não declaração de dinheiro ou objectos preciosos. Os volumes contendo semelhantes valores não podem ser expedidos como mercadorias, mas sim exclusivamente como encomendas.

79. As porcellanas e crystaes de valor excessivo em relação ao peso podem ser considerados objectos preciosos, e, como taes, só aceitos como encomendas.

80. Sendo o frete da mobilia de luxo igual ao das encomendas, terá ella o direito de seguir pelo primeiro trem depois da entrega, salvo se isto occasionar demora.

81. Qualquer reclamação por causa de perda ou avaria deve, para ser attendida, preceder a sahida dos generos do recinto da estrada de ferro.

82. Qualquer differença para menos entre o peso declarado na factura ou guia e o verificado na occasião da entrega, só será considerado real, quando não fôr incompativel com a natureza da carga e estado dos envoltorios attribuil-a a uma perda posterior á recepção; pois no caso contrario resultaria evidentemente de um erro para mais na primeira pesada.

83. A carga mal acondicionada (já por serem

os envoltorios fracos, podres ou defeituosos, já pela má arrumação da carga nos mesmos) só será recebida debaixo da condição formal de irresponsabilidade da companhia pelas avarias ou diminuições de peso.

84. A companhia também não será responsavel pelas diminuições de pesos provenientes da effervescencia, evaporação ou esgotamento. (como acontece com o mel, fumo em folhas, assucar mellando, etc.)

85 Finalmente não se responsabilisa a companhia pelas avarias:

1.º Dos generos que por sua natureza não possam conservar-se em perfeito estado desde a hora da recepção até a da entrega, salvo se fôr esta demorada por culpa da companhia.

2.º De qualquer volume que não mostrar, por signaes exteriores, que a avaria teve lugar em quanto esteve a carga em poder da companhia.

3.º Da mobilia de luxo, porcellanas e crystaes, louça e vidros a não ser em condições taes que seja facil aos empregados verificarem, na occasião da recepção o perfeito estado dos referidos generos, e, além disto, sujeitando-se o remetente a declarar previamente o respectivo valor e pagar uma taxa de seguro de  $1/4$  % ad valorem, na falta de que só poderá reclamar indemnização provando culpa da companhia.

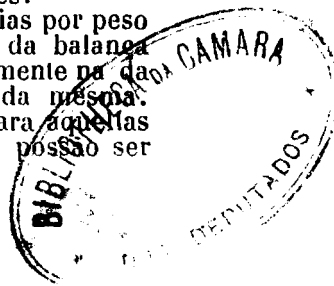
86. A companhia, devidamente autorizada pelo carregador ou consignatario, poderá concertar os envoltorios em máo estado, correndo a respectiva despesa por conta de quem a autorizou.

## § 2.º *Taxas de cargas e descargas.*

87. A companhia considera effectuada quér a recepção dos generos a transportar, quér a entrega dos já transportados pela via ferrea, quando se acharem elles collocados nos lugares que, para tal fim, ella designar nas suas estações.

Para as encomendas e as mercadorias por peso de dimensões compativeis com o uso da balança este lugar será em cada estação (mórmente na da procedencia dos generos) a plataforma da mesma.

Para as mercadorias por volume e para aquellas por pesos de dimensões taes que só possam ser



pesadas nos wagons, o lugar da recepção ou entrega será o que fôr mais commodo para o duplo serviço de desembarque das carroças ou barcaças e do embarque nos wagons ou vice-versa.

Neste ultimo caso ( e, algumas vezes, no primeiro, porém na estação do destino dos generos ) logo que os dous serviços acima indicados possão ser feitos simultaneamente sem mais trabalho do que cada um delles separadamente, o lugar da recepção ou entrega será o proprio wagon, collocado pelos empregados da companhia na posição, que ella julgar mais favoravel á referida transferência.

88. A companhia obriga-se sómente a transportar debaixo de sua responsabilidade, pelos fretes estipulados, os generos *de estação a estação*, isto é, do lugar da *recepção*, na procedencia, ao da entrega, no destino.

89. Qualquer serviço de desembarque ou embarque, anterior á primeira ou posterior á segunda, deve correr por conta e risco do carregador ou consignatario, o qual chegando, porém, a um prévio accôrdo com a companhia, poderá utilizar-se, já dosapparelhos desta, já do seu pessoal, já de ambos, com a condição de pagar, conforme fôr o frete por peso ou por volume, uma taxa addicional, tambem por peso ou por volume, que consta do annexo n.º 6.

90. Exceptuão-se dos preços alli estipulados :

1.º A carga ou descarga de encomendas que paga taxa dupla.

2.º A do mel que tem abatimento de 50%.

3.º A carga de materiaes mui divididos ou pulverulentos não acondicionados em saccoes, caixas, etc. a qual paga taxa dupla, ficando, porém, a descarga dos mesmos pelo preço geral.

4.º A lingada de massas indivisiveis superiores a 734 kilogrammas, em peso e 3<sup>m</sup>, 194 em volume, a qual será objecto de ajuste, podendo a companhia recusar-se, não só a lincar, como tambem a transportar taes cargas se não lhe convier.

Não serão sujeitos a esta ultima excepção os generos de grande exportação (taes como *assucar*, *fumo*, *algodão*, etc.) nem as caixas ou pipas vasiaes.

91. Quando incumbir-se a companhia deste serviço complementar será ella, durante o mesmo responsavel pelos generos, estando as vasilhas ou envoltorios em boas condições e reservando-se

as occurrencias independentes do seu pessoal ou appparelhos.

92. Abstrahindo-se o caso excepcional da recepção ou entrega no proprio wagon, corre em geral o serviço da carga ou descarga deste por conta e risco da companhia, sem augmento de frete com tanto que estejam os generos apresentados de fórma tal que possam ser facil e rapidamente embarcados ou desembarcados sem uso obrigatorio dos appparelhos.

93. No caso contrario (que póde se dar ou por consistir a carga em massas indivisiveis superiores a 147 kilogrammas a 532 decimetros cubicos, ou por ser ella muito dividida) poderá a companhia cobrar, quer para embarcar os generos nos wagons, quer para desembarcal-os, um frete adicional que será objecto de ajuste, não podendo, porém, em caso algum (salvo o de massas indivisiveis maiores de 734 kilogrammas ou 3<sup>m</sup>,<sup>2</sup>194) exceder a taxa acima estipulada para o serviço analogo entre as carroças ou barças e o lugar da recepção ou entrega; e não sendo ella applicavel aos generos de grande exportação nem ás caixas ou pipas vaslas.

### § III *Armazenagens e estadas.*

94. As mercadorias transportadas pela via ferrea podem permanecer, livres de armazenagens, nos depositos da companhia, até 48 horas nas estações terminaes, e oito dias nas intermediarias ou na terminal de Alagoinhas, quando fór a carga destinada ás localidades situadas a mais de seis kilometros daquelle estação.

95. Passado este prazo cobrar-se-ha por cada dia ou fracção de dia excedente (até 90) e por tonelada ou metro cubico (conforme fór o frete por peso ou por volume) uma taxa progressiva de armazenagem, segundo o annexo n.º 7.

96. Passados os 90 dias deve a companhia proceder (não só para mercadorias, como também para bagagens, encomendas, animaes e carros) na fórma dos arts. 63 a 65 do regulamento geral.

97. A companhia nunca poderá ser obrigada a aceitar e conservar nos seus armazens a carga enviada fóra das horas marcadas para a respectiva

recepção ou que não esteja prompta para seguir viagem

No caso, porém, em que ella se preste a fazel-o, terá o carregador a metade do prazo acima marcado para effectuar a remessa; expirado o qual deverá elle pagar por cada dia ou fracção de dia excedente a taxa de armazenagem constante do annexo supracitado.

98. As bagagens e encomendas não reclamadas até o dia immediato ao da chegada do trem pagarão por cada dia ou fracção de dia excedente, uma taxa dupla da acima estipulada, com tanto que seja o resultado maior de 160<sup>m</sup> por volume e por dia, pois no caso contrario, cobrar-se-hia esta ultima quantia.

99. Duplicar-se-ha tambem a taxa de armazenagem para os generos sujeitos a avarias e em condições taes que seja a companhia responsavel pelos damnos.

100. Pelos generos que não precisando ser recolhidos debaixo de coberta enchuta permanecem nos pateos das estações, a companhia não cobrará armazenagem nem terá responsabilidade.

101. Enchendo-se um carro de qualquer mercadoria, e tendo de ser a entrega desta effectuada naquelle, quér por conveniencia do serviço, quér a pedido do carregador ou consignatario, devem os generos ser reclamados no prazo de 24 horas depois da chegada, para as mercadorias em geral, no de dous dias para o mel em Periperi, e no mesmo dia para o carvão de madeira na Bahia.

Findos esses prazos cobrar-se-ha por cada dia ou fracção de dia excedente uma estada de 2\$000 por wagon, ficando, porém, a companhia no caso de precisar do carro com o direito de descarregal-o cobrando então além da competente taxa de armazenagem, a de descarga precedentemente estipulada.

102. Igual estada pagará qualquer wagon que, pedido por um cartegador, permanecer por culpa deste mais de 24 horas na estação da procedencia dos generos.

103. O carvão de madeira que vier diariamente do interior em wagons cheios do mesmo póde ser pelo consignatario recolhido ao telheiro para isto especialmente destinado na estação da Jequitiaia, e ali exposto á venda mediante o pagamento de 240 a 300 réis por carga de wagon e por dia.

104. Na determinação dos prazos, ou gratuitos, ou sujeitos a taxas de armazenagens e estada de mercadorias, encommendas e excedentes de bagagens, não serão contados os dias feriados.

105. A carga transportada gratuitamente não será isenta de armazenagem ou estada.

## PARTE TERCEIRA.

### TRAFFEGO DE ANIMAES E CARROS.

#### CAPITULO I.

##### ANIMAES.

106. Os animaes são todos taxados por cabeça (tarifas **Ⓐ** a **V**) conforme as categorias estabelecidas no annexo n.º 8, no qual encontrar-se-ha tambem os respectivos fretes fixos e kilometricos.

107. Gozão de abatimentos nas circumstancias e proporções que constão do annexo n.º 9.

108. Os cavallos de sella, bestas, etc. devem ser apresentados 15 minutos antes da partida do trem pelo qual têm de seguir; nas estações intermediarias só serão aceitos havendo lugar no trem.

109. Não será permittida demora alguma occasionada ao trem por difficuldades encontradas no embarque de taes animaes.

110. Cavalhadas, boiadas, manadas de porcos, etc. devem achar-se dentro das estações e nos lugares apropriados uma hora antes da partida do trem e se excederem o contendo de um carro, poderá a companhia exigir 45 minutos para carregar cada carro.

111. Será lícito a todo carregador que encher de gado um wagon, exceder *por sua conta e risco* a respectiva lotação pagando, *porém*, apenas o frete correspondente a esta.

112. Os animaes não domesticados só serão aceitos em condições taes que offereçam a mais completa segurança.



413. Qualquer animal não reclamado até duas horas depois da chegada, pagará por cada dia ou fracção de dia excedente (inclusive a forragem que se lhe fornecer) uma estada igual ao frete correspondente aos seis primeiros kilometros.

414. Não sendo, porém, possível á companhia conservar o animal na estação do destino, poderá mandal-o para o curral publico ou qualquer estribaria por conta e risco do dono; ou nas localidades onde não fôr isto realizavel, devolve-o ao remetente, exigindo d'elle o pagamento do duplo transporte do animal e da estada acima estipulada.

415. Em todos os casos a companhia não será responsavel pela morte, ferimento, ou molestia de tais animais, salvo provando-se negligencia ou mau tratamento.

## CAPITULO II.

### CARROS.

416. Os fretes dos carros (tarifas **V** e **X**) são baseados nos fixos e kilometricos que constão do annexo n.º 40.

417. Os carros para transporte de generos ou serviço da lavoura têm abatimento de 50 %, estando elles desmanchados.

418. Todo carro não reclamado no prazo de 24 horas, depois da chegada do trem, pagará 500 rs. de estada por cada dia excedente.

## APPENDICE.

419. A respeito dos abatimentos baseados sobre a quantidade convem notar que, quando fôr esta insufficiente para gozar daquella vantagem e o respectivo frete, neste caso, torne-se maior do que o estipulado para a quantidade que goza do favor, poderá o remetente pagar o preço desta pela quantidade transportada.

120. No caso de legítimo impedimento do carregador ou consignatario poderá a Companhia conceder-lhe abatimento até 75% sobre as taxas de armazenagem ou estada.

121. Para qualquer remessa de mercadorias ou animaes, cujo frete calculado fôr inferior a 160 réis, cobrar-se-ha esta ultima quantia, praticando-se o mesmo para com as taxas de carga, descarga, armazenagem ou estada.

122. Os fretos de encomêndas e excedentes de bagagens e bem assim os de cavallos, cães e carros (acompanhando seus donos) devem ser pagos adiantados.

123. Os de mercadorias, animaes e carros (salvo os acima estipulados) são pagos tambem adiantados na Bahia, porém, nas outras estações, á vontade do remetente.

124. Todo carregador que precisar de carros para mercadorias ou gado deverá pedir-os ao chefe de estação com antecedencia de 24 horas.

A companhia não se obriga a satisfazer sempre no referido prazo semelhante pedido, porém, fará todo o esforço para não occasionar maior demora.

125. As pessoas que estragarem os carros ou apparelhos da companhia, serão responsaveis pelo damno causado; e se fôr este intencional, proceder-se-ha judicialmente contra os delinquentes.

126. Será licito á companhia estabelecer temporariamente, de accôrdo com o engenheiro fiscal do Governo, *estações de parada*, já para passageiros, já para carga, cobrando as respectivas passagens ou fretos pelos preços estipulados para as estações propriamente ditas, cuja distancia mais se approximar da dos pontos considerados.

127. Fica a Companhia autorizada a affixar annuncios commerciaes, já nas suas estações, já nos carros de 2.<sup>a</sup> e 3.<sup>a</sup> classe, cobrando então por cada estação ou carro uma taxa calculada na razão de 80 réis por decimetro quadrado e por mez, mas cuja importancia total nunca será menor de 10 réis e poderá aliás ter abatimento até 50%.

128. Ficão em vigor as instrucções para o serviço telegraphico e taxas dos telegrammas, approvadas por Decisão Ministerial de 24 de Dezembro de 1866.

Bahia, 30 de Abril de 1870.

**Annexos explicativos ou complementares do precedente  
texto e justificativos das tabellas que seguem.**

1.<sup>a</sup> Serie.— Trafego de passageiros (1).

ANNEXO N. 1.

*Bases dos preços das passagens ordinarias.*

*Passagens simples (compradas nas estações).*

CLASSES.			OBSERVAÇÕES.
	Fretes kilometricos successivos.	Percursos correspon- dentes.	
1. <sup>a</sup> {	77 rs. 62 »	62 kl. 61, 13 }	isto é: { 77 rs. por cada um dos 62 pri- meiros kilometros. e 62 rs. por cada um dos 61,13 ultimos.
2. <sup>a</sup> {	63 » 51 »	60. 63, 13 }	
3. <sup>a</sup> {	29 » 26 »	63 60, 13 }	
<p><b>N. B.</b> — A somma dos percursos correspondentes aos fretes kilometricos successivos, e para cada classe ou categoria de passagens (ordinarias ou especiaes) animaes e carga, igual ao respectivo percurso maximo, isto é, em todos os casos, salvo o dos <i>trens especiaes</i> e <i>transportes em troleys</i>, a distancia da Bahia a Alagoinhas.</p>			

(1) Parte 1.<sup>a</sup> do texto e tabella n.º 1.

Da combinação destes dados com as distancias das estações (1) constantes da tabella n.º 4 (salvo a substituição de tres kilometros á única distancia inferior, de Periperi a Olaria) resultarão os fretes de estação a estação que, na mesma tabella, vão arredondados em multiplos de 20 réis (2).

Foi, contudo, dos valores exactos dos mesmos fretes que deduzirão-se, pelas regras formuladas no texto, os preços, não só dos *bilhetes comprados no trem, de ida e volta e periodicos*, como tambem dos *alugueis de carros*, os quaes encontram-se todos na referida tabella, respectivamente arredondados em multiplos de 20 réis, para os dous primeiros, e 4\$ (3), para os dous ultimos.

Não devem ser, portanto, attribuidas a erros na tabella as pequenas differenças que se notarem entre estes resultados e os da repetição das mesmas operações sobre os fretes fundamentaes já arredondados.

Não se encontram immediatamente na tabella, mas poderão ser della facilmente deduzidos os preços abaixo enumerados:

I. Os das meias passagens, já para meninos, já para voltas no prazo de quatro dias, os quaes deduzir-se-hão dos das passagens inteiras da mesma classe e nas mesmas condições, arredondando-se, se fôr preciso, os resultados em multiplos de 20 réis.

II. O de 26 bilhetes de ida e volta a usar, no prazo de um a tres mezes, o qual equivale, no 1.º caso, ao de 13 bilhetes ordinarios de ida e volta, e, no 2.º, ao mesmo preço augmentado do de 13 bilhetes simples.

III. O dos bilhetes periodicos, já suburbanos, a usar só tres vezes por semana, já geraes, para uso diario; o qual é respectivamente igual, conforme fôr o bilhete trimensal, semestral ou annual, no 1.º caso ao de 39, 58 1/2 ou 40 h, e no 2.º, ao de 68 1/2,

(1) Na avaliação destas distancias as fracções de decimetro forão desprezadas ou contadas por unidade conforme erão ou não menores de cinco metros, forão ellas conservadas com a mesma approximação em todos os calculos.

(2) Desprezando-se, não só as fracções de real como tambem o algarismo das unidades e augmentando-se de um o das dezenas quando impar.

(3) Desprezando-se ou contando-se por unidade as fracções de 1000, conforme erão ou não inferiores a 500 réis.

121  $\frac{1}{2}$  ou 182  $\frac{1}{2}$  bilhetes simples, com arredondamento em multiplos de 4§ (1).

IV. O do aluguel do carro-salão, cuja lotação nominal, constante do numero de assentos marcados, é apenas de 20 pessoas, mas pôde ser effectivamente elevada a 24, isto é, considerada igual á de um carro ordinario de 1.ª classe.

Praticamente, pois, o preço do aluguel de que se trata é .

1.º para *viagem simples*, igual a do referido carro ordinario para viagem de ida e volta.

2.º para *viagem de ida e volta*, duplo do do mesmo carro ordinario para viagem simples.

V. O das passagens que excederem a lotação normal (de 24 ou 43 pessoas) do carro-salão ou dos de 3.ª classe, o qual equivale ao de meia passagem de ida e volta, para viagem simples, e de passagem simples, para viagem de ida e volta.

(1) Foi pelas mesmas regras praticas, porém, invertidas, que calcularão-se as importancias tubulares dos bilhetes periodicos geraes e suburbanos; salvo que conservou-se, então, ás partes fraccionarias dos dous penultimos multiplicadores, seus valores exactos  $\frac{7}{16} = 0,4375$  e  $\frac{2}{3}$ .

## ANEXO N. 2.

*Bases dos preços das passagens especiaes.*

DESIGNAÇÕES.	FRETES.		Percursos correspondentes.
	fixo ou inicial.	kilometricos successivos.	
Trens especiaes (simples ou de ida e volta) .....	20x000	$\left\{ \begin{array}{l} 1x500 \\ 1x000 \\ 8x500 \end{array} \right.$	kil. 114 86 46,26
Transportes funebres ou de doentes .....	6x000	$\left\{ \begin{array}{l} 8x200 \\ 8x160 \end{array} \right.$	108 15,13
$\left\{ \begin{array}{l} \text{simples} \dots\dots\dots \\ \text{de ida e volta} \end{array} \right. \left\{ \begin{array}{l} \text{ida} \dots\dots\dots \\ \text{volta} \end{array} \right.$	$\left\{ \begin{array}{l} 2x200 \\ \dots\dots\dots \end{array} \right.$	$\left\{ \begin{array}{l} 1x600 \\ 1x000 \end{array} \right.$	30 30

No calculo dos fretes de estação a estação (resultantes, cada um, da addição do frete fixo com os productos dos kilometricos successivos pelos percursos parciaes correspondentes (1) substituiu-se 20 kilometros, para os trens especiaes e transportes funebres, tres kilometros, para os transportes em troleys, a qualquer percurso inferior.

Forão esses fretes arredondados em multiplos de 20 réis.

N. B.—Os percursos dos trens especiaes de estação a estação, que, na tabella n.º 1, acompanhão e justificão os respectivos fretes e cujo maximo é duplo do comprimento da linha, forão calculados pela regra geral, constante do 4.º paragrapho do

(1) E' de um modo analogo que devem ser interpretados os fretes fixos de animaes e carga.



art. 102 do texto, considerando-se tres depositos de locomotivas, sendo um na Bahia, outro em Periperi e o terceiro em Alagoinhas.

Para qualquer percurso differente daquelles, cobrar-se-ha o frete correspondente ao percurso tubular mais proximo.

2.ª Serie. — Trafego de mercadorias, encomendas e excedentes de bagagem. (1)

### ANNEXO N. 3.

*Bases dos fretes por peso das encomendas, etc.*

FRETES POR TONELADA.		Percurso correspondentes.
fixo ou inicial.	kilometricos successivos.	
5\$440	453 réis.	12 kil.
	392	111,13

Os fretes de estação a estação vão calculados na tabella (Tarifa A) não por tonelada, mas, sim por kilogramma, e approximados a menos de meio real. (2)

Neste calculo substituiu-se 12 kilometros a qualquer percurso inferior.

(1) Parte 2.ª do texto, tabellas de n.ºs II a IV.

(2) Desprezando-se as fracções de real ou contando-as por unidades conforme eram ou não menores de 1/2.

## ANNEXO N. 4.

*Interpretação e bases das tarifas das mercadorias por peso.*

Designação das:		Frete kilometricos successivos ( por tonelada).	Percursos correspondentes
TARIFAS.	MERCADORIAS.		
		réis.	km.
B	Generos de importação em ge- ral. (a).....	310	21
		330	102,13
C	Ditos de exportação, idem (b)..	227	21
		220	102,13
D	Fumo (em folhas, cordas, etc)..	170	80
		138	43,13
E	Generos especiaes, abaixo enu- merados (c).....	170	80
		98	43,13
F	Assucar (bruto).....	170	8
		163	74
		20	10
		0	31,13
G	Aguardente (de canna).....	114	64
		107	39,13
H	Couros seccoos e sal.....	114	64
		64	39,13
I	Mel.....	114	21
		102	43
		80	6
		0	33,13

(a) Isto é, estrangeiros

(b) Isto é, nacionaes

(c) Alcatrão, algodão e lã barriguda impressados, alhos, arroz, assucar refinado, aypim, bacalhão, banha de porco, barris e garrações vasioas, batatas, breu, cacão, café (em saccoes), carne (verde, secco, etc.), caixas (até 100 decimetros cubicos) e malas vasioas, chouriços, côcos, cominho, coquilho, doces e queijo do paiz, farello, farinha (de mandioca, milho, tapioca e trigo) feijões, frutas frescas, herua doce, hortaliças, inhame, legumes, leite, machinas e utensilios para lavoura, mamona, mandioca, massas nacionaes, metaes não manufacturados, milho, oleos em barris ou latas, ovos, peixe (fresco ou salgado), pelles curtidas, pixe, sabão ordinario, saccoes vasioas, sebo, sollas, tabocas, tecidos nacionaes, toucinho, velas de sebo ou carnauba, vidros, vinho ou vinagre em pipas ou barris.

porém, não explicitamente designados como taxados por uma das tarifas seguintes, já por peso, já por volume.



Os fretes de estação a estação vão calculados na tabella, não por tonelada, mas, sim por *myriagramma* (10 kilogrammas) ou centesimo de tonelada, e approximadas a menos de meio real. Substituiu-se, neste calculo, seis kilometros a qualquer percurso inferior.

Calculou-se tambem, para o mel, uma tarifa especial (■) por pipa de 4,<sup>1</sup> 402,<sup>kg</sup> sendo os respectivos fretes arredondados em multiplos de 40 rs. (1)

(1) Despresando-se, não só as fracções de real, como tambem as unidades ou contando-as por dezena conforme crão ou não inferiores a 5 rs.

## ANNEXO N. 5.

*Interpretação e bases das tarifas das mercadorias por volume.*

Designação das :		Frete por metro cubico.		Percursos correspondentes.
TARIFAS.	MERCADORIAS.	Fixo ou inicial.	Kilometricos successivos.	
<b>J</b>	Mobilia (a), etc.....	940 rs.	78 rs. 67	18 kil. 105,13
<b>K</b>	Materiaes de construcção (b) em geral ; carvão de pedra e coke ; madeiras de lei.....	940 »	48 46 30	82 15 26,13
<b>L</b>	Tabatinga, areia e barro ; carvão de madeira e lenha ; piassaba, capim, estrumes (c), etc. ; madeiras brancas .....	760 »	32	123,13
<b>M</b>	Caixas vasias (de 100 decimetros cubicos para cima).....	540 »	5 0	92 31,13
<b>N</b>	Barricas, pipas e toneis vasios .....	200 »	1	123,13

(a) e outros objectos analogos de pouco peso em relação ao volume e valor (taes como rodas de carro, portas, janellas, etc.)

(b) Salvo os taxados pela tarifa L.

(c) e outras substancias de utilidade para a lavoura e de pouco valor em relação ao pezo e volume. (taes como folhas, olhos de canna, etc.)

No calculo dos fretes de estação a estação substituiu-se 12 kilometros a qualquer percurso inferior. Nas tres primeiras tarifas acima forão estes fretes calculados, não por metro cubico, mas sim, por centesimo de metro cubico (10 decimetros cubicos) e approximados a menos de meio real. Nas duas ultimas, porém, os fretes ficarão por metro cubico e forão arredondados em multiplos de 20 réis.

Applicão-se quasi exclusivamente as tarifas **M** e **N** ás caixas para assucar e pipas para aguar-dente, contando-se, então,  $4\text{m}^3$  por caixa ou pipa e  $2\text{m}^3$  por tonel. Conta-se tambem  $4\text{m}^3$  por qual-quer caixa de  $500\text{dm}^3$  para cuna. Se for, porém, o volume desta comprehendido entre 100 e 500 decimetros cubicos, tomar-se-ha por unidade o decimo de metro cubico e por frete a decima parte do tubular. Considera-se uma barrica como meia pipa.

A respeito da applicação das tarifas **J**, **K**, **L** e das especiaes **J**, **K**, **L** por wagon cheio, veja-se o estipulado no texto (69 e 70).

A estas explicações detalhadas carece apenas acres-centar que os referidos fretes especiaes forão de-duzidos, não dos valores tubulares dos fretes ge-raes correspondentes, mas sim, dos valores exactos por metro cubico, repetindo-se aliás a observação feita, em caso analogo, no annexo n.º 4.

Os fretes por wagon cheio com abatimento sup-plementar de 40 ou 20 % especificados no texto (71 a 73) não se encontrão na tabella, mas, de-duzir-se-hão facilmente cada um do tubular cor-respondente, supprimindo-se neste um dos zeros terminaes e multiplicando-se o resultado por 6 ou 8.

## ANNEXO N. 6.

*Taxas de carga e descarga das mercadorias.*

DESIGNAÇÃO DOS SERVIÇOS.	TAXAS POR 10:	
	Kilogrammas.	Decimetros cubicos.
Uso dosapparelhos (sem fornecimento de pessoal).....	2 reales.	1 real.
Fornecimento de pessoal (com ou sem uso de apparelhos).	5        "	2 reales.

Aplicação das mesmas aos casos mais usuaes:

- 1.º Descarga de mel por pipa de 4<sup>t</sup>  
102<sup>kg</sup> (com abatimento de  
50 %/o)..... 275 rs.
- 2.º Dita de cal (ou outros materiaes)  
por wagon de 6<sup>m</sup> 637..... 1\$334 seja 1\$540
- 3.º Carga da mesma (taxa dupla) dito 3\$068 seja 3\$060

## ANNEXO N. 7.

*Taxas diarias de armazenagem das mercadorias.*

PRAZOS SUCCESSIVOS.	TAXAS DIARIAS PROGRESSIVAS POR:	
	Tonclada	Metro cubico.
Do 1.º ao 10.º dia.....	1\$362	5470
Do 11.º ao 30.º.....	3\$404	1\$174
Do 31.º ao 90.º.....	6\$808	2\$348

*N. B.* Para facilitar a applicação destas taxas, calculou-se uma tabella (a avulsa n.º 4), da qual consta immediatamente a taxa correspondente a um numero qualquer de dias (até 90), porém, não por tonelada ou metro cubico, mas sim (como os fretes e com a mesma approximação) por 10 kilogrammas ou decimetros cubicos.

3.ª serie.—Trafego de animaes e carros (1).

(1) Parte 3.ª do texto, tabella n.º 11.

## ANNEXO N. 8.

*Interpretação e bases das tarifas de animais.**1.º — Animais úteis.*

TARIFAS.	Designação das:  CATEGORIAS DE ANIMAES.	Fretes por cabeça.		
		Fixo ou inicial.	Kilometricos successivos.	Percursos correspondentes.
<b>O</b>	Cavallos, bestas, jumentos e bois de raça.....	800 rs. {	35 rs. 5 kil. 34	118,13
<b>P</b>	Bois (ordinarios).....	600 {	32 0	106 17,13 2
<b>Q</b>	Cães e porcos gordos (de 43 kil. para cima).....	300 {	16 12	56 67,13
<b>R</b>	Porcos (até 44 kil.) e bezerros..	200 {	16 10	38 83,13
<b>S</b>	Cabras, carneiros e leitões.....	160 {	8 6	50 73,13
<b>T</b>	Perús, gallos, patos e outras aves comestiveis iguaes ou maiores.....	80	2	123,13
<b>U</b>	Gallinhas, gallos, frangos e outras aves comestiveis iguaes ou menores.....	80	1	123,13

*N. B.* — No calculo dos fretes de estação a estação substituiu-se seis kilometros a qualquer percurso inferior. — Fretes estes fretes arredondados em multiplos de 20 rs.

DA CAMARA

DEPUTADOS

2.<sup>a</sup> — *Animaes de luxo ou curiosidade.*

Os fretes destes animaes distribuem-se do seguinte modo entre as tarifas **Q**, **S**, **T**, **U**, e a segunda destas com abatimento de 50 %, que, no mappa abaixo, vai designada pela notação **S/2**.

CATEGORIAS.		TARIFAS.
<b>Macacos.....</b>	{ Grandes .....	<b>Q</b>
	{ Medios.....	<b>S</b>
	{ Pequenos.....	<b>S/2</b>
<b>Quadrupedes.</b>	{ <i>Pacas</i> e outros do mesmo tamanho ou maiores.....	<b>Q</b>
	{ <i>Feados</i> e outros intermediarios...	<b>S</b>
	{ <i>Coelhos</i> e outros do mesmo tamanho ou menores.....	<b>S/2</b>
<b>Aves.....</b>	{ <i>Emas</i> .....	<b>S</b>
	{ <i>Araras</i> e outras do mesmo tamanho ou maiores .....	<b>S/2</b>
	{ <i>Papagaios</i> e outras intermediarias.	<b>T</b>
	{ <i>Periquitos</i> e outros passaros do mesmo tamanho ou menores...	<b>U</b>
<b>Reptis.....</b>	{ <i>Cobras</i> em caixas bem fechadas } 15 kil. para cima	<b>Q</b>
		<b>S</b>
		<b>S/2</b>
	{ <i>Ragados</i> .....	<b>S/2</b>

## ANNEXO N. 9.

*Abatimentos nos fretes de animaes.*

TARIFAS.	ABATIMENTOS.		
	Condições.	Proporção para	
		100.	1.
O	{ De 10 cabeças para cima.....	50	$\frac{1}{2}$
P			
Q	ães pequenos e manços, viajando ao collo.....		
R	De 30 cabeças para cima.....	33 $\frac{1}{3}$	$\frac{1}{3}$
S	Idem .....	25	$\frac{1}{4}$
	{ Leitões, até 14 kg., cabritos e carneiros pequenos .....	50	$\frac{1}{2}$
T	De 12 cabeças para cima.....	20	$\frac{1}{5}$
U	Idem.....	50	$\frac{1}{2}$
	{ Pintos.....		

Os fretes de animaes com abatimento devem ser todos calculados por cabeça e arredondados em multiplos de 20 rs.

Os unicos, porém, que encontram-se, já promptos, na tabella são os com abatimento differente de 50 %, constantes das tarifas especiaes **R, S, T**. Forão elles deduzidos dos fretes geraes correspondentes (tarifas **R, S, T**) antes de serem estes arredondados. (1)

Os com abatimento de 50 % deduzir-se-hão, pelo contrario, em cada oportunidade, dos geraes tubulares correspondentes.

(1) Repita-se aqui a observação feita, em caso analogo, no annexo n.º 1.



## ANNEXO N. 10.

*Interpretação e bases das Tarifas de carros.*

Tarifas.	Numero de rodas.	Fretes por carro.	
		Firos.	Kilometricos.
V	1	38000	8220
X	2	38000	8130

No calculo dos fretes de estação a estação, substituiu-se seis kilometros a qualquer percurso inferior. Forão estes fretes arredondados em multiplos de 18000.

(Conforme). — *Joseph Mauson*, superitendente. — O engenheiro fiscal, *Dionizio Gonçalves Martins*.

**Tabellas geraes das passagens e fretes de estação a estação.**

**ADVERTENCIA.**

Para achar-se nas tabellas que seguem qualquer frete entre duas estações designadas, procurar-se-ha, na primeira columna á esquerda, o nome da estação proposta mais proxima da Bahia; na chave aberta em frente deste primeiro nome, cu-

contrar-se-ha o segundo, e, na mesma linha horizontal que este, o frete requerido. (na intersecção daquella linha com a columna vertical que contém todos os fretes da classe ou categoria considerada.)

Na tabella n.º 4, acha-se tambem, junto do nome da 2.ª estação, sua distancia kilometrica á primeira.

A repetição dos nomes das estações nas duas ultimas columnas á direita facilita o uso das tabellas.

Os fretes dos trens especiaes vão justificados pelos percursos correspondentes.

Para os de ida e volta, conforme estiver o ponto de partida daquella na 1.ª ou na 2.ª columna das estações (á esquerda) procurar-se-ha o respectivo frete na 4.ª ou na 2.ª columna destes.

Para a interpretação das tarifas designadas por letras veja-se precedentemente os annexos de n.ºs 3 a 6 e 8 a 10.

### **Regulamento das Tarifas.**

#### *Correcção e modificação dos arts. 69, 72, 73 e 74.*

69. As tarifas K e L só serão applicadas quando o frete total resultante fôr igual ou superior a 40\$; se fôr menor applicar-se-ha a tarifa J, cobrando-se então o novo frete assim determinado, se fôr tambem menor de 40\$, e, no caso contrario, esta ultima quantia.

Exceptuão-se, porém, desta regra geral:

« 1.º O capim e folhas; que mesmo em pequena porção e para qualquer distancia, pagão pela tarifa J;

« 2.º O excedente da carga de um ou mais wagons, o qual não participará dos abatimentos especiaes a estes abaixo concedidos, mas cujo frete será sempre calculado pela tarifa propria da categoria dos generos, independentemente de qualquer minimo. »

.....  
 .....

72. Concede-se igual abatimento suplementar os wagons descobertos conduzindo generos taxados pela tarifa L, excepto *carvão de madeira e madeira branca*.

73. Pelo transporte da cal em wagons cobertos, já especiaes da mesma lotação que os descobertos, já ordinarios parcialmente carregados até a lotação daquelles cobrar-se-ha o respectivo frete pela tarifa K quando o percurso fôr inferior a 44 kilometros; se fôr, porém, este comprehendido entre 44 e 60 kilometros, cobrar-se-ha um frete uniforme de 46\$; e de 60 kilometros para cima os fretes da tarifa K com abatimento de 20 %.

« Enchendo-se, com piassava, um carro coberto, « pagar-se-ha apenas um frete duplo do de um wagon descoberto, sendo este calculado com o abatimento de 40 %, acima estipulado. (72)

« Se fôr, todavia, a carga incompleta, porém, superior á lotação de um wagon descoberto, calcular-se-ha o frete pela quantidade transportada e a « tarifa L com abatimento de 60 %, sendo o minimo cobrado o frete de um wagon descoberto e o « maximo o de um coberto.

« 74. Será licito á companhia conceder abatimentos especiaes até 50 % aos materiaes de construção (inclusive madeira) destinados a Alagoinhas ou outras localidades onde fôr preciso « animar novas edificações.

« Têm direito a igual abatimento as caixas para assucar que devem voltar cheias pela via ferrea por conta do dono das mesmas. »

Conforme.

Bahia, 5 de Julho de 1870.—*Charles Lemaire Teste*, Engenheiro fiscal interino. — *Joseph Mauson*, Superintendente.

---

**Regulamento do trafego.***Redacção correcta do art. 3.º*

Será licito a todo carregador que encher de gado um wagon, exceder, *por sua conta e risco*, mediante prévio accôrdo com a companhia, a respectiva lotação, pagando porém, apenas o frete correspondente a esta.

Bahia, 10 de Junho de 1870. — *Charles Lemaire Teste*, Engenheiro fiscal interino. — *Joseph Mauson*, Superintendente.

---

**Segunda via dos artigos 61 e 68 e dos tres ultimos annexos do regulamento do trafego, com as modificações propostas, de commun accôrdo, pela repartição fiscal e a superintendencia.**

Art. 61. A carga enviada como *mercadoria* será recebida, nos respectivos depositos, todos os dias uteis, de 6 horas da manhã ás 6 da tarde, e, no dia immediato ao da recepção, transportada até a estação do destino; sendo nesta, posta á disposição do consignatario, tambem todas os dias uteis de 6 horas da manhã a 5<sup>h</sup>, 30 minutos da tarde.

Ficão, porém, exceptuadas da primeira parte desta regra geral, os generos que, por sua natureza, não possão ser conservados em perfeito estado de um dia para outro, os quaes serão recebidos nas mesmas horas que as encomendas, sem augmento de frete.

Art. 68. A mobilia de luxo (pianos, espelhos grandes, etc.) paga frete duplo.

A ordinaria usada e de pouco valor póde obter abatimento até 50 %.

Conforme. (os artigos e annexos)

Bahia, 9 de Junho de 1870. — *Charles Lemaire Teste*, Engenheiro fiscal interino. — *Joseph Mauson*, Superintendente.

3.<sup>a</sup> serie. — Trafego de animaes e carros. (1)

## ANNEXO N. 8.

*Interpretação e bases das tarifas de animaes.*1.<sup>o</sup>—*Animaes uteis.*

TARIFAS.	Designação das :  CATEGORIAS DE ANIMAES.	Frete por cabeça.		Percurso cor- respondente
		FIXO OU INICIAL.	KILOMETRICOS SUCESSIVOS.	
<b>O</b>	Cavallos, bestas, jumentos e bois de raça.....	800 rs. {	35 rs. 34	5 kil. 118,13
<b>P</b>	Bois ordinarios.....	600 {	32 0	106 17,13
<b>Q</b>	Cães e porcos gordos ( de 45 kil. para cima).....	300 {	16 12	56 67,13
<b>R</b>	Porcos (menores de 45 kil.) e be- zerros.....	200 {	16 10	38 85,13
<b>S</b>	Cabras, carneiros e leitões.....	160 {	8 6	50 73,13
<b>T</b>	Perús, ganços, patos e outras aves comestiveis iguaes ou maiores .	80	2	123,13
<b>U</b>	Gallinhas, gallos, frangos e outras aves comestiveis iguaes ou me- nores.....	80	1	123,13
N. B.—No calculo dos fretes de estação a estação, substi- tuuiu-se seis kilometros a qualquer percurso inferior.—Forão estes fretes arredondados em multiplos de 20 rs.				

(1) Parte 3.<sup>a</sup> do texto, tabella n.<sup>o</sup> II.

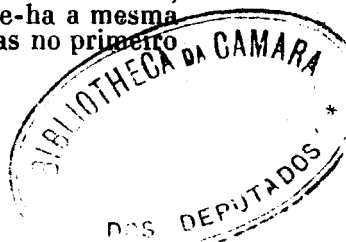
2.º.—*Ditos de luxo ou curiosidades.*

Os fretes por cabeça destes animaes distribuem-se do seguinte modo entre as precedentes tarifas (excepto a 2.ª e a 4.ª) e a 5.ª com abatimento de 50 % (que no mappa abaixo vai designado pela notação S/2) conforme as respectivas categorias baseadas no tamanho, para as aves, e no peso por cabeça, para os outros animaes, inclusive o das caixas ou gaiolas nas quaes podem ser elles apresentados e que são de rigor para os não domesticados.—Se houver mais de um animal n'uma mesma caixa ou gaiola, o peso por cabeça resultará da divisão do peso total pelo numero de animaes assim reunidos.

CATEGORIAS.		TARIFAS.
<b>Macacos, quadrupedes, e reptis .....</b>	De 40 a 100 kilogrammas.....	O
	» 20 a 40 (exclusivamente).....	Q
	» 10 a 20 (idem).....	S
	» 5 a 10 (idem).....	S/2
	» 2 a 5 (idem).....	T
	Menores de 2 .....	U
<b>Aves.....</b>	<i>Emas</i> .....	S
	<i>Araras e outras aves do mesmo tamanho ou maiores</i> .....	S/2
	<i>Papagaios e outras intermediarias</i> .....	T
	<i>Periquitos e outros passaros do mesmo tamanho ou menores...</i>	U

Se o peso por cabeça exceder de 100 kilogrammas o frete será objecto de ajuste.

Os macacos e quadrupedes mansos e menores de 2 kil. podem ser levados ao collo livres de fretes.—As aves de cada categoria, cujo desenvolvimento fôr incompleto e que não chegarem á metade do seu tamanho regular pagarão apenas o frete da categoria immediatamente inferior, e, se pertencer á ultima, a metade do frete desta.—Applicar-se-ha a mesma regra ás aves comestiveis mencionadas no primeiro mappa.



## ANNEXO N. 9.

*Abatimentos nos fretes de animais.*

TARIFAS.	ABATIMENTOS.		
	Condições.	Proporção para:	
		100	1
<b>P</b>	} De 10 cabeças para cima .....	50	$\frac{1}{2}$
<b>Q</b>			
	Cães pequenos e mausos viajando ao collo .....		
<b>R</b>	De 30 cabeças para cima.....	33 $\frac{1}{3}$	$\frac{1}{3}$
<b>S</b>	Idem .....	25	$\frac{1}{4}$
	Leitões menores de 15 kil., cabritos e carneiros pequenos .....	50	$\frac{1}{2}$
<b>T</b>	De 12 cabeças para cima.....	20	$\frac{1}{5}$
<b>U</b>	Idem.....	50	$\frac{1}{2}$

Os fretes de animais com abatimento devem ser todos calculados por cabeça e arredondados em multiplos de 20 rs.—Os unicos, porém, que encontrarão-se, já promptos, na tabella, são os com abatimento differente de 50 % constantes das tarifas especiaes **r, s, t**.—Forão elles deduzidos dos fretes geraes correspondentes (Tarifas **R, S, T**.) antes de serem estes arredondados. (4)

Os com abatimento de 50 % deduzir-se-hão, pelo contrario, em cada opportunidade, dos geraes tubulares correspondentes.

(1) Repita-se aqui a observação feita, em caso analogo, no anexo n.º 1.

## ANNEXO N. 10.

*Interpretação e bases das tarifas dos carros.*

Tarifas.	Numero de rodas.	Fretes por carro.	
		<i>Fixos.</i>	<i>Kilometricos.</i>
V	1	3\$000	\$220
X	2	2\$000	\$150

No calculo dos fretes de estação a estação substituiu-se seis kilometros a qualquer percurso inferior.  
—Forão estes fretes arredondados em multiplos de 1\$.

---



TABELLA N. 3.

es especies com abatimento (da Bahia para Alagoinhas ou Sitio Novo e vice-versa) concedidos a certos districtos productores.

GENEROS.		FRETES POR DEZ KILOGRAMMAS								
		DISTRICTOS :								
		a	b	c	d	e	f	g	h	i
		Rs.	Rs.	Rs.	Rs.	Rs.	Rs.	Rs.	Rs.	Rs.
PORTADOS	em geral	Sujeitos a avarias. (Tarifas B e C).....								
		245	245	245	...	...	245	245	204	204
		Não sujeitos a avarias.—Tarifas : B e C E.....								
		245	245	245	...	...	245	245	136	136
		...	...	...	...	...	...	...	136	136
	especies	Vinho em barris ou pipas.....								
		136	136	136	...	...	136	...	136	136
		Sabão.....								
		123	123	123	...	...	123	123	136	136
		Carne secca.....								
		...	...	...	...	...	123	123	136	136
	PORTADOS	Bacalhão.....								
		68	68	68	...	...	68	...	68	68
	PORTADOS	Algodão em rama não imprensado.....								
		...	...	...	...	...	...	...	170	170
		Idem idem e lá barriguda imprensadas.....								
		...	...	...	...	...	...	...	136	136
		Sollas e pelles.....								
		...	...	...	...	...	136	136	136	136
	PORTADOS	Fumo.....								
		...	109	82	109	82	...	...	109	...
	PORTADOS	Assucar.....								
		...	109	82	109	82	...	...	109	...

B.—Os generos cujos fretes não vão incluídos nesta tabella pagão pela geral.

#### Designação dos districtos.

Alagoinhas (para os Srs. de engenho).  
Bom Jardim.  
Dito, vizinho de Santo Amaro.  
Inhambupe.  
Subahuma e Villa do Conde.  
Purificação.  
Pedrão e Ourisangas.

H.—Itapicurú  
I.—Serrinha, Villa Nova da Rainha,  
Monte Santo, Quicmados, Joazeiro, Capim Grosso, Geremoabo, Tucano, Soure;  
Provincia de Sergipe e todos os mais districtos situados nas margens do rio S. Francisco.

Bia, 1.º de Janeiro de 1870.—O Engenheiro Fiscal *Dionisio Gonçalves Martins*,  
*ph. Mauson*, superintendente.

## TABELLA N. 4.

## Taxas de armazenagem das mercadorias.

NUMERO DE DIAS.	TAXAS POR 10:		NUMERO DE DIAS.	TAXAS POR 10:		NUMERO DE DIAS.	TAXAS POR 10:	
	Kilogrammas.	Decimetros cubicos.		Kilogrammas.	Decimetros cubicos.		Kilogrammas.	Decimetros cubicos.
1	\$014	\$003	31	\$883	\$305	61	2\$927	1\$010
2	\$027	\$009	32	\$933	\$329	62	2\$996	1\$033
3	\$041	\$014	33	1\$021	\$352	63	3\$064	1\$057
4	\$054	\$019	34	1\$089	\$376	64	3\$132	1\$080
5	\$068	\$024	35	1\$157	\$399	65	3\$200	1\$104
6	\$082	\$028	36	1\$225	\$423	66	3\$268	1\$127
7	\$095	\$033	37	1\$294	\$446	67	3\$336	1\$151
8	\$109	\$038	38	1\$362	\$470	68	3\$404	1\$174
9	\$123	\$042	39	1\$430	\$493	69	3\$472	1\$198
10	\$136	\$047	40	1\$498	\$517	70	3\$540	1\$221
11	\$170	\$039	41	1\$566	\$540	71	3\$608	1\$245
12	\$204	\$070	42	1\$634	\$564	72	3\$676	1\$268
13	\$238	\$082	43	1\$702	\$587	73	3\$744	1\$291
14	\$272	\$094	44	1\$770	\$611	74	3\$818	1\$313
15	\$306	\$106	45	1\$838	\$634	75	3\$881	1\$338
16	\$340	\$117	46	1\$906	\$657	76	3\$949	1\$362
17	\$374	\$129	47	1\$974	\$681	77	4\$017	1\$385
18	\$409	\$141	48	2\$042	\$704	78	4\$085	1\$409
19	\$443	\$153	49	2\$111	\$728	79	4\$153	1\$432
20	\$477	\$164	50	2\$179	\$751	80	4\$221	1\$456
21	\$511	\$176	51	2\$247	\$775	81	4\$289	1\$479
22	\$545	\$188	52	2\$315	\$798	82	4\$357	1\$503
23	\$579	\$200	53	2\$383	\$822	83	4\$425	1\$526
24	\$613	\$211	54	2\$451	\$845	84	4\$493	1\$550
25	\$647	\$223	55	2\$519	\$869	85	4\$561	1\$573
26	\$681	\$235	56	2\$587	\$892	86	4\$629	1\$597
27	\$715	\$247	57	2\$655	\$916	87	4\$698	1\$620
28	\$749	\$258	58	2\$723	\$939	88	4\$766	1\$644
29	\$783	\$270	59	2\$791	\$963	89	4\$834	1\$667
30	\$817	\$282	60	2\$859	\$986	90	4\$902	1\$691

N. B. Conta-se por unidade qualquer fracção de dia.

Abstrahe-se os dias feriados.

Bahia, 1.º de Janeiro de 1870.—O Engenheiro Fiscal, *Dionisio Gonçalves Martins*.—*Joseph Mauson*, Superintendente.

**Observações geraes sobre a applicação dos fretes de mercadorias, encomendadas e excedentes de bagagem e taxas de carga, descarga ou armazenagem.**

Os pesos ou volumes devem ser, nas guias e facturas, expressos em kilogrammas ou decímetros cubicos, despresando-se as respectivas fracções ou contando-as por unidade, conforme forem ou não simultaneamente inferiores a  $1/2$  e acompanhadas de unidades inteiras. (1)

Para as encomendas por peso, o producto do frete tubular pelo numero de kilogrammas assim determinado dá immediatamente o frete total.

Para as mercadorias, (2) porém, e as encomendas por volume, o multiplicador do frete tubular

(1) A applicação rigorosa desta regra não é obrigatoria senão para os pesos em geral.

Quanto aos volumes, será licito, as mais das vezes, avaliar-se as respectivas dimensões em numeros inteiros de decímetros (applicando-se ás fracções destes uma regra analoga á de que se trata) d'onde resultará um numero inteiro, mais ou menos approximado, de decímetros cubicos.

Além disto, o volume das caixas vazias para assucar, barricas, pipas e toneis, e bem assim o das mercadorias por wagons cheios, é puramente convencional, pois, salvo alguns casos particulares, seria ocioso e até impraticavel rectifica-lo por uma medição directa. Contar-se-ha, portanto, em geral: o volume total dos generos transportados n'um wagon pela lotação deste; o d'uma caixa (para assucar) ou d'um pipa por 1000 decímetros cubicos e os d'uma barrica e d'um tonel respectivamente por 500 e 2000 decímetros cubicos.

Em fim, mesmo para os pesos, apresentam-se duas excepções notaveis, a saber:

1.º O mel taxado por pipa (tarifa — I —) cujo peso não é directamente determinado, mas, sim approximadamente calculado na razão de 1102 kilogrammas por pipa.

2.º As cargas de grande comprimento a cujo peso real substitue-se o convencional resultante da lotação dos wagons empregados (conforme as regras especiaes precedentemente estabelecidas a tal respeito).

(2) Abstrahindo-se as tarifas M e N e as especiaes por pipa (i) ou wagon cheio (I, K, L) cujo uso não precisa de mais espiicações do que as anteriormente dadas; salvo, talvez, o da tarifa M, para as caixas de 100 a 500 decímetros cubicos, em cujo caso deve ser o volume em decímetros cubicos dividido por 100 e desembaraçado dos dous algarismos decimaes resultantes (de um modo analogo ao do caso geral acima), assim como o frete tubular, do seu zero terminal.

é a decima parte do peso ou volume acima determinado, desembaraçado do seu algarismo decimal do mesmo modo já praticado para as fracções de kilograma ou decimetro cubico.

Proceder-se-ha da mesma fórma na applicação das taxas de carga, descarga e armazenagem, já ás encomendas, já ás mercadorias.

A importancia total, não só de qualquer remessa de mercadorias ou encomendas, como tambem das respectivas taxas de carga descarga ou armazenagem, deve ser arredondada em multiplos de 20 réis.

### **Extractos do regulamento geral de 26 de Abril de 1857.**

Art. 88. Não se dará signal de partida antes de se fecharem as portinholas.

O signal se repetirá dous minutos depois, e só então se porá o comboi em movimento.

Art. 89. No intervallo entre o primeiro signal e o definitivo ninguem poderá entrar ou sahir dos carros, excepto por força maior, retardando-se neste caso o ultimo signal.

Art. 102. É prohibido a qualquer passageiro:

1.º Viajar nos carros sem bilhete.

2.º Viajar em carro de classe superior da que faz menção o seu bilhete.

3.º Entrar ou sahir sem ser pela portinhola que o guarda designar e abrir.

4.º Sahir em qualquer lugar que não seja nos pontos da estação, e estando o comboi completamente parado.

5.º Passar de um para outro carro, ou debruçar-se para fóra.

6.º Fumar durante a viagem, excepto em carros designados para este fim, se a administração julgar conveniente estabelecê-los; e nas salas das estações em quanto ahí permanecerem senhoras, salvo se a sala tiver aquelle destino especial.

7.º Entrar nos carros (embora com bilhete) em estado de embriaguez, indecentemente vestido, ou levando consigo cães, ou pacotilha que aos outros incommode, ou materias inflammaveis, ou arma de fogo, salvo fazendo neste ultimo caso verificar por

um empregado da estrada que a arma está descarregada.

Art. 101. Qualquer individuo que infringir as disposições do art. 102 (1) será advertido com civilidade pelos empregados da estrada de ferro; se depois de primeira e segunda admoestação persistir na infracção será posto fóra do estabelecimento, restituindo-se-lhe o valor do bilhete que houver comprado, se não tiver começado a viagem.

Se a infracção de algumas das referidas disposições fôr commettida durante a viagem, tomar-se-ha nota do facto e proceder-se-ha na fórma dos arts. 55, 57 e 59, a fim de ser-lhe applicada a multa de 20\$ a 50\$ em que incorrerá.

Art. 111. Das cargas recebidas se expedirá um conhecimento de talão, cujo numero será lançado com tinta em cada volume no acto do recebimento.

Cada talão sómente abrangerá as cargas, que forem remettidas de uma vez por uma só pessoa a outra, ou uma só firma commercial.

Art. 112. A remessa far-se-ha pela ordem da numeração, salvo convindo o dono na demora. Quem quizer ser preferido para uma remessa immediata, com preterição de outras cargas, pagará frete duplo.

Art. 113. A entrega da carga se fará mediante restituição dos conhecimentos, os quaes inutilizados por um carimbo na estação que tiver feito a entrega, serão devolvidos á que remettêra as cargas.

Art. 114. Em falta do conhecimento a pessoa a quem forem enviadas as cargas, verificada a sua identidade a contento da administração, poderá recebê-las passando recibo em um livro de talão.

Estes recibos para os fins do art. 113 substituirão os conhecimentos que ficarão por elles annullados.

Art. 115. Em falta do recibo precedente, apresentando-se o conhecimento sem o carimbo da entrega, será a Administração da estrada responsavel

(1) Tolerase, todavia, salvo o caso de dolo, a infracção dos dous primeiros paragraphos do citado artigo mediante pagamento do excedente de preço estipulado no regulamento do tráfego (2); e bem assim o fumar-se nos carros, enquanto não der isto lugar a reclamação alguma dos outros viajantes, e não tenha a companhia para aquelle fim carros apropriados. No que diz respeito ás armas de fogo exceptuão-se do estipulado no 7.º paragrapho as dos guardas acompanhando presos.

pelas cargas extraviadas; salvos os casos em que na fôrma da Lei cessar esta responsabilidade.

Art. 116. A responsabilidade, porém, comprehenderá sómente o valor real e immediato dos volumes extraviados, e não os lucros que de sua entrega erão esperados.

Art. 117. O trafego das estradas de ferro, pelo que toca ás avarias dos generos, ficará sujeito ás disposições do codigo commercial, sem excepção alguma.

Art. 118. Quem declarar falsamente o conteudo de um ou mais volumes para pagar menor frete, será obrigado a pagar frete duplo dos objectos não manifestados.

Se antes de descobrir-se a fraude extraviar-se um destes volumes, só poderá reclamar os valores declarados, embora prove concludentemente que outro era o conteúdo.

Art. 119. Poderá qualquer pessoa reunir muitos volumes em um só e pagar o frete deste, com tanto que :

1.º Se contenha nos limites de peso e volume fixados no art. 107 §§ 1.º e 2.º, e art. 108. (1)

2.º Seja o volume total remetido a uma só pessoa para a distribuição.

Art. 120. A pessoa que infringir ás disposições do artigo precedente ficará sujeita ás comminações do art. 118. E extraviado o volume só poderá ter acção contra a administração a pessoa a quem era remetido o volume total e não cada uma daquellas a que se destinavão os parciaes

Art. 121. Se morrerem animaes transportados por uma estrada de ferro, sómente se poderá cobrar o seu valor, provando-se que por culpa da administração forão demorados mais tempo do que era necessário, que forão maltratados durante a viagem, ou excedidas as lotações dos carros.

(1) Ficando os citados paragraphos e artigo respectivamente substituído pelos artigos. e do actual regulamento do trafego, que se referem exclusivamente o 1.º ás encomendas, etc. e o 2.º ás mercadorias.



## Instrucções para o serviço do telegrapho electrico. (1)

Art. 1.º Qualquer pessoa poderá servir-se do telegrapho electrico.

Art. 2.º O original de cada despacho deverá ser escripto legivelmente e em caracteres que osapparelhos telegraphicos possam reproduzir, não sendo admissiveis abreviaturas, nem numeros expressos por algarismos.

O endereço indicará o destinatario e a sua residencia de maneira que não offereça duvida alguma. O expedidor soffrerá as consequencias do endereço inexacto ou incompleto.

Permittir-se-ha ao expedidor addicionar á sua assignatura qualquer legalisação que julgar conveniente.

Art. 3.º Será prohibido o uso de cifra secreta menos ao governo e á administração da estrada.

Art. 4.º Rejeitar-se-ha o telegramma que fôr contrario ás leis, offensivo da moral e dos bons costumes ou prejudicial á segurança publica.

As estações telegraphicas não exercerão censura sobre os telegrammas officiaes.

Art. 5.º Todas as taxas, sem distincção, serão pagas pelo expedidor antes da transmissão.

Art. 6.º As taxas da tabella n.º 4, serão cobradas por telegramma para qualquer distancia da linha telegraphica.

Art. 7.º Só se aceitará telegramma de mais de 400 palavras quando não prejudicar o serviço da companhia, e neste caso o chefe da estação respectiva fixará o preço.

Art. 8.º Para applicar-se a taxa ao numero de palavras, observar-se-hão as regras seguintes :

1.ª Será comprehendido no numero de palavras sujeitas á taxa tudo que o expedidor tiver escripto no original para ser transmittido, como tambem as indicações sobre o modo de transporte além do alcance da linha telegraphica e a legalisação da assignatura.

(1) Approvadas pelo ministerio da agricultura, commercio e obras publicas, em 24 de Dezembro de 1866.

2.<sup>a</sup> Toda palavra que não tiver mais de sete syllabas será contada por uma palavra, as mais longas, porém, serão contadas por duas.

3.<sup>a</sup> A palavra composta, escripta como uma só, será contada como tal todas as vezes que não tiver mais de sete syllabas; se as partes componentes, porém, estiverem escriptas separadamente, contar-se-hão por outras tantas palavras, ainda quando estejam ligadas por traços de união.

4.<sup>a</sup> Todo character alphabetico isolado, toda palavra ou particula seguida de apostrophe, contar-se-ha como uma palavra.

5.<sup>a</sup> Os signaes que o aparelho tiver de exprimir por palavras, contar-se-hão pelo numero dellas.

6.<sup>a</sup> Não se contarão, os signaes de pontuação, os de paragrapho, os apostrophes, traços de união, virgulas dobradas e parenthesis; as palavras, numeros ou signaes, acrescentados pelo telegraphista a bem do serviço; a data, hora e minuto da entrada do telegramma, e a estação, da partida, se o expedidor não houver lançado estas indicações no original.

Art. 9.<sup>o</sup> Sendo um telegramma expedido simultaneamente a mais de uma estação, pagará por uma taxa da tabella e por cada uma das outras mais metade da dita taxa; e se fôr a uma só estação, porém dirigido a diversos destinatarios, pagará, além da taxa da tabella, mais um quarto della por cada cópia suplementar que se houver de entregar.

Art. 10. As despesas do transporte feito por proprio além do alcance da linha telegraphica, serão cobradas na estação da partida, segundo a tabella n.<sup>o</sup> 2.

Art. 11. A administração da estrada não se obrigará a remetter despachos por proprios a mais de duas leguas das estações telegraphicas.

Art. 12. Qualquer expedidor terá a faculdade de pagar anticipadamente a resposta ao telegramma que apresentar, fixando a seu arbitrio o numero de palavras. Em tal caso o telegramma terá immediatamente antes da assignatura a indicação—resposta paga de—palavras.

Se a resposta constar de menos palavras do que as que tiverem sido pagas, o excedente da taxa será restituído com a deducção de 200 réis, se constar de mais quem a apresentar deverá pagar a diferença.



Não sendo apresentada a resposta nas 48 horas que seguirem a da entrega do telegramma primitivo ou se o expedidor della, por exceder o numero de palavras fixado por quem a pedisse, não quizer pagar a differença; o expedidor da pergunta poderá reclamar a taxa depositada para a resposta, com a deducção de 200 réis. Depois das primeiras 48 horas outras tantas serão concedidas para reclamar-se a quantia depositada, que, findo este ultimo prazo, reverterá a favor da estação da partida.

Art. 13. O expedidor poderá pedir a repetição integral de seu telegramma pela estação do destino a fim de conferil-o; ou sómente um aviso de recepção.

Pela repetição pagará metade da taxa do telegramma, e pelo aviso 10 %, da mesma taxa.

Art. 14. Só se dará segunda cópia do telegramma ao expedidor ou ao destinatario, ou a quem fôr por qualquer desses autorizado; cobrando a estação por isto um quarto de taxa.

Art. 15. O pedido de que um telegramma já transmittido não seja enviado ao destinatario, caso seja ainda tempo, far-se-ha por novo telegramma sujeito a taxa.

A estação nada restituirá se fôr retirado um telegramma no decurso da transmissão.

Restituir-se-ha, com 200 réis de deducção, a taxa do telegramma retirado antes de começada a expedição.

Art. 16. Restituir-se-ha integralmente a taxa:

1.º Reconhecendo se a necessidade de retardar consideravelmente a transmissão do despacho, salvo quando a parte sujeitar-se á demora.

2.º Não chegando o despacho ao destino, sendo a falta do serviço telegraphico.

3.º Provando-se que o despacho, ou a cópia remettida ao destinatario, foi alterada a ponto de não preencher o seu fim.

4.º Chegando á estação do destino mais tarde do que se fosse por um trem de passageiros, ou á casa do destinatario com maior demora do que a de uma hora além do tempo necessario para o proprio percorrer a distancia á razão de meia legua por hora, salvo do segundo caso os de força maior.

Art. 17. Os despachos serão remettidos fechados aos destinatarios. No caso de ausencia delles poderão ser entregues aos membros adultos de suas

familias, aos seus empregados, Inquilinos, ou hospedeiros, excepto quando se declarar por escripto nos despachos, que se faça a entrega ao proprio destinatario ou a algum delegado seu.

Nada restituirá a estação não se encontrando a quem entregar o despacho.

Art. 18. A estação do destino não podendo, por qualquer falta do serviço telegraphico, enviar o despacho á casa do destinatario, ou enviando, se não encontrar a quem entregal-o, avisará, por meio de despacho de serviço, á da partida, e esta, no primeiro caso, ao expedidor ainda que se ache ausente do escriptorio telegraphico; e no segundo, quando elles ahí apresentar-se ou mandar alguém.

Art. 19. Quem receber um despacho deverá passar recibo, indicando a data, hora e minuto da recepção.

Art. 20. A administração da estrada não se responsabilisará pelos damnos resultantes da perda, alteração ou retardamento dos despachos.

Art. 21. As precedencias para expedição serão reguladas assim:

1.º Despachos da companhia.

2.º Ditos officiaes, isto é, do presidente da provincia e mais autoridades.

3.º Ditos dos particulares pela ordem das entregas.

Art. 22. Os despachos de serviço do engenheiro fiscal do Governo e de seus ajudantes serão considerados a todos os respeitos como os da companhia.

Art. 23. Só poderá ser interrompida a transmissão de um despacho para fazer-se a de outro, quando este fôr de ordem superior e houver extrema urgencia em expedil-o.

Estando duas estações em communicação e tratando-se de despachos da mesma ordem, ellas alternadamente os transmittirão.

Art. 24. Em cada escriptorio telegraphico haverá um exemplar das presentes instrucções, cuja leitura será franqueada a qualquer pessoa.



**Tabella n.º 1.**

De 4 até 45 palavras.....	1\$200
De 46 a 20 » .....	1\$600
De 24 a 25 » .....	2\$000
De 26 a 30 » .....	2\$400
De 34 a 35 » .....	2\$800
De 36 a 40 » .....	3\$200
De 44 a 45 » .....	3\$600
De 46 a 50 » .....	4\$000
De 54 a 55 » .....	4\$400
De 56 a 60 » .....	4\$800
De 64 a 65 » .....	5\$200
De 66 a 70 » .....	5\$600
De 74 a 75 » .....	6\$000
De 76 a 80 » .....	6\$400
De 84 a 85 » .....	6\$800
De 86 a 90 » .....	7\$200
De 94 a 95 » .....	7\$600
De 96 a 100 » .....	8\$000

**Tabella n.º 2.**

Até 1/2 legua .....	\$500
De 1/2 a 1 » .....	1\$000
De 4 a 4 1/2 » .....	1\$500
De 4 1/2 a 2 » .....	2\$000

**Tabella de conversões.**

MULTIPLICADORES.	ARROBAS EM KILOGRAMMAS. (a)	LIBRAS EM KILOGRAMMAS.	PALMOS CUBICOS EM DECIMETROS CUBICOS.	KILOGRAMMAS EM LIBRAS.	DECIMETROS CUBICOS EM PALMOS CUBICOS.
1	14,6896	0,45903	10,618	2,178413	0,093914
2	29,3792	0,91810	21,296	4,356826	0,187829
3	44,0688	1,37715	31,944	6,533239	0,281743
4	58,7584	1,83620	42,592	8,713652	0,375657
5	73,4480	2,29525	53,240	10,892065	0,469372
6	88,1376	2,75430	63,888	13,070478	0,563486
7	102,8272	3,21335	74,536	15,248891	0,657401
8	117,5168	3,67240	85,184	17,427304	0,751315
9	132,2064	4,13145	95,832	19,605717	0,845229
10	146,8960	4,59050	106,480	21,784130	0,939144

(a) Esta columna póde tambem servir para calcular o equivalente por arroba de qualquer frete por 10 kilogrammas.

Basta, para isso, considerar este frete como um peso em arrobas, convertel-o em kilogrammas e dividir o resultado por 10, despresando-se a parte fraccionaria do quociente ou contando-a por unidade, conforme fôr ou não menor de 0,5.

## N. 230. — FAZENDA. — EM 1.º DE AGOSTO DE 1870.

Nota omissão de uma clausula, que devia ser litteralmente expressa no contracto celebrado na Thesouraria do Pará para o arrendamento da fazenda — S. Pedro —, e indica o modo por que deve ser supprida.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, em 1.º de Agosto de 1870.

O Visconde de Itaboraity, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia do Pará, em resposta ao seu officio n.º 28 de 19 de Março proximo passado, que, com quanto precedesse á celebração do contracto feito com Antonio Theodorico da Silva Penna e Candido Cicero da Silva Penna, relativamente ao arrendamento da fazenda — S. Pedro —, as formalidades recommendadas na Ordem n.º 54 de 28 de Julho de 1869, foi o mesmo contracto omisso quanto á renuncia por parte dos arrendatarios dos casos ordinarios ou extraordinarios, solitos ou insolitos, cogitados ou não cogitados, clausula que deve ser litteralmente expressa nos contractos feitos com a Fazenda Nacional, como recommenda a Lei de 22 de Dezembro de 1761, Tit. 2.º § 34.

Cumpré, portanto, que seja intimado o fiador não só para assignar um termo addicional ao que veio junto por cópia ao sobredito officio, inserindo-se a referida clausula omittida, como tambem para constituir por escriptura publica a hypotheca da propriedade offerecida, pois é essa a fórma da substancia da hypotheca convencional, a cuja natureza pertence a que se presta em garantia dos contractos de arrendamento celebrados com a Fazenda Nacional; não podendo supprir á escriptura a simples declaração feita nos termos lavrados nas Repartições Publicas, de que os bens ficão obrigados, como se acha resolvido e tem já sido declarado por diversas vezes.

Cumpré, outrossim, se não foi cobrado o sello proporcional, de cujo pagamento se devia fazer expressa menção no termo, o que não consta da referida cópia, exigir a revalidação e impôr a multa aos Empregados que intervierão no acto.

*Visconde de Itaboraity.*

---

## N. 231.—JUSTIÇA.—AVISO DE 2 DE AGOSTO DE 1870.

Ao Presidentê da Provincia do Ceará.—Declara que o Governo Imperial não tem que providenciar sobre o facto de achar-se recolhido, desde muito tempo, á cadêa de Sobral um individuo pobre e chefe de numerosa familia, por falta de pagamento de custas.

Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro, em 2 de Agosto de 1870.

Ilm. e Exm. Sr.—Expõe V. Ex. em officio n.º 44 de 28 de Junho proximo findo que, tendo um jornal dessa capital denunciado que Jacintho Pereira de Mattos, pai de numerosa familia, pobre e desvalido residente no termo de Ipú, achava-se, ha tempo, recolhido á cadêa de Sobral por falta de pagamento de custas, ouvira V. Ex. a tal respeito o Juiz Municipal desse termo e o Juiz de Direito da comarca do Ipú, os quaes, informando o facto, declararão que nenhuma providencia podião dar em consequencia da disposição da lei.

V. Ex., porém, apezar de entender que a decisão do caso occorrente pertence á jurisprudencia dos tribunaes, submette-o ao alto conhecimento de Sua Magestade o Imperador a fim de estabelecer-se a verdadeira doutrina, que a materia reclama.

E o Mesmo Augusto Senhor, a cuja presença levei o mencionado officio, Houve por bem Decidir que o Governo Imperial nada tem a providenciar por não ser da competencia do Poder Executivo a decisão de semelhante assumpto.

Deus Guarde a V. Ex.—*Barão de Muritiba*.—Sr. Presidente da Provincia do Ceará.



## N. 232. — FAZENDA. — EM 3 DE AGOSTO DE 1870.

Determina que, respeitada a decisão de um Juiz Municipal supplente, relativa a(multas impostas a) Jurados, se proceda quanto aos mesmos na conformidade do paragrapho unico do art. 4.º do Regulamento n.º 4181 de 6 de Maio de 1868.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, em 3 de Agosto de 1870.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia do Amazonas, em resposta ao officio n.º 84 de 48 de Junho proximo passado, que regular e competentemente procedeu o Juiz Municipal supplente da comarca da capital da mesma Provincia, relevando, na qualidade de Presidente do Jury, alguns dos Jurados das multas a que os sujeitára o Juiz de Direito; devendo, portanto, ser respeitada aquella decisão, e proceder-se, quanto aos Jurados dispensados das multas em questão, conforme determina o paragrapho unico do art. 4.º do Regulamento n.º 4181 de 6 de Maio de 1868.

*Visconde de Itaborahy.*



## N. 233. — JUSTIÇA. — AVISO DE 6 DE AGOSTO DE 1870.

Ao Presidente da Provincia da Bahia. — Resolve duvida sobre a competencia do Juiz Municipal para a nomeação do serventuario interino dos Officios de Contador e Distribuidor.

Ministerio dos Negocios da Justiça. — Rio de Janeiro, em 6 de Agosto de 1870.

Ilm. e Exm. Sr. — Foi presente a Sua Magestade o Imperador o officio de 14 de Maio ultimo, no qual essa Presidencia submette á consideração do Governo Imperial a duvida, em que se acha a respeito da competencia do Juiz Municipal do termo de Valença para a nomeação

do serventuario interino dos Officios de Contador e Distribuidor, visto não ser expresso a esse respeito o Decreto n.º 817 de 30 de Agosto de 1851, art. 10. E o Mesmo Augusto Senhor Houve por bem Mandar declarar que essa duvida acha-se resolvida pelo Aviso de 18 de Janeiro de 1862, competindo ao Juiz Municipal do termo a nomeação interina, no caso de vaga dos officios, na forma do supradito art. 10, com referencia ao Decreto do 1.º de Julho de 1830.

Deus Guarde a V. Ex.—*Barão de Muritiba*.—Sr. Presidente da Provincia da Bahia.

---

N. 234.—FAZENDA.—EM 8 DE AGOSTO DE 1870.

Manda contar os prazos das letras que tem de assignar o(arrematante da) fazenda — Mocambo — do extincto vinculo do Jaguára e os respectivos juros, da data da assignatura das letras, sob a condição que indica.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 8 de Agosto de 1870.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de Minas Geraes em deferimento á petição do Barão do Rio das Velhas, informada por officios do Sr. Inspector, n.º 10 de 21 de Janeiro e n.º 76 de 5 de Agosto do anno passado, que os prazos das letras que o supplicante tem de assignar como unico arrematante da fazenda denominada — Mocambo — do extincto vinculo do Jaguára, bem como os respectivos juros, devem ser contados da data em que as mesmas letras forem assignadas, ficando nesta parte revogada a Ordem n.º 222 de 12 de Junho de 1866; com tanto, porém, que elle pague o arrendamento da fazenda do tempo decorrido da data da posse á da assignatura das letras, conforme o arbitramento que se fizer, não se tornando effectivo o favor ora concedido senão depois de approvado pelo Thesouro o dito arbitramento, ao qual o Sr. Inspector mandará proceder com sciencia do supplicante, que para esse fim deverá ser intimado.

*Visconde de Itaborahy.*

---



## N. 235.—FAZENDA.—EM 8 DE AGOSTO DE 1870.

Os Collectores e seus Escrivães podem entrar em exercício mediante fianças provisórias, ou quando a fiança, assignado o termo pelo fiador, dependa ainda da especialisação e inscripção da hypotheca legal.


Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 8 de Agosto de 1870.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia da Bahia, em resposta ao seu officio n.º 76 de 13 de Maio de 1869, que fica approvada a deliberação que tomou, de mandar entrar em exercício do lugar de Collector da villa da Purificação a Theophilo José de Cerqueira, mediante a responsabilidade provisoria offerecida, vistos os motivos que determinarão aquella resolução.

Fica igualmente concedida a autorização que pede, para, sempre que estiverem as Collectorias a cargo de Fiscaes das Camaras Municipaes, mandar entrar em exercício os responsaveis, mediante fianças provisórias, como nos casos de que trata, mas tão sómente quando já não se acharem prestadas as fianças, que têm de ser garantidas com hypotheca especializada ou deposito de apolices ou de dinheiro; pois neste caso, assignado o termo pelos fiadores, e ainda que incompletas por dependerem da especialisação e inscripção da hypotheca legal, pôde entrar o responsavel em exercício, marcando-se-lhe um prazo razoavel para cumprimento dessas diligencias, independente da fiança provisoria, inteiramente superflua: favor este permittido pelas ordens de 28 de Março de 1867 e de 17 de Junho de 1868.

E quanto a não haver quem queira servir os lugares de Collector e Escrivão pela difficuldade da prestação da fiança conforme a lei hypothecaria, declara ao Sr. Inspector que, não se podendo prescindir de fianças idoneas com as garantias exigidas por lei, nem consentir tambem que continuem as Collectorias regidas pelos Fiscaes das Camaras Municipaes, deverá encarregar da cobrança dos impostos geraes os Agentes do Correio, dando-se-lhes a nomeação de Collectores, na fórma da ordem de 30 de Junho de 1849, ou, em ultimo caso, fazer arrematar as rendas, na fórma do Decreto n.º 116 de 13 de Junho de 1845.

*Visconde de Itaborahy.*



N. 236.— FAZENDA.— EM 9 DE AGOSTO DE 1870.

Os pertences de navios arribados só estão sujeitos aos direitos de importação, quando são destinados ao consumo do paiz

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro, em 9 de Agosto de 1870.

Ilm. e Exm. Sr. — Communico a V. Ex., em resposta ao seu officio n.º 343 de 18 de Julho findo, que as 16 caixas com folhas de metal amarello e 4 barris com pregos do mesmo metal, que fazião parte dos sobressalentes da barca allemã *Fetisch*, podem ser empregadas para forrar-se de novo a mesma embarcação, sem pagamento dos direitos de consumo, por se achar este caso comprehendido na disposição do § 6.º do art. 472 do Regulamento de 19 de Setembro de 1860.

Declaro igualmente a V. Ex. que a Ordem do Thesouro de 30 de Junho de 1865, citada no referido officio, só tratou de decidir que uma porção de cobre velho tirado do forro de um navio naufragado e vendido em leilão no entreposto da Saude, pudesse ser reexportado, pagos apenas os direitos de reexportação que então existião, porque a outros não podia estar sujeito, não tendo sido despachado para consumo com as formalidades prescriptas no Regulamento; mas firmou bem claramente em um de seus fundamentos o principio vigente, de que os pertences dos navios arribados sómente estão sujeitos aos direitos de importação quando são destinados ao consumo do paiz.

Deus Guarde a V. Ex.— *Visconde de Itaborahy*. — A S. Ex. o Sr. Inspector da Alfandega da Côte.



## N. 237. — FAZENDA. — EM 9 DE AGOSTO DE 1870.

As Thesourarias de Fazenda não devem prescindir da hasta publica nos arrendamentos de) proprios nacionaes, cujos contractos, para surtirem seus effeitos, dependem da approvação do Thesouro.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, em 9 de Agosto de 1870.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo em vista o officio da Thesouraria de Fazenda da Provincia de S. Paulo, n.º 90 de 9 de Agosto de 1869, e considerando:

1.º Que pelo contracto, que por cópia acompanhou o dito officio, do arrendamento do proprio nacional denominado — Armação da Bertoga — na cidade de Santos, celebrado com o tenente-coronel Candido Annunciado Dias de Albuquerque, nada se estipulára para garantir ao arrendatario uma renovação do mesmo contracto, independente de hasta publica;

2.º Que, conforme consta dos papeis anteriores, não fôra o arrendatario, mas sim a Thesouraria, quem propôz a renovação do contracto, procedimento este tanto mais irregular, quanto prejudicial á Fazenda, visto como pela hasta publica se podia obter aluguel superior ao de 10\$000 annuacs, que paga o arrendatario, e que é insignificante, ainda mesmo sendo, como parece que é, de pouco valor o referido predio;

Declara ao Sr. Inspector que mal procedeu no caso de que se trata.

Não se tendo estipulado no contracto que ficava elle dependente, para surtir seus effeitos, da approvação do Thesouro, o que fôra indispensavel para que este o pudesse reformar ou rescindir, como convinha, na fôrma das ordens de 5 de Fevereiro e 2 de Setembro de 1864, não pôde elle deixar de subsistir; mas fique o Sr. Inspector na intelligencia de que em casos semelhantes não lhe é licito prescindir da hasta publica e de outras garantias que se costumão estipular a bem dos interesses da Fazenda.

*Visconde de Itaborahy.*

---

**N. 238.—FAZENDA.—EM 10 DE AGOSTO DE 1870.**

Os manifestos das embarcações devem ser remetidos pelos Agentes Consulares do Imperio em carta fechada e lacrada, com o sello do Consulado, ao Inspector da Alfandega do porto a que as mesmas embarcações se destinarem.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 10 de Agosto de 1870.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, para os fins convenientes, que nesta data se manda declarar aos Agentes Consulares do Imperio, que os manifestos que hoje têm uma unica via, em virtude do disposto no art. 6.º do Decreto de 20 de Abril do corrente anno, devem sêr remettidos em carta fechada e lacrada, com o sello do Consulado, ao Inspector da Alfandega do porto do destino da embarcação a que pertencerem, como acontecia com uma das duas vias durante o regimen do art. 399 do Regulamento de 19 de Setembro de 1860.

*Visconde de Itaborahy.*

---

**N. 239.—JUSTIÇA.—AVISO DE 12 DE AGOSTO DE 1870.**

Declarando que compete ao Tenente Coronel nomeado pelo Governo o exercicio interino do Commando Superior de preferencia ao que se acha servindo aquelle posto por nomeação interina da Presidencia, não confirmada ainda pelo Governo Imperial.

Ministerio dos Negocios da Justica.—Rio de Janeiro, em 12 de Agosto de 1870.

Illm. e Exm. Sr.—Consulta V. Ex., em seu officio n.º 163 de 25 de Julho ultimo, se, achando-se no Commando Superior interino da Guarda Nacional de Itapeva da Faxina o Tenente Coronel Francisco Marques da

Silva, cuja nomeação, feita por essa Presidencia, ainda não foi approvada pelo Governo Imperial, e tendo sido ultimamente nomeado o cidadão Emigdio José da Piedade para o posto de Tenente Coronel Commandante do batalhão da reserva n.º 12, deve aquelle official continuar no exercicio do mesmo cargo ou passal-o a este embora mais moderno.

Em resposta declaro a V. Ex. que compete o Commando Superior interino ao Tenente Coronel Emigdio José da Piedade, por ter a effectividade do posto, e não ao Tenente Coronel Marques da Silva, que servindo em commissão por não haver sido ainda confirmada a sua nomeação, assumira o exercicio daquelle cargo, na falta de official mais graduado.

Deus Guarde a V. Ex.—*Barão de Muritiba*.—Sr. Presidente da Provincia de S. Paulo.

N. 240.—FAZENDA.—EM 17 DE AGOSTO DE 1870.

Determina que as Thesourarias paguem aos Empregados do Ministerio da Agricultura, que tiverem titulos, os vencimentos nestes marcados sem dependencia de novas ordens.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 17 de Agosto de 1870.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, de conformidade com o Aviso do Ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas de 6 do corrente, ordena aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda que paguem aos Empregados do dito Ministerio, que tiverem titulos, os vencimentos nestes marcados sem dependencia de expedição de nova ordem renovando as que já existem, e pelas quaes forão elles pagos no exercicio anterior, emquanto não constar que forão demittidos.

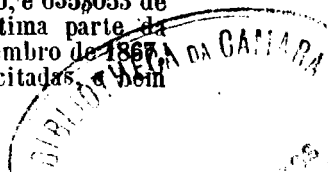
*Visconde de Itaborahy.*

N. 241.—FAZENDA.—Em 17 de Agosto de 1870.

Declara que os serventuários dos lugares de Collectorias quinta-  
tas não têm direito a estipendio algum dos cofres do Est-  
do, visto que as Collectorias não podem ser consideradas  
repartições publicas das de que trata o art. 36 § 3.º da Lei  
n.º 1507 de 26 de Setembro de 1867.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro,  
em 17 de Agosto de 1870.

O Visconde de Itaboraí, Presidente do Tribunal do  
Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da The-  
souraria de Fazenda da Provincia do Maranhão, para  
os devidos effeitos, que não pôde ser deferido o re-  
querimento de João Joaquim Belford Sabino, pedindo  
a confirmação do arbitramento de 4:041\$586 feito em seu  
favor por essa Thesouraria, em virtude da ordem do  
Thesouro n.º 83 de 27 de Novembro de 1867, e a que  
se referem os officios da Presidencia da Provincia  
de 2 e 4 de Setembro de 1868; porquanto, sendo o sup-  
plicante Administrador da Recebedoria extinta pelo  
Decreto n.º 1045 de 20 de Setembro de 1852, tendo  
sido designado para Collector da Collectoria creada na  
capital em substituição daquella repartição, não lhe  
compete outro vencimento que não seja o de 2:826\$808  
annuaes, devidamente arbitrado pela Portaria dessa  
Thesouraria n.º 335 de 2 de Agosto de 1853, para  
ser-lhe abonado depois que cessasse o exercicio da  
commissão em que se achava, e se compõe de 1:200\$000  
de ordenado e 1:626\$808 de porcentagem do dito lugar  
de Administrador, calculada pelo termo médio dos  
tres exercicios anteriores á extincção da mencionada  
repartição, vencimento esse de que se fez o compe-  
tente assentamento, conforme a cópia remettida ao  
Thesouro com officio n.º 55 de 9 de Maio de 1863, tudo  
de accôrdo com o disposto nas Decisões de 4 de Ou-  
tubro e 24 de Dezembro de 1852, sob n.º 227 e 278, que  
se devem observar, não só relativamente ao suppli-  
cante, como tambem ao Lançador que serviu de Escrivão  
da Collectoria, Olavo Martins Algarve; que se acha em  
idênticas condições, e a quem compete o vencimento  
de 1:035\$053, sendo 400\$000 de ordenado, e 635\$053 de  
porcentagem; ficando sem effeito a ultima parte da  
mencionada ordem n.º 88 de 27 de Novembro de 1867,  
por desnecessaria em face das decisões citadas, e sem



assim por não terem direito a estipendio algum dos cofres do Estado os Empregados de Collectorias extintas, pois não se considerão Repartições de Fazenda das de que trata o art. 36, § 3.º, da Lei n.º 1807 de 26 de Setembro de 1867, mas Estações ou Agencias de arrecadação, cujos serventuarios só podem perceber as porcentagens ou commissões da renda que arrecadão durante o effectivo exercicio.

Outrosim, fica sem effeito a ordem n.º 50 de 25 de Julho de 1868, na parte em que se oppõe ao que agora se determina; abonando-se aos referidos Administrador e Lançador, pela verba « Extinctos » os seus vencimentos correntes, pela fórma acima indicada, e liquidando-se os que tiverem cahido em exercicios findos para serem opportunamente autorizados.

*Visconde de Itaborahy.*



**N. 242.—FAZENDA.—EM 18 DE AGOSTO DE 1870.**

Dá provimento a um recurso relativo ao despacho de umas botijas vasias, de barro ordinario.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 18 de Agosto de 1870.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia do Maranhão, em resposta ao seu officio n.º 6 de 21 de Março ultimo, que o mesmo Tribunal, tomando conhecimento do recurso interposto por Gonçalves e Pinto da decisão da referida Thesouraria, confirmatoria da da respectiva Alfandega, que os sujeitou a pagar direitos de 50 réis por kilogramma (art. 756 n.º 2 da Tarifa) por umas botijas vasias, que dentro de um gigo forão por elles despachadas em Outubro do anno passado, por entenderem que devião pagar sómente 20 réis de direitos por ki-

logramma, conforme o n.º 1 do citado artigo da Tarifa, resolveu, de accôrdo com o parecer da Comissão da Tarifa da Alfandega do Rio de Janeiro, dar provimento ao mesmo recurso, visto se ter verificado que as botijas em questão são de barro ordinario.

*Visconde de Itaborahy.*

---

N. 243. — FAZENDA. — EM 18 DE AGOSTO DE 1870.

Os concorrentes a empregos de Fazenda não estão mais obrigados á apresentação de folha corrida.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, em 18 de Agosto de 1870.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de Pernambuco, em resposta ao officio n.º 113 de 14 de Maio proximo passado, que fica approvedo o concurso a que se procedeu para preenchimento das vagas de Praticantes da mesma Thesouraria e da Alfandega e Recebedoria dessa Provincia.

Por esta occasião recommenda ao Sr. Inspector que não continue nos futuros concursos a exigir folha corrida dos concorrentes, pois que estão elles isentos de apresental-a em vista do disposto no art. 9.º do Decreto n.º 1153 de 6 de Abril de 1868.

*Visconde de Itaborahy.*

---



## N. 244.—FAZENDA.—EM 18 DE AGOSTO DE 1870.

Os officios das Presidencias de Provincias participando demissões e nomeações de Officiaes de Descarga supranumerarios, devem vir acompanhados de cópia authentica da representação da Alfandega respectiva, e informação da Thesouraria de Fazenda.

Ministerio dos Negocio da Fazenda. — Rio de Janeiro, em 18 de Agosto de 1870.

Illm. e Exm. Sr.—Declaro a V. Ex., em resposta ao officio n.º 4 de 13 de Junho proximo passado, que fica approvada a demissão do Official de Descarga supranumerario da Alfandega da Cidade da Parnahyba João Antonio de Miranda, e a nomeação de João Antonio da Silva para o mesmo lugar; cumprindo, porém, que em casos semelhantes seja a participação acompanhada da cópia authentica da representação da Alfandega e informação da Thesouraria de Fazenda nos termos do Aviso deste Ministerio datado de 13 de Junho de 1864.

Deus Guarde a V. Ex. — *Visconde de Itaborahy*. — A S. Ex. o Sr. Presidente da Provincia do Piahy.

## N. 245.—FAZENDA.—EM 18 DE AGOSTO DE 1870.

Sobre a despeza com a illuminação interna dos Palacios das Presidencias.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 18 de Agosto de 1870.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, de conformidade com o Aviso do Ministerio dos Negocios do Imperio de 3 do corrente, communica aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, que na mesma data expediu-se circular ás respectivas Presidencias—prevenindo-as de que nenhum augmento de credito para illuminação interna dos Pa-

lacios das Presidencias será attendido, visto ser a quantia annual destinada para aquelle fim concedida como auxilio para os gastos dessa natureza, que os mesmos Presidentes têm de fazer; e que a quantia de que se trata ser-lhes-ha entregue por mezes vencidos nas respectivas Thesourarias de Fazenda.

*Visconde de Itaborahy.*

**N. 246.—JUSTIÇA.—AVISO DE 18 DE AGOSTO DE 1870.**

Mandando proceder de conformidade com o art. 56 da Lei n.º 602 de 19 de Setembro de 1850 a respeito de varios officiaes da Guarda Nacional que, tendo sido agraciados com postos honorarios do exercito, deixarão de apresentar-se a seus respectivos corpos, por se julgarem dispênsados de todo o serviço.

Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro, em 18 de Agosto de 1870.

Illm. e Exm. Sr.—Foi presente a Sua Magestade o Imperador o officio n.º 5 de 28 de Junho ultimo, no qual V. Ex. participa que 23 officiaes da Guarda Nacional dessa Provincia, tendo sido agraciados com postos honorarios do exercito pelos serviços prestados na campanha do Paraguay, deixarão de apresentar-se ahi a seus respectivos corpos por se julgarem dispensados de todo o serviço.

E o Mesmo Augusto Senhor Manda Declarar que não lhes é applicavel o Decreto n.º 3371 de 7 de Janeiro de 1835, como bem ponderou V. Ex. e se depreheende dos arts. 2.º e 8.º, mas que para com elles deve proceder de conformidade com o art. 56 da Lei n.º 602 de 19 de Setembro de 1850; o que communico a V. Ex. para sua intelligencia e execução.

Deus Guarde a V. Ex.—*Barão de Muritiba.*—Sr. Presidente da Provincia da Bahia.



## N. 247.—FAZENDA.—Em 20 de agosto de 1870.

Nas Alfandegas de 3.<sup>a</sup> ordem compete ao Chefe da 1.<sup>a</sup> Secção servir de Ajudante do Inspector, mas com os vencimentos de seu lugar de Chefe.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 20 de Agosto de 1870.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo presente o officio do Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de S. Pedro, n.º 451 de 30 de Junho proximo passado, em que dá conta de haver resolvido que o Decreto n.º 4540 de 20 de Abril do corrente anno, alterando algumas disposições do Regulamento das Alfandegas, não fez mais do que distribuir no art. 1.º pelas Secções o serviço interno das Alfandegas de 1.<sup>a</sup>, 2.<sup>a</sup> e 3.<sup>a</sup> ordem, designando no segundo periodo do sobre-dito artigo para as de 2.<sup>a</sup> e 3.<sup>a</sup> ordem qual dos Chefes de Secção deve exercer as funcções de Ajudante do Inspector, respondendo deste modo á consulta que lhe foi feita pelo Inspector da Alfandega do Rio Grande se á vista dessa nova disposição se deve considerar restabelecido o referido lugar de Ajudante, para o fim de serem abonados ao Chefe da 1.<sup>a</sup> Secção os vencimentos proprios desse emprego consignados na Tabella em vigor: declara ao mesmo Sr. Inspector, em resposta ao citado officio, que o Decreto alludido de 20 de Abril proximo passado teve apenas em vista uniformisar nesta parte o serviço interno das Alfandegas de 1.<sup>a</sup>, 2.<sup>a</sup> e 3.<sup>a</sup> ordem, as unicas que têm Chefes de Secção, e supprir uma omissão deixada pelo Decreto de 6 de Maio de 1868, quanto ás Alfandegas de 3.<sup>a</sup> ordem, pois que este Decreto não indicou, d'entre os dous Chefes de Secção, o que nellas deveria servir de Ajudante do Inspector; omissão que não se dava a respeito das Alfandegas de 2.<sup>a</sup> ordem, e que não podia dar-se em relação á da Côte, porque tinha Ajudante especial.

Uniformisando, pois, o referido Decreto o serviço interno das mesmas Alfandegas, supprimiu nas de Pernambuco e Bahia, de 2.<sup>a</sup> ordem, a 4.<sup>a</sup> Secção, para que não tivessem maior numero dellas do que a da Côte, que é de categoria superior; e feitas estas modificações, aceitou o estado da legislação anterior sobre o assumpto.

Pelo Decreto de 6 de Maio de 1868 forão extinctos os empregos de Ajudantes dos Inspectores, excepto nas do Rio de Janeiro, de 1.<sup>a</sup> ordem, Bahia e Pernambuco, de 2.<sup>a</sup> ordem. Forão, portanto, excluidas da excepção as Alfandegas de 3.<sup>a</sup> ordem, em cujo numero se acha a do Rio Grande do Sul.

Consequentemente, cabendo só nas Alfandegas de Pernambuco e Bahia aos Chefes da 3.<sup>a</sup> Secção, que são hoje os que servem de Ajudante, os vencimentos de Ajudante do Inspector, que mesmo depois da reforma de 6 de Maio de 1868 tinham os Chefes da 4.<sup>a</sup> Secção, aos quaes aquelles vêm hoje substituir e representar, principio que não é applicavel ás Alfandegas de 3.<sup>a</sup> ordem, bem decidiu o Sr. Inspector a sobredita consulta—que ao Chefe da 1.<sup>a</sup> Secção da Alfandega do Rio Grande, que serve de Ajudante do Inspector, devem unicamente ser abonados os seus vencimentos de Chefe de Secção.

*Visconde de Itaborahy.*

N. 248.—FAZENDA.—EM 20 DE AGOSTO DE 1870.

As cartas de concessão de pensões a pessoas residentes nas Províncias devem sempre ser remettidas ao Thesouro para o competente assentamento e autorização do pagamento.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 20 de Agosto de 1870.

Illm. e Exm. Sr.—Rogo a V. Ex. se digne dar as necessarias ordens para que as cartas de pensões, quando pertencentes a agraciados que residão nas Províncias, sejam sempre remettidas ao Thesouro, a fim de abrir-se ahí o respectivo assentamento, e serem autorizadas as Thesourarias para pagarem as importancias concedidas.

Deus Guarde a V. Ex.—*Visconde de Itaborahy.*—A S. Ex. o Sr. Paulino José Soares de Souza.

— Idêntico ao Ministerio da Guerra.

## N. 249.—FAZENDA.—EM 22 DE AGOSTO DE 1870.

Nas relações que acompanham as notas substituídas devem as Thesourarias declarar, além da quantidade e valor das mesmas notas, o desconto que cada uma soffreu e o exercício a que pertencem.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro.  
em 22 de Agosto de 1870.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, ordena ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia do Paraná que, quando remetter ao Thesouro notas substituídas, declare nas respectivas relações, além da quantidade e valor das mesmas notas, o desconto que cada uma soffreu e o exercício a que pertencem, conforme as ordens em vigor, a fim de que se possa fazer a devida escripturação.

*Visconde de Itaborahy.*

## N. 250.—JUSTIÇA.—AVISO DE 22 DE AGOSTO DE 1870.

Ao Presidente da Provincia da Parahyba.—Resolve a consulta do Escriptão do crime da Capital sobre os casos, em que devem os Escriptães dar às partes instrumentos de cartas testemunhaveis.

Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro.  
em 22 de Agosto de 1870.

Ulm. e Exm. Sr.—A' Sua Magestade o Imperador foi presente o officio dessa Presidencia, de 28 de Junho ultimo, submettendo á decisão do Governo Imperial a consulta do Escriptão do crime da Capital dessa Provincia sobre os casos, em que aos Escriptães incumbe o dever de dar às partes instrumentos de cartas testemunhaveis.

E o Mesmo Augusto Senhor Houve por bem Mandar declarar a V. Ex. que compete aos Escrivães examinar os casos, em que podem pedir essas cartas, limitando-se elles a cumprir taes exigencias, na conformidade da Orden. Liv. 1.º Tit. 9.º § 9.º isto porém em relação sómente ao civil, porquanto, pela doutrina do Aviso n.º 103 de 5 de Maio de 1859, no fóro crime nenhum recurso existe com semelhante denominação, nem na antiga nem na nossa nova legislação.

Deus Guarde a V. Ex.—*Barão de Muritiba*.—Sr. Presidente da Provincia da Parahyba.

---

N. 254.—FAZENDA.—EM 23 DE AGOSTO DE 1870.

Provimento de um recurso ácerca da (restituição de direitos de mais pagos, por differença de qualificação, em um despacho de 1440 pares de botinas de lã.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 23 de Agosto de 1870.

Ilm. e Exm. Sr.—Foi presente ao Tribunal do Thezouro Nacional o recurso interposto por Leconte & C.ª da decisão dessa Inspectoria de 14 de Maio ultimo, que lhes negou a restituição da quantia de 5678000 que de mais pagarão pela differença da qualificação da mercadoria contida na caixa n.º 1368, marca:..., vinda do Havre na galera *Tijuca*, e submettida a despacho pela nota n.º 124 de 2 do dito mez, como contendo 1440 pares de botinas de lã de mais de 22 centímetros de comprimento, e que os recorrentes reconhecêrão, antes de proceder-se á conferencia da sahida, serem 720 pares do comprimento declarado na nota, e terem os outros 720 sómente até 22 centímetros; e o mesmo Tribunal resolveu dar provimento ao referido recurso, por equidade, a fim de ser restituída aos recorrentes a quantia que de mais pagarão. O que communico a V. Ex. para os fins convenientes.

Deus Guarde a V. Ex.—*Visconde de Itaborahy*.—A S. Ex. o Sr. Inspector da Alfandega da Côte.

---

**N. 252.—AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.—EM 29 DE AGOSTO DE 1870.**

O(Delegado das Terras Publicas não póde servir de Juiz commissario.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.—Rio de Janeiro, em 29 de Agosto de 1870.

Ilm. e Exm. Sr.—Em solução ao officio de V. Ex. de 13 do mez ultimo, ao qual acompanhou o processo de medição de terras para fundação de uma Colonia no lugar denominado—S. Feliciano—no Municipio da Encruilhada nessa Provincia; tenho de significar á V. Ex. que, tendo Christiano Ruperti desistido do recurso interposto para o Governo Imperial da sentença que confirmou aquella medição, deve a mesma sentença produzir seus juridicos e legaes effeitos.

Por esta occasião pondero á V. Ex. que, ouvido o Conselheiro Procurador da Corôa, Soberania e Fazenda Nacional sobre a referida medição, foi elle de parecer que a nomeação do Delegado das Terras para servir de Juiz Commissario do Municipio acima alludido além de ser irregular, produz nullidade no processo, convingo portanto que V. Ex. evite a reproducção de facto semelhante por contrario á boa marcha do serviço publico.

Deus Guarde a V. Ex.—*Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque*.—Sr. Presidente da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul.



**N. 253.—FAZENDA.—EM 29 DE AGOSTO DE 1870.**

A isenção de direitos concedida aos contractantes da preparação do leito da estrada de ferro de Jundiaby a Campinas, refere-se unicamente aos de importação, e não comprehende a polvora.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 29 de Agosto de 1870.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de S. Paulo, em res-

posta ao seu officio n.º 80 de 14 de Julho ultimo, que na isenção de direitos de importação, concedida pela ordem n.º 53 de 7 do citado mez aos contractantes da preparação do leito, collocação de lastro e outras obras da estrada de ferro de Jundiaby a Campinas, para os trilhos, machinas, materiaes e instrumentos que se destinarem á construcção da referida estrada, não está comprehendida a polvora, da qual devem pagar de direitos 40 %. Outrosim declara ao Sr. Inspector que a concessão feita aos ditos contractantes refere-se unicamente aos direitos de importação, e não comprehende os de expediente.

*Visconde de Itaborahy.*

---

N. 254.—FAZENDA.—EM 29 DE AGOSTO DE 1870.

A conferencia dos despachos deve ser feita pelo individuo que despachar a mercadoria, ou seja dono, ou consignatario, ou seu preposto.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 29 de Agosto de 1870.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de S. Pedro, em resposta ao seu officio n.º 152 de 30 de Junho ultimo, que approva a solução dada pela mesma Thesouraria á consulta, que lhe fôra feita pela Alfandega da Cidade do Rio Grande, declarando que, sendo generica a disposição do art. 12 do Decreto de 20 de Abril do corrente anno, a conferencia dos despachos deve ser feita pelo individuo que despachar a mercadoria, ou seja dono, ou consignatario, ou seu preposto.

*Visconde de Itaborahy.*

---



## N. 255. — FAZENDA. — EM 30 DE AGOSTO DE 1870.

Sem ordem do Ministerio da Fazenda não devem as Presidencias de Provincias conceder despacho livre aos objectos de que trata o (§ 22 do art. 512 do Regulamento das Alfandegas, e o § 25 do art. 4.º das Disposições Preliminares da Tarifa.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, em 30 de Agosto de 1870.

Ilm. e Exm. Sr. — Declaro a V. Ex., que fica approvado o seu acto mandando despachar livres de direitos diversos objectos vindos da Europa para a linha telegraphica geral, conforme dá conta o Inspector da Thesouraria de Fazenda dessa Provincia em officio n.º 177 do 1.º do corrente mez.

Cumpre, entretanto, ponderar que na forma do art. 513 do Regulamento de 19 de Setembro de 1860, hoje substituido pelo art. 6.º das Disposições Preliminares da Tarifa, não se pôde conceder despacho livre aos objectos de que trata o mesmo officio, e se achão especificados no § 22 do art. 512 daquelle Regulamento e no § 25 do art. 4.º das mencionadas Disposições, que lhe é correspondente, sem que preceda ordem deste Ministerio.

Deus Guarde a V. Ex. — *Visconde de Itaborahy*. — A S. Ex. o Sr. Presidente da Provincia de S. Pedro.

## N. 256. — JUSTIÇA. — AVISO DE 30 DE AGOSTO DE 1870.

Ao Presidente da Provincia do Espirito Santo. — Declara nullo o juramento prestado por um supplente do Juiz Municipal perante o Juiz de Direito, visto não se ter dado caso de urgencia.

Ministerio dos Negocios da Justiça. — Rio de Janeiro, em 30 de Agosto de 1870.

Ilm. e Exm. Sr. — Approvo a decisão que V. Ex. deu á representação da Camara Municipal da Villa da Barra de S. Matheus, declarando-lhe que o juramento

do primeiro supplente do Juiz Municipal do termo, prestado pelo Dr. Graciano dos Santos Neves perante o Juiz de Direito interino da comarca, era nullo e havia o mesmo perdido o lugar, em virtude do que dispõem o Decreto n.º 2012 de 4 de Novembro de 1857 e Avisos n.ºs 355 de 28 de Agosto de 1868 e 549 de 25 de Novembro ultimo, não tendo-se dado caso assim de urgencia, de que trata o art. 3.º do Decreto citado.

Deus Guarde a V. Ex.—*Barão de Muritiba*.—Sr. Presidente da Provincia do Espirito Santo.

---

N. 237. — GUERRA. — EM 30 DE AGOSTO DE 1870.

Declara como devem ser contadas as licenças concedidas aos Officiaes e praças do Exército.

Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra, em 30 de Agosto de 1870.

Illm. e Exm. Sr.—Declaro a V. Ex., para seu conhecimento e devidos effeitos, que as licenças, que forem concedidas aos Officiaes e praças do Exército, para tratar de sua saude, devem ser contadas na fórma do que dispõe o art. 13 do Decreto n.º 3579 de 3 de Janeiro de 1866, ficando revogado o Aviso de 17 de Setembro do mesmo anno, que mandou vigorar taes licenças desde a data do termo das respectivas inspecções de saude.

Deus Guarde a V. Ex.—*Barão de Muritiba*.—Sr. Ajudante General.

---

## N. 258. — GUERRA. — EM 30 DE AGOSTO DE 1870.

Declara que o Official condemnado á suspensão de exercício tem direito ao soldo por inteiro.

Ministerio dos Negocios da Guerra. — Rio de Janeiro, em 30 de Agosto de 1870.

Declaro a Vm., para seu conhecimento e devidos effeitos, que o Major Francisco de Lima e Silva tem direito ao soldo por inteiro durante os seis mezes de suspensão de exercício a que foi condemnado pela Junta Militar de Justiça, visto que tanto o Alvará de 23 de Abril de 1799, em o seu art. 3.º, como o Decreto n.º 263 de 10 de Janeiro de 1843, em o seu art. 12 não comprehendem para a redução do soldo por inteiro á metade, senão os officiaes militares condemnados á pena de prisão. .

Deus Guarde a Vm. — *Barão de Muritiba*. — Sr. Domingos José Alvares da Fonseca.

## N. 259. — IMPERIO. — AVISO DE 31 DE AGOSTO DE 1870.

Ao Presidente da Provincia do Pará—Declara que o domicilio para o exercício do direito de votar, é o do lugar onde o cidadão tem sua familia, e não daquelle onde trabalha durante o dia.

2.ª Secção. — Ministerio dos Negocios do Imperio, Rio de Janeiro, em 31 de Agosto de 1870.

Ilm. e Exm. Sr. — Forão presentes a Sua Magestade o Imperador o officio do antecessor de V. Ex., sob n.º 34, de 6 de Fevereiro do anno passado, e a representação em que o Conego Manoel José de Siqueira Mendes pede que o Br. José da Gama Malcher seja eliminado da lista dos Juizes de Paz da Freguezia da Sé, visto ter mudado sua residencia para a da Trindade, ambas pertencentes ao municipio da Capital.

Informando o antecessor de V. Ex. que o Dr. Malcher reside com a familia em uma chacara desta ultima freguezia, mas tem consultorio medico na da Sé, onde se acha durante o dia, suscitou a seguinte questão :

« Se o cidadão que tem dous domicilios, em freguezias diversas, pôde ter a escolha de um para o exercicio do direito de votar e ser votado; ou se, no caso de que se trata, deve-se entender que o domicilio do referido Juiz de Paz é sómente no lugar onde tem a familia, mas não onde trabalha durante o dia e fóra eleito. »

E o mesmo Augusto Senhor, tendo ouvido a Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, Houve por bem, por Immediata Resolução de 24 do corrente, tomada sobre consulta de 27 de Fevereiro ultimo, decidir negativamente a 1.<sup>a</sup> parte da questão e affirmativamente a 2.<sup>a</sup>

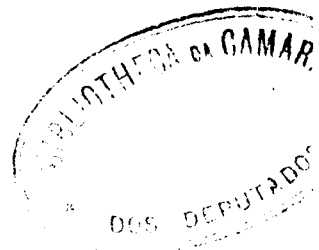
A Lei de 19 de Agosto de 1846 não admittre para o exercicio do direito de votar e ser votado a escolha de domicilio; prescreve-o taxativamente, devendo esse direito ser exercido na freguezia em que o cidadão tiver sido qualificado, e a qualificação feita na da residencia effectiva, que é aquella em que mora e não a em que tem escriptorio (Aviso n.º 533 de 24 de Dezembro de 1863).

Na hypothese de ser o cidadão qualificado em mais de uma freguezia, como illegalmente tem acontecido, só pôde ser eleito Juiz de Paz naquella em que effectivamente residir ao tempo da eleição (art. 99 da lei citada.)

Applicada esta doutrina á hypothese vertente, não pôde o Dr. José da Gama Malcher ser Juiz de Paz da Freguezia da Sé dessa Capital, onde não tem residencia effectiva, segundo a informação do antecessor de V. Ex., exuberantemente corroborada pelos documentos annexos á representação do Conego Manoel José de Siqueira Mendes.

Campre portanto que V. Ex. assim o declare á Camara Municipal respectiva para os devidos effeitos.—

Deus Guarde a V. Ex. — *Paulino José Soares de Sousa*,  
—Sr. Presidente da Provincia do Pará.



## N. 260. — FAZENDA. — EM 1 DE SETEMBRO DE 1870.

Ordena às Thesourarias que não fação encommendas de objectos de expediente senão por intermedio do Thesouro.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 1 de Setembro de 1870.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, ordena aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda que não fação encommenda alguma de objectos de expediente senão por intermedio do Thesouro: e que quando receberem as referidas encommendas, verifiquem se estão exactas, e saquem então contra o Thesouro a respectiva importancia a favor do fornecedor, fazendo ao mesmo Thesouro as convenientes communicações.

*Visconde de Itaborahy.*

## N. 261. — JUSTIÇA. — AVISO DE 2 DE SETEMBRO DE 1870.

Ao Presidente da Provincia de Santa Catharina. — Declara que um supplente do Juiz Municipal não pôde servir com Escrivão seu parente, devendo passar a vara ao immediato.

Ministerio dos Negocios da Justiça. — Rio de Janeiro, em 2 de Setembro de 1870.

Ilm. e Exm. Sr. — Approvo a decisão de V. Ex. constante do seu officio n.º 47 de 26 de Agosto ultimo, declarando ao quinto supplente do Juiz Municipal e de Orphãos do Termo de S. Francisco que, visto o parentesco entre elle e o Escrivão de Orphãos do Termo, devia passar a vara ao seu immediato, na conformidade do que dispõe o Aviso n.º 263 de 30 de Setembro de 1859.

Deus Guarde a V. Ex. — *Barão de Muritiba.* — Sr. Presidente da Provincia de Santa Catharina.

## N. 262. — IMPERIO. — EM 3 DE SETEMBRO DE 1870.

Ao Presidente da Província de S. Pedro. — Declara que na disposição dos arts. 43 e 44 da Lei do 1.º de Outubro de 1828 se comprehende o Vereador em exercicio.

2.ª Secção — Ministerio dos Negocios do Imperio. — Rio de Janeiro, e a 3 de Setembro de 1870.

Ilm. e Exm. Sr. — O Governo Imperial sustenta o acto dessa Presidencia, pelo qual negou approvação ao contracto celebrado entre a Camara Municipal da cidade do Rio Grande e a firma social Martins & Irmãos para o aluguel dos quartos do Mercado, visto ser um dos socios da mesma firma Vereador daquella Camara, e prohibir o art. 44 da Lei do 1.º de Outubro de 1828 que as Camaras fação arrendamentos com os officiaes, de que trata o art. 43 da mesma lei, entre os quaes está comprehendido o Vereador em exercicio, como foi declarado na Imperial Resolução de 29 de Dezembro do anno passado, a que se refere o Aviso de 11 de Janeiro ultimo.

Fica assim respondido o officio dessa Presidencia n.º 46 de 10 do mez findo.

Deus Guarde a V. Ex. — *Paulino José Soares de Sousa.*  
— Sr. Presidente da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul.

## N. 263. — FAZENDA. — EM 9 DE SETEMBRO DE 1870.

Rectifica um erro havido na publicação do Aviso á Alfandega do Rio de Janeiro, de 23 do mez passado, ácerca de um despacho de botinas de lã.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, em 9 de Setembro de 1870.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, para os fins convenientes,

que por inadvertencia foi publicado no *Diario Official* de 7 do corrente mez, n.º 203, nos termos em que ahi se acha, o Aviso á Alfandega do Rio de Janeiro de 23 de Agosto proximo passado, mandando restituir a Le-comte & C.ª a quantia que de mais pagarão em um despacho de botinas de lã, vindas do Havre na galera *Tijuca*; por quanto, os fundamentos desta decisão assentárão em motivos de equidade, e não nas razões expostas naquella publicação.

*Visconde de Itaboraity.*

N. 264. — JUSTIÇA. — AVISO DE 9 DE SETEMBRO DE 1870.

Declara que não compete ao Juiz Municipal supplente em exercicio a 3.ª parte do ordenado, que perceber o effectivo por se achar licenciado ou substituindo a outros Juizes.

4.ª Secção. — Ministerio dos Negocios da Justiça. — Rio de Janeiro, em 9 de Setembro de 1870.

Mm. e Exm. Sr. — Com o officio n.º 16 de 22 de Junho ultimo remetteu a Thesouraria de Fazenda dessa Provincia o processo de divida de exercicio findo, reconhecendo credor a João Ferreira Nobre, na qualidade de Juiz Municipal supplente, não só de ordenados que não forão percebidos pelos Juizes a quem substituiu, como da quinta parte do que recebêrão Juizes effectivos licenciados, ou em exercicio das funcções de outros Juizes. Pela decisão deste Ministerio de 15 de Setembro de 1868, sob n.º 384, competem ao supplente do Juiz Municipal, que exercer as funcções deste lugar os ordenados respectivos, quando não forem devidos aos funcionarios effectivos.

Não tem porém direito á quinta parte dos mesmos ordenados por não ser empregado permanente deste Ministerio, e nem poder aproveitar-lhe a disposição do art. 3.º do Decreto n.º 4995 de 14 de Outubro de 1857, mandado applicar aos casos de substituição pelo de n.º 2531 de 18 de Fevereiro de 1860; accrescendo que, se tal abono se realisasse, dar-se-hia duplicata de despeza, que

não é permittida pela citada decisão, nem pelas de 6 de Julho de 1843 e 9 de Dezembro de 1855, sob n.ºs 34 e 562, nas quaes se contém disposição identica com referencia aos Promotores Publicos interinos.

Por estas razões, e por se terem omittido nos attestados exhibidos pelo credor, e na informação da Secção, que liquidou a divida, os motivos do impedimento do Juiz effectivo em qualquer dos periodos da substituição, o que é indispensavel para julgar-se do direito do substituto ao pagamento, que requer; devolve o processo a fim de ser organizado em termos regulares.

Deus Guarde a V. Ex. — *Barão de Muritiba*. — Sr. Presidente da Provincia do Rio Grande do Norte.

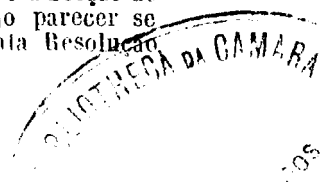
N. 263. — JUSTIÇA. — AVISO DE 10 DE SETEMBRO DE 1870.

Ao Presidente da Provincia do Maranhão. — Resolve a consulta do Presidente do Tribunal do Commercio sobre as providencias, que deve tomar quando um deputado commercial, á pretexto de proceder á syndicancias secretas, nega-se a votar sobre materia da competencia do tribunal, sujeita á seu conhecimento e regularmente instruida.

Ministerio dos Negocios da Justiça. — Rio de Janeiro, em 10 de Setembro de 1870.

Ilm. e Exm. Sr. — A' Sua Magestade o Imperador foi presente o officio de 20 de Novembro de 1869, no qual o Presidente interino do Tribunal do Commercio dessa Provincia consultou ao Governo Imperial — se é licito ao Deputado commerciante, que nem é suspeito nem está legalmente impedido, negar-se a votar sobre materia de competencia do tribunal sujeita a seu conhecimento e regularmente instruida, a pretexto de querer proceder a syndicancias secretas; e no caso negativo quaes as providencias, que deve tomar o Presidente do Tribunal.

E o Mesmo Augusto Senhor, Tendo ouvido a Secção de Justiça do Conselho de Estado, com cujo parecer se conformou por Sua Imperial e Immediata Resolução





de 24 de Agosto ultimo, Houve por bem Mandar declarar a V. Ex. para o fazer constar áquelle Magistrado que, em todos os casos de jurisdição administrativa pedindo Deputado commercial espaço para examinar papeis e informar-se, se deve, *ad instar* do que dispõe o art. 45 do Decreto n.º 1597 do 4.º de Maio de 1855, adhir a decisão para a conferencia seguinte, porque nada importa tanto a justiça como o conhecimento da causa; e que, recusando-se elle a julgar a questão, depois de findo aquelle prazo, deve ser substituído e responsabilizado pelo crime previsto no art. 159 do Código Criminal.

Deus Guarde a V. Ex.—*Barão de Muritiba*.—Sr. Presidente da Provincia do Maranhão.

#### N. 266.—FAZENDA.—EM 12 DE SETEMBRO DE 1870.

Quando na Collectoria não ha Escrivão affiançado, póde o Collector nomeado entrar em exercicio antes da especialisação da hypotheca.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 12 de Setembro de 1870.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia do Espirito Santo, em resposta ao officio n.º 87 de 9 de Dezembro de 1869, que approva a deliberação que tomou fazendo entrar em exercicio o Collector das Rendas Geraes da Villa de Benevente, Justino Xavier Nunes, antes da especialisação da hypotheca, á vista do que informa no mencionado officio; observando-lhe, porém, que semelhante expediente só é permittido quando não ha Escrivão affiançado, a quem cabe substituir o Collector por morte, demissão, suspensão ou outro qualquer impedimento, na fórma da ordem de 13 de Outubro de 1865: cumprindo, portanto, no caso de não estar ainda especialisada e inscripta a hypotheca e de se achar o referido Collector em exercicio, suspendel-o, sendo substituído

pelo Escrivão devidamente afiançado, se estiver preenchido este lugar.

E, não constando da cópia do termo de fiança, o pagamento do sello devido, como recommenda o art. 38 do Regulamento de 17 de Abril de 1869, cumpre que, no caso de não se ter effectuado o mesmo pagamento, exija a revalidação e imponha a multa aos funcionarios que intervierão no acto.

*Visconde de Itaborahy.*

---

N. 267.—FAZENDA.—EM 13 DE SETEMBRO DE 1870.

Os juros sobre alcances provenientes de diferenças encontradas na escripturação, contão-se do dia em que termina o prazo marcado para o recolhimento da respectiva importancia.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 13 de Setembro de 1870.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de S. Pedro, para os fins convenientes, e em resposta ao seu officio n.º 145 de 18 de Junho proximo passado, que o mesmo Tribunal resolveu dar provimento ao recurso de D. Maria Eulalia Pereira Barreto, na parte em que pede dispensa do pagamento dos juros de 9 % sobre o alcance liquidado nas contas de seu finado marido, o ex-Thesoureiro da Alfandega da Capital dessa Provincia. Domingos Alves Leite, relativamente ao exercicio de 1850—1851; visto que, procedendo o alcance de 575180 de diferenças encontradas na escripturação, e não de quantias que deixarão de ser recolhidas aos cofres dessa Thesouraria, não são exigiveis os juros com relação ao tempo anterior á liquidação das referidas contas, mas unicamente os que se vencerem depois de findo o prazo marcado para o recolhimento do alcance reconhecido.

*Visconde de Itaborahy.*

---

## N. 268.—FAZENDA.—EM 14 DE SETEMBRO DE 1870.

Provimento de um recurso relativo ao despacho de papel proprio para impressão, typographia ou fabrica de estamperia, que a Alfandega sujeitára á taxa de 160 réis por kilogramma.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 14 de Setembro de 1870.

Ilm. e Exm. Sr.—Communico a V. Ex., para os fins convenientes, que tendo sido presente ao Tribunal do Thesouro Nacional o recurso interposto por Narciso, Arthur Napoleão & Comp., da decisão dessa Inspectoria de 8 de Agosto proximo passado, pela qual foi-lhes exigido o pagamento da taxa de 160 réis por kilogramma de papel para gravar musica, que submettêrão a despacho, vindo do Havre no navio *Mathilde*, entrado em Junho ultimo, resolveu o Tribunal deferir o dito recurso, por entender que o referido papel não serve para escrever, nem para desenho, sendo proprio sómente para impressão, typographia ou fabrica de estamperia, e por tanto sujeito á taxa de 40 réis por kilogramma.

Deus Guarde a V. Ex.—Visconde de Itaborahy.—A S. Ex. o Sr. Inspector da Alfandega da Córte.

## N. 269.—GUERRA.—EM 14 DE SETEMBRO DE 1870.

Declara que ás Companhias de operarios militares não são extensivas as disposições que regulão o abono de premio ás praças engajadas do Exército.

Ministerio dos Negocios da Guerra.—Rio de Janeiro, em 14 de Setembro de 1870.

Em solução ao requerimento do Cabo de Esquadra da 3.<sup>a</sup> Companhia de operarios militares, Martinho José de Souza, que, tendo sido reengajado por seis annos com o premio de 300\$000, pede seja este elevado a 400\$000; declaro a Vm. para seu conhecimento e fins conve-

nientes que, não fazendo parte do Quadro do Exercito as Companhias de Operarios Militares, não lhes são extensivas as disposições que regulão o abono de premio ás praças engajadas do mesmo Exercito.

Deus Guarde a Vm.—*Barão de Muritiba*.—Sr. Ayres Antonio de Moraes Ancora.

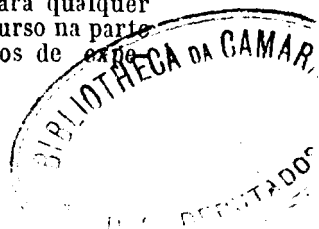


N. 270.—FAZENDA.—EM 15 DE SETEMBRO DE 1870.

Declara que a disposição do (§ 11 art. 512 do Regulamento das Alfandegas é applicavel aos generos nacionaes que tendo sido exportados, e voltando ao Imperio, onde pagarão expediente de 5 %, sahirem de novo para qualquer porto estrangeiro.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 15 de Setembro de 1870.

Ilm. e Exm. Sr.—Communico a V. Ex., para os fins convenientes, que tendo sido presente ao Tribunal do Thesouro Nacional o recurso interposto por Jorge José Moreira e Comp.<sup>a</sup> da decisão dessa Inspectoria, que os obrigou ao pagamento do expediente de 5 % de 230 rolos de fumo, vindos de torna-viagem do porto de Buenos-Ayres, e bem assim aos direitos de exportação de 50 desses mesmos rolos de fumo, que já tinham sido despachados por exportação pela nota n.º 5876 do mez de Março ultimo, e que os recorrentes pretendião despachar de novo para Lisboa na barca portugueza *Firmeza*, livres de taes direitos: o mesmo Tribunal, por despacho de 5 do corrente mez resolveu dar provimento ao recurso na parte relativa aos 50 rolos de fumo, em face do disposto no art. 512, § 11, do Regulamento de 19 de Setembro de 1860, visto como, isentando este artigo dos direitos de importação no citado paragrapho os generos nacionaes, que tendo sido exportados, regressão em quaesquer embarcações; por identidade de razão, estão tambem nelle incluídos os mesmos generos exportados, que, importados de torna-viagem, o forem na sua reexportação para qualquer porto estrangeiro: e indeferir o dito recurso na parte que se refere ao pagamento dos direitos de exportação.



diente', de conformidade com a ordem n.º 59 de 4 de Fevereiro de 1861, não prevalecendo a allegação feita pelos recorrentes de ter a Lei de 20 de Outubro de 1869, no art. 1.º § 5.º, abolido os ditos direitos quanto aos generos nacionaes, porque essa lei sómente aboliu os direitos de 1/2 % que se pagava de taes generos quando transportados de uns para outros portos do Imperio, e não de mercadorias ou generos nacionaes importados de portos estrangeiros, os quaes continuão a ficar a elles obrigados na razão de 5 % pela citada lei.

Deus Guarde a V. Ex.—*Visconde de Itaboraity*.—A S. Ex. o Sr. Inspector da Alfandega da Côrte.

N. 271.—JUSTIÇA.—AVISO DE 13 DE SETEMBRO DE 1870.

Ao Presidente da Provincia de Sergipe.—Declara que não pôde ser cassado, por não estar comprehendido no espirito e letra do Decreto n.º 1887 de 7 de Fevereiro de 1837, o provimento de um Juiz de Direito em correição prohibindo aos Escrivães fazerem citações fóra da villa e seus arrabaldes.

Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro, em 13 de Setembro de 1870.

Ilm. e Exm. Sr.—Por acto de 16 de Junho do anno passado o antecessor de V. Ex., em virtude do recurso apresentado pelo 2.º Tabellião do Publico, Judicial e Notas e Escrivão de Orphãos do Termo do Rosario do Cattete, suspendeu provisoriamente o provimento dado em correição a 25 de Novembro de 1867 pelo Juiz de Direito da Comarca do Maroim, prohibindo sob comminação, que os Escrivães fizessem citações fóra da villa e seus arrabaldes e determinando que este trabalho fosse executado pelos officiaes de justiça. Foi levado á presenca de Sua Magestade o Imperador o officio n.º 55 de 26 de Junho do anno findo, em que V. Ex. expõe e sujeita a questão á approvação do Governo Imperial, pedindo que seja cassado o mencionado provimento; e o Mesmo Augusto Senhor Manda declarar que não pôde ser appro-

vada a resolução de 16 de Junho citada por não estar comprehendido o provimento no espirito e letra do Decreto n.º 1884 de 7 de Fevereiro de 1857, em que se fundou essa Presidencia; cabendo á parte lesada lançar mão dos recursos legaes, estabelecidos no art. 59 do Regulamento de 2 de Outubro de 1854.

Deus Guarde a V. Ex.—*Barão de Muritiba*.—Sr. Presidente da Provincia de Sergipe.

---

N. 272.—JUSTIÇA.—AVISO DE 17 DE SETEMBRO DE 1870.

Ao Presidente da Provincia das Alagôas.—Declara que é da competencia do poder judiciario conhecer da justificação sobre identidade de réos presos nas cadeias publicas.

Ministerio dos Negocios da Justica.—Rio de Janeiro, em 17 de Setembro de 1870.

Ilm. e Exm. Sr.—Approvo a decisão por V. Ex. proferida e constante do seu officio n.º 59 de 19 de Agosto ultimo, declarando ao Juiz de Direito da Comarca de Camaragibe, nessa Provincia, que na conformidade de diversos Avisos e entre outros os de n.ºs 70 e 74 de 7 e 8 de Fevereiro de 1856, e 207 de 7 de Junho de 1858, compete ao poder judiciario conhecer da justificação sobre identidade de réos presos nas cadeias publicas; cumprindo que sejam decididas as questões á vista das leis e principios de direito, com os recursos, que no caso couberem.

Deus Guarde a V. Ex.—*Barão de Muritiba*.—Sr. Presidente da Provincia das Alagôas.

---

## N. 273.—JUSTIÇA.—AVISO DE 19 DE SETEMBRO DE 1870.

Declarando que os officiaes subalternos do Corpo Militar de Policia, que forão agraciados pelo Governo Imperial com as patentes de Capitães honorarios, podem usar dos distinctivos dellas no exercicio dos postos effectivos, que occupão no referido Corpo.

Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro, em 19 de Setembro de 1870.

Em resposta ao officio de Vm. de 10 do corrente, que acompanhou o requerimento dos Tenentes Antonio José Alves e Silvino Joaquim da Costa e do Alferes Joaquim Rodrigues do Valle, pedindo a graduação do posto de Capitão, cujas honras lhes forão conferidas pelo Ministerio da Guerra, em attenção aos serviços que prestarão no exercito, declaro a Vm. que é excusada a graduação solicitada pelos referidos officiaes, porque no exercicio de seus postos effectivos podem usar das divisas dos postos honorarios de que gozão.

Deus Guarde a Vm.—*Barão de Muritiba*.—Sr. Tenente Coronel Commandante do Corpo Militar de Policia da Corte.



## N. 274.—FAZENDA.—EM 19 DE SETEMBRO DE 1870.

Resolve acerca do imposto sobre industrias e profissões nos casos de exercicio de diferentes industrias no mesmo estabelecimento.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 19 de Setembro de 1870.

O Visconde de Haborany, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de S. Pedro, em resposta ao seu officio n.º 301 de 28 de Dezembro de

1869, que o mesmo Tribunal, a quem foi presente o recurso interposto pelos negociantes Luiz Ignacio Jacques e Manoel de Freitas Valle da decisão da referida Thesouraria, confirmando o lançamento que a Mesa de Rendas de Alegrete fez de sua casa de negocio por atacado, de outra onde vendem a retalho, ambas sob a firma Jacques e Freitas, e da casa bancaria que gira sob a firma Freitas Valle e Comp., para pagarem as taxas a que os sujeita o Regulamento n.º 4346 de 23 de Março do dito anno, resolveu dar provimento ao mencionado recurso para o effeito de ser reformado o lançamento: o qual deverá ser feito, considerando-se os recorrentes sujeitos á taxa proporcional de 20 % do valor locativo de todo o predio, e não, como elles pretendem, na razão de 20 % do compartimento em que têm o escriptorio de desconto e 10 % do espaço occupado pela industria que exercem de fazendas por miudo, e a uma taxa fixa apenas de 60\$000 da 1.ª classe da tabella A, annexa ao referido Regulamento, como emprezarios de escriptorio de descontos, embora sejam tambem mercadores de fazendas por grosso e a retalho, industrias aquellas tambem da dita classe e esta da 2.ª da mesma tabella; pois, na fórma do citado art. 15, cobra-se em casos como este apenas uma taxa fixa e a mais elevada, preceito applicavel aos recorrentes, posto que exercção essas industrias sob firmas differentes: visto como, attenta a generalidade em que está concebido o mesmo artigo, tanto se refere elle á pessoa singular, como collectiva, e, portanto, ás sociedades, ainda quando sob duas denominações differentes, desde que, como acontece com os recorrentes, dellas fação parte os mesmos individuos e sejam estes interessados nas diversas industrias exercidas no mesmo estabelecimento.

*Visconde de Itaborahy.*

---



N. 275.— AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS  
PUBLICAS.— EM 21 DE SETEMBRO DE 1870.

Crêa um collegio para meninos indigenas.

5.<sup>a</sup> Secção.— Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.—Rio de Janeiro, em 21 de Setembro de 1870.

Ilm. e Exm. Sr.—Attendendo á conveniencia de ensaiar um melhor systema de catechese e civilisação dos indigenas, tenho resolvido crear, sob a denominação de—Collegio Isabel—na localidade mais apropriada do valle do rio Araguaya um estabelecimento, onde os meninos das diversas tribus daquella região recebão os elementos da instrucção religiosa e profissional, com a organização, direcção e regimen economico constante das instrucções annexas.

E convencido de que o Dr. José Vieira Couto de Magalhães reúne os requisitos necessarios a bem comprehender e desempenhar o pensamento do Governo, ao mesmo incumbo de lançar as bases do novo estabelecimento.

Recommendo, portanto a V. Ex., que pelos meios á sua disposição o auxilie no desempenho desta importante commissão, e por sua parte execute o que se referir ás attribuições dessa Presidencia, bem certo de que ao assumpto liga este Ministerio o maior interesse.

Deus Guarde a V. Ex.—*Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque*.—Sr. Presidente da Provincia de Goyaz.

**Instrucções para a organização, direcção, e regimen economico do Collegio Isabel, no valle do Araguaya.**

1.º O ensino dividir-se-ha em duas partes: primario, que comprehenderá a doutrina christã, as primeiras letras e musica; e profissional, de que farão parte os officios mecanicos, especialmente ferreiro e carpinteiro com applicação especial á construcção naval, bem como a pratica da agricultura limitada ao amanho das terras, uso dos instrumentos e cultura das plantas habituaes aos indigenas.

No ensino das meninas entrarão trabalhos de agulha e tear.

2.º Serão para este fim contractados os necessarios professores ou mestres, convindo que o de primeiras letras saiba a lingua usada pela mais numerosa das tribus para mais facil communicação com os alumnos á sua entrada e a fim de servir de interprete nas relações do estabelecimento com os indigenas.

A instrucção religiosa e educação dos meninos estará a cargo de sacerdotes em numero sufficiente; as meninas serão confiadas aos cuidados de pessoas de seu sexo devidamente habilitadas. Será contractado um medico para o serviço do estabelecimento.

3.º A educação e instrucção que se prestarem terão por fim principal habilitar os meninos a serem para o futuro intermediarios para com as tribus a que pertencem, attrahindo-as aos habitos sociaes.

4.º Reconhecendo o Director do estabelecimento que os indigenas adultos mostram aptidão para aprender, tratará de aproveitá-los pelos meios á sua disposição.

5.º Haverá no estabelecimento officinas providas dos utensilios necessarios não só ao ensino dos indigenas, como ao preparo de productos que dêem renda. Será esta arrecadada para ter a applicação que o Governo designar em beneficio do estabelecimento.

6.º O encarregado da criação do estabelecimento estará em permanente communicação com os Missionarios que o Governo enviar para a catechese das tribus que estancieão no valle do Araguaya e suas proximidades, recorrendo á sua influencia para chamar ao estabelecimento os meninos que têm de ser instruidos e educados.

7.º Intervirá tambem com os mesmos Missionarios para que os objectos que houverem de ser distribuidos a titulo de brindes aos indigenas sejam permutados por productos de sua industria embora de menor valor.

8.º Como fiscal da economia interna do estabelecimento e suas dependencias, proporá, no mais breve prazo possivel, bases para o seu regulamento interno, nas quaes será attendido tudo quanto se referir a cada um dos serviços respectivos, e o necessario ao seu desenvolvimento, bem como se determinará o pessoal indispensavel, suas obrigações, vencimentos, etc. Provisoriamente porá em execução o que fór estritamente preciso á inauguração do estabelecimento.

9.º Annualmente apresentará um relatorio em que

será descripto o estado do estabelecimento, com declaração dos resultados obtidos e indicação de quaesquer medidas que forem uteis. Communicar-se-ha com o Governo ordinariamente por intermedio do Presidente da Provincia, sendo-lhe permittido corresponder-se directamente quando motivos urgentes o exigirem.

10. Haverá um Thesourciro responsavel para com a Fazenda Nacional por todas as despesas e receita que correrem por seu intermedio; este empregado receberá na Thesouraria de Fazenda de Goyaz por prestações trimestraes a quota do credito especial correspondente a esse tempo se assim for requisitado á Presidencia de Goyaz pelo encarregado desse serviço.

11. Na Thesouraria de Fazenda da Provincia de Goyaz abrir-se-ha credito especial, por conta do qual correrá a despesa com os serviços seguintes:

§ 1.º A construcção do predio e acquisição das alfaias precisas a 50 alumnos, podendo este numero ser augmentado, quando convier;

§ 2.º Os vencimentos dos Sacerdotes, Medico, Professores, Mestres e outras pessoas empregadas no estabelecimento;

§ 3.º Sustento, roupa e medicamentos;

§ 4.º Transportes, ferramentas e outros objectos de uso do estabelecimento ou destinados para brinde aos indigenas.

§ 5.º Eventuaes calculados em 10 % da consignação.

Não existindo fundos proporcionados ao credito distribuido, poderá a mesma Thesouraria saccar sobre a do Pará ou sobre o Thesouro Nacional. Em nenhum caso será permittido exceder a consignação, devendo com a precisa antecedencia solicitar o seu augmento.

Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, em 21 de Setembro de 1870.—*Diogo Velho Caralcanti de Albuquerque.*

N. 276. — AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS  
PUBLICAS. — EM 21 DE SETEMBRO DE 1870.

Crêa no Araguaya um estabelecimento sob a denominação de  
— Collegio Isabel—destinado a instrucção religiosa e profes-  
sional dos meninos das diversas tribus daquella região.

5.ª Secção. —Ministerio dos Negocios da Agricultura,  
Commercio e Obras Publicas.—Rio de Janeiro, em 21  
de Setembro de 1870.

A fim de promover mais promptamente a catechese e civilisação dos indigenas resolvi, de accôrdo com o que V. S. me representou, crear na localidade mais apropriada do valle do rio Araguaya um estabelecimento sob a denominação de—Collegio Isabel—, onde os meninos das diversas tribus daquella região recebam os elementos da instrucção religiosa e profissional.

Reconhecendo em V. S. as habilitações e os requisitos necessarios á execução deste pensamento, confio-lhe a melindrosa tarefa de levar-o a effeito segundo as Instrucções annexas que lhe servirão de governo.

Nesta data solicito do Ministerio da Fazenda ordens não só para lhe ser entregue no Thesouro Nacional a quantia de 12:000\$000 destinada á aquisição, transporte e assentamento de uma machina—Juntora Universal de Parkensen—, o respectivo motor a vapor e pertencas a fim de preparar o material da officina do estabelecimento, mas tambem para habilitar a Thesouraria de Fazenda da Provincia de Goyaz com o credito de 15:000\$000 destinados á execução das referidas Instrucções.

Aos Presidentes da mesma Provincia e do Pará recomendo que prestem-lhe os auxilios precisos á mais prompta realisação desta empreza, cujo feliz resultado espero particularmente do esforço e dedicação com que V. S. serve ás boas idéas.

Deus Guarde a V. S.—*Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque*.—Sr. Dr. José Vieira Couto de Magalhães.

N. 277.— AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS  
PUBLICAS.— EM 21 DE SETEMBRO DE 1870.

Dá providencias para o estabelecimento de uma missão encarregada da catechese da tribu Chambioás.

8.<sup>a</sup> Secção.—Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.—Rio de Janeiro, em 21 de Setembro de 1870.

Convindo estabelecer no valle do Araguaya uma missão encarregada da catechese dos indigenas pertencentes á tribu dos Chambioás, autorizo V. S. a requisitar da Presidencia da Provincia de Goyaz as ordens necessarias tanto ao transporte, para esse lugar, de dous Missionarios, que designar o Reverendo Prefeito dos Religiosos Capuchinhos, a quem nesta data officio, como a remessa de dez praças que alli deverão permanecer.

Aos mesmos Missionarios fornecerá os objectos de que necessitarem para o exercicio de seu apostolico ministerio, ou para brindes aos indigenas, e proporcionará, sendo mister, um carro com os competentes bois, bem como duas embarcações. Em geral empregará para melhor exito desta commissão quaesquer meios á sua disposição, podendo reclamar da referida Presidencia os que não estiverem a seu alcance.

V. S. participará regularmente o estado deste importante serviço que o Governo Imperial confia ao seu provado zelo e intelligencia.

Deus Guarde a V. S.—*Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque*.—Sr. Dr. José Vieira Couto de Magalhães.

---

N. 278.— FAZENDA.— EM 22 DE SETEMBRO DE 1870.

O exactor da Fazenda interino, quando nomeado effectivo deve, em regra, prestar desde logo o juramento da effectividade do lugar, embora se afiance depois no prazo que lhe fôr marcado.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 22 de Setembro de 1870.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia do Amazonas, em resposta ao seu officio n.º 69 de 23 de Maio ultimo, que approva a resolução que tomou de ordenar que o Administrador e o Escrivão da Mesa de Rendas de Tabatinga continuem em exercicio, marcando-lhes o prazo de 60 dias para se afiançarem competentemente, como se pratica no Thesouro em casos identicos.

Não procedeu, porém, acertadamente o Sr. Inspector deixando de deferir juramento ao referido Administrador por não estar afiançado; porquanto, esta circumstancia apenas pôde influir na responsabilidade desse exactor, por não estar garantido, mas não no caracter em que deve servir o lugar, cujas funcções só pôde exercer regularmente como effectivo, que é, e desde que foi nomeado, prestando novo juramento, apesar de o ter feito como interino, á vista do disposto na ordem de 25 de Novembro de 1831, e assim tambem o Escrivão; competindo-lhe deferir ao mesmo o juramento e dar-lhe posse, na fórma da ordem de 4 de Abril de 1862: sendo que o Thesouro apenas tem permittido, como excepção á essa regra, que o empregado responsavel nomeado effectivo continue a servir como interino, até prestar fiança, se neste caracter exercia o lugar afiançado.

*Visconde de Itaborahy.*



N. 279. — FAZENDA. — Em 23 DE SETEMBRO DE 1870.

Nos (contractos de arrendamento de) bens nacionaes deve-se exigir a caução real do arrendatario ou seu fiador.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, em 23 de Setembro de 1870.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de S. Pedro, em resposta ao officio n.º 150 de 30 de Junho proximo passado, que fica approvado o contracto celebrado com o Conde de Porto Alegre, para o arrendamento do proprio nacional denominado—Rincão de S. Gabriel—, em Missões, nessa Provincia; cumpriendo, porém, que exija a prestação da caução real para segurança da fiança, visto não ser sufficiente garantia a das letras endossadas pelo proprio arrendatario, não obstante ser pessoa conceituada; além de que, na fórmula da ordem n.º 97 de 9 de Março de 1867, é indispensavel aquella caução nos contractos de arrendamento de bens nacionaes, ainda sendo propriedades ruraes, maxime quando nellas houver edificios, como no caso de que se trata, pois a caução real nos arrendamentos dos bens do Estado é exigida para garantir não só o pagamento dos alugueis, como da indemnisação de damnos causados aos edificios e bemfeitorias.

Outrosim, fica approvado o contracto celebrado com João Gaspar de Oliveira para o arrendamento da ilha denominada — Quebra-mastros — situada na barra do rio — Camacua —; devendo-se, porém, exigir a caução acima mencionada, no caso de haver edificios.

*Visconde de Itaborahy.*

## N. 280.—FAZENDA.—EM 23 DE SETEMBRO DE 1870.

Declara que a gratificação que se deve abonar aos Juizes Municipaes e de Orphãos na conformidade do art. 13 da Lei n.º 1764 de 28 de Junho ultimo, depende de acto do Ministerio da Justiça.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 23 de Setembro de 1870.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia da Bahia, que não pôde ser approvedo o arbitramento que fez dos vencimentos que devem perceber os Juizes Municipaes e de Orphãos da dita Provincia, constante da tabella que enviou com seu officio n.º 123 de 11 de Agosto findo, organizada de conformidade com o disposto no art. 13 da Lei n.º 1764 de 28 de Junho ultimo, visto não ser tal objecto da competencia do mesmo Sr. Inspector; cumprindo-lhe sómente pagar aos ditos Juizes o ordenado fixo de 600\$, enquanto por acto do Ministerio da Justiça, que em tempo lhe será communicado, não fór marcada a gratificação que se ha de abonar aos que percebem menos de 1:800\$000 annuaes.

*Visconde de Itaborahy.*

---

## N. 281.—JUSTIÇA.—AVISO DE 23 DE SETEMBRO DE 1870.

Declara que ao Juiz Municipal supplente em exercicio do lugar de Juiz de Direito competem os vencimentos que a este não forem devidos.

4.ª Secção.—Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro, em 23 de Setembro de 1870.

Hlm. e Exm. Sr.—Com referencia ao officio do Inspector da Thesouraria de Fazenda dessa Provincia, datado de 29 de Julho ultimo, sob n.º 9, declaro a V. Ex. para seu conhecimento, e a fim de o fazer



constar ao mencionado Inspector, que, achando-se estabelecido pelo Aviso n.º 384 de 15 de Setembro de 1868 que, quando o emprego é remunerado por Lei, o cidadão que o exerce deve perceber os respectivos vencimentos, se estes não forem devidos aos funcionarios effectivos, bem decidiu essa Presidencia mandando pagar ao 2.º Supplente do Juiz Municipal do Termo da Capital José Antonio de Andrade Barra a gratificação do lugar de Juiz de Direito, que exerceu de 26 de Março a 24 de Maio do corrente anno, por estar licenciado o proprietario e achar-se o Juiz Municipal servindo o cargo de Chefe de Policia.

Deus Guarde a V. Ex.—*Barão de Muritiba*.—Sr. Presidente da Provincia do Amazonas.

N. 282.—FAZENDA. — EM 26 DE SETEMBRO DE 1870.

Do producto das arrematações de mercadorias impugnadas ou apprehendidas não é devido o expediente de 5 %, e nem o de 1 %.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 26 de Setembro de 1870.

Ulm. e Exm. Sr.—Communico a V. Ex., em resposta ao seu officio n.º 422 de 23 do corrente, que foi approvada a portaria expedida por V. Ex. á 2.ª e 3.ª Secção dessa Alfandega, declarando que é infundada a pratica existente de deduzir-se do producto das arrematações de mercadorias impugnadas ou apprehendidas o expediente de 5 %, e que nem esse, nem o expediente de 1/2 %, hoje elevado ao dobro, deve ser deduzido do producto das mencionadas arrematações; visto como o art. 305 do Regulamento de 19 de Setembro de 1860 refere-se apenas ás arrematações das mercadorias sujeitas a consumo, enumeradas nos arts. 299, 300 e 301 do mesmo Regulamento.

Deus Guarde a V. Ex.—*Visconde de Itaborahy*.—A S. Ex. o Sr. Inspector da Alfandega da Côrte.

N. 283. — FAZENDA. — EM 26 DE SETEMBRO DE 1870.

Manda proceder contra os individuos que-têm invadido as terras pertencentes outr'ora ás Aldêas de Mecejana, Arronches e Soure, na parte em que não estiverem occupadas por aforamento, ou em virtude de posse mantida pelo Governo.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 26 de Setembro de 1870.

Ilm. e Exm. Sr. — Rogo a V. Ex. se digne providenciar para que as Autoridades judicarias e policiaes procedão ex-officio, ou a requerimento da Fazenda Nacional, contra os individuos que têm invadido as terras pertencentes outr'ora ás aldêas de Mecejana, Arronches e Soure na parte em que se achão devolutas, arrendadas ou não; porquanto, nas que estiverem occupadas por aforamento concedido pelos Juizes de Orphãos, antes de serem essas terras incorporadas ao dominio nacional, ou por descendentes dos antigos indios, cuja posse foi mantida pelo Governo, como se vê dos Avisos de 20 de Novembro de 1855, e de 21 e 30 de Abril de 1857, deverão proceder as referidas Autoridades na fôrma do art. 87 do Regulamento n.º 1318 de 30 de Janeiro de 1854, a requerimento dos foreiros e posseiros; pois segundo o art. 89 do mesmo Regulamento a promoção das diligencias contra os que se apossarem de suas terras, e nellas derribarem matos ou lançarem fogo, incumbe aos proprietarios, e por identidade de razão aos posseiros e foreiros, nos quaes reside parte do dominio.

Deus Guarde a V. Ex.—*Visconde de Itaborahy*.—A S. Ex. o Sr. Presidente da Provincia do Ceará.



N. 234. — FAZENDA. — EM 27 DE SETEMBRO DE 1870.

Solve duvidas da Thesouraria Geral do Thesouro Nacional relativamente ao sello dos endossos de letras.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, em 27 de Setembro de 1870.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, remette aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, para seu conhecimento e fins convenientes, os inclusos exemplares do Aviso expedido á Directoria Geral da Contabilidade em 22 do corrente, relativamente ao sello proporcional a que estão sujeitos os endossos das letras.

*Visconde de Itaborahy.*

1.ª Secção. — Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, em 22 de Setembro de 1870.

Tendo presente a representação, que fez a V. S. o Conselheiro Thesoureiro Geral do Thesouro Nacional acerca de algumas letras, cujos endossos erão alli objecto de duvida quanto ao pagamento do sello proporcional; e convindo resolver esta questão de modo que a solução abranja os endossos que possão dar-se nas diferentes especies de letras, de que trata o Regulamento do sello, a fim de que se não suscitem mais duvidas; declaro a V. S. o seguinte:

1.º Que os endossos feitos á ordem, sem a declaração de valor recebido, ou em conta, quér sejam em letras *sem prazo*, quér em letras *á vista*, antes, ou depois da apresentação dellas, quér em letras *á prazo*, antes, ou depois de vencidas, não pagão sello.

2.º Que tambem estão isentos do pagamento desse imposto os endossos feitos, sobre titulos *á vista*, antes de sua apresentação, quando continhão a declaração do valor recebido, ou em conta; e bem assim os que forem lançados em titulos *á prazo*, antes de seu vencimento, com a mesma declaração de valor recebido, ou em conta.

3.º Que estão, porém, sujeitos ao sello, não só os endossos inscriptos em titulos *sem prazo*, aos quaes não

falte a declaração do valor recebido, ou em conta; os lançados em títulos á vista, depois de apresentados ao aceitante, e sem falta daquella declaração; mas também os passados sobre títulos *á prazo*, depois de vencidos, contendo a declaração de valor recebido, ou em conta.

4.º Finalmente, que quanto aos endossos em branco, seguir-se-ha o que fica explicado na solução 3.ª, quando os mesmos forem lançados sobre títulos *sem prazo, á vista e á prazo*; sendo obrigados ao sello na 1.ª hypothese, sem distincção de tempo; e na 2.ª e 3.ª só depois da apresentação, ou vencimento dos mesmos títulos. Fóra destes casos, nenhum endosso em branco é obrigado ao imposto.

Deus Guarde a V. S.—*Visconde de Itaborahy*.—Sr. Conselheiro Director Geral da Contabilidade.

N. 285.—IMPERIO.—EM 27 DE SETEMBRO DE 1870.

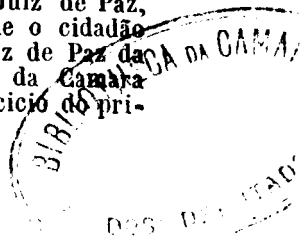
Ao Presidente da Provincia de Santa Catharina.—Declara que não ha incompatibilidade na accumulção dos cargos de Vereador e Juiz de Paz, tanto durante o anno de serventia de Juiz de Paz, como nos tres de substituição.

2.ª Secção.—Ministerio dos Negocios do Imperio.—Rio de Janeiro, em 27 de Setembro de 1870.

Ilm. e Exm. Sr.—O Governo Imperial approva a decisão pela qual V. Ex. declarou, em solução da consulta que lhe fez o Juiz de Direito da Comarca de Itajahy:

Que, á vista da doutrina do Aviso n.º 165 de 22 de Junho de 1849, sustentada pelo Aviso n.º 287 de 2 de Julho de 1860, não havendo incompatibilidade na accumulção dos cargos de Vereador e Juiz de Paz, tanto durante o anno de serventia de Juiz de Paz, como nos tres de substituição, não pôde o cidadão Feliciano de Souza Rosa, que é 3.º Juiz de Paz da Freguezia de S. Sebastião e Presidente da Camara Municipal respectiva, recusar-se ao exercicio do pri-

DECISÕES DE 1870. 47.



meiro, quando lhe competir, continuando, não obstante, a exercer o segundo, salvo se do exercício simultaneo resultar prejuizo para o serviço publico.

Fica assim respondido o officio n.º 42 de 26 do mez findo.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Sousa*.

—Sr. Presidente da Provincia de Santa Catharina.

---

N. 286.—GUERRA.—EM 30 DE SETEMBRO DE 1870.

Declara que não pôde ser approvada a pena de cinco pontos imposta pela Congregação da Escola Central aos alumnos, que deixarão de comparecer sem causa justificada a exames, visto não se achar comprehendida nas que podem ser applicadas pela mesma Congregação.

Ministerio dos Negocios da Guerra.—Rio de Janeiro, em 30 de Setembro de 1870.

Ilm. e Exm. Sr.—Eua solução ao officio do 1.º do mez proximo passado, com que V. Ex. submetten á consideração desta Secretaria de Estado a proposta approvada pelo Conselho de disciplina da Escola Central em sessão de 29 de Julho ultimo; declaro a V. Ex. que Sua Magestade o Imperador, por Immediata e Imperial Resolução de 14 do corrente, tomada sobre consulta do Conselho Supremo Militar, Houve por bem decidir que a pena de cinco pontos imposta pela Congregação da referida Escola aos alumnos, que deixarão de comparecer sem causa justificada aos primeiros exames parciaes do corrente anno lectivo, não é das comprehendidas no art. 253 do respectivo Regulamento, que menciona as penas, que podem ser applicadas pela mesma Congregação, e, pois, não pôde ser a dita pena approvada.

Deus Guarde a V. Ex.—*João Frederico Caldwell*.—Sr. José Maria da Silva Bittencourt.

---

## N. 287.—FAZENDA.—Em 10 de Outubro de 1870.

Condições do arrendamento concedido ao Dr. Daniel Pedro Ferro Cardoso, do terreno accrescido da Praça de D. Pedro 2.º adjacente ás obras centraes da Alfândega.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, em 10 de Outubro de 1870.

Communico á Illustrissima Camara Municipal da Córte, para os fins convenientes, que por Titulo desta data se concedeu ao Dr. Daniel Pedro Ferro Cardoso o arrendamento do terreno accrescido da Praça de D. Pedro 2.º adjacente ás obras centraes da Alfândega para nelle construir um edificio dividido em compartimentos, que formarão uma galeria ; ficando o arrendatario sujeito ás seguintes condições :

1.ª O arrendamento será por tempo de oito annos mediante o aluguel annual de 8:000\$000, a contar do 1.º de Janeiro de 1871 até 31 de Dezembro de 1878, entrando o arrendatario desde já na posse do terreno, a fim de começar a construir o dito edificio; e quaesquer outras obras, não podendo, sob qualquer pretexto, ser-lhe prorogado o referido prazo.

2.ª O terreno concedido tem de frente, no alinhamento das obras centraes da dita Alfândega, do lado da Praça de D. Pedro 2.º, 18<sup>m</sup>,04 e 93<sup>m</sup>,72 parallelamente ao eões da Dóca do Mercado; a largura do fundo é de 19<sup>m</sup>,80; a área é de 1739<sup>m</sup><sup>2</sup>,5904; sendo a fórma geral do terreno a de um pentagono.

3.ª O arrendatario obriga-se a não fazer cessão do presente arrendamento sem licença do Governo, que poderá concedel-a ou não, como julgar conveniente.

4.ª Finalmente, o arrendatario é obrigado a desmanchar, findo o prazo do arrendamento, o dito edificio e quaesquer bemfeitorias que fizer no terreno sem direito a indemnização alguma.

*Francisco de Salles Torres Homem.*



## N. 288.—FAZENDA.—EM 11 DE OUTUBRO DE 1870.

Não se abre/assentamento a quem exerce interinamente algum emprego sem título de nomeação; não sendo também neste caso exigível o sello para o pagamento dos vencimentos correspondentes.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 11 de Outubro de 1870.

Francisco de Salles Torres Homem, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de Mato Grosso, em resposta ao seu officio n.º 72 de 13 de Maio proximo passado, que, tendo sido chamado, como foi João Baptista da Silva Albuquerque pelo Inspector do Arsenal de Marinha dessa Provincia para exercer interinamente o emprego de Escrivão das Officinas do mesmo Arsenal, em consequencia de ordem da Presidencia, e servindo naquella qualidade desde Outubro de 1868, com os respectivos vencimentos, até Fevereiro do corrente anno sem contestação alguma, como informa a referida Presidencia, é de justiça pagar-se-lhe o vencimento do mez de Março, ou se considere como empregado ou como assalariado, não obstante a falta de pagamento do sello, que não devêra ser exigido, pois não houve titulo de nomeação; tendo sido por isso irregular abrir-se-lhe assentamento, visto não poder-se reputar nas condições de empregado publico.

*Francisco de Salles Torres Homem.*

## N. 289.—FAZENDA.—EM 12 DE OUTUBRO DE 1870.

Dá provimento a um recurso ácerca do pagamento da/taxa de heranças e legados, por não se considerar o caso comprehendido na ordem n.º 136 de 28 de Maio de 1861.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 12 de Outubro de 1870.

Communico ao Sr. Administrador da Recebedoria do Rio de Janeiro, para seu conhecimento e devidos effeitos, que o Tribunal do Thesouro Nacional:

Visto o recurso de D. Maria Izabel da Silva Braga Cabral e D. Maria José Cabral, interposto da decisão do Sr. Administrador que as obrigou na qualidade de herdeiras fidei-commissarias de sua mãe, D. Rita Joaquina Cabral, ao pagamento da taxa de heranças, a fim de lhes ser transferido o predio n.º 78 da rua da Imperatriz, que para ellas passou por ter fallecido sem filhos a herdeira fiduciaria—sua irmã D. Rita Vicencia Cabral, conforme a verba testamentaria;

Vista a informação do Sr. Administrador, constante do officio n.º 112 de 30 de Agosto do anno passado, e a ordem n.º 136 de 28 de Maio de 1864 em que fundou a sua decisão;

Attendendo a que a dita ordem determina que o imposto devido nas substituições fidei-commissarias se regula pelo grão de parentesco que existir entre o fiduciario e o fidei-commissario, por considerar-se a transmissão feita directamente daquelle para este (posto a causa della seja sempre a vontade do testador); e portanto, que não pôde ser tal ordem applicavel á hypothese em que se deve considerar a transmissão effectuada directamente do testador para o fidei-commissario; o que se verifica quando não houver limitação na verba testamentaria, isto é, quando o testador não fizer a substituição apenas dos bens que existirem ao tempo da morte do fiduciario;

Que a questão sujeita está neste caso, pois que a mãe das recorrentes nada dispôs em seu testamento a semelhante respeito;

Resolveu o mesmo Tribunal dar provimento ao recurso, para o fim de se restituir ás recorrentes a taxa que pagáráo, cobrando-se-lhes, porém, o sello como herdeiros descendentes, por haverem sido os bens transmittidos para ellas directamente de sua mãe, e não de sua irmã D. Rita Vicencia Cabral.

*Francisco de Salles Torres Homem.*

---



## N. 290.—FAZENDA.—EM 12 DE OUTUBRO DE 1870.

Fixa a intelligencia do art. 42 do Decreto n.º 2343 de 1839, declarando que as gratificações de que trata o mesmo artigo não têm limitação de tempo para sua fruição, estando os concessionários em effectivo exercicio dos seus empregos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 12 de Outubro de 1870.

Sendo presente á Secção de Fazenda do Conselho de Estado, de ordem de Sua Magestade o Imperador, o recurso interposto por Francisco José de Oliveira, Inspector da Alfandega da Provincia de Santa Catharina, da decisão da Thesouraria da mesma Provincia que mandou cessar o pagamento da gratificação abonada ao recorrente em virtude do disposto no art. 42 do Decreto n.º 2343 de 29 de Janeiro de 1839, por considerar findo, relativamente a elle, o prazo alli fixado para a percepção da dita gratificação, e bem assim a questão proposta pela Directoria Geral a seu cargo—si no caso de ser procedente a decisão recorrida, devião os empregados que percebem gratificações identicas, repór o que de mais têm recebido: O Mesmo Augusto Senhor, Conformando-se com o parecer da referida Secção exarado em consulta de 8 de Agosto, Houve por bem Decidir, por Sua Immediata Resolução de 5 do corrente, que as gratificações de que se trata não têm limitação de tempo para sua fruição, estando os concessionários em effectivo exercicio dos seus empregos, pois que nas palavras—*até 10 annos*—do supracitado artigo teve o Governo em vista sómente fixar o prazo dentro do qual podia ser elevada até o terço dos vencimentos, segundo o merecimento dos empregados, a gratificação extraordinaria ali creada para remunerar aos que tendo mais de 30 annos de serviço se achassem ainda aptos para elle; devendo-se, portanto, continuar a abonar ao recorrente, durante a sua effectividade, a gratificação a que tem direito, e desde a data em que lhe foi suspensa pela Thesouraria de Fazenda.

O que communico a V. S., para seu conhecimento e devidos effectos.

Deus Guarde a V. S.—*Francisco de Salles Torres Homem*.  
—Sr. Conselheiro Director Geral da Contabilidade.

— Expediu-se ordem no mesmo sentido á Thesouraria de Fazenda da Provincia de Santa Catharina.

---

## N. 291.—GUERRA.—EM 14 DE OUTUBRO DE 1870.

Dá explicações sobre abono de vencimentos e transporte a officiaes encarregados de commissões de engenharia militar.

Ministerio dos Negocios da Guerra.—Rio de Janeiro, em 14 de Outubro de 1870.

Manda Sua Magestade o Imperador, por esta Secretaria de Estado, declarar ao Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul, para seu conhecimento, e em solução ao seu officio n.º 37 de 27 de Agosto ultimo: 1.º que a decima observação da Tabella annexa ao Decreto n.º 1880 de 31 de Janeiro de 1857 revogou o art. 41 das Instrucções de 10 do mesmo mez de 1843; 2.º que o abono de vantagens especiaes principia e cessa com o exercicio das commissões de engenharia militar para que são arbitradas; 3.º que corre por conta do Estado o transporte por agua exigido pelo desempenho de uma commissão da mesma engenharia; 4.º que dos vencimentos do Official embarcado por conta do Estado para desempenho de commissão de engenharia militar, apenas se desconta a etapa dos dias em que as comedorias forem pagas pelos cofres publicos; 5.º finalmente, que á vista do exposto ao Major Antonio Augusto de Arruda, competia soldo e adicional durante o tempo de seu embarque na Cachoeira, se o começo da viagem teve lugar depois que elle deu por finda sua commissão de exame dos quartéis de Bagé, e se as comedorias foram abonadas a bordo por conta do Estado, se porém foram por elle pagas, é lhe devido tambem o abono da etapa; assim como o de todas as vantagens no caso de que tal commissão não tivesse ainda expirado, exceptuando-se sempre a etapa, quando o pagamento das comedorias correr por conta da Fazenda Nacional.

*João Frederico Caldwell.*



## N. 292.—FAZENDA.—EM 15 DE OUTUBRO DE 1870.

Confirma a apprehensão de uma caixa com assucar mascavado, por conter materia heterogenea.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 15 de Outubro de 1870.

Francisco de Salles Torres Homem, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia da Bahia, que o mesmo Tribunal resolveu indeferir o recurso interposto por Misceno Casimiro de Andrade da decisão da referida Thesouraria, confirmatoria da da respectiva Alfandega, que julgou apprehendida a caixa com assucar mascavado de n.º 428 do engenho n.º 33 depositada no trapiche 2.º Xixi á sua consignação, e na qual foi encontrada materia heterogenea; visto ter sido a apprehensão feita de conformidade com o disposto nos arts. 257 e 642 § 7.º do Regulamento de 19 de Setembro de 1860, como consta do respectivo processo, a que acompanhou o seu officio n.º 160 de 10 de Junho ultimo.

*Francisco de Salles Torres Homem.*



## N. 293.—FAZENDA.—EM 15 DE OUTUBRO DE 1870.

Indeferimento de um recurso ácerca da restituição de direitos e multa cobrados, por accrescimo de peso, em um despacho de xarque estrangeiro.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 15 de Outubro de 1870.

A Secção de Fazenda do Conselho de Estado, tendo presente o recurso interposto por Santos Andrade & C.<sup>a</sup> da decisão do Tribunal do Thesouro, pela qual fôra confirmada a dessa Inspectoria—negando-lhes a restituição da differença dos direitos e multa correspondente que pagarão por accrescimo de 44.887 kilogrammas de xarque, que se encontrou na arqueação

do brigue *Improviso*, procedente de Montevidéo, posto que por uma segunda arqueação feita a requerimento delles, depois de descarregado o navio, ficasse o dito accrescimo reduzido a 6.449 kilogrammas:

Considerando que a decisão recorrida baseou-se no art. 8.º das Instrucções annexas ao Decreto de 29 de Maio de 1857, o qual resalva o direito da parte quando esta se julga lesada pelo resultado da arqueação, mandando proceder á conferencia e descarga na fórma ordinaria;

Que os recorrentes não impugnárão a primeira arqueação, requerendo, como podião e devião fazer, que fosse descarregada e pesada a mercadoria, para se cobrarem os direitos da quantidade que realmente existisse; antes pagarão os direitos de conformidade com essa arqueação, abandonando assim o meio legal que o Regulamento lhes offerencia para contestarem a exactidão della; sendo que só mais tarde se prevalecerão do resultado da segunda para exigirem a diminuição dos direitos que havião pago;

Que o art. 15 das supracitadas Instrucções, que manda proceder á nova arqueação dos navios depois da descarga, não póde servir de fundamento á reclamação dos recorrentes; pois essa segunda arqueação, a que a Alfandega deve sempre proceder *ex-officio* na fórma alli disposta, e independentemente de qualquer contestação com as partes, não tem outro fim senão o de contribuir para o estudo do systema das arqueações, ensinando pelas experiencias repetidas os erros ou enganos que se possão commetter neste ramo de serviço, quando elle tem lugar estando os navios ainda carregados;

Foi de parecer, com o qual Sua Magestade o Imperador houve por bem conformar-se por Immediata Resolução de 5 do corrente, que tendo sido curial a decisão recorrida, não podia ser attendido o recurso, que não se acha comprehendido em nenhum dos casos enumerados no art. 28 do Decreto n.º 2343 de 29 de Janeiro de 1859.

O que communico a V. S. para seu conhecimento e devidos effeitos.

Deus Guarde a V. S.—*Francisco de Salles Torres Homem*.—Sr. Inspector da Alfandega da Côte.

N. 294.—FAZENDA.—EM 17 DE OUTUBRO DE 1870.

Concessão de favores á Companhia « Clyde Line of Steamers to Brasil and River Plate.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 17 de Outubro de 1870.

Sirva-se V. S. dar as precisas ordens para que os vapores da Companhia denominada « Clyde Line of Steamers to Brasil and River Plate, » da qual é Agente nesta Côte Henrique Harper, tenham nessa Alfandega as seguintes facilidades e favores:

Serem admittidos á immediata descarga pelo seu manifesto e a despacharem nova carga que houverem de receber sem ficarem sujeitos á escala, tendo assim preferencia sobre navios de vela.

Serem visitados finda a descarga com o resto dos sobresalentes a bordo, sem obrigação de depositar-os nessa Repartição;

Poderem sahira qualquer hora do dia ou da noite, observados os regulamentos da policia do porto;

Poder o Agente responsabilisar-se pelo pagamento de qualquer multa ou direito que, em virtude dos regulamentos fiscaes forem devidos pelos Commandantes dos vapores no intuito de evitar demora no seu desembarço.

A esta Companhia não é concedida isenção de quaesquer direitos.

Deus Guarde a V. S. — *Francisco de Salles Torres Homem*.—Ao Sr. Inspector da Alfandega da Côte.

— Identicos ás Presidencias das Provincias da Bahia e Pernambuco.

---

## N. 295.—FAZENDA.—EM 18 DE OUTUBRO DE 1870.

Faz extensiva aos carros da linha ferrea da Companhia « Botanical Gardens Rail Road » a isenção do imposto de que trata o Aviso de 11 de Abril de 1859.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 18 de Outubro de 1870.

Ilm. e Exm. Sr.—Communico a V. Ex., para seu conhecimento e para o fazer constar ao Administrador da Recebedoria do Rio de Janeiro, que a isenção do imposto, de que trata o Aviso de 11 de Abril de 1859, fica extensiva aos carros da linha ferrea da Companhia « Botanical Gardens Rail Road, » emquanto o Poder Legislativo não julgar conveniente tributar os carros de Companhias, que gozão dessa isenção.

Deus Guarde a V. Ex.—*Francisco de Salles Torres Homem*.—A S. Ex. o Sr. Director Geral das Rendas Publicas.

---

## N. 296.—FAZENDA.—EM 20 DE OUTUBRO DE 1870.

Trata de um recurso sobre multa de direitos em dobro por accrescimo encontrado, por occasião da conferencia do despacho, no peso de uma caixa contendo agulhas para costura.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, em 20 de Outubro de 1870.

Communico a V. S., para os devidos effeitos, que a Secção de Fazenda do Conselho de Estado, tomando conhecimento do recurso interposto por William Harding & C.<sup>a</sup> da decisão do Tribunal do Thesouro confirmatoria da que proferiu essa Inspectoria—impondo aos recorrentes a multa de direitos em dobro pelo accrescimo de 116 kilogrammas sobre o peso por elles declarado em a nota do despacho de uma caixa que lhes veio de Liverpool, no vapor inglez *Hiparchus*, contendo agulhas para costura; foi de parecer, com o qual Sua Magestade o Imperador Houve por bem conformar-se por Immediata Resolução de 15 do cor-

rente, que tendo sido a multa imposta de inteira conformidade com o art. 25 do Decreto de 31 de Dezembro de 1863 combinado com o art. 553 do Regulamento de 19 de Setembro de 1860, pois que o accrescimento deu-se, embora por erro alheio, e foi verificado na conferencia do despacho; e não havendo consequentemente na decisão recorrida incompetencia, nem excesso de poder, nem violação de lei ou de formulas substanciaes nos termos do Decreto de 29 de Janeiro de 1859, não podia ser attendido o recurso de que se trata.

Deus Guarde a V. S.—*Francisco de Salles Torres Homem*.—Sr. Inspector da Alfandega da Côte.

N. 297.—FAZENDA.—EM 20 DE OUTUBRO DE 1870.

Dá providencias para que as cartas de pensões não sejam entregues aos agraciados, ou remettidas ás Provincias antes do assentamento no Thesouro.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 20 de Outubro de 1870.

Ilm. e Exm. Sr.—Communico a V. Ex. que nesta data solicito do Ministerio do Imperio a expedição das necessarias ordens para que as cartas de pensões, quando pertencerem a agraciados do Ministerio a seu cargo, residentes nas Provincias, sejam directamente remettidas a V. Ex., a fim de que se sirva dirigil-as ao Thesouro com a indicação dos lugares e Provincias em que se acharem os agraciados, visto tornar-se uma tal providencia indispensavel para a expedição das ordens de pagamento das ditas pensões.

Outrosim. rogo a V. Ex. se sirva ordenar que as cartas não sejam entregues ás partes ou remettidas directamente ás Provincias, sem que primeiro se tenha aberto no Thesouro o respectivo assentamento, attentos os inconvenientes que resultão para o serviço das Repartições e para as partes da pratica contraria.

Deus Guarde a V. Ex.—*Francisco de Salles Torres Homem*.—A S. Ex. o Sr. Luiz Antonio Pereira Franco.

— Identico ao Ministerio da Guerra.

N. 298.—FAZENDA.—EM 20 DE OUTUBRO DE 1870.

Sobre um despacho de bonecas mencionadas na respectiva nota como brinquedos francezes.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 20 de Outubro de 1870.

Francisco de Salles Torres Homem, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia do Pará, em resposta ao seu officio n.º 63 de 14 de Maio ultimo, que o mesmo Tribunal resolveu confirmar a decisão da respectiva Alfandega que multou os negociantes Lima & Hollanda na quantia de 55\$387, importancia da differença de taxas de uma porção de bonecas, objecto classificado no art. 1492 da Tarifa, que os mesmos tinham submittido a despacho como brinquedos francezes, qualificados no art. 1494 para pagar 300 réis por libra.

*Francisco de Salles Torres Homem.*

---

N. 299.—GUERRA.—EM 20 DE OUTUBRO DE 1870.

Manda fornecer ás Secretarias de Commando de Fronteira os mesmos utensilios que se fornecem ás Secretarias do Corpo do Exercito.

Ministerio dos Negocios da Guerra.—Rio de Janeiro, em 20 de Outubro de 1870.

Declaro a Vm. para seu conhecimento e governo, que os utensilios especificados na Tabella annexa ao Decreto n.º 547 de 8 de Janeiro de 1848 para Secretaria de Corpo do Exercito, devem ser igualmente fornecidos a de Commando de Fronteira, embora seja esta commandada cumulativamente com um Corpo da respectiva guarnição.

Deus Guarde a Vm.—*João Frederico Caldwell.*—Sr. Galdino Justiniano da Silva Pimentel.

---



N. 300.— FAZENDA.— EM 21 DE OUTUBRO DE 1870.

Deferimento de um (recurso sobre (multa de) direitos em dobro por accrescimo de 50 cascos com vinho, encontrado na conferencia da sahida de uma partida do mesmo genero, despachada sobre agua.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 21 de Outubro de 1870.

Foi presente ao Tribunal do Thesouro Nacional o recurso interposto por Mutzembercker Watter & C.<sup>a</sup> da decisão dessa Inspectoria de 2 de Junho do corrente anno, que os obrigou ao pagamento de direitos em dobro, na importancia de 458\$640, por terem submettido a despacho sobre agua, pela nota n.º 187 do mez de Junho ultimo, 10 pipas, 97 barris de 5.º e 116 barris de 10.º com vinho secco medindo liquido 19.193 litros, vindos de Tarragona no brigue allemão *Rose*, e haver-se verificado na conferencia da sahida um accrescimo de 50 barris de 10.º com 7.809 litros do dito vinho, não comprehendidos no despacho, porém existentes no saiveiro que conduzira a partida despachada; e o mesmo Tribunal, considerando que os recorrentes não podem ser punidos por se haver descarregado maior quantidade da mercadoria, do que a despachada, a qual se devia recolher aos respectivos armazens para ser competentemente despachada; resolveu deferir o dito recurso.

O que communico a V. S. para seu conhecimento e fins convenientes.

Deus Guarde a V. S.— *Francisco de Salles Torres Homem*.—Sr. Inspector da Alfandega da Córte.

---

## N. 301.—FAZENDA.—EM 21 DE OUTUBRO DE 1870.

Approva uma decisão sobre <sup>restituição de</sup> direitos de mercadorias estrangeiras <sup>afiançadas,</sup> comprehendidas na disposição do Aviso de 30 de Dezembro de 1869.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 21 de Outubro de 1870.

Francisco de Salles Torres Homem, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de S. Pedro, para os fins convenientes, e em resposta ao officio n.º 60 de 10 de Março proximo passado, que o mesmo Tribunal resolveu approvar a decisão dessa Thesouraria dando provimento ao recurso interposto pelos negociantes Holtzveissig & C.ª do despacho da Alfandega do Porto-Alegre, que lhes negou a restituição da quantia de 2:231\$271 que de mais pagárão de direitos de diversas mercadorias vindas de Hamburgo no patacho allemão *Anna*; visto estar a referida decisão de accôrdo com o Aviso de 30 de Dezembro de 1869, expedido á Alfandega do Rio de Janeiro, que declarou—que as mercadorias importadas por embarcações cujos manifestos fossem apresentados até o dia 31 do mesmo mez, só deverião pagar os direitos na fórma da Tarifa então em vigor.

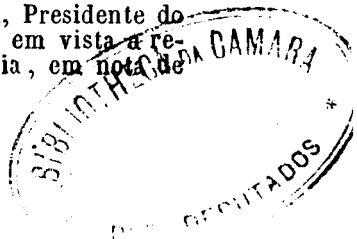
*Francisco de Salles Torres Homem.*

## N. 302.—FAZENDA.—EM 22 DE OUTUBRO DE 1870.

Declara; corrigindo a tabella annexa á Circular de 14 de Julho ultimo, que a tonelada dos navios austriacos é equivalente á tonelada franceza de 1.000 kilogrammas ou a 1,26 da tonelada brasileira.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 22 de Outubro de 1870.

Francisco de Salles Torres Homem, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo em vista a reclamação feita pelo Ministro da Austria, em nota de



12 de Agosto ultimo, declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, para os fins convenientes, que a tonelada dos navios austriacos é equivalente á tonelada franceza de 1.000 kilogrammas ou a 1,26 da tonelada brasileira, e não a 1,40 como se mencionou na tabella que acompanhou a Circular n.º 24 de 14 de Julho do corrente anno.

*Francisco de Salles Torres Homem.*

---

N. 303.—FAZENDA.—EM 22 DE OUTUBRO DE 1870.

Faz extensiva aos carros da linha ferrea da Companhia — Rio de Janeiro Street Railway — a isenção do imposto de que trata o Aviso de 11 de Abril de 1859.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 22 de Outubro de 1870.

Illm. e Exm. Sr.—Communico a V. Ex., para seu conhecimento e para o fazer constar ao Administrador da Recebedoria do Rio de Janeiro, que a isenção do imposto, de que trata o Aviso de 11 de Abril de 1859, fica extensiva aos carros da linha ferrea da Companhia — Rio de Janeiro Street Railway —, emquanto o Poder Legislativo não julgar conveniente tributar os carros de companhias, que gozão dessa isenção.

Deus Guarde a V. Ex.—*Francisco de Salles Torres Homem.*—A S. Ex. o Sr. Director Geral das Rendas Publicas.

---

N. 394.—FAZENDA.—EM 24 DE OUTUBRO DE 1870.

Os (generos estrangeiros de) embarcações arribadas, que forem  
vendidos para reparal-as ou despachados para consumo, estão  
sujeitos aos direitos de importação.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 24 de Outubro de 1870.

Illm. e Exm. Sr. — Em satisfação aos Avisos do Ministerio a cargo de V. Ex. de 2 de Abril, 17 de Junho e 19 de Agosto ultimos, relativos aos direitos de consumo de uma certa porção de couros de boi, na importancia de 4:500\$000, pagos pelo Capitão do brigue hamburguez *Conni* na Alfandega do Maranhão, e de que pede restituição o Ministro da Prussia e da Confederação da Allemanha do Norte em sua nota de 26 de Março do corrente anno, communico a V. Ex. que no art. 511 § 7.º do Regulamento de 19 de Setembro de 1860, no art. 3.º § 1.º n.º 2 do Decreto n.º 3217 de 31 de Dezembro de 1863 e em outras disposições de lei, está claramente estabelecido que os generos estrangeiros das embarcações arribadas, que forem vendidos para reparal-as ou despachados para consumo paguem os direitos de importação.

Tal foi a legislação que se applicou á venda dos ditos couros que forão despachados para com o seu producto reparar-se as avarias da embarcação, como consta das informações, inclusas por cópia, dadas pela Thesouraria de Fazenda e Alfandega da Provincia do Maranhão.

Outrosim communico a V. Ex. que os referidos Avisos não tiverão mais prompta resposta pela demora no recebimento das informações acima mencionadas.

Deus Guarde a V. Ex.—*Francisco de Salles Torres Homem*.—A S. Ex. o Sr. Visconde de S. Vicente.



## N. 305.—FAZENDA.—EM 27 DE OUTUBRO DE 1870.

Confirma uma decisão da Thesouraria da Bahia, que julgou nulla a arrematação de um lote de terreno diamantino por falta de certas formalidades.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 27 de Outubro de 1870.

Francisco de Salles Torres Homem, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia da Bahia, em resposta ao officio n.º 98 de 8 de Junho proximo passado, que foi indeferido o recurso interposto por Florindo Sabino Soares, da decisão dessa Thesouraria, que julgou nulla a arrematação, feita pelo recorrente, de um lote de terreno diamantino no correjo — Estiva —; visto não ter sido o mesmo terreno previamente medido e demarcado, e não ter precedido a necessaria publicação, na fórma do art. 21 do Decreto de 17 de Agosto de 1846, e arts. 18 e 19 do de 11 de Dezembro de 1852.

*Francisco de Salles Torres Homem.*



## N. 306.—FAZENDA.—EM 31 DE OUTUBRO DE 1870.

Determina ás Thesourarias que na presente guerra entre a França e a Prussia, se regulem pelas Instrucções do Ministerio dos Negocios Estrangeiros abaixo transcriptas.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 31 de Outubro de 1870.

Francisco de Salles Torres Homem, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, de conformidade com o Aviso do Ministerio de Estrangeiros de 16 de Setembro proximo findo, ordena aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda que na presente guerra entre a França e a Prussia se regulem pelas regras estabelecidas nas instrucções de 27 de Agosto do corrente anno, juntas por cópia, do mesmo Ministerio aos Presidentes das Provincias.

*Francisco de Salles Torres Homem.*

**Instrucções a que se refere a Circular acima.**

**Ministerio dos Negocios Estrangeiros.—Rio de Janeiro, 27 de Agosto de 1870.**

Ilm. e Exm. Sr.—A Legação de Sua Magestade o Imperador dos Francezes notificou ao Governo Imperial, por nota de 14 do corrente, a guerra que rebentou entre a França de um lado e do outro a Prussia e os paizes alliados que dão a esta o concurso de suas armas.

A mesma Legação solicitou, e o Governo de Sua Magestade acaba de declarar-lhe, que o Brasil observará a mais stricta neutralidade durante essa guerra, assim para com a França, como para com o outro belligerante e seus alliados.

*Dr. Brasil  
Estado guerra  
V. Ex. Excm.*

O governo francez promette que suas forças de mar e de terra observarão escrupulosamente para com as potencias neutraes as regras do direito internacional e os principios estabelecidos pelo congresso de Paris em sua declaração de 16 de Abril de 1856.

O Brasil adheriu, como V. Ex. sabe, áquelles principios, e tem portanto direito a que os navios brasileiros e suas mercadorias gozem das garantias por elle asseguradas.

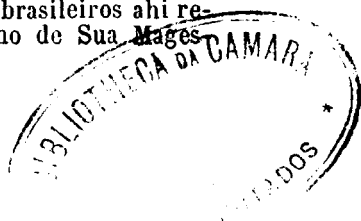
Os principios a que alludo são os seguintes:

- 1.º O corso é e fica abolido.
- 2.º O pavilhão neutral cõbre a mercadoria inimiga, com excepção do contrabando de guerra.
- 3.º A mercadoria neutral, com excepção do contrabando de guerra, não pôde ser apresada sob pavilhão inimigo.

4.º Os bloqueios, para serem obrigatorios, devem ser effectivos, isto é, mantidos por força sufficiente para prohibir realmente o accesso ao littoral inimigo.

A Prussia fez parte do ultimo congresso de Paris, e consequentemente está obrigada ás mesmas regras de moderação e benevolencia para com os Estados neutraes na presente guerra.

Em conformidade do que levo exposto, cumpre que V. Ex. previna ao Chefe de Policia dessa Provincia e ás respectivas autoridades fiscaes, mandando inserir esta Circular na folha que publicar os actos officiaes, e podendo por qualquer outro meio que julgar conveniente fazer constar aos subditos brasileiros ahi residentes esta deliberação do Governo de Sua Magestade.



tade, a fim de que todos se abstenhão rigorosamente de actos oppostos aos deveres de uma stricta neutralidade.

Emquanto o Governo Imperial não expedir instrucções especiaes, deverá V. Ex. guiar-se pelas Circulares do 1.º de Agosto de 1861 e 23 de Junho de 1863, no que fór applicavel ao caso de que se trata.

Tenho a honra de renovar a V. Ex. os protestos de minha perfeita estima e distincta consideração.—*Barão de Cotegipe*.—A S. Ex. o Sr. Presidente da Provincia de....



N. 307.—FAZENDA.—EM 31 DE OUTUBRO DE 1870.

O pretendente ao alfundegamento de trapiches deve apresentar titulo de fiel depositario, e declarar quaes os generos que pretende depositar.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 31 de Outubro de 1870.

Francisco de Salles Torres Homem, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia das Alagôas, em resposta ao seu officio n.º 77 de 21 de Setembro ultimo, que o requerimento de Casimiro José da Silva, pedindo o alfundegamento do trapiche denominado — Novo — que possui na villa do Pilar, não pôde ser tomado em consideração sem que primeiro o dito Casimiro apresente o titulo de fiel depositario, como exige a Circular de 31 de Janeiro de 1865, e declare quaes os generos, que pretende depositar, conforme determina a Ordem de 2 de Janeiro de 1867.

*Francisco de Salles Torres Homem.*



## N. 308.— FAZENDA.— EM 31 DE OUTUBRO DE 1870.

Nos casos de arrematação de salvados, constantes de mercadorias já nacionalizadas, ou de productos nacionaes, não tem lugar a cobrança de direitos de consumo.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 31 de Outubro de 1870.

Francisco de Salles Torres Homem, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia da Parahyba, em resposta ao seu officio n.º 62 de 23 de Setembro ultimo, que o mesmo Tribunal resolveu approvar a decisão da mesma Thesouraria confirmatoria da da respectiva Alfandega, que mandou restituir ao Capitão da barca nacional *Laura*, naufragada na Ponta de Campina na dita Provincia, os direitos de consumo que se havia abatido do producto da arrematação dos salvados, visto que estes constavam de mercadorias já nacionalizadas, ou de productos nacionaes, casos em que não devião soffrer a imposição de consumo, a que estão sujeitas as mercadorias estrangeiras.

*Francisco de Salles Torres Homem.*

---

## N. 309.— GUERRA.— EM 31 DE OUTUBRO DE 1870.

Declara que só na falta absoluta de inferiores habilitados pôde um paisano servir de Amanuense da sala das Ordens de uma presidencia de Provincia, cabendo-lhe em tal caso a gratificação mensal de 20\$000.

Ministerio dos Negocios da Guerra.—Rio de Janeiro, em 31 de Outubro de 1870.

Illm. e Exm. Sr.— Declaro a V. Ex. para seu conhecimento e em resposta ao officio dessa Presidencia n.º 55 de 26 de Setembro proximo passado, que só na falta absoluta de inferiores habilitados pôde Antonio Leão Lopes



da Cruz, que não é praça do Exercito, servir de Amanuense da sala das Ordens da mesma Presidencia, e bem assim que verificada tal hypothese apenas lhe compete o abono da gratificação mensal de 20\$000 marcada para tal exercicio, conforme entenderão a mesma Presidencia e o Inspector da respectiva Thesouraria de Fazenda.

Deus Guarde a V. Ex.—*João Frederico Caldwell*.—Sr. Presidente da Provincia de Minas Geraes.

### N. 310.—AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.—EM 3 DE NOVEMBRO DE 1870.

Decide que as companhias de seguros e em geral as sociedades anonymas não carecem de prévia declaração do Governo para considerarem-se legalmente constituídas e começarem a exercer as respectivas funções.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.—Rio de Janeiro, em 3 de Novembro de 1870.

Ilm. e Exm. Sr.—Sobre representação da companhia de seguros *Phenix Pernambucana*, estabelecida na capital dessa Provincia, decidiu o antecessor de V. Ex. que, não sendo applicavel ás sociedades anonymas dessa natureza a disposição do art. 17 do Decreto n.º 2711 de 19 de Dezembro de 1860, especial e privativa dos bancos, era desnecessaria a declaração prévia dessa Presidencia para que a mencionada companhia se considerasse legalmente constituída e começasse a exercer as respectivas funções.

Ouvida a Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, Houve por bem Sua Magestade o Imperador Approvar a alludida decisão, porque, além de dispôr o art. 27 do citado decreto que as disposições dos capitulos 1.º, 2.º e 3.º só serão extensivas ás outras companhias no que lhes forem applicaveis, a exigencia do art. 2.º § 5.º da Lei n.º 1083 de 22 de Agosto de

1860, reproduzida nos arts. 15 e 17 do Decreto n. 2711, é justificada pela fiscalização que no mais elevado grão o legislador commetteu ao Governo em relação aos estabelecimentos bancarios e de que em parte estão isentas as outras sociedades anonymas.

Deus Guarde a V. Ex.—*Jergnyo José Teixeira Junior*.—Sr. Conselheiro Presidente da Provincia de Pernambuco.

---

N. 311.—FAZENDA.—EM 5 DE NOVEMBRO DE 1870.

Approva a creação de uma Collectoria na villa do Rosario, Provincia de Mato Grosso.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 5 de Novembro de 1870.

Francisco de Salles Torres Homem, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de Mato Grosso, para os fins convenientes, e em resposta ao officio n.º 114 de 20 de Agosto proximo passado, que fica approvado o seu acto creando uma Collectoria na villa do Rosario, e bem assim marcando o prazo de quinze dias para a entrega da renda arrecadada em cada quartel, arbitrando provisoriamente a porcentagem de 30 % repartidamente ao Collector e ao Escrevão, e a fiança em um conto de réis.

*Francisco de Salles Torres Homem.*

---

N. 312.—FAZENDA.—EM 7 DE NOVEMBRO DE 1870.

Confirma a (apprehensão de) uns volumes com fumo picado e roupa feita no estrangeiro, menos na parte concernente á multa, que manda reduzir á metade do valor das mercadorias.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 7 de Novembro de 1870.

Francisco de Salles Torres Homem, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de S. Pedro, em resposta ao seu officio n.º 283 de 27 de Novembro do anno passado, que o mesmo Tribunal, a quem foi presente o recurso interposto por C. F. Michelsen, capitão da escuna allemã *Anna*, da decisão da referida Thesouraria confirmatoria da da Alfandega de Porto Alegre, que julgou procedente a apprehensão effectuada em oito volumes contendo fumo picado e roupa procedente de paiz estrangeiro, encontrados no acto de visita da dita escuna, e não mencionados no manifesto, impondo ao recorrente multa de dous terços do valor das mesmas mercadorias, a qual foi devidamente depositada antes da interposição do recurso; resolveu approvar a mencionada decisão, menos na parte concernente á multa que, em virtude do disposto no art. 6.º do Decreto n.º 4175 de 6 de Maio de 1868, deve ser reduzida á metade do valor das mercadorias apprehendidas.

*Francisco de Salles Torres Homem.*

---

## N. 313.—GUERRA.—EM 7 DE NOVEMBRO DE 1870.

Declara o modo por que devem ser descontados os adiantamentos feitos a Officiaes que já tenham divida proveniente de abono de cavalgaduras.

Ministerio dos Negocios da Guerra.—Rio de Janeiro, em 7 de Novembro de 1870.

Declaro a Vm., para seu conhecimento e fins convenientes, que, sempre que se mandar fazer adiantamentos a Officiaes que já tenham divida para com a Fazenda Nacional, proveniente de abono de cavalgadura de pessoa ou besta de bagagem, deve uma divida ser reunida á outra, para se fazer o desconto por prestações equivalentes a duas quintas partes do respectivo soldo.

Deus Guarde a Vm.—*João Frederico Caldwell.* — Sr. Domingos José Alvares da Fonseca.

## N. 314.—FAZENDA.—EM 8 DE NOVEMBRO DE 1870.

A disposição do art. 33 do Decreto n.º 4310 deste anno não é applicavel aos (Officiaes e Guardas das) Alfandegas.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 8 de Novembro de 1870.

Francisco de Salles Torres Homem, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia do Pará, em resposta ao officio n.º 99 de 2 de Agosto proximo passado, que não são applicaveis aos Officiaes e Guardas das Alfandegas as disposições do art. 33 do Decreto de 20 de Abril do corrente anno, visto não se acharem incluídos no quadro dos empregados das Repartições daquella natureza, por serem alistados ou contractados, na fórma do art. 46 do Regulamento de 19 de Setembro de 1860.

*Francisco de Salles Torres Homem*



N. 313.—FAZENDA.—EM 8 DE NOVEMBRO DE 1870.

(Restituição de) direitos cobrados na Alfandega desta Côrte, sobre um despacho de banha de porco exportada de Porto Alegre para Montevideó, de onde veio nos mesmos envoltorios e dentro do prazo permittido.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 8 de Novembro de 1870.

Tendo sido presente ao Tribunal do Thesouro Nacional o recurso interposto por Carneiro & Irmão da decisão dessa Inspectoria de 4 de Julho ultimo, que lhes negou a restituição da quantia de 618\$960, que pagarão de direitos de consumo correspondentes a 70 caixas, da marca...., contendo banha de porco que recebêrão de Montevideó pelo patacho allemão *Sterling*, entrado neste porto em Maio do corrente anno, o mesmo Tribunal resolveu dar provimento ao recurso por entender que a dita banha está isenta de taes direitos, por ter sido exportada de Porto Alegre para o estrangeiro, e regressado ao Imperio nos mesmos envoltorios dentro do prazo permittido, e com todas as condições do art. 512 § 41 do Regulamento de 19 de Setembro de 1860, reproduzidas no art. 4.º das disposições preliminares da Tarifa. O que communico a V. Ex. para seu conhecimento e fins convenientes.

Deus Guarde a V. Ex.—*Francisco de Salles Torres Homem*.—Sr. Inspector da Alfandega da Côrte.

---

## N. 316. — FAZENDA. — EM 8 DE NOVEMBRO DE 1870.

Reforma uma decisão da Thesouraria da Bahia confirmando a da Alfandega, que exigiu os novos impostos do Decreto Legislativo n.º 1730 de 1869, de mercadorias importadas e submittidas a despacho antes da promulgação do mesmo Decreto.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, em 8 de Novembro de 1870.

Francisco de Salles Torres Homem, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia da Bahia, em resposta ao seu officio n.º 149 de 3 de Outubro ultimo, que o mesmo Tribunal, a quem foi presente o recurso interposto pelo negociante Pedro Alves Barboza da decisão da referida Thesouraria, confirmatoria da da respectiva Alfandega, que o obrigou a pagar os novos impostos do Decreto de 20 de Outubro de 1869 (40 % sobre os direitos da Tarifa actual) de mercadorias que haviam entrado para os armazens da Alfandega em 9 e 27 de Setembro e 26 de Novembro do citado anno de 1869, e que haviam sido apresentadas a despacho em 14 e 29 do mencionado mez de Setembro e 28 do seguinte:

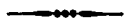
*de Refund.*

Considerando que os generos, de que se trata, forão importados antes de estar creado o novo imposto, que só foi applicado ás mercadorias que se importassem do 1.º de Janeiro do corrente anno em diante;

Considerando tambem que a disposição do art. 169 § 1.º do Regulamento das Alfandegas de 19 de Setembro de 1860 tem inteira applicação ao caso em questão, e que o simples facto da demora do pagamento dos direitos não pôde mudar a razão da Lei, e ainda que as mercadorias tivessem permanecido por mais de seis mezes sem completar o despacho, visto que os donos ou consignatarios, ainda mesmo que fossem ellas a leilão, tinham o direito de despachal-as dentro do prazo dos editaes (art. 302 do Regulamento);

Resolveu tomar conhecimento do dito recurso, determinando que a supracitada Alfandega reforme sua decisão, e sómente cõbre os direitos como forão calculados nas notas annexas ao mesmo recurso, o qual ora lhe devolve.

*Francisco de Salles Torres Homem.*



## N. 317.—FAZENDA.—EM 8 DE NOVEMBRO DE 1870.

Resolve não só sobre a applicação do imposto de industrias e profissões aos que exercem a Medicina, legalmente ou não, e aos Despachantes que accumulão o exercicio de outra profissão ou industria, mas tambem acerca da sonegação da siza.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 8 de Novembro de 1870.

Francisco de Salles Torres Homem, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de S. Pedro, em resposta ao seu officio n.º 204 de 3 de Setembro ultimo, que approva a decisão dada pela mesma Thesouraria, de accôrdo com o parecer do respectivo Procurador Fiscal, á consulta que lhe fôra feita pelo Administrador da Mesa de Rendas Geraes de Santa Victoria do Palmar, declarando-lhe :

1.º Que as Repartições encarregadas do lançamento do imposto sobre industrias e profissões não têm competencia para entrar no exame da legalidade com que qualquer individuo exerce a Medicina, cabendo-lhes somente incluí-lo no lançamento, uma vez que exerça a profissão de Medico ;

2.º Que os despachantes podem exercer cumulativamente qualquer outra profissão ou industria ;

3.º Que a declaração de sonegação de siza, sendo feita pelo proprio que a devia pagar, é aceita para ter lugar o pagamento sem multa, na proporção que se cobrava na occasião dos contractos ; mas que, sendo feita por terceiro, tendo o caracter de denuncia, deve seguir-se o processo marcado no § 3.º do art. 15 do Regulamento de 17 de Abril de 1869.

*Francisco de Salles Torres Homem.*

---

## N. 318.—FAZENDA.—EM 9 DE NOVEMBRO DE 1870.

A (execução dos) actos do Governo publicados no *Diario Official* não depende de comunicação expressa às Autoridades competentes.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 9 de Novembro de 1870.

Ilm. e Exm. Sr.—Em resposta aos Avisos desse Ministerio de 15 de Julho e 19 de Outubro ultimos, relativamente ao officio que em 10 de Junho do corrente anno dirigiu ao antecessor de V. Ex. o Consul Geral do Brasil em Lisboa sobre a Lei n.º 1507 de 26 de Setembro de 1867, que reduz a 5 % o valor da siza na venda dos navios, e sobre o Decreto n.º 4510 de 20 de Abril ultimo, que altera algumas disposições do Regulamento de 19 de Setembro de 1860, communico a V. Ex., para que se digne fazer constar ao mesmo Consul, que deve accitar como comunicação expressa das alterações feitas na legislação e decisões do Governo os actos, que forem publicados no *Diario Official*.

Remetto, entretanto, a V. Ex. os inclusos exemplares da citada Lei e Decreto para que se sirva transmittil-os áquelle Consul, e declarar-lhe que, sendo conveniente que elle possua a colleção completa do referido Diario, deverá communicar immediatamente as faltas que se derem na sua remessa para serem suppridas.

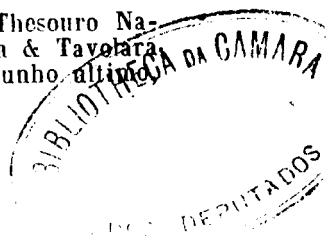
Deus Guarde a V. Ex. — *Francisco de Salles Torres Homem*.—A S. Ex. o Sr. Visconde de S. Vicente.

## N. 319.—FAZENDA.—EM 9 DE NOVEMBRO DE 1870.

Dá provimento a um recurso da decisão da Alfandega da Corte, que assemellou a musselinas 68 peças de fazendas submettidas a despacho como metins.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 9 de Novembro de 1870.

Tendo sido presente ao Tribunal do Thesouro Nacional o recurso interposto por Fiorita & Taveira da decisão dessa Inspectoria de 22 de Junho ultimo,





que assemélhou a musselinas as 68 peças de fazendas consideradas pelos recorrentes como metins, e submettidas a despacho pela nota n.º 1205 do dito mez, o mesmo Tribunal resolveu dar provimento ao recurso, e mandar que se continue a despachar as referidas fazendas, constantes das amostras juntas, como metins com a taxa de 600 réis por kilogramma, nos termos do art. 538 da Tarifa, emquanto a dita taxa não fôr alterada pela futura revisão da Tarifa, na qual se deveráõ comprehender os productos mais perfectos, como os que fazem objecto do mencionado recurso.

Deus Guarde a V. S. — *Francisco de Salles Torres Homem*. — Sr. Inspector da Alfandega da Córte.

---

N. 320. — FAZENDA. — EM 10 DE NOVEMBRO DE 1870.

Não compete ao Thesouro e Thesourarias de Fazenda arbitrar a gratificação que devem perceber os Juizes Municipaes e de Orphãos em virtude da Lei n.º 1764 de 28 de Junho ultimo, art. 43.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, em 10 de Novembro de 1870.

Francisco de Salles Torres Homem, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de S. Pedro, em resposta ao seu officio n.º 191 de 24 de Agosto ultimo, que ao Thesouro e Thesourarias de Fazenda não compete arbitrar a gratificação que devem receber os Juizes Municipaes e de Orphãos; cumprindo somente pagar-lhes o ordenado fixo de 600\$000, emquanto por acto do Ministerio da Justica, que em tempo lhe será communicado, não fôr marcada a gratificação que se ha de abonar aos que percebem menos de 4:800\$000 annuaes, conforme já foi solicitado ao referido Ministerio por Aviso da Secretaria da Fazenda de 20 de Setembro do corrente anno.

*Francisco de Salles Torres Homem*.

---

## N. 321.—FAZENDA.—EM 11 DE NOVEMBRO DE 1870.

Os generos estrangeiros já despachados para consumo, e os nacionaes transportados de uns para outros portos do Imperio, não estão sujeitos a imposto algum.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 11 de Novembro de 1870.

Francisco de Salles Torres Homem, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia das Alagoas, em resposta ao seu officio n.º 71 de 12 de Setembro proximo passado, que os generos estrangeiros já despachados para consumo, e os nacionaes transportados de uns para outros portos do Imperio, não estão sujeitos a imposto algum em face do § 5.º do art. 1.º da Lei n.º 1750 de 20 de Outubro de 1869.

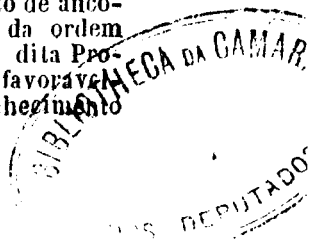
*Francisco de Salles Torres Homem.*

## N. 322.—FAZENDA.—EM 12 DE NOVEMBRO DE 1870.

Sobre a cobrança do imposto de ancoragem com o augmento que lhe deu o § 3.º do art. 1.º da Lei n.º 1750 de 20 de Outubro de 1869.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 12 de Novembro de 1870.

Ilm. e Exm. Sr.—Em resposta ao Aviso desse Ministerio de 28 de Fevereiro do corrente anno transmitindo o requerimento, que devolvo, no qual a Junta Directora da Associação Commercial da Provincia da Bahia representa sobre a cobrança do imposto de ancoragem, remetto a V. Ex. a inclusa cópia da ordem n.º 80 expedida á Thesouraria de Fazenda da dita Provincia em 27 de Maio ultimo, resolvendo favoravelmente questão identica, submettida ao conhecimento



do Tribunal do Thesouro em virtude do recurso interposto por Wilson Hett & Comp., visto entender o mesmo Tribunal que o augmento dado pelo § 3.º do art. 1.º da Lei de 20 de Outubro do anno passado áquelle imposto constitue uma imposição nova, e como tal se deve considerar comprehendido na Circular n.º 43 de 3 de Novembro de 1869, para começar a sua cobrança do 1.º de Janeiro do corrente anno.

Deus Guarde a V. Ex. — *Francisco de Salles Torres Homem*.—A S. Ex. o Sr. Jeronymo José Teixeira Junior.

---

N. 323.—FAZENDA.—EM 12 DE NOVEMBRO DE 1870.

Sobre o pagamento de ordenado aos Juizes Municipaes supplentes.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 12 de Novembro de 1870.

Francisco de Salles Torres Homem, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de S. Paulo, em resposta ao seu officio n.º 79 de 13 de Julho ultimo, que approva a deliberação tomada pela mesma Thesouraria de mandar cumprir o Aviso do Ministerio da Justiça de 23 de Junho do corrente anno, relativamente ao pagamento do ordenado reclamado por Frederico Hummel, na qualidade de Supplente do Juiz Municipal e de Orphãos de Lorena; observando-lhe, porém, que em taes casos devem os Juizes Municipaes Supplentes apresentar suas nomeações devidamente selladas. Outrosim declara ao Sr. Inspector que só não poderá ter lugar o pagamento do ordenado aos ditos Supplentes (se estes lugares estiverem vagos, na fórma do Aviso do referido Ministerio de 15 de Setembro de 1868) quando a verba respectiva se achar esgotada, ou não tiver sido nella contemplado o vencimento do Juiz substituido, caso em que se deverá solicitar o credito preciso ao citado Ministerio.

*Francisco de Salles Torres Homem.*

---

## N. 324.—FAZENDA.—EM 15 DE NOVEMBRO DE 1870.

As Portarias de approvação dos Estatutos de Sociedades litterarias e beneficentes estão sujeitas ao sello de 28000.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 15 de Novembro de 1870.

Ulm. e Exm. Sr. — Declaro a V. Ex., em resposta ao seu officio n.º 24 de 5 de Setembro proximo passado, que as Portarias de approvação dos Estatutos de Sociedades litterarias e beneficentes estão sujeitas ao sello de 28000, na forma do § 12 do art. 13 do Regulamento anexo ao Decreto n.º 4505 de 9 de Abril do corrente anno.

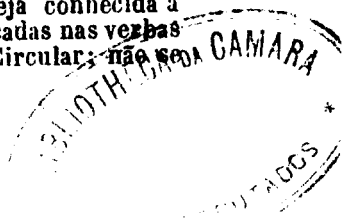
Deus Guarde a V. Ex. — *Francisco de Salles Torres Homem*.—Sr. Presidente da Provincia do Maranhão.

## N. 325.—FAZENDA.—EM 15 DE NOVEMBRO DE 1870.

Como devem proceder as Thesourarias de Fazenda nos casos de adiantamentos de quantias para despesas futuras, ou que se tiverem de realizar fóra das mesmas Repartições.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 15 de Novembro de 1870.

Francisco de Salles Torres Homem, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, para esclarecimento da Circular n.º 40 de 20 de Novembro de 1868, ordena aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda que todas as vezes que, em virtude de ordens legaes, se effectuarem adiantamentos de quantias pelos cofres do Thesouro e Thesourarias para despesas futuras, ou que se tiverem de realizar fóra das mesmas Repartições, deverão debitar em livro para esse fim destinado os empregados ou pessoas que as receberem, ainda que seja conhecida a natureza de taes despesas, e estas classificadas nas verbas respectivas, como permite a citada Circular; não se



devendo encerrar as contas assim abertas, emquanto os responsáveis não forem julgados quites pela prestação das suas contas, a que serão chamados na forma da lei; cumprindo, quanto aos que tiverem recebido quantias para despesas não conhecidas, ou que se devão effectuar por diversas verbas, que sejam seus nomes relacionados na explicação dos saldos dos balanços, não só emquanto durar a sua responsabilidade, senão também quando esta cessar, e sempre que se der a deducção das importâncias liquidadas.

*Francisco de Salles Torres Homem.*

N. 326.—JUSTIÇA.—EM 15 DE NOVEMBRO DE 1870.

Ao Presidente da Província do Maranhão.—Declara irregular a concessão de provisão a pessoa não formada para advogar indistinctamente em qualquer dos termos do districto de Relação.

Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro, em 15 de Novembro de 1870.

Ilm. e Exm. Sr.—Foi presente a Sua Magestade o Imperador o officio dessa Presidencia, de 2 de Setembro do anno passado, remettendo a representação de Joaquim Ferreira de Souza Jacarandá, advogado provisionado do districto da Relação dessa Província, na qual consulta se é regular conceder-se provisão geral a pessoa não formada para advogar indistinctamente em qualquer dos termos do districto.

E o Mesmo Augusto Senhor, tendo ouvido a Secção de Justiça do Conselho de Estado, Houve por bem Decidir, por Sua Imperial Resolução de 9 do corrente, que irregular é semelhante concessão; porquanto importaria isso uma habilitação, que só a formatura pôde dar, sendo a attribuição conferida ao Presidente da Relação pelo art. 7.º § 5.º do Regulamento de 3 de Janeiro de 1833, excepcional e dependente de condição de falta de Bachareis e da conveniencia do serviço da administração da Justiça.

O que communico a V. Ex. para os fins convenientes.

Deus Guarde a V. Ex.—*Barão das Tres Barras.*—Sr. Presidente da Província do Maranhão.

Senhor.—Mandou Vossa Magestade Imperial, por aviso de 8 de Janeiro proximo passado, que a Secção de Justiça do Conselho de Estado consultasse com seu parecer sobre o seguinte quesito, em vista da inclusa representação de Joaquim Ferreira de Souza Jacarandá, advogado provisionado do districto da Relação do Maranhão:—se é regular conceder-se provisão a pessoa não formada para advogar indistinctamente em qualquer dos termos do districto.—A Secção de Justiça do Conselho de Estado não hesita em opinar pela negativa do quesito proposto; porquanto tal provisão importaria uma habilitação absoluta, qual só a formação pòde conferir: a habilitação, a que a lei allude, é toda relativa aos diversos termos ou julgados. Sobreleva, além da incompatibilidade da ubiquidade, a incompatibilidade dos deveres e disciplina da profissão exercida ora aqui e ora alli. A attribuição conferida aos Presidentes da Relação pelo art. 7.º § 5.º do Regulamento de 3 de Janeiro de 1833 é excepcional e dependente da condição de falta de Bachareis, e pois para ser tal attribuição exercida, deve ser previamente verificada pelo mesmo Presidente a condição referida; conceder provisão para todos os lugares, aonde não houver Bachareis, é devolver a outro a condição da attribuição, e por consequencia a attribuição sem se dar o caso della.

Ainda mais, convém attender á conveniencia do serviço da administração da Justiça, não concedendo provisão além do numero sufficiente, e não preterindo as reputações locais preestabelecidas.

Vossa Magestade Imperial Mandará o que fôr melhor.

Sala das Conferencias da Secção de Justiça do Conselho de Estado, em 4 de Fevereiro de 1870.—*José Thomaz Nabuco de Araujo.*—*Domiciano Leite Ribeiro.*

Como parece.

Paço, 9 de Novembro de 1870.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador, <sup>niM</sup> <sub>oção</sub>

*Barão das Tres Barras* <sup>niM</sup> <sub>oção</sub>  
 , do Imperial  
 tores das Tribunaes  
 on das Tribunaes  
 do exercicio em

**N. 327. — GUERRA. — EM 15 DE NOVEMBRO DE 1870.**

**Declara que o escripturario de um deposito de artigos bellicos só tem direito á gratificação mensal de 50\$000.**

**Ministerio dos Negocios da Guerra. — Rio de Janeiro, em 15 de Novembro de 1870.**

Illm. e Exm. Sr. — Tendo V. Ex. com o seu officio n.º 60 de 22 de Outubro ultimo submettido á consideração deste Ministerio o requerimento em que o Alferes honorario do Exército Francisco de Paula Santos reclama o abono de soldo e mais vantagens correspondentes áquelle posto pelo exercicio em que se acha de Escrip-turario do deposito de artigos bellicos dessa Provincia: declaro a V. Ex., para seu conhecimento e fins convenientes, que, tendo aquelle lugar sido creado pela Presidencia dessa mesma Provincia em 1865, em attenção aos movimentos militares que então existião, e não podendo ser considerado senão com o caracter de emprego de Fazenda, não deve ser abonado ao serventuario outro vencimento que não seja a gratificação de 50\$000 mensaes, no caso de que o lugar ainda seja reclamado pelas urgencias do serviço.

Deus Guarde a V. Ex. — *Raymundo Ferreira de Araujo Lima.* — Sr. Presidente da Provincia de Minas Geraes.

---

**N. 328. — FAZENDA. — EM 16 DE NOVEMBRO DE 1870.**

**Sobre a remessa de notas substituidas.**

**Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, em 16 de Novembro de 1870.**

Francisco de Salles Torres Homem, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, ordena aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda que não guardem a remessa das notas substituidas para os ultimos mezes do exercicio em que tiver sido feita a substituição.

porque tal demora traz transtornos á escripturação do Thesouro; que declarem nas relações annexas aos officios de remessas o exercicio a que estas pertencem; e finalmente que nos respectivos balanços, além de mencionarem as especies das notas, prestem os esclarecimentos necessarios para facilitar as conferências, indicando ainda as datas e numeros dos mesmos officios.

*Francisco de Salles Torres Homem*

---

N. 329.—FAZENDA. --- EM 16 DE NOVEMBRO DE 1870.

A disposição do art. 33 do Decreto n.º 4510 de 20 de Abril ultimo não é applicavel á força dos Guardas. *S. J.*

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, em 16 de Novembro de 1870.

Francisco de Salles Torres Homem, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de Mato Grosso, em resposta ao officio n.º 97 de 13 de Julho proximo passado, que a disposição do art. 33 do Decreto n.º 4510 de 20 de Abril do corrente anno, determinando que as gratificações dos empregados das Alfandegas fação parte dos respectivos ordenados, não é applicavel á força dos Guardas, que não são comprehendidos naquella classe, por servirem por contracto e tempo marcado.

*Francisco de Salles Torres Homem.*

---



## N. 330.—FAZENDA.—EM 17 DE NOVEMBRO DE 1870.

Sobre o reconhecimento das firmas das procurações e dos subestabelecimentos, e das assignaturas dos Tabelliães, quando não são bem conhecidas.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 17 de Novembro de 1870.

Francisco de Salles Torres Homem, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia das Alagoas, em resposta ao seu officio n.º 46 de 7 de Abril proximo passado, que tem sido pratica seguida nas Repartições Publicas exigir-se o reconhecimento das firmas quér das procurações quér dos subestabelecimentos passados por particulares, e bem assim o das assignaturas dos Tabelliães, quando não são bem conhecidas; havendo entretanto o arbitrio, do qual se deve usar com muita prudencia, de dispensar-se o reconhecimento das firmas dos particulares e dos Tabelliães, desde que um ou mais empregados as conhecem e dão por verdadeiras.

*Francisco de Salles Torres Homem.*

## N. 331.—FAZENDA.—EM 17 DE NOVEMBRO DE 1870.

O imposto de transmissão de propriedade não é devido no caso de simples reposição entre co-herdeiros.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 17 de Novembro de 1870.

Tendo sido presente ao Tribunal do Thesouro Nacional o recurso interposto por Giacomo Berrini e Pedro Berrini Sobrinho do despacho do Sr. Administrador da Recebedoria do Rio de Janeiro que os obrigou ao pagamento do imposto de 6 % pela compra que fizeram, em acto de partilha, da quota parte dos immoveis que possuíam em commun com sua irmã D. Cecilia Berrini. e que esta lhes vendeu; o mesmo Tribunal:

Considerando que não se trata de uma aquisição feita depois da partilha, mas sim de uma simples reposição effectuada por convenio entre os co-herdeiros, e approvada pela sentença que julgou a mesma partilha, facto este que o Capitulo 6.º § 4.º dos artigos das sizas isenta do imposto de transmissão de propriedade;

Considerando que a realização do pagamento das dividas passivas da herança antes ou depois da partilha é facto completamente indifferente para a questão, uma vez que a divisão dessas dividas entre os co-herdeiros effectuou-se antes da partilha, isto é, antes de dividido o dominio ou quando a herança estava *pro indiviso*;

Resolveu dar provimento ao recurso.

O que communico ao mesmo Sr. Administrador para seu conhecimento e fins convenientes.

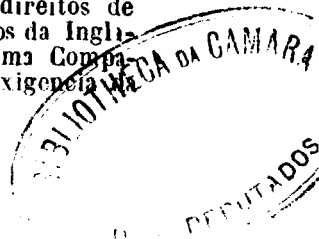
*Francisco de Salles Torres Homem.*

**N. 332.—FAZENDA.—EM 19 DE NOVEMBRO DE 1870.**

Da provimento ao recurso da Companhia Beberibe, de Pernambuco, acerca do despacho livre de diversos objectos que a mesma importára para o encanamento de agua potavel, de que é emprezaria, na capital da Provincia.

**Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 19 de Novembro de 1870.**

Francisco de Salles Torres Homem, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de Pernambuco, para os fins convenientes, e em resposta ao officio n.º 79 de 5 de Abril proximo passado, que foi presente ao mesmo Tribunal o recurso interposto pela Companhia Beberibe, emprezaria do encanamento de agua potavel na capital dessa Provincia, representada por seu director o Dr. Symphronio Cesar Coutinho, reclamando contra a decisão dessa Thesouraria que confirmou a da Alfandega sujeitando o recorrente ao pagamento dos direitos de importação sobre diversos objectos vindos da Inglaterra no navio *Sea Gull* para uso da mesma Companhia, enquanto não fosse satisfeita a exigencia da



Circular do Thesouro n.º 48 de 3 de Dezembro de 1869, cumprida naquella Repartição em 15 de Janeiro do corrente anno; e o Tribunal:

Considerando que o art. 26 da Lei n.º 243 de 30 de Novembro de 1841 isentou taes objectos do referido pagamento, e que esta disposição não pôde considerar-se revogada pela Circular de que se trata, a qual apenas exige que as Companhias apresentem annualmente a relação dos objectos de que precisão, o que se deve entender da data da mencionada Circular em diante; e que, finalmente, os objectos constantes da factura annexa ao officio do Sr. Inspector, nenhuma outra applicação podem ter a não ser para o encanamento de agua, e que já se achavão encomendados antes de ser conhecida aquella Circular;

Resolven dar provimento ao recurso, mandando despachar livre de direitos os objectos sobre que elle versa.

*Francisco de Salles Torres Homem.*

N. 333.—FAZENDA. —EM 21 DE NOVEMBRO DE 1870.

Determina que as Thesourarias de Fazenda, durante a guerra entre a França e a Prussia, observem as disposições do Ministerio dos Negocios Estrangeiros abaixo declaradas.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. —Rio de Janeiro, em 21 de Novembro de 1870.

Francisco de Salles Torres Homem, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, de conformidade com o Aviso do Ministerio de Estrangeiros de 15 de Outubro proximo findo, remette aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, para a devida execução, a inclusa cópia da Circular expedida em 14 do dito mez por aquelle Ministerio aos Presidentes das Provincias em additamento ás do 1.º de Agosto de 1864, 23 de Junho de 1863 e 27 de Agosto do corrente anno, estabelecendo as regras de neutralidade, que se devem observar na guerra entre a Prussia e a França

*Francisco de Salles Torres Homem.*

**Aviso a que se refere a Circular supra.**

**Ministerio dos Negocios Estrangeiros.—Rio de Janeiro, 14 de Outubro de 1870.**

Ilm. e Exm. Sr.—Sua Magestade o Imperador Houve por bem Resolver que, na presente guerra entre a França e a Prussia, sejam mantidas as Circulares deste Ministerio do 1.º de Agosto de 1861, 23 de Junho de 1863 e 27 de Agosto ultimo com o seguinte additamento:

1.º Os navios dos belligerantes tomarão combustivel nos portos do Imperio unicamente para a continuação da viagem.

E' prohibido o fornecimento de carvão aos navios que percorrerem os mares vizinhos do Brasil para apressar embarcações do inimigo, ou praticar qualquer outro genero de hostilidades.

Ao navio que uma vez receber combustivel em nossos portos não se permittirá novo fornecimento senão quando houver decorrido um prazo razoavel, que faça crer que o dito navio regressou depois de concluir a sua viagem a um porto estrangeiro.

2.º E' prohibido annunciar pelo telegrapho a partida ou a proxima chegada de algum navio mercante ou de guerra dos belligerantes, ou dar a este qualquer ordem, instrucção ou aviso tendente a prejudicar ao inimigo.

Neste sentido V. Ex. deverá expedir as convenientes ordens ás estações dos telegraphos e aos alviçareiros.

Aproveito a oportunidade para reiterar a V. Ex. as seguranças de minha perfeita estima e distincta consideração. — *Visconde de S. Vicente.* — A S. Ex. o Sr. Presidente da Provincia de.....

## N. 334.—FAZENDA.—EM 21 DE NOVEMBRO DE 1870.

Provimto de um recurso sobre a classificação de certa fazenda que a parte submetteu a despacho como panninho de algodão de mais de 15 fios, e foi considerada pela Alfandega como cambraia de algodão.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 21 de Novembro de 1870.

Tendo sido presente ao Tribunal do Thesouro Nacional o recurso interposto por John Moore & Comp. da decisão dessa Inspectoria, que mandou classificar como cambraia de algodão de mais de 15 fios sujeita á taxa de 3\$000 por kilogramma, as fazendas contidas em 20 caixas da marca. . . . n.º 567 a 586, vindas de Liverpool, na barca ingleza *Deogarum*, entrada neste porto em 19 de Abril ultimo, e submettidas a despacho pelos recorrentes como panninho de algodão de mais de 15 fios, sujeito á taxa de 2\$000 por kilogramma ; o mesmo Tribunal:

Considerando que ha notavel differença entre o tecido das cambraias de algodão e o da inclusa amostra n.º 1 da fazenda submettida a despacho ;

Considerando que o parecer da commissão da Tarifa não foi concorde na classificação, declarando um dos seus membros que se havia enganado na apreciação do tecido da mercadoria em questão, e bem assim que as differenças por elle notadas são reaes, e distinguem as cambraias de algodão dos panninhos de mais de 15 fios ;

Considerando que sendo classificada a mercadoria da amostra n.º 1, como as cambraias de mais de 15 fios, no art. 540 da Tarifa, pagará aquella mercadoria, em relação aos preços do mercado, taxa mais forte do que esta ;

E attendendo a que a distincção feita pela Tarifa entre cambraias lisas brancas, e os panninhos de mais de 15 fios, ficaria sem applicação, confundindo-se a mercadoria da dita amostra com a cambraia da amostra n.º 2, tambem inclusa, importando essa confusão maior taxa para o panninho de algodão ;

Resolveu dar provimto ao mencionado recurso, e mandar que nessa Alfandega se observe a classificação que sempre teve a mercadoria da amostra n.º 1 como

panninho de mais de 15 flos, sujeito á taxa do art. 586 da Tarifa.

O que communico a V. S. para seu conhecimento e fins convenientes.

Deus Guarde a V. S.—*Francisco de Salles Torres Homem*.—Sr. Inspector da Alfandega da Corte.

---

N. 335.—FAZENDA.—EM 21 DE NOVEMBRO DE 1870.

A concessão das vantagens de paquete só é permitida ás Companhias transatlânticas, que estabelecerem serviço identico ao da Real Companhia de Southampton.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 21 de Novembro de 1870.

Ilm. e Exm. Sr.—Em resposta ao Aviso de V. Ex. n.º 51 de 31 de Outubro proximo passado, remettendo o requerimento que devolvo, no qual a Companhia de navegação Catharinense, estabelecida na cidade da Laguna, pede as vantagens de paquete para o vapor de sua propriedade denominado *Itaperubá*, cumpre-me declarar a V. Ex. que o referido vapor não está nas condições de obter as vantagens solicitadas; porquanto, a Resolução Legislativa n.º 803 de 20 de Setembro de 1854 só permite ao Governo Imperial concedê-las ás Companhias transatlânticas, que estabelecerem serviço identico ao da Real Companhia de Southampton.

Deus Guarde a V. Ex.—*Francisco de Salles Torres Homem*.—A S. Ex. o Sr. Jeronymo José Teixeira Junior.

---

N. 336. — FAZENDA. — EM 22 DE NOVEMBRO DE 1870.

Declara não ter lugar a (concessão das vantagens de) paquetes a uns vapores de navegação costeira.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, em 22 de Novembro de 1870.

Ilm. e Exm. Sr. — Em resposta ao Aviso de V. Ex. n.º 45 de 15 de Outubro proximo findo, remettendo o officio n.º 67 do Presidente da Provincia de S. Paulo de 29 de Dezembro ultimo, no qual o mesmo Presidente pede as vantagens de paquetes para os vapores S. Vicente e S. Francisco, empregados o primeiro na navegação entre os portos do Rio de Janeiro e Iguape com escala pelos portos de Ubatuba, Caraguatatuba, S. Sebastião, Santos e Cananéia, e o segundo na linha intermediaria até Santa Catharina; cumpre-me declarar a V. Ex. que os referidos vapores não estão nas condições de obter o favor que pede aquelle Presidente no mencionado officio; que devolvo, porquanto a Resolução Legislativa n.º 803 de 20 de Setembro de 1854 só permite ao Governo Imperial concedê-lo ás Companhias transatlanticas, que estabelecerem serviço identico ao da Real Companhia de Southampton.

Deus Guarde a V. Ex. — *Francisco de Salles Torres Homem*. — A S. Ex. o Sr. Jeronymo José Teixeira Junior.

---

N. 337. — FAZENDA. — EM 23 DE NOVEMBRO DE 1870.

Sobre a cobrança dos 5 e 30%, de que tratão as Instrucções de 2 de Maio ultimo.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, em 23 de Novembro de 1870.

Francisco de Salles Torres Homem, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda que o desconto dos impostos de 5 e 30 % de que tratão as Instrucções de 2 de Maio do corrente anno, mandadas observar pela Cir-

cular n.º 44 da mesma data, deve suspender-se por todo o tempo em que não perceberem vencimentos os respectivos Funcionarios; com tanto porém que nos futuros mezes, em que entrarem no gozo delles, indemnisem todas as prestações a que estiverem sujeitos, e completem o pagamento dos mesmos impostos.

*Francisco de Salles Torres Homem.*

---

N. 338. — FAZENDA. — EM 23 DE NOVEMBRO DE 1870.

Indefere um recurso ácerca dos direitos de objectos submettidos a despacho antes da execução das alterações feitas á Tarifa pelo Decreto n.º 4499 deste anno.

*s. Refusado*

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 23 de Novembro de 1870.

Communico a V. S., para os fins convenientes, que, á vista da expressa disposição do art. 169 § 1.º do Regulamento de 19 de Setembro de 1860, foi indeferido pelo Tribunal do Thesouro Nacional o recurso interposto por Klingelhoefer & C.ª da decisão dessa Inspectoria de 5 de Julho ultimo, que os obrigou ao pagamento dos direitos a que estão sujeitos varios volumes contendo fechaduras, facas para cozinha e enxadas de ferro, vindos de Liverpool nos vapores *Charlotte*, *Pascal* e *Euterpe*, e submettidos a despacho antes da execução das alterações feitas á Tarifa pelo Decreto n.º 4499 de 2 de Abril do corrente anno.

Deus Guarde a V. S. — *Francisco de Salles Torres Homem*. — Sr. Inspector da Alfandega da Córte.

---



N. 339.—FAZENDA.—EM 24 DE NOVEMBRO DE 1870.

Os Fieis dos Thesoureiros interinos não têm direito aos vencimentos e vantagens que competem aos Fieis dos Thesoureiros effectivos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, em 24 de Novembro de 1870.

Francisco de Salles Torres Homem, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de Pernambuco, para os fins convenientes, e em resposta ao officio n.º 242 de 17 do mez proximo passado, que foi indeferido o recurso interposto por Modesto do Rego Baptista, Fiel do Thesoureiro da Alfandega, reclamando contra a decisão dessa Thesouraria que lhe negou o pagamento dos vencimentos daquelle lugar, do 1.º de Julho de 1868 a 9 de Setembro do corrente anno, em que o exerceu interinamente; visto que, segundo as ordens do Thesouro n.º 102 de 14 de Maio de 1868 e n.º 178 de 15 de Outubro do mesmo anno, os Fieis dos Thesoureiros interinos não são empregados da Repartição em que servem, mas apenas auxiliares particulares destes, e portanto não têm direito aos vencimentos e vantagens que competem aos dos Thesoureiros effectivos.

*Francisco de Salles Torres Homem.*

N. 340.—FAZENDA.—EM 24 DE NOVEMBRO DE 1870.

Dá provimento a um recurso sobre (restituição de) direitos de 20.700 kilogrammas de quina da Bolívia, despachada em transitio para a Europa.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, em 24 de Novembro de 1870.

Francisco de Salles Torres Homem, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia do Pará, para os fins convenientes, e em resposta ao officio

n.º 23 de 14 de Março proximo passado, que foi presente ao mesmo Tribunal o recurso interposto por Francisco Peres Peniche, da decisão dessa Thesouraria que confirmou a da Alfandega, sujeitando ao pagamento dos direitos de importação 20.700 kilogrammas de quina em casca vinda da Bolivia; e o Tribunal:

Attendendo a que o recorrente importára aquella mercadoria pelos rios Mamoré e Madeira com a guia manifestada em Serpa, na qual se declarava que era producto da Bolivia destinado á Europa, e que dentro dos doze dias fôra declarado em transito; e considerando que não são sujeitas a direito algum as mercadorias que assim são despachadas para o estrangeiro, na fórma do art. 622 do Regulamento de 19 de Setembro de 1860;

Resolveu dar provimento ao recurso, mandando restituir a importancia dos direitos indevidamente pagos.

Outrosim, communica ao Sr. Inspector, para o fazer constar á Alfandega, que já foi declarado pela ordem do Thesouro n.º 410 de 15 de Setembro de 1869 que não é necessario o deposito das mercadorias em entreposto para gozarem do favor do supradito art. 622 do Regulamento de 19 de Setembro de 1860.

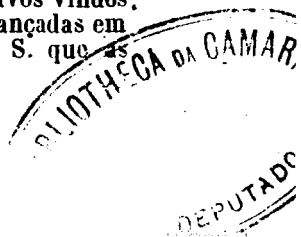
*Francisco de Salles Torres Homem.*

N. 341.—FAZENDA.— EM 24 DE NOVEMBRO DE 1870.

As notas de apresentação dos escravos vindos de fóra do Município com passaportes, são isentas de imposto do sello.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, em 24 de Novembro de 1870.

Em resposta ao officio de V. S. n.º 547 de 27 de Agosto ultimo, no qual consulta se são sujeitas ao sello fixo as notas de apresentação dos escravos vindos de fóra deste Município com passaportes, lançadas em livro para esse fim creado, declaro a V. S. que as



referidas notas não podem deixar de ser consideradas como documentos de expediente das Repartições Geraes, e portanto estão isentas daquelle imposto em virtude do art. 15, n.º 12 do Regulamento do sello.

Deus Guarde a V. S. — *Francisco de Salles Torres Homem*.—Sr. Dr. Chefe de Policia da Córte.

---

N. 312.—FAZENDA.—EM 26 DE NOVEMBRO DE 1870.

Autoriza a venda dos volumes das Imperiaes Resoluções de Consulta da Secção de Fazenda do Conselho de Estado, e manda que se observe a tal respeito a Circular n.º 6 de 6 de Fevereiro de 1867.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 26 de Novembro de 1870.

Francisco de Salles Torres Homem, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, havendo autorizado a Typographia Nacional para remetter ás Thesourarias de Fazenda, a fim de serem vendidos, volumes das Imperiaes Resoluções do Conselho de Estado da Secção de Fazenda, ordena aos Srs. Inspectores das mesmas Thesourarias que fação observar sobre este objecto, na parte que lhes toca, as instrucções constantes da Circular n.º 6 de 6 de Fevereiro de 1867.

*Francisco de Salles Torres Homem.*

---

**N. 343.—FAZENDA. — EM 26 DE NOVEMBRO DE 1870.**

**Sobre a gratificação que compete aos Voluntarios da Patria que, desistindo da baixa, se engajão para o serviço do Exercito.**

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 26 de Novembro de 1870.

Francisco de Salles Torres Homem, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, de conformidade com o Aviso do Ministerio dos Negocios da Guerra de 7 do corrente, que os Voluntarios da Patria que desistirem da baixa, e se engajarem nos termos do art. 7.º do Decreto n.º 3371 de 7 de Janeiro de 1863, têm direito a perceber a gratificação de soldo dobrado de engajado, de conformidade com o disposto na Lei n.º 498 de 27 de Julho de 1848, e não a de 300 réis diarios, cujo abono dependia do exercicio de campanha, como antes havia sido declarado por Aviso do citado Ministerio de 9 de Maio de 1867; recommendando-lhes, por esta occasião, que mande suspender o abono que desta ultima gratificação se tiver feito aos ditos Voluntarios da Patria que se engajão para o serviço do Exercito, e bem assim, que por meio de descontos faça voltar aos Cofres Publicos o que indevidamente tiver sido pago.

*Francisco de Salles Torres Homem.*

---

**N. 344. — FAZENDA. — EM 26 DE NOVEMBRO DE 1870.**

Responde á representação da Illma. Camara Municipal contra o arrendamento concedido ao Dr. Daniel Pedro Ferro Cardoso, do terreno accrescido da Praça de D. Pedro II, junto ás officinas das obras da Alfandega.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 26 de Novembro de 1870.

Na representação que ao Governo Imperial dirigiu a Illma. Camara Municipal da Côte, em 12 do corrente mez, contra o arrendamento concedido por este Minis-

terio ao Dr. Daniel Pedro Ferro Cardoso, do terreno accrescido da Praça de D. Pedro II, junto ás officinas centraes das obras da Alfandega, para ahi construir um edificio destinado ao commercio, informa a mesma Camara ter negado ao concessionario a licença por elle pedida para essa construcção pelas seguintes razões :

1.<sup>a</sup> Ser o dito terreno parte integrante da referida Praça, e como tal, de logradouro publico, sob a administração do Municipio.

2.<sup>a</sup> Ter de reverter ao Thesouro o producto do arrendamento, quando a Camara, consentindo na concessão sob as clausulas que indicára, tivera em vista auferir os 8:000\$000 annuaes da renda para applical-os ás despesas do plantio e aformoseamento daquelle localidade, sendo que, pelo contracto celebrado com este Ministerio, o concessionario augmentou consideravelmente as suas vantagens particulares, excluindo a Camara de todo e qualquer proveito, e até da legitima autoridade e inspecção em approvar o prospecto e fixar os alinhamentos da edificação.

3.<sup>a</sup> Ser a Camara prejudicada no contracto de arrendamento, que, com autorização do Governo, fez da Praça do Mercado, si o concessionario locar parà negocios identicos das casas que vai construir junto á mesma Praça.

Em resposta, cabe-me declarar á Illma. Camara, que não pôde ser attendida a sua representação pela improcedencia das razões expostas.

Quanto á 1.<sup>a</sup>, porque o terreno de que se trata não é realmente logradouro publico.

Os terrenos de que as Municipalidades precisão para logradouros, devem ser por ellas requisitados do Governo, e emquanto este não os declara taes, não podem ter semelhante denominação e destino.

Ora, não consta que o mencionado terreno fosse pedido pela Illma. Camara para tal fim, nem posto á sua disposição por este Ministerio, que o vai progressivamente augmentando por meio de aterros, segundo a informação do Engenheiro Rebouças, de 24 de Outubro ultimo; nenhum direito ao mesmo terreno pôde ella derivar do facto de ter sido o aterro daquelle ponto começado á sua custa e por ordem sua, antes da construcção do respectivo caes, visto como ninguem pôde aterrar o mar sem licença, e o terreno creado por aterro não autorizado ou fica pertencendo ao Estado, ou o Ministerio da Fazenda o concede por aforamento: consequentemente, o de que se trata é um accrescido

de *servidão publica*, e não *logradouro publico* como assevera a Camara, e, a ter de ser arrendado, só o pôde ser pelo Ministerio da Fazenda.

A circumstancia, lembrada pela Illma. Camara, de se lhe haver remettido os requerimentos dos pretendentes ao arrendamento, não é prova de que este Ministerio reconhecesse o *dominio* municipal sobre o terreno.

E' um acto esse que o Thesouro pratica sempre nos casos de aforamento de terrenos accrescidos, para os fins indicados no § 3.º do Decreto n.º 4105 de 22 de Fevereiro de 1868; isto é, para que os requerimentos sejam informados em relação á possibilidade e vantagens da concessão, examinada a pretensão sobre o ponto de vista do alinhamento e regularidade dos cões e edificações, da servidão e logradouros publicos, ou de outros interesses municipaes.

Esta prescripção, observada quanto aos requerimentos para aforamento, julgou o Thesouro que devia ser tambem seguida quanto ás pretensões de arrendamento, que por excepção, se fazem dos terrenos accrescidos, e por isso enviou á Camara os requerimentos alludidos.

Assim procedendo, não teve este Ministerio outro fim senão certificar-se de que a concessão projectada não offendia nenhum dos direitos ou legitimos interesses da Municipalidade, e a Illma. Camara, consentindo no arrendamento proposto, implicitamente confessou que não resultaria da concessão prejuizo para ella, nem privação de gozo, ou incommodo para o publico.

Si depois negou licença ao concessionario para levantamento do edificio, não foi por precisar do terreno para logradouro publico, pois aliás teria objectado á concessão, quando ouvida sobre a sua conveniencia; mas sim pelo facto de entrar para o Thesouro o producto do arrendamento, o que não se daria sendo o terreno, como pretende a Camara, logradouro publico, porque nesse caso lhe competiria approvar o contracto com as condições que julgasse conveniente, e reverteria a seus cofres a respectiva renda.

O terreno, porém, não tem, como ficou demonstrado, a natureza e o character que lhe quer dar a Illma. Camara; é um accrescido do dominio do Estado, necessario, em futuro mais ou menos proximo, ás obras da Alfandega, e como tal só o Thesouro pôde concedel-o por arrendamento com as condições que forem aconselhadas pelo interesse publico, sendo-lhe livre aceitar ou não as que a Municipalidade houver indicado.

A 2.ª razão é também insustentável em vista dos argumentos que destroem a primeira.

A renda de um terreno accrescido não pôde entrar para os cofres da Municipalidade, e sim para o Thesouro. Si a Camara precisa de recursos para plantar e embelezar a Praça de D. Pedro II, deve procurar obtel-os pelos meios competentes; mas ainda assim, quanto aos accrescidos da mesma praça, seria preciso que o Governo lh'os concedesse para logradouro publico, o que provavelmente não se verificará, porque taes terrenos, como fica dito, são precisos para servidão publica; e tanto que no contracto relativo ao de que se trata, impôz-se ao concessionario a obrigação de demolir o edificio, findo o prazo do arrendamento, o que mostra a impossibilidade de ficar o mesmo edificio pertencendo nessa época á Ilma. Camara, conforme a clausula por ella estabelecida.

A Camara, portanto, devêra limitar-se a cumprir o disposto no supracitado art. 3.º do Decreto n.º 4405; mas approvando, como fez, a proposta, tacitamente approvou o projecto de edificação que o concessionario juntára a seu requerimento; não podendo por isso aproveitar-lhe como razão de recusa de licença, a allegação agora feita de que o contracto firmado no Thesouro pelo concessionario privou-a, o que aliás não é exacto, da legitima autoridade e inspecção em approvar o prospecto e fixar o alinhamento das edificações.

Finalmente, pelo que toca á 3.ª razão, o Ministerio da Fazenda entendeu que a prohibição feita ao concessionario — de locar as casas que vai construir para negocio identico ao dos locatarios da Praça do Mercado, offendia o principio da livre concorrência, tão necessaria ao interesse publico, e que em nada pôde prejudicar as rendas municipaes provenientes daquella fonte.

A' vista do que, cumpre que a Ilma. Camara mande passar quanto antes ao referido concessionario a licença por elle solicitada, para que possa dar principio ás respectivas obras em execução do contracto celebrado com o Thesouro Nacional.

*Francisco de Salles Torres Homem.*



## N. 345.—FAZENDA.—EM 26 DE NOVEMBRO DE 1870.

Nega despacho livre a diversos objectos importados pela—Companhia Ituana—, visto não serem exclusivamente applicaveis a estradas de ferro.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 26 de Novembro de 1870.

Francisco de Salles Torres Homem, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de S. Paulo, para os fins convenientes, e em resposta ao officio n.º 140 de 29 do mez proximo passado, que não pôde ser concedida isenção de direitos aos objectos constantes da relação apresentada pela — Companhia Ituana—; visto que não sendo elles exclusivamente applicaveis a estradas de ferro, e sim instrumentos ou ferramenta de trabalho, empregados por empreiteiros, que os comprão no mercado ou mandão vir por sua conta, reverteria a isenção em favor de particulares e não da empresa, a qual sómente goza dessa vantagem quanto ao material e utensilios que não têm outra applicação senão a obras de estradas de ferro.

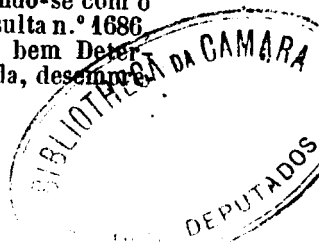
*Francisco de Salles Torres Homem.*

## N. 346.—MARINHA.—AVISO DE 26 DE NOVEMBRO DE 1870.

Manda abonar as maiorias, de que trata a segunda observação da tabella de 24 de Novembro de 1860, aos Officiaes da Armada desempregados, quando servirem de vogaes nos Conselhos de Guerra.

2.ª Secção.—Ministerio dos Negocios da Marinha.—Rio de Janeiro, em 26 de Novembro de 1870.

Sua Magestade O Imperador, Conformando-se com o parecer do Conselho Naval, expenso em consulta n.º 1686 de 14 do mez proximo preterito, Ha por bem Determinar que aos Officiaes do Corpo da Armada, desempregados





gados, que servirem como vogaes nos Conselhos de Guerra, e por todo o tempo, que se conservarem em tal exercício, se abonem as maiorias, de que trata a segunda observação da tabella de 24 de Novembro de 1860, isto é, as estabelecidas no Decreto de 2 de Abril de 1825; ficando assim extensivas á Marinha as disposições a este respeito contidas no Aviso do Ministerio da Guerra, de 25 de Julho de 1860.

O que communico a V. S., para sua intelligencia e devida execução.

Deus Guarde a V. S.—*Luiz Antonio Pereira Franco*.—  
Sr. Contador da Marinha.

N. 347. — FAZENDA. — EM 28 DE NOVEMBRO DE 1870.

No cofre de orphãos não se deve dar entrada a quantias pertencentes a maiores.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, em 28 de Novembro de 1870.

Ilm. e Exm. Sr.—Em resposta á consulta feita pelo Administrador interino da Mesa de Rendas do Municipio de Itaguahy, em officio de 24 de Outubro findo, sirva-se V. Ex. declarar-lhe que foi approvado o procedimento que teve recusando-se, como Thesoureiro do cofre de orphãos daquelle Municipio, a dar entrada no referido cofre, por ordem do respectivo Juiz, e a titulo de deposito, á quantias pertencentes a maiores, e portanto extranhas ao mesmo cofre, visto estar esse procedimento de accôrdo com as leis em vigor.

Deus Guarde a V. Ex. — *Francisco de Salles Torres Homem*. — A S. Ex. o Sr. Conselheiro Director Geral das Rendas Publicas.

## N. 348.—FAZENDA.—EM 28 DE NOVEMBRO DE 1870.

Os títulos dos Empregados das Secretarias da Policia nomeados pelos respectivos Chefes, estão sujeitos ao pagamento de emolumentos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 28 de Novembro de 1870.

Francisco de Salles Torres Homem, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia do Amazonas que foi approvada, por seus juridicos fundamentos, a deliberação tomada pela Junta de Fazenda da dita Provincia, que sujeitou ao pagamento de emolumentos os títulos dos Empregados da Secretaria da Policia nomeados pelo respectivo Chefe, como consta do officio n.º 14 do mesmo Sr. Inspector datado de 10 de Agosto do anno passado e dirigido ao Ministerio da Justiça.

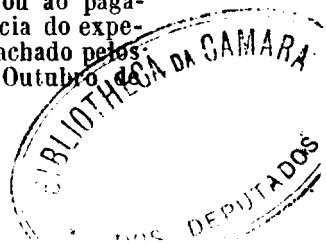
*Francisco de Salles Torres Homem.*

## N. 349.—FAZENDA.—EM 29 DE NOVEMBRO DE 1870.

A isenção de direitos concedida ás mercadorias e objectos, a que se refere o § 21 art. 512 do Regulamento das Alfandegas, não comprehende o expediente.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 29 de Novembro de 1870.

Communico a V. S., para os fins convenientes, que por despacho do Tribunal do Thesouro Nacional de 21 do corrente foi sustentado o de 19 de Maio ultimo, que indeferiu o recurso que Hett Wilson & C.<sup>ª</sup>, agentes da Companhia — Pacific Steam Navigation —, interpuzeram da decisão dessa Inspectoria, que os obrigou ao pagamento da quantia de 7:380,040, importancia do expediente de 3 % sobre o valor do carvão despachado pelos mesmos agentes, de Novembro de 1868 a Outubro de 1869.



1869; visto entender o referido Tribunal que não são os direitos de expediente da mesma natureza dos de importação para que a isenção destes produza necessariamente a isenção daquelles, como diversas Ordens do Thesouro o tem declarado, e ultimamente a de 30 de Setembro de 1868, pela razão de que o § 21 do art. 512 do Regulamento de 19 de Setembro de 1860, que corresponde ao § 24 do art. 4.º das disposições preliminares da Tarifa, não se acha comprehendido em nenhuma das hypotheses estabelecidas pelo art. 625 do mesmo Regulamento.

Deus Guarde a V. S. — *Francisco de Salles Torres Homem.*—Sr. Inspector da Alfandega da Côrte.

N. 330.—MARINHA.—AVISO DE 3 DE DEZEMBRO DE 1870.

Regula o modo de proceder-se com as praças, que tiverem de ser dispensadas do serviço activo, ou excusas por incapacidade physica.

2.ª Secção.—Ministerio dos Negocios da Marinha.  
—Rio de Janeiro, em 3 de Dezembro de 1870.

Ilm. e Exm. Sr.—Sua Magestade o Imperador, a Quem foi presente a consulta do Conselho Naval n.º 1696, de 18 do mez proximo preterito, sobre a conveniencia de applicar-se ás praças dos corpos de marinha as providencias, a que allude o Aviso do Ministerio da Guerra, de 7 de Maio de 1858, Houve por bem, de accôrdo com o parecer enunciado na mesma consulta, Determinar que se observem na Armada as inclusas Instrucções, regulando os casos, em que se deve dispensar do serviço activo, ou conceder baixa, por incapacidade physica, ás praças assim julgadas em Inspecção de Saude.

O que communico a V. Ex. para seu conhecimento e execução.

Deus Guarde a V. Ex.—*Luiz Antonio Pereira Franco.*  
—Sr. Encarregado do Quartel-General da Marinha.

**Instrucções, regulando o modo de proceder-se com as praças, que tiverem de ser dispensadas do serviço activo, ou escusas por incapacidade physica, emquanto não fôr creado o Asylo de Invalidos.**

Art. 1.º As praças julgadas incapazes por inspecção de saude, se tiverem concluido o tempo de serviço, fixado em Lei, terão baixa mediante ordem do Ministerio da Marinha, caso não preferirão passar para a companhia de invalidos, onde nenhum serviço prestarão.

Art. 2.º Si, não tendo concluido o tempo de praça, puderem ainda prestar algum serviço moderado, a juizo dos membros da Junta de Saude, serão passadas para a companhia de invalidos, ou ficarão addidas aos corpos, a que pertencerem, até dar-se-lhes destino.

Art. 3.º As praças, que, na fórma do artigo precedente, passarem para a companhia de invalidos e alli completarem esse tempo de serviço, serão logo delle escusas por ordem do Ministerio da Marinha.

A's mesmas praças é livre desistirem da escusa e continuarem na companhia de invalidos sem prestarem serviço, si assim o preferirem.

Art. 4.º Si, não tendo concluido o tempo, forem julgadas incapazes de todo serviço, não serão delle escusas sem novo exame sanitario, depois de um anno, durante o qual ficarão addidas á companhia de invalidos sem prestar serviço.

Estas praças terão tambem direito de preferirem á escusa a continuação como addidas á mencionada companhia.

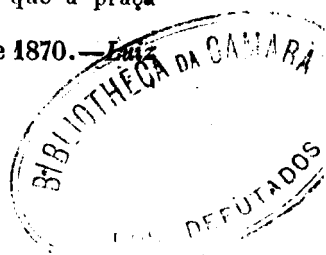
Art. 5.º Os mappas relativos á inspecção de saude serão todos de modelo uniforme, dado pelo Quartel-General da Marinha, contendo os nomes, filiação, idade, naturalidade, estado, tempo de praça e qualidade da molestia, ou circumstancia que produziu a impossibilidade para o serviço.

#### OBSERVAÇÕES.

1.ª Quando a baixa fôr dada a praças comprehendidas no art. 3.º destas Instrucções, são desnecessarias nos mappas as casas relativas á molestia e ao parecer da Junta.

2.ª O tempo de praça deve ser expresso em annos, mezes e dias, descontados os periodos, que a praça perde, em virtude das leis em vigor.

Rio de Janeiro, em 3 de Dezembro de 1870. — *Luiz Antonio Pereira Franco.*



N. 351.—FAZENDA.—EM 5 DE DEZEMBRO DE 1870.

A expedição dos <sup>(</sup>Titulos de nomeação dos Officiaes inferiores ,  
Guardas e Vigias das Alfandegas compete aos Inspectores das  
mesmas Repartições.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro,  
em 5 de Dezembro de 1870.

Francisco de Salles Torres Homem, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, que a expedição dos Titulos aos Empregados que, pelo art. 4.º do Decreto n.º 4175 de 6 de Maio de 1868, são nomeados e demittidos pelos Inspectores das Alfandegas, compete aos mesmos Inspectores; observando-se nesta parte o que se pratica na Alfandega da Córte.

*Francisco de Salles Torres Homem.*

---

N. 352.—FAZENDA.—EM 5 DE DEZEMBRO DE 1870.

Sobre o pagamento de gratificações aos empregados que fiscalisão o embarque de generos para o exterior nos portos interiores não habilitados.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 5 de Dezembro de 1870.

Francisco de Salles Torres Homem, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia do Rio Grande do Norte, que devem ser pagas pelos respectivos consignatarios as gratificações arbitradas aos Empregados que, nas embarcações estrangeiras entradas com permissão do Governo em portos interiores não habilitados, em virtude da faculdade conferida no Decreto n.º 2485 de 28 de Setembro de 1859, art. 4.º, e Regulamento das Alfandegas, art. 318 § 1.º, fisca-

lisaõ o embarque para fóra do Imperio dos generos de produccaõ nacional; ficando portando approvada a deliberação que tomou, de considerar revogada a Ordem n.º 366 de 7 de Agosto de 1863, conforme participou em seu officio n.º 43 de 19 de Setembro ultimo.

*Francisco de Salles Torres Homem.*

---

N. 353.—FAZENDA.—EM 5 DE DEZEMBRO DE 1870.

Sobre a competencia das Thesourarias para providenciarem acerca da venda do gado das fazendas nacionaes.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 5 de Dezembro de 1870.

Ilm. e Exm. Sr.—Tendo presente o officio de V. Ex. de 26 de Setembro ultimo, a que acompanhou a proposta de Amorim & Irmãos para a compra do gado vaccum das fazendas nacionaes do Rio Branco, S. Marcos e S. Bento: declaro a V. Ex. que, competindo ás Thesourarias administrar os proprios nacionaes e entrando nestes as fazendas da Nação, a Thesouraria dessa Provincia cumpre providenciar sobre a venda do gado das referidas fazendas, por isso que o seu producto fórma a sua principal receita; isto como manda a lei, em hasta publica, preferindo-se quem mais e melhores vantagens offerecer, e submettendo-se á approvação do Thesouro os contractos, como dispõe a ordem de 22 de Setembro de 1852.

Deus Guarde a V. Ex.—*Francisco de Salles Torres Homem.*—A S. Ex. o Sr. Presidente da Provincia do Amazonas.

---

**N. 354.—IMPERIO.—EM 7 DE DEZEMBRO DE 1870.**

Declara que deve ser considerada nulla a prova escripta a respeito da qual se tenha dado qualquer dos factos que o art. 13 das Instrucções de 30 de Outubro de 1869 previne.

Ministerio dos Negocios do Imperio.—Rio de Janeiro, em 7 de Dezembro de 1870.

Declaro a V. P., respondendo ao seu officio do 1.º do corrente mez, que das disposições preventivas do art. 13 das Instrucções de 30 de Outubro de 1869, as quaes têm por fim impedir que nos exames geraes de preparatorios o estudante reciba auxilio ou inspiração na prova escripta, e da do art. 20 resulta a doutrina que serviu de base á decisão tomada no Aviso que expedi com a data de 19 de Novembro ultimo, devendo-se considerar nulla a prova escripta a respeito da qual se tenha dado qualquer dos factos que o dito art. 13 previne, e não podendo neste caso o examinando ser considerado habilitado para a prova oral.

Quanto finalmente ao art. 30, que trata de factos differentes, é clara a disposição que dá ao Inspector Geral competencia para apreciar-os, e applicar as penas no mesmo artigo estabelecidas.

Deus Guarde a V. P.—*João Alfredo Corrêa de Oliveira*.—Sr. Inspector Geral Interino da Instrucção Primaria e Secundaria do Municipio da Córte.

---

**N. 355.—FAZENDA. — EM 9 DE DEZEMBRO DE 1870.**

Manda reformar um processo de arbitramento relativo ao despacho de 600 chapéos de lã, por ter-se no mesmo processo infringido o § 4.º do art. 377 do Regulamento das Alfandegas.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 9 de Dezembro de 1870.

Francisco de Salles Torres Homem, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de Per-

nambuco, para os fins convenientes, que foi presente ao mesmo Tribunal a petição de recurso de revista dos negociantes E. A. Busle & Comp., reclamando contra a decisão da Alfandega da mesma Provincia, que sujeitou ao pagamento de direitos de importação, na razão de 600 réis cada um, 600 chapéus de lã vindos no navio francez *Solide*; e o Tribunal:

Considerando que, tendo a maioria dos arbitros nomeados para classificarem a mercadoria de que se trata, decidido a questão na forma do art. 577, § 4.º do Regulamento das Alfandegas, só cabia mandar proseguir o despacho de conformidade com o arbitramento, e não considerar empatada a opinião dos arbitros do commercio, pelo simples facto de se dizer que uma comissão externa era de opinião diversa;

Considerando que deixou-se de observar a disposição do mencionado art. 577, § 4.º, pelo que deu-se a hypothese do art. 764, § 2.º do Regulamento supra-citado, em que se admite o recurso de revista;

Resolveu dar provimento ao dito recurso para o fim de ser reconsiderado pela referida Alfandega o respectivo despacho, e reformado o processo de arbitramento, em que foi violada a disposição do § 4.º do art. 577 do Regulamento das Alfandegas.

*Francisco de Salles Torres Homem.*

---

N. 356.—FAZENDA.— EM 10 DE DEZEMBRO DE 1870.

Dá provimento ao recurso de um negociante de Porto Alegre acerca do lançamento de sua casa de negocio, para a cobrança do imposto de industrias e profissões.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 10 de Dezembro de 1870.

Francisco de Salles Torres Homem, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de S. Pedro, para os fins convenientes, e em resposta ao seu officio n.º 240 de 15 de Outubro proximo passado, quo



o mesmo Tribunal resolveu dar provimento ao recurso interposto pelo commerciante R. C. Dillon da decisão dessa Thesouraria, que confirmou a da Alfandega de Porto Alegre indeferindo a reclamação que elle fizera contra o lançamento da sua casa de negocio, para pagar o imposto da 1.<sup>a</sup> classe das Tabellas A. e D. do Regulamento n.º 4346 de 23 de Março de 1869, no exercicio de 1870—1871, visto que pelas informações da mesma Alfandega mostra-se que o commercio do reclamante é feito a retalho; pelo que, devêra ser lançado na 2.<sup>a</sup> classe das mencionadas Tabellas, como negociante a varejo: não prevalecendo a razão dada pelo Inspector daquella Repartição, de ter procedido de modo differente em face da ordem do Thesouro sob n.º 143 de 23 de Julho do corrente anno, pois que ella trata de especie differente, referindo-se a um commerciante com diversas casas de negocio, armazens ou depositos situados no mesmo municipio, caso em que se deve regular o lançamento pelos arts. 14 e 16 do supracitado Regulamento.

*Francisco de Salles Torres Homem.*

---

N. 337.—FAZENDA.—EM 13 DE DEZEMBRO DE 1870.

Sobre a armazenagem que devem pagar os objectos apprehendidos e depositados nas Estações da Estrada de Ferro de D. Pedro II.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 13 de Dezembro de 1870.

Remetto ao Sr. Administrador da Recebedoria do Rio de Janeiro, para seu conhecimento, a inclusa cópia do Aviso n.º 54 do Ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas de 29 de Novembro proximo passado, declarando terem sido expedidas as necessarias ordens ao Director da Estrada de Ferro de D. Pedro II, para que a armazenagem dos objectos apprehendidos, e depositados nas estações da mesma estrada, não exceda a 5 %, dos respectivos direitos, conforme a Lei de 26 de Se-

tembro de 1867, pelo tempo da demora, que ficou limitado a oito dias, e se no fim desse prazo não fôr removido o deposito, ficará o objecto sujeito á disposição commum, e nestes termos alterado o art. 93 das Instrucções de 29 de Março do corrente anno.

*Francisco de Salles Torres Homem.*

---

N. 358.—FAZENDA.—EM 14 DE DEZEMBRO DE 1870.

Recurso ex-officio ácerca da restituição dos direitos de consumo exigidos pela Alfandega de Uruguayana sobre um despacho de aguardente e assucar procedente da Provincia de Pernambuco, e alli importado por via de Montevideó.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 14 de Dezembro de 1870.

Francisco de Salles Torres Homem, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de S. Pedro, para os fins convenientes, e em resposta ao seu officio n.º 39 de 11 de Fevereiro proximo passado, que foi presente ao mesmo Tribunal o recurso interposto, ex-officio, por essa Thesouraria, da sua decisão reformando a da Alfandega de Uruguayana, que negou a restituição da quantia de 2:281\$400 paga por Florencio Moreno, proveniente de direitos de consumo de um carregamento de aguardente e assucar vindo de Pernambuco, por via de Montevideó, no patacho *Fredonia*; e o Tribunal:

Considerando que a troca do nome do navio, por occasião de requerer a parte o despacho na ausencia das guias, não podia induzir a erro ou fraude, logo que os generos despachados conferião com ellas em numero, marca, peso, qualidade e quantidade, como effectivamente foi reconhecido na conferencia;

Considerando, outrosim, que se achava o caso de que se trata nos termos previstos na ultima parte do art. 631 do Regulamento das Alfandegas:

Resolveu dar provimento ao recurso para o fim de ser effectuada a restituição requerida.

*Francisco de Salles Torres Homem*



**N. 359.—FAZENDA.—EM 16 DE DEZEMBRO DE 1870.**

A apprehensão de caixas com assucar contendo materia heterogenea, só tem lugar quando a quantidade desta fór tal, que revele intenção de fraude.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 16 de Dezembro de 1870.

Francisco de Salles Torres Homem, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo presente a representação da Junta Directora da Associação Commercial da Provincia da Bahia, reclamando contra a maneira por que na Alfandega da mesma Provincia é executada a disposição do art. 642 § 7.º combinado com o art. 257 do Regulamento de 19 de Setembro de 1860, apprehendendo-se caixas com assucar sob o pretexto de conterem corpos estranhos, que na realidade não passam de arca e outras impurezas proprias de semelhante genero; recommenda ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da referida Provincia, que faça restabelecer a pratica que se observava na supracitada Alfandega quando tinha de proceder á verificação de que trata o art. 288 do Regulamento em vigor; não devendo ter lugar a apprehensão senão quando a quantidade das impurezas envolvidas no assucar fór tal, que revele a intenção de fraude.

*Francisco de Salles Torres Homem.*

---

**N. 360.—FAZENDA.—EM 16 DE DEZEMBRO DE 1870.**

Indefere a representação da Associação Commercial da Provincia do Ceará, pedindo que o imposto do sello seja alli arrecadado pelo Correio.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 16 de Dezembro de 1870.

Francisco de Salles Torres Homem, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia do

Ceará, para os fins convenientes, e em resposta ao seu officio n.º 70 de 23 de Setembro proximo passado, que não pôde ser attendida a representação da Associação Commercial da mesma Provincia, relativamente a ser a arrecadação do sello feita pelo Correio em lugar da Alfandega; porquanto, podendo o maior numero de transacções sujeitas a este imposto pagar-o por meio das estampilhas, que se encontram nas repartições encarregadas da arrecadação dos impostos e em casas particulares devidamente autorizadas, está o commercio sempre fornecido de taes estampilhas para a maior parte de suas transacções, pois só de 20\$000 para cima é que o sello deve ser pago por verba, caso este em que exige-se toda a responsabilidade dos empregados que a lanção, para evitar abusos; pelo que, mui acertadamente determina o Regulamento que esta cobrança seja feita pelas Repartições encarregadas da dos impostos.

*Francisco de Salles Torres Homem.*

N. 361. — MARINHA. — AVISO DE 16 DE DEZEMBRO DE 1870,

Declara que, não sendo militares os serviços resultantes do mandato legislativo, não podem ser contados para a concessão da Ordem de S. Bento de Aviz.

2.ª Secção. — Ministerio dos Negocios da Marinha. — Rio de Janeiro, em 16 de Dezembro de 1870.

Ilm. e Exm. Sr. — Sua Magestade o Imperador, Conformando-se com o parecer da Secção de Guerra e Marinha do Conselho de Estado, expenso em consulta de 3 de Outubro proximo findo, Houve por bem, por Immediata e Imperial Resolução de 14 do corrente, Mandar declarar que, não sendo militares os serviços resultantes do exercicio legislativo, embora feitos por Officiaes da Armada, é fóra de duvida que, enquanto não fór alterada a doutrina do art. 1.º do Decreto n.º 4203 de 13 de Junho de 1868, não podem ser contados para a concessão da Ordem de S. Bento

de Aviz, que a Lei de 16 de Dezembro de 1790 creou, e tem sido mantida com o fim de remunerar serviços puramente militares, prestados durante determinado espaço de tempo, e não quaesquer outros, segundo o dito Decreto e a Imperial Resolução de 23 de Janeiro de 1869.

O que communico a V. Ex. para seu conhecimento e os fins convenientes.

Deus Guarde a V. Ex. — *Luiz Antonio Pereira Franco*.  
—Sr. Conselheiro de Guerra, encarregado do Quartel-General da Marinha.

---

N. 362.—FAZENDA.—EM 17 DE DEZEMBRO DE 1870.

Declara que aos Inspectores das Alfandegas fica competindo, d'ora em diante, a concessão de licenças aos Guardas das mesmas repartições.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 17 de Dezembro de 1870.

Devolve a V. S. o requerimento em que o Guarda dessa Alfandega, Antonio Nepomuceno de Souza, pede tres mezes de licença, sem vencimentos, para tratar de negocios de seu interesse fóra da Córte, a fim de que V. S. conceda a licença solicitada no caso de a julgar merecida; ficando d'ora em diante como regra que taes licenças devem ser concedidas por essa Inspectoria, depois de ouvido o respectivo Guarda-Mór.

Deus Guarde a V. S.—*Francisco de Salles Torres Homem*.—Sr. Inspector da Alfandega da Córte.

---

## N. 363.—FAZENDA.—EM 19 DE DEZEMBRO DE 1870.

Não tem lugar a imposição de multa ao Exactor responsável por (demora na entrega dos dinheiros a seu cargo) quando a demora se der por culpa da Thesouraria.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 19 de Dezembro de 1870.

Francisco de Salles Torres Homem, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia das Alagoas, em resposta ao seu officio n.º 81 de 10 de Outubro ultimo, que approva a deliberação tomada pela mesma Thesouraria, de relevar o Administrador da Mesa de Rendas geraes de S. Miguel Francisco Ignacio Alves, da multa em que incorrêra por haver excedido quatro dias o prazo marcado para a entrega dos dinheiros á seu cargo, visto ter provado concludentemente que semelhante demora não foi occasionada por elle, e sim pela affluencia de trabalho da 2.ª Secção dessa Repartição, encarregada do processo das guias; observando-lhe, porém, que em casos semelhantes não tem lugar a imposição da multa: porquanto, esta pena só deve ser infligida quando a móra fór occasionada pelo Exactor responsavel, e nunca quando se der por culpa da dita Thesouraria.

*Francisco de Salles Torres Homem.*

## N. 364.—FAZENDA.—EM 21 DE DEZEMBRO DE 1870.

Declara que o last de arqueação dos navios da Hollanda—*sheep-plast*—corresponde a 2,38 toneladas do Brasil.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 21 de Dezembro de 1870.

Francisco de Salles Torres Homem, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo em vista a reclamação feita pelo Consul Geral dos Paizes Baixos, em nota de 20 de Outubro ultimo, declara aos Srs.



Inspectores das Thesourarias de Fazenda, para os fins convenientes, que o last de arqueação dos navios da Hollanda — shecplast — corresponde a 2,38 toneladas brasileiras, e uma tonelada de mar da mesma nação — zeeton — de 1.000 kilogrammas equivale a 1,26 toneladas do Brasil; e que o last, de que trata a tabella annexa á Circular n.º 24 de 14 de Julho do corrente anno, é o chamado do commercio, usado nos Paizes Baixos e na Allemanha do Norte, e equivalente a 3,78 toneladas brasileiras.

*Francisco de Salles Torres Homem.*

---

N. 363.—FAZENDA.—EM 22 DE DEZEMBRO DE 1870.

Nota a irregularidade com que procedeu um Delegado de Policia, relativamente aos objectos salvados do naufragio de um navio estrangeiro.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 22 de Dezembro de 1870.

Illm. e Exm. Sr.—Declaro a V. Ex., em resposta ao seu officio n.º 20 de 18 de Julho do anno proximo passado, que nada ha que providenciar ácerca da cobrança dos direitos, que deixarão de ser arrecadados, dos objectos salvados do naufragio da escuna ingleza *Queen of the Taf*, visto ter-se ausentado para lugar desconhecido o respectivo Capitão.

Sirva-se V. Ex., entretanto, fazer sentir ao Delegado de Policia de Itaporanga a irregularidade de seu procedimento, entregando aquelles objectos ao referido capitão sob pretexto de nada ter encontrado que vallesse a pena, quando era do seu dever avisar á autoridade fiscal mais vizinha para assistir á venda delles e arrecadar os direitos devidos; e bem assim recomendar-lhe e ás demais autoridades policiaes sob a jurisdição de V. Ex., que em casos taes cumpre-lhes observar o que dispõem os arts. 331 e seguintes do Regulamento das Alfandegas.

Deus Guarde a V. Ex.—*Francisco de Salles Torres Homem.*—A S. Ex. o Sr. Presidente da Provincia do Sergipe.

---

## N. 366.— GUERRA.— EM 22 DE DEZEMBRO DE 1870.

Declara o modo por que devem ser considerados nos mappas dos corpos, a que pertencerem, os Officiaes inferiores do Exercito commissionados nos postos de 2.º Tenente ou Alferes.

Ministerio dos Negocios da Guerra.—Rio de Janeiro, em 22 de Dezembro de 1870.

A' Repartição de Ajudante General.— Os officiaes inferiores do Exercito, commissionados nos postos de 2.º Tenente ou Alferes, devem ser considerados com suas graduações de inferior nos mappas dos corpos a que pertencerem e em que se acharem; acrescentando-se ás observações que lhes forem relativas a declaração do posto subalterno em que estiverem graduados.

*Raymundo Ferreira de Araujo Lima.*

---

## N. 367.— GUERRA.— EM 24 DE DEZEMBRO DE 1870.

Declara o modo por que devem ser contadas as licenças dos empregados do Ministerio da Guerra.

Ministerio dos Negocios da Guerra.— Rio de Janeiro, em 24 de Dezembro de 1870.

Declaro a Vm., em solução ao seu officio de 3 do corrente, relativamente ao modo de contar as licenças dos empregados, que não podem estas ser concedidas com vencimentos por mais de seis mezes, e que importão sempre perda do vencimento, ou da gratificação, se o empregado tem ordenado e gratificação, ou de um terço do honorario se este consta só de ordenado, ou só de gratificação; sendo que devem ser contadas da data do — cumpra-se — do chefe da Repartição respectiva, que só pôde ser lançado dentro dos trinta dias subsequentes á concessão da licença, porquanto, fóra do dito prazo tem esta caducado.

Deus Guarde a Vm.— *Raymundo Ferreira de Araujo Lima.*— Sr. Ayres Antonio de Moraes Ancora.

---



## N. 368.—FAZENDA.—EM 26 DE DEZEMBRO DE 1870.

Determina que as Thesourarias remetão á Secretaria da Justiça, no fim de cada anno civil, uma relação dos Juizes de Direito que não perceberão a gratificação de exercicio.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 26 de Dezembro de 1870.

Francisco de Salles Torres Homem, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, de conformidade com o Aviso do Ministerio da Justiça de 14 de Novembro findo, ordena aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda que, por intermedio das respectivas Presidencias, remetão á Secretaria de Estado dos Negocios da Justiça, logo que termine o anno civil, uma relação dos Juizes de Direito que não perceberão a gratificação do exercicio, com declaração especificada dos motivos da interrupção e do tempo della, a fim de habilitar-se o Supremo Tribunal de Justiça com os elementos necessarios para a revisão annual da antiguidade dos Magistrados.

*Francisco de Salles Torres Homem.*

---

## N. 369.—FAZENDA.—EM 27 DE DEZEMBRO DE 1870.

Declara que o nojo permittido aos Empregados de Fazenda é extensivo aos casos de morte de descendentes puberes, e aos de sogro, sogra, genro e nora.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 27 de Dezembro de 1870.

Francisco de Salles Torres Homem, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, para os fins convenientes, que o nojo permittido aos Empregados do Ministerio da Fazenda pela Provisão de 29 de Janeiro de 1812,

vigorada pela ordem n.º 98 de 21 de Abril de 1849, e extensivo aos casos de morte de descendentes puberes e aos de sogro, sogra, genro e nora, considerando-se justificado o impedimento de oito dias pelos primeiros e de tres dias pelos outros.

*Francisco de Salles Torres Homem.*

---

N. 370.—FAZENDA.—EM 27 DE DEZEMBRO DE 1870.

Revoga os arts. 4.º das Instrucções de 13 de Janeiro e 3.º, 2.ª parte, das de 12 de Fevereiro de 1869, e quaesquer outras disposições que estabeleçam a responsabilidade do Pagador do Thesouro Nacional e seus Fieis pela identidade das pessoas incluídas nas folhás de pagamento, ou nas relações de ferias.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 27 de Dezembro de 1870.

Tomando em consideração a representação do Pagador do Thesouro Nacional contra as disposições—não só do art. 4.º das Instrucções de 13 de Janeiro do anno passado que declara o Fiel e o Escriptuario da Pagadoria responsaveis—ao Pagador—pelos pagamentos indevidos e illegaes feitos fóra da mesma Pagadoria; mas também do art. 3.º, 2.ª parte, das Instrucções de 12 de Fevereiro do dito anno, o qual determina que nenhum pagamento se effectue sem que o Pagador ou seu Fiel reconheça a identidade da pessoa que apresentar o bilhete para tal fim necessario: e attendendo a que a Imperial Resolução de Consulta da Secção de Fazenda do Conselho de Estado de 22 de Julho de 1868 declarou que a Lei Brasileira não torna o Pagador responsavel pela identidade das pessoas incluídas nas folhas de pagamento; sendo certo que aos pagamentos de jornaes a operarios e serventes livres de quaesquer obras, Repartições ou Estabelecimentos Publicos, e aos mais que se fazem fóra da Pagadoria, de que tratão as primeiras das referidas Instrucções, deve assistir sempre, na conformidade do seu art. 2.º, por designação do Chefe respec-

tivo, um apontador, mestre ou outro official das obras, officinas ou estabelecimentos, que tiver conhecimento dos individuos mencionados nas folhas e ferias, para informar sobre a identidade delles, quando não fór conhecida pelo Fiel e o Escriptuario encarregados desse trabalho; tenho resolvido revogar, como pelo presente revogo, os supracitados arts. 4.º das Instrucções de 15 de Janeiro e 3.º, 2.ª parte, das de 12 de Fevereiro de 1869, e quaesquer outras disposições que estabeleção a responsabilidade do Pagador e seus Fieis pela identidade das pessoas incluídas nas folhas de pagamento ou constantes das relações de ferias; visto não poderem prevalecer contra uma Resolução de Consulta, que vale como Decreto.

O que communico a V. S., para seu conhecimento e devidos effeitos.

Deus Guarde a V. S.—*Francisco de Salles Torres Homem*.—Sr. Conselheiro Director Geral da Contabilidade.

---

N. 371.—FAZENDA.—EM 27 DE DEZEMBRO DE 1870.

Reforma a decisão da Thesouraria da Bahia sobre o lançamento do imposto de industrias e profissões aos Directores da Caixa Reserva Mercantil da mesma Provincia.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 27 de Dezembro de 1870.

Francisco de Salles Torres Homem, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia da Bahia, em resposta ao seu officio n.º 33 de 19 de Fevereiro proximo passado, que não pôde ser approvada a sua decisão considerando collectivamente os Directores da Caixa Reserva Mercantil da mesma Provincia como a pessoa moral e juridica que representa a Direcção daquelle estabelecimento, e sujeitos a uma mesma taxa fixa e proporcional, deduzida esta do aluguel de todo o predio em que se acha a referida caixa, em lugar do pagamento de trinta mil réis de taxa fixa e de cento e trinta mil réis da propor-

cional, calculada na razão de 10 % sobre o aluguel de todo o edificio, em que fôra cada um delles collectado pela Recebedoria; visto não ser fundada aquella decisão na lei, nem em actos do dito Tribunal.

Cumpre, portanto, que cada Director seja tributado com a taxa fixa marcada na 3.<sup>a</sup> classe da tabella A e com a proporcional do valor arbitrado ao local onde a Directoria exerce as suas funções, na fôrma do Regulamento annexo ao Decreto n.<sup>o</sup> 4346 de 23 de Março de 1869, que manda arbitrar para o pagamento desta taxa o valor correspondente ao local onde se exercer a profissão.

*Francisco de Salles Torres Homem.*

N. 372.—FAZENDA.—EM 28 DE DEZEMBRO DE 1870.

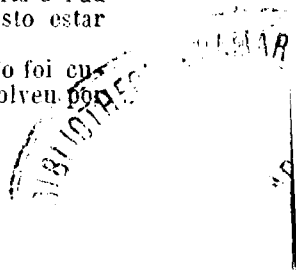
Os mercadores de charutos e cigarros só estão sujeitos ao pagamento da taxa proporcional do imposto de industrias e profissões.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 28 de Dezembro de 1870.

Francisco de Salles Torres Homem, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia do Pernambuco, em resposta ao seu officio n.<sup>o</sup> 259 de 16 de Novembro proximo passado, que o mesmo Tribunal resolveu não tomar conhecimento do recurso que interpôz Raymundo Pereira de Siqueira da decisão da mesma Thesouraria, que confirmou o despacho do Administrador da Recebedoria indeferindo a reclamação feita pelo recorrente contra a taxa fixa da 1.<sup>a</sup> classe da Tabella A do Regulamento annexo ao Decreto n.<sup>o</sup> 4346 de 23 de Março de 1869, lançada no exercicio de 1870—1871 sobre a sua loja de charutos e cigarros, sita á rua do Rangel n.<sup>o</sup> 2, na capital da Provincia, visto estar perempto o mencionado recurso.

Entretanto observa ao Sr. Inspector, que não foi euual a sua decisão: pois, conforme já se resolveu po

DECISÕES DE 1870. 55.



despacho de 8 de Março do corrente anno, communicado á Recebedoria do Rio de Janeiro pela ordem n.º 31 da Directoria Geral das Rendas Publicas, de 16 do mesmo mez, os simples mercadores de charutos e cigarros só estão sujeitos ao pagamento da taxa proporcional do imposto de industrias e profissões.

*Francisco de Salles Torres Homem.*

---

N. 373.—FAZENDA.—EM 29 DE DEZEMBRO DE 1870.

Manda cumprir um officio requisitorio do Juizo competente para a entrega do producto de uma heranca ao legitimo representante da mesma, e declara que só os militares de alta graduacão se considerão emancipados antes de 21 annos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 29 de Dezembro de 1870.

Em soluçãõ ao requerimento de Benevenuto Gomes da Silva Saboya, informado pelo Collecter das Rendas Geraes do Municipio de Valença, declaro a V. S., para os fins convenientes, que infundadas sãõ as duvidas oppostas pelo mesmo Collecter ao officio requisitorio do Juizo para entrega ao inventariante e herdeiros da quantia de 734\$398, pertencente ao espolio do finado Antonio José Dutra; porquanto, tendo o finado deixado herdeiros na terra que legitimamente o representão, e a quem por direito pertence a successão legal de seus bens, é visto que á estes cumpre sejião entregues os mesmos bens para, em Juizo competente e mediante processo regular, dar-lhes o destino que convier, sob a responsabilidade civil e até mesmo criminal, que contrahem na qualidade de inventariantes e testamentarios.

Quanto aos juros contados desde 23 de Abril de 1865 até 15 de Fevereiro de 1868, e que importão na quantia de 103\$027, sendo elles devidos, porquanto o finado até essa ultima data não pôde deixar de ser considerado menor, devião igualmente ser entregues ao inventariante, pois que se considerão como fazendo parte do

espolio, visto o direito a elles adquirido, uma vez que o finado Dutra, pelo facto de ter assentado praça aos 13 annos de idade, não se pôde considerar emancipado e apto para todos os actos da vida civil, aptidão que se adquire pela maioridade (Decreto de 31 de Outubro de 1831).

E para evitar questões analogas á de que se trata, devidas ao engano em que labora o mesmo Collector, cumpre-me ainda declarar a V. S., que o principio nesta materia assentado em decisão do thesouro, é que os militares de alta graduação se considerão emancipados antes dos 21 annos, sendo que quanto aos mais prevalecem as regras geraes de direito.

Convém, portanto, que V. S. ordene ao referido Collector que cumpra o requisitorio do Juiz de Orphãos daquelle termo, tão completamente como nelle se contém.

Deus Guarde a V. S. — *Francisco de Salles Torres Homem*. — Sr. Conselheiro Director Geral da Contabilidade.

---

N. 374. — FAZENDA. — EM 30 DE DEZEMBRO DE 1870.

As quantias recolhidas aos cofres publicos como pertencentes a herança jacente, devem ser entregues ao representante legittimo, logo que assim o requisitar o Juizo competente, e independentemente de habilitação.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, em 30 de Dezembro de 1870.

Ilm. e Exm. Sr. — Em resposta ao officio dirigido a essa Directoria pelo Collector das Rendas Geraes do Municipio de Valença em 18 de Agosto ultimo, consultando se deve ou não entregar as quantias pertencentes ao finado Feliciano Pereira do Rosario e recolhidas aos cofres da Collectoria por emprestimo ao Governo, logo que forem requisitadas pelo respectivo Juiz, sem que os herdeiros do dito finado, que se achão presentes, se tenham habilitado judicialmente, para, depois de feita

a partilha e de verificada qual a importancia das quotas dos herdeiros presentes e ausentes, recolher-se de novo á Collectoria as que couberem aos ausentes; cumpre-me declarar a V. Ex., para o fazer constar áquelle Collector, que não se podendo considerar jacente a herança do dito finado, pois que ha na terra herdeiros, que representam a pessoa do defuncto, devem á esses herdeiros em ante a pessoa que legitimamente os representar, ser entregues as quantias aos mesmos pertencentes, mediante requisição do Juizo: sendo que perante este se discutirão todos os interesses dependentes da referida herança, a qual será partilhada entre quem de direito for.

Deus Guarde a V. Ex.—*Francisco de Salles Torres Homem*.—A S. Ex. o Sr. Conselheiro Director Geral das Rend. Publicas.

N.º 375.—FAZENDA.—Em 31 DE DEZEMBRO DE 1870.

Declara prescripto o direito da Irmandade de S. Pedro da Cidade de Marianna á 2.<sup>a</sup> das loterias que lhe forão concedidas, por não ter requerido a confirmação da mesma.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 31 de Dezembro de 1870.

Hm. e Exm. Sr.—Em resposta ao aviso de V. Ex. de 12 do corrente, remettendo cópia do officio de 5 do mesmo mez, no qual o Bispo da Diocese de Marianna pede que seja extrahida a 2.<sup>a</sup> das loterias concedidas por Decreto n.º 915 de 26 de Agosto de 1857 á Irmandade de S. Pedro da Cidade de Marianna; cumpre-me declarar a V. Ex., para seu conhecimento e fins convenientes, que não tendo a referida Irmandade requerido a confirmação da loteria que estava por extrahir, como determina o Decreto de 31 de Dezembro de 1861, acha-se a mesma prescripta segundo a Resolução de Consulta de 23 de Maio ultimo.

Deus Guarde a V. Ex.—*Francisco de Salles Torres Homem*.—A S. Ex. o Sr. João Alfredo Corrêa de Oliveira.

N. 376.—FAZENDA.—EM 31 DE DEZEMBRO DE 1870.

Dá provimento a um recurso sobre restituição dos direitos de materiaes importados para a construcção de uma ponte no rio Parahyba, Provincia do Rio de Janeiro, mandando porém deduzir o expediente de 5 %.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 31 de Dezembro de 1870.

Tendo sido presente ao Tribunal do Thesouro Nacional, o recurso interposto por Thomaz Dutton Junior da decisão dessa Inspectoria, que lhe negou a restituição da quantia de 3:496\$033, que pagou em Julho e Agosto do anno passado pelos direitos de importação de varios artigos vindos da Europa, e destinados á construcção de uma ponte de ferro, que contractou com a Presidencia da Provincia do Rio de Janeiro fazer sobre o rio Parahyba, em frente á cidade de Campos; o mesmo Tribunal, entendendo que a isenção de direitos concedida pelo Decreto n.º 1830 de 9 de Setembro de 1870 abrange os materiaes importados antes e depois da expedição do dito Decreto, resolveu dar provimento ao recurso, e mandar restituir aquella quantia, da qual deverá ser deduzida a de 590\$175 correspondente ao expediente de 5 % a que está sujeito o despacho dos generos livres de direitos de consumo. O que communico a V. S. para seu conhecimento e fins convenientes.

Deus Guarde a V. S.—*Francisco de Salles Torres Homem*.—Sr. Inspector da Alfandega da Côte.





N. 377.—JUSTIÇA.—AVISO DE 31 DE DEZEMBRO DE 1870.

Ao Presidente da Provincia de Minas Geraes.— Declara que deve ser mantida a (classificação das) comarcas, que, em uma nova decisão judiciaria, embora tenham mudado de nome, soffrerão apenas alterações, que não influem sobre a sua importancia; continuando a ter por Juizes os que nellas já servião: e que para as comarcas já existentes ou creadas de novo com os territorios das que forão supprimidas devem ser designados os Juizes, que nestas servião; attendendo-se a sua opção no caso, em que, subsistentes as suas comarcas, tenham sido desmembrados dellas territorios importantes para formação de outras.

Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro, em 31 de Dezembro de 1870.

Ilm. e Exm. Sr.—Com o officio n.º 180 de 28 de Novembro findo, remetten V. Ex. a esta Secretaria de Estado uma cópia da Lei Provincial n.º 1749, e o quadro demonstrativo das alterações, que se fizerão nas comarcas desta Provincia: bem como da suppressão das do Sabará, Rio Pará e Bigagem, e da criação das do Rio Verde, Caba Verde, Piranga, Parapeba e Jacuhy.

Por elle consta que das vinte comarcas conservadas duas unicamente, as de Jequitinhonha e do Rio Pardo, têm os mesmos nomes e territorios: duas, as do Parará e do Indaiá, passarão a denominar-se do Prata e do Pitangui com alterações, porém, que não influem sobre a sua importancia; uma, ainda que ficasse com a mesma circumscripção, trocou o nome, que tinha do Rioomba pelo do Rio Novo: treze, as de Ouro Preto, Piracicava, Muriaé, Serro, Gequitaby, S. Francisco, Paracatú, Sapucahy, Jaguary, Bependy, Rio das Mortes, Parahybuna e Parahybã, tiveram em seus respectivos territorios algumas alterações, que tambem não influem sobre a importancia das mesmas comarcas e duas, finalmente, as do Rio Grande e do Rio das Velhas, posto continuem com suas denominações, soffrerão alterações tão profundas que substancialmente não são hoje as mesmas.

Sua Magestade o Imperador, a Quem forão presentes os referidos papeis, tendo ouvido a Secção de Justiça do Conselho de Estado, com cujo parecer se conformou, houve por bem, por Sua Immediata e Imperial Re-

solução de 22 do corrente, Mandar declarar a V. Ex. que deve ser mantida a classificação das comarcas, que mudada ou conservada a denominação anterior, ainda têm, não obstante, a mesma circumscrição, ou sofrerão apenas alterações, que não influem sobre a sua importância; continuando a ter por juizes, os que nellas já servião: e que para as comarcas, ou já existentes ou creadas de novo com os territorios das que forão supprimidas, devião ser designados os juizes, que nestas servião, attendendo-se á sua opção, no caso em que, subsistentes as suas comarcas, tenham sido desmembrados dellas territorios importantes para formação de novas comarcas.

E, em virtude desta resolução, forão declaradas de primeira entrancia a comarca de Jacuhy, e de segunda as do Rio Verde, Cabo Verde, Paraopeba e Piranga.

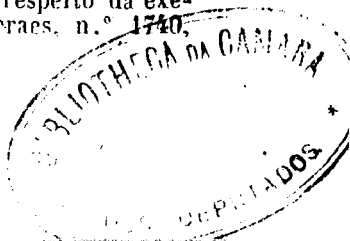
Forão tambem declaradas de segunda entrancia as do Rio Grande e do Rio das Velhas, como V. Ex. verá do Decreto n.º 4619 de 26 do corrente.

E forão designadas aos Juizes de Direito das comarcas extinctas do Sabará, Rio Pará e Bagagem, as do Rio das Velhas, Rio Grande e Rio Paranahyba; esta, por ter sido removido a seu pedido o Juiz de Direito Joaquim Tavares da Costa Miranda; aos Juizes de Baependy e do Rio Grande as do Rio Verde e Jacuhy, por haverem optado; e ao Juiz de Direito Aurelio A. Pires de Figueiredo Camargo, que servia na comarca do Rio das Velhas, anteriormente de primeira entrancia, a de Paraopeba, de segunda.

Assim procedendo o Governo Imperial teve em vista respeitar o acto da Assembléa Legislativa dessa provincia, mantendo ao mesmo tempo o principio constitucional da perpetuidade da magistratura: o que V. Ex. verá da referida Resolução Imperial impressa no *Diário Official* para sua intelligencia e execução.

Deus Guarde a V. Ex.— *Barão das Tres Barras*.—  
Sr. Presidente da Provincia de Minas Geraes.

Senhor.— Convocada a Secção de Justiça do Conselho de Estado por aviso circular de 16 do corrente para reunir-se na respectiva Secretaria de Estado em 9 dia seguinte (17 do mesmo mez) pela uma hora da tarde, a fim de conferenciar com o Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, a respeito da execução da Lei Provincial de Minas Geraes, n.º 1740,



na parte que ao Governo Geral compete; e sendo reunida a mesma Secção no sobredito-lugar, dia e hora sob a presidencia do referido Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça o conselheiro Barão das Tres Barras, que nomeou, para relator da Secção neste negocio o Conselheiro de Estado José Thomaz Nabuco de Araujo; ahi o mesmo Ministro e Secretario de Estado, depois de apresentar á Secção a Lei Provincial, de que se trata, junta sob n.º 1, assim como o quadro sob n.º 2, comparativo da divisão judiciaria dessa Provincia antes e depois da dita Lei Provincial,

declarou:

que sua intenção, quanto á classificação das comarcas e collocação dos magistrados dellas, era respeitar o acto da Assembléa Provincial, mantendo outrosim o principio constitucional da perpetuidade da magistratura; que em consequencia passava a expôr á Secção o modo pratico, pelo qual no sentido deste pensamento pretendia executar a Lei Provincial Mineira, e pedia sobre elle o parecer da Secção.

Ponderou o mesmo Ministro em resumo que o resultado da reorganização das comarcas de Minas Geraes, conforme a Lei Provincial, era o seguinte:

1.º Que, em vez de 23, são hoje 25 as comarcas dessa Provincia.

2.º Que das 23 comarcas anteriores só duas conservarão a mesma denominação e territorio:

A de Jequitinhonha

A de Rio Pardo.

3.º Que das 23 comarcas anteriores uma mudou de nome, mas conservou a mesma circumscripção; é a do Pombo, hoje do Rio Novo.

4.º Que das 23 comarcas anteriores, duas mudarão de nome e tiverão alteração em sua circumscripção, mas esta alteração sem influencia sobre a importancia dellas:

A de Paraná, que é hoje do Prata;

A de Indayá, que se denomina do Pitanguy.

5.º Que das 23 comarcas anteriores, 13 conservarão a mesma denominação, mas tiverão alteração de territorio, que também não influe sobre sua importancia:

1.ª Ouro Preto.

2.ª Piracicaba.

3.ª Muriaé.

4.ª Serro.

5.ª Jequitinhonha.

6.<sup>a</sup> S. Francisco.

7.<sup>a</sup> Paracatú.

8.<sup>a</sup> Sapucahy.

9.<sup>a</sup> Jaguary.

10.<sup>a</sup> Baependy.

11.<sup>a</sup> Rio das Mortes.

12.<sup>a</sup> Parahybuna.

13.<sup>a</sup> Paranahyba.

6.º Que das 23 comarcas anteriores, duas dellas, porém,

A do Rio Grande

A do Rio das Velhas,

posto tenham o mesmo nome, soffrêrão alteração tão profunda na sua circumscripção territorial, que hoje não são substancialmente as mesmas.

7.º Que das 23 comarcas anteriores forão supprimidas tres, a saber:

A de Sabará

A do Rio Pará

A de Bagagem

passando seu territorio para outras comarcas.

8.º Que forão creadas cinco comarcas novas:

Rio Verde

Paraopeba

Piranga

Cabo Verde

Jacuhy

Manifestou o Ministro á Secção:

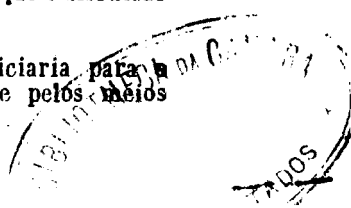
1.º Que, quanto á classificação das comarcas, queria manter a classificação das que mudárão de nome, tendo a mesma circumscripção que tinham, das que, mudando de nome ou conservando o nome, tiverão alteração de circumscripção sem influencia sobre a sua importancia.

2.º Que, quanto á collocação dos juizes das ditas comarcas, queria manter os das comarcas, cuja classificação fica conservada; designar para aquelles, cujas comarcas, forão supprimidas, as comarcas ou já existentes ou creadas de novo, para as quaes passou o territorio das mesmas comarcas supprimidas, attendendo á opção dos Juizes no caso em que, subsistindo a sua comarca, della fosse desmembrado territorio importante para constituir nova comarca.

A Secção de Justiça, depois da ponderação e discussão de negocio tão importante;

Considerando:

1.º Que a alteração da divisão judiciaria, para o fim de excluir magistrados, que aliás, e pelos meios



legaes não podem ser tirados das suas comarcas, é uma violação da perpetuidade, que por principio de ordem publica e garantia dos cidadãos a lei estabeleceu ;

Considerando :

2.º Que a simples mudança de nome da comarca, conservada porém a mesma circumscripção, e outrosim a mudança ou conservação do nome, alterada a circumscripção territorial com augmentos, diminuições ou substituições, que não affectão as condições moraes ou materiaes, que determinarão a importancia e classificação da comarca, não alterão a identidade da mesma comarca, o titulo e a jurisdicção do Juiz de Direito;

Considerando :

3.º Que do principio da inamovibilidade do magistrado resulta o direito de ser designado para a comarca, existente ou novamente creada, para a qual passou o territorio, em que consistia a sua comarca supprimida ;

Considerando :

4.º Que do principio da perpetuidade do magistrado tambem resulta a opção ou á sua comarca ainda mesmo alterada a classificação della por augmento, diminuição ou substituição de territorio, se elle tem habilitação para entrada respectiva, ou a nova comarca, quando formada de territorio desmembrado da sua comarca ;

A Secção de Justiça do Conselho de Estado é de parecer que o modo pratico indicado pelo Ministro de Vossa Magestade Imperial, para execução da Lei Provincial, é o mais justo e consentaneo com os principios da constituição.

Vossa Magestade Imperial Mandará, porém, o que fôr melhor.

Sala das conferencias da Secção de Justiça do Conselho de Estado, em 17 de Dezembro de 1870.—*José Thomaz Nabuco de Araujo*.—*Domiciano Leite Ribeiro*.—*Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato*.

Como parece.

Paço, 22 de Dezembro de 1870.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador,

*Barão das Tres Barras.*



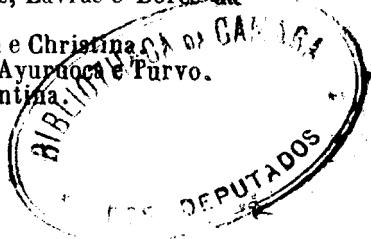
## DOCUMENTO N. 1.

Lei n.º 1740.—O Dr. Agostinho José Ferreira Bretas, Official da Ordem da Rosa, Cavalleiro da de Christo e Vice-Presidente da Provincia de Minas Geraes.

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assemblêa Legislativa Provincial decretou e eu sancçãoei a Lei seguinte:

Art. 1.º Fica a Provincia dividida em vinte e cinco comarcas, que terão as denominações e compôr-se-hão dos municipios abaixo declarados:

- 1.ª Ouro Preto.—Ouro Preto e Queluz.
- 2.ª Do Piracicava.—Conceição, Santa Barbara e Itabira.
- 3.ª Do Piranga.—Mariana, Piranga e Ponte Nova.
- 4.ª Do Muriahé.—Presidio e Muriahé.
- 5.ª Do Rio Novo.—Pomba, Leopoldina, Mar de Hespanha e S. João Nepomuceno.
- 6.ª Do Parahybuna.—Juiz de Fôra e Barbacena.
- 7.ª Do Rio das Velhas.—Sabarã, Caethé e Santa Luzia.
- 8.ª Do Rio das Mortes.—S. João d'El-Rei, S. José e Oliveira.
- 9.ª Do Jequitinhonha.—Minas Novas e S. João Baptista.
- 10.ª Do Rio Pardo.—Grão Mogol e Rio Pardo.
- 11.ª Do Gequitahy.—Montes Claros e Januaria.
- 12.ª Do Rio S. Francisco.—S. Romão e Guaicuhy.
- 13.ª—Do Paracatú.—Paracatú e Patos.
- 14.ª Do Parahyba.—Bagagem, Araxá, Patrocinio e S. Francisco das Chagas.
- 15.ª Do Prata.—Uberaba e Prata.
- 16.ª Do Jacuhy.—Passos e Jacuhy.
- 17.ª Do Jaguary.—Pouso Alegre, Jaguary, Itajubá e Ouro Fino.
- 18.ª—Do Cabo Verde.—Caldas, Cabo Verde e Villa Formosa de Alfenas.
- 19.ª Do Rio Grande.—Formiga, Tamanduá e Piumhy.
- 20.ª Do Sapucahy.—Tres Pontas, Lavras e Dores da Boa Esperança.
- 21.ª Do Rio Verde.—Campanha e Christina.
- 22.ª Do Baependy.—Baependy, Ayupoca e Purvo.
- 23.ª Do Serro.—Serro e Diamantina.



24.ª Do Pitangui.—Pitangui, Dorés do Indaiá e Curvello.

25.ª Do Paraopeba.—Pará, Bomfim e Santo Antonio do Monte.

Art. 2.º Revogão-se as disposições em contrario.

Mandô, portanto, a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer, que a cumprão e fação cumprir tão inteiramente como nella se contém.

O Secretario desta Provincia a faça imprimir, publicar e correr.

Dada no Palacio da Presidencia da Provincia de Minas Geraes aos 8 dias do mez de Outubro do anno de Nosso Senhor Jesus Christo de 1870, 49.º da Independencia e do Imperio.

*Dr. Agostinho José Ferreira Brétas.*

Carta de lei, que divide a Provincia em vinte e cinco comarcas.— *Francisco Antonio do Carmo*, a fez.

Sellada na Secretaria da Presidencia da Provincia, aos 8 de Outubro de 1870.—*Anacleto de Magalhães Rodrigues.*

## DOCUMENTO N. 2.

## Quadro comparativo da divisão judiciaria da provincia

Antes da lei provincial n.º 1740 de 1870.

Depois da dita lei n.º 1740, modificada por outras, que creou e supprimiram diversos municípios.

Comarcas.	Entradas.	Municípios.	Juiz de Direito.	Residencia.	Observações.	Comarcas.	Municípios.	Observações.
Ouro Preto.	3.ª	Ouro Preto. Durluz. Mariana.	Quintiliano José da Silva.	Ouro Preto.	De Ouro Preto a Queluz 2 leguas, a Mariana 2.	Ouro Preto.	Ouro Preto. Queluz.	Perdeu o município de Mariana, que passou a pertencer à comarca do Ouro Preto e a outro município 9 leguas.
Piracicava.	2.ª	Santa Barbara. Itabira. Ponte Nova.	Pantaleão José da Silva Ramos.	Ponte Nova.	De Santa Barbara a Itabira 10 leguas, a Ponte Nova 22.	Piracicava.	Santa Barbara. Itabira. Conceição.	Perdeu o município de Ponte Nova, que passou a pertencer à comarca do Serro e da Conceição desmembrado da do Serro. Da Itabira a C. 10 leguas, a Santa Barbara 10.
Muriahé.	1.ª	Presidio. Piranga. Muriahé.	Antonio Augusto da Silva Canedo.	Presidio.	Do Presidio a Piranga 14 leguas, a Muriahé 14.	Muriahé.	Presidio. Muriahé.	Perdeu o município do Piranga, que fica fazendo parte da comarca do nome.
Serro.	2.ª	Serro. Conceição. Diamantina.	João Salomé Queiroga.	Serro.	Do Serro a Conceição 10 leguas, a Diamantina 10.	Serro.	Serro. Diamantina.	Perdeu o município da Conceição, que ficou pertencendo a comarca de P. De um a outro município 10 leguas.
Jequitinhonha.	1.ª	S. João Baptista. Minas Novas. Arassuaí.	Francisco José Ferreira Torres.	S. João Baptista.	De Minas Novas a Arassuaí 16 leguas, a S. João Baptista 14.	Jequitinhonha.	S. João Baptista. Minas Novas. Arassuaí.	Não sofreu alteração.
Rio Pardo.	1.ª	Rio Pardo. Grão Mogol.	José Ribeiro de Almeida Santos.	Rio Pardo.	Do Rio Pardo a Grão Mogol cerca de 30 leguas.	Rio Pardo.	Rio Pardo. Grão Mogol.	Não sofreu alteração.
Gequityhy.	1.ª	Montes Claros. Guaycuby.	Antonio Carlos Monteiro de Moura.	Montes Claros.	De um a outro município cerca de 34 leguas.	Gequityhy.	Montes Claros. Januária.	Perdeu o município de Guaycuby, que passou a pertencer à comarca de Francisco, ganhando o da Januária, que dista de Montes Claros 36 leg.
S. Francisco.	1.ª	S. Romão. Januária.	Francisco Manoel Paraizo Cavalcante.	Januária.	De um a outro município 30 leguas.	Rio S. Francisco.	S. Romão. Guaycuby.	Perdeu o município da Januária e ganhou o de Guaycuby, tomado da do Gequityhy. De S. Romão a Guaycuby 24 leguas.
Paracatu.	1.ª	Paracatu.	Joaquim Antonio da Silva Barata.	Paracatu.		Paracatu.	Paracatu. Patos.	Ganhou o município de Patos desmembrado da comarca da Pagagem. De Paracatu 37 leguas.
Pagagem.	1.ª	Pagagem. Patos. Patrocínio.	Antonio Gonçalves de Carvalho. Não entrou ainda no exercício.		De Bagagem a Patrocínio 18 leguas, a Patos 17.			Foi supprimida esta comarca, porque os municípios, de que se compoem, unidos a outras comarcas. (Paracatu e Paranhayba.)
Paranhayba.	1.ª	Araxá. Bagagem. Patrocínio. S. Francisco das Chagas.	Joaquim Tavares da Costa Miranda.	Araxá.	De um a outro município 45 leguas.	Paranhayba.	Araxá. Bagagem. Patrocínio. S. Francisco das Chagas.	Ganhou os municípios de Patrocínio e Bagagem. Esta comarca ficara composta de tres municípios, porque a lei n.º 1639 de 1839 suprimiu o de S. Francisco das Chagas. De Bagagem a Araxá 25 leguas, o de Patrocínio 18.
Prata.	1.ª	Uberaba. Prata. Sacramento. Monte Alegre.	José Antonio Alves de Brito.	Uberaba.	De um a outro município 20 leguas.	Prata.	Uberaba. Prata. Sacramento. Monte Alegre.	É a mesma comarca do Paraná com a mudança de nome e com o acresc. municípios do Sacramento e Monte Alegre, creados pelas leis ns. 163 deste anno. O 1.º foi tirado do Araxá, e 2.º do Prata. Ainda não ins. Do Uberaba ao Prata 10 leguas, ao Sacramento 12, a Monte Alegre 2.
Sapucahy.	2.ª	Tres Pontas. Dores de Boa Esperança.	Candido Gil Castello Branco.	Tres Pontas.	De um a outro município 6 leguas.	Sapucahy.	Tres Pontas. Lavras. Dores de Boa Esperança.	Ganhou o município de Lavras, tirado da comarca do Rio das Mortes dista de Tres Pontas 14 leguas, e deste a Boa Esperança 6.
Jaguary.	1.ª	Pouso Alegre. Itajubá. Jaguary. Caldas. Ouro Fino.	Augusto Cezar de Medeiros.	Pouso Alegre.	De Pouso Alegre a Jaguary 17 leguas, a Caldas 15, a Itajubá 12, a Ouro Fino 8.	Jaguary.	Pouso Alegre. Jaguary. Itajubá. Ouro Fino.	Perdeu o município de Caldas, que está fazendo parte da nova comarca Verde. O município de Ouro Fino, ainda não instalado, é formado de 1 da mesma comarca de Jaguary.
Baependy.	1.ª	Baependy. Christina. Ayruoca. Campanha.	Antonio Maximo Ribeiro da Luz.	Baependy.	De Baependy a Christina 11 leguas, a Ayruoca 6, a Campanha 13.	Baependy.	Baependy. Ayruoca. Turvo.	Perdeu os municípios da Christina e Campanha, que formam a comarc. Verde e ganhou o do Turvo, tirado da do Parahybuna e distante de 1 15 leguas.
Rio Grande.	1.ª	Passos. Jacuhy. Piumhy. Formosa. Cabo Verde.	João Bráulio Moinhos de Vilhena.	Passos.	De Passos a Jacuhy 8 leguas, a Piumhy 22, a Formosa 20, a Cabo Verde 20.	Rio Grande.	Formiga. Tamaná. Piumhy.	Da antiga comarca do Scon o município de Piumhy. Os de Jacuhy formam a comarca de Jacuhy e os de Cabo Verde e Formosa a do Cabo. Ganhou os de Formiga e Tamaná. De Piumhy a Formiga 10 leguas, a Tamaná 21.
Rio Pará.	2.ª	Formiga. Tamaná. Oliveira. Bomfim.	Gabriel Caetano Guimarães Alvim.	Oliveira.	De Oliveira a Tamaná 8 leguas, a Formiga 14, a Bomfim 10.			Foi supprimida esta comarca, por terem seus municípios passado a pert. comarcas do Rio Grande, Rio das Mortes e Parahybuna.
Rio das Mortes.	2.ª	S. João d'El-Rey. S. José d'El-Rey. Lavras.	Daniel Accioli de Azevedo.	S. João d'El-Rey.	De S. João a S. José 2 leguas, a Lavras 16.	Rio das Mortes.	S. João d'El-Rey. S. José. Oliveira.	Perdeu o município de Lavras, que passou para a comarc. de Sapucahy e o de Oliveira tirado da do Pará e distante de S. João 16 leguas.
Parahybuna.	2.ª	Barbacena. Juiz de Fora. Turvo.	Ludgero Gonçalves da Silva. Não entrou ainda em exercício).		De Juiz de Fora a Barbacena 18 leguas, ao Turvo 22.	Parahybuna.	Juiz de Fora. Barbacena. Rio Preto.	Perdeu o município do Turvo, que passou a fazer parte da comarca de B. e ganhou o do Rio Preto, distante de Juiz de Fora 12 leguas. O muni. Rio Preto foi restaurado pela lei n.º 1811 deste anno.
Pomba.	1.ª	Pomba. Leopoldina. Mar de Hespanha. Rio Novo.	José Antonio de Sampaio.	Pomba.	De Pomba a Leopoldina 11, ao Mar de Hespanha 11, ao Rio Novo 12.	Rio Novo.	Pomba. Mar de Hespanha. Leopoldina. Rio Novo.	Só houve mudança de nome. Os municípios são os mesmos.
Indaial.	1.ª	Pitangui. Dores do Indaial. Pará.	Frederico Augusto Alvares de Silva.	Pitangui.	De Pitangui a Dorés do Indaial 16 leguas, ao Pará 8.	Pitangui.	Pitangui. Dores do Indaial. Curvello.	Mudou de nome e perdeu o município do Pará, que passou para a nova comarca de Parahybuna, ganhando o do Curvello tirado da do Rio das Velhas e do Pitangui 20 leguas.
Rio das Velhas.	1.ª	Santa Luzia. Sete Lagoas. Curvello.	Aurelio A. Pires de Figueiredo Camargo.	Curvello.	De Curvello a Sete Lagoas 16 leguas, a Santa Luzia 27. O município de Sete Lagoas ainda não está instalado.	Rio das Velhas.	Sabará. Caeté. Santa Luzia. Sete Lagoas.	Perdeu o município do Curvello, ganhando os de Sabará e Caeté. De Sabará a Caeté 4 leguas, a Santa Luzia 3, a Sete Lagoas 11.
Sabará.	2.ª	Sabará. Caeté.	Elias Pinto de Carvalho.	Sabará.	De Sabará a Caeté 4 leguas.			Suprimida. Os seus municípios foram unidos à comarca do Rio das Velhas já havia pertencido.
						Rio Verde.	Caeté. Caldas.	Tirados estes municípios da comarca de Baependy. De um ao outro dista 10 leguas. Restaurada.
						Parahybuna.	Santa Luzia. Santa Antonia de Monte.	De Pará a Bomfim 16 leguas, a Santa Antonia do Monte 14. O primeiro município foi tirado da comarca do Indaial, o segundo da do Rio Pará, e o 3.º restaurado.
						Piranga.	Mariana. Piranga. Ponte Nova.	De Piranga a Mariana 9 leguas, a Ponte Nova 10. O primeiro município foi tirado da comarca de Ouro Preto, e o segundo da do Rio Pardo, e o terceiro da do Piracicava.
						Cabo Verde.	Caldas. Cabo Verde. Cidade Formosa.	De Caldas a Cabo Verde 16 leguas, a cidade Formosa 14. O primeiro município foi tirado de Jaguary, os dois outros da comarca do Rio Grande.
						Jacuhy.	Jacuhy.	De um a outro município 8 leguas. Tirado da comarca do Rio Grande.



# **ADDITAMENTO.**



**N. 1.—IMPERIO.—EM 26 DE ABRIL DE 1870.**

Determina que no concurso para provimento dos lugares de Amanuenses do Archivo Publico do Imperio, se observem as Instrucções de 12 de Maio de 1868, com algumas alterações.

Ministerio dos Negocios do Imperio.—Rio de Janeiro, em 26 de Abril de 1870.

Sua Magestade o Imperador Ha por bem, em conformidade da disposição do art. 13 do Decreto n.º 2541 de 3 de Março de 1860, que no concurso para provimento dos lugares de Amanuense do Archivo Publico se observem as Instrucções de 12 de Maio de 1868, pelas quaes se regulão os concursos para os lugares da Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, com as declarações seguintes:

1.ª O concurso será presidido pelo Director Geral da referida Secretaria, e d'entre os empregados desta serão nomeados os examinadores;

2.ª As habilitações de que devem dar prova os concurrentes, são: boa letra, conhecimento da grammatica e lingua nacional, da arithmetica até theoria das proporções, inclusivamente, e traducção da lingua franceza para a nacional.

Palacio do Rio de Janeiro, em 26 de Abril de 1870.  
—*Paulino José Soares de Souza*.

•

**Instrucções a que se refere a Portaria supra.**

Sua Magestade o Imperador Ha por bem que nos concursos para provimento de lugares na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio se observem as seguintes Instrucções:

Art. 1.º Aos concursos precederão annuncios com a antecedencia de 15 dias.

Art. 2.º Os pretendentes instruirão seus requerimentos com documentos que provem a idade de 18 annos pelo menos, e bom procedimento; podendo juntar quaesquer outros relativos a suas habilitações e serviços.

Os que já pertencerem á Secretaria não são obrigados a exhibir documentos.

Art. 3.º Presidirá aos concursos o Director Geral da Secretaria. Os examinadores serão nomeados d'entre os empregados da mesma Repartição.

Art. 4.º Para darem prova de boa letra e conhecimento da grammatica e lingua nacional, deverão os concurrentes para os lugares de praticante escrever trechos que serão lidos por um dos examinadores, e responder ás perguntas que estes lhes fizerem por escripto ou verbalmente. A prova de arithmetica consistirá na resolução de problemas por escripto.

Art. 5.º As provas das habilitações exigidas no concurso para os lugares de amanuense consistirão em respostas escriptas sobre assumptos concernentes á historia e geographia do Brasil, na traducção para portuguez, tambem escripta, de trechos em francez e em inglez, e na redacção de peças officiaes, cuja materia lhes será dada pelos examinadores. Serão tambem examinados na pratica de fallar aquellas linguas.

O Presidente poderá fazer as perguntas que julgar convenientes.

Art. 6.º Todos os concurrentes serão examinados sobre os mesmos pontos e conjunctamente.

Art. 7.º Dar-se-hão os seguintes prazos: de meia hora, 1.º para as provas de grammatica e lingua nacional; 2.º para a de arithmetica; e de uma hora, 1.º para as de geographia e historia do Brasil; 2.º para as de francez e inglez; 3.º para a de redacção.

Art. 8.º Todas as provas escriptas serão datadas e assignadas pelos concurrentes, e rubricadas pelo Presidente e pelos examinadores.

Art. 9.º Quando pela affluencia dos concurrentes não fór possivel concluir todas as provas em um dia, continuarão estas nos dias seguintes.

Art. 10. Os exames serão feitos em uma das salas da Secretaria, e começarão ás 9 horas da manhã.

Art. 11. O concurrente que não comparecer á hora referida, ou que por qualquer motivo se retirar antes de ter feito todas as provas, ficará excluido do concurso.

Art. 12. Em acto successivo aos exames o Presidente e os examinadores votarão por escrutinio secreto sobre cada uma das provas, lançando em uma urna espheras brancas ou pretas; aquellas indicarão approvação, e estas reprovação.

Art. 13. Em seguida se procederá á 2.ª votação sobre o merecimento relativo dos concurrentes.

CAMARA

DEPUTADOS